

BRASIL. MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MINISTRO (BENVENUTO AUGUSTO DE MAGALHÃES TAQUES)

RELATORIO ... DO ANNO DE 1861 APRESENTADO Á ASSEMBLÉA
GERAL LEGISLATIVA NA 2ª SESSÃO DA 11ª LEGISLATURA. (PU-
BLICADO EM 1862)

INCLUI ANNEXOS.

RELATÓRIO

24

REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

APRESENTADO

À ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA

NA SEGUNDA SESSÃO DA TERCEIRA PERIÓDICA LEGISLATIVA

PELO RESPECTIVO MINISTRO E SECRETÁRIO DE ESTADO

Concedido Vencimento Augusto de Magalhães Taques.



RIO DE JANEIRO

TYPOGRAPHIA UNIVERSAL DE LAEMMERT

Rua dos Arcades, 51 B .

1892

RELATORIO

Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação

Cumcum o preceito da lei, vossa, na qualidade de ministro e secretario do estado dos negocios estrangeiros, apresentar-vos o relatório da repartição a meu cargo.

Esta breve exposição comprehende os factos e acontecimentos, que têm sobrevindo nas relações exteriores do Imperio, depois do relatório do meu illustre antecessor.

Por ella e pelos documentos que a acompanho, poderdes apreciar devidamente a direcção que tem dado o governo imperial a esta parte do serviço publico.

Confio em que os meus actos, como ministro da corôa, merecerão a vossa approvação.

O apoio da representação nacional será mais um incentivo para que redobre de esforços no cumprimento dos deveres que me impõe a importante tarefa de que S. M. o Imperador se dignou encarregar-me.

Secretaria de estado.

Não esquecer-me-hei com o modo por que foi regulado o serviço do ministério dos negócios estrangeiros pela Decreto n. 2338 de 19 de Fevereiro de 1839.

Qualquer que seja o melhoramento que exija este serviço, cumpre-me reconhecer que os trabalhos da repartição fazem-se com a precisa regularidade e promptidão.

Penso como os meus antecessores que não é superabundante o numero de empregados desta secretaria de estado, fixado em 1839.

Efectivamente não tem cada uma das secções, além do respectivo chefe, mais de três empregados para os trabalhos de sua competencia.

Não obstante serem os empregados auxiliares das secções em numero de vinte, esse numero é apenas nominal, e fica reduzido a 15 ou 16, em consequencia dos impedimentos que se dão por motivo de moléstias ou de commissão do governo.

Além dos despachos e elementos indispensaveis para poderem ser elles convenientemente elaborados, ha trabalhos de organização que aos chefes incumbem e regulamento; e é obvio que vai-se-lhe estes na impossibilidade de desempenhar os seus deveres, se não possessori dispõe do pessoal necessario para os trabalhos que lhe são encarregados.

A esta necessidade se allude na excepção dada pelo governo imperial á lei n. 1667 de 28 de Julho de 1809, não distribuido da repartição a meu cargo empregados para a organização da nova secretaria de estado por ella creada.

Penso entretanto que, conservando-se o mesmo numero de empregados, será possível, á proporção que fôrão rogada, supprir alguns lugares na classe de 1.^o officiaes, substituindo-se por 2.^o officiaes e auxiliares.

Se esta idéa parecer a vossa serenidade, poder-se-á obter a sua realisação sem augmento de despesa, e prejuizo do serviço.

Corpo diplomatico brasileiro.

O serviço diplomatico é hoje feito por 30 legações, com 7 cónsules extraordinarios e ministros plenipotenciarios, 5 ministros residentes e 8 encarregados de negocios, auxiliados por 30 empregados subalternos (11 secretarios e 19 offiaes de 1.^o classe), distribuidos como se demonstra pelo quadro sob n. 2.

Comparado este quadro com o que veio annexo ao relatório do anno proximo pasado, nenhuma alteração se observa no numero das empregados em cada uma das categorias.

O pessoal diplomatico comprehende tambem addidos de 2ª classe.

O Decreto n. 2814 regula as habilitações e o numero destes empregados em cada legação.

O movimento que se operou nas nossas legações foi o seguinte :

Tendo o governo imperial dado por terminada a missão de que estava incumbido o Sr. conselheiro José Maria do Amaral junto á confederação Argentina, deliberou aproveitar os seus serviços na república do Perú, para onde foi removido por Decreto de 21 de Maio do anno proximo pasado, e transferir o Sr. conselheiro Antonio José Lisboa, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario naquella república, para a legação imperial em Montevideo.

Interinamente exerce no Estado Oriental do Uruguay as funcções de encarregado de negocios o Sr. Ignacio de Avelar Barbosa da Silva.

O Sr. João da Costa Rego Monteiro tom de lá de descreparhar a sua nova missão em Bolivia.

Para a legação do Chile foi nomeado o Sr. Fellipe José Pereira Leal.

Em consequencia desta deliberação foi removido para a cêta de Madrid, no caracter de encarregado de negocios, o Sr. Antonio José Duarte de Araújo Godim.

O objecto principal da missão de Sr. Francisco Adolpho de Vothagen em Venezuela era promover a demarcação da fronteira entre os dois paizes, e o accordo conveniente á navegação fluvial para complemento do tratado celebrado com aquella república em 5 de Maio de 1839.

Tendo sido adadas estas negociações, passou-se aquelle agente para o Equador, onde foi recebido em seu caracter publico no dia 19 de Novembro do anno proximo findo.

Os vencimentos que devem perceber os empregados diplomaticos, referidos temporaria ou definitivamente do serviço carecem de ser mencionados: penso, entretanto, como as mesmas astrecessas, que coveira faz-lo logo que seja possível.

Alguma redacção pôde realizar-se na verba destinada para o serviço diplomatico brasileiro.

A amizade e harmonia entre as nações nãtem-se, em certas circumstancias, independentemente da representação diplomatica.

A intervenção de agentes diplomaticos torna-se indispensavel quando se tem de tratar de assumptos que não podem ser resolvidos sem previa discussão, ou é exigida por motivos e especies.

Não é por certo intenção do governo imperial fazer uma applicação rigorosa destes principios.

Seria, para esse fim, necessario pôr desde já em disposição alguns empregados, concedendo-lhes as vantagens de que goza em effectividade de serviço.

Não me parecendo esta medida conforme a equidade e deferencia devida a uma tão nobre corporação, consocio apenas o proposito em que está o governo imperial de não prover algumas legações que vagarem, quando sem inconveniente poderem ser supprimidas.

Corpo consular brasileiro.

A instituição consular de cada país deve acompanhar o estado de estas relações internacionaes.

As condições desta instituição hoje são reguladas por principios quasi uniformes.

O decreto n. 520 de 11 de Junho de 1847, como já disse um dos meus antecessores, não satisfaz completamente a esse serviço.

Fico conveniente dar nova organização ao pessoal, dividindo-o em classes, com accesso dos lugares inferiores para os superiores.

O augmento de despesa que desta reforma resultaria induz-me a não promover por ora a sua realiação.

Não temos uma regra que fixe ordenados que devem perceber os agentes consulares. São elles regulados com attenção aos emolumentos que têm de perceber em virtude da tabella que baixou com o decreto n. 576 de 11 de Junho de 1848.

Esta tabella, porém, não abrange todos os serviços que devem ser remunerados, conforme a sua natureza e importancia.

Hoje os tratados de navegação fluvial exigem uma tabella especial accommodada ás circumstancias especies dessa navegação ao norte e ao sul do imperio.

Necessario é regular as vantagens que devem perceber os diversos agentes consulares, segundo a importancia do seu posto e as funcções que elles têm de desempenhar no país de sua residencia.

O decreto n. 2886 de 8 de Fevereiro do corrente anno, determina que aos

essas pertença unicamente a quarta parte do producto das emolumentos arrecadados nos vice-consulados de sua dependencia.

Era do justiça que os vice-consules tivessem, nos emolumentos que arrecadão, uma parte mais proporcionada ao seu trabalho.

Augmenta-se por esta fórma o interesse do exercicio dos vice-consulados e se promove o melhor preenchimento destes lugares.

Os quadros ns. 9 e 10 mostrão a totalidade da retribuição, que tem cada um destes ageries.

Se os emolumentos arrolto em alguns consulados, como em Portugal e Inglaterra, o pôdem dispensar sacrificios directos do thesouro nacional para habilitar os ageries consulares a mantorem-se com a precisa decencia, em outros tem-se reconhecido a necessidade do auxilio de ordenados e gratificações.

Estes ultimos vencimentos têm sido arbitrados, vantajosamente para alguns consulados, como são os que existem estabelecidos em França, Prussia, Estados-Unidos, Montevideo e Confederação Argentina, e com demasiada parcimonia para os demais.

Uma tabella, que designe os vencimentos que deve perceber cada um desses consulados, em attenção aos serviços que delles se exija e a carstia do paiz em que são prestados, me parece de toda a conveniencia quando as circumstancias do paiz assim o permittão.

Na classificação dos consulados deve-se ter em consideração os paizes em que mantemos legações, nos quaes, se fôrrem essas supprimidas, virão a ser os consules os unicos representantes do Brasil.

O quadro n. 6 mostra qual é actualmente o pessoal do corpo consular brasileiro.

Por decreto de 1 de Fevereiro ultimo foi nomeado o Sr. José Lacio Corôa, consul geral do Brasil nas cidades Haistenticas e outros Estados da Allemannha.

O Sr. Joaquim Pereira Vianco de Lima Junior que reune todas as habilitações exigidas pelo art. 6º do regulamento de 11 de Junho de 1847, foi nomeado para o referido cargo, por decreto de 24 do mesmo mez e anno.

Está preenchida a vaga do consulado de Angola, sendo nomeado para este districto por decreto de 20 de Novembro do anno proximo passado o bacharel Manoel Sobral Pinto, notoriamente habilitado para o cargo.

A creação de consulado geral na Grecia, em 25 de Janeiro de 1847, teve por fim promover relações commerciaes directas do Imperio com esse paiz; mas de facto não correspondeu á expectação do governo imperial.

Em Dezembro do anno proximo passado foi encerrado o Sr. José Maria da Gama Dias Barquê que servia naquella posto, o qual, sem inconveniente, pode-se supprir.

Corpo diplomatico estrangeiro.

Esta illustre corporação compo-se hoje, effectivamente, de cinco ministros da primeira classe, tres da segunda e dois encarregados de negocios.

Tendo o governo dos Estados-Unidos dado por finda a missão do seu ministro nesta corte, e Sr. Richard Kidder Meade, foi o Sr. James Watson Webb nomeado para substituí-lo no mesmo caracter de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.

Desde a retirada do primeiro, em 8 de Julho do anno findo, até a apresentação do novo ministro, em 5 de Outubro do mesmo anno, foi a legação regida interinamente pelo Sr. A. L. Blackford.

Apresentando nesta ultima data o Sr. Webb a sua carta de creença, manifestou por parte do governo federal daquelles Estados os sentimentos que nutre a nação Americana para com o Brazil, e o desejo que tem o Presidente daquella grande potencia de estreitar as importantes relações que existem entre os dois paizes, quer pelo lado politico, quer pelo lado commercial.

E' uma retribuição dos esforços que tem sempre cordialmente empregado o governo imperial para que se fortaleça e desenvolva essas relações.

A legação da republica Oriental do Uruguay, que achava-se vaga, acabou de ser preenchida pela nomeação do Sr. Dr. D. Octavio Lapido, na cathedra de encarregado de negocios daquella republica.

O Sr. William Douglas Christie, que estava no gozo de uma licença que obtivera do seu governo, reassumiu, em Março deste anno, a direcção da legação de S. M. Britanica, da qual, durante a ausencia do referido ministro, esteve encarregado interinamente o Sr. Evan M. Baillie, secretario da legação.

Na ausencia do Sr. conde de Thamar, ficou dirigido a legação de S. M. Fidelissima e seu secretario o Sr. Joaquim Antonio Gonçalves Macieira, que se acha acreditado hoje nesta corte por uma carta especial de creença.

O Sr. Tschudi havendo concluido a sua missão, apresentou a Sua Magestade Imperial, em 21 de Outubro do anno proximo passado, a sua carta revocatoria, a qual testimoniava os serviços que prestou esse diplomata ao interesse das nossas boas relações com a Suiza.

Come sabéis, o governo da Prússia havia nomeado o Sr. barão de Mousbach seu ministro residente na corte do Rio de Janeiro, para promover por sua parte interesses identicos.

O estado de saúde do Sr. de Mousbach determinou a sua retirada.

Para substitui-lo acaba de ser nomeado o Sr. Eichmann, conselheiro intimo da legação e relator da secção politica do ministerio de estrangeiros daquelle reino, no caracter de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, ficando assim elevada a categoria da legação da Prússia, que era até aqui regida por um ministro residente.

O Sr. conde de Borchgrave d'Altona, ministro residente da Belgica, ate voltou á esta corte de que se havia retirado, e consta que novo destino lhe foi dado pelo seu governo.

Em consequencia de haver S. M. o Rei Victor Manuel II assumido para si e seus successores o titulo de rei de Italia, o Sr. cavalleiro Gabriel Galassini representa hoje aquelle reino, no caracter de encarregado de negocios.

O Sr. Hykin Cavallina, encarregado de negocios da Suedia e Noruega, congoído pelo seu penoso estado de saúde, solicita e obtém de seu governo uma licença de seis mezes para tratar-se em sua patria, para onde seguiu em 15 de Março do corrente anno.

Corpo consular estrangeiro.

Na concessão do imperial equiparar aos consules e vice-consules estrangeiros não se tem, até hoje, seguido uma pratica uniforme.

Umaz vezes tem-se permitido aos consules que exercem o seu emprego em diversas provincias, de conformidade com as suas respectivas cartas patentes; outras, porém, tem-se-lhes facultado esse exercicio apenas na provincia em que vão residir.

Têm-se admittido vice-consules em cidades ou villas do interior, como excepção á regra geral de que só podem funcionar em portos habilitados para o commercio directo com o estrangeiro.

Estas excepções tem-se verificado quando os interesses da emigração e colonização, e o crescente numero de habitantes de uma mesma nacionalidade assim o exigem, e em logares do fronteira á beza das relações do Imperio com os Estados limitrophes, por via de reciprocidade.

Os precedentes, em favor de uma nação, são invocados como devendo-se tornar extensivos a outras, não obstante não prevalecerem as mesmas considerações que os motivaram.

Antes de ser convenientemente regulado este assumpto, foi curial a acção dos negócios estrangeiros do conselho de estado.

Quanto aos districtos consulares, porém, tem entendido o governo imperial não dever alterar a designação que tem nos respectivos diplomas.

As attribuições e immunities consulares são regidas no Imperio, ou por conspécies especiaes, ou pelo decreto de 8 de Novembro de 1851 cujas disposições se aproveitam, em materia de honranças, ás nações que se têm comprometido a usar de reciprocidade para com o Imperio.

Tendo o governo imperial reconhecido o Reino da Itália, considero as funções dos agentes consulares que tinha no Brasil o Reino das Duas Sicílias.

Relações Politicas.

As nossas relações com as repúblicas da Frase continuação quasi no mesmo pé em que se achavam o anno proximo passado.

As violencias e vexames que soffrem os subditos do Imperio, estabelecidos ou residentes nos departamentos da república Oriental proximos da fronteira brasileira, tem despertado a mais séria attenção do governo imperial, e exigem as mais energicas providencias da autoridade superior, como elle occorreu de reclamar os agentes do Imperio, a bem dos direitos e legittimos interesses dos nossos nacionaes.

Seria para deplorar que, por falta dessas providencias, se alterassem as condições de boa intelligencia e harmonia entre as respectivas populações.

Do governo da mesma república deverá merecer particular consideração as obrigações que ella contrahio pela convenção de subsidio de 12 de Outubro de 1851, e os principios que distincto o accordo celebrado para a liquidação das reclamações brasileiras preventivas do proximo de guerra.

Com a terminação do prazo fixado para as licenças de que trata o art. 4º do tratado de commercio e navigação, fôrto livres os dois governos para regular as suas relações commerciaes conforme o aconselhem os seus proprios interesses.

Foi consequência das extraordinárias acontecimentos occorridas nas provincias argentinas, depois de roto o pacto de união celebrado entre a confederação e Buenos-Ayres, não tem podido o governo imperial continuar a activar a solução dos ajustes concluidos em 1853, o que ainda pendem de consideração do governo nacional.

Acaba o governo imperial de ter communicação official do haver o governador de Buenos-Ayres assumido as faculdades que lhe foram conferidas por aquellas provincias para representar a república em suas relações com as potencias estrangeiras nos termos do decreto de 12 de Abril do corrente anno.

O governo imperial deve esperar do governo supremo, encarregado hoje de dirigir os negocios da confederação, a precisa cooperação para que se promovam os bem entendidos interesses dos dois países.

Tendo de findar a 6 de Abril do corrente anno o prazo fixado no art. 1.^o do convenio celebrada nesta corte em 6 de Abril de 1856, dentro do qual se comprometterão o Brazil e o Paraguay a nomear os respectivos plenipotenciarios para se entenderem sobre a questão dos seus limites, o governo imperial, fiel aos seus compromissos, deu para esse fim as precisas plenas poderes ao seu agente diplomatico em Assumpção.

O status quo das possessões dos dois Estados, ao tempo daquella ajuste, foi mantido inalteravel.

Os estabelecimentos brasileiros nas cabeceiras dos rios Doce e Miranda, os quaes constituão o *vis possidetis* do Imperio em terrenos que lhe não podem ser contestados, não foram comprehendidos no pensamento que dictou a convenção de 1856.

Entretanto uma partida Paraguyza de 60 ou 70 homens foi até aquellas colonias, sob o commando de um tenente, que pretendeu duvidar do nosso direito a essa occupação.

Segundo as informações que teve o governo imperial, o facto não passa de uma simples exploração.

Cabe aqui informar-vos de que o governo imperial desapprova o procedimento, que por esta occasião teve o encarregado de negocios do Imperio no Paraguay, de retirar-se para esta corte sem a necessaria licença; e resolveu exonerar-lo daquella cargo.

O governo da república de Bolivia procura com perseverança e esforço da antecidade restabelecer a paz, que hauido alli seriamente alterada.

Ao ministro brasileiro nomeado para aquella república, e que se tem reservado no Chile, ordenou-se que aprovechasse o mais favoravel occaso para seguir a desempenhar a commissão que lhe fôr encarregada.

O governo da Nova-Granada dirigio ao de Venezuela um protesto contra a linha divisoria, como foi descrita no art. 2.^o do tratado que celebrou esta última república com o Brasil em 3 de Maio de 1859.

O fim daquelle protesto foi resvalar os direitos granadinos ao territorio ao ponto do Rio-Negro, banhado pelas aguas do Toró e do Aquio.

O governo imperial ajustou a determinação de seus limites por esta parte do Imperio, com o Estado que estava de posse daquellas terras, sem prejudicar quaisquer direitos eventuaes da república da Nova-Granada.

O art. 3.^o do tratado, á que me refiro, dispõe que fossem nomeados, no mais breve termo, os commissarios que em commun devorão proceder á demarcação da fronteira entre o Brasil e Venezuela.

Este assumpto foi desdadamente considerado pelos dois governos; mas, segundo declara o governo Venezolano, não lhe era ainda possível fixar a época de se levar a effeito essa estipulação, attenta as circumstancias criticas do paiz e a necessidade de porer primeiro ao restabelecimento da tranquillidade publica.

Desajozado de tomar proficua no interesse dos dois Estados limitrophes a liberalidade das estipulações fluvias entre elles ajustadas, procura o governo imperial promover medidas que facilitem a navigação e desenvolva o commercio.

Não obstante não haver no tratado de 1859 nenhuma disposição que regule a extradição de criminosos, o governo da Venezuela proutou-se a regular este assumpto por meio de novas convenções.

Nestas notas estão firmados os mesmos principios que têm até aqui adoptado o governo imperial em semelhante materia.

Trouxe este accordo a entrega sollicitada de tres assassinos de commandante da fortaleza de Mambizano, refugiados em S. Fernando de Atabapo e S. Carlos.

S. M. El-rei Victor Manuel II assumio, para Si e Seus Successores, o título de Rei da Italia.

Logo que S. M. o Imperador recebeu a respectiva carta de notificação, repositando os acontecimentos realizados na peninsula italiana, reconheceu aquelle título, na confiança de que o Brasil e o reino da Italia manterão entre si a mais perfeita harmonia e intelligencia.

As mesmas relações com a França têm continuado a ser perfectas.

Neutralidade do Brasil na luta entre os Estados-Unidos, e os que se declararão separados da União Norte-Americana.

Conhecida a politica adoptada pelo governo imperial na luta em que se debatem os Estados-Unidos Norte-Americanos.

A separação dos Estados do Sul que constituirão um governo independente do federal seguiu-se, como sabeis, a guerra. Grandes exércitos se moverão de uma e outra parte, entrará em operações, e se têm dado batalhas; os portos em que dominam os Estados denominados Confederados foram bloqueados.

Não cramosjeitos das causas que compôrto as leis que unirão os Estados Norte-Americanos. Meros espectadores dos graves acontecimentos, só nos compelia considerá-lo sob o aspecto das relações internacionais.

Nesta posição bastarão os factos a que acaba de alludir, e que são públicos e notorios, para a determinação da politica que devia seguir o Imperio em tão molindrasas circumstancias.

Um dos primeiros cuidados do governo imperial foi recomendar aos agentes consulares do Brasil, estabelecidos nos Estados dividentes, que não praticassem acto algum no exercicio de suas funcções que contrariasse aquella politica.

Era de prever que a guerra se estendesse pelo mar, e nos nossos portos se recolhessem navios armados: couvinta tambem providenciar sobre o procedimento que devia neste caso ter as autoridades do Imperio.

Graves complicações poderião sobrevir nas relações do Brasil com os referidos Estados, se não fossem prevenidas por insrueções accoradas que definissem claramente os principios que devião ser observados na neutralidade que se havia prescripto o governo imperial em relação aos belligerentes.

Estes principios foram estabelecidos em circulares dirigidas aos presidentes das provincias maritimas.

Ordenou-se-lhes:

1.º Que não consentissem que navio algum com bandeira de um dos belligerentes, empregado na guerra ou á ella destinado, se apressionasse, equipasse ou armasse nos portos do Imperio, não se comprehendendo nesta prohibição o fornecimento de victualhas e providos marcos para a continuação da viagem.

2.º Que não admittissem corsarios de nenhum dos belligerentes, salvo o caso de refugio ou força maior;

3.º Que não devião estender esta prohibição aos navios de guerra, excepto os transportes presas, e salvo sempre no caso de força maior;

4.º Que não fizessem para a guerra socorros de qualquer natureza a qualquer das contendores, esviando-se os deveres da hospitalidade com os que impõe a humanidade;

5.º Que as embaixadas de guerra do governo federal dos Estados-Unidos se prestassem todos os favores e attentões que dependem do governo e das autoridades nacionais, salvo o fornecimento de artigos e munhões de guerra;

6.º Que se mantivesse a neutralidade do territorio do Imperio, não se permitindo que os seus portos servissem de base ás operações de guerra, e que dentro d'elles ou nos seus mares territoriaes se fizessem presas illogaes e se commettessem actos de hostilidade;

7.º Que não impedissem o commercio com cada um dos belligerentes, com tanto que não tivesse por objecto artigos declarados contrabando de guerra;

8.º Que em navios estrangeiros não se vedasse a exportação de artigos e munhões de guerra para os portos sujeitos ao governo federal.

Habilitadas as presidentes das provincias a resolver as questões que sobrevissem, de accordo com estas regras, que são as que preservam o direito das gentes, com as restricções derivadas por deferencia para com um governo reconhecido, pensava-se a governo imperial de que nenhuma difficuldade haveria em sua applicação.

Um facto, porém, occorreu em que o zelo dos representantes do governo federal vio na fiel execução daquellas regras motivo para reclamar e protestar.

A 6 de Setembro entrou ao porto do Maranhão o vapor *Saxter*, armado em guerra e com bandeira dos estados do Sul. O commandante representou que tinha uma patente militar, e que andava cruzando por ordem do governo dos mesmos Estados; que o vapor era propriedade d'estes, e não armado por conta de particulares.

O presidente da provincia, julgando comprehendidas essas asserções, considerou o vapor como navio de guerra, sem direito estratagem de demonstrações de cortesia, que só compete á bandeira de uma nação reconhecida.

Solicitou em seguida o commandante do *Saxter* permisso para obter ao mercado carvão de pedra, afim de poder proseguir em sua viagem.

Não se tratando de artigos bellicos, não se obsteo a este fornecimento.

O consal dos Estados-Unidos, emergendo na hospitalidade dada ao *Saxter*, que elle qualificava de comario, e na permisso de prover-se esse Navio de carvão, que

elle amoveram ser contrabando de guerra, uma quebra de neutralidade por parte do Brasil, protestos no dia immediato contra estas actos como offensivos aos mesmos Estados.

Quido o auditor do marinha não foi attendido o protesto, sem sua reiteração feita em 12 do dito mez.

Depois que sahio o *Saxier* de Maranhão (no dia 25) entrou ao porto, a 22, o vapor *Pascobas* da marinha de guerra dos Estados-Unidos, commandado pelo commodore Porter, fazendo-lhe as fortalezas as devidas cortezias, e concedendo-se-lhe a mesma permissão de se paeir no mercado de carvão de pedra.

Partindo o commodore Porter no dia 23, deixou para ser entregue ao presidente da provincia um officio, reforçando o protesto do consul.

Estes factos, sendo apreciados pelo ministro dos Estados-Unidos nesta corte, como o fira pelos agentes de seu governo no Maranhão, deu lugar á correspondencia que encontrareis annexa a este relatório.

Em Washington o secretario de estado, ao receber as communicações daquelles agentes, pronunciou-se em conferencia com o nosso ministro no mesmo sentido em que se haviam elles pronunciado.

As doutrinas expostas nas notas dirigidas ao ministro americano nesta corte; as instruções dadas aos presidentes e o modo por que fôrto estas executadas, têm seu fundamento nas proprias tratades, celebrados pelos Estados-Unidos, não só com o Brasil mas com outras muitas nações, os quacs são conformes com os principios e mais liberais do direito marítimo.

O vapor *Saxier* e outro em iguaes circumstancias, o *Nashville*, encontrão a mesma hospitalidade e obiverão os mesmos favecimentos em portos pertencentes á Grão-Bretanha, á França, á Hespanha e aos Paizes Baixos.

Em resposta ás reclamações e protestos apresentados por parte do governo federal, frente os governos illustrados dessas potencias o mesmo procedimento que teve o do Brasil.

A concordancia que se nota na applicação dos principios de neutralidade a estes incidentes mostra quante as luzes do seculo e os progressos sociais têm influido para resguardar os interesses dos neutros dos vexames e prejuizos que em épocas anteriores soffrão nas guerras maritimas.

Estado das relações commerciaes entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay depois da cessação do artigo 4 do tratado de 12 de Outubro de 1851.

Por decreto de 20 de Setembro de 1850 ordenou o governo imperial a suspensão do tratado de 4 de Setembro de 1837, declarando em vigor o mesmo o de 12 de Outubro de 1851, e marcando para o começo da execução d'aquelle decreto o dia 1º de Janeiro de anno proximo findo.

São conhecidas as causas que motivarão essa deliberação do governo imperial.

As disposições liberaes d'aquelle tratado, mandadas executar por decreto de 2 de Outubro de 1850, no presuppoto de que se prosseguiriam as condições á que se havia obrigado o governo da republica Oriental do Uruguay, começaram a ter effeito em 23 de Dezembro d'este ultimo anno, tres mezes depois da troca das respectivas ratificações, e tinham de durar obrigatoriamente pelo prazo de quatro annos, em conformidade de que havia sido estipulado entre os dois governos.

Com este ajuste, procuráram os governos do Imperio e da Republica obter dados e informações sobre as transacções commerciaes entre os dois paizes, para servirem de elementos seguros a um tratado definitivo, que trouxesse a gradual abolição dos direitos fiscaes posteriores sobre os seus productos naturaes e agricolas, e a livre troca, cuja utilidade reciproca reconheceirão elles em principio.

Este objecto, porém, ficou prejudicado pela suspensão do tratado.

Continuando, portanto, em vigor o de 12 de Outubro de 1851, as vantagens commerciaes para o Imperio ficaram reduzidas á total abolição dos direitos que o Estado Oriental antes cobrava pela exportação do gado em pé para a provincia de S. Pedro do Rio-Grande do Sul, e para o Estado Oriental do Uruguay, á isenção dos direitos de consumo de que já gozavam o uerque e mais productos do gado, importados pela respectiva fronteira, na mesma provincia.

Essas vantagens tinham de ser mantidas por espaço de 10 annos, e mesmo depois, até que uma das altas partes contratantes notificasse á outra com anticipação de seis mezes que se darão por findas as estipulações respectivas.

Tendo o governo da Republica feito essa notificação em 26 de Junho do anno proximo pasado, cossêrta em 26 de Dezembro do mesmo anno as compensações contrahidas por uma e outra parte, nome ajuste internacional.

Em consequência da suspensão do tratado de 1 de Setembro de 1857, obrigou-se o governo da Republica, por um dos decretos de 6 de Novembro de 1860, publicados no relatório do anno próximo pasado, a propor á assemblea geral legislativa as modificações que a experiencia aconselhasse, na lei das alfândegas, e as franquias que deveriam ser concedidas ao commercio interno e externo.

Este acto denunciava o proposito em que já estava aquillo governo de dar também por findas, por sua parte, as estipulações do tratado de 1851, reservando-se o direito de regular, como entendesse conveniente, por suas proprias leis as relações commerciaes entre a Republica e o Imperio. Abandonando para com o Imperio os principios da liberdade commercial, pelos quaes havia pagado desde 1851, propoz elle a nova lei das alfândegas em vigor, decretada em 19 de Junho do anno findo e promulgada a 22 do mesmo mez e anno.

Esta lei, nos arts. 14 e 15, nullificou os favores que tiverão em vista as duas partes contractantes com a celebração do tratado de 12 de Outubro de 1851.

O gado exportado da Republica para o Imperio ficou sujeito a um direito de 4 %.

Por decreto de 2 de Novembro de 1861 foi regulado o modo por que seria cobrada o novo imposto.

Designão-se os pontos pelos quaes poderia effectuar-se a exportação do gado em pé para o Imperio, e marcou-se o processo para a arrecadação e fiscalização do imposto.

Forido o novo regulamento importantes interesses de muitos subditos da Republica na Republica e na provincia limítropha, sobre este assumpto fez a legação imperial varias observações ao respectivo ministro das relações exteriores, solicitando que se reconsiderasse o regulamento, e, em todo caso, se recommendasse ás competentes autoridades toda a moderação em sua execução, tendo em conta a repugnancia com que sempre são accollidas medidas dessa natureza.

Por decreto de 21 de Março ultimo foram modificadas as disposições dos arts. 8 e 13 do dito regulamento dispensando-se o embargo e deposito do gado que fosse encastreado em a competente guia, todas as vezes que o dono ou conductor d'elle prestasse fiança ao pagamento respectivo dos direitos.

Acerca do imposto de que se trata disse o Presidente da Republica em sua memoria apresentada ao Corpo Legislativo o seguinte :

« Não ha tempo para apreciar os resultados do direito de 4 %, sobre a exportação de gado pela fronteira terrestre, mas a julgar-se pelas dadas que existem, deve

- ter-se como certo que o seu producto difficilmente corresponderá aos grandes
- gastos que exige a fiscalisação e a guarnição militar que para auxiliá-la foi collocada
- na fronteira. »

Estado das reclamações Brasileiras por prejuizos de guerra.

As necessidades da guerra nas lutas que por uma serie de annos flagellou a república, o abuso do poder e outras causas demonstram trazerem aos subditos estrangeiros, residentes no Estado Oriental, graves prejuizos.

Reconhecendo o governo da república o dever que tinha de indemnisar esses prejuizos, comprehendendo-os na liquidagão da divida geral do Estado.

A lei de 14 de Julho de 1853 estabeleceu os meios para se poder chegar á justificação e classificação dos créditos, provenientes dessa origem.

Devido ser só contemplados os prejuizos causados por autoridades publicas, militares ou civis, dependentes de qualquer dos respectivos governos que dentro e fóra de Montevideo regêrto o país até 3 de Outubro de 1851.

Uma parte das reclamações, com este título, foi liquidada pela junta do credito publico, instituida pelo artigo 14 da convenção de subsidio celebrada entre o Brazil e a Republica Oriental do Uruguay em 12 de Outubro de 1851; não tomando ella conhecimento de outras por não se acharem competentemente instruidas.

Os reclamantes brasileiros, que podêrto fazer valer os seus direitos perante aquella junta, recobêrto em pagamento applica da divida publica, que devêto vencer juros em certos e determinados prazos.

Celebrando o governo Oriental com o banco-Mond, & C. de Montevideo um contracto para a correção e amarração da divida consolidada, beneficiou o estado em prejuizo dos possuidores dessas applica, depreciadas já, além de outras causas, pela falta de pagamento dos respectivos juros.

O governo imperial não tem intervido para que se torne effectiva a indemnisação garantida pelas leis da república áquelles que voluntariamente se quizerão sujeitar á essa operação ruinosa, mas não pôde prescindir de insistir para que não se mallicque a restituigão devida, e já concedida aos subditos do Imperio que nutrem a esperanza de conseguir para o futuro, por intermedio do seu governo, condições menos onerosas, e de que se faça á final justiça aos reclamantes que não podêrto concluir o processo de suas reclamações por causas independentes da sua vontade.

Pela lei de 14 de Julho de 1863 acima citada, foi autorizado o governo da republica a nomear tantos agentes fiscaes quantos fossem necessarios para auxiliar a justificação e liquidação dessas ultimas empresas.

Esta providencia foi porém illudida; poucos foram os fiscaes nomeados para prepararem, nos departamentos da republica, os respectivos processos de justificação.

Depois de justificadas, tinham as reclamações de ser enviadas á capital, onde devião as interessadas comparecer por si ou por seus procuradores, afim de promover a liquidação e conversão de seus creditos em apolices da divida consolidada.

Na impossibilidade de iram por diante estas disposições, facto ellas suspensas pela lei de 9 de Abril de 1866, o fôro uma junta especial encarregada de fiscalisar sua liquidação com a comminação de prescripção, se os reclamantes não se apresentassem em tempo para fazerem valer os seus direitos.

Esta comminação foi decretada pela lei de 6 de Junho de 1867, quando pôz termo aos trabalhos daquella commissão, e declarou encerrada a conversão da divida por prejuizos de guerra.

A legação imperial em Montevideo, em nome e ordem do governo imperial, protestou em 17 de Julho contra os effeitos desta ultima determinação e ratificou em 1 de Agosto este seu protesto, reservando os interesses dos súbditos brasileiros.

Então já haviam sido approvadas pelas camaras legislativas, por lei de 13 de Julho, as bases acordadas entre o governo da Republica e os representantes dos governos da França e da Inglaterra para o estabelecimento de uma commissão mista, com o fim de ajustar definitivamente as reclamações anglo-francesas provenientes tambem de prejuizos de guerra.

O governo imperial havia antes obtido a segurança dada pelo ministro da republica nesta corte, em 18 de Abril, e confirmada depois pelo respectivo ministro das relações exteriores, de que se tratarão extensivas aos reclamantes brasileiros as condições mais honraveis com que fossem admittidos os creditos dos súbditos de qualquer outra nação, de igual natureza.

Recordando o governo da republica, em resposta ás duas precedidas notas de 17 de Julho e 1 de Agosto esta promessa, e offerecendo-a como uma sufficiente garantia da especial attenção com que seria acolhidas as reclamações brasileiras, o governo imperial considerou, com esta franca declaração, preenchido satisfactoriamente o objecto que ellas procuravão alcançar.

Efectivamente assim aconteceu, e sem maior hesitação o governo da republica

proteu-se a negociar com o governo imperial um accordo identico ao que havia sido celebrado com a França e a Inglaterra.

Este accordo foi assignado em 8 de Maio de 1853.

Tendo a assembleia geral legislativa da república approvado as bases do primeiro accordo, era de necessidade que houvesse igual procedimento para com o Imperio.

Aparente, porém, de todas as precedentes da questão e das diligencias empregadas pela diplomacia brasileira, foi o accordo com o Brasil rejeitado pela camera dos senadores em 10 de Julho de 1853.

Este inesperado resultado deu motivo a um novo protesto que dirigio em 14 do dito mez a legação do Brasil ao governo oriental.

Ao mesmo tempo que era formulado este protesto, passava na camera dos representantes e do senado da república a lei de 14 de Julho do mesmo anno, que criou uma commissão especial para proceder á verificação e classificação de todos os creditos e de todos os documentos de credito contra o Estado, anteriores ao anno de 1851, não consolidados, e que, tendo sido liquidados e annotados pela junta de credito publico, não foram convertidos em titulos da divida consolidada, por se considerarem comprehendidos nas disposições da lei de 17 de Julho de 1853.

Ficou expressamente declarada que os documentos de credito anteriores aquelle anno, que não foram apresentados para serem classificados e liquidados pela junta de credito publico, não poderão ser verificados e classificados.

Estabeleceu-se assim a prescripção para essa classe de documentos, com o preceito de não poderem ser levados aos tribunaes contra o fisco, nem attendidos pelo governo sob a forma de reclamações ou transações.

Esta lei foi promulgada pelo governo da república em 21 do mesmo mez de Julho.

Em consequencia, pois, do occorrido, da ordem do meu illustre antecessor a legação imperial em Montevideo pronunciou-se formalmente em 13 de Abril do anno proximo passado contra os effeitos dessa lei, como annullatoria em certos casos de liquidações feitas pela extincta junta de credito publico, creada pela convenção de 12 de Outubro de 1851, e contra a prescripção que ella comminava para os documentos que não haviam ainda sido liquidados.

Ratou, porém, o ministro das relações exteriores da república que os protestos não dão, nem tirão direitos; que, como nação independente, pelo orgão de seus representantes mas a república de um direito que não lhe podia ser contestado, e que não podia ficar adida indefinidamente, não obstante aquelle convenção, a obrigação que tinha o governo de regular o estado financeiro do país.

Acrecentem que a administração actual já encontrára approvado pelo corpo legislativo o accordo celebrado com a França e a Inglaterra, e que sendo este accordo baseado em circumstancias especialissimas, não podia mais repelli-lo.

Cumpre ponderar que ainda mais especiaes erão as circumstancias em favor do Brazil; foi elle quem trouxe á república a prospera posição da que hoje goza; foi a sua politica, forto os poderosos elementos creados pela concessão de subsídio, e os auxilios que depois forto reclamados pela república e generosamente prestados pelo Imperio, que a habilitarão a remover as graves difficuldades do seu estado financeiro.

Não se contesta a independencia da república para prover as suas finanças, e que se contesta é que não pudessem ser attendidos os seus interesses por outro modo que os contrahisse com os do Imperio, garantidos pelos compromissos que precedêrão o accordo anglo-francês.

O governo imperial não admittê o principio de que actos internacionaes como os de que se trata, accordados com uma administração, possam ser desconhecidos e annullados pela que lhe succede. com offensa da fé publica que presidia á sua celebração.

O governo imperial teve, pois, de declarar que não podia o Brazil convir em que os reclamantes brasileiros, cujo credito não tivesse sido liquidado ou convertido em applicação da dívida publica, ficassem privados da indemnização a que tinham direito.

Já foi iniciada na assembleia geral da república a renegação da lei de 16 de Julho de 1855 que autorizou o poder executivo a celebrar ajustes com os agentes diplomaticos estrangeiros acerca das reclamações de seus respectivos compatriotas.

Esta renegação porém não pôde prejudicar o accordo diplomatico existente com o Brazil; ha um compromisso internacional que se não levou a effeito.

A' vista do resultado que tiveram as negociações pendentes entre o governo da república e os da França e Inglaterra para o ajuste das reclamações dos súditos destas duas ultimas potencias, sem allusão ao accordo com ellas celebrado em 25 de Junho de 1857, poderia não insistir o governo imperial para que prevaleça o de 8 de Maio de 1848, celebrado com o Imperio.

Subsistem as promessas solenns de que seião os reclamantes brasileiros tratados como os da nação mais favorecida.

O governo da república, pela lei de 20 de Julho 1856, está autorizado a iniciar ajustes sobre a dívida externa, e em geral com todos os credores do Estado, quaisquer que seijo seus titulos, dando conta em todos estes casos das concessões que celebrar para obter a approvação legislativa.

Solução das reclamações dos súditos da França e Inglaterra provenientes de prejuízos de guerra.

A lei de 15 de Julho de 1837 approvou as bases ajustadas, em 23 de Junho do mesmo, entre o governo da república e os agentes dos governos da França e Inglaterra, para o estabelecimento de uma commissão mixta que teria de resolver e liquidar definitivamente as reclamações dos súditos daquellas duas potencias, a que se refere a lei de 11 de Julho de 1833.

A importancia dessa liquidação devia ser reconhecida pelo poder executivo como dívida nacional.

A amortização e extincção desta dívida tinha de ser regulada por uma convenção especial.

Os dois governos tinham de se entender tambem sobre a taxa dos juros que venceria essa quantia.

Os commissarios não puderão, no desempenho de suas funcções, chegar a um accordo sobre o quantum da indemnização com que devião ser attendidos os reclamantes anglo-franceses.

Os da França e Inglaterra haviam calculado em 3 milhões de pias os prejuizos causados aos súditos de suas nações, e os orientaes os reduzirão a 3 milhões.

O assumpto, pois, tinha de ser discutido diplomaticamente.

Os governos daquellas duas potencias derão, em consequencia, em 1860, instrucções a seus agentes para se entenderem a este respeito com o governo da república.

Depois de larga discussão ficou fixado em 4 milhões a importancia das indemnizações a que tinha direito os reclamantes anglo-franceses, e concordou-se que essa quantia venceria o juro de 3 %.

Nada se pôde resolver sobre o modo por que seria atterizado o capital e juros.

Fiel aos seus compromissos, o governo da república declarou que não podia destinar as seu pagamentos rendas que já estava, com preferencia, obrigadas á amortização de outros empenhos internacionais.

Estes empenhos são os que se derivão dos accordos ou convenções de subeido celebrados com a França em 12 de Julho de 1848, e com o Brazil em 12 de Outubro de 1851.

Neste estado da questão, e não obstante estarem alteradas as condições sob as

quase funcionára a comissão mista, recebeu o governo da república dos encarregados de negócios da França e Inglaterra, em 22 de Fevereiro do corrente anno, uma nota collectiva com caracter de ultimato.

Exigiu-se por essa nota :

1.^a A reunião da comissão mista afim de ser reconhecida, por um acto solenne, a quantia de 4 milhões de pesos, moeda corrente, como importância total das reclamações á que se refere a convenção de 13 de Junho de 1857;

2.^a Um juro annual de 5 %, e a amortização dentro de 30 annos, divididos em 6 periodos iguaes de 5 annos cada um;

3.^a A applicação das rendas geras da república ao pagamento do capital e juros dessa divida feito mensalmente pelas rendas das alfândegas.

Estas condições devião ser accitadas ou rejeitadas dentro de um prazo fixo, que expirava a 10 de Março ultimo, reservando-se os governos da França e Inglaterra, em caso de rejeição, o direito de repetir as suas primeiras reclamações, e de tratarem sô das medidas que fossem necessarias para acutelar seus interesses.

Collocado nesta posição, o governo da república submetten á consideração do corpo legislativo o seguinte projecto :

« Art. 1.^o Fica o poder executivo autorizado para accitar o reconhecer definitivamente até a somma de 4 milhões de pesos, moeda corrente, como divida da república, pelas indemnizações por prejuizos de guerra reclamadas pelos subditos da Inglaterra e da França, á que se refere a lei de 15 de Julho de 1857, que approva as bases ajustadas em 13 de Junho de mesmo anno com os agencias dessas nações.

« Art. 2.^o De conformidade com o disposto na 7.^a das referidas bases, o poder executivo ajustará em uma convenção especial a extincção da divida que, até á somma designada no artigo anterior, reconhecer como divida nacional. »

Este projecto foi acompanhado de uma longa exposição acerca dos antecedentes deste assumpto.

A camara dos representantes deu o seu parecer no 1.^o de Março, approvando o projecto, com a clausula de ser submettida ao corpo legislativo a convenção que o poder executivo celebrasse com as legações de França e da Grã-Bretanha, e de não poder servir de precedente, para casos analogos, a authorisação concedida ao poder executivo, por motivos especialissimos.

Passada a assumpto ao senado foi o projecto rejeitado em 1.^o de Junho, approvando porém em 2.^o com a supressão desta ultima clausula.

Tendo soffrido o projecto primitivo do poder executivo esta alteração, passou de novo á camera dos representantes, onde foi sancionado nos mesmos termos da approvação do senado.

Esta solução foi communicada da legação de França e Grã-Bretanha, afim de se celebrar a convenção em que se ha de estipular a extinção da dívida reconhecida pelos poderes do Estado.

O governo imperial espera que nessa convenção ficarão salvos os direitos garantidos ao Brasil pelos arts. 10 e 11 da convenção do subsidio de 12 de Outubro de 1851, assim como fôrto respeitadas nessa época as que tinha a França pela convenção de 12 de Julho de 1848.

Empenhos do governo da republica para com o Imperio, a que estão especialmente sujeitas as rendas do Estado.

Cumpra-me aqui informar-vos do estado actual das empenhos contrahidas pela Republica Oriental do Uruguay para com o Brasil, a cujas pagamentas estão hypothecadas as rendas do Estado, as contribuições directas e indirectas, e com especialidade os direitos do alfândega.

Sabeis das diligencias feitas pelo governo imperial para obter do da republica explicação acerca da importância dos empenhos anteriores á que estivessem peculiarmente obrigadas aquellas rendas, — e das épocas em que estarão extincias

As explicações dadas pelo governo da republica, por nota de 28 de Outubro de 1860, annexa ao relatório do anno proximo passado, fôrto insufficientes, e devida ser completadas quando estivesse do todo liquidada a dívida do Estado.

O ministro da fazenda, como consta da citada nota, declarou que seria este um dos primeiros e dos mais graves assumptos de que a honrada assembléa teria de occupar-se no proximo periodo legislativo.

Esta declaração autorizava a suppôr-se que o poder executivo seria habilitado para, em cumprimento do art. 14 da lei de 21 de Julho de 1860, apresentar o quadro geral da dívida interna e externa, e os recursos necessários para cumpri-la.

O governo oriental não pôde subvertir a consideração da assembléa geral, na sessão legislativa de anno passado, estes trabalhos.

O governo imperial tem esperado os esclarecimentos promettidos nos trabalhos a que me refiro para ajustar com o da republica a parte destas rendas que deve ser appli-

cada é amortização da dívida brasileira, nos termos e pelo modo por que lhe foram ellas hypothecadas.

Como vos informou o meu antecessor, esta dívida importava, capital e jurea, vencidos até 31 de Dezembro de 1839, em . . . 4,982,801,710
e elevára-se em 31 de Dezembro de 1860 á . . . 5,196,935,073

O mappa junto a este relatório demonstra os diferentes actos internacionaes celebrados com o governo da república e d'onde se derivão os seus empenhos para com o Imperio.

A dívida da república, em consequência destes empenhos, montou em 31 de Dezembro de 1861 á . . . 5,488,022,630

Não se comprehende neste algarismo a somma que se liquidar das despesas feitas pela divisa auxiliar brasileira em Montevideo, em virtude do accordo de 5 de Agosto de 1854.

Limites entre o Imperio e a república Oriental do Uruguay.

Além dos 33 marcos l. . . e 41 intermedios, collocados sobre a linha divisória demarcada pelos . . . do Brasil e da república, foram assentados mais dois intermedios, um . . . da serra do Sant'Anna do Livramento, e outro na crista da cordilheira de São . . . na volta que faz a mesma eschilha para o rumo do oeste, correspondendo a pontas do arroyo Ilheu, e antes da estrada para o passo do Rosario.

O ultimo marco grande se está elevando sobre a ponta do dia da barra do Quarabim.

O governo imperial está persuadido de que na collocação destes marcos foram escrupulosamente respeitadas as acções de demarcação, já approvadas pelos dois governos.

O governo da república não podia ignorar as respectivas posições dos marcos designados com a maior precisão e minuciosidade em um mappa organizado pelo engenheiro commissario brasileiro, que fôra encarregado desta importante trabalho.

Este mappa foi publicado no relatório de meu illustre antecessor, do anno próximo passado.

Entretanto, pelo simples facto de ter-se procedido sem o concurso de um commissario oriental, reclamou o respectivo ministro das relações exteriores arguido

de irregular a maneira porque está assentada os marcos da linha divisória entre os dois países.

Esta reclamação reproduz a que foi dirigida ao governo imperial em 1860 pelo ministro da república sena côde.

Depois das explicações dadas pelo governo imperial, não se insistiu na reclamação; e que deixa supôr que não havia mais para ella.

Não se exigio então, como essencial para a legalidade dessas operações, a intervenção de um agente por parte da república.

Nenhum agente propriamente heure com effeito, que tennasse precisa e indispensavel, para esse trabalhos, a presença do dito agente.

Não obstante, aproveitando com prazer todas as occasiões que se lly offerecem para exhibir provas da lealdade e bom fô com que procede nas suas relações com a república, o governo imperial declarou que nenhuma duvida teria em admitir a concurrencia desse agente.

O governo imperial acaba de saber que o da Republica se dispõe a nomear o commissario que tem de proceder a verificação dos trabalhos feitos por parte do Imperio.

Assim jã se proceden quanto ao levantamento das rectas, que, na falta de ditas naturas, marcos o gyro da linha divisória: ellas foram traçadas pela commissão brasileira e verificadas por um engenheiro, para esse fim devidamente autorizado pelo commissario oriental.

Ocupação do Hincão de Artigas.

Segundo a demarcação feita em virtude do tratado de Limites de 12 de Outubro de 1851, este Hincão passou de dominio da Republica ao do Imperio, mas não foi occupado pelas autoridades brasileiras por ter arrevido o governo imperial a conservação do *status quo* anterior áquella demarcação que o governo oriental propozera manter, enquanto não fosse approvado pelas camaras orientaes o tratado de permuta do terreno celebrado em 4 de Setembro de 1857.

Não se tendo verificado a approvação desse tratado, tinha necessariamente de cessar o *status quo* ajustado.

Tera portanto a legação imperial de denunciar esse accordo, e assim o fez de ordem do governo imperial por nota de 1 de Fevereiro de 1861, declarando que o

Imperio estava resolvida a occupar o territorio que lhe pertencia, e confiava que o governo da republica ordenaria ás suas autoridades abrirem mão da jurisdicção que alli exercião.

Por nota de 4 de Maio communicou o ministro das relações exteriores que o governo da republica expedira naquella data as convenientes ordens para que não fossem oppostos obstaculos á occupação do Rio do Arica por parte do Imperio, conservando a republica a que lhe pertence as terras que era objecto da permuta, em frente á villa de Sant'Anna do Livramento.

Nesta conformidade fôrto expedidas, em 25 do mesmo mez, á presidencia da provincia do Rio-Grande do Sul as convenientes ordens, mantendo-se em sua integridade a linha divisoria como fôrto demarcada pelos respectivos commissarios.

Demarcação da fronteira do Brasil com a republica do Perú.

Estado fôrto pela convenção de 23 de Outubro de 1851 a linha divisoria entre os dois Estados, era de toda a conveniencia proceder-se ao seu reconhecimento e demarcação.

Assim e entendido os dois governos, compromettendo-se pelo art. 7.º da mesma convenção celebrada em 22 de Outubro de 1853 a nomear os seus commissarios dentro de duas semanas, a contar da troca das ratificações.

Organizadas estas commissões tratou logo o governo imperial de dar as precisas instrucções ao Sr. José da Costa Azevedo, commissario nomeado por parte do Brasil, dando dellas conhecimento ao governo da republica para este tê-las em consideração nas que fôrto de expedir ao seu commissario.

O Sr. Costa Azevedo partiu em Novembro ultimo para o seu destino, e tinha de aguardar em Montevideo ou Tabatinga a chegada do commissario da republica para encetarem os seus trabalhos em commun.

Munido pelo governo imperial de todos os materiais e recursos necessarios ao desempenho de sua commissão, achava-se o Sr. Costa Azevedo habilitado a nella proseguir sem interrupção.

O Sr. almirante Mariategui foi nomeado commissario por parte da republica. Tendo, porém, outros encargos de seu governo a desempenhar em Londres, a sua presença tinha de ser prolongada e por consequencia viavel a ficar adiada a demarcação dos limites entre os dois países.

Nestas circumstancias, não conviando manter no pé do serviço activo a commissão

brasileira, dispense o governo imperial parte della, ordenando ao seu commissario que, com um dos seus auxillios, o Sr. João Soares Pinto, fosse adiantando as operações que mais tarde poderão ser verificadas com o commissario da república.

Intelligencia da convenção de 2 de Junho de 1858 celebrada entre o Imperio e a Grão-Bretanha.

A grave questão da suspensão da commissão mista brasileira e inglesa, pelas razões que vos foram expostas, tem merecido constantemente a attenção deste ministerio.

Procurando o governo imperial, como lhe cumpria, manter a verdadeira e genuína intelligencia da convenção de 2 de Junho de 1858, celebrada especialmente para o ajuste de todas as reclamações brasileiras e inglesas não decididas, ou que cada um dos dois governos considerasse como não decididas, fez ainda, por nota de 21 de Janeiro da corrente anno, um appello á lealdade com que fôra negociado aquelle pacto internacional, para convencer o de S. M. Britannica de que não pôde ser excluídas do julgamento da commissão mista, as reclamações brasileiras provenientes de capturas ou detensões julgadas pelas antigas commissões mistas nas terras da convenção de 23 de Novembro de 1850, e das actos praticados em consequencia da lei 8 e 9. Viet. cap. 122, geralmente denominada Bill Aberdeen.

Antes desta nota, em 20 de Novembro do anno proximo passado, o Sr. conselheiro Carrilho Moreira, ministro do Brasil em Londres, dirigiu ao principal secretario do estado de S. M. Britannica um memorando, em que largamente expôs toda a questão.

Como sabéis, a interrupção estemporanea dos trabalhos da commissão mista procedeu muito tempo á realgação final communicada ao governo imperial por nota de 11 de Setembro de 1893.

Só então declarou a legação de S. M. Britannica, de ordem do seu governo, que, se não fossem concluídas do juizo arbitral daquella commissão as reclamações pertencentes ás duas referidas classes, não haveria outra alternativa sendo dar por finda a commissão creada em virtude da convenção de 2 de Junho de 1858.

Os dois documentos, á que acima referi-me, illudirão completamente os fundamentos daquella decisão, que foi desde logo reposita do caracter de irrevogavel.

Não era, porém, a intenção do governo de S. M. Britannica desistir de reproduzir as suas reclamações, embora já decididas pelo governo e pelas tribunaes do Brasil.

Duas noções fortes apresentadas anticipadamente para a decisão destas reclamações: o ajuste de uma nova convenção ou discussões especiais sobre aquellas de suas reclamações que o governo britannico não tivesse por decididas.

Em ambos estes casos erão julgadas como inadmissíveis as reclamações do Brasil que estivessem nas condições das expugnadas.

Proseguindo nos expedientes indicados, dirige a legação britannica ao governo imperial a nota de 14 de Abril ultimo.

O governo imperial sente que a proposta de uma nova convenção, como é feita pelo governo britannico, importe a renegação da de 8 de Junho de 1858, e a adheção do Brasil a doutrinas e procedimentos á que nunca prestou acquiescencia e que foram constantemente objecto dos seus mais vivos protestos.

A commissão mista brasileira e inglesa julgou algumas reclamações, umas brasileiras e outras inglesas.

Durante os seus trabalhos concordou-se em que, na execução do art. 4º da convenção, cada um dos governos pagasse as reclamações de seus súbditos, satisfeito qualquer saldo por aquelle contra quem elle se verificasse.

A legação de S. M. Britannica, recordando este accordo, solicitou que assim se procedesse com as sommas custeadas aos reclamantes dos dois países, reservando-se para um ajuste ulterior o encastro desses pagamentos.

No estado em que ficou a questão, o trade não pôde suspender desde 10 de Março de 1861 os vencimentos dos empregados de S. M. Britannica, que fazio parte da commissão mista, determinou o governo imperial suspender tambem os dos funcionarios brasileiros.

Questão pendente sobre limites entre o Brasil e a Guyana Francoza.

O Brasil tem sempre pagado para que os seus limites com a Guyana Francoza sejam pelo rio Oyapock, que desemboca no cabo de Orange, entre o 4º e 5º grãos de latitude septentrional.

O governo de França não accitou esta linha, nem as qua-las foram offercidas ao sul daquelle rio nas terras chamadas do Cabo do Norte.

O plenipotenciario francez, na negociação confiada ao Sr. visconde de Uruguay, rejeitou todas estas arbitrias, e nemao a ultima concessão feita pelo plenipotenciario brasileiro de rio Calisene, que secca aos 2º e 3º.

A questão ficou indolosa, e tem de ser discutida novamente quando se reanir a negociação.

Este adiantamento permittia novas estudos e exames relativos á questão; além dos trabalhos confiados ao capitão tenente José da Costa Azevedo, alguns escriptos creditos têm desde então sido publicados, que derramão muita luz sobre esta secular e complicada controvérsia.

Com taes elementos couda o governo imperial que desaparecerão as difficuldades com que tem lutado o juizo critico para bem apreciar as pretensões de uma o outra parte.

Entretanto o accordo pelo qual se comprometterão em 1841 os dois governos a manter a neutralidade do territorio de Anapá, tem sido observado inalteravelmente.

Accôrdo proposto no Governo da França para determinar a Jurisdição a que devem ficar sujeitos os crimes commettidos no Anapá, e levados a um dos paizes limitrophes.

No territorio do Anapá commetten-se um assassinato; o assassino era súbdito Brasileiro e o morto um cidadão Peruano. O criminoso foi remettido para Cayenna, e instaurou-se o respectivo processo.

Deste incidente originou-se uma questão de competência, que não podia ficar sem solução.

A moral publica, a segurança e a tranquillidade dos habitantes do Anapá exigião que não lograssem os que ali delinqüissem a impunidade resultante de não estarem sob a acção da autoridade alguma dos districtos vizinhos.

Esta delicada questão, susceptivel de difficuldades praticas, foi submettida aos dois governos.

O governo imperial, em conformidade com a resolução tomada pelo S. M. o Imperador das Francezes, deu as precisas instruções á legação imperial em Paris encarregando-a de estabelecer um accordo com o respectivo ministro dos negocios estrangeiros para que, enquanto não fôr decidido o litigio territorial levantado entre o Brasil e a França, todo o habitante do territorio contestado, qualquer que seja a sua nacionalidade, que, accusado de um crime, fôr levado a um dos paizes limitrophes, seja processado e julgado conforme as leis desse paiz.

Extradição de desertores.

No anno de 1857, por virtude do um decreto do S. M. o Imperador das Francezes, forte postos á disposição das autoridades brasileiras alguns soldados pertencentes ao destacamento da colonia de Poërs II, na provincia de Paris, que em 1853 se insurgiram e assassinaram o seu commandante, o tenente Joaquim Bezerra de Albuquerque.

Esta deliberação era conforme ao art. 9.^o do tratado celebrado com a França em 8 de Janeiro de 1820.

Segundo este precedente e em virtude da solicitação do consulado do Brasil em Cayenna, ordenou o governador daquella colonia a prisão e entrega de algumas autoridades do outro desordeiro envolvido naquella revolta, e refugiado na colonia penitenciaria de S. Luiz do rio Maroni.

Extradição de criminosos já condemnados.

Em 1858 foi discutida nesta corte, entre o governo imperial e a legação do S. M. o Imperador das Francezes, uma convenção para a extradicação reciproca de criminosos, com excepção de seus nacionaes, refugiados do França e de suas colonias da Guayana e das Antilhas no Brasil e do Brasil em França ou nas colonias francezas da Guayana e das Antilhas, accusados ou condemnados pelos tribunaes competentes.

Esta negociação não teve andamento, mas persuadido-se o governo imperial de que, estabelecendo essa convenção só os criminosos, assim classificados pelo código penal francez, nenhuma difficuldade haverá em se levar a effeito tão benéfica disposição.

Existem no territorio contestado e em alguns pontos da mesma colonia diversos criminosos, condemnados a 10 e mais annos de prisão, evadidos no decurso do anno de 1857 da fortaleza de Macapá, onde achavam-se cumprindo sentença.

O governo imperial trata de obter os necessarios documentos, com que se possa solicitar a sua extradicação.

E' de esperar que o S. M. o Imperador das Francezes não se negue a este pedido, independente de prévio accordo. Se for elle preciso, será occasião de se insistir para que se conclua, como tanto convem aos interesses dos dois paizes, a negociação já encetada.

Abolição dos direitos do Sunda e dos Belts.

Não foi ainda erectada a negociação proposta pelo governo dinamarquez ao governo imperial para a abolição dos direitos do Sunda e dos Belts, pagando o Brasil a parte que lhe pertencesse da indemnização, que se reservou S. M. o rei da Dinamarca, ao accôrre aos desejos manifestados pelas principaes potencias maritimas de serem alliviados desse peso os navios e carregamentos que se dirigão aos portos do Baltico.

Reconhecendo o governo imperial as vantagens que ao commercio em geral resulte da total suppressão desses direitos, já teria procurado entender-se com o governo dinamarquez, se não fossem as actuaes circumstancias do thesouro nacional, que lhe não permittem contrahir novos empenhos, que sobrecarreguem os cofres publicos, sem manifesto interesse da pair.

Segundo os calculos effectados pelo governo dinamarquez, na quota com que deve contribuir o Brasil, não se comprehêdo os direitos de passagem, mas só o valor das mercadorias, importadas e exportadas, na sua passagem pelo Baltico.

Esta base precisa de ser discutida. Se as despesas de transporte recahem sobre o consumidor e não sobre o producer, parece manifesto que a concessão do direitos á que são sujeitas as mercadorias exportadas do Brasil aproveitará á propria Dinamarca, e ao Brasil aproveitará somente o que debetere de pagar os artigos importados do Baltico nos portos do Imperio.

Feito o calculo nesta conformidade, e segundo os dados que temos do valor da exportação daquella procedencia, será a quota com que deverá concorrer o Brasil de 131:720,9000.

O governo imperial está certo de que serão accollidas benevolamente estas considerações no ajuste definitivo que se houver de celebrar sobre este assumpto.

Abolição do direito de Stade ou Brunshausen.

Os principios de livre navegação, e a abolição dos direitos do Sunda e dos Belts, pressaccão a completa suppressão dos direitos que até aqui cobrava o reino de Hanover nos carregamentos dos navios que, subindo o Elba, têm de passar a tribocadura do rio Schwinge.

Estes direitos são geralmente conhecidos pelo nome de *passagem de Estado* ou de *Drumhausen*.

Sobre proposta do governo do S. M. Britannica, a que adheriram varias outras potencias, postou-se S. M. o rei de Hannover a renunciar para sempre, por um tratado geral, á percepção deste direito, por via do regata, em compensação do desfalque que dahi resultaria ás rendas daquelle reino.

Por esta de 2 de Fevereiro do anno proximo passado foi o Brasil convidado a concorrer para esse regato.

Estando disposto o governo imperial a acceitar este convite, manifestou o desejo de que a quota reservada para o Brasil fosse calculada sobre a base do pavilhão e não do valor das mercadorias exportadas do Imperio para os portos de Hamburgo e Altona.

No primeiro caso seria ella de 1,013 thalers da Prussia ou 2,026 marcos de banco, correspondente a 1:3834768; e, no segundo, de 22,488 thalers ou 448,976 marcos de banco, ou 30:7184608 ao cambio de 27.

O governo imperial não desconhece a importancia do commercio do Brasil com os portos de Hamburgo e Altona.

A exportação dos productos brasileiros para o primeiro daquelles portos pagou, nos annos de 1846 a 1856, a somma de 187,655 thalers, e nos annos de 1858 a 1859 a de 63,303 thalers.

Contudo, de conformidade com principios justos adaptos o governo imperial aquella primeira base e como condição para entrar o Brasil n'um ajuste definitivo a este respeito.

Admittida esta base pelo governo de Hannover, concorreu o Sr. conselheiro Marcos Antonio de Araujo, na qualidade de plenipotenciario brasileiro, ás conferencias celebradas de 17 a 23 de Junho.

Essas conferencias deram em resultado o tratado que submetto á vossa consideração, anexo ao presente relatório.

Ficou estipulado pelo art. 3º d'este tratado que a percepção dos direitos de Estado cessaria inteiramente, de 1º de Julho do anno proximo findo, para os navios e mercadorias das partes contratantes, sendo entretanto obrigadas estas navios a dar uma cruzã que lhes seria restituída logo que fosse ratificado o tratado.

Em 25 de Julho foi paga a contribuição do Imperio, o mais 25 thalers com que concorreu cada um dos plenipotenciarios, para serem repartidas entre os empregados Hanoverianos em remuneração dos trabalhos extracurriculares que tiveram com esta negociação.

O governo imperial teve, por consequencia, de desembolsar 1,408 thalers, ou 1:417:081 quantia insignificante, considerando-se a importancia da negociação.

Abolição dos direitos que se cobrão pelo transito do Escalda.

O governo do S. M. o rei dos Belgas, considerando os precedentes havidos com o respeito dos direitos do Sardo em 1857 e do Elba em 1864, e de accordo com os principios professados a respeito da liberdade pelo congresso de Paris, em 1856, entende que o Escalda podia ficar nas mesmas condições favoraveis ao commercio e navegação por meio da capitalisação dos direitos que pagão em seu transito os navios estrangeiros.

Tem para este fim o governo belga diligenciado a adhesão das potencias maritimas á idéa dessa capitalisação.

Os direitos de que se trata não existião antes da independencia da Belgica, nem mesmo nos primeiros annos decorridos depois della: facto crendos pelo tratado definitivo de separação, concluido em 19 de Abril de 1838, entre a Belgica e a Hollanda e garantido pela Inglaterra, França, Russia, Austria e Prussia em tratado negociado na mesma data com a princeps das duas potencias.

No § 1.^o da art. 9.^a do primeiro tratado, considerado como parte integrante do 2.^o, estipulou-se o seguinte:

« O governo dos Paizes-Baixos porosebri sobre a navegação do Escalda e de suas embocaduras o direito de florins 1,50 por tonelada, a saber: florins 1,12 dos navios que, vindo da alto mar, subieem o Escalda occidental com destino á Belgica, pelo Escalda ou pelo canal de Ternerse, e de florins 0,38 por tonelada dos navios que, vindo da Belgica pelo Escalda ou pelo canal de Ternerse, descem o Escalda occidental para o oceano. »

Pouco depois da conclusão destes tratados, em 5 de Julho de 1839, promulgou-se na Belgica uma lei, pela qual foi o governo deste reino autorizado a indemnisar a todos os navios belgas e estrangeiros do pagamento dos direitos de transito.

Eis os respectivos paragraphos dessa lei:

« 1.^o A pésgata que deve perceber o governo dos Paizes-Baixos pela navegação do Escalda, que se dirige do oceano para a Belgica e da Belgica para o oceano, pelo Escalda ou pelo canal de Ternerse, será restituída pelo Estado aos navios de todas as nações. Contado, se se derem a respeito de alguns dos privilegios estrangeiros meliores graves e especiaes, o governo fica autorizado a suspender provisoriamente, em relação a esse privilegio, o effeito da presente lei.

« 2.^o Antes do 1.^o de Julho de 1853 examinar-se-ha seu beneficio de artigo prece-

deste deve ser mantido em favor dos países com os quaes não houver ajustes commerciaes de alfandega ou de navegação..

Resulta das disposições convencionaes e legislativas que acabão de ser transcriptas que os navios que transitarem pelo Escalda, e isto o governo Belga, pagará á Hollanda os direitos estabelecidos; e que esse governo assumio o onus do pagamento por acto voluntario e irrevogavel.

Resulta mais que a Belgica no momento em qua quizer poderá alterar o systema actual, e, indemnizando sómente as seus proprios navios, deixar aos das outras nações o onus dos direitos que lhes competirem.

Dahi a idéa da capitalização projectada.

O capital do resgate dos direitos do Escalda eleva-se a 43,134,913 francos.

A péagem do Escalda representa para os navios brasileiros um termo médio de 217 francos annuaes.

Tomando-se esse termo médio por base, e feita a capitalização por 25 annos, tocará ao Brazil a quota de 5,455 francos.

O governo do S. M. o rei dos Belgas offerece reaesuar, por sua parte, admittido o resgate, á percepção do direito de tonelagem que pagão os navios que frequentão os seus portos, e a entender-se com o governo da Hollanda para a redução dos direitos de pilotagem.

A importancia do resgate por parte do Brazil seria neste caso inferior á totalidade das sommas que deixaria de pagar a titulo de tonelagem e de pilotagem.

O governo imperial prestou a sua adhesão ao convite que nestes termos lhe dirigio o governo belga por intermedio do ministro Brasileiro em Bruxellas.

Convenções consulares.

O meu illustre antecessor já vos deu conhecimento da convenção consular celebrada em 10 de Dezembro de 1846, entre o Brazil e a França.

Cum a Confederação Suissa foi celebrada nesta corte em 26 de Janeiro do anno proximo finda uma convenção identica, accommodada da circumstancias peculiares daquelle país.

A assembléa federal, que em 17 de Junho de 1852 havia adherido á reciprocidade de que tratao o art. 24 do decreto de 8 de Novembro de 1851, para poderem ser applicadas aos agencias consulares suissas as disposições deus

decreto, pelas quaes foram resolvidas muitas questões, especialmente no que se refere á arrecadação e administração das fazendas, não teve duvida em approvar aquelle novo ajuste, e a autorisar o conselho federal a verificar a troca das respectivas ratificações.

Esta approvação e autorisação foi consagrada pelo conselho nacional em 17, e pelo dos Estados em 31 de Janeiro do corrente anno.

Em 11 de Dezembro de 1860 iniciou-se uma igual negociação por parte da Hespanha.

Para lra-la a effeito formou-se um dos meus antecessores um contra-projecto, que sendo submettido á consideração do governo de S. M. Catholica mereceu o seu assentimento.

A discussão sobre este ajuste pôde considerar-se encerrada.

Em 10 de Maio de 1861 recebeu tambem o governo imperial um projecto para regular-se este assumpto com o reino da Italia.

A negociação deste projecto não pôde ter desde logo andamento.

Solicitando o representante da Italia nesta corte, depois de reconhecido aquelle reino pelo Imperio, que se desse começo á negociação, foi o Sr. conselheiro Sergio Telles de Macedo designado por S. M. o Imperador para entender-se a este respeito, na qualidade de plenipotenciario brasileiro, com o Sr. Gabriel Galateri plenipotenciario por parte da Italia.

Este ajuste está ainda pendente.

Intelligencia do art. 8 da convenção consular de 10 de Dezembro de 1860, celebrada entre o Brasil e a França.

Em 22 de Maio do anno próximo passado deu-se a bordo do clipper francez *Caracas*, fondeado neste porto, um conflicto entre pessoas da tripulação.

O capitão das-armas requisitou, para restabelecer a ordem a bordo, o auxilio da força ao commandante do vapor de guerra nacional *Auxonne*, o qual o não prestou por se julgar incompetente, em virtude do art. 8 da convenção consular de 10 de Dezembro de 1860, celebrada entre o Brasil e a França, que dispõe o seguinte :

« Em todo que diz respeito á policia dos portos, carregamento e descarga dos navios, segurança das mercaderias, bens e offeitos, os subditos dos dois paizes serão respectivamente sujeitos ás leis e estatutos da territorial. Todavia, os consules-geraes, consules e vice-consules respectivos, serão naturalmente encarregados da ordem

interior a bordo dos navios de commercio de sua nação, e si elles tomarem conhecimento de todas as desordens que sobrevierem entre o capitão, os officiaes e os individuos que estiverem comprehendidos, por qualquer titulo que seja, no rol da equipagem. As autoridades locais não poderão intervir senão no caso em que os desordens que dali resultarem fôrão de natureza a perturbar a tranquillidade publica, ou quando uma ou mais pessoas do polo ou estranhos á equipagem nellas se acharem implicadas.

« Em todos os demais casos as ditas autoridades se limitarão a dar auxilio aos com-
mandantes, consules e vice-consules, quando estes o requisitarem, para mandar prender e conduzir á rebda os individuos da equipagem que elles julgarem conveniente alli recolher, em consequencia de tais desordens. »

Este negocio foi tomado na devida consideração, declarando o governo imperial que não se poderá negar o socorro pedido, nas circumstancias acima referidas, no caso de ausencia do respectivo consal, a beta da humanidade e da boa ordem do porto.

Intelligencia da lei de 10 de Setembro de 1860.

Declarando-se no art. 1.^o dessa resolução que o direito que regula no Brazil o estado civil dos estrangeiros, ali residentes, sem ser por serviço de sua nação, poderá ser tambem applicado ao estado civil dos fillos desses mesmos estrangeiros nascidos no Imperio, durante a minoridade sócnica e sem prejuizo da nacionalidade reconhecida pelo art. 6.^o da Constituição, entendem o governo imperial que não fôrão estabelecido dando logo um direito, mas sim uma faculdade para ser applicavel aos menores, fillos de estrangeiros nascidos no Imperio, o estatuto pessoal do seus pais.

Esta materia deve ser regulada por decreto, accordo ou convenção, além do que a referida lei possa ter a devida applicação nos casos occorrentes.

Emigração.

Pouco tenho que dizer-vos sobre este assumpto que é especialmente dirigido pelo ministério da agricultura, commercio e obras publicas.

As vantagens que o nosso país offerece aos emigrantes, têm sido em varias épocas mal apreciadas por alguns governos do Estado da Alemanha.

Tal resultarão as medidas tomadas, é que já aludiram os meus illustres antecessores, adequadas com o fim de pôr obstatos á vinda de emigrantes para o Imperio.

As preoccupações que hão lido dictado aquellas medidas devem ter-se desvanecido com a visita especial enviada á esta côrte pela confederação Suíça, e de que foi incumbido o Sr. Joto Jacques de Tschudi.

Elles provido, especialmente da maneira por que são celebrados os contractos chamados de parceria, e concerto sem dívida donde que por lei se regulam com precisão e efficacia os direitos e obrigações reciprocas dos colonos e dos fazendeiros.

A emigração portugueza continúa a ser escassa.

Não havia motivo justo para as difficuldades que lha oppuzas o governo do S. M. Filéitina, indaudo, como se deve crêr, antepelo desejo de favorecer as suas colonias do ultramar, de que pela concessão do año encontrarem os portuguezes no Brasil as desejadas vantagens e as garantias que não lhas falta.

Propoz o governo portuguez que se regulassem por um convenio os diversos interesses envoltidos na emigração.

O governo imperial sempre esteve prompto para entrar em uma discussão franca sobre o assumpto com o representante do S. M. Filéitina nesta côrte.

As questões agiadas reduzem-se a muito poucas; referem-se quasi exclusivamente ao modo por que são feitos os contractos de locação de serviços no Imperio.

Reclamações Brasileiras.

ESTADO ORIENTAL.

Abuses e violencias commettidos contra brasileiros por autoridades do departamento de Taquarembó.

A presidencia da provincia do S. Pedro de Rio-Grande do Sul fez subir á presença do governo imperial uma representação, assignada por grande numero de subditos brasileiros residentes no departamento de Taquarembó, expondo os attentados e violencias que soffrio da parte das respectivas autoridades orientaes.

Os factos de que procedem taes queixas não são mais do que a reprodução ou continuação de outros, que o relatório de anno passado noticia terem occorrido da-

rente a administração de D. Jacintho Barbat, antecessor do actual chefe politico D. Tristão Azambuja.

Infortunadamente esses excessos não têm ficado limitados a esse departamento. Iguaes occorrencias ha a deplorar em outros, se bem as generalidades são sempre acompanhadas de circumstancias não aggravantes.

Atendendo ás reclamações feitas sob varios titulos por ditos governos, representados por seus agentes em Montevideo, recommendou o governo da republica em 9 do Janeiro do corrente anno que as autoridades departamentaes, no desempenho do seus deveres, se houvesssem com a maior moderação e que as commissões mais importantes fossem desempenhadas pelos proprios commissarios, a fim de prevenir abusos de funcionarios subalternos.

Vultando mais o numero de brasileiros, residentes ou estabelecidos no territorio oriental, mais frequentes são as reclamações do governo imperial.

O governo da republica demittiu da suas funcções varios chefes politicos e commissarios dos departamentos de Maldonado, Canelones e Salto.

Igual procedimento teve com D. Jacintho Barbat, chefe politico no departamento do Taparimbó.

Mes, nem as recommendações do governo da republica, nem a demittida d'aquella autoridade, puzeram termo ás violencias que alli se praticão contra os subditos de S. M. o Imperador, sob a administração do actual chefe politico.

Os actos de perseguição commettidos durante sua administração podem ser classificados em duas categorias: ou se referem a uma complicada questão sobrevida em extensos campos, em que têm posse antiga muitos subditos brasileiros; ou, e na maxima parte, a assassinatos, espoliações, prisãoes arbitrarías e toda a sorte de vexames.

O governo imperial, devida prestar aos subditos do imperio a protecção que lhes é devida, tem chamado constantemente a attenção do governo da republica sobre este deploravel estado de cousas.

Os ultimas successos induziram o mesmo governo a ordenar que se procedesse ás precisas diligencias a fim de bem averiguar o justiça que assiste aos reclamantes brasileiros, e para este fim determinou, por despacho de 14 de Fevereiro do corrente anno, que o conselheiro geral do imperio, o Sr. Helchior Carneiro de Mendonça Franco, se dirigisse ao referido departamento, para habilitar a legação imperial a cumprir as instrucções que lhe têm sido remettidas.

Resulta do relatório que apresentou o nosso agente consular, em 30 de Março ultimo, em desempenho de sua ardua commissão, que não é ainda possível fazer-se um juizo seguro acerca do procedimento das autoridades orientaes, relativamente

as colheitas de canhas e gado, arrasamento de casas e brechóferias, que elles tão frequentes no departamento de Taquarémbo.

Já antes havia informado a legação imperial que essas questões estão envoltas dos interesses não só de particulares mas também do fisco.

Não desconhece o governo imperial que este assumpto é especialmente da competência dos tribunaes, e que aos sabelitos brasileiros pertence promover pelas meios legais o que lhes convier e fir a hon de seu direito.

Este é o principio regulador das relações internacionaes em semelhante materia, mas nem por isso pôde ser excluida a intervenção do governo imperial, quando nos pleitos que se moverem, por motivo de tais questões, forem postergados os principios de justiça universal ou se der manifesto abuso e violencia.

Deplora entretanto o governo imperial ver confirmadas ao relatório do consul geral do Imperio, as queixas dos súbditos brasileiros por causa dos attentados de que têm sido victimas, as quaes, segundo as assignações é que se procedeu tem sido commettidas de modo injustificavel até pelas proprias autoridades da república, com violação de suas leis.

Esses actos atrevidos vêm relacionados em uma nota que, em consequencia daquellas diligencias, dirigiu a legação imperial, em 29 de Março ultimo, ao ministro das relações exteriores.

Essa nota dá tambem conhecimento de varias assassinatos de que até esse tempo não tinha noticia a legação.

À vista do que nella se expõe, pôde dizer-se que até existam, sob a administração da actual chefe politico, senão as garantias individuais para a população brasileira que reside em Taquarémbo.

Sob o ponto a gravidade desta situação, se se attender ás preocupações tradicionais com que são offendidos na república os estabelecimentos brasileiros.

Tomando o governo da república em consideração as representações do governo imperial, assegurou ao seu representante que adoptaria medidas que as satisfizessem, e que faria quanto estivesse ao seu alcance para que, verificados os factos, fossem os seus autores severamente punidos.

Confia o governo imperial que essas promessas serão realizadas, como o pedem as boas relações entre os dois paizes.

O governo imperial velará incessantemente para que sejam respeitadas os direitos e interesses dos súbditos brasileiros no Estado Oriental, tomando-se effectivas as garantias que devesse encontrar sob a protecção das leis e do governo superior da república.

Se fossem impuissimas as esforços dos agentes do Imperio, as consequências da indifferença official, ou da inefficacia da acção do governo da república, não correria por conta do governo imperial.

Assassinatos de subditos brasileiros.

No decurso do anno proximo passado houve a lamentar varios assassinatos de subditos brasileiros em diferentes departamentos da Republica Oriental do Uruguay.

A legação imperial em Montevideo não tem cosado de reclamar contra esses crimes, e pela punição de seus autores.

Esses factos nem sempre são acompanhados de circumstancias graves; muitas vezes são consequencia de rixas entre individuos de haizes condigto: alguns poctm tem sido commettidos, com participação de autoridades ou agentes da força publica da república.

Nas relações complicadas existentes entre os dois paizes, as garantias dos direitos individuaes são o primeiro elemento de harmonia e boa intelligencia.

As autoridades, pois, encarregadas de manter a ordem publica (os chefes politicos, seus delegados, e a força policial), devem ser constituidas de modo que respeitem o facto respellar tão preciosos direitos.

Dar-nos-hel conhecimento do estado destas questões, com referencia a cada um dos successos que têm feito objecto da interronção diplomatica brasileira junto ao governo Oriental.

O sargento de policia Raphael Hesloca, indigido como autor da morte do subdito brasileiro Roberto Correa, no departamento do Serro-Largo, foi preso e posto á disposição da justiça ordinario respectiva.

O governo imperial recommendou que continuasse a legação em Montevideo a reclamar as necessarias providencias para que o autor desse crime não escapasse á vindicta da lei.

Outro sargento de policia, Pedro Portella, dizia-se que havia assassinado a um subdito brasileiro no mesmo departamento do Serro-Largo.

O governo oriental, pelas informações que recebeu acerca deste successo, nega que se possa attribuir o acto áquelle official.

Dependia das diligencias dos tribunacs averiguar-se melhor o facto, para se chegar ao descobrimento do seu verdadeiro autor.

Paralysou-se ao sommario pela morte do subdito brasileiro Valentin Mascia, no departamento de Maldonado.

A falta de informações sobre o resultado do respectivo processo parece indicar a procedência das asserções do governo oriental, constantes da nota que dirigio a legação imperial em 2 de Maio do anno próximo findo.

Das averiguações que se procedeo em consequencia do assassinio do brasileiro Milto Machado das Santas, no departamento de Paysonó, resulta ser indigitado como autor desse crime um tal José Carvajal.

Por nota de 30 de Dezembro communicou o ministro das relações exteriores tunc-se recomendoado ás autoridades do Salto e Mercedes a captura do réo, que se evadira para esses lugares afim de subtrahir-se á acção dos tribunacs.

O assassinato do brasileiro Bibiano Correa de Castro, no departamento de Salto, foi attribuido a uma ordem do commissario de policia.

A legação imperial reclamou com instancia a demissão e o exemplar castigo desse agente publico.

Este grave successo foi tomado na devida consideração, e ao governo imperial foi satisfactorio saber que o chefe politico daquelle departamento dera sem demora as providencias para effectuar-se a prisão do delinqüente, instaurando-se-lhe o respectivo summario, e que fôra demittido aquelle commissario de cargo que exercea.

Outro commissario de policia, e de Carolinas, constata-se autor principal da morte de um súdito brasileiro, perpetrada naquello departamento, sendo esta revestida das circumstancias as mais sérias, e na mesma occasião em que a victima se achou á disposição da autoridade.

O procedimento barbaresco desse commissario foi autorisado pelo respectivo chefe politico.

Tão flagrantc era o attentado, e tão irregular e tumultuario o summario, á que se procedeo e que innocentava o commissario de Carolinas, que o governo oriental mandou organisar novo processo perante a justiça ordinaria.

Não se limitou o governo da republica a esta providencia. Por decreto de 15 de Fevereiro ultimo foi demittido o chefe politico; e o commissario preso á requisição do respectivo juiz do crime foi remettido para a capital.

Confia o governo imperial em que os delinqüentes serão punidos com todo o rigor da lei.

De todos os attentados, porém, que fazem objecto especial desta exposição, o de maior gravidade occorreu com Domingos de Moraes, guardião da cunhaeira *Irady*, surto no porto de Montevideo.

Estado esse official em terra, com licença de seus superiores, de uniforme e

desarmado, foi preso sob protesto de ser desertor da esquadra oriental por um sargento do 1.º batalhão de caçadores.

Levado para o quartel daquelle corpo foi ali maltratado o mortalmente ferido pelo official Elcutorio Pires, e neste estado transportado para o hospital de caridade, onde falleceu.

A legação imperial reclamou immediatamente a punição do assassino, e uma indemnisação pecuniaria em favor da familia do fallecido.

São de dar-vos que bem pouco satisfactorias são, até ao presente, as respostas que a legação imperial tem recebido do ministerio das relações exteriores da república.

O governo oriental sustenta que o fallecido guardião é oriental, soldado, com praça na esquadra da república desde 7 de Setembro de 1859.

O governo imperial apresenta o mesmo individuo como natural da provincia de S. Pedro do Rio-Grande do Sul, casado, com praça na armada imperial desde 18 de Outubro de 1858.

O governo da república, firma suas asserções no assestamento do praça de um individuo de nome Domingos Moraes, feito em 1859; e o governo imperial no assestamento do guardião Moraes de data anterior.

Estes documentos não podem ser simultaneamente validos, ou não se referem a mesmas pessoas: um destrói o outro.

O governo imperial, com o que exhibiu, prova cabalmente a nacionalidade do infeliz Domingos Moraes, e a archivação interrupção que tiveram os seus serviços na armada brasileira. Estas declarações excluem até a presumpção de ter sido admitido esse individuo, em 1859, ao serviço militar da república e de haver delle desertado em 14 de Dezembro de 1858.

Em todo o caso, não podia uma simples supposição de deserção anteceder a sua prisão, achando-se elle com o uniforme de official brasileiro, e com as divisas do posto que occupava na armada imperial.

O facto em questão não podia ter tido essa circumstancia que se allega de uma provocação por parte do assassinado, e da necessidade em que fica collocada o official oriental de prover á sua propria defesa; é difficil conceber-se essa collisão, estando o dito official dentro da seu quartel e cercado de soldados seus subordinados.

Ultimamente teve o governo imperial noticia de outros assassinatos commettidos no departamento de Tanguarombó.

Porão elles levadas ao conhecimento do governo da república por esta da legação imperial de 29 de Março ultimo em que se referem todas as violencias e vexames que alli soffrem os subditos brasileiros da parte das respectivas autoridades.

Não comprehendendo esta nota a morte do subdito brasileiro Estengildo Silva perto do Passo das Tartas.

Este facto fez objecto da reclamação iniciada pela mesma legação, em 12 do Fevereiro.

O governo da república communicou, em 22 de Março ter mandado proceder á prisão de todos os indivíduos envolvidos neste crime.

Depredações no departamento de Maldonado.

Varios grupos de salteadores esoolherão aquelle departamento para theatro de suas carreiras e depredações.

Tantas ento as violencias que praticando, e tão frequentes, que as famílias brasileiras alle estabelecidas visto-se na necessidade de emigrar para a provincia do Rio-Grande do Sul.

Por notas de 13 de Julho e 26 de Novembro de anno proximo passando a legação imperial reclama do ministro das relações exteriores providencias, que garantissem aos subditos brasileiros a segurança de suas vidas e propriedades.

Em attenção ás justas queixas do mesmo encarregado de negocios, o governo da república expedio, em 20 de Dezembro do mesmo anno, o decreto pelo qual exonerou o Sr. Gabriel Rodriguez do cargo de chefe politico do referido departamento, e nomeou para substituí-lo o Sr. Olegario Rodriguez.

Arrebatamento do esquadro das armas imperiaes da frente da casa do vice-consul brasileiro em Taquarembó.

Este attentado foi perpetrado, em 16 de Novembro ultimo, por José do Couto, esquadro do D. Tristan Azambuja, chefe politico da mencionado departamento.

O ministro das relações exteriores communicou á legação imperial, por nota de 7 de Janeiro, que ordenára ao respectivo chefe politico que reprehendesse severamente o autor do delicto, e lhe applicasse a pena correccional de seis a oito dias de prisão.

Esta ordem porém não foi cumprida.

No dia 6 de Janeiro, o mesmo vice-consul em Taquarembó recebeu uma communicação do chefe politico, datada do dia antecedente, participando-lhe que o referido Couto fôr preso.

Nesse mesmo dia apresentou-se esse individuo a cavallo em frente da casa do vice-consul, levando de mãos pela rua a cavaleira das armas imperiaes, por elle anteriormente arrebatado, e, apouando-se, passou a injurias e ameaçar com uma faca o mesmo vice-consul.

Uma das muitas testemunhas, que assistio a essa aggressão, impedio ainda mais series attentados.

A legação imperial teve portanto de solicitar, em 21 do dito mez, providencias mais energicas.

Em 22 participou a governo da república haver sido os pedidos recommendações para que o réo fosse competentemente processado.

Enquanto estas ordens erto expedidas, em 23, o alcaide ordinario, sem ouvir as testemunhas presencias do crime, proferia a sentença de absolvição do réo, considerando-o ebrio e louco, e as offensas sem o caracter que se lhe attribua.

Não sendo possível accôrre immediatamente justificação insistio a legação imperial para que o crime não ficasse impune, e pelo governo da república fôrto reiteradas as ordens que exigia a natureza do offensa.

Em consequencia destas ultimas ordens tornou a ser preso o individuo de que se trata e fôr submettido a nova processo.

Assalto da casa da brasileira Anna da Silva, em Cunha-Perú.

Em Dezembro do anno proximo passado uma partida de policia de Tiquemambé, ás ordens do commissario da 4.ª secção Horacio Rodriguez, sob o pretexto de prender um individuo do nome Gaspar Uribe, accusado do crime do rapto de tres menares de côr, assaltou a casa da brasileira Anna da Silva, viuva do Serafim Nunes Garcia, moradora em Cunha-Perú, á pequena distancia da linha divisoria entre o Imperio e a república.

Sendo encontrada, não Gaspar Uribe, porém Gaspar da Silva, foi este preso e levado amarrado á presença do commissario, e depois solto por não ser o mesmo individuo que se procurava.

A legação imperial, tendo noticia deste successo em 11 de Fevereiro do corrente anno, dirigio-se em 12 do Mesmo ao governo da república, reclamando a punição dos culpados, na adopção de providencias adequadas contra actos de verdadeira tropelia como os praticados naquella diligencia.

Solução da reclamação de Lucio e Germano da Costa.

O relatório de 1860 deu notícia do ajuste celebrado, em 27 de Fevereiro do mesmo anno, entre a legação imperial e o ministro das relações exteriores para o pagamento da reclamação acima mencionada.

Submettido esse ajuste á consideração do poder legislativo da república, a comissão de legislação da camera dos representantes, encarregada de sobre elle dar parecer, aconselhou a sua rejeição.

Por esse motivo, e recorrendo umas dificuldades os reclamantes adherindo á lei da república de 30 de Julho de anno proximo findo, que authorisa o governo oriental a converter em titulos da dívida interna os creditos contra o Estado, denominados hypothecarios.

Esta adherência espontanea annulla o ajuste anteriormente celebrado, e por ella fica o governo imperial desligado de velar pelo cumprimento do dito ajuste.

PORTUGAL.

Commissão mixta brasileira e portugueza.

As questões suscitadas na commissão mixta brasileira e portugueza, estabelecida nesta cidade em virtude do art. 3.^o da convenção addicional ao tratado de 29 de Agosto de 1823, ainda não foram resolvidas.

Come sabéis, ficára ellas de ser decididas por um definitivo accordo entre os dois governos.

O Sr. conde de Thomar, quando ministro de S. M. Fidelissima junto a S. M. o Imperador, submettes, por nota de 7 de Novembro de 1839, á consideração do governo imperial varios quesitos, indicando com elles outras tantas pontas de divergencia, que lhe pareces dev terem ser, previamente discutidos para se poder chegar a um accordo.

Esta nota, em vez de facilitar o ajuste das reclamações, veio ainda mais complicar a pendência.

Não se attendeu ao estado das difficuldades existentes, crendo-se e reproduzindo-se outras já divididas nas discussões entre os commissarios.

O governo imperial collocou a questão na sua verdadeira luz, nas instrucções que havia antes transmittido ao seu ministro em Lisboa, para se entender a este respeito com o governo do S. M. Fidelissima.

Aquelle ministro, comprehendendo a sua missão, dirigio ao mesmo governo, em 14 de Julho de 1837, o memorandum que vem annexo ao relatório desta repartição de 1838.

Cabe tambem aqui referir-se á expozição que precedeu á exhibição deste importante documento.

Retirou-se o Sr. conde do Thomar, e sendo o Sr. barão de Itamaracá novamente incumbido desta negociação, recordou as bases em que ella tinha de fôr-se, e insistiu pela intelligencia genuina do pacto firmado entre os dois governos, e sobre a necessidade de se conciliarem as opiniões até aqui divergentes, de modo que se attenda por uma vez ás reclamações em que são interessados não só súbditos brasileiros como tambem os de S. M. Fidelissima.

Os prejuizos que soffrem os reclamantes brasileiros com a inadecisão deste negocio são incalculaveis, e obvias desde que se considera que estão elles privados do valor da liquidação de suas reclamações ha mais de 30 annos, não obstante o acto solenne que os mandou liquidar por uma commissão mista.

Algunas destas reclamações já têm sido objecto de heranças e inventarios que em parte consultam o patrimonio e outra fortuna de algumas familias.

Mereceu por isso do governo imperial a maior attenção a representação que a S. M. o Imperador dirigiram os seus súbditos interessados nesta questão.

Confia o mesmo governo que o seu ministro em Lisboa continuará a empregar os seus esforços para obter do governo do S. M. Fidelissima um ajuste que ponha termo á esta controvérsia ha tanto tempo pendente.

Moeda falsa.

O assumpto da falsificação da nossa moeda e titulos de circulação, que por tantos annos occupa a mais alta attenção do governo imperial, tem-se cessante nos termos satisfactorios que vos fôrte communicados no relatório do anno proximo pasado.

Os bons resultados que se tem conseguido neste ponto são devidos ao zelo e actividade da legação imperial em Lisboa e do vice-consulado brasileiro no Porto, á cooperação das camaras legislativas portuguezas, e ao empenho que tom

mostrado o governo de S. M. Fidelíssima em castigar e punir os crimes de um crime que ataca tão abertamente o commercio e a honra publica.

No decurso do anno findo temham como heure a deplorar de falsificação de notas e quaisquer outros papéis fiduciários com curso legal no Imperio.

O rigor desenvolvido pelos tribunaes contra os réos deste crime produziu o effeito salutar das leis criminaes efficazes,—a intimidacção—que previne os crimes.

O supremo tribunal de justiça descega revista a Mathilde Ludovina Pereira Pinto, condemnada em 1.^a e 2.^a instancia pelo crime de passar moeda falsa.

Pende do mesmo tribunal a condemnacção, tambem em 1.^a e 2.^a instancia, na cidade do Porto, dos réos Dias da Assumpção e Maria Garioldi, pelo facto de lhes serem apprehendidos 3:500\$ em notas falsas do Brasil.

Os processos instaurados em Lamego e Pesejois-pela falsificação de moeda metalleica Portuguesa seguem os termos legais.

Realizou-se finalmente a captura do abridor Manoel Moraes da Silva Ramoa.

Extinguindo pelos largos proveitos da sua immoral industria e dispendo por isso de grandes recursos para subtrahir-se á acção da justiça, este famoso falsario foi por longo tempo objecto das perseguições do ministro brasileiro em Lisboa.

O Governo Imperial acaba de ter a noticia de que a relacção do Porto por accordo de 31 do mez de Março ultimo confirmou as sentenças proferidas em primeira instancia que prescreverão aquelle réo nos dois processos contra elle instaurados pelo crime de falsificação de notas do Brasil e de moedas de outras Nações.

Captura dos navios brasileiros na Costa d'Africa.

O ajuste sobre as indemnizações pelos aprehendimentos que praticarão os cruzadores portuguezes entre os annos de 1839 a 1847 não tem infelizmente tido ainda a soluçao que era de esperar, attenta a discussão barida sobre esta assumpto entre a legacção imperial em Lisboa e o governo de S. M. Fidelissima, a data em que foram iniciadas as respectivas reclamações, e a prescricao do direito em que ellas se firmão.

Esta questão persiste nos termos da nota dirigida ao mesmo governo em 2 de Novembro de 1839, publicada com o relatório deste ministerio da anno de 1839.

INGLATERRA

Pedido de extradição.

Em 24 de Junho do anno proximo passado, uma lancha da fragata inglesa *Everest* surta neste porto, accommodou um bote do tralego que seguia de cáas Pharoa para a fortaleza de Villegaignon, levando a seu bordo, além de outros passageiros, um soldado do batalhão de fuzileiros marcos.

Ferido este soldado no conflicto, foi ao depois lançado ao mar e desapareceu.

No dia 26 do mesmo mez foi o governo imperial informado deste lamentavel successo, e immediatamente dirige-se ao ministro de S. M. Britannica, para que providenciasse com urgencia ao respeito de serem postos á disposição das autoridades da páa os autores desse attentado.

Aquelle ministro, não obstante já haver suspenso o exercicio de suas funções, e achae-se prestes a sahir deste porto, a bordo da fragata *Everest*, não teve duvida em autorisar o comparecimento, na repartição da policia, para serem interrogados os individuos que derão resposta pelos factos acima referidos, e a transferencia para bordo da fragata inglesa *Fort* do official que commandava o bote e um dos marinheiros da *Everest* que tinham ainda de ser requisitados para ultteriores averiguações.

Continuando estas, e resultando motivo de criminalidade contra o dito official e marinheiro, requisitou o governo imperial, por acta de 6 de Julho, que os réos passassem para a fragata brasileira *Constituição*, e fossem postos á disposição da policia até ultimar-se o competente processo.

Ainda que não haja entre o Brasil e a Inglaterra tratado de extradição, e não pudessem ser entregues para o fim solicitado os individuos de que se trata, deo a esperar o governo imperial que, tendo já conegado o processo com a aquiescencia da autoridade britannica, continuasse o mesmo na forma legal e regular até o seu termo.

Foi, portanto, com mesmo pesar que soube o governo imperial que o almirante Warren, commandante em chefe da esquadra britannica neste porto, havia seguido para o Rio da Prata, levando consigo aquelles dois subditos britannicos.

Regressando o almirante, insistio o governo imperial na sua requisição de 6 de

Julho, e teve em resposta que o governo de S. M. Britannica não podia admitir a entrega dos reclusos indivíduos, os quaes, em consequencia dessa decisão, haviam regressado para Inglaterra, não havendo, porém, dvida em dar-se uma indemnisação em favor da familia do marinheiro que fallecera.

O governo imperial não accitou esse meio de terminar a questão, sem que a justiça fosse desagravada pelos transtos legais.

A Legação Imperial de Londres teve ordem de dirigir-se sobre este objecto ao governo de S. M. Britannica.

Reclamações Estrangeiras.

Passaportes.

O decreto n. 1534 de 10 de Janeiro de 1855, permittiu aos estrangeiros viajarem de umas para outras pro vincias do Imperio, e dentro dellas com o passaporte com que entrassem no Imperio, e, em falta deste, com o que fosse passado pelo agente diplomatico ou consular de sua nação, mediante unicamente o visto da respectiva autoridade brasileira.

Desde que foi promulgado este decreto, varias legações tem reclamado a sua applicação aos passaportes para o exterior.

O governo imperial em 1857 declarou que, em virtude do art. 118 do Código de Processo Criminal, que deixou em vigor as leis preexistentes sobre passaportes para pelos estrangeiros, não os subditos estrangeiros, assim como os nacionaes obrigados, quando temão de salir do Imperio, a transir-se desse titulo passado pela secretaria do estado dos negocios estrangeiros; acrescentando que não estava longe de conformar-se com a pratica de outras nações, mas que esta medida excedia á sua alçada.

De accordo com este pensamento, sollicite a vossa authorisação para que possa o governo imperial conciliar, quanto for possivel, as conveniências das relações internacionaes com as do serviço publico.

Varias representações recebeu igualmente o governo imperial contra os transtos e difficuldades que encontravão os estrangeiros que sollicitavão passaportes para fóra do Imperio.

Estas resoluções proviêmto especialmente de se exigir a folha corrida para poderem ser elles expedidos.

Não havendo inconveniente em abolir a exigencia, desse documento, que até então era determinada por lei, e sin recommendada por um aviso do ministerio da justiça de 10 de Agosto de 1844, ordenou o governo imperial, por aviso de 4 de Novembro ultimo expedido, pelo mesmo ministerio, ao chefe de policia da corte que nas legitimações se exigisse sómente a publicação de attestados por tres dias nos jornaes mais publicos, ou fiança idenca em casos urgentes, como prescreve o art. 72 do regulamento de 31 de Janeiro de 1842.

A imposição de multas pela retchedoria de mancipio da corte aos estrangeiros que alli apresentarem ao sello, exigido pelo art. 59, § 2º da lei de 28 de Dezembro de 1860, os passaportes para viajar dentro do Imperio, assignados pelos ministros ou consules de sua nação, provocou tambem reclamações de varios agentes.

Em oblação a estas reclamações ordenou o governo imperial, por aviso do ministerio da fazenda, que o sello dos referidos passaportes só fosse exigido antes do visto das autoridades brasileiras; e outrossim, que os passaportes de países estrangeiros fossem sujeitos ao sello, unicamente quando tivessem de ser juntos a requerimentos ou dependencias do visto das sobreditas autoridades; ficando entendido que não se exigiria mais de uma vez aquelle imposto, ainda que o mesmo titulo tivesse de servir para differentes viagens.

Destas duas resoluções teve o corpo-diplomatico e consular estrangeiro conhecimento por circulares datadas de 14 e 22 de Novembro do anno proximo pasado.

Administração dos Sacramentos de matrimonio e baptismo, na provincia do Rio-Grande do Sul a individuos residentes no Estado Oriental.

O governo da república denunciou á legação imperial em Montevideo o abuso que commettiam subditos brasileiros estabelecidos no territorio oriental de transporrem a linha divisoria, não só para contrahirem matrimonio como para baptisarem seus filhos nascidos no mesmo territorio.

O governo imperial, considerando devidamente este assumpto, dirigio-se em 21 de Fevereiro ao Reverendo bispo do Rio-Grande do Sul para que houvesse de recomendar

nas parochias sob sua jurisdicção, que, na administração dos sacramentos, fossem por elles exemplarmente observadas as disposições do direito canonico.

O governo imperial teve a satisfação de saber que um dos maiores cuidados da referida prelazia, tem sido, no desempenho do seu ministerio, velar para que a disciplina ecclesiastica seja respeitada e fielmente cumprida no bispado, não só nas relações entre as diversas freguezias, como especialmente com as dioceses limitrophas.

Em consequencia das recommendações do mesmo governo feitas sem demora transmittidas pelo discreto e as parochias de S. Berja, Jaguarão, Sant'Anna do Livramento, Uruguayana, Bagé e Itaquí as precisas ordens, para que se houvessem com todo o zelo e exactidão na administração dos sacramentos do baptismo e matrimonio, além de que não sejam admittidos á recepção desses Sacramentos pessoas do Estado Oriental, sem que confiram aquellas freguezias, a menos que elle apresentem licença por escripto de seus legítimos pastores, perante os quaes deverão previamente satisfazer a todas as diligencias na firma canonica.

Estas providencias tem por fim evitar a fraude com que as freguezias de uma parochia declinam-se parochianas de outra e occultam aos ministros do culto o que pôde servir de obstaculo aos seus intentos.

Convém, entretanto, que ellas sejam reciprocas, pois que, segundo informações recebidas do bispado do Rio-Grande, no Estado-Oriental se tem dado identicos abusos e alguns com caracter grave, que ameaça porveio a bom da religião e da legalidade de actos tão importantes para a familia e para a vida civil.

O governo imperial satisfazendo, portanto, ás reclamações de da republica, ordenou á legação imperial, em Montevideo, que chamasse igualmente sobre este objecto a attenção do respectivo ministro das relações exteriores.

Conflicto occorrido entre brasileiros e orientaes, na villa de Santo Engenlo do Quarahim, no departamento de Salto.

A legação imperial em Montevideo foi informada pelo ministro das relações exteriores de que aos 16 ou 12 brasileiros armados invadirão aquella villa, e arreastado um preso da cadeia, retirando-se depois para o passo do Baptista, onde existe um destacamento imperial.

Aquelle ministro reclama o castigo dos delinquentes e a devolução do preso.

O facto não se passou com as circunstancias referidas na nota em que foi iniciada a reclamação.

Houve com effeito um conflicto por successos de bebidas á que se derão duas soldadas daquella destacamento e um guarda nacional, todos desarmados, com policias da postação.

Nesse conflicto ficou gravemente ferido pelos ditas policias o guarda nacional recolhido por elles á cadeia da villa.

Indignados os duas soldados de um tal procedimento, voltárão ao acampamento, e, unido-se a quatro comparsheiros, forte resgatar o preso, e o conseguiram sem opposição.

Logo que o commandante do destacamento teve noticia do occorrido, ordenou-se com o commissario de policia do lugar, e reconhecendo ambos a origem da rixa, e que todas erão culpadas, assumio á que se occorre um vó sobre este desagradavel acontecimento.

Os soldados brasileiros fôrão correccionalmente castigados por ordem de seu commandante.

Ficôrão assim restabelecidos os factos não havendo motivo para que proseguisse a reclamação do governo oriental.

Incendio do resguardo de Pay Paso no departamento do Salto por cinco subditos brasileiros.

A nota com que o governo da república iniciou a procedente reclamação, contém o seguinte trecho :

« Repetem-se com demasiada frequencia os assedalsos desta natureza, perpetrados por força armada do Brasil. Sem recorrer a outros exemplos, deve-se ter presente a vandallica expedição que se intentou no departamento do Salto, incendiando o resguardo da república, estabelecido no Pay Paso, para fazer vêr a tolerancia com que são pelo mesmo autoridades estes factos pelos chefes imperiaes da fronteira. »

Esta accusação era grave, mas gratuita. O que occorreu na fronteira do Acoaguá, nenhuma consequencia tinha; houve de imediato acção da autoridade local para prevenir o contrabando.

Além deste facto, o que articular o ministro das relações exteriores, sob o título da presente reclamação, consistia n'uma invasão pela fronteira do Salto, por cinco

homens armados, levados pelo espirito de vingança em desaffronta de arbitrariedades que havião soffrido de agentes subalternos da policia da republica.

O governo imperial repraesenta altamente este procedimento, entendendo que aos habitantes de um e outro pela aão cabo vindicarem possivelmente as aggressões e injustiças que recebem, mas não, recorrer aos meios legaes e ao respectivo governo para obterem justiça e a necessaria protecção.

A legação imperial fez extrairao var que erão exageradas as informações que servirão de base á reclamação do governo oriental.

Os aggressores aão portencião ao exército imperial e nem se retirãto para o territorio do Imperio pelo Pay Pass em presença da guarda brasileira, que se achã postada em uma das extremidades desse passo; mas por uma picada feita, sem duvida para evitarem o encontro da mesma guarda.

É o que consta do que foi exposto no relatório de anno passado; e as noticias recebidas posteriormente da presidencia da provincia do Rio-Grande do Sul confirmam estas declarações.

Apesar de activas pesquisas e averiguações para serem descobertos os criminosos, não pôderão ser elles encontrados.

Supposta invasão do territorio oriental pela fronteira de Acegui, por um grupo de brasileiros armados.

As informações, que servirão de fundamento á reclamação que a este respeito dirige o governo da republica ao encarregado de negocios interior do Imperio em Montevideo, baseando-se na falsa supposição de se alevantar contra a inviolabilidade do territorio oriental.

Houve com effeito uma inspecção fiscal em algumas carretas de herva mate, que se achãto no territorio oriental, e que sendo levadas para a fronteira brasileira forão ali apprehendidas.

Des esclarecimentos prestados pelo presidente da provincia do Rio-Grande do Sul e do conselho de investigação, o que foi submettido o official apprehensor, consta o seguinte:

O subdito brasileiro Antonio Carlos Soares, drigido-se do municipio da Cruz-Alta para o Estado Oriental, com 17 carretas carregadas com herva mate e despachadas pela mesa do rodízio de Bagé, transpoz a fronteira, e, chegando ao porto

de Azequí, como a estrada que segua através novamente pelo territorio do Imperio, teve de manifestar o despacho dos gêneres transportados ao commandante da guarda de Azequí, e assim o fez, deixando as carrotas em territorio da república.

Devidando da exactidão do despacho, dirigio-se aquella commandaria, sem armas e acompanhado de um sargento igualmente desarmado, ao lugar onde estavam as carrotas, e, confirmando-se as suas duvidas, declarou a Cardoso que, para seguir viagem, devia collocar as carrotas em territorio brasileiro, afim de alli serem examinadas.

Azuelo o-proprietario, e passadas as carrotas para o lado do Brazil, verificou-se que, em vez de 800 arrobas manifestadas, continhão 1,500, pelo que foram embargadas.

Não obstante, o governo imperial teve como irregular e mesmo ardisado o procedimento do commandante do Azequí, e mandou que fosse por elle advertido este official.

Pedido de extradição.

Em 31 de Maio o ministro das relações exteriores requisitor da legação imperial as providencias necessarias para que Juan Schen, sentenciado e preso por crime de falsificação de apolices da dívida publica, estada na véspera da caída de Montevideo, fosse detido a bordo de um dos navios da esquadra brasileira, estacionada no porto daquela cidade, onde constava haver-se refugiado, até verificar-se a sua entrega, de accordo com o que fica estipulado no tratado de extradição, entre os dois países, de 12 de Outubro de 1851.

A legação imperial officiou immediatamente neste sentido ao commandante da esquadra.

Verificou-se então que esse individuo nunca procurara refugiar-se a bordo de navio algum da divisão brasileira no Rio da Prata.

As considerações que a este respeito fez a legação imperial ao governo oriental, por nota de 3 de Junho, mostram que nem era possível que se dotes a hypothesis de postegar a bandeira brasileira um criminoso, como o de que se tratava.

Roubo de pessoas de cor.

O governo imperial tem chamado a attenção do presidente da provincia do S. Pedro do Rio-Grande do Sul para o roubo de menores de cor no Estado Oriental, com o fim de serem vendidos no Rio-Grande como escravos.

Nem sempre as pesquisas e diligencias recommendadas têm tido o resultado que se deseja, pela difficuldade de se descobrir o destino dado aquelles infelizes e o de seus roubadores.

Em alguns casos porém não tira sido de todo mallogrado o zelo e actividade das autoridades.

Em additamento ao que sobre este desagradavel assumpto expoz o meu antecessor no relatório de anno proximo pasado, tenho de informar-vos que, por um concenrio de circumstaancias imprevistas, ainda nenhuma noticia ha da menor filha da oriental Concepcion Martinez, roubada no assalto dado á sua casa no departamento de Taquembé, e nem se realisa a prisão dos raptadores.

Então estes Nazareno Costa e Abel Costa.

O primeiro foi morto em acto de resistencia á ordem do pristo que lhe fôra intimada; e segundo, preso pela policia do departamento do Salto, em consequencia de denuncia e á requisição do delegado de policia do Jaguarão, conseguiu evadir-se subornando os soldados que o conduzião para a cadeia.

Dere-se ainda mais sentir a evasão desta fascinosa, porque é elle talvez, actualmente, o unico que poderia dar informações sobre o destino, ainda ignorado da menor, raptada.

Em 1888 foi reclamada, pelo chefe politico do departamento de Cerro Largo ao commandante da fronteira de Jaguarão, a entrega da menor do nome Regina, que havia sido raptada, no Estado Oriental, da casa de seu pai, o pardo Manoel Silveira.

Soube-se ultimamente que essa menor se achava no municipio do Jaguarão.

O respectivo delegado de policia a fez logo ir á sua presença, e no dia 1.^o de Outubro do anno proximo pasado foi entregue pelo commandante da fronteira ao chefe politico do departamento de Cerro Largo.

Consta, por informações do commandante da fronteira de Quarahim, que tres menores haviam sido arrebatados do departamento de Taquembé, da casa da oriental Maria José Romero.

Espera o governo imperial das providencias que se tem dado a captura dos raptadores e o descobrimento dos menores, para inteiro desagravo de tão grande crime.

PERU.

Immunities diplomaticas.

Desjando o governo da republica do Perú estabelecer o modo pratico por que devão ser solicitados dos agentes diplomaticos acreditados em Lima os esclarecimentos judiciaes que necessitamem os tribunaes do paiz, corridos-os a reuniram-se em conferencia para tratar desta assumpção.

Nessa conferencia resolveu-se que quosquer esclarecimentos de semelhante natureza devãto ser pedidos em nota do ministro das relações exteriores, e não, como opinava este ministro, na respectiva secretaria perante o juiz territorial.

Esta decisão foi considerada como provisoria, até serem consultados os respectivos governos.

Neste sentido o ministro das relações exteriores da republica, S.^a Ex. o Sr. D. José Fabio Balgar, dirigio-se, em 18 de Julho do anno proximo pasado, ao representante do Brazil.

O governo imperial prestou o seu assentimento á deliberação tomada na conferencia alludida, pelo fundamento de que, segundo o direito universal, os agentes diplomaticos estão isentos de toda e qualquer sujeição da justiça do paiz e não se communico semto com o ministro das relações exteriores.

De outra sorte poderia o agente diplomatico, que fosse chamado á presença de um juiz para ser interrogado, ser arrastado do incidente em incidente a prejudicar o seu caracter publico.

Entendeu tambem o governo imperial que não haveria inconveniente em procurar o magistrado, por si, ou por algum empregado de caracter clerico, officiosamente, e diplomata em sua casa, e sem apparato reolmir a escripto suas declarações.

Ao agente por qualquer destes modos interrogado, competirá decidir se conven dar os esclarecimentos pedidos.

INGLATERRA.

Imposto de 150 $\frac{1}{2}$ lançado pela lei n. 727 de 17 de Dezembro de 1851 da assembléa provincial da Bahia sobre os escriptorios das casas estrangeiras estabelecidas na mesma provincia, não favorecidas por tratado.

No relatório do anno proximo passado o meu illustre antecessor deu-vos conhecimento da reclamação, que, contra este imposto, fizera a legação de S. M. Britannica nesta corte em favor das casas inglezas, das quaes se origina na Bahia, em cumprimento daquelle lei, o triplo da taxa que pagam as casas brasileiras e francezas, em idénticas circumstancias.

O governo imperial reconheceu que, decretando a assembléa provincial da Bahia aquelle imposto, havia escriptado das attribuições que lhe confere o acto adicional á lei fundamental do Estado.

Não cabendo na esphera do poder executivo suspender, depois de promulgadas, as leis das assembléas provinciaes, contrarias ás leis e aos interesses gerais, foi este assumpto submettido na ultima sessão legislativa á vossa consideração.

Não obstante ter sido eliminado o imposto das subsequentes leis do orçamento da provincia, não satisfaz, nem podia satisfazer, este procedimento ás justas-reclamações do governo de S. M. Britannica.

Chamo, portanto, de novo a vossa mais séria attenção sobre este objecto, para que tenha uma solução definitiva na presente sessão.

Naufragio da barca ingleza « Prince of Wales. »

Por officio da presidencia do Rio-Grande de S. Pedro do Sul, datado de 3 de Julho do anno findo, foi o governo imperial informado do naufragio da barca ingleza *Prince of Wales*, no lugar denominado Albaridão, na costa da mesma provincia; e de haverem immediatamente seguido para o lugar do sinistro o consul inglez, o juiz do commercio, o ajudante de guarda-mór da alfândega e a força conveniente, para procederem á arrecadação das salvadas, e prestarem auxilios aos naufragos.

As mesma tempo foi o governo imperial informado não só de que se supponha

havereis sido recolhidos muitos dos objectos salvados, como de que o consel de S. M. Britannica attribuiu á falta das necessarias diligencias por parte da autoridade competente, e facto de se terem apenas encontrado poucos cadáveres dos naufragos, quando o Inspector do quartelão de lugar asserverou que maior era o numero dos que tinham sido enterrados, deixando assim sobrevir a suspeita de que alguns dos mesmos naufragos fôrto assassinados.

Respondendo a estas communicções do presidente da Rio-Grande de S. Pedro do Sul, o governo imperial muito instantemente recommendou logo áquelle seu delegado que tomasse na mais séria consideração este grave assumpto, afim de que se conseguisse chegar ao descobrimento da verdade, e fizesse perseguidos e devidamente punidos os que se reconhecessem criminosos dos attentados denunciados.

Posteriormente em data de 25 de Outubro a legação de S. M. Britannica nesta corte, referindo-se a communicções do consel de Rio-Grande, dirige-se ao governo imperial denunciando os factos alludidos e reclamando a punição dos seus autores.

O governo imperial des conhecimento á presidencia da Rio-Grande desta reclamação, e reiterou as recommendações feitas a semelhante respeito, declarando á mesma presidencia que para chegar ao resultado desejado, o descobrimento da verdade, não pouparia o emprego de meio algum, pois que o governo considerava a sua dignidade empenhada neste negocio, e estava firme ao proposito de punir este grande attentado, e de occorremtar os seus autores.

As difficuldades inseparaveis da diligencias como a de que se trata, consideradas as distancias, as localidades, e as qualidades e condições dos individuos que nelas residem ou transitam, têm retardado a acção da autoridade; sendo que ainda esta não pôde chegar a um conhecimento positivo e exacto sobre os factos accusados.

E-mes todavia hezgeiro annunciar-vos que, se pela correspondencia até agora recebida da presidencia da Rio-Grande de Sul ha razão para crer que fôrto com effeito recolhidos alguns dos objectos salvados do naufragio, pouco que felizmente carecem de fundamento as suspeitas dos assassinatos commettidos per occasia do mesmo naufragio.

Não menos hezgeiro me é tambem communicar-vos que, correspondendo aos desejos e confiança do governo imperial, o presidente da provincia da Rio-Grande de Sul tem procedido neste assumpto com a maior sollicitude, criterio e conveniencia, nutrido por isso o mesmo governo a fundada esperanza de que ha de em breve conseguir-se o descobrimento da verdade, e o desagravo da justiça, como o exigem a moralidade e a civilisação do nosso paiz.

Accôrdo para o transporte em malas especiaes da correspondencia entre a provincia de S. Pedro do Rio-Grande do Sul e a Grã-Bretanha.

O ministro de S. M. Britannica propoz que, no systema, até hoje seguido para a remessa da correspondencia da provincia de S. Pedro para Londres e vice-versa, se fizesse uma modificação, e que esta correspondencia fosse fechada em malas especiaes, para se abrirem sómente no lugar do seu destino.

Este assumpto foi submettido á consideração do Sr. ministro da agricultura, commercio e obras publicas, o qual declarou que nenhuma duvida haveria em annuir-se á proposta do governo britannico, se visse a correspondencia dentro das malas destinadas ao correio da côrte, em nuncios amarrados separadamente, ou em malas especiaes; compellido, porém, attender-se que, no primeiro caso, o pagamento respectivo da quota que pertencesse ao correio britannico continuaria a ser feito como até agora; e no segundo, o pagamento poderia effectuar-se na cidade do Rio-Grande, em Porto-Alegre ou nesta côrte, como fosse mais conveniente á administração dos correios britannicos, sendo de existir que essa administração designasse, no caso de preferir que o pagamento se realisasse na provincia, a pessoa a quem teria de ser feito e o modo por que devia effectuar-se.

Officiando-se a esse respeito á legação britannica, respondeu ella que chegar-se-lia ao fim desejado adaptando-se a sua proposta para ser a correspondencia, de que se trata, transportada em malas especiaes, sendo o pagamento da quota feito no Rio-Grande nas mãos do consul inglez, ou de qualquer outra pessoa que fosse designada pelo governo britannico, á qual assistiria á abertura e fechamento das malas, e as mais formalidades que se costumão praticar em outros portos do Brasil.

Corrindo o governo imperial esse ajuste, expedio pelo ministerio da agricultura, commercio e obras publicas, as convenientes ordens para que fosse elle executado.

HESPAÑIA.

Accôrdo entre o governo imperial e o de S. M. Catholica para o ajuste definitivo das reclamações pendentes de subditos dos respectivos paizes.

O governo imperial deu-vos conhecimento, na sessão legislativa do anno próximo pasado, dos termos em que foi celebrado este accôrdo.

Por meio d'elle, e a aprazimento das partes interessadas, terminados satisfactoriamente as difficuldades que sôem dar-se sempre que se commette a liquidação de assumptos de semelhante natureza é uma commissão mista.

O governo imperial obriga-se a satisfazer ao governo de S. M. Catholica a quantia de 775:090\$708, em moeda corrente, como importancia das indemnizações a que podem ter direito os reclamantes hespanhicos.

Desta quantia seria deduzida, por via de encontro, a de 175:046\$763 em que fôrto calculados os creditos brasileiros.

Não se tendo concluido a discussão do orçamento de 1863 a 1864 com a precha autorisção para poder saldar-se, desde já, esta dívida, na presente sessão espera o governo imperial ser habilitado a cumprir fielmente o que foi ajustado.

Despezas do ministerio dos negocios estrangeiros:

Orçamento para o anno financeiro de 1860—1861.

A somma total em que foi orçada a despesa, é de 877:608\$333.

Comparada esta quantia com a que foi assignada no art. 4.^o da lei n. 1114 de 27 de Setembro de 1859 para o exercicio de 1861—1862 (319:500\$641), apresenta uma diminuição de 42:482\$309

Confrontada com a despesa effectiva do exercicio de 1859—1860 (313:681\$436), importa em menos 38:673\$394.

Receita e despesa no exercício de 1860—1861.

O orçamento que regou este exercício, foi o de 1859—1860, em virtude da lei n. 1041 de 14 de Setembro de 1859.

Esse orçamento consignou para as despesas do ministério dos negocios estrangeiros a quantia de \$74:023\$541.

O decreto n. 1780, de 30 de Abril de 1861 abriu um credito extraordinario de 40:000\$ para as differenças de cambio e commissão.

Nentou, pois, o credito total a \$14:023\$541.

As despesas importarão em 860:021\$438, havendo portanto um saldo em favor do credito de \$3:402\$103.

Exercício de 1861—1862.

A lei do orçamento do presente exercício de 1861—1862 consignou na verba \$ das despesas deste ministério, para exploração e estudos topographicos e geographicos, sobre limites e navegação fluvial, a quantia de 18:840\$000.

O governo imperial teve de nomear, em observancia do art. 17 da constituição de 21 de Outubro de 1833, celebrada entre o imperio e a república do Perú, a comissão que, em commun com a nomeada pelo governo da república, deve proceder, nos termos do art. 7.º da constituição de 23 de Outubro de 1834, ao reconhecimento e demarcação da fronteira entre os dois paizes.

A comissão compõe-se por parte do Brasil de commissario imperial, de dois officiaes da armada, deos do corpo de engenheiros e de um official do corpo de saude do exercito.

Sendo orçadas em 34:159\$389 as respectivas despesas, e não se podendo applicar a estas despesas o credito votado no § 5 da lei para a exploração dos nossos limites com a Guyana franceza, cuja commissão finalisare os seus trabalhos, foyseu foi abrir, por decreto n. 2343 de 16 de Novembro de anno proximo passado, um credito supplementar na importancia de 15:319\$389.

Em summa, Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação, os assumptos sobre que cabe-me chamar a vossa attenção, acompanhando a esta minha exposição os documentos que a instruem.

Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1862.

Francisco Augusto de Albuquerque Fagundes

DOCUMENTOS OFFICIAES



ANNEXO N. 1.

Relações entre o Brasil e os Estados-Unidos.

Neutralidade do Brasil na luta entre os Estados-Unidos, e os que se declararem separados da União Norte-Americana.

N. 1.

Circular aos presidentes de províncias.

Rio de Janeiro. — Ministério dos negócios estrangeiros, 1 de Agosto de 1861.

Ilm. e Exm. Sr. — A luta que se põe entre o governo federal dos Estados-Unidos Norte-Americanos, e alguns desses Estados que declaram-se em confederação separada, pôde trazer ao nosso país questões, para cuja solução, releva que V. Ex. esteja prevenido, e por este motivo recebi ordem da Sua Magestade o Imperador para declarar a V. Ex. que o governo imperial julga dever manter-se na mais stricta neutralidade durante a guerra, em que infelizmente se achão aquelles Estados, e para que esta neutralidade seja guardada, cumpre que se observem as determinações seguintes:

Os Estados Confederados não têm existência reconhecida, mas havendo constituído de facto um governo distincto, não pôde o governo imperial considerar como actos de pirataria as suas armadas navais, nem reconhecê-las, com as necessárias excepções, o caracter de belligerantes que assumirão.

Os cidadãos brasileiros devem nesta conformidade abster-se de toda a participação e auxilio em favor de um dos belligerentes, e não poderão tomar parte em quaisquer actos, que possam ser considerados como leaes a uma das duas partes, e contrarios aos deveres da neutralidade.

A exportação de artigos bellicos dos portos do Imperio para os novos Estados Confederados fica absolutamente prohibida, ou se pretende fê-la debaixo da bandeira brasileira, ou da de outra nação.

O mesmo commercio de contrabando de guerra deve ser vedado nos navios brasileiros, ainda que se destinem aos portos sujeitos ao governo da União Norte-Americana.

Nenhuma nave com bandeira de um dos belligerentes, e que esteja em prelo na costa do Brasil, ou à vela ou a vapor, poderá ser apreendida, capturada ou tomada nos portos do Imperio, não se comprehendendo nesta prohibição o fornecimento de victualhas e provisões naves independentes á continuação da viagem.

Não será permitida a nave algum do guerra, ou mercante entrar e permanecer com prizas nas nossas portos ou bahias mais de 24 horas, salvo o caso de arribada forçada, e por ventura não lhe será permittido dispor das mesmas prizas ou do abjeto das prizas.

Na execução destas medidas, e na solução das questões que occorrerem, V. Ex. se guiará pelos principios de direito internacional, tendo em consideração as instruções expedidas por este ministerio em 18 de Maio de 1854, guardando o pensamento da circular de 20 de Julho de 1859, com relação aos Estados-Unidos em lita com os Estados Confederados, e communicari ao governo Imperial quaesquer difficuldades ou occorrenças extraordinarias que exijam novas instruções.

Belém a V. Ex. as expressões de minha estima e distincto consideração.

Excmto. Antonio de Mattos de Tegen.

A S. Ex. o Sr. presidente da provincia de....

N. 2

Acto dirigido aos Ministros da Justiça, Guerra e Marinha.

Br. de Janeiro. — Ministerio dos negocios estrangeiros, em 1 de Agosto de 1864.

Seção central. — Illm. e Exm. Sr. — Tenho a honra de participar a V. Ex. que Sua Magestade o Imperador, attendendo aos interesses do commercio de seus subditos, e desejando observar uma stricta neutralidade durante a guerra que infelizmente existe entre os Estados-Unidos e os Estados Confederados da America, houve por bem, de conformidade com os principios de direito internacional, adaptados no Imperio em circumstancias analogas, ordenar que fosse dirigido aos presidentes das provincias do norte do Imperio a circular inclusa por cópia.

Se bem não reconheça o governo Imperial a existencia politica dos Estados Confederados, não lhes póde, entretanto, recusar o direito de belligerentes, e é este o pensamento daquelle circular.

De acordo com este parecer, rogo a V. Ex. seja de expedir as convenientes ordens e instruções às autoridades do Império, que lhe colha subordinadas.

Respondo a V. Ex. os protestos de minha alta estima e real distinta consideração.

A S. Ex. o Sr. ministro de . . .

BONFIM ALBERTO DE MAGALHÃES TAQUES.

N. 3.

Nota da Legação dos Estados-Unidos ao governo imperial.

Legação dos Estados-Unidos. — Rio de Janeiro, 1.^o de Setembro de 1891.

O abaixo assignado, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário dos Estados-Unidos, julga dever chamar a attenção da S. Ex. o Sr. conselheiro Bonfim Alberto de Magalhães Taques, secretario de estado dos negocios estrangeiros, para o flagrante quebra de neutralidade commetida abertamente pelo presidente da Marinha contra os mesmos Estados.

Aquelle funcionario, delegado do governo do S. M. o Imperador do Brazil, e captaoctor, portanto, logo que teve a desapprovação, tomada-se antes do governo imperial, permittio que um pirata, conhecido como o *Sander*, instituido-se corsario, e pelo delegado do governo imperial elevado á categoria de navio de guerra, entrasse no porto do Maranhão e alli se portasse de corsão, para, na chegada do mesmo delegado, — continuar a sua viagem. —

Nestas circumstancias quasi exão as fins daquelle viagem, Ex.^{ma} Sr. "

Respondendo com verdade a esta pergunta, o presidente do Maranhão deve dizer, e unico e exclusivo fim da viagem do *Sander*, é restar e destruir o commercio americano. A União Norte-Americana é uno dos grandes potenciaes do mundo, e sua nacionalidade é inquestionavel; está e esteve sempre em boa amizade com o governo imperial do Brazil. Como todas as outras nações, inclusive o Brazil, está sujeita a commoções internas; e tendo constantemente demonstrado seu poder em manter a sua independencia e reivindicar sua nacionalidade, resistindo a aggressões externas, foi levada ultimamente a combater uma grande rebelião, cujo fim é restituir aos americanos rebeldees o poder de que pelo povo foram apodados, restituir o infame tratado de escravidão com a Costa d'África, e estabelecer uma confederação sulista baseada sobre a instituição da escravatura.

Esta rebelião, como o abaixo assignado já teve occasião de mostrar a V. Ex., foi apodada em voz de ser reprimida pelo ultimo governo dos Estados-Unidos, varios membros de qual talha traidores activos e reconhecidos, e tem sido ultimamente empregados pelos rebeldes.

Em tais circumstancias, acorregidos pela ultima administração e seus associados, os traidores poderão progredir na sua rebelião com impunidade até ao dia 4 de Março findo, data em que o actual governo dos Estados-Unidos começa a funcionar.

Desde então todos os esforços do governo geral tem sido empregados em assegurar a pôr em campo uma força sufficiente para soffocar, de prompto e de uma vez, esta revolta e não provocada rebelião; e o congresso, no exercicio de seus poderes constitucionaes, authorisa a terra de um exercito de 500 mil homens e o empréstimo de 500 milhões de dollars para obter uma rebelião que ameaça, pela tolerancia do presente governo traidor, destruir a nacionalidade dos Estados-Unidos.

Tenho ainda a satisfação de assegurar a V. Ex. de que tanto o exército como o dinheiro para a guerra tem accedido ao reclamo do governo geral; e do que se esperamos pela entrada de inverno para pôr termo á rebelião e punir os traidores, que assim atacam a nacionalidade dos Estados-Unidos, e muito profundamente perturbam o commercio e a industria do mundo. Nem um dia tem sido perdido pelos encarregados da administração de nossos negocios nacionaes em procurar cabalmente o seu dever com relação ao seu país e ás nações nossas amigas, com todas as quaes estamos em paz, e cujas transacções commerciaes segão a um quarto se não a um tempo do commercio do mundo civilizado.

Esses encarregados da administração só começaram a funcionar o 4 de Março ultimo, e estando a rebelião limitada, naquele tempo, aos Estados predoctores de algodão, e ás regiões instabres, litoraes e sujeitas á febre amarella do nosso país, era de impossibilidade physica reprimi-la até que as geadas de Novembro e Dezembro vindouras tornem seguro o movimento do exercito através das planuras e regiões populosas e miserabilissimas daquello país.

Tudo quanto se pôde fazer foi prepararmo-nos para a grande campanha que em breve ha de começar, como já tive a honra de communisar a V. Ex., e cujo resultado não admitto duvida. Muito antes de findo o inverno a rebelião terá desaparecido dos Estados-Unidos; e com o favor de Deus, os traidores, que lançára sobre o seu país tão profunda deshonra e sobre o mundo commerciael humilhação de tanto, terão terminado sua carreira no cadafalso ou na fôrca.

Os rebeldes não pretendem que o seu procedimento tenha a sanção do povo de seus respectivos Estados. Usurpam constantemente a autoridade da povo, invocando-se do poder com mão armada, proclamando a resolução de manter a sua autoridade, e audaciosamente recusando cumprir o povo dos Estados rebeldes se queria ou não separar-se ou rebelar-se contra a autoridade do governo geral.

Os rebeldes são com effeito uma minoria do povo dos Estados declarados em rebelião, não compõemem e constituem um governo eleito por si próprio, se é que com effeito elles são um governo, em qualquer accepção do termo. Esta governa usurpada, baseada-se n'uma legislação criada e irregularmente electa por si mesma, promulga uma lei autorizando o seu presidente, por si mesmo constituído, para commostrar cartas e expedir cartas de marca contra o commercio dos Estados-Unidos; e comissões maritimas para tripolar o mar, dar toa e aprehender navios americanos. E como um incentivo para os piratas e arrebatores de todos os outros navios estabreza neste novo plano de pirataria quasi legalizada, no seu seculo da era christã, os propagadores e salvagados do limbo de es-
crizos, nacionallme uma lei offerecendo o premio de 50 dollars por cada pessoa apri-

siçada a bordo de um navio americano, e 25 dólares por cada pessoa morta em qualquer luta com os navios dos Estados-Unidos!

Por esta nota dar-se-ia o prêmio de 2 dólares por cabeça, para não dar quarter e matar a todos os indivíduos que pedissemos ao emprego ao commercio e ao trafico ordinario pela costa da America.

Fôra para dizer que, de accordo com leis internacionaes bem cridaes, todos os navios armados, sem nacionalidade e sem bandeira reconhecida, que assaltassem e explorassem outros navios empregados em commercio lícito, e maltratassem e assassinassem suas tripelações, fossem considerados como piratas; porque nenhum individuo ou associação de individuos pode criar um navio de guerra, e conceder cartas de marca ou autorisar o corso. Mas ainda não sendo assim, o acto, que autorisa a commissão dos chamados rebeldes, é de uma natureza de offensa que foi bem e justamente caracterizada na camera dos communs da Inglaterra, como o acto publico o mais infame do seu século.

O vapor *Sumter* é um dos piratas com carta de marca que se denomina corso, e que os rebeldes dos Estados produtores do algodão da União Norte-Americana autorisam a perseguir o commercio americano, e a quem offerecem um premio extraordinario para assassinar nossas concidadãos em vez de dar-lhes quarter, quando vencidos por estas torpes luctas,

Esta pirata apparece ultimamente á vista do ancoradouro de Maranhão, porto de mar na provincia da mesma nome, no imperio do Brazil, cujo presidente é nomeado pelo Imperador do Brazil, é um representante e a Elle responsavel pelo seu procedimento, e pôde por Elle ser firmemente reprimido. O capião do pirata dirige-se ao presidente do Maranhão, pedindo permissão para entrar naquella porta para tomar carvão; facto significativo que prova a sua propria confissão de que, não tendo nacionalidade alguma, não representando governo algum reconhecido, e sem uma bandeira desenhada dos governos do mundo, não tinha nenhum outro direito para entrar no porto além do que tem o commercio ordinario dos navios. Mas o presidente do Maranhão confere-lhe um caracter, que o proprio capião do pirata não pretendia, e concede-lhe permissão para entrar, e tomar carvão, fingendo-se em ser o *Sumter* um navio de guerra, e, a que é mais grave e importante ainda, ao apoderar-se o acto desta funcção do governo brasileiro que viola a neutralidade do Brazil, e arrisca as relações amigaveis existentes com o seu principal e melhor freguez, o presidente do Maranhão, na sua resposta ao preito do canal dos Estados-Unidos, lança o principio do que o *Sumter* é um navio de guerra, e como tal com direito a todos os privilegios e immuniidades ordinariamente concedidos pela costuma guerra.

Nestes termos decide o presidente, como diz na resposta ao preito do canal americano, que o « carvão e provisões para a construção de abagem não podião ser negados. » O abateiro assignado pede venia para perguntar: que flagran? A resposta deve ser dada encontrando-se nos papéis do pirata e na carta do canal do vapor *Sumter*, constituindo o governo dos Estados negativas rebeldes contra o seu governo, especialmente destinado para capturar e destruir navios americanos, e atacar, maltratar, e assassinar marinheiros americanos indefesos, empregados na navegação em tempo de paz entre os Estados-Unidos e os portos de um vizinho e amigo, o Imperador do Brazil. Para isto foi creado a commissão-nada o pirata *Sumter*; não era o unico fim com que estava; elle o objecto da commissão que no Maranhão foi publicamente, e na presença do presidente, ou ao menos de modo que elle o soubesse do seu de, que o vapor já havia capturado navios de guerra maritimos, levando-os como presas para outros portos. E foi para habilita-lo a continuar nesta nefanda viagem, o

causar mais danos ao commercio dos Estados-Unidos, que o presidente do Maranhão, por parte de uma nação estreitamente ligada com os Estados-Unidos, supprir-o com o carvão e provisões necessarias. O caracter deste tratado era tão conhecido do presidente do Maranhão como o é da V. Ex. O proprio facto do pedido da permissão para entrar no ancoradouro, provava evidentemente que elle não era um navio de guerra; e o senado dos Estados-Unidos tomou a premissão de fazer conhecer ao presidente do Maranhão a sua verdadeira condigão, e protestou solennemente contra a entrada no ancoradouro de um caso que navegava com uma carta de marca e se denominava corsario, expedido por uma porção de rebeldes sem nacionalidade, existência reconhecida, nem representante acreditado em nome alguma da christandade, e cuja existência, a não ser como de audaciosos rebeldes, tem sido ignorada pelas nações civilizadas; e de facto o denominado corsario não passa de um pirata.

Não houve senão as circumstancias, permissas ao *Sancti* a uma das nações civilizadas do mundo, e os Estados-Unidos estressarem em guerra com esta nação, e fornecimento do carvão e de provisões para continuar a sua viagem teria sido uma grande violação da neutralidade do Brasil.

Eficazmente para a humanidade não tem havido grandes guerras entre nações civilizadas desde que em 1815 teve fim a grande contenda europea, até a guerra da França e da Inglaterra contra a Russia em 1853 e 1854; e foi durante este periodo que se supor foi introduzido como um elemento de guerra naval. O carvão não era contrabando de guerra quando o vapor não era auxiliar da guerra; mas quando o vapor, em vez de velas, tornou-se força impulsiva de marinha de guerra, o carvão, que é necessario para produzir esta nova força, tornou-se tanto contrabando de guerra como é a lousa, alvado e piva. Todos estes e outros artigos similares foram declarados contrabando pela lei internacional ha perto de dois seculos; e sempre que se tem achado alguma dasão a respeito de artigos que podem ser considerados como contrabando de guerra, ainda que não considerados como tais, como aconteceu com as provisões, fornecimentos navios, etc., a regra tem sido, segundo Lord Stowell, que «com quanto geralmente não sejam contrabando podem vir a sê-lo em certas circumstancias relativas da situação particular da guerra ou da condigão das partes nella envolvidas.»

Velas e lousa não contrabando, porque, antes da introdução do vapor na guerra maritima, as velas não absolutamente necessarias para tornar a pólvora, as balas e os canhões, de bordo de um navio de guerra, perigosos ao inimigo. As velas e lousa, portanto desde o principio foram declarados tanto contrabando como a pólvora e os canhões. e, em alguns casos, os fornecimentos navios em geral, têm sido declarados contrabando de guerra. Não tendo havido guerras resultas d'isto necessariamente que os artigos declarados contrabando de guerra, foram os mesmos em 1853 que em 1815; mas tendo sido o vapor, no intervalo desses dois datas introduzido no serviço da guerra maritima, um dos primeiros deseres dos belligerentes na guerra da Inglaterra e França contra a Russia foi revir a lista dos contrabandos. O carvão é tão necessario para impellir um vapor de guerra, e tornar effectivos a sua pólvora e balas, como são as velas a um navio de guerra ordinario; e portanto o carvão foi muito propriamente declarado pela França e Inglaterra ser tanto contrabando de guerra como o são as velas e a lousa, ou a pólvora e balas ou canhões.

O statuto assignado não pode derivar de que estes factos não são familiares do emprego da guerra brasileira, que dos este occorre material ao pirata *Sancti* para con-

direr a sua viagem de pirataria contra o commercio dos Estados-Unidos, mas igualmente a da do V. Ex., e devia igualmente ser offiçada ao presidente da provincia de Maranhão, que estava lisonjeado a ser pirata se não de interromper o commercio americano no trabalho pacifico, o não impossivel ao Brasil, de transportar de suas costas, para consumo do porto dos Estados-Unidos, mais de metade da sua colheita de café, no valor de cerca de 15 a 20 milhões de dollars.

Os Estados-Unidos, um dos mais antigos amigos do Brasil, com muita acuidade colheito a sua animação, e comprá-lhe a commoção mais do modo de sua produção, se bem que o Brasil se deixa resaca em boca menor do que milhas de sua produção, deixando em saldo contra os Estados-Unidos de quasi ou mesmo de 15 milhões de dollars annuamente, que é liquidado em ouro, e se os mesmos Estados necessitam agora de prompto admitir qualquer dos productos brasileiros nos seus portos, tanto V. Ex. como todos os povos civilizados, serão obrigados a reconhecer que nada haveria de mais justo, desde que o governo do Brasil confirmasse e approvasse a grande questão de neutralidade tão clara e lisonjeiramente perpetrada pelo presidente do Maranhão.

Mas o abalo assignado não tem apprehensão a este respeito. Bem que ainda profundamente, e seja disposto a reanhar-se ordenadamente sobre o traço feito aos direitos de seu país, deve antes de considerar os tratados subscritos contra o seu governo como iguaes aquelle país, do lisonjeante pressupposto de que o pirata de um bando de rebeldes, sem bandeira, governo ou neutralidade, em tudo seja igual aos Estados-Unidos da America, e com direito a receber da parte do Brasil igual honra, consideração e hospitalidade, não duvida por sua só natureza de que o governo do Brasil aproveitará a primeira occasião para reprovocar a insulto feito aos Estados-Unidos da America pelo procedimento do presidente do Maranhão, dando socorros materiais e protecção a um pirata especialmente tratado para fazer prejuizo ao commercio americano; e também a linguagem usada em sua resposta ao consul dos Estados-Unidos.

Ele não se baseia esta conclusão na certeza que tem nos sentimentos amigáveis do governo do Brasil para com os Estados-Unidos, mas também na declaração explicita de V. Ex. na assembleia geral do Brasil em Agosto ultimo, em relação a esta mesma questão acerca do tratamento que deverião dar as autoridades brasileiras aos corsarios dos rebeldes. E mesmo quando lhe fosse permitida reviver dos sentimentos amigáveis e intenções do governo brasileiro para com os Estados-Unidos, o que certamente não pôde e não faz, está certo de que V. Ex. concederá que, ainda quando os rebeldes fossem nomeos iguaes e fossem sido reconhecidos por todas as potencias do mundo, como tendo uma nacionalidade e o direito de expedir cartas de marca, e qual se a nacionalidade confere, o procedimento do presidente do Maranhão seria uma grande quebra de neutralidade, pelo qual devia ser reprehendido e punido.

Porém, a melhor autoridade a respeito das doveres e direitos dos neutros, assim simples e claramente illustra sobre a materia:

- Os neutros não podem dar socorro algum quando não haja estipulações positivas para
- faz-lo, nem voluntariamente fornecer tropas, armas, munições, ou coisa alguma que possa
- ter um directo na guerra. »

Applique-se a linguagem de Vattel, e se qualquer coisa que possa ter um directo na guerra, e a decisão do presidente do Maranhão, de que tinha o direito de dar ao corsario

Sauir = as provisões e meios necessários para a continuação de sua viagem, e a levar-se-lhe a efeito o abastecimento e a execução desta decisão.

Seu o *Sauir* (contração do de guerra), que o fisco do governo brasileiro permitto que a *Sauir* recebesse no porto de Maranhão, é admittido por elle mesmo que o vapor pirata não tem podido continuar sua viagem de comércio contra o commercio dos Estados-Unidos na costa do Brasil e esta facto he de claramente caracteris a natureza da offensa de que elle culpado, e a quebra flagrante da neutralidade que ali se encobre; e ainda mais autorisa conjecturar da extensão do prejuizo que é muito geral de tal resultado. V. Ex. não pôde desconhecer que, em consequencia de ter este vapor pirata sido supprido pelos empregados do governo brasileiro com as provisões e meios necessários para continuar sua viagem contra o commercio dos Estados-Unidos, não menos de 30 navios, que navegando com a bandeira do nosso país, bloqueados por um esquadra effectivamente preparada do maro a' sua porta basileira e por um esquadra do governo brasileiro, estão ancoradas neste porto do Rio de Janeiro, e que os negociantes americanos, depois de terem comprado carregamentos de café, e grande commercio do Brasil, estão obrigados a consentir que seus proprios navios fiquem la' e fendo enormes despezas, em quanto elles fendo navios de outras potencias para transportar seus mercaderias, produzidas e compradas no Brasil, aos portos dos Estados-Unidos. E tudo isto por que um fisco do governo do Brasil hizo no seu dever, e arrou virtualmente um ladro e pirata, contra o commercio americano.

O *Sauir* assignado deseja que fiquem bem entendido que, transgredindo de Fattel as de-veras e direitos das nações claramente definidos, não concede, nem por si nem por seu governo, aos rebeldes nenhum dos direitos da belligerente, e as nações amigas dos Estados-Unidos o direito de não os declarar, e consequentemente e de assumir os privilegios e immunalidades de neutros.

Traidores em rebelião contra o governo dos Estados-Unidos, excepto temporariamente uma posicão, a qual, em consequencia do clima em que vivem, se torna inescoveis por alguns mezes.

Se entanto o governo dos Estados-Unidos organisa, prepara e chama a campo para soffocar a rebelião, um exército maior de que tem nenhum governo do mundo, que barbarosco, quer civilizado.

Este exército é composto de material que, na distincta descripção lagos da nossa terra são iguaes. Está supprido de todas as armas e materiais de guerra conhecidos na guerra moderna; possui um commissariado, um quartel general e um trem de transportes que nunca fôrta esgotados por exemplo alguns europeus. Nenhum estado he de resultado. Não se tem por um momento se quer posto em duvida o direito do governo de soffocar a rebelião. Nem pedimos nem desejamos tempo extraordinario para punir os traidores, e restabelecer a paz do país, mas estamos empilhados para com o mundo, — sempre garantido por nossos actos —, e pôr fim a contenda no primeiro dia em que a Providencia, pela mediação das estações, o permittir.

Se pois é dever de todas as nações soberanas compellir a obediencia as leis e soffocar a rebelião, seguramente, a nação assim chamada a desamparar na grande dever, não se por si, mas pela causa da boa ordem e dos governos legittimos em todo o mundo, tem direito a um prazo razoavel para executar, e a qualquer tentativa de outra nação para alongar esse prazo ou interferir para si os direitos da nação, contra a nação em tal posicão e os re-

belles, é absolutamente hostil e censurada, se não premeditada para embargá-la. Negamos de todas as direções qualquer razão amiga rebater os Estados-Unidos à condição de novos rebeldes, ou elevá-los à nossa posição denominando-os *belligérans*, não que dentro do tempo recente tenhamos feito um esforço para soffocar a insurreição, que actualmente existe. Quando esse esforço tiver sido posto em pratica sem desnecessária demora, e tiver fallado, então e só então, podem elles ser chamados *belligérans*, e podem outras nações collocar-se na posição de nossas a essas respeito e das rebeldes. O alhoz assignado vêjo que a Inglaterra apressou-se a tomar a deliberação de reconhecer os rebeldes contra nós como *belligérans*, simplesmente porque esperava assim evitar a necessidade de capturar e assassinar os criminosos rebeldes, e este exemplo tem sido seguido por outras potencias. Mas essa deliberação julgada apressada e intempestiva mesmo pela publico ingles, está longe do ser considerada amigável pelo povo americano, e o tempo demonstrará que foi tão imprudente como manifestamente hostil a causa da liberdade americana.

Quando occorre uma rebelião em qualquer communhão bem regulada, e o governo procede com toda a pressa a soffocá-la, não é acto de amizade de qualquer governo interior, em grande pendem as rebeliões a que se recorre para soffocar tal rebelião, e desdizer tais rebeldes de todo o modo, mantendo os direitos e posição de nossos.

Para a historia do mundo chegar o dia em que aquelles que inaugurão esta pratica, unicamente para fins particulares, terão motivos para sermãoes arrependendo-se.

O alhoz assignado é levado a estas observações pela pratica que teve o presidente do Maranhão do recente para o governo do Brasil os direitos e bem definidos direitos e deveres de nossos, inclusive em não ser esta a sua posição actual a respeito da rebelião existente nos Estados-Unidos, e que ainda mesmo que fosse esta a posição do Brasil, foi esta sentimento violado pelo presidente do Maranhão. O Brasil tem outros e mais estrados deveres a cumprir para com esta nação amiga, Valida e principal amiga; e se depois que os Estados-Unidos nos providos razões de irreverência sem tamanho, e não conseguiram soffocar a rebelião existente, é que o Brasil se entre qualquer potencia amiga terá a liberdade, no ponto de vista moral, e da lei universal do justo e do injusto, de tratar os rebeldes como *belligérans*, e assim indirectamente reconhecer a sua independência. Mas, como disse o alhoz assignado em um despacho anterior: « considerando os Estados-Unidos aprehe os bons desejos de todos os que amão a ordem e consórcio christão e civilizado, não soffrão reciprocidade alguma e não tolerão interferencia de parte alguma, no seu direito soberano e universal, para soffocar a rebelião e punir os traidores pelo modo e segundo a forma que lhes parecer conveniente. »

O que se pergunta a Y. Ex. portanto, é:

1.ª Se o governo do Brasil teve notada official da visita do perito comarco Sumner ao porto do Maranhão, e do facto de lhe ter sido allí permitida, na linguagem da presidente, retirar-se das « prechidas e curvas necessarias para continuar sua viagem, » que é bem sabido ter por unico objecto a captura de navios americanos empregados em commercio pacifico com o Brasil?

2.ª Se, como o alhoz assignado julga, e tem algumas razões para acreditar, esta grande violação da neutralidade e o acto hostil praticado pelo com os Estados-Unidos ainda não foi desapprovado pelo governo do Sua Magestade; e neste caso se Y. Ex., e mais brevemente que lhe couber, não tomar as necessarias medidas para collocar esta materia no pé das conveniencias relações de amizade?

3.º Se é ou não da intenção do governo brasileiro permitir a estas piratas de mara e a corsários dos rebeldes dos Estados-Unidos entrarem pelos do Brasil e occupar nellas arsenaes, artilha material, provisões e curvão necessário e para continuarem suas viagens, e contra o commercio dos Estados-Unidos?

Em resposta, V. Ex. verá que nesta nota o alhoiz assignado tem intencionalmente evitado a menor consideração acerca do grave abismo praticado pelo presidente do Maranhão, considerando o pirata *Sauier* como navio de guerra. Se o governo do Brasil caber julgar em semelhante caso, será muito dever do alhoiz assignado procurar corrigir o engano; porém, em quanto isto se não der passo aquillo não como um capricho de quem, tendo consciencia de haver errado, procura justificar-se por um eslogismo creado e adoptado para o caso.

O alhoiz assignado apresenta esta acção para renovar a V. Ex. um sincero respeito pessoal e não dissimulada attenção; e offerece-lhe a sua mais distinta consideração.

A S. Ex. o Sr. conselheiro Desempeno Augusto de Magalhães Tagua, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros.

J. Warren Wink.

N. 4.

Nota do governo Imperial a legação dos Estados-Unidos.

Seção central. — Rio de Janeiro, ministerio dos negocios estrangeiros, em 9 de Dezembro de 1864.

O alhoiz assignado, do conselho de S. M. e Imperador do Brasil, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, tem o honra de accusar a recepção da nota, que em data do 1.º de Novembro ultimo lhe dirigio o Sr. general J. W. Webb, enviado extraordinario e ministro pleni-potenciario dos Estados-Unidos da America, chamando a attenção do alhoiz assignado para a procedencia do presidente da provincia do Maranhão a respeito do vapor *Sauier*, que ali apparece, hostilizando a barreira dos Estados que, com o nome de Estados Confederados da America, se achão em rebeldia e em guerra contra os Estados-Unidos.

Pela sua nota de 6 do mesmo mez transmittio o Sr. Webb ao alhoiz assignado copia do protesto que o commandante Porter, commandante da legação dos Estados-Unidos Provisoria, apresentou ao presidente do Maranhão, e, como os fundamentos d'aquella protesta são os mesmos da mencionada nota do Sr. Webb, o alhoiz assignado respondendo a esta terá respondido áquelle.

Entendo o Sr. Webb que tendo o presidente da provincia do Maranhão delibado permittir por alguns dias na porta da capital aquillo vapor, e permitindo que elle se

previões da carta, com esse Sr. Wiltz ao seu governo uma grave ofensa, e quebrada a neutralidade que o governo imperial declarou e lhe sempre guardou na luta que se prolonga nos Estados-Unidos. Entrando o Sr. Wiltz em longas considerações nas quais os princípios e regras do direito das gentes são expostos de modo que ao abito assignado não parece justo, conciso fazendo tres parágrafos, a saber:

1.º Se o governo imperial tem noticia official de socorros ao Maranhão naquella emergência?

2.º Se os actos do presidente do Maranhão ainda não foram desaprovados: e, neste caso, se o abito assignado temem as recommendações medidas para soffrer esta materia no pé das convenientes relações de amizade?

3.º Se é da intenção do governo imperial permitir aos corsarios dos rebeldes dos Estados-Unidos saírem e procurar nos portos brasileiros socorros e auxilio material para continuarem suas viagens contra o commercio americano."

Disseram-se a Sr. Wiltz em mostrar que os Estados-Unidos constituem uma das grandes potencias do mundo; que sempre se achou defendido a sua nacionalidade contra a aggressão estrangeira; que, tendo agora de supplanter uma rebelião de alguns Estados, apresentaria meios e recursos superiores aos que tem posto em campo em todas guerras as mais poderosas nações do mundo, quer civilizadas quer barbaras; que a rebelião não poderá resistir a esses meios de compressão, e que, apressa a situação permitia as convenientes operações militares, os rebeldes acabariam sua carreira no exilado ou na morte; que os Estados-Unidos são antigos amigos do Brasil, que com elles faz o mais vantajoso e estenso commercio; e que os Estados que se hostiliza considerados não teriam uma nação soberana reconhecida por potencia alguma.

O abito assignado, reconhecendo a verdade das asserções do Sr. Wiltz relativas ao poder e aos recursos dos Estados-Unidos; as suas relações antigas com o Brasil, e as vantagens de seu commercio, assegura ao Sr. Wiltz que o governo do Brasil ha lido com muita pena para que Deus supplicar aos governantes de ambas as seções dos mesmos Estados muitos homens de bom senso e effusão de sangue, e a todos as calamidades da guerra civil. Essa guerra é tanto mais terrivel quanto maiores são os recursos, e mais numerosas as esquadras, e não é menos funesta a prosperidade dos Estados-Unidos do que ao commercio do mundo civilizado, e especialmente do Brasil.

Quanto aos Estados Confederados, nem um acto do governo imperial ou de seus agentes, nem uma asserção official pode ser produzida, que sevalha o reconhecimento desses Estados como nação soberana e independente. O que no Maranhão occorre é uma prova desta verdade. A frágil Prefeitura foi recebida com as demonstrações de cortesia que elle devidas é bandeira de uma nação amiga. A bandeira que arvores o Saeuter não foi saudada: e, por ser conhecida o pensamento da presidencia da provincia, as salvas daquella vapor não se ouvirão, no dia 7 de Setembro, as das maras de guerra que festejam o anniversario da independencia nacional.

O governo do Brasil reconheceu pura e simplesmente aquella que se deriva do facto notorio e incontestavel de se acharem os rebeldes Estados dirigidos por um governo de facto, funcionando permanentemente; de terem em campo um exercito de muitas dezenas de milhares de soldados armados, commandados e equipados de modo que podem fazer e effectivamente fazem a guerra; isto é, reconheceu naquelles Estados os direitos e deveres de beligerantes na forma do direito das gentes. As commerciaes commerciaes, o uso das

Imperial muitas vezes tem além das que se explicão pela justiça, pela interesse do commercio, pela humanidade e até pelos interesses dos proprioselligerentes.

Desde que nas bellicas consideramos os direitos e deveres dos belligerentes as potencias militares dadas regularmente por elles produzem os mesmos effeitos que as ordenadas do governo legitimo e reconhecido. O Sr. Webb não está em harmonia com as decisões dos tribunaes de seu país e com os actos de seu governo, enquanto garante estando que um governo não reconhecido não pôde ter marinha de guerra, e que as cortas de marinha por elle autorizadas não títio ao mar'o que faz presa no inimigo e caracter de pirata.

Quando, pois, apresentamos ao *Monitor* de um navio armado, arvorando a bandeira de um dos belligerentes, quando o commandante deste navio mostrou seu passaporte official da marinha de guerra de um governo estrangeiro, e outros documentos que procedão dequelle mario propriedade publica, e não propriedade e empresa particular, o presidente do *Monitor* devia trata-lo como navio de guerra. Não lhe pôda tirar esse caracter o facto de ter sido presa de navios de commercio; as ordenanças da guerra também as fazem. Se em vez de ser propriedade do Estado o armamento de guerra a *Sussex* se apresentasse simplesmente com carta de marinha, teria direito a ser tratado como comarrio, e não como pirata.

A contestação levada em Portugal em 1850 a respeito do comarrio americano *Leicester*, queimada na porta de Fozal por uma fragata inglesa, mostra até onde julga os Estados Unidos que se extendem os deveres de hospitalidade de neutro para com o comarrio de belligerente.

Algumas potencias têm adoptado como regra não admitir a entrada em seus portos, nem dos comarrios, nem dos navios de guerra dos belligerentes. Outros se têm a isso obrigado por tratados concluidos com alguns dos belligerentes antes, ou durante a guerra. O Brasil nunca se applicou neste exemplo, mas na regra geral que admittio a hospitalidade de seus portos os navios de guerra, e até os comarrios obrigados por força maior a procura-los, constante que não hejam presos, nem se sirva da sua estada nesses portos para actos de hostilidade, tratando-os como base de suas operações.

A regra adoptada pelas nações civilisadas é reter no porto os navios empregados em guerra até 24 horas depois da sahida de qualquer navio inimigo, ou de qual-quer parte, exigida do commandante dos navios de guerra, sob palmar de guerra, e dos comarrios, mediante caução pecuniaria, promessa de não commetter sobre os navios que temem largado o porto neutro nemos de 24 horas antes d'elles.

Não as regras do direito das gentes, nem a sua, nem a jurisprudencia que resulta dos tratados, autorisam o neutro a reter mais de que osm 24 horas nos seus portos os navios de guerra ou os comarrios dos belligerentes, ainda que fosse pela mais indirecta da repa-lhas a facilidade de obtê-los no mercado de vias-aquas e providões naves necessarias para a coordenação de sua viagem.

O neutro que assim obrasse, encorajando em seus portos os navios de uma das partes, latteria a um dos belligerentes o esmoço de seus direitos, tomar-se-ia por este facto aliado e cooperador de outro belligerente, e quebraria a neutralidade. Sem uma declaração prévia, antes sendo conhecidos os principios adoptados no Brasil e nos Estados-Unidos, tal proceder para com a *Sussex* da parte das autoridades brasileiras tornaria o caracter do uma cidade que não poderia granquear a calmaria e respeito de neutro governo.

A hospitalidade, pois, estendida ao vapor *Sussex* no Maranhão, nos termos em que logo depois foi dada á fragata *Pochara*, nenhuma irregularidade encerra, nenhuma intenção

seria offensiva aos Estados-Unidos. Resta saber se na sua dita hospitalidade terão apegado os direitos que competem os navios de commercio com cada um dos belligerentes.

Neste ponto se encerra toda a questão, porque o Sr. Webb baseia a sua argumentação e sua opinião na qualificação que dá do contrabando de guerra no caso do peixe.

Ha de tudo, como no 3.º artigo diz-se e sem cessar e o commando Porter, na idea de queira carvão e Sable não possa continuar o seu commercio. Se isto fosse tudo para retirar a sempre do carrão no mercado, os Estados demitidos confederados teriam direito de levantar igual questão pela prohibição igual dada logo depois à *Frigate Pennsylv.*, pois que sem este lastro el não podia a *Frigate* correr sobre o *Sable*; e se esta não procedesse a respeito do carvão, procederia também a respeito da água potavel e das victualhas, pois sem elle nemha daquelles ração podia continuar seu serviço.

Os generos que são prohibidos ao commercio neutro pelo mar e pelo direito convencional, sob a denominação de contrabando de guerra, são designados em razão de sua natureza; a lista que os contém é fixa; as excepções podem extender ou ampliar essa lista; mas o commando dos navios não pode estar exposto a vê-la ampliada de um dia para o outro e segunso a impressão do momento.

A questão, pois, consiste em saber se o carvão está na lista dos artigos de contrabando de guerra tal como se entendem as nações belicas, e especialmente a França e os Estados-Unidos, ou se p-de ser considerado o alguns dos artigos comprehendidos nesta lista colligida antes da ter o vapor, e por consequença o carvão, a applicação que ha de ter nas cartas de guerra.

O Sr. Webb facilmente considerava-me esta discussão, declarando com razão que o carvão de-se ser comprehendido na categoria das manijões navaes, o está intimamente no mesmo caso que a lena, que é a materia empregada para impellir das navios de vela, como os combativels e são para os vapores.

No que evidentemente se enganou, o Sr. Webb foi em affirmar que as manijões navaes, o entre ellas a lena, são tratadas entre os artigos de contrabando de guerra.

O abaco assignado não referir aqui a historia de todas as discussões que desde o XVI sendo surgido da presunção de alguns Esta os corajosos da incluírem por suas ordonanças as manijões navaes entre os artigos de contrabando de guerra. Os escriptos de publicistas acreditados, e especialmente de Vitorien, são attos para mostrar o espaço que a questão relativa a serem ou não as manijões navaes incluídas na lista dos artigos de contrabando, occupou nas declarações de neutralidade armadas de 1780, e nas outras transacções que a livello por base e se procurou fazer prevalecer.

Restantes são as incommodos que a guerra maritima traz necessariamente ao commercio dos neutros, ou idea mais humanitaria e mais liberal foi sempre aquella que limita quanto possível os estornos postos a esse commercio. E' gloriosa para os Estados-Unidos da America a parte que nestas discussões temerão e os esforços constantes que empregarão para fazer prevalecer a boa direito.

Toda a vez que isso foi possível firmar a liberdade de commercio em artigos de tratado, e depois, e assim venha, no primeiro tratado que figura na sua collecção (*Gordon's Digest*), que é o celebrado com a Prussia em Outubro de 1783, colligado no art. 24 e seguinte:

• All the effects and merchandises not before specified expressly, and even all sorts of naval stores, however proper they may be for the construction and equipment of vessels of

war, or for the manufacture of one or another sort of machines of war by land or sea, shall not be judged contraband. »

A mesma doutrina se acha estabelecida de uma maneira ainda mais explícita no art. 13 do tratado celebrado com a França, em 30 de Setembro de 1793, e no art. 10 do tratado de 23 de Abril de 1795 com a Suedia.

Tanto o artigo do tratado com a França, como este último, foram confirmados por convenções subsequentes feitas com as mesmas potências em 1847 e 1858.

Os Estados-Unidos tiveram tão constante engenho em estabelecer e firmar esta doutrina, que as disposições claras e explícitas do tratado com a Suécia foram reproduzidas nos que celebraram com a Hespanha em 1795, com as repúblicas de Colombia, da America Central, do Mexico, do Chile, da Venezuela, da Bolivia e da Ecuador nos annos de 1824, 25, 31, 33, 36 e 39.

Foizem quasi todos os tratadegos dos Estados-Unidos com as outras potências, e que servirão sempre para applicar ao caso occorrente uma ou outra das disposições que têm com o Brasil: Estando achão-se nos arts. 16 e 17 do tratado concluido em 12 de Dezembro de 1828, que dizem assim :

- Art. 16... Under this name of contraband, or prohibited goods, shall be comprehended:
 - 1.^o Cannon, mortars, howitzers, swivels, Manderbussers, muskets, fuzes, rifles carbines, pistols, pikes, swords, sabres, lances, spears, halberds, and grenades, bombs, powder, matches, balls, and all other things belonging to the use of these arms.
 - 2.^o Bucklers, helmets, breast plates, coats of mail, infantry belts, and clothes made up in form, and for military use.
 - 3.^o Cavalry belts and harness with their furniture.
 - 4.^o And generally all kinds of arms and instruments of iron, steel, brass and copper, or of any other materials manufactured, prepared and formed expressly to make war by sea or land.

• Art. 17. All other merchandise and things not comprehended in the articles of contraband, expressly enumerated and classified as above, shall be held and considered as free, and subjects of free and lawful commerce, so that they may be carried and transported in the freest manner by both the contracting parties, even to places belonging to an enemy, excepting only those places which are at that time besieged or blockaded. »

Ainda que este tratado se que respeito ao commercio e navegação, tanto exposto, não é só como simples consagração de doutrina que essas disposições podem ser citadas, mas mesmo como regras e obrigações, pois deve entender-se que tem por objecto a paz e amizade, e portanto são aquellas que o § 1.^o do art. 33 determina que sejam permanentes.

Da concordância com que os Estados-Unidos foram inserir essa clausula final em dos artigos de contrabando da guerra em todos os tratados que celebraram com as nações da America, sobre as quasi de certo catarão mais no caso de exercer influencia do que de ser por elles influenciados, resulta que foi sem hesitação e desajo censurado e fazer adaptar essa clausula, ao menos como ponto incontravento do direito das gentes da America, já que na Europa não foi sempre possível dar-lhe esse caracter, apesar dos esforços das nações de Hollanda, da França e dos Estados-Unidos.

Hoje que melhores principios prevalecem na Europa não seria possível ao governo dos Estados-Unidos apresentar uma pretensão contraria a todo o seu passado, sem expor-se á

seguida de abandonar apana que é beligerante principio que sustentava quando tinha a perspectiva de ser sempre neutro nas guerras europeas.

Assim a Sr. Webb que se declara guerra contra a Russia e curião lo declarado contra, sendo, O Sr. Webb não sustenta a sua asserção com documento algum, e é permitido ver que de sua parte não se algum esquivou.

Hoffet, no seu direito internacional, da Europa; traduzido por Berguen, edição de 1837, falando dos meios de virar a do curião, diz a seguinte:

« Elles ne sont donc pas, par leur nature, du nombre des marchandises prohibées. Nous devons nous en tenir que, pendant la dernière guerre d'Orient, les puissances alliées ont prohibé les principes les plus légers; qu'elles n'ont saisis sous le nom de contraband que les armes, les munitions, et les objets uniquement destinés aux usages de la guerre, et maintenant à cet égard les dispositions des traités existants; qu'enfin les prohibitions d'exporter ne s'appliquaient qu'aux territoires respectifs des belligérants. Ce bel exemple se sera sans doute pas perdu dans les guerres maritimes futures. »

Além disso o *Manchester Universal* de 6 de Abril de 1855 foi publicado uma declaração do governo dinamarquês definindo os artigos que constituem contrabando de guerra e expressamente occupando o curião, e este acto notissima redacção excide da parte dos beligerantes.

Que os Estados beligerantes, considerando em razão de circumstancias especiais, o curião de pecha em entre guerra, contrabando de guerra, não consente que o commercio neutro o transporte para abastecimento do inimigo, e applicam o seu direito aos portos desta especie reconhecidas como dirigio aos portos, os de guerra dos seus contrarios, podendo comprehender e justificar com a doutrina sustentada por alguns governos e escriptores; porém querer prohibir aos neutros as suas territorialidades semelhantes artigos é proterção exorbitante, que não tem apoio em nenhum procedimento na historia do direito das guerras.

Sustentando os verdadeiros principios que sem controvérsia têm sido admitidos neste assumpto, o sobre assignado pede ao Sr. Webb que tenha bem presente a differença que ha entre fornecer um governo quaisquer objectos a um belligerante, e deixar-lo prover-se d'elles no mercado, e invocar em seu favor uma autoridade que absteria todo o modo de reticencia no caso de Suter, ainda que pudesse haver dúvida sobre o não se deverem considerar as providas razoes como contrabando; essa autoridade é a de Kent —, *Commentaries on American Law* — Part. 1, Lecture 7. « It is a general understanding, grounded on true principles, that the powers at war may seize and confiscate all contraband goods, without any complaint on the part of the neutral merchant, and without any imputation of a breach of neutrality in the neutral sovereign himself. It was contended, on the part of the French nation, in 1796, that neutral governments were bound to restrain their subjects from selling or exporting articles contraband of war to the belligerent powers. But it was successfully shown on the part of the United States that neutrals may lawfully sell of have to a belligerent purchaser or carry themselves to the belligerent powers, contraband articles subject to the right of seizure, se transport. The right has since been explicitly declared by the judicial authorities of this country. The right of the neutral to transport, and of the hostile power to seize, and confiscating rights, and neither part can change the other with a criminal act. »

Com o exposto seja o abaixo assignado haver respondido ás questões que em sua nota de 1.º de Novembro lhe dirige o Sr. Webb.

Todas as considerações em que entra largamente o Sr. Webb para mostrar a importância commercial que tem para o Brasil a amizade dos Estados-Unidos sobre de continuo presentes ao animo do governo de S. M. o Imperador. O desejo sincero de conservar essa amizade não podia aconselhar outra politica senão a de mais bene entendida neutralidade na luta que infelizmente apparece. O extenso consumo de productos brasileiros nos Estados-Unidos tem por theatre tanto a parte que se acha subordinada ao governo federal como a parte rebelde. Qualquer que seja o desfecho da guerra civil o Brasil deseja conservar as relações de amizade que tem cultivado com os Estados-Unidos, e nunca sera por culpa, animação ou acção seu que o commercio pacifico e livre ficará exposto á depredações e riscos. Exceuta imparcialmente os dictames do direito, sem que por isso lhe possa ser imputada as consequências que não foram conformes com os interesses de alguma das partes.

Se navios americanos de commercio não estão afilhados aos mares, não é porque no Brasilão um cruzado dos rebeldes compra canhões, é porque existem no mar corsaes e cruzeiros, e para isso de nenhuma sorte o Brasil tem commercio.

As relações commerciaes nascem de actos permanentes voluntarios e livres dos cidadãos, e sempre se entende que são conformes aos interesses de ambos os lados. O abaixo assignado tem fundada confiança em que o governo dos Estados-Unidos não comprehenderá os deveres da neutralidade e os direitos das potencias amigas, em relação aos rebeldes, de modo differente daquello por que com todas as acções entende o governo do Brasil. Se, porém, infelizmente essa confiança fosse falida, e se por causa de factos como o do Sumter, em que talvez na intenção se pode presumar de offender ou causar danno aos Estados-Unidos, o seu governo para hostilizar o Brasil recorresse aos meios extraordinarios que o Sr. Webb descreve, pondo embargo ao commercio, praticaria um acto injustificavel de manifesta iniquidade, e de oppressão a seus proprios cidadãos. O abaixo assignado, pois, espera firmemente que tal não acontecerá, e ali entende que semelhante conjectura não pôde ser objecto de discórdia.

Não menos que da justiça e da illustração do governo dos Estados-Unidos, com o abaixo assignado de caracter elevado e do animo illustrado de seu illustre representante nesta corte, que o procedimento do governo imperial será apreciado como mereço, e que a manifestação franca de seu pensamento será acceita como mais uma prova de sua lealdade e da pureza de suas intenções.

Candidato esta nota para logo, o abaixo assignado aproveita-se, com prazer, da occasião para renovar ao Sr. James Watson Webb os protestos de sua alta consideração e pertença attenta.

EXCEPTE ASSINADO DE MANUEL DE TÁGUA.

Ao Sr. James Watson Webb, etc. etc. etc.

N. 5.

Nota da Legação dos Estados-Unidos ao governo imperial.

Legação dos Estados-Unidos. — Petrópolis, em 27 de Dezembro de 1861.

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario do governo dos Estados-Unidos da America, tem a honra de accusar a recepção da nota de S. Ex. o Sr. Benvenuto Augusto de Tapalides Taques, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, datada de 9 de Dezembro de 1861, em resposta á commissão que teve a honra de dirigir-lhe no 1.º de Novembro, demandando a attenção do governo brasileiro para o que o abaixo assignado considera, e considera ainda, um acto contrario á unidade para com os Estados-Unidos, e uma quebra manifestra da neutralidade, commettida pelo presidente da provincia do Maranhão, que é delegado do governo imperial, directamente nomeado por S. M. o Imperador.

Aquelle funcionario permitiu que um vapor portuguez, pertencente a cidadãos dos Estados-Unidos em exilio no exterior e se, proximo, entrasse no porto do Maranhão, e officiasse por espaço de 3 dias, durante os quaes se-lhe permitto armar uma bandeira desconhecida e não reconhecida pelas potencias existentes no estado; e por consentimento do presidente do Maranhão, recebeu e providas de munições e munições para proseguir no seu viagem, a qual, evidentemente, não tinha outro objecto se propozição senão a de apressar navios e destruir o commercio dos Estados-Unidos, uma das grandes potencias da terra, em unido com o governo imperial do Brasil.

O abaixo assignado, na commissão, a que a nota de V. Ex. parece ser uma resposta, proprio entre outras, que são necessarias e mencionadas na resposta de V. Ex., para o fim apparentemente de serem repellidoas.

Na verdade receptiva V. Ex. aquelles questões e bandeira, alludindo ao protesto do commandante Portet, de qual o abaixo assignado encios copia a V. Ex., para que a historia, procedimento e caracter politico do vapor *Santo* pudessem ser conhecidos, e não para adoptar sua linguagem ou similante a a respeito de outros por-reitos, de distinctamente que, responsabilidade sobre os actos e a politica do abaixo assignado, sendo tambem responsabilidade o protesto do commandante Portet. Estes, em o abaixo assignado não pôde descobrir na longa e trivial nota, a que se refere, a promettida resposta de V. Ex., tem desajuda pelo abaixo assignado, e que é sua datada de conhecimento esperada pelo governo dos Estados-Unidos.

V. Ex. assegura ao abaixo assignado que o procedimento do Brasil em relação á rebeldia existente nos Estados-Unidos, é contra a declarada, e de politica neutralidade. Seguramente em uma a supposição do abaixo assignado, quando chegou a sua nota de 1.º de Novembro; nos houve, exactamente na declaração de V. Ex., officalmente feita a assembléa geral do Brasil, durante a sua sessão, e na qual, por parte do governo imperial, V. Ex. disse que era a observancia da neutralidade do Brasil, nem á pistas, nem á navios armados de armas de guerra, nem á permitir entrar em porto alguns do Brasil, a menos que não fossem a isso obrigados por força maior. E o abaixo assignado ficou muito

para ser, que, depois da destruição já referida do V. Ex., obrigada colheu nas condições eficientes a mesma lida, fortificando-se de acordo as regras do governo nacional.

Alinda assim a situação designando o Sr. de Faria uma pessoa de confiança do governo imperial, e a Sr. de Faria, além de muito importante objecto, que poderia transmitir a seu governo, e portanto, poderia ser facilmente esboçado sobre elle, e propriamente os pontos que parecia proprios, e que V. Ex. transcreverá com o fim de responder a elles, mas que, no present, compoem a vista exterior dos negócios de sua alta posição, e não se podem ler.

O aluno assinale, portanto, este tipo de questão desenvolvida na relação das questões contidas na nota de I de São Paulo, com as coladas no enunciado:

1.ª Se o governo do Brasil teve notícia oficial da visita do comando pirata Soeiro ao porto de Maranhão e da falta de las terças ali permitido, como diz o presidente, relacões das « prestígio e curria necessárias para sustentar sua viagem, » que é bem sabido tem por único objecto a captura de navios americanos carregados em commercio pacifico com o Brasil?

9.º Se, como é agora designado julgo, e tem algumas raízes para avelãs, em grande quantidade da montanhola, esse solo contraria a natureza para com os Estados Unidos, aliado não foi desapparecido pelo governo do San Diego, e neste caso, se Y. L., a mais leve e male que se encontra, não a partir as avarias e as medidas para colheita com a natureza e pôs das consequências relativas da aridez.

3.º Se é o fim da instrução, de governar, melhorar, permitir certas pirâmides de renda e que os senhores das colônias dos Estados-Unidos entrem nos portos do Brasil e negociem (relações, comércio material), • porquê e porque para continuarem suas viagens, • então o comércio dos Estados Unidos?

Como a boa acatada política do governo imperial defendia a V. Ex., que las paradeso governo, é muito natural procurar, como V. Ex. sem dúvida o fez, que os seus fins são bastante conhecidos e por isso não é muito necessário delles tratar, e dahi provavelmente veio a omisso de dar ao althor assignado a informação que pretendia obter por forma poligra para transmittir a seu governo, eaa o propósito de alcançar a esculimento que era hevelave. sendo o facto conhecido pe r nossa população, de que o pinto. Senteu tinha sido supellido com os meios de continuar eua degrações estra o confiado eacimento, em um pinto de Brasil e por ordem do presidente de Vozalita, que a delegada do R. N. I. o do D. Pedro II, com oque a. costume dos Estados mais um eacere mandado as a sua parte, eia relação

O abito anglo-saxónico, portanto, manifesta-se a expulsa a esperança de que brevemente lanc a internapio que solido, e que é de a dar importancia para dedocer lutos casativos que se formaria nos Estados-Unidos: a saber a e-la munião de Santo;

V. Ex. labora em casa, e não percoço o teor da nota do alvará assinado de 1 de Novembro, se crê que a seguir continuou para alguns dias e mais facto de reconhecer os rebeldes das Estados-Unidos como beligerantes com o reconhecimento de sua independencia como nação.

Aquella reconhecimento pela Indolência, Agnível por outras potências, o depois proficiente pelo Brasil, não se ter apresentada alguma coisa, no qual posto o mesmo se ligando referido para encarecer a ser, presente, posição, tal unicamente para estar a possibilidade de capturar os censários, relativos como p resto; uma desde a dia de um tal reconhecimento, que o abito obrigatório para ter sido necessário o desconhecido, e o não com mais ninguém.

como um ato de tolerância, não tem sido feito para tirar dos concursos rotulados a esse gênero (principalmente os paragonos como *curitiba*, *paraguai* no mesmo sem uma bandeira reconhecida).

É V. Ex. e o governo do Brasil, que concediam o mesmo orgão atribuído ao alho azulado.

Se o presidente do Maranhão, obrando como delegado do governo do Brasil, tivesse tratado o pirata Sawyer como o tráfego em qualquer dos portos do norte amigos ou se fosse ordenado porventura que se descesse ao mar em 24 horas, e lhe fossem negadas as provisões e carvão, como teria controlado se entrasse em um porto pertencente à França, então não haveria razão de quebra de adeus assignado como representante da povo americano, pela evidente falta de neutralidade, resultante do fornecimento de socorro material a um corsário notório, cujo único objecto em aprisionar e destruir o commercio americano. Mas o representante do Brasil não trata o corsário como este teria sido tratado por todas as nações da Europa, em amizade com os Estados-Unidos; pelo contrario confiado e facto dos rebeldes dos Estados Unidos serem reconhecidos simultaneamente como beligerantes, com a sua reconhecimento como nação independente e soberana; e V. Ex. virtualmente approva a pretensão do presidente do Maranhão reclamando para o vapor corsário o caracter do mesmo de guerra, e todos os direitos, privilégios e immunições que um navio e indirectamente da independencia das rebeldes assegurar, ao seu corsário pirata. E por esta razão não dizer-se, que o aliano assignado antes de se descolarem que vantagens adicionais poderia V. Ex. ter concedido ao Sawyer e aos rebeldes dos Estados-Unidos, se tivessem sido formalmente reconhecidos pelo Brasil como uma nação independente, á que elles não tem direito pela sua ultima nota.

V. Ex. insiste na sua agudeza e talos os respeito; estabelece a linear delle todos os direitos e privilegios do Brasil como neutro, que o Brasil teria obrigação de ampliar as mesmas lreptos ou franquezas se se fosse aqello estivessem em guerra com os Estados-Unidos; concede-lhes uma immensidade, e todos os direitos e privilegios de uma nação reconhecida; eleva o seu proprio praepto á dignidade do axioma de guerra, e depois informa a povo americano per meio do de abito designado de que : assim como um soberano ou governo reputado legitimo tem o direito de hostilizar a potencia que auxilia os rebeldes, os impeditos a exercicio do seu direito de procurar submitti-las, assim tambem os rebeldes tem o direito de hostilizar a potencia que auxilia o soberano ou governo com quem este em guerra, se impellido e empoeado dos meios proprios para combater a que elles suppõem ser sua inimica.

Anda aí, depois de pichados para os rebeldes todos os direitos e privilégios que poderia gozar para os rebeldes, se tivesse a não formalmente reconhecidos pela União como nação independente, U. E., continue dizendo —: anda pois lá de machão ou de novo se proceder do Brasil adaptando a posição te encontra na luta a que se alinha, e reconhecendo que ela existe, e portanto que se a aplicação nesto caso as regras de direito das pautas que regula o estado de guerra nas relações dos beligerantes. »

E' pois manifesto, que V. Ex.^a e não a cidade designada, comtudo a apreensão molida do reconhecimento de novas cidades, como Belgeminas, com o reconhecimento formal de sua independência: e é V. Ex.^a que, por terem sido considerados como belgeminas, houve em dizer que *As elites belgas, as elites e privilegios, que ha tido sido consi-*

Por este modo chama V. Ex. a seus corsários, não piratas mas « navios de guerra: » e tendo-se assim rebaixado a dignidade e estado-lhes um caracter nacional, surprehende-se por vêr que o representante dos Estados-Unidos junto a esta corte imperial, se offendeu tanto com a egualdade a uma igualdade, á todos os respeito, com os traidores rebeldes, que buscou destruir o governo de quem elle se offensa de ser representante.

O que se dá em relação ao tratado de 1820 entre a Inglaterra e a Inglaterra, e dos Pyrenéas, em 1820, entre a França e a Espanha, e o de 1822 entre a Inglaterra e a Hollanda, todos concedendo o direito de negociar com os rebeldes, e mais longe o muito verdadeiro; mas o abito assignado deira-lhe de todo por não ter nenhuma relação com o assumpto em discussão. Nunca se querem o abito assignado de tentativa alguma por parte do Brasil para negociar com os rebeldes e entrar nos seus portos, mas concede-lhe o direito de assim praticar, arriscando-se a ser molestado pela mesma esquadra bloqueadora; tambem n'isso queriam de desejo de conservar o Brasil para si a parça de « neutro. »

Querem-se porém formalmente por ter um empregado do Brasil deliborada e offensiva-mente, e em prejuizo da commercio americana, violado aquella neutralidade; e quer-se-se agora, porque V. Ex. bilando a omissão do governo brasileiro insiste em tratar, por serem rebaixados « beligerantes », os rebeldes rebeldes, precisamente como se sua independência tivesse sido reconhecida, o claramente casados que todos os direitos, todas as honras, todos os privilegios, toda a cortesia e hospitalidade devida, á « nação de guerra pertencente aos Estados-Unidos, são igualmente devidos aos rebeldes: perdas da confederação rebelde » por que na verdade, um empregado de governo imperial, exercendo autoridade no Maranhão, estava por um tempo do tempo a « nação de guerra, » em guerra com elle, e o mais indigno e cruel prate.

O abito assignado tem a pinta de tal, que a justificação do procedimento do presidente do Maranhão é baseada unicamente no pretexto de ser o Sester um « navio de guerra: » e como tal, com direito á toda a cortesia e hospitalidade que é costume usar-se para com navios publicos. Admittido o facto do seu caracter publico, o abito assignado do bom grado escudo todos os argumentos de V. Ex. baseados naquella facto, e as conclusões á que ellas conduzem. Em direito, se um navio de guerra for constantemente perseguido, desaparece a acção do crime; o assim com o Sester, — se em vez de ser um creturo pirata, pertencente á traidores ou rebeldes contra os Estados-Unidos, em um port em uma localidade, sem bandeira ou mesmo conhecida, se reconhecida por alguns dos governos do mundo, o Sester pareceu ser o « navio de guerra, » pertencente á uma nação em paz com o Brasil, cuja bandeira fosse reconhecida, honrada e respeitada pelas potencias da nação — sem duvida alguma, o abito assignado ter-se-lhe assignado, e sua demonstração contra a hospitalidade que foi dada áquele e a supressão do crime que foi tributado á nação e commercio americano, talhado por terra e terror-a-lhe de nenhum effeito.

Quase são pois os factos na seguinte ordem?

O abito assignado pela luz com a seguinte: o caracter do Sester, quando entrou no Maranhão, era neutro em toda a christandade, e ninguém o conhecia melhor do que o presidente do Maranhão. Seu commandante renuncia-lhe toda consideração de seu caracter e da neutralidade que resultava de ser tal, que elle nunca entrar abertamente n'um porto brasileiro, temendo que, se assim o fizesse, as autoridades e meios da nação assignados colluctando entre o Brasil e os Estados-Unidos, o deturba um pirata que andava no caso contra

o commercio dos Estados-Unidos com o Brasil. Ela, portanto, quando ainda o era navio ao largo, fora do porto, podia ser usada para entrar.

Ésta é a procedência de um navio de guerra, de um navio público que explicitamente ostentasse na sua popa a sua bandeira nacional! ou não seria este um procedimento próprio de um pirata que temia as consequências de um novo flagelo?

Conceda-se, aliás, o permissão ao navio de paz que ficasse ali dentro do porto, durante os quatro abastecimentos com víveres e com o carvão necessário para sustentar suas dependências contra o socorro americano. O povo do Maranhão indignou-se contra as autoridades por esta guerra quebra de neutralidade, e foi ao ponto que para defender-se da indignação popular o presidente do Maranhão fez a importante descoberta, se o navio ajudado pelo capitão pirata, de que o « *Sauvée* » era um navio de guerra! — Edo então o commandante o V. Ex. e o V. Ex. em seu fit, por certo, acallando o alarido, usou para o alívio assignado que o *Sauvée* estava regularmente armado, como « navio de guerra », e por tanto não podia deixar de ser tratada, como depois o foi o vapor *Pouébo*, dos Estados-Unidos.

E foi por ter o presidente do Maranhão tomado esta posição singular, como o alívio assignado sobre por intermédio do V. Ex., que este remetteu-lhe, logo que chegou de suas mãos, uma cópia do protesto do commandante Parker, o a qual se mostra o mais alto caracter e antecedente do *Sauvée*.

Se o alívio assignado equiparasse o alívio da arma do V. Ex., talia a questão reduz-se a saber se o *Sauvée* era um navio de guerra. V. Ex. aceita a supposição do presidente do Maranhão, e tendo assim estabelecido as suas premissas, sempre recordando na hypothese supposta, sabendo bem que se a hypothese for falsa, seguir-se-ão do plano que as conclusões a que se chegar, deduzidas do pressupposto falso, serão necessariamente falsas.

O alívio assignado sendo evidentemente que uma pessoa tão fidelidade como V. Ex. para determinar o que constitui um navio de guerra, se tivesse contestado com o adópção das declarações do presidente do Maranhão, e a vez de estabelecer ao alívio assignado sobre o exemplo, e simplificar seria a questão. Na ausência pois de factos esclarecedores, que V. Ex. podia ter prestados, o alívio assignado vê-se obrigado a sustentar as suas próprias convicções sobre o alívio.

Um navio de guerra deve necessariamente ser um navio público, e portanto indivíduos particulares reunidos como tal, seja para o que for, não podem crear, ou como navio ao largo, não podem armar um navio de guerra. Esta não é primeira das razões, e indivíduos em rebelião contra um governo legalmente estabelecido o de ha muito reconhecida, seja poucos ou muitos, não podem armar um navio de guerra. O quanto elles mesmos não constituiram uma necessidade pelo reconhecimento de sua independência por outras nações.

O simples emprego no serviço militar de um indivíduo é sufficiente. É necessário um acto solenne da respectiva autoridade, e que esta autoridade seja publica e não individual, para crear um navio público, e navio publico não é os navios de guerra. Parece ao alívio assignado que toda razão é que um alívio do commandante do Maranhão insistir em que uma perfida de cidadãos fora da lei dos Estados-Unidos, em revolta contra seu governo, possa crear, possuir e armar navios de guerra revestidos do caracter nacional, que elles mesmos não possuem.

Os povos em revolta contra os Estados-Unidos são tratados como rebeldes não somente por nos, mas tambem por todos os potenciaes do litoral, incluindo o Brasil. V. Ex. repelle a idea de ter reconhecido sua independência, ou de ter-lhes concedido nacionalidade por isso que os

considera belligerentes, não dá a um dos seus navios piratas um carácter nacional, e ha de elle um navio publico, comprado mesmo á custa doses a nacionalidade que elle tanto ambiciona.

Seu favor não nuplo que reconheça sua responsabilidade, sem direito de ter uma bandeira e de exigir que ella seja respeitada, assim e a sua única corte, malheira a do Brasil, que admitta seus representantes, sem um nome ou nacionalidade de qualquer especie, e por isso a parte tratados como rebeldes, o Brasil — sem a devida reflexão, por certo, eleva aos contrarios o navios de guerra e belligerentes uma nacionalidade, collocou-se no mesmo pó que os navios de Inglaterra, de França e dos Estados-Unidos, proclamando distinctamente que os rebeldes devem ter todos os direitos, privilegios, hospitalidade e respeito que pela pratica são concedidos aos navios de guerra das nações da grande civilidade.

O alvito assignado accrescenta tal coherencia que a seu vêr, o segundo as doutrinas estabelecidas pelo seu governo, um navio armado, pertencente á indivíduos sem nacionalidade, que captam navios empregados no commercio de qualquer nação, é simplesmente um pirata; e se a doutrina do presidente do Maranhão, adoptada pelo seu governo, poder tornar os cruzeiros piratas iguaes aos navios de guerra de todas as nações que entram nas portos do Brasil, e dar-lhes iguaes honras, immunições e hospitalidade, o exemplo ha de ser pouco seguido pelas outras nações.

Mas é um motivo de praezar para a alvito assignado vêr na nota em que V. Ex. adroga esta singular doutrina, que por sua legitima conclusão obriga o Brasil a tratar nossos rebeldes com toda a cortesia e consideração concedidas ás nações mais favorecidas, ao mesmo tempo que recusa reconhecer a sua nacionalidade, ou receber seus navios; e que prova que na pratica V. Ex. não vai coherente com a sua theoria, e de que a dar o desculpavel inferencia é que o asserto do presidente de Maranhão da que o *Smelter* era um navio nacional, foi, como se allegou, saggeado pelo proprio capitulo consario; cabendo o governo imperial, em esse saggeado que seu agente tirava razão, sem tratar de indagar onde o conduziria, esse agilita, e quasi harido de ver as suas consequencias sobre o futuro poslejo do Brasil a respeito das grandes questões internacionais.

V. Ex., commentando os direitos, privilegios dos navios nacionaes e a hospitalidade que lhes deve conceder, diz:

« Quando, portanto, um navio armado apparece no Maranhão, hostando a bandeira de um dos belligerentes, quando o commandante desse navio mostra aos potencia do officio naval do seu governo existente, e outros documentos que prouveo que aquelle navio era propriedade publica e não particular, o presidente do Maranhão foi obrigado a trata-lo como navio de guerra, sem pedir o facto de ter sido apreendido navios nacionaes destruir aquelle caracter, por isso que os cruzeiros de guerra fazem o mesmo.

« A hospitalidade, portanto, concedida ao vapor *Smelter* no Maranhão, nas mesmas circunstancias em que foi concedida immediatamente depois á fragata *Perchata*, não mostra irregularidade alguma. »

Entanto V. Ex. em outra parte da sua nota, accrescenta que o presidente do Maranhão não tratou o *Smelter*, assegura V. Ex. ao alvito assignado, como em do seu dever faz-lo, como um navio de guerra, tendo uma nacionalidade, e sem direito a hospitalidade que lhe foi concedida, e agora sustenta que elle tinha o direito de pedir-a em obrigação do Brasil concedê-la.

O alvito assignado allude áquella parte da nota de V. Ex. em que claramente se assegura

que, segundo a flagra Parker, era o velho com demonstrações de cordão, devotado à bandeira de uma nova guerra, a liberdade. Inclusive a bordo do *Senete* não foi mandado; e tendo-se-lhe dado conhecimento do apêlo do presidente, a saída daquela vapor não se uniu ao dia 7 de Setembro e a de substituição de guerra que se achava o americano da independência nacional. Não posso explicar, nem a tudo apresentada a V. Ex. a respeito do tratamento do parat. no dia 7 de Setembro, inclusive em ter a presidente, não saber as circunstâncias a seu respeito, que a presidente considerava o seu carácter e que o pirata não pretendia ser mais como o de que se achava, como todo o mundo sabe? Não posso isto também, que ele não se considerava, e não pretendia ser, um arto de guerra? E não apela ao alto nobreza da epíteto, com a sua saída da F. do Nordeste, de que a denominação de *vaca de guerra* foi um protesto a que se recorreu em consequência da exatidão da lei e conservadora, a situação do Marulho, que publicamente se tornou o presidente da paizal, a situação da neutralidade, e pela sua demanda?

V. Ex. julga que o abaixo assinado indica o procedimento que provavelmente havia de seguir os Estados-Unidos para lidar com a lei, porque nos interesses, se o Brasil perturbasse em qualquer circunstância as relações, forçando-lhes providas e caridos para continuarem suas viagens e as operações do comércio americano. Isto é um erro. O abaixo assinado não tem instruções de seu governo a respeito de uma guerra de neutralidade tal como a que se deu, segundo o vapor *Senete*, forçando-lhe caridos e providas para continuar suas viagens, proclamação a guerra de guerra e reconhecendo sua nacionalidade, declarando-a igual, a todos os respeito, aos navios da guerra da França, Inglaterra e Estados Unidos, ao mesmo tempo que o Brasil cuidadosamente evita reconhecer a independência dos rebeldes a que esse navio pertence, e proclama sua sincera amizade ao governo dos Estados-Unidos. Não era possível ao governo dos Estados-Unidos julgar que tal estado de coisas se poderia dar, quaisquer que fossem as circunstâncias. Porquanto sabe que nenhum governo da Europa faz qualquer coisa que se poderia considerar como uma declaração de guerra contra os Estados-Unidos, ainda mesmo quando se desentendesse o prestígio dos governos legítimos e bem reconhecidos ao ponto de considerá-los como beligerantes, afim de evitar a possibilidade de tratá-los como piratas. Sabe que era moral e absolutamente impossível, que o *Senete*, *Arg. Barros* e outros navios do mesmo carácter, muito conhecidos na Europa e no Brasil, fossem forçados para entrar nas partes europeias para obterem fornecimento de provisões e caridos, e a consequência do governo, e tudo quanto desajam, e que fossem tratados como navios de guerra, com direito a todos os honras, privilégios e imunidades concedidas pelo *Constituinte* aos navios públicos das principais potências da terra. E sabe-se isto, e tem-se certo de que o próprio respeito das potências europeias bastaria para protegê-los contra uma situação qual a do *Senete*, forçado a tratar como navio de guerra, e o mesmo para do um bando de rebeldes, cujo representantes são universalmente tratados com todo respeito, sem que seja omissos em nenhuma parte da cristandade, seria por certo contrário, mesmo aos olhos do Brasil, que o governo dos Estados-Unidos tivesse antecipado um procedimento que ele reconhece impossível em alguma parte de qualquer das nações amigas da Europa, o que tivesse feito conformidade das instruções ao abaixo assinado para obter em tal contingência.

O governo dos Estados-Unidos considera o Brasil como potência amiga, e portanto, quando o abaixo assinado foi mandado para representar o governo e o povo dos Estados-Unidos nesta corte imperial, não se lhe deu nenhuma instrução para fazer tudo que estivesse a seu

deuses para estreitar os laços de amizade que sempre existiram entre as duas nações, mas também o governo constantemente colheu um enorme e apaixonado desapego ao Brasil e amizade de Brasil, abster-se de mais ligadas instigações que fossem baseadas na suposição de que o Brasil poderia comportar-se de seu dever para com uma potência amiga, e da *Comissão política*. Desde então na sua porta aos cruzados pinos de suas rebeliões, pretendendo-lhes socorros materiais de victualhas e munições, elevando-os à dignidade de aliados de guerra e proclamando publicamente que o pirata Souter tinha legitimamente, e de acordo com a lei internacional, direito a todas as honras e privilégios concedidos à fragata *Peabody* dos Estados Unidos, e que recusando aos rebeldes tais imunidades, danificava a justa causa de guerra contra o Brasil.

O abaixo assignado, entretanto, deseja que fique bem claro não ter sido a sua intenção dizer qual seria o proceder do seu governo com relação ao grave successo do Souter. Não tendo recebido instruções para uma ocorrência que não podia ser prevista, o abaixo assignado em parte tardaria de sua nota apresenta o seu governo procedendo de modo a levar o governo imperial do Brasil a reconhecer o grave erro do seu delegado, o presidente do Maranhão. É certo que, em sua nota do 1.º de Novembro, o abaixo assignado lembra das relações commerciaes que existem entre o Brasil e o Estados-Unidos, diz o seguinte :

- Os Estados-Unidos, um dos mais antigos amigos do Brasil, com muita assiduidade cultiva a sua amizade, compra-lhe e, consome — mas de modo de sua grande produção,
- ainda que o Brasil só differ pouco de trouxa menos de duas milhoes de suas produções, deixando um saldo contra os Estados-Unidos de quasi ou mesmo de 15 milhoes de dollars
- anualmente, que é liquidado em ouro; e se os mesmos Estados recusassem agora,
- de prompto, admitir qualquer dos productos brasileiros nos seus portos, tanto V. Ex. como todos os povos civilizados, seriam obrigados a reconhecer que nada haveria de mais justo,
- desde que o governo do Brasil continuasse a appressar a grande quebra de neutralidade
- tão clara e instantaneamente perpetrada pelo presidente do Maranhão. •

Isa, como V. Ex. verá, não era mais do que a manifestação da opinião individual do abaixo assignado, cuja força e justiça elle espera que V. Ex. reconhecerá; porém não declara, directa ou indirectamente, qual seria provavelmente o procedimento do governo dos Estados-Unidos, visto como nenhum estadista americano poderia prover semelhante quebra de amizade da parte do Brasil: o secretario do estado dos Estados-Unidos não podia suggerir remedia para uma contingencia que não se poderia supôr se tivesse das causas presentes.

Por esta opinião, tal qual se achou expressa, é o abaixo assignado o unico responsável; e logo que elle recebe a resposta do V. Ex. aos quaes, cuja importancia foi reconhecida, elle a sujeitará à consideração do seu governo, visto que, como já o declara, não tem instrução por ordem geral na occorrença de um successo que não podia ser previsto, em consequencia das antigas relações que existem entre o Brasil e os Estados-Unidos. O grande erro do abaixo assignado consistiu em haver elle mal comprehendido o procedimento que toma o governo imperial com relação ao que occorreu no Maranhão, porém V. Ex. reconhecerá que foi elle induzido em erro pela declaração official do V. Ex. perante as câmaras legislativas do Império, e por declarações subsequentes em assistência da politica então predominante. Foi isto que levou o abaixo assignado a dizer em sua nota do 1.º de Novembro: « Que não tinha apprehensão a este respeito. Bem que estava profundamente, e esteja disposto a resentir-se vivamente de tal ultraje feito aos direitos do seu país, desde o inicio da parte do presidente do Maranhão de considerar os rebeldes rebeldes contra o seu governo como iguaes aquelle

- pela, de esultante illa de que a plica de um estado de n lida, em, handira, governa,
- on nacionalidade, em todo aq ualque Estados-Unidos da Amer ca, com dndia mber
- da parte do Brasil igual laura, consideração: e La-p lidade, não dndia por um do res-
- nado de que o governo do Brasil q uo claria o p lica, m, dndia para r p riorar o ludo
- lido nos Estados-Unidos da America pelo procedimen to de presidente do Maranhã, dando
- dndia os mterios e proteção a um puno, especialmente ludo para p rior o com mrio
- americano, .

O abito assignado soffre uma grande decepção nndia em a mavel esperança: e dndia-mento dndia que os erro dndia ludo e com governo é mda de que o governo imperial do Brasil não sympathizava, não podia nem que rda sympathizar co o procedimen to de presidente do Maranhã, nem o approvava. Tal é porém a sua ché dndia, não só de conservar as antigas relações que existam entre os dois paizes, como ainda de fortificar o instrumento que mais co nhece os dois grandes nações do continen te americano, cujo aro dndia ser p rior-mente dndia de accordo em todas as questões da americana e dar den a uma política amica-za, que mteriam-se a pedir a V. Ex. que reconsidera a questão do Aveste e a base em que assentou a sua decisão, considerando-se a Aveste mterio de guerra e habilitado a exigir do Brasil todas as honras e cortesia, e todas as facilidades para continuar a sua viagem, que podda ser co ncedida ou co ncedida ao mterio de guerra dos Estados-Unidos Portuguezes. Se assim fndia mterio a Aveste, necessariamente o rda igualmente sobre os p lica os mterios apparelhados pelos rda lidos para fazerem provas no com mrio americano. E a ser isto assim, não é certo que o governo do Brasil, sob a capa da Aveste, concede mterio porio aos mterios rda lidos todos os direitos e privilegios, q uo ludo ludo dndia co ncedidos ao se honras e reconhecido a sua independência como Estado soberano, antes que o governo dos Estados-Unidos pudesse fazer um mterio para soffocar o rebel dndia? Permitta V. Ex. que o abito assignado mterio que o governo do Brasil si per q uo rda pelo co nceder no p rior Aveste um caracter e mterio dndia que não a- ludo não p riora, mas que sagrado é paente e seu proprio capda não se julga com direito a p riorar, jndia pelo p riorado para entrar na porto do Maranhã, e é também evidente que o presidente do Maranhã não reconhecem seus qualidades no Aveste, como se vê da nota de V. Ex., por quanto se ludo p riora a entrada no p rior, não admitta que a sua bandeira fosse co ncedida: e não co ncedido nada com ludo prohibido ludo que salvagda, co ncedida-ente com as mterios do guerra que se acham na porto do Maranhã, em ludo do mterio de ludo p riora da ludo ! Parece que qualquer mterio de nacionalidade que tenha o Aveste, ludo dndia na porto do Maranhã pelo presidente daquelle p riora, depois do dia 7 de Setembro.

V. Ex. p rior em dndia o ludo de que, na guerra feita em ludo pela França e pela Inglaterra contra a Russia, ludo é dndia dndia mterio de guerra, e ludo ludo que o abito assignado não ap lica a sua dndia dndia mterio de guerra, e que ludo não ludo pela mterio das mterios, como se vê: não se ludo ludo, na co ncedida em que mterio, co ncedida pelo co ncedimento que ludo da pelo guerra ludo mterio p riora mterio mterio e mterio. Hoje, porém, a mterio é co ncedida. Com a mterio que V. Ex. ludo de ludo, mterio os abito assignado os dndia mterio para mterio a sua dndia. Por aquella dndia não se que o co ncedida e mterio artigos do co ncedida, não unicamente prohibidos como artigos do co ncedida, quando dndia a mterio dos ludo mterios. Por outras palavras, a França e a Inglaterra não co ncedida o mterio, que transportasse mterio para os Estados-Unidos ou para o Brasil, como mterio no co ncedida, porém ludo quando se dndia mterio a Crimda ou a

e para ser-lhe permitido visitar a bandeira brasileira. O seu capitão, ciente da sua condição de pirata e da seriedade do caso, pediu permissão para entrar no porto de Maranhão. O presidente da província também reconheceu a sua condição, e quando concedeu-lhe a escripta licença para entrar no porto de Maranhão, acompanhou-a da condição de não trazer senão a bandeira brasileira; e ainda em seguida intimou ao capitão a prohibição de tomar parte nas lutas devidas ao movimento da independência do Brasil. E isso não obstante, o alcaide assignado é formalmente informado por V. Ex. inchado em erro como foi pelo seu delegado no Maranhão, de que o Senhor tinha direito a exigir, e o Brasil a dever de conceder-lhe todas as honras, cortesia e privilégios que podem ser reclamados pelo natio da guerra dos Estados-Unidos Portuguezes.

Em conclusão, o alcaide assignado pede licença para chamar a attenção de V. Ex. para o seguinte extracto de um decreto assignado pelo fallecido rei de Portugal: pelo qual se verá que, no joelho daquelle sagittas nalgas, não é considerada quebra de neutralidade envolver sob quaisquer circumstancias, excepto por hospitalidade, os corsarios dos rebeldes americanos de todos os portos e aguas do reino de Portugal.

« Art. 1.º Em todos os portos e aguas deste reino, assim como do continente e ilhas adjacentes e provincias ultramarinas, os subditos portuguezes e estrangeiros são prohibidos de apparelhar navios com destino ao corso. »

« Art. 2.º Nos mesmos portos e aguas, rebeldes ao artigo precedente, é igualmente prohibida a entrada aos corsarios e de prazas feitas por corsarios ou navios armados. »

O alcaide assignado não pôde deixar de que este negocio merecerá mais particular attenção da parte do governo imperial do que até aqui, e o entretanto considera-se muito feliz em apresentar a occasião para renovar a V. Ex. as expressões de sua mais alta consideração e estima.

A S. Ex. o Sr. Desembargo Augusto de Magalhães Tapres.

James Watson Wana.

N. 6.

Nota do governo imperial á legação dos Estados-Unidos.

Saéo Central. — Ministerio dos negocios estrangeiros. Rio de Janeiro, 23 de Janeiro de 1862.

O alcaide assignado, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, teve a honra de receber a nota que cota data de 27 de Dezembro ultimo lhe dirigio o Sr. general James Watson Wana, enviada extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos da America.

Depois da declaração das hostilidades de armadas proclamadas pelo governo imperial para com os Estados-Unidos da America, e do sentimento profundo que lhe moveu a alta consideração que alli se preserva; depois da declaração das votos que fez o mesmo governo

pela próxima terraeção dessa lei, e do desejo de por ordem no mundo uniuersal para mada-la, e abaixo assignado orienção que não deu a resposta da parte do Sr. Webb a continuação da qualificação de acto de insurreição (unfriendly act) tantas vezes dada na sua nota ao procedimento do presidente da Marinha na repulsa do Sumter, prevendo-se que foi explicado não poder, na opinião do governo Imperial, ser antes, logo que se dário as circumstancias que fôrto resposta.

Toda a insistência do Sr. Webb é fundada em bases que pareça ao abaixo assignado não poderem subsistir, a saber:

1.^a Na qualificação de pirata que o Sr. Webb dá a um navio armado, commandado por officaes com poderes militares, e pertencente não a particularmas mas ao governo do Estado, que nunca debaixo de sua obediência os Estados rebeldes;

2.^a Na attenção do reconhecimento do caracter de belligerantia, que o Sr. Webb em sua nota ora citada, ora restringe, ora assigna à marinha por que todas as nações tem considerado este facto;

3.^a Na qualificação, que continha o Sr. Webb a dar, de contrabando de guerra as carvão da pedra, que não justa razão o Sr. Webb deida o principio opposito ás provisões navaes.

Seria preciso dar à nota esta demonstração extensiva, para seguir a argumentação do Sr. Webb, e compara-la em todas as partes com os argumentos e provas que opposerem a abaixo assignado da exactidão dos principios que dirigirão nesta caso o proceder do governo Imperial, e abaixo assignado abrenhari e mais que poder se considerações em que vai entrar, na esperança de que o Sr. Webb acolherá estas considerações com os mais justos sentimentos.

Na opinião do Sr. Webb os Estados rebeldes, não tendo bandeira nem soberania reconhecida, não podem de uma aggregação mais ou menos numerosa de particularmas e indivíduos, que não podem possuir que tanto caracter nacional. Sem nullo por este systema de variis particularmas, e, não havendo em Estado soberano reconhecido que fôrto de cartas de mara, se fazem piratas, são piratas.

Não é a primeira vez que uma parte de um Imperio se acha em rebellião contra o governo ou soberano legitimo e reconhecido. Os Estados-Unidos da America desde 1776 até 1788, e o Brazil desde 1822 até 1835 se achillo neste caso.

As nações da Europa, e até os proprios governos guerreados, reconhecido nos cartoes, praças, fortalezas, presidios, acampamentos, replicas, exercitos, generaes, commandos e mais officiaes estas qualificações, que lhes provindão dos decretos, declarações, patentes e actos emanados dos governos de facto, que dominante a parte rebelde de seus domínios, tratavel com elles, haço-lhes intimações, incurre prisãoes e coarctão a respeito d'elles outros actos proprios de belligerantia.

É natural que o governo que se julga lesado pela rebellião considere como um dos meios de acabar com ella o tratar como criminosos todos os que se auctora, e procure obter da todas as potencias amigas um igual procedimento.

Seria a maior fortuna para a Inglaterra em 1776 e para Portugal em 1822 que todas as nações civilizadas consideras sobre os navios americanos e brasileiros, como sobre piratas e criminosos. Tal porém não acontece.

O mesmo se verifica hoje com os Estados-Unidos. Seria de certo para elles muito de desejar que se podes calhar com que mantem relações amigaveis todos quantos seccion nos Estados rebeldes como criminosos e como piratas.

A razão porém, a lei de Deus, e dos homens, prescrevem aos governos outro procedimento.

Men os governos, á não existirem pactos especiaes, tem obrigação de ir tomar parte nas lutas e guerras que se passão entre outros povos. As nações não são jántes umas das outras. A neutralidade é a posição que occupa a todas aquellas que não são obrigadas a sair d'ella.

Esta era a unica posição que podia tomar o Brasil na luta entre o Sul e o Norte dos Estados-Unidos da America, luta em que elle não tem que interferir de que lado está a justiça, mas tem só que sustentar o vir subscrito em duas lavouras um povo heroico, glorioso, que tem dado ao mundo tão nobres exemplos de virtudes civis, um povo todo amigo do Brasil, quer na parte rebelada, quer na parte que obedece ao governo legal.

Mas a politica abstenção de tomar parte na luta era inseparavel do reconhecimento da qualidade, e dos direitos, e deveres de belligerentes em ambas as partes. A guerra actual é facto notorio, guerra feita com exercitos mais numerosos do que os Estados-Unidos oppuzeram á Grã-Bretanha, guerra feita com navios em maior ou menor numero, mas nunca com tanta superioridade de forças de um dos lados, como havia naquella outra guerra.

O reconhecimento dos direitos e deveres de belligerentes nos Estados revoltados, nem comprehendendo a obrigação de acudir e receber cortezias de sua bondade, nem se limita a reconhecer que elles guerreia. O belligerente tem o direito de invocar a seu favor a applicação das leis da guerra, e portanto a serem os seus generaes, almirantes, praças, soldados, nascidos da guerra, corsarios, etc., etc. reconhecidos como tais em todos os actos que se referem á guerra.

Embora, por tanto tempo quanto possa, recuse o governo os sobornos dos rebeldes revoltados e reconhecimento dessa qualidade para só lhes dar a de criminosos, a humanidade e a razão o obrigão a esse reconhecimento se a luta se prolonga.

Quando o abito assignado haes do decider dos tribunaes americanos, que reconheceem nos Estados do Sul a qualidade de belligerentes, referia-se aos casos dos dois navios Ingleses *Tropic Wind*, condemnado por violação de bloqueio pelo tribunal federal de Washington, e *Albatross*, condemnado pelo tribunal do New-York pelo mesmo motivo. Em ambas as sentenças, publicadas nas jornaes, se acha como um dos fundamentos da condemnação d'aquelles declarado, que a guerra actual entre os Estados-Unidos e os Estados que se dizem confederados consiste numa lutação em todo analogo a uma guerra estrangeira... que o bloqueio é um a um direito de belligerente que só pôde ser exercido em estado de guerra... que esta guerra, se progredir, terá unicamente de ser regida pelas leis da guerra, e seus males só poderão ser mitigados pelos principios de humanidade introduzidos nos codigos maritimos pelo civilisação dos tempos modernos.

Se estas doutrinas de poder judicial não são ainda um reconhecimento da qualidade de belligerentes, que aproveito nos Estados revoltados, parece ao abito assignado evidente que a necessidade d'esse reconhecimento já se vai tornando manifesta nos mesmos exemplos citados pelo Sr. Webb da condemnação de corsarios do Sul como piratas. E' sabido que as autoridades dos Estados revoltados declaram que quantos d'esses corsarios forem capturados entre tantos dos officiaes dos Estados-Unidos que elles tem prisões e estão em represalia.

E' para evitar lavouras deste genero, e em tal derramamento de sangue innocente que os governos humanos concordão em tratar aos proprios rebeldes rebeldes como belligerentes, logo que a luta toma certas proporções.

O que dezo, o que occorria nos Estados-Unidos honr nesta casa, não pertence ao abito assignado julgar. O que porém deve expor é que o Sr. Webb se ouve de que o governo brasileiro não podia deixar de reconhecer a qualidade de belligerentes, e de manter-se nos principios de uma justa neutralidade.

Esta se estende de dois modos; se recusando-se toda a ambos os belligerentes, ou tendo-se a intenção de conceder a um toda o que se o accordo não entre. O governo imperial ordena aos presidentes de provincia:

4º, Que não consentissem que parte alguma com bandeira de um dos belligerentes, empregada na guerra ou que a elle se destino se aprovisionasse, equipasse, ou arriasse nos portos do Imperio, não se comprehendendo nesta prohibição o fornecimento de victualhas e provisões nuncios indispensaveis á continuação da viagem;

5º, Que não admittissem embarques de nuncios dos belligerentes, salvo o caso de refugio, ou força maior;

6º, Que não utilisassem os navios de guerra de ambos os belligerentes, excepto se trouxessem presos, e salvo sempre os casos de força maior;

7º, Que não fornecessem para a guerra socorro de qualidade alguma a nenhuma das contendores, reconciliando-se os deveres de hospitalidade com os que impõe em tais circumstancias a humanidade;

8º, Que as embarcações de guerra do governo federal dos Estados-Unidos se liberassem todas os favores e attingas que dependessem do governo e das autoridades nauticas sobre o fornecimento de artigos e munições de guerra;

9º, Que se mantinha a neutralidade do territorio do Imperio não se permitisse que os seus portos servissem de base de operações de guerra, e que dentro delles os seus seus muros territoriaes se fizessem presas fregues e se commettissem actos de hostilidade;

10º, Que não impedissem o commercio com nenhuma dos belligerentes, com tanto que não tivesse por objecto os artigos declarados contrabando de guerra;

11º, Que os navios estrangeiros não se impedissem a exportação de artigos e munições de guerra para os portos sujeitos ao governo federal.

A lista desses artigos o governo imperial não estende além daquella que, de accordo com os Estados-Unidos ficou no art. 30 do seu tratado de 1858, e que os Estados-Unidos introduziram em todos os tratados citados na precedente nota do abito assignado. Essa lista não comprehendia nem as lousas, nem o massama, nem o corvo, nem quaisquer outras munições naves.

Além da prohibição imposta aos seus rebeldes de commerciar com os belligerentes, o governo brasileiro extendia como principios os mais estes aquelles que são clara e magistralmente explicita o eminente jurista americano Kent, na passagem citada na precedente nota.

Estes principios são os mesmos que Heffler assevera terem sido adoptados na última guerra pelas potenciaes aliadas, e ainda que o abito assignado não dezoa entrar em todos os pormenores da nota do Sr. Welch, observando aqui de passagem, que Heffler não diz, que com potenciaes hostis, ou consideravelmente hostis e caros na lista dos contrabandos de guerra. Heffler diz: «além dos pormenores alliados' must comprehensar lo com de contrabando que los armas, los municiones et los objetos unicamente destinados aux usages de la guerre, en maintenance à cet égard les dispositions des traités existants.» O Sr. Welch vê que tendo Heffler declarado que o corvo serve para outros usos pacificos e não é unicamente destinada aos usos de guerra, é claro que o corvo está comprehendido nos generos que toda a Europa e os Estados-Unidos têm por tanto tempo, contra as pretensões britannicas, sustentado que não devem ser considerados como contrabando de guerra.

Depois o abito assignado procura examinar todos os documentos relativos a este objecto emanados do governo britannico em 1851, e achou que elles se reduzem ás ordens em

conselho publicadas oficialmente com as datas de 18 de Fevereiro, e 24 de Abril, nestas duas datas mencionam a guerra em as províncias marítimas como contrabando de guerra.

Satisfeito assim cabalmente o desejo que mostra o Sr. Webb de ver documentos explicados os princípios que adoptam o governo brasileiro, parece convendo dizer que as resoluções tomadas por este governo, no assumpto do que se trata, em toda ordem de que se contém no decreto do governo da Portugal, que parece satisfazeros intimamente ao Sr. Webb, que para ellas chama a attenção do alhoes assignado, nem de do nenhum outro governo são aqui applicáveis.

Sendo as fundameatos do proteste e do commodore Parier a conclusão de guerra sem contrabando de guerra, e de guerra do Estado como contrabando, e de guerra de belligerents, cuja conclusão não é reconhecida, sem pirata, desde que o alhoes assignado declarou e sustentou, com argumentos e provas, não ser possível admitir-se este systema, as mesmas declarações, documentos e proteste se applica contra o proteste do referido commodore.

O alhoes assignado não sabe qual foi dos questionos feitos pelo Sr. Webb e enumerados na sua nota que devesse de ficar respondida, e se alguns pontos não se ter sido na sua nota precedente com toda a clareza, não que agora a sua resposta explicita se encontra na serie de proposições que precedem.

Por vezes insiste o Sr. Webb na injuria que supple feita nos Estados-Unidos em equiparar-las das rebelde, e ao mesmo tempo repete muitas vezes que a liberdade dos rebeldes não foi sancionada, que não foi aceita a sua soberania nem a entrada do Sancer nem no dia 7 de Setembro. Uma asserção destrói a outra.

Cumpre repetir por fim que o Sancer, tendo mostrado por seus papéis, exhibidos ao presidente do Maranhão, que era propriedade dos Estados que se dizem confederados e não das particulares, que em consequencia por offensas com patentes militares, que tinha a natureza de armamento, os habitos e a das gíria, se mostra apparente, dos navios de guerra, o presidente do Maranhão devia trata-lo como tal, isto é, não como navio de uma nação reconhecida, mas como o de um povo regido por um governo de facto com quem o Brasil está em paz.

Se se tivesse posteriormente provado que a commandante do Sancer exigencia as authoridades brasileiras, e que elle na realidade era um pirata, ou pelo menos um contrabando, o alhoes assignado teria de hesitar em isso, mas não de exprobrar a aquellas autoridades uma violação internacional do direito das gentes, em um acto de deliberada hostilidade com um governo amigo, contra o commercio em fim de qualquer povo. Isso porém não é o caso, os governos das colonias americanas e britannicas, que attribuem tambem ao Sancer o mesmo character de acto de guerra, não persistem em afirmar que o era, e nem em só facto foi allargado para mostrar e contraria, excepto a pretensão incontestavel de que era caracter de propriedade particular, talde o que pertence a um governo que não está reconhecido como soberano.

Como o Sr. Webb sabe que os governos que não accollia aos seus portos os navios de guerra dos belligerents, ainda mesmo sendo estes navios reconhecidos, a hesitação do Sancer e o mattera de poder licença antes de entrar para, se ignorando em que nitra o seu commandante dos princípios adoptados pelo Brasil nesta guerra, com excessão de malicia que convies a quem se acha na sua posição, e por nenhuma razão prova a reconhecimento, que dá-lhe que delatir o Sr. Webb, da sua qualidade de pirata.

Nem pois sendo a existencia dos partidos e dos agios políticos talde a par da liberdade da imprensa, e das discussões dos corpos deliberantes, não se podem fazer os debates dos partidos como provas de erro das autoridades.

Aqui, como nos Estados-Unidos, mais debates revolve opiniões individuais mais ou menos seguras, e nada mais.

Seja a rebeldia dos Estados, que se deveriam contentar com o acto de alguns cidadãos autistas, seja o effeito da vontade reflectida da povo, seja qual for o resultado desta luta, o Brasil a considera uma desgraça, porque está convencido de que a sua politica e segurança e que conviria era que a maior potencia da America, com quem sempre manteve cordaes relações, fosse sempre rica, próspera e poderosa. Se dependesse da vontade do Brasil, nunca ffo desagrada-la teria apparecido, ea, se apparecesse, teria sido de exemplo terrivel. O governo do Brasil ha de sempre esforçar-se por cumprir com os Estados da União Norte-Americana os deveres do antigo, e de hoje; é o que lhe prescreve o dever de attender aos interesses presentes e futuros do commercio de seus subditos, que, como tem caheço o Sr. Webb, é vantajosa a prosperidade nacional, e não está no seu arbitrio alterar os principios e regras do direito, que consistiam se leis por que se regulem as relações das nações entre si, e teriam a garantia commum de todos os povos nas vicissitudes a que estão expostas.

Pediado ao Sr. general Webb que leve estas considerações a presenca da seu governo e abito assignado renova-lhe as seguranças da sua alta consideração.

Deo sobre Amoyra os Muzandis Tagata.

Do Sr. James Watson Webb.

N. 7.

Nota do legação dos Estados-Unidos ao governo Imperial.

Legação dos Estados-Unidos. — Petropolis, em 22 de Janeiro de 1862.

O abito assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos da America, assim a liberdade do tembrar a S. Ex. o Sr. Decretato Augusto de Magalhães Tagata, do conselho de S. M. Imperial, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, que em sua nota do 1º de Novembro e do 17 de Dezembro de anno proximo (vide relatorio á hospitalidade concedida pelo presidente do Marquillo a um navio pirata chamado *Señor*, sabendo aquella delegada do governo brasileiro ter sido armada o dito navio pelas tripulantes revoltadas contra o governo dos Estados-Unidos para o fim manifestos de commetter depredações em prejuizo do commercio americano, o abito assignado declarou não ter instrucções da seu governo para uma occorrenda, qua, attenta as relações de amizade existentes entre os dois países, não parecia possível, e não podia presumir ser prevista e prevenida.

O abito assignado, por consequencia, em tudo quanto concerne sobre este successo, e qual importa uma esmarcha officina da honra e dos interesses de seu país, foi do elemento guiado por suas proprias convicções quanto aos principios de direito, por uma noção da

do Internadoal e confidenciais dos secretários e jefes do seu governo se reflecte a noticia da sobreavinda existencia das conferencias antigas da nossa povo com o Brasil, e da expressões de amizade tão frequentemente dirigidas pelo governo do Brasil ao dos Estados-Unidos.

Agora porém tem estado infortunada todas as razões de amizade sobre o tema por que o governo dos Estados-Unidos, com a devida do presidente do Maranhão, e um despacho ha pouco recebido do secretario de estado dos Estados-Unidos, datado de Washington, de 13 Novembro de 1841, não somente aprova completamente, de antemão, tudo quanto o abaixo assignado occorre a respeito da questão do Maranhão, como tambem ordena-lhe que sem demora attente do governo do Brasil a respeito daquelle objecto a adapção de medidas a que fôr o sentir do presidente do Maranhão e do governo do Rio de Janeiro, e provida no futuro a repetição de semelhantes injurias nos Estados-Unidos.

O abaixo assignado dirige instantemente a V. Ex. este pedido, duas semanas antes da data das instrucções aludidas: e desde então adprou-se, com empenho, por convencer o governo do Brasil do caracter ser o do abuso contraheido contra os Estados-Unidos pelo presidente do Maranhão, o Sr. Antonio de Lencastre a destruir as antigas relações tão e prezentes existentes entre o governo dos Estados-Unidos da America e o do Brasil. Entretanto e manifesto que, cõmplicito o abuso assignado tenha sido coberto em suas representações acerca de tudo isto importante assumpto, o seu governo capazara de todo modo, o mais de que tem exercido, e ainda sem razão no meio de suas colôras. Elle sabe que foi inteiramente negligente o seu primeiro adagio para impedir o governo imperial a escarar esta grave complicação sob seu verdadeiro aspecto; porém nã se a esperança de que a sua segunda esta prometteu a reconsideração da decisão evidentemente precipitada, e por infellicidade ao mesmo tempo a mesma assignado, que o governo imperial estava sustentando a parte do seu delegado no Maranhão. Nesta esperança que ainda resta, o abaixo assignado toma a responsabilidade de remetter todavia a V. Ex. em extracção das instrucções que ainda de receber, na persuasão de que o governo imperial, tendo conhecimento do apelo feito sob que este negocio é considerado pelo governo dos Estados-Unidos, será levado por um sentimento de amizade baseada em anteriores relações e la abeto por um sentimento americano, e pelos dos direitos de uma politica americana, sem faltar dos motivos anteriores de duas grandes nações vizinhas e amigas, a reconsiderar o seu acto sobre a questão, que, embora se em relação quer ao presente, quer ao futuro, e de grave importancia para todos os governos independentes estabelecidos no grande continente da America.

O abaixo assignado com isso que, remittendo a V. Ex. o extracto de suas instrucções, toma uma responsabilidade de caracter expozicional; porém a grande distancia que media entre esta corte e a de Washington e demora por tres meios o recebimento da resposta a qualquer communicação, a importancia dos interesses, de que se trata, bem como o fuzido recuo do que as relações antigas existentes entre as duas grandes nações da America possa ser violenta e permanentemente perturbadas, parecem ao abaixo assignado ordena-lhe a desistir-se de proceder com esta em tais circunstancias. O seu governo ordena-lhe, quando o enviar a esta corte, não se que comprometa as relações antigas existentes com o Brasil, mas tambem que assim nos mais estreitos laços de amizade as duas governos, cujo interesse é certamente, e cujo orgão devia ser, por meio da unidade de acção, criar e sustentar uma politica americana baseada nos interesses americanos e na maior liberdade das instituições constitucionaes da America. Um braço e negligente delegado do governo imperial no Maranhão temou por si

mesmo a fidelidade, é vista das dificuldades em que os Estados-Unidos estão temporariamente envolvidos, de pôr em risco as relações de amizade e estima, presentemente existentes entre os governos dos Estados-Unidos e o do Brasil, e é por isso que um acto prejudicial do governo imperial completo e que não inconscientemente foi intentado.

O alibio assignado não abriga o pensamento de que o governo do S. M. Imperial deva, apesar por um momento, da prova magnanimidade que suscitou-se um alibião feito em direito e soberania dos Estados-Unidos, nesta occasião em que se acha a braga com uma grande rebelião que tende á destruição de sua nacionalidade, e que elle teria sido supportado antes da occurrence de uma guerra interna. Porém elle não tem um tal sentimento de respeito para com o acto do presidente da Marinha. O procedimento deste delegado foi caracterizado pelo irresolução, vacillação, e ausência daquelles sentimentos de dignidade propria que deverião sempre distinguir funcionarios publicos. A sua recusa de permittir ao pirata *Scout* o andar a bordo da bandeira brasileira, ou salvar era honra da independencia do Brasil no dia 7 de Setembro, por causa do seu caracter desidioso, o fôrmosse-lhe cantado canções e risos para a continuação de sua viagem, sob o pretexto e na idéa de ser um novo monarca, são actos que devidamente considerados dão lugar a collocar a par do capitão pirata, cujo predomínio conhecido justificava o proclamar-lhe o presidente que deshonrou a independencia da independencia do Brasil, salvando assim da do bordo da sua nave corria almejada com actos de pirataria que justamente o tornava criminoso, o collocar-lo fora da lei e o tornando sujeito á sorte de um corsario quando capturado por um navio de guerra americano.

O alibio assignado em obediencia á ordem do seu governo, não obstante os seus anteriores pedidos de submissão ao tratado commercio da presidente do Marinhão para com uma nação amiga, para a libertar as aguas imperiaes do Brasil, que o governo dos Estados-Unidos, sempre amigo do Brasil, considera que a concessão de abrigo e o fôrmosse-lhe de proclamar a pirata como o *Scout* nos portos do Brasil, é tida como um acto hostil; e pode que se tenham relativamente as suas medidas tomadas que fazem sentir ao presidente do Marinhão o desagrado do S. M. Imperial, e pretende para a futuro a repetição de semelhantes factos nos Estados-Unidos.

O alibio assignado aproveita-se desta oportunidade para reiterar asseguranças de um respeito, e assegurar a V. Ex. a sua mais distincta consideração.

Ao Sr. Benvenuto Augusto de Magalhães Taques, conselheiro, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros.

J. Wm. Wm.

N. 8.

Nota da Legação dos Estados-Unidos ao governo imperial.

Legação dos Estados-Unidos. — Petropolis, 12 de Fevereiro de 1892.

O alibio assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos, tem a honra de accusar recebida a nota do S. Ex. o Sr. conselheiro B. A. de Magalhães

Taqués, ministro e secretario do estado dos negocios estrangeiros, datada de 23 de Janeiro, relativa á entrada do *Sanier* no porto do Maranhão, e em resposta á nota do abalo assignado de 27 de Dezembro.

Essa interin teve o abalo assignado a honra de dirigir a V. Ex. uma outra nota, datada de 22 de Janeiro, em cumprimento das instrucções que recebeu do seu governo, das quaes inclio na referida nota um extracto.

Essa nota, ao que parece, chegou ás mãos de V. Ex. antes do ser expedida a de 23, porção o tempo se de se poder attender a sua recepção.

Assim pois acredita o abalo assignado que seria inoportuno e talvez impróprio responder á nota de V. Ex. de 23 de Janeiro, até o recebimento da resposta á nota do abalo assignado de 22, lida nas instrucções do seu governo; e assim contenta-se em accusar recebida a nota de V. Ex. de 23, informando ao mesmo tempo que não hesitava responder áquella nota enquanto não o fizesse de 22, á qual logo que seja recebida dará prompta resposta, levando todo o negocio ao conhecimento do governo de Washington.

O abalo assignado aproveita-se para provar da nova occasião que se offerece para renovar a V. Ex. a expressão de sua sincera estima pessoal, e a mais distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. conselheiro R. A. de Magalhães Taqués

J. Warren Wren.

N. 9.

Nota do governo Imperial á legação dos Estados-Unidos.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios estrangeiros, 11 de Fevereiro de 1862.

O abalo assignado, do conselho do S. M. e Imperador, ministro e secretario do estado dos negocios estrangeiros, recebeu a nota que em data de 29 do mez passado lhe dirigio o Sr. general James Watson Webb, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos da America.

Balreado-se ás suas notas precedentes de 1.º de Novembro e 27 de Dezembro de anno proximo passado, o Sr. general Webb recorda a declaração que fez ao abalo assignado, de que lhe tinha sido instrucções do seu governo para o caso que crescesse o objecto de suas reclamações, e de que assim era guiado pelos seus proprios sentimentos na discussão relativa ao modo por que fôr tratado no Maranhão o vapor *Sanier*, e a maneira pela qual o governo imperial considerava esta questão. Esta falta de instrucções do gabinete de Washington tem o Sr. general Webb a bondade de informar-me em sua ultima nota que ha cessado, pelo recebimento do despacho do secretario de estado dos Estados-Unidos da America datado de 13 de Novembro do anno pasado, do qual o Sr. general Webb serviu-se dar-me conhecimento, transmittindo-me um extracto.

Ao tempo em que recebia a nota de 22 de Janeiro, pela qual o Sr. Webb incluia nas

considerações em que se baseia a sua nota de 27 de Dezembro, o abcho-assignado respondeu ao Sr. Webb a sua resposta de 23 de Janeiro á esta ultima nota.

A' inapetencia do secretario de estado o Sr. Seward devia o abcho-assignado o reconhecimento do despacho de 13 de Novembro dirigido ao Sr. Webb. O Sr. Seward ao receber a noticia de que se passara no Maranhão, proveu uma conferencia com o ministro brasileiro, e lhe communicou copia das informações que tivera, e do despacho que enviára ao Sr. Webb a respeito do Santez. Porão, sem o ministro brasileiro, nem o secretario de estado, União outros dados para firmarem seu juizo sobre o que dizia o conselheiro dos Estados-Unidos no Maranhão, o conselheiro Foster, e os correspondentes das gazetas americanas, dos quaes houve tal que levou a ponto a ponto de assegurar que o conselheiro entrara no porto do Maranhão disposto a aprihetar os queimars e Santez, se o encontrasse allí, ainda que fosse de facto das baterias das fortalezas brasileiras.

Na carencia de informações certas e desprovenidas, não podia o secretario de estado tomar juizo tão seguro como hoje deve estar habilitado para fazer acerca d'esse assumpto.

As questões relativas ao recrutamento nos rebeldes dos direitos do belligerente; a qualificação de navio de guerra dada ao vapor Santez; a classificação do navio como navio de commercio lícito, e não como contrabando de guerra, e a extensão da hospitalidade que os navios devem a tres navios, foram sufficientemente discutidas e explicadas nas duas notas com que o abcho-assignado respondeu ás do Sr. Webb de 1.^o de Novembro, e 27 de Dezembro do anno passado.

Por um seguimento dos annos da guerra, e da marcha dos negocios, todas estas questões se reproduziram a proposito do mesmo vapor Santez, e de outro em idênticas circumstancias, o *Nordic*, com a Hollanda, a França, a Inglaterra e a Grã-Bretanha.

A correspondencia trocada entre os ministros da Inglaterra, dos Paizes-Baixos e os dos Estados-Unidos, sobre estas questões, encontra-se na collecção dos documentos apresentados pelo governo federal ao congresso americano.

As doutrinas sustentadas pelos governos da Inglaterra e dos Paizes-Baixos coincidem-se exactamente com as que o abcho-assignado ha sustentado, fundou-se nos mesmos argumentos, nos mesmos dados officiaes, na mesma intelligencia, nos mesmos factos. O abcho-assignado tem por inconscientes as objeções que faz dos documentos ou extracções que ligie os Estados-Unidos a defender a doutrina que no meio de suas preoccupações actuaes parecia olvidar.

O governo dos Estados-Unidos não considerou como quebra de neutralidade se de neutralidade e modo por que nos portos sujeitos aos estados nem mencionados forte tratados o *Manchillo* e o *Santez*. Não pôde o abcho-assignado persuadir-se de que seja menos justo para com o Brasil o governo dos Estados-Unidos, a quem o do Brasil e ligado por tantas razões, assim pelas sympathias de antiga e real amizade, como pelas interesses e importantes relações que o Sr. Webb era muito mais ajustadamente ha sobestimar.

Depois de sua nota de 23 de Janeiro em que o abcho-assignado francamente reconheceu as inexactões que o governo imperial tem dado dos presidentes das províncias do littoral acerca do procedimento que devem observar, durante a guerra que existe em Estados-Unidos, em relação ás duas partes contendoras, o abcho-assignado crei haver estabelecido a quanto o Sr. Webb, e o seu governo pôde descer e esperar do governo do Brasil. Nessas instruções ao assignado, tem claramente a distincção que faz o governo imperial entre o dos Estados-Unidos e o dos Estados que se dizem considerados; por ellas os

casarios, Inglês etc. não presos, são vendidos, além o caso de longa prisão, dos portos do Império. Em esta, segundo pareceu ao abate assignado, o ponto principal a que deseja atingir o Sr. Webb, tanto pelo que expoz na sua nota de 27 de Dezembro, como pelo que manifestou em uma de suas primeiras conferencias com o abate assignado.

O abate assignado abriga a esperança de que o procedimento do governo Imperial será devidamente apreciado pelo dos Estados-Unidos, como o mais proprio para conciliar os seus desejos de justiça com os sentimentos de amizade que o Brasil professa aos mesmos Estados.

Não desconhece o abate assignado que as opiniões ditasas pelo mais nobre dos patriotas como é o patriotismo, que se prolonga unanimemente com as naves do Estado, podem ser honrosas à quem dellas se mostra possuido; porém dahi não se segue que tais opiniões tenham o mesmo rumo de verdade e justiça que distinguem as opiniões sustentadas por aqueles que em situação imparcial e desajudada meditam no silencio do gabinete sobre a mesma materia.

O abate assignado tem a mais firme e confiante de que a verdade dos principios por elle invocados, e que para tantas pessoas competentes e imparciaes, como os honrosos de estado e os publicistas que a fim de servir a patria se encontram, será a final accedida pelo illustre governo dos Estados-Unidos, a quem expoz que o Sr. Webb se dignaria de referir todo este negocio.

Não pôde contudo o abate assignado crer sem manifestar ao Sr. Webb quanto ao governo Imperial é sensivel a maneira vehemente e injusta por que é tratado o ex-presidente de Maranhão. Depois das explicações com que o abate assignado mostrou que da parte do ex- presidente daquela provincia não houvera no caso de guerra a mais leve intenção de offender o governo dos Estados-Unidos, o menor pretexto de auxiliar os armarios do governo daquelles Estados, mais sennão o sincero desejo de proceder de accordo com os principios de neutralidade que o governo Imperial se propoz observar, e com as regras que regula em tais circumstancias as relações dos povos entre si, ao abate assignado é extremamente penoso o modo por que o Sr. Webb se refere aquella distincta funcção de impio; e tanto mais quanto semelhante tratamento não se harmonisa com os sentimentos heróicos e amigáveis em cuja manifestação abunda o Sr. Webb para com o governo do Brasil: é a estes sentimentos, assim como ao espirito nobre do Sr. Webb que o abate assignado se dirige neste occaso.

O abate assignado mostra ao Sr. general James Watson Webb os protestos de sua elevada condemnção.

DOCUMENTO ANEXO DE MACIELLES TAVES.

AO SR. JAMES WATSON WEBB.

N. 10.

Nota da Legação dos Estados-Unidos ao governo imperial.

Legação dos Estados-Unidos.—Petropolis, 21 de Fevereiro de 1892.

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos, accora conhecida a nota que S. Ex. e Sr. conselheiro B. A. de Magalhães Taques, ministro e secretario do estado dos negocios estrangeiros, fez-lhe a honra de dirigir em 19 do corrente, com referencia á entrada de prisa no casarão Sauer no porto da Maranhão, e ao tratamento que recebe de tallo presidente daquela provincia.

Em sua nota datada de 11 do corrente, declarou o abaixo assignado que, recebendo a resposta da nota de V. Ex. á nota do abaixo assignado de 22 de Janeiro, leraria todo este negocio ao conhecimento do governo de Washington, o vê com prazer, por sua resposta, que aquelle seu intento é bem accio por V. Ex.

O abaixo assignado acha com prazer que algumas expressões que empregou, quando tratare do procedimento, e seus motivos, do ex-presidente da Maranhão, offendiam o mandado de V. Ex. e do governo imperial do Brasil. O abaixo assignado não deriva em só momento que tanto V. Ex. como o governo, do que é V. Ex. de distincto membro, tenha lido em confiança na palavra dos motivos que levára aquelle presidente a tratar a capital do Sauer pela modo por que o fez; nem por um momento acredita que V. Ex. tenha a menor duvida a respeito dos sentimentos de amizade duppelle empregada para com os Estados-Unidos. Assim, pois, o abaixo assignado francamente manifesta o seu pesar por qualquer expressão que, sem intenção, possa ter empregado offensivamente ao ex-presidente da Maranhão, tendo offendido a membros do governo imperial, ou possa ter feito tacer a menor duvida quanto aos sentimentos de amizade do abaixo assignado para com o Brasil.

Para julgar do procedimento de qualquer individuo, deve cada um guiar-se pelo juizo que formar dos factos sobre os quais trata de tratar a sua opinião.

O abaixo assignado está intimamente convencido de que tanto V. Ex. como o governo brasileiro resolveirão acuradamente, de conformidade com os factos de que lido conhecimto, apreciando o procedimento e os motivos que teve o ex-presidente da Maranhão para o tratamento que deu ao Sauer e ao Panchauz, e respectivos commandantes, quando estiverem naquello porto.

Deve-se, porém, dizer em honra da verdade e da franqueza, que, segundo todas as probabilidades, este o abaixo assignado está bem informado a respeito dos sentimentos do ex-presidente da Maranhão para com os Estados-Unidos, de que pode estar qualquer governo acerca das opiniões particulares de um seu subordinado, quando, como no caso vertente, afirma-se o abaixo assignado de acreditar, sem elle em contradicção com os sentimentos do seu governo.

O abaixo assignado dá lreita fi de declarações que faz V. Ex. em sua nome e do governo imperial acerca dos seus sentimentos de amizade para com o governo dos Estados-Unidos, e acredita que menciono aqui só o confirma as suas declarações de respeito para

com V. Ex., e dos meus anímnos sentimentos que nutro para com o governo do Brasil, ainda quando não possa o abaixo assignado, depois de uma apuração fructuosa e sincera, contra com o parecer de V. Ex., a respeito das causas que impellirão o ex-presidente do Maranhão ao procedimento que teve com o Senador e o *Parcheta*, e seus correligionarios. Aquella sentença deves de ser o representante do governo imperial na próxima do Maranhão, e assim o seu procedimento e sentimentos, justificados, quer por actos, quer por palavras, não merecem hoje ao abaixo assignado as ao seu governo a menor importancia, porém, na verdade, seria para estranhar que V. Ex. e o governo do Brasil desconfiassem da sinceridade das seguranças de effirma e boa vontade do abaixo assignado, porque, por factos que suppõe authenticos e bem provados, devida dos sentimentos de amizade de um seu co-empregado para com o governo dos Estados-Unidos, e põe em duvida os motivos que authorisaria o seu procedimento em relação ao Senador, que occorriam com correspondencia.

O abaixo assignado, novamente, e com toda a sinceridade, renova a V. Ex. as expressões de sua effirma pessoal e mais distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. conselheiro B. A. de Magalhães Teques.

J. Warner Wines.

Relações entre o Brasil e o Estado Oriental do Uruguay.

Estado das relações commerciaes entre o Brasil e a República Oriental de Uruguay depois da cessação do art. 4º do tratado de 12 de Outubro de 1851.

N. 11.

Resolução tomada pelo Governo Oriental.

Ministerio de relações exteriores, — Montevideo, 25 de Junho de 1861.

Devendo terminar em 11 de Novembro do corrente anno o prazo das isenções convencionadas no art. 4º do tratado de commercio e navegação de 12 de Outubro de 1851, para a exportação, livre de direitos, do gado em pé do Estado Oriental para a provincia do Rio-Grande do Sul, o presidente da república, de conformidade com o estipulado no citado artigo e da disposição no art. 1º do mesmo tratado de 12 de Outubro de 1851, concordou em que se fizesse outra parte contractante a ratificação, convencionada nesse ultimo artigo, de que as ditas isenções se darão por terminadas ao expirar o prazo marcado no art. 4º; communicando-se esta resolução, para que tenha o devido effeito, ao representante do governo da Imperia do Brasil junto da república.

(Com a rubrica de S. Ex.)

HENRIQUE DE AZAROVETTA,
A. M. PARRA.
P. PARRA.

N. 12.

Nota do governo oriental á legação imperial.

Ministerio das relações exteriores. — Montevideo, 26 de Junho de 1861.

Terminando em 11 de Novembro do corrente anno o prazo outorgado para as isenções convencionadas no art. 1º do tratado de commercio e navegação de 12 de Outubro de 1851, que permite a exportação, livre de todo o direito, do gado em pé do Estado Oriental para a provincia do Rio-Grande do Sul, S. Ex. e Sr. presidente da repu-

lham dando, por sua parte, a devida cumprimento ao que lbra acordado no art. 3.^o do mesmo tratado, determinam em data do hontem que se fhasse a copia alla parte contratante a notificação prevista no mencionado artigo, ordenando ao abais assignado que notificasse a S. E., e assim o faz pela presente nota, que se inscreva estipuladas no art. 1.^o do tratado se considerará terminadas por parte da república, logo que expirar o prazo fixado no citado art. 1.^o do tratado de 12 de Outubro de 1851.

Deixando assim cumprida a ordem de S. Ex., o abais assignado scida a S. E. com sua distincta consideração

AO Sr. Ignacio de Avelar Barbosa da Silva

HENRIQUE DE ARAUJOVELA.

N. 13

Nota da Legação imperial ao governo oriental.

Legação imperial do Brasil.—Montevideo, 27 de Junho de 1861.

O abais assignado encarregado de negocios interino do S. M. o Imperador do Brasil, tem a honra de accusar a recepção da nota que, com data do hontem, lhe dirigio o Sr. Dr. Henrique de Araujovela, ministro e secretario de estado de relações exteriores, comunicando-lhe que, terminando no dia 11 de Novembro do corrente anno o prazo fixado no art. 1.^o do tratado de commercio e navegação de 12 de Outubro de 1851 que brenha de toda a direita a exportação do gado em pé do Estado Oriental para a provincia de Rio-Grande, o Sr. presidente da república, dando por sua parte cumprimento ao compromisso no art. 3.^o daquelle tratado, ordenou, em data de dia anterior, ao mesmo Sr. ministro de relações exteriores que notificasse ao abais assignado que as licenças estipuladas no citado art. 1.^o se considerará terminadas por parte da república logo que expirar o prazo fixado no mesmo artigo.

Accusando a recepção dessa notificação, que sera devida ao conhecimento de seu governo, o abais assignado prevalece-se da oportunidade para reiterar a S. E. o Sr. ministro de relações exteriores os protestos de sua mais distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. Henrique de Araujovela.

IGNACIO DE AVELAR BARBOSA DA SILVA.

N. 14.

Portos habilitados para a exportação do gado em pé e demais productos do Estado Oriental do Uruguay pela fronteira terrestre do mesmo Estado.

SISTEMA DE PAGOS.

DECRETO.

Montevideo, 2 de Novembro de 1881.

O presidente da república tem a honra de decretar :

Art. 1.º Ficão habilitados para a exportação pela fronteira terrestre do gado em pé, e dos productos elaborados no paiz, os pontos que vão designados.

No departamento de Maldonado; o caminho entre os arroyos Chuy e S. Miguel, e o passo deste arroyo de mesmo nome.

No departamento de Cerro-Largo, os passos das Pedras, Centurión e Azeved.

No departamento de Tacuarembó, em S. Luiz, o passo conhecido por Luis dos Santos, em Jaguari, o passo de D. Manuel J. Tejedor; em Carmes, o passo de D. João Pachon, em Itatí, o caminho que passa pelo de D. Demetrio Martinez; em Carlismas, os de Ignacio Beltes, e as pastas do Quarabón.

No departamento do Salto, a Cuchilla Negra e os passos Baptista e Pav Pava.

Art. 2.º Não poderá exportar-se gado em pé, nem outros productos do paiz senão pelos pontos habilitados no artigo anterior.

Art. 3.º O direito de exportação do gado em pé regular-se-á pela taxa que é cada especie de gado correspondente taxa, e será paga na ocasião de fazer-se a guia ao chefe politico do departamento onde se apartie o gado, ou ás pessoas comissionadas por elle para passar as guias.

Art. 4.º As guias serão dadas no mesmo departamento em que se apartie o gado, e se for em dois ou mais departamentos, em cada um se passará a guia correspondente aos animais ali apartados.

Art. 5.º Na guia se declarará o nome do conductor ou encarregado do gado; a quantia paga pelos direitos de exportação; o nome do vendedor ou vendedores do gado; o numero, classe e marcas deste, e o ponto por onde tenha de passar.

Art. 6.º Para exportarem-se os productos do gado e mais fructos do paiz se pedirá licença ao collector do departamento, e mediante o proprio pagamento do direito fixado na taxa, outorgará este a licença declarando a somma paga pelos direitos, a classe, quantidade, marcas, numero e peso dos objectos ou fardos, e ponto por onde terão de ser exportados.

Art. 7.º Toda a tropa de gado, as curteas, os cargueiros com quaisquer productos do paiz, que tendo pago os direitos de exportação, se dirigirem a passar a fronteira por outro ponto que não seja o designado na guia ou licença, terão de passar no ponto nella designado.

Art. 8.º São authorizados o gado, curteas, os cargueiros com qualquer producto

do país que, procedendo de pontos mais distantes, tiverem encontrados dentro de quatro leguas da fronteira sem haver pago os direitos; e neste caso serão embargados e aprehendidos, procedendo-se para justificar o artigo respectivo summario, o qual se remettera com toda a brevidade possível ao Tribunal de confisco estabelecido em Montevideo.

Art. 9.º No dia em que o collector geral receber o summario representari a ditto indumento.

Art. 10. Se se declarar o confisco, se remetterá o gado ao officio confiscado em hasta publica no departamento onde se fez o embargo, e seu producto será repartido entre o denunciante e os aprehensores, deduzindo-se previamente os direitos e as custas.

Art. 11. Nos estabelecimentos situados dentro de uma zona de quatro leguas em toda a extensão da fronteira terrestre, não se poderá apertar gado, sem que antes o dono ou o encarregado do estabelecimento mize o guarda respectivo ao commissario mais perto do dia em que vai começar a apertar-lo.

Art. 12. Cabem tambem em confisco o gado que tiver sido apertado dentro da zona das quatro leguas, sem o competente aviso.

Art. 13. Se o gado apertado com aviso, ou sem elle, nos estabelecimentos a que se refere o artigo 11 for exportado sem pagar direito, este será cobrado administrativamente da dona do estabelecimento, bem como os gastos que se fizerem com a cobrança de que trata o artigo seguinte.

Art. 14. Quando se prezuma que se haja dado o caso previsto no artigo anterior, sem que se possa verificar por meio de declarações o numero de annos de que se compõe a tropa, se confisca o gado existente no estabelecimento; e pela differença que houver, tendo-se em attenção a ultima declaração feita para o pagamento da contribuição differida e o seu processo, se calculará o numero de gado exportado que deixou de pagar o direito.

Art. 15. Se se encontrar alguma tropa de gado sem a guia, quer seja no departamento em que se apertou, quer em outro, será delata até que o dono ou o encarregado della mostre com a correspondente guia haver pago o direito.

Art. 16. O direito de exportação de gado não pó principiar a cobrar-se do dia 20 de Dezembro proximo.

Art. 17. Os chefes politicos remetterão ao ministerio da fazenda no fim de cada mez uma relação detallada das guias para a exportação de gado que tiverem expedido em seus respectivos departamentos, e das setimanas arretradas no mesmo mez.

Art. 18. Em cada um dos pontos habilitados pelo artigo 1.º haverá empregados de fazenda, encarregados de assistir todas as tropas e seus productos de pais que se exportarem por aquelle ponto, e de declarar que possuem a fronteira sem pagar o direito correspondente.

Art. 19. O collector geral proporá ao poder executivo os empregados que julgar necesarios para o serviço da fazenda.

Art. 20. Os collectores das fronteiras entregarão aos guardas dos pontos habilitados de sua dependencia um livro em branco, para que lancem nelle diariamente o numero das tropas de gado e seus productos do pais que resistirem, e as declarações remettidas ficar na guia em licença.

Art. 21. Os guardas remetterão todas as mezas ao collector respectivo copia dos lançamentos em seus respectivos livros, e essas copias serão levadas ao ministerio da fazenda por intermedio do collector geral.

Art. 22. Os guardas exhibirão os annos e seus productos do pais, que se pretenda exportar pela fronteira sem a guia ou licença correspondente aos annos, annos e seus productos do pais que não tenham guia, e os volumes cujo peso seja maior do que o estabelecido.

Art. 23. O ministro da guerra providenciará sobre a forma necessária para a guerra da fronteira terrestre.

Art. 24. Quando o guerra julgar necessário, pedirá auxilio a guerra mais proxima.

Art. 25. Antecipar-se ao collectores dos departamentos fronteirizos facerem as disposições que exija a collocção de guardas, dando-lhes opportunamente auxilio.

Art. 26. Comunique-se, publique-se e transmitta-se a representação nacional. — *Barr.* — *Antônio M. Pires.*

Estado das reclamações brasileiras por prejuizes de guerra.

N. 15.

Nota da Legação imperial no governo da república

Legação imperial do Brasil. — Montevideo, 15 de Abril de 1861

O governo do Estado Oriental de Uruguay promulgou em 21 de Julho do anno proximo passado uma lei, chamada a 11 do corpo legislativo da república, creando uma commissão especial para classificar de credito contra o Estado.

O espirito desta lei discorre, em geral, do que dictou os ajustes feitos entre o governo imperial e o Oriental, a respeito dos prejuizes causados pelas guerras civis da república aos subditos do Imperio nelle estabelecidos.

Segundo a doutrina desses ajustes, a indemnização dos prejuizes de guerra tornou-se uma obrigação internacional para o governo da república, e um direito para o do Imperio como protector legitimo dos brasileiros prejudicados.

Este direito, já antes desvirtuado pela discordancia que reus entre a theoria das clausulas internacionais que o consagrou e a do texto da lei oriental, é de mais a mais prejudicado especialmente duas vezes pelo texto desta, na forma que fez ao processo primitivamente adoptado para effectuar o cumprimento da obrigação contractada pela república.

E' uma vez prejudicado quanto á essencia de tal reforma, porque esta annulla, em certos casos, liquidações feitas pela extincta junta de credito publico.

E' outra vez prejudicado quanto á forma, porque essa annullação foi decretada sem previo consentimento do governo imperial.

A junta de credito publico apparece-se existir e funcionar em virtude de uma concessão solemnemente celebrada em 12 de Outubro de 1851 entre o Imperio e a república.

A renegação dos seus actos não pôde ter-se effecto sem o mutuo consentimento de ambas as partes contractantes.

Esta renegação decretada sómente pela salomina da lei oriental, sem o concurso do Brasil a quem directamente imperio os actos renegados como obrigações para com elle formalmente contractadas pela república, é contrario ás mais simples regras dos contractos vulgares, e torna-se, além disso, incompativel com outras conveniências internacionais de ordem mais elevada.

No mesmo tempo, a lei de que se trata condemna a prescripção absoluta os docu-

mentes contra o Estado, antes dos annos de 1852, que não terão quarenta e seis annos de credito publico para serem classificados e liquidados.

Em rigor, e de certo ponto, os mesmos principios que foram prejudicados pela rescisão de certos actos do juro de credito publico, os são tambem por esta outra disposição da lei, porque o seu effeito real é o detrimento de interesses que adquiriram incontestável direito de protecção, fundado nos deveres do governo imperial e na honra da república.

Em anteriores e reiteradas reclamações feitas pela legação imperial perante o governo oriental sobre o assumpto da presente nota, se expuzeram com circunstanciadamente todas as razões que condemnão e tornão inadmissivel a invalidação desse direito.

Por consequencia, prescindindo de repetir agora essas razões, já tantas vezes allegadas, a simples consideração seguinte é sufficiente para impugnar a rectidão da tal medida e evidenciar a sua inconveniencia a todas as raspeiras.

Os reclamantes a guerra, a título de retardatarios, se limpa hoje a pena do precepto, não são culpados do dano que usiam se punir injustamente. A actividade que delles exigia a propria conveniencia foi perturbada por causas independentes da sua vontade, mais fortes que elles e contra as quaes protestavam sempre com energias indignação como ágraves aos seus interesses.

A multiplicidade e diversidade das resoluções tomadas pelo governo da república para estabelecer o processo da verificação dos creditos contra o Estado, torná-lo diffiçil, moroso e, em algumas cases, impossivel a promptificação dos documentos em termos de serem opportunamente levados ao tribunal que havia de liquidá-los.

Em conclusão de todas estas considerações, e das que já foram apresentadas pela legação imperial do Brasil ao ministerio das relações exteriores da república em notas de 17 de Julho e 1.º de Agosto de 1857, e de 11 de Julho de 1860, aqui expressamente revahadas, o abaixo assignado, encarregado de negocios interino de S. M. o Imperador do Brasil, protesta, em nome e por ordem recente do governo imperial, contra os effeitos da lei de 14 de Julho de 1860 (*) em todas as cases em que elles sejão daninhos aos direitos e interesses legitimos dos subditos de Sua Magestade.

O abaixo assignado tem a honra de reiterar a S. Ex. a Sr. Dr. D. Eduardo Azavedo, ministro e secretario de estado das relações exteriores, da Republica Oriental do Uruguay os protestos de sua mais distincta consideração.

JOAQUIM DE AVELLAN BARRERA DA SILVA

A S. Ex. a Sr. Dr. D. Eduardo Azavedo.

(*) Esta lei foi publicada no official do dia 29 de janeiro passado e é a 21 dos documentos officiaes.

N. 16.

Nota do governo uruguay ao legação imperial.

Ministerio das relações exteriores. — Montevideo, 29 de Abril de 1861.

O abaixo assignado, ministro de relações exteriores, recebeu em 26 do corrente, depois das 3 horas da tarde, a nota que com data de 23 se serviu dirigir-lhe o Sr. encarregado de negocios interino do S. M. o Imperador do Brasil, relativamente á lei de 21 de Julho do anno proximo passado.

A nação oriental da Uruguay, ao capêdir esta lei, pela orgia de seus legitimos representantes, não fez mais do que usar de direito que tem todas as nações livres, e de que tem usado todas as nações civilizadas do antigo e novo mundo.

Desconheço o direito com que uma nação estabeleça o prazo dentro do qual se apresentarão as reclamações que haja contra ella, applicando a pena de prescripção aos que não tenham usado de seus direitos dentro dos prazos fixados, é desconhecer um dos principaes attributos da soberania e da independencia.

S. S. parece pretender que pela convenção de 12 de Outubro de 1851 ficasse o governo da república sob a dependencia do Brasil e inhabilitado, por consequente, de adoptar qualquer medida sobre a fazenda publica sem previa autorisação do Brasil.

Seria absurda semelhante conclusão. Se S. S. tivesse procurado algum meio de tornar obsoletos os tratados de 1851, nenhum encontraria mais proprio do que semelhante pretensão.

Não obstante, como S. S. se limita a fazer um tardio protesto, e os protestos, como se sabe, não dão nem tira direitos, recebi ordem de S. Ex. o Sr. presidente da república para limitar-me a accusar o recebimento.

Compellido este dever, aproveito a oportunidade para reiterar a S. S. as seguranças de minha distincta consideração.

Eduardo Aarvedo.

Ao Sr. Ignacio de Avellar Barbosa da Silva

N. 17.

Nota da legação imperial ao governo uruguay.

Legação imperial do Brasil. — Montevideo, 21 de Abril de 1861.

A mensagem lida por S. Ex. o Sr. presidente da república no acto em que abriu a sessão da assembleia legislativa no corrente anno, contém o seguinte trecho :

« As questões pendentes com o Brasil são poucas e de não facil ajuste, havendo, como é de esperar, boa fé e lealdade de ambas as partes.

« Reduzem-se á contensão de guerra, que foi rejeitada pela honrada camera de senhores no sessão anterior ao ajuste da dívida que nos compromettera ao Brasil, e ás exigencias reclamações sobre prejuizos soffridos pelos orientaes e brasileiros em suas pessoas ou propriedades.

« O Brasil, em virtude das escripturas do tratado de subsídios entre a república e o imperio, não pôde rejeitá-las e em consequência que fique indefinidamente aberto o processo da dívida publica; não pôde desconsiderar que as concessões, outorgadas por circumstancias espedalísticas, e que não podem repletações-se, á Inglaterra e á França, não devem, nem podera servir de precedentes para outras cosas.

As asserções feitas neste trecho attentirão, como era natural, toda a attenção do governo de S. M. o Imperador do Brasil, pelo imperiosidade que lleva dá a voz que as pedia, e ao acto em que todas emmeladas e consensuadas á que se referem.

Tais asserções, que em principio a longo de onde já a solução dos negocios pendentes entre o imperio e a república, se fór facilitada pela boa fé e lealdade de ambas as partes, não são confidencia mas explicitas para remover todos as duvidas que se podem conceber quanto ao modo de applicar essa theoria.

Algumas das proposições do poder executivo, transcriptas na primeira parte desta nota, são concebidas em termos, dos quaes poder-se-hia inferir que, em nome da boa fé e da lealdade, se espera que o Brasil promova a conclusão de certas questões, renunciando a direitos, interesses e condições que não pôde deixar de sustentar.

A indemnização dos prejuizos de guerra aos brasileiros, muitos dos quaes soffrerão a ponto de ficarem reducidos á ultima miseria, e, por exemplo, um ponto ao qual a boa fé e a lealdade consistem, por parte do Brasil, em não culpá-las mais, e, por parte da república, em não cumprir menos do que aquillo que se ajusta. O governo imperial manter-se-ha negrosamente nas condições prescriptas pela lealdade e boa fé.

Estas o autorisado, sem duvida alguma, a solicitar do governo oriental que as reclamações brasileiras sejam tratadas como o fôrão os da nação mais benecida. A respeito deste ponto, pois, a attitudo do Brasil é a mesma que decorre daquello outro.

Importa por consequencia ao governo imperial saber tãto exactidão o sentido que tem, relativamente a estas partes, o trecho da mensagem já radiado.

O abaixo assignado, encarregado de negocios interinos de S. M. o Imperador do Brasil, recebeu ordem de pedir a S. Ex. a Sr. ministro e secretario de estado das relações exteriores da Republica Oriental do Uruguay as necessarias explicações.

Se o direito dos subditos de Sua Magestade á indemnização que lhes é devida por prejuizos causados pela guerra civil são plenamente satisfactos?

Se os direitos da imperio, como todos reconhecendo da república, serão postergados pelos do outro credencia?

Se as reclamações brasileiras serão, a todos os respectos, postas no mesmo pé em que o fôrão as da nação mais favorecida?

O abaixo assignado, definidamente assim os pontos sobre que devora receber as explicações pedidas, tem em vista tãto-las (ambas) definidas e claras, e espera que S. Ex. a Sr. ministro e secretario de estado de relações exteriores se servirá transmittir-lhas com a promptidão, franqueza e benevolencia reclamadas pela importancia do assumpto e pela harmonia reinante entre os dois governos, desejando de perpetuar pela concordia as suas relações.

O abaixo assignado prevalece-se desta oportunidade para ter a honra de reiterar a S. Ex. a Sr. Dr. Eduardo Lavieja os protestos de sua mais distincta consideração.

ILLUSTRO DE AVILAAR BARROSA DA SILVA.

A S. Ex. o Sr. Dr. D. Eduardo Arcevedo.

N. 18.

Nota do governo oriental á legação imperial.

Ministerio de relações exteriores. — Montevideo. 29 de Abril de 1831.

Recbi em 27 da corrente, depois das 5 horas da tarde, a nota que com data de 25 se dignou dirigir-me o Sr. Ignacio de Avellar Barboza da Silva, encarregado de negocios interino do Imperio do Brasil, pedindo esclarecimentos sobre uma parte, que transcreve, da mensagem com que S. Ex. o Sr. presidente da Republica abriu as sessões legislativas da presente anno.

São tão terminantes e explicitas, Sr. encarregado de negocios, as asserções de S. Ex. que não crecho que possa soffrer duas interpretações differentes.

S. Ex. pela que respeita á compensação sobre prejuizos de guerra, celebrada pela administração anterior com a legação brasileira, e rejeitada absolutamente pela honrada camera de senadores na ultima sessão legislativa, manifesta a esperanza que tem de que o governo do Brasil não insistir em uma pretensão que não pôde ser atendida sem transtornar completamente nossas finanças, e estorvilhar todos os sacrificios que se tem imposto até aqui o pais.

Os brasileiros residentes no estado oriental do Uruguay obtiverão, em virtude da lei de 25 de Julho de 1831, eu poderão obter como todos os demais habitantes do Estado, o reconhecimento dos prejuizos causados durante a guerra passada.

Não se lhes nega, pois, nem nunca se lhes negou, o reconhecimento desses prejuizos. O que se lhes tem negado e não se pôde conceder, é que, encerrado o processo da divida, se abra novamente em seu favor e nunca se termine a liquidação.

As concessões outorgadas, por circumstancias especialissimas, e que não podem reproduzir-se, á Inglaterra e á França, não devem, nem podem servir de precedente para outros casos.

A administração actual não teria tambem, em caso algum, outorgado essas concessões á Inglaterra e á França; mas, encontrando-se já feita com a sanção da corpo legislativa, em dever-seu respeitá-las.

Quanto ao mais, se se abrisse agora uma nova porta para os brasileiros, ter-se-hia forçosamente de abri-la para os espanhóes, os portuguezes, os italianos, etc... e mais especialmente para os fillos do pais, porque não se poderia admitir que, em caso algum, a condição destes fosse inferior á daquelles.

Concede-se até quando seria levado este desagrado pois, se o obrigassem a seguir este caminho? Pôde haver quem julgue que os brasileiros crederão ser-lhe beneficiados desde que a malida base, como não poderia deixar de ser, geral para todos os habitantes, carregando pelos nacionaes?

Tais considerações que, por serem tão óbvias não faço mais que enunciar, foram com o Sr. presidente da republica estaje irremovavelmente resolvido a não posturar-se a novas controvérsias sobre prejuizos de guerra, seja quaes forem as circumstancias que sobre-veirem.

Esta é, pois, a contestação á primeira pergunta que faz S. S.

Quanto á segunda, haço-me em declarar que o governo da republica sustentará os direitos do Brasil como cretor reconhecido, não permitindo, enquanto offor as seu alcanes, que sejam estes direitos prejudicados.

Pelo que diz respeito á terceira pergunta, é-me tambem satisfactorio declarar que

as declarações dos brasileiros serão reticentes, para o futuro, como o tem sido até aqui, ao mesmo pó da nacionalista fazendeira.

Tendo prescribed o objecto desta nota, aproveito a occasião para reiterar a N. S. a segurança de minha distinta consideração.

ESCARO ARAÚJO.

Ao Sr. Ignácio de Avelar Barbosa da Silva.

N. 19.

Nota da legação imperial ao governo oriental.

Legação Imperial do Brasil.— Montevideo, 25 de Junho de 1861.

A crescente gravidade do assumpto, de que o abaixo assignado, encarregado de negocios Interino do S. M. o Imperador do Brasil, trata em sua nota de 25 de Abril proximo passada, e á que tambem se refere na de dia seguinte, obriga-o a trazer-lo ainda uma vez á illustrada consideração do governo da republica.

Accusando a recepção das duas notas que, em resposta ás mencionadas, lhe fez a honra de dirigir em 29 do referido mes, o Sr. Dr. Eduardo de Azevedo, então ministro e secretario de estado de relações exteriores, o abaixo assignado, para bem cumprir á ordem expressa que acaba de receber do governo imperial, a cujo conhecimento elle opportunamente toda a correspondencia, tem necessidade de ser mais extensa da que desejaria em questão ja tão estudada e discutida.

A indemnização dos prejuizos causados pela guerra civil da republica aos subditos brasileiros residentes no territorio della, é a materia controversa. Indica-la é mostrar a sua gravidade; recordar a correspondencia que ella tem motivado é fazer sentir palpavelmente o incremento que essa gravidade adquirio com a declaração feita por S. Ex. em uma das citadas notas.

O governo imperial vê com o mais profundo pesar que um assumpto, para cuja resolução assignavel tem elle produzido o concurso da sua benevolencia. é, depois da tão notavel delongua, trahido pelos altos poderes da republica á uma alternativa em que a escolha ha de fazer pesar sobre uma das duas partes interessadas a responsabilidade de graves complicações, que ambas de um esforçar-se para evitar. Mas o governo de Sua Magestade ainda espera que o oriental, attendendo ás irreversíveis promessas de amizade e consideração que tem recebido do Imperio, pesando bem aquellas complicações, e consultando os seus proprios interesses, vallará á uma disposição conciliatoria ao fim das reclamações e ás obrigações internacionaes, contrahidas especialmente em reconhecimento e apoio do seu direito.

Os prejuizos de que se trata foram causados, durante uma longa série de annos, não sómente pelas imperiosas necessidades da guerra, mas tambem, e na maior parte, pelos mais deploreados excessos; pelo odio, pela vingança, pelo abuso do poder e por outras causas reparaveis.

Não seria justo que perdas, assim soffridas por estrangeiros pacíficos e laboriosos, que tinham posto suas fortunas sob a protecção da soberania e das leis do país, fossem consideradas como contingencias naturaes da sua residência e como luez passarem unicas e exclusivamente sobre elles. O Estado reconheceu o dever de indemnisa-las e estabeleceu-se mais que, como se pensa, devião conduzir a esse resultado.

Liquidou-se uma parte das reclamações, dando-se aos interessados apolices que devião vencer juro em certos e determinadas prazos. Ninguém porém ignora que essas apolices, depreciadas constantemente, além de outras causas, pela falta do pagamento dos juros e pelo baixo valor mediante o qual se amortizam o proprio governo do Estado, chegaram por fim ao descaído de mais de 90 por cento. A liquidação feita era portanto para os possuidores primitivos a extinção da raiz, que a guerra lhes acarretila; e podia ser útil somente áquelles que, comprando as apolices por infimo preço, quizessem, como especulação momentã, attrahir um pequeno capital na esperança de lucro fustle, mas acutilado.

Nesse estado de depreciação cedeu-se a governo oriental com o banco Naud & C., de Montevideo, um contracto para a conversão e amortização da divida consolidada. Esta conversão, que em outras circumstancias não teria sido acceto, deu ao governo a vantagem de amortizar uma grande divida com pequeno dispendio, reduzindo por consequencia a indemnisação a um valor tão baixo, que só pôde deixar utilidade aos grandes possuidores.

Uma parte das apolices, que constituio a divida consolidada, havia sido recebida por brasileiros em pagamento de seus prejuizos, e muitas dessas entraram na conversão confiada ao banco Naud.

As reclamações de outros brasileiros não foram liquidadas ou convertidas, e são estas as que devião ser submettidas ao juro e decisão final da commissão mista, cuja creação se ajustara entre os dois governos.

O accordo relativo á essa commissão foi rejctado pelo senado oriental, e referindo-se a elle, declara o Sr. ministro de relações exteriores que o Ex.^{ma} Sr. presidente da república, *está irremovavelmente resolvido a não persistir-se e nemousar sobre pre-judizos de guerra, ajuiz pradi floris as circumstancias que sobrevierão.*

Se essa resolução privalecesse, fustido os reclamantes brasileiros, cujas dividas não foram liquidadas ou convertidas, sujeitos ás disposições da lei de 31 de Julho do anno proximo passado, o que quer dizer, á prescripção por ella imposta; porque todos, em quasi todos elles se achão no caso, e que tal prescripção é applicavel no pensamento do legislador oriental.

Do exposto resulta que, divididos os reclamantes brasileiros em duas categorias, fustido os do principio reducidos a uma indemnisação em baixa do valor das seus prejuizos reconhecidos e liquidados, e os da segunda completamente privados de tal especie de indemnisação.

Assim, depois de tantos annos de provações de todo genero, de diligencias praticadas em virtude de leis do Estado, e de esperanças alimentadas pelo poder executivo, nada recebem esses reclamantes e quasi nada outros; isto é, fustido todos privados de indemnisação, porque o pouco que se concede a uma parte delles, equivale a nada, quando se considera a demora e as condições do pagamento.

Resulta por outro lado que o governo oriental, deixando de pagar os juros das suas apolices, amortizando-se apesar disso pelo mais baixo preço e impendo a pena da prescripção a um grande numero de reclamações, reduz consideravelmente a sua divida; em outras palavras, lucra na preparação em que perdem os particulares.

Comprehendendo-se que a isso se sujeitem os cidadãos da república, uns o governo della não deve esperar que os estrangeiros sigão um exemplo rainoso.

O governo imperial nada tem que observar a respeito daquelles brasileiros que, tendo recebido apolices da divida consolidada em pagamento dos seus prejuizos,

consentirio em entrar no quadro da conversão. Quanto, porém, aquelles, cujos créditos não foram liquidados ou convertidos em seus respectivos e que com muito respeito o juizo da commissão julga, tem o absteio assignado ordem para declarar ao Sr. ministro das relações exteriores, que o governo imperial não pôde cumprir as que ligam elles privados da indemnisação a que tiveram direito.

Esta resolução, sendo que seja consequencia natural da declaração feita pelo Sr. Dr. Eduardo Artur de Souza e Silva em 25 de Abril, e dos termos em que S. Ex. julgou conveniente conceber essa nota, não é mais do que a manifestação inequívoca e final da firme disposição que o governo imperial deve ter respecto communicações a elle anteriormente dirigidas pela legação do S. M. o Imperador. Outra coisa não significa as notas de 17 de Julho e 1 de Agosto de 1857, e a de 11 de Julho do anno proximo passado que resultou o protesto feito por meio daquellas.

Quando o absteio assignado teve a honra de dirigir essa ultima nota ao Sr. ministro das relações exteriores, já o governo da republica tinha apresentado ao corpo legislativo o projecto da liquidação geral, que foi depois convertido nessa lei, contra cujos effeitos protesta a nota de 25 de Abril. Esta protesta, que S. Ex., apesar de declarar que actos dessa natureza não dão nem tirão direito, qualifica de tardio, não foi portanto mais do que a ratificação do anterior. Desde que os dois governos aquilaram a criação de um juizo especial e misto para o exame e decisão das reclamações, todo acto que contrariasse esse ajuste estaria virtualmente comprehendido no protesto apresentado contra a sua rejeição; muito especialmente se importasse o desconhecimento do direito dos reclamantes e a recusa das indemnisações a que elles têm direito. E' este exactamente o caso, em que se acha a lei de 11 de Julho do anno proximo passado.

Seja porém qual Sr. o absteio das acções, com que os paizes soberanos têm por costume resolver os seus direitos; seja ou não tardio o que se acha consignado em a nota de 25 de Abril, menos firme não é a resolução do governo imperial, nem menos evidente o direito em que ella se funda.

Este direito, sempre sustentado e realçado pela legação de Sua Magestade, constante e successivamente reconhecido por todas as administrações da republica, nasce das causas que produziro os prejuizos; das leis que foram promulgadas especialmente para a indemnisação delles; dos defeitos capitais do que se opposito a execução dessas leis; da urgência do tratamento que é um dos principios reguladores das relações internacionaes; e de solemnais compromissos a que a boa fé do governo oriental não pôde deixar de prestar o concurso leal, que é indispensavel para que elles sejam completamente satisfactorios.

O absteio assignado absten-se de entrar no exame minucioso das causas, que produziro os prejuizos, cuja indemnisação reclama. Para qualifica-las bastão as poucas palavras com que já se descreveram. O descompartimento, que facilmente poderia dar ao seu pensamento, derramaria muita luz sobre a questão de que se trata; mas teria o inconveniente de recordar os muitos successos de uma época desastrosa, que é do interesse de todos que fique sepellida no mais completo esquecimento.

O absteio assignado passará portanto a considerar as outras fontes do direito, em que o governo de Sua Magestade fonda a sua resolução.

E' desnecessario enumerar as leis, que reconhecerão os prejuizos da guerra civil como 'dívida do Estado, e que determinarão o modo de sua verificação e liquidação; mas considerando ellas a pena da prescripção em certos e determinados casos, e dependendo da sua execução por parte do poder executivo, a validade das garantias outorgadas aos reclamantes, cumpre examinar se essa execução foi tão perfeita como elles tinham o direito de esperar. Este exame tornou-se indispensavel.

avel desde que o governo oriental, segundo aos reclamantes brasileiros a indemnização que o de Sua Magestade insiste em obter-lhes, funda a sua negativa na prescrição mencionada.

Em 14 de Julho de 1853 promulgou-se a lei que devia regular a justificação dos prejuizos causados pela guerra civil. Pelo artigo 4.^o della era o governo obrigado a nomear e nomear para cada departamento um agente fiscal especial, com cuja eleição e intervenção, por parte do fisco, se tomarão os processos até a terminação da prova.

Esta disposição era imperativa. A lei disse: « o poder executivo nomeará e enviará; » não lhe deixou faculdade alguma. Entretanto o que praticou elle? Nomeou apenas tres agentes fiscaes.

O numero desses agentes devia estar em proporção com o prazo marcado para as justificações; quanto menor fosse este, maior devia ser aquelle. A lei deu o entendido de que ella determinou em garantia tão importante para os credores do Estado que não podia soffrer a menor alteração restrictiva.

A mesma lei longe da facultar semelhante restricção, autorizou ao poder executivo para nomear tantos fiscaes especiais, quantos fossem necessarios para auxiliar ao da capital, mediante cujo parecer devia elle pronunciar-se sobre as reclamações, que depois do justificados, lhe fossem remettidas pelos aleixes ordinarios.

O prazo concedido pela lei não era fixado unicamente para a justificação, mas tambem para a liquidação. Sendo mais poucos os reclamantes que poderiam provar os seus prejuizos por meio de documentos, consistia a prova quasi geralmente em depoimentos de testemunhas.

A maior parte ou antes a quasi totalidade dos reclamantes brasileiros residio nos departamentos mais remotos. As reclamações, enfim, depois de justificadas, tinham de ser enviadas á esta capital, onde devião os interessados comparecer, por si ou por procuradores, afim de promover a liquidação e conversão dos seus credits em apolices da divida consolidada.

Estas circumstancias créo outras tantas difficuldades que tinham de ser vencidas em um prazo limitado.

Ninguém hesaria aos reclamantes de exagerados em suas pretensões, se elles exporem que o governo oriental empregasse, para diminuir tão grandes difficuldades, todos os meios, que estivessem ao seu alcance, sem sujeitar-se á censura do haver violado as disposições da lei. Qualquer acto de benevolencia praticado nesse sentido seria sem duvida accito com agradecimento proporcionado á sua melindrosa posição de devedor.

Foi por ventura um acto de benevolencia a diminuição do numero de áreas garantido pela lei aos reclamantes? Quando se considera que essa diminuição, difficultando as justificações, podia levar os interessados, como os levou, além do prazo a que se achavam contrahidos; e que, vencido esse prazo, créo elles fulminados pela pena de prescrição, difficilmente se comprehende que se torne esta a base de uma accusa, que nada menos significa do que a rena imposta pelo governo da república aos credores da mesma república.

Não constituiu sómente a diminuição do numero dos fiscaes as difficuldades com que tiveram de lutar os reclamantes.

Para os departamentos do Pysmadi, Salto e Taquararé foi nomeado e enviado um só agente fiscal. Chegou elle ao primeiro desses departamentos em Setembro de 1854, e morreu-se em Fevereiro do anno seguinte alguns tempo antes de expirar o prazo de seis mezes fixado para a justificação e liquidação. Nomeou-se-lhe successor; mas este chegou a seu destino em Maio, e, segundo consta, não admitto as reclamações que havião sido prejudicadas pela ausencia precipitada do seu antecessor.

Assim pois, a justificação, difficultada neste caso pela nomeação de um só agente

fiavel para tres departamentos onde existia numerosa reclamantes brasileiras, foi ainda embaraçada pela procedimento das autoridades sem cuja intervenção não podia ella ser effectuada.

Facil seria apontar outras circumstancias que demonstrão vicia na execução da lei, mas as que fôrão indicadas bastão para o objecto que o alibio assignado tem em vista.

As considerações que precedem justificão os esforços que o governo imperial tem constantemente empregado para conseguir que se faça justiça aos reclamantes, cujos prejuizos ainda não fôrão liquidados e reconhecidos, e põe fora de toda a duvida o direito em que se funda o protesto confido em a nota de 25 de Abril.

O Sr. Dr. Eduardo Assisello respondendo a essa nota, attribuiu ao alibio assignado e pessoalmente que elle já não conhece, de negar ao Gôvêrno Oriental o direito de fazer prazo para a apresentação das reclamações. Esse direito é incontestavel. E', porém, evidente que elle se acha modificado, alim de outras causas que serão mencionadas, pelas vicias que o alibio assignado tem de apontar na execução da lei de 14 de Julho de 1853, e que já em nota de 1.^o de Agosto de 1857 havia sido denunciadas pela legação de São Magéado.

Os reclamantes estão obrigados a apresentar as suas reclamações; e justificão-as e liquidão-as dentro do prazo marcado naquella lei: mas o governo oriental não podia pela sua parte esquivar-se de dar-lhe a real completa execução. Desde que julgou conveniente dispor de disposições essenciais della, não pôde reclamar o beneficio que descreta resultar-lhe de sua exacta cumprimento.

O alibio assignado crê que nestas díficilidade pôde essa deducção offerecer; mas, ainda quando fossem completamente justificados se actos do governo oriental á que se refere, não haveria razão para que elle insistisse na comminação da pena de prescripção, desde que á ella não estão sujeitos muitos reclamantes estrangeiros, que se achão exactamente na posição dos súbditos do Imperador.

Os estrangeiros, residentes no territorio da república, supportão em perfeita igualdade o que que lhes impõe a sua residência: e dahi resulta naturalmente que a mesma igualdade deve acompanhá-los no gozo de todas as vantagens. E' esse um direito de que nenhum de elles já mais prescindirá.

Esta doutrina, verdadeira em todas as casos, adquire na questão vertente valor addicional, proporcional á especialidade das circumstancias que a caracterisa.

Somos na desgraça, que occasionalmente os extraordinarios excessos da guerra civil, fôrão os estrangeiros de todas as nacionalidades: nãtidos no justo pe da sua igualdade, pela lei que mandou verificar, liquidar e indemnizar os prejuizos que lhes tinham sido causados. Uns aproveitão-se das disposições dessa lei e concluem o processo de suas reclamações: outros, por causas independentes da sua vontade, não poderão chegar a esse termo desejado; e alguns, considerando inteiramente illusoria a indemnização que se lhes offerecia, absterão-se de todo procedimento, na esperanza de conseguil para o futuro, por intermedio de seus governos, condições mais tranquilisadras.

Em virtude da rigorosa applicação que o governo oriental pretende fazer das disposições da lei de 14 de Julho de 1853, fôrão excluidas das vantagens della as reclamantes das duas ultimas categorias.

Admittida a hypothese do que, havendo o poder executivo cumprido pela sua parte as obrigações que essa lei lhe impozia, tem o direito de fazer efectiva a pena que rodava em seu beneficio, nenhuma objeção se pôde fazer em rigor ao exercicio da semelhante direito.

O governo oriental, porém, applicando a pena de prescripção a uma parte dos reclamantes, isenta della a outra parte; e assim estabelece uma desigualdade que não refere, nem podia estar, na mente do legislador.

E' verdade que essa desigualdade resulta de compromissos internacionaes contra-

hidos com os governos das reclamantes favorecidas; mas esses compromissos não contém uma só cláusula que, importando favor feito ao Estado, seja compensação; esculha o reconhecimento de um direito a favor daquellas reclamantes e o modo de fazê-lo effectivo. A questão consiste, portanto, em saber qual é esse direito; se é daquelles que pertencem por sua natureza á uma, á certas e determinadas nacionalidades ou á todas em commun.

Para resolver esta questão basta definir o objecto dos compromissos, que é assegurar a verificação, liquidação e indemnização dos prejuizos causados pela guerra civil. Ora, estes prejuizos, segundo a disposição da art. 1.^a da lei de 11 de Julho de 1833, consistem na importância de annos, artigos, effectos ou bens tornados ou inutilizados a particulares por autoridades publicas, militares ou civis, dependentes de qualquer dos respectivos governos que dentro e fóra de Montherido regerão o paiz até 8 de Outubro de 1831. O objecto dos mencionados compromissos pôde-se, portanto, definir por meio de uma só palavra — restituição.

Tratando-se, pois, de restituir aquillo que se tomou aos reclamantes, e tendo sido prejudicados não sómente os francezes e inglezes, mas as subditos de muitas outras nações, e entre ellas as brasileiras, é evidente que o direito de que se trata é commun, e como tal deve ser attendido com a mais completa igualdade.

O governo oriental pretendo, o o Sr. ministro das relações exteriores repete em uma das suas notas de 29 de Abril, que — *as concessões feitas por circumstancias muito especiais, que não podem reproduzir-se, á Inglaterra e á França, não devem, nem podem servir de precedente para outros casos*; porém S. Ex. não teve a bondade de declarar quaes são essas circumstancias, e entretanto, sem conhecê-las, não pôde o governo imperial apreciar, como desejaria, este novo fundamento da denegação que se lhe faz.

Sója, porém, que se fôrão essas circumstancias, o governo de Sua Magestade está intimamente persuadido de que não podem ser mais especiaes do que aquellas que militão em seu favor.

O alvao assignado abster-se do dar desenvolvimento a esta idéa, mas lembra-se de que o Sr. Dr. Henrique de Arrascaeta lhe fará a justiça de apreciar as razões da sua abstenção.

Apesar da especialidade das circumstancias que conseguirão para os reclamantes francezes e inglezes, uma vantagem que se nega aos brasileiros, declara o Sr. ministro das relações exteriores que as reclamações destes serão para o futuro collocadas, como até agora, ao pé das de nação não favorecida.

O alvao assignado deve confessar que tem difficuldade em conciliar esta declaração com a outra relativa ao accordo celebrado em 8 de Maio de 1838, e, sobretudo, com as disposições da recente lei sobre liquidação geral da dívida. A rejeição daquelle ajuste pela reunião, e a resolução em que o poder executivo está, de não celebrar outro, excluem os reclamantes brasileiros das vantagens concedidas á França e á Inglaterra, que são certamente as da nação mais favorecida; e a prescripção, reconhecida pela lei de 21 de Julho da anno proximo pasado, os priva de toda a espécie de indemnização.

Antes do ajuste celebrado pela Estado Oriental com aquellas duas potencias não havia nação mais favorecida do que outra; todos os reclamantes, nacionaes e estrangeiros, estavam sujeitos ás mesmas disposições legislativas e gozavam de perfeita igualdade na liquidação dos seus credits. Não havia favor nenhum. Estabeleceu-se aquelle ajuste, e o governo oriental, que se tinha comprometido a fazer extensões aos brasileiros as concessões mais favoráveis do que gozassem quaesquer outras reclamantes, celebrou o accordo referido, que é igual ao negociado com a França e a Inglaterra.

Praticamente fallado, a declaração de S. Ex. não está, portanto, em harmonia com

os factos anteriores: e não podem permitir a concessão que se comprehende em suas palavras, se não for seguida de actos, que, rompendo toda equanimidade divergencia, deixem bem patente a leonarda intenção de que sem dúvida cabia o Sr. ministro das relações exteriores adiado, quando escreveu a parte da sua nota a que o aliazo assignado se refere.

Outra significação não podem ter as palavras de S. Ex. em assumpto que, affectando a fortuna de numerosos súbditos do Imperador, envolve considerações de caracter summamente elevado.

Em todo caso contém essas palavras a confissão do principio de igualdade que o aliazo assignado introduz como uma das bases da resolução do seu governo. Esse principio bastaria para firmar a dívida, que existe aos reclamantes; mas em seu auxilio vem fugazmente um compromisso de honra, que o governo de Sua Magestade considera subsistente.

A liquidação da dívida, que o governo oriental tem effectuada desde 1853, tem a sua origem na concessão de subsídio de 12 de Outubro de 1851, que foi um dos primeiros actos praticados pelo Brasil em apoio da república e um dos que mais poderosamente contribuíram para crear-se a situação em que ella se acha hoje e que lhe permite prometter a liquidação e amortização de uma dívida assumida.

Não seria de equidade que das justas vantagens dessa liquidação fossem excluidos em sua maior parte os reclamantes brasileiros ao passo que outros estrangeiros, collocados exactamente nas circumstancias dellas, tendo já obtido concessões especiais, não ainda a probabilidade de conseguir uma forma de pagamento diversa da anteriormente adoptada, e sem dívida alguma muito mais vantajosa do que ella.

Quando se considera que os rendas da república hypothecadas ao pagamento de um credito avaliado de que o Brasil é possuidor, teria de contribuir, seja qual for o modo, para a amortização das reclamações mais favorecidas, não se comprehende ainda que a essas reclamações não sejam em toda igualdade os dos brasileiros, que não se achão liquidadas.

O governo oriental não podia deixar de reconhecer a especialidade da posição em que, como se vê, estava para com elle collocado o do Brasil; e apressando-o devidamente, não hesitou em comprometter-se a fazer efectiva a igualdade de tratamento que della resultava.

Em nota de 18 de Abril de 1857 declarou a seu cunhado o seguinte :

- Em consequencia, o ministro oriental na corte de Brasil tem a honra de antecipar-se a assegurar a S. Ex. o Sr. Paranhos que, se o governo da república concluir algum accordo definitivo sobre as reclamações pecunias, actualmente pendentes
- de outros governos estrangeiros em favor de seus nacionaes, applicará desde logo
- de reclamações brasileiras as condições mais favoraveis que faça aos creditos ou reclamações de igual natureza dos súbditos de outra qualquer nação. »

Este compromisso, confirmado e revogado em nota de 28 de Agosto do mesmo anno pelo ministro e secretario de estado das relações exteriores da Republica, recebeu a forma de acto internacional por meio do accordo firmado em Montevideo aos 3 dias do mez de Maio da anno seguinte.

E' laudável recordar aqui a aflicção de embaração, que esse accordo encontrou para obter a sanção do poder legislativo. Depois de longa demora, contraria ao seu caracter internacional, foi elle rejeitado pela camera dos senadores em sessão de 19 de Julho do anno próximo pasado.

A injusta rejeição de um acto em que o proprio estado da república não via mais do que o cumprimento de um dever de honra, é hoje a base do procedimento que o poder executivo se manifestou resolvido a seguir.

E' exacto que a actual administração da república não tem celebrando ajustes internacionais a respeito de prejuizos de guerra; mas não fálho exemplos de actos, cuja

approvação pelo poder legislativo tem sido a resultante de reflectida e imparcial consideração.

O governo oriental, portanto, resoluendo a questão que aff. a respeito das relações exteriores, deu-lhes as abais assignadas, por lei, não auctoriando-se sem; e o governo imperial tem pouco de ver que auctorisa a auct. do que o desenvolvimento de um compromisso de honra, levado pel. intervenção das relações a actual, e que entra profundamente na integridade daquelles, que não podem ser desamparadas sem prejuizo da consideração salutar, e de relações que não devem ser desamparadas.

Ninguém deixará de lamentar as difficuldades financeiras, com que a república ainda luta em consequencia da elevada importância da sua eff. l. auct. mas, quando se trata de restituição da fortuna pública e de compromissos estabelecidos para effectual-la, não se pôde em justos admitir como motivo do recusa a consideração da que, restituindo-se a fortuna a um dos reclamantes, tem elle de ser restituida a outros, e que assim se augmentará o panico do Estado.

E' certo que ap. os reclamantes brasileiros virão os hespanheses, os portuguezes, os italianos, e mesmo os egypcios, como recorda o Sr. Dr. Eduardo Azeredo; mas tambem o é que o Brasil, por mais penoso que isso lhe seja, não pôde estar para o que virá depois d'elle e sim para o que veio antes.

O recuo que S. Ex. manifesta é a prova mais evidente da d. d. que assiste aos reclamantes brasileiros.

Apesar disso o governo oriental declarou resoluído a não celebrar novas convenções.

O Sr. ministro das relações exteriores permitiu que o abais assignado observasse que neste caso não se trata de ajuste novo. Já existe ajuste: o que lhe falta é a approvação legislativa, que por certo não será negada se o assumpto obtiver, como merece, as honras de uma reconsideração.

Pouco antes desse ajuste celebrava a legação imperial entre que, como importadora de dinheiro do Estado, achava-se no caso daquella e necessaria como elle a approvação do poder legislativo da república. Mas o governo imperial não hesitou diante dessa consideração e cumpre immediatamente a obrigação que elle lhe impuz.

O abais assignado refere-se ao protocollo assignado em 29 de Janeiro de 1838, em virtude do qual o governo imperial fez ao da república um empréstimo de 110 mil palcoses.

Esse empréstimo, obliçando aos anteriores, constitui com elle uma somma avultada, a cujo pagamento elle hypothecadas as rendas do Estado.

Apesar das considerações que precedem, o governo do Sr. Magistade não se detém diante do novo quesito de fôrça, se padessa ter equiva de que se fôrça justiça aos reclamantes brasileiros. O que elle resolve é a igualdade de tratamento a que tem direito e já lhe foi reconhecida: não a que resulte das palavras do Sr. ministro das relações exteriores, mas a igualdade real, a unica admittida nas relações internationaes.

Neste momento a França e a Inglaterra são as nações mais favorecidas; e que a ellas se concedem, não pôde nem razão, e sem clamorosa injustiça deixar de ser concedido ao Brasil. A isto se reduce o quesito.

El. posta nestes termos, o governo do Sr. Magistade espera que presalecerão por fim no animo do governo da república a boa razão, a boa ff. e as considerações de harmonia que a ambos interessa respeitar.

O assumpto de que se trata é extremamente pouco: mas o governo imperial, sem deixar-se da linha resolução que o abais assignado teve ordem para annu-

ciar ao Sr. ministro das relações exteriores, cunha em que o governo oriental atenderi por fim as justas reclamações dos súbditos brasileiros.

O abaixo assignado cumpriundo por este modo as instruções que recebeu, tem a honra de offerecer ao Sr. ministro das relações exteriores as protestos de sua mais saluda consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. D. Henrique de Armascarda, etc.

ESTADO DE AVELAR BARROSA DA SILVA.

Solução das reclamações dos súbditos da França e Inglaterra provenientes de prejuizos de guerra.

N. 20.

Nota dos agentes de França e Inglaterra ao governo oriental.

Amsterdão, 22 de Fevereiro de 1862.

Em resposta á participação de V. Ex. a respeito das negociações relativas ao assumpto das reclamações franco-inglesas por prejuizos de guerra, os abaixo assignados, encarecidos de negócios do Imperador dos Franceses e da Rainha da Grã-Bretanha, recebem com agrado a declaração do gabinete de Amsterdão que os governos de Suas Magestades, querendo dar á república de Uruguay uma efficaz prova de moderação, preceção-lhes que reproduziram as propostas formuladas por elles em nota de 7 de Março de 1861 e contentes das em todas as suas consequências: a saber:

1.ª A commissão creada se reuniu para declarar por um acto solenne que a somma de quatro milhões de pesos, moeda corrente, foi enviada para o ajuste total e definitivo das reclamações franco-inglesas, que se refere a emmissão de 22 de Junho de 1857;

2.ª Esta somma sahirá em juro annual de 3 %, e sera amortizada em trinta annos, dividida em seis períodos iguaes de cinco annos cada um, sendo a amortização de 1/3 para o primeiro período, de 2/3 para o segundo, de 3/4 para o terceiro, de 4/5 para o quarto, e de 5/6 para o quinto e sexto;

3.ª O juro e a amortização da dita somma de quatro milhões serão garantidos pelas rendas gerais da república e finais mensalmente das rendas das alfândegas;

4.ª Fica entendido que a restituição do súdito francez Weil não será comprehendida no ajuste das reclamações por prejuizos de guerra.

A respeito de alguns pontos, tais como o das propostas encerradas e o das épocas do pagamento, os abaixo assignados referem-se aos termos de sua supranota de 7 de Março de 1861.

As instruções dos abaixo assignados ordenam-lhes, além disso, que apresentem esta communicação como um ultimatum que o governo oriental terá de acceder ou de rejeitar, sem receber mais, em sua prova que deverá expirar a 10 de Março proximo futuro. recordando-se os governos do Imperador e da Rainha, em caso de rejeição, a direito de reproduzirem sans premiere reclamações e de adoptarem, só, as medidas que satisficão ao objecto de seus interesses.

Os abaixo assignados approvam e subscrivem esta accção para renovar a S. Ea. o Sr. Dr. Henrique de Arreseola as respectivas de sua alta consideração.

A S. Ea. o Sr. Henrique de Arreseola, ministro e secretario de estado das relações exteriores.

M. MANUEL.
W. D. LERNER.

N. 21.

O senado e a camera de representantes da Republica Oriental do Uruguay reunidos em sessão geral, sancionam a seguinte

LEI:

Art. 1.^o Fica autorizado o poder executivo a aceitar e reconhecer definitivamente até a somma de quatro milhões de pesos, moeda corrente, como divida da republica, pelos indemnizações de prejuizos de guerra reclamados pelos subditos da Inglaterra e da França, a qual se refere a lei de 15 de Junho de 1837 que approvou as bases ajustadas em 23 de Junho do mesmo anno com os agentes dessas nações.

Art. 2.^o De conformidade com o disposto no artigo das ditas bases, o poder executivo regulará por meio de uma convenção especial, que para ser valida deverá ter a approvação do corpo legislativo, a extinguição da divida que, até a somma marcada no artigo precedente, reconhecer como divida nacional.

Art. 3.^o Communiquem-se, etc.

Sala das sessões em Montevideo, em 4 de Abril de 1862.

FRANCISCO FERRAS, presidente.
CARLOS M. DE NOVA, secretario.

Camera de representantes.

Montevideo, 5 de Abril de 1862.

Remette-se ao poder executivo da republica para os effeitos convenientes a lei que a honrada camera de representantes sancionou em sessão de dia de hontem, autorizando o poder executivo, a reconhecer até a somma de quatro milhões de pesos, moeda corrente para as indemnizações dos prejuizos de guerra reclamados pelos subditos da Inglaterra e da França.

Dees guarde ao poder executivo por muitos annos.

Ao poder executivo da republica

FRANCISCO FERRAS, presidente.
CARLOS M. DE NOVA, secretario.

Ministerio de relações exteriores.

Montevideo, 8 de Abril de 1862.

Compen-se, accusse-se e registre-se publicamente.

Bueno.

HENRIQUE DE ARRESEOLA.

Quadro dos empréstimos feitos pelo governo imperial á Republica Oriental do Uruguay, em virtude da convenção de 12 de Outubro de 1851, da lei n. 723 de 30 de Novembro de 1853, e do protocollo convencionado em Montevideo a 29 de Janeiro de 1858; bem como dos juros decorridos das datas das entregas feitas pelo thesouro nacional nesta corte e pela legação d'este Imperio em Montevideo até 31 de Dezembro de 1861.

EMPRESTIMOS			DATAS DAS ENTREGAS			TEMPO A CONTAR		EMPORTEIRA DOS JUROS DE 4 % AN. ATÉ 31 DE DEZEMBRO 1861.	
	QUANTIAS.		ANOS	MESES	DIAS	ANOS	DIAS	PATAÇÖES	REIS
	PATAÇÖES.	REIS.							
1851 DE OUTUBRO DE 12 ATÉ 30 DE OUTUBRO DE 1851	158,000	—	1851	Outubro	21	10	72	81,433	31
	584,014	—	"	Novembro	1	10	61	172,048	06
	130,000	—	"	Dezembro	9	10	23	72,113	60
	60,000	—	1852	Janario	14	9	323	30,872	13
	60,000	—	"	Fevereiro	9	9	327	30,840	39
	60,000	—	"	Março	12	9	306	28,301	60
	180,000	—	"	Julho	2	9	182	108,600	—
	120,000	—	"	Outubro	13	9	78	68,334	42
1856, DE 1.º DE MARÇO DE 1856 ATÉ 31 DE MARÇO DE 1857	60,000	—	1854	Janario	31	7	333	68,804	14
	60,000	—	"	Março	3	7	304	68,108	28
	30,000	—	"	Abril	1	7	273	62,908	08
	60,000	—	"	"	28	7	348	68,247	32
	30,000	—	"	Maió	2	7	244	62,800	29
	30,000	—	"	Junho	1	7	214	60,988	62
	120,000	—	"	Julho	1	7	184	34,000	39
	60,000	—	"	Agosto	1	7	153	30,700	04
	60,000	—	"	Setembro	1	7	122	29,403	29
	60,000	—	"	Outubro	2	7	91	28,097	53
	51,700	—	"	Novembro	2	7	60	22,529	74
1858, DE 1.º DE MARÇO DE 1858 ATÉ 31 DE MARÇO DE 1858	102,100	—	1858	Fevereiro	3	3	328	28,080	03
	1,809,391	—						688,851	12
RECAPITULAÇÃO									
						PATAÇÖES		REIS	
						1,809,491	—	3,570,222p750	
						688,851	12	1,917,700p600	
						2,498,342	12	5,487,922p350	

Secretaria de estado dos negocios estrangeiros, secção de contabilidade, em 24 de Abril de 1862.

Limites entre o Imperio e a Republica Oriental do Uruguay.

N. 23.

Officio da presidencia do Rio-Grande do Sul ao governo imperial.

Provincia do S. Pedro do Rio-Grande do Sul. — Polaco da presidencia, em Porto-Alegre, 13 de Setembro de 1861.

Ilm. o Exm. Sr. — Como V. Ex. se dignar vir do officio inclusa per cópia que me dirigio o capião de engenheiros Casado Jacob de Niemeyer em 31 de Agosto finda, collocando-se na linha divisoria das marcas intermedias, o 1.^o no alto da serra de Sant'Anna do Livramento, e o 2.^o na crista da caxilha de Sant'Anna, na volta que faz a mesma caxilha para o rumo do oeste.

Deos Guarde a V. Ex. — Ilm. o Exm. Sr. conselheiro José Hilofonso de Souza Ramos, ministro e secretario de estado dos negocios do Imperio.

JOAQUIM ANTONIO FERNANDES LIMA.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O OFFICIO ANTER.

Polaco, 31 de Agosto de 1861.

Ilm. e Exm. Sr. — Cumprido ordens do Exm. Sr. conselheiro chefe da commissão de limites, tenho a honra de participar a V. Ex. que pela linha litteraphe achão-se collocados duas marcas intermedias, sendo o 1.^o no alto da Serra de Sant'Anna do Livramento, e o 2.^o na crista da caxilha de Sant'Anna, na volta que faz a mesma caxilha para o rumo do oeste, proximo á senda de Joaquim Lopes, correspondendo a pontos do arroyo Urubay, e antes da estrada para o Passo do Rosario.

Deos guarde a V. Ex. Ilm. o Exm. Sr. conselheiro Joaquim Antonio Fernandes Lima, presidente da provincia.

CASADO JACOB DE NIEMEYER, capitão de engenheiros.

N. 24.

Officio do commissario brasileiro ao governo imperial.

Rio de Janeiro, em 20 de Abril de 1862.

Ilm. e Exm. Sr. — Tenho a honra de participar a V. Ex. que a collocação dos marcos na fronteira do Imperio com o Estado Oriental está proxima a terminar-se.

O ultimo marco grande se está elevando sobre a ponta da ilha da barra do Quarahim, a

espera, a vista das últimas participações da Fronteira, que antes da entrada do inverno se achia concluída.

Deus guarde a V. Ex. muitos annos. Ilm. e Exm. Sr. conselheiro B. A. de Magalhães Tapres.

Praça de Anastasio Dominguez, Marechal do Campo.

N. 25.

Nota do governo oriental á legação imperial.

Ministerio das relações exteriores.—Montevideo, 1 de Junho de 1861.

Chegou ao conhecimento do governo da república que, por um embaixador brasileiro, e sem a intervenção de autoridade alguma nacional, estão sendo irregularmente collocadas as tropas que devem indicar a linha divisória entre os dois Estados.

Por esse motivo, ordenou S. Ex. e Sr. presidente ao abaixo assignado, ministro de relações exteriores, que, sem entrar em discussão a respeito da oportunidade ou regularidade da operação que se está effectuando, declarasse ao Sr. Barbosa da Silva, encarregado de negocios interino do Brasil, que o governo oriental considera illegal quanto neste sentido se tiver feito ou se fizer por parte do Imperio sem a concorrencia da república.

Deixando pela presente nota cumpridas as ordens de S. Ex., o abaixo assignado aproveita a oportunidade para reiterar a S. E. as seguranças de sua distincta consideração.

Ao Sr. Ignazio de Avellar Barbosa da Silva.

EDUARDO AZEVEDO.

N. 26.

Nota da legação imperial ao governo oriental.

Legação imperial do Brasil.—Montevideo, 1 de Setembro de 1861.

O abaixo assignado, encarregado de negocios interino de S. M. o Imperador do Brasil, recebeu apertadamente a nota que, em 1.º de Junho ultimo, dirigio-lhe o Sr. Dr. Eduardo Azevedo, então ministro e secretario de estado de relações exteriores.

Denunciou S. Ex. á legação imperial que um funcionario brasileiro, sem cooperação do governo agente oriental, estava collocando irregularmente os marcos indicativos da linha traçada como raiz do Imperio e da Republica.

Nesta denuncia fundamentou a declaração de que o governo oriental considera illegal tudo o que o do Imperio faz ou fizer a tal respeito, não sendo aquelle participante.

O abaixo assignado achou-se hoje autorizado a responder a esta reclamação com as seguintes considerações :

A informação recebida pelo Sr. Dr. Azavedo indicando irregularidade na collocação daquelles marcos é contrariada completamente pelas que officialmente tem o governo imperial, segundo as quaes esses trabalhos têm sido feitos em rigorosa conformidade com as actas da demarcação.

Nenhum dos dois governos contrahio obrigação de proceder conjuntamente com o outro na collocação dos marcos.

A situação destes traçada na acta de demarcação official da fronteira, não é susceptivel de mudança alguma imperscrutavel nem irreparavel.

Entretanto o governo do San Magistado, aproveitando com prater todas as occasiões que se lhe offerecem, para exhibir provas de lealdade e boa fi com que sempre procede, antes de muito bom grado á participacão que o do republica deseja ter na operacão, de que se trata, por meio do um agente seu que nella auxilia o do Brasil.

O abaixo assignado tem a honra de reituar a S. Ex. o Sr. ministro e secretario de estado das relações exteriores da Republica Oriental do Uruguay os protestos de sua mais distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. Henrique de Arrascaeta.

IGNACIO DE AYELLAR BARBOSA DA SILVA.

Occupação do Rinco de Artigas.

N. 27.

Nota do governo oriental á legação imperial.

Ministerio de relações exteriores. —Montevideo, 4 do Mayo de 1861.

O abaixo assignado, ministro de relações exteriores, levou ao conhecimento de S. Ex. o Sr. presidente da republica, com as antecedentes deste negocio, a nota que, com a data do 1º de Fevereiro ultimo, dirigio-lhe o Sr. Ignacio de Ayellar Barbosa da Silva, encarregado dos negocios internos do Imperio do Brasil, denunciando, de ordem do seu governo, a occupação do rinco que em que se mantinha a posse dos territorios que tinham de permatar entre si a republica e o Imperio, em virtude das estipulações do tratado de 1 de Setembro de 1857.

Acho-se portanto habilitado o abaixo assignado para communicar a S. S., em additamento á nota deste ministerio de 27 de Fevereiro proximo passado, que o governo da

republica, inteiramente de accordo com a occupação de uma tal ordem de coisas, expede com esta data as convenientes ordens para que se não ponha obstaculo algum á posse por parte do Brasil do Rio do Arizaga, conservando a republica a que lhe compete no terreno que se lha de permatar em frente á villa de Santa Anna do Livramento, para cujo fim já se expedirio á respectiva autoridade as necessarias instrucções.

Deixando assim respondida a nota do Sr. Barbosa da Silva, o abaixo assignado aproveita a oportunidade para reitterar-lhe as seguranças de sua distincta consideração.

As Se. Ignacia de Avellar Barbosa da Silva.

EDUARDO AZEVEDO.

N. 28.

Nota da Legação Imperial ao governo oriental

Legação Imperial do Brasil.—Montevideo, 8 de Maio de 1861.

O abaixo assignado, encarregado de negocios inteiros do Brasil, está de posse da nota que S. Ex. o Sr. ministro e secretario de estado de relações exteriores lhe fez a honra de dirigir a 4 do corrente, em resposta á do abaixo assignado de 1.º de Fevereiro ultimo, denunciando, por ordem do governo Imperial a occupação do *terro* que em que se mantinha a posse dos terrenos que devião ser pertulados, em virtude dos estipulações do tratado de 4 de Setembro de 1857.

Naquelle nota S. Ex. communicou ao abaixo assignado, que o governo da Republica, concordando inteiramente com o do Imperio, em pór termo por sua parte ao referido *terro*, expedira naquella data as convenientes ordens para que não se ponha embargo algum á occupação do Rio do Arizaga por parte do Brasil, conservando a Republica o terreno que lhe pertence em frente á villa de Santa Anna do Livramento.

O abaixo assignado, agradecendo a S. Ex. esta communicação que sem demora vai ao conhecimento do governo Imperial, prevalece-se da oportunidade para reitterar ao Sr. Dr. Eduardo Azevedo as protestas de sua mais distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. Eduardo Azevedo.

IGNACIO DE AVELLAR BARBOSA DA SILVA.

Estado político da Confederação Argentina.

N. 29.

Nota do governo de Buenos-Ayres ao consal geral do Brasil

Buenos-Ayres, 12 de Abril de 1862.

O abaixo assignado tem a honra de remetter a S. S. cópia authenticica do decreto desta data, pelo qual o Exa. Sr. governador da provincia, assumindo as faculdades que lhe foram conferidos pelas provincias argentinas, começa a representar a república em suas relações com as nações estrangeiras, nas termos do referido decreto.

Os successos que produziram a situação em que hoje se encontra a nação, não podem ser desconhecidos a S. S.

Depois do triumpho das armas de Buenos-Ayres, na luta a que haviaseido provocado, o governo da Confederação enduceu do facto, e do direito. As provincias reuniram-se em plena liberdade de sua soberania, e firmes sempre em seu nobre proposito de formarem uma nação, delegaram espontaneamente na pessoa do governador de Buenos-Ayres a administração pública; a representação exterior da república; e aos assumptos nacionaes que se dão de character urgente.

S. Ex. o Sr. governador já dictou as convenientes disposições para a immediata reunião do congresso nacional. A sua installação solenne terá lugar em 23 de Maio proximo, e é de esperar que com a experiencia do passado, adquirida á custa de tantas sacrificios, a nação muito brevemente se apresente definitiva e solidamente constituida.

Entretanto, é grato ao abaixo assignado poder assegurar a S. S. que S. Ex. o Sr. governador, assume no exercicio das faculdades que lhe foram conferidas, e muito especialmente em suas relações com as nações estrangeiras, segues sempre pelos mesmos principios de liberalidade e franqueza, que tem caracterizado os actos do governo de Buenos-Ayres.

O abaixo assignado aproveita esta oportunidade para offerrecer a S. S. as seguranças de sua mais distincta consideração.

Ao Sr. consal geral do Imperio do Brazil, D. João Carlos Pereira Pieta.

ERNESTO COSTA.

REMITTO A QUE SE REFERE A COTA SUPRA.

Buenos-Ayres, 12 de Abril de 1862.

Porquanto: tendo as provincias de Cordoba, Santiago, do Esteco, S. Luis, Tucuman, Santa Fe, S. João, Catamarca, Mendoza, Jujui, e Buenos-Ayres, delegado na pessoa do actual governador de Buenos-Ayres, e como um testemunho da alta confiança no povo que do facto e do direito se toma a base da reorganisação nacional, as faculdades inherentes ao poder ex-

sessão geral, para o fim de convocar e instalar o congresso nacional, e, em seguida, reunindo a dita sessão em sessão especial, a que se denominará, as atribuições atribuídas ao seu corpo, para prever as primeiras exigências da relação da organização da república, tendo em consideração com a constituição reformada cuja se prevê as penas que competem a nação; e por conseguinte, as provisões do Garmiento e Niza dirigidas ao mesmo, para as facilidades para a convocação e instalação do congresso, a de manter as relações exteriores da república, tendo-se a província de Entre-Rios autorizada para o primeiro objecto do seu encargo, reconhecendo-lhe por este facto as facilidades interessantes ao poder executivo nacional que ficam indispensáveis para aquelle fim, obrigando-se assim, desde a guarda a R. da constituição nacional por cuja lei deve regular, até a reunião do congresso, os seus actos, o apagar de que a província de Salto não tenha adoptado disposição alguma especial no mesmo sentido, deixando contido oficialmente, e pela forma a mais salutar, estar disposto a seguir o exemplo das demais províncias unidas, uniformizando a sua politica com a do Salto, por cujo motivo foi convidada a concorrer ao congresso geral que deve reunir-se em Buenos-Ayres, aos 25 de Maio do corrente anno.

Considerando. — Que é necessário e conveniente regularizar o exercicio desses poderes, determinando a modo, forma, objecto e extensão porque devem ser exercidas as attribuições do poder executivo nacional interno, até que o mencionado congresso reúna a que couber.

Portanto. — Usando das attribuições que foram espontaneamente delegadas pelas penas, restou a seguinte assignação, e seguinte:

Art. 1.º — A autoridade delegada pelas penas será exercida sob a denominação de « governador de Buenos-Ayres, encarregado do poder executivo nacional. »

Art. 2.º — Até a reunião do congresso, e enquanto este não determinar a que se convierem a semelhante respeito, os ministros do governo de Buenos-Ayres, autorizarão os actos que o encarregado do poder executivo nacional detem em nome qualificado.

Art. 3.º — Devendo-se dar conta de todos estes actos ao congresso geral, ante o qual o encarregado do poder executivo nacional é responsável, todos os assumptos em que intervenha e resolções que dicte nesse caracter, correrão pela secretaria dos negocios nacionaes, organizada com subordinação para attendê-las devidamente, sem complicar a ordem interna das repartições provinciaes.

Art. 4.º — Pelo que respeita ás relações exteriores, o encarregado do Salto se limitará unicamente a mantê-las com as nações amigas, observando e fazendo observar os tratados publicos, que obrigam ao favor da nação em geral e a cada provincia em particular, nos mesmos termos pelos quaes as provincias se tinham comprometido, dando solução immediata de questões de caracter urgente que possa sobrevir e que não necessitem da intervenção do poder legislativo, e encaminhando outras aquellas actos que fiquem indispensáveis para esse fim, sem comprometter contido, directo ou indirectamente, a soberania exterior da nação.

Pelo ministério do governo se passará aos ministros diplomaticos e consules estrangeiros a correspondência directa, devendo dahi em diante o ministro dessa repartição entender-se directamente com os agentes diplomaticos e consules, tanto nacionaes como estrangeiros, até que o congresso reúna a que couber a semelhante respeito.

Art. 5.º Pelo que respeita ao regimen interno, as funções do encarregado do poder executivo nacional, se limitará á manutenção da ordem publica, a fazer com que seja respeitada e observada pelas provincias a constituição nacional; a attender á segurança das fronteiras das ditas provincias com as forças puestas ao seu orden e cuja organização tenha sido expressamente autorizada por elle; a dar e regular percepção das rendas nacionaes que estejam a sua carga, violando por sua efectiva ordem, sem obrigação, porém, de prestar circumstanciada conta ao congresso opportunamente, e a respeito das demais assumptos de caracter urgente que possa sobrevir.

Art. 6.º — Sem prejuizo de continuar a admitir-se nas alfândegas nacionaes, a carga do encarregado do poder executivo nacional, os documentos de credito que, de conformidade com a lei vigente, são administrados em pagamento dos direitos de alfândega, como está estabelecido já nas alfândegas de Rosario e de Santa Fé, sem estabelecida que o encarregado do poder executivo nacional, não tratará por exparte de assumpto algum relativo a ditas alfândegas da nação, e de quaisquer outras obrigações que tenha podido contrahir o

transacção com os do Peru, até que o congresso resolva a respeito do modo, forma e meios porque devam ser attendidos esses compromissos.

Art. 7.º — De-se conhecimento aos governos provinciais e ás demais autoridades a quem compete, o presente.

Mina.

De ordem da S. Ex. — José Maria Guzman, secretario.

N. 30.

Nota do consulado geral do Brasil ao governo de Buenos-Ayres.

Consulado geral do Brasil. — Buenos-Ayres, 14 de Abril de 1842.

O abaixo assignado, consul geral do Brasil, tem a honra de receber a nota que em 12 do corrente a V. Ex. dirige ao Sr. ministro de governo de Buenos-Ayres, cobrindo uma cópia do decreto, em virtude do qual o Ex.º Sr. governador desta provincia, assumindo as facultades que lhe foram conferidas pelas provincias argentinas, entra a representar a república, em suas relações com as nações estrangeiras, nos termos do mencionado decreto.

O abaixo assignado, agradecendo a S. Ex. essa sua communicação, da qual opportunamente instruí o governo de Sua Magestade, paga-lhe se sirva apresentar ao Ex.º Sr. brigadeiro-general Dr. Bartholomé Mitre a expressão sincera de sua mais cordial felicitação por tão importante acontecimento, e se prevaleça desta circumstancia para offerecer ao Sr. ministro os protestos de sua mais elevada consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. D. Eduardo Costa.

José Carlos Pereira Pinto.

Demarcação da fronteira entre o Brasil e a república do Perú.

N. 31.

Nota do governo peruano á legação imperial.

Lima, 19 de Junho de 1861.

O Sr. contra-almirante da esquadra nacional D. Ignacio Mariategui sabido de Callão para a Europa, dentro em poucos dias, e tem, entre outros encargos do governo, o mais importante de transportar-se ao Brasil para, unido aos commissarios do Imperio, proceder á demarcação das limes do ambas as nações.

O Sr. ministro da guerra e marinha manifestou-me o desejo de saber a época em

que se poderá verificar aquella reunião e rogo a V. Ex. se sirva communicar-me se tem alguma informação para conhecer-se, quando estará habilitado para realisa-la, por sua parte, os commissarios do Imperio.

Tenho a satisfação de aproveitar esta oportunidade para reiterar a V. Ex. os sentimentos de minha distincta consideração e particular apreço.

Ao Ex^{ma} Sr. caxado extraordinario e ministro plenipotenciario do Brazil.

João Paulo Mello.

N. 32.

Nota da legação imperial ao governo Peruano.

Legação imperial do Brazil no Perú. — Lima, 25 de Junho de 1861.

Tenho a honra de accusar recebida, a 22, o officio que V. Ex. se serviu dirigir-me em 19 do corrente para communicar-me que o contra-almirante da esquadra do Perú, o Sr. D. Ignacio Mariategui está a sahir por estes dias do Callao para Europa com o encargo entre outros de trasladar-se ao Brazil, para que, unido aos commissarios do Imperio, proceda á demarcação dos limites de ambas as nações, e que o Sr. ministro da guerra e marinha desejaria saber a época em que se poderia verificar aquella reunião.

Não sabendo eu ainda quando esta poderá ter lugar, pedirei por este vapor a meu governo as informações relativas a este assumpto, as quaes me apressarei em transmitir a V. Ex. para que sahaga ao Sr. ministro da guerra acrescentando que rogaré ao governo imperial se sirva annunciar ao Sr. contra-almirante por intermedio da legação imperial em Londres a ponto e época peioral em que os commissarios do Imperio se poderão achar para justar-se com os da república.

Aproveito a occasião para renovar a V. Ex. as expressões de minha mui distincta consideração e alta estima.

A S. Ex. e Sr. ministro de relações exteriores da república do Perú.

Antonio José Lanza.

N. 33.

Nota da legação imperial ao governo Peruano.

Legação imperial do Brasil no Perú. — Lima, 21 de Janeiro de 1852.

Em additamento ao que tive a honra de levar ao conhecimento do ministerio a cargo de V. Ex. em minhas notas de 19 de Abril de 1850, 23 de Junho e 21 de Novembro de 1851, cumprio-me declarar a V. Ex. que o governo imperial acaba de participar-me que a commissão brasileira, nomeada para proceder ao reconhecimento e demarcção das fronteiras do Brasil e Perú de conforma com o tratado com a Peruana, deve ter partido de Rio de Janeiro em 4 de Novembro do anno passado para Tabatinga.

Os commissarios designados são, além do capitão-tenente da armada imperial o Sr. José da Costa e Azevedo, do que já dei a V. Ex. noticia, e que é o chefe da commissão, dois officiaes do corpo de engenheiros os Srs. 1.^o tenente Vicente Pereira Dias e 2.^o tenente Miguel Vieira Ferreira, dois officiaes mais da armada os Srs. 1.^o tenente João Soares Pinto e 2.^o tenente Augusto J. de S. Soares de Andréa, e um cirurgião do corpo de saúde do exercito o Sr. Dr. Vicente Ignacio Pereira.

O governo imperial pôz á disposição desta commissão um vapor, trinta peças de linha e todos os instrumentos e materiais precisos para não haver interrupção em seus trabalhos.

Havendo-me manifestado o Sr. ministro de relações exteriores a desejo de ter conhecimento das instrucções dadas aos commissarios brasileiros, apresse-me em incluir uma cópia authentica dellas, para que as do governo do Perú sejam expedidas na mesma conformidade e harmonia; esperando que V. Ex. se servirá deitas dar-me igualmente uma cópia para transmitti-la a meu governo.

Resto-me a agradecer que o governo imperial, para accellerar estes trabalhos, ordenou que por intermedio da legação do Imperio em Londres tudo fosse levado ao conhecimento do contra-almirante da armada peruana o Sr. D. Ignacio Mariategui como 1.^o commissario do Perú, que é esta hora deve estar informado desta communicação.

Reitero a V. Ex. as expressões da minha mais alta estima e distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. D. Juan Ordoz, ministro de relações exteriores do republica do Perú.

Assinou José Lisboa.

Protesto dirigido pelo governo de Nova Granada ao de Venezuela contra os limites, como foram descriptos no tratado celebrado entre esta ultima republica e o Brasil em 3 de Maio de 1859.

N. 34.

Nota do governo de Nova-Granada ao de Venezuela.

Ministerio de relações exteriores. — Bogotá, 17 de Novembro de 1860.

Senhor. — A lei venezuelana de 9 de Julho do presente anno, que appressa o tratado de limites e navegação, celebrado entre Venezuela e o Brasil, contém a estipulação seguinte :

« Art. 2.º A republica de Venezuela e S. M. o Imperador do Brasil, declarão e definem a linha divisoria da maneira seguinte : 1.º, começará a linha divisoria nas cabeceiras do rio Manacá; e seguindo pelo mais alto do terreno, passará pelas cabeceiras do Aguião e Tomé e do Guacim e Iquiaro ou Isara, de modo que todas as aguas que vão ao Aguião e Tomé fiquem pertencendo á Venezuela, e as que vão ao Guacim, Não e Isara ao Brasil; e atravessará o rio Negro defronte da ilha de S. José, que está próximo á Pedra do Cuare. »

O poder executivo fundado em antecedentes, que julga justos, tem a correção de que os limites da confederação nessas paragens são: desde a bifurcação do Orinoco, até abaixo, até a bocca do Veta; e para o Sul, desde a mesma bifurcação e braço Casiquiare e o Rio-Negro.

Por consequencia, qualquer ajuste entre outras nações sobre o territorio e aguas que estão ao occidente dessas linhas, affecta os direitos da republica e é nullo; e que leve respeitavelmente ao conhecimento do governo do V. Ex., pois que o silencio da Nova-Granada não possa considerar-se jamais como assentimento por sua parte, com tanta maior razão quanto que S. M. o Imperador do Brasil declarou no art. 6.º do dito pacto: « que ao tratar com a republica de Venezuela relativamente ao territorio situado ao ponto do Rio-Negro e banhado pelas aguas do Tomé e do Aguião, do qual allega posse a republica de Venezuela, mas que já foi reclamado pela Nova-Granada, não é sua intenção prejudicar quaisquer direitos que esta ultima republica possa ter sobre o dito territorio. »

Contrahindo-me a esta breve e necessaria manifestação, por não ser occasião de entrar em discussão sobre o grave assumpto do que me occupa, tenha a honra de assignar-me de V. Ex. mais attento e obediente servo.

As Ex^{tas} Sr. o secretario de relações exteriores da republica de Venezuela.

J. A. Pardo.

N. 36.

Nota do governo da república de Venezuela ao de Nova-Granada.

Ministerio de relações exteriores. — Caracas, 13 de Fevereiro de 1864.

Senhor. — Tenho a honra de participar a V. Ex. que acabo-se de receber neste ministerio a nota pela qual V. Ex., com data de 17 de Novembro ultimo, faz observações sobre o art. 2.^o do tratado de limites e navegação fluvial concluido entre Venezuela e o Brasil em 5 de Maio de 1859, e approvedo em 9 de Julho de 1860 pelo congresso nacional.

Funda V. Ex. o seu protesto em que o poder executivo Granadino faz a interpretação de que os limites desse país são desde a bifurcação do Orinoco, indo abaixo até as bocas do Meta, e para o sul desde a bifurcação o braço Casiquiare e o Rio-Negro; concluindo d'ahi que é nullo aquelle acto enquanto se refere ao territorio e aguas situadas ao occidente da linha descripta.

Seja-me permittido assegurar a V. Ex. que Venezuela, na demarcação de sua fronteira com o Brasil, procedeu em virtude de seus direitos incontestaveis, e sem ter o pensamento de offender os de nenhuma outra nação, e nem se quer de alludir a ellas.

Nova-Granada appoia a verdadeira linha no tratado que fez com Venezuela em 1853, art. 27; e se em 1864 pretendeu outra coisa, o plenipotenciario Sr. Terrón Toro demonstrou de uma maneira que dissipada a duvida, a absoluta impossibilidade de sustenta-la no tribunal da razão.

O art. 6.^o do tratado não põe em duvida a extensão do territorio de Venezuela, porque, prescindindo de que não é senão uma declaração do Imperador do Brasil, em que não teve parte a república, sem interesse alli contraher-se a hypothese de que possa a confederação provar titulo ao territorio situado ao occidente do Rio-Negro. É o cumprimento de tal condição, já se tem dito, o governo o tem por impossível.

Assim como V. Ex., abstenha-se de entrar, por enquanto, no fundo da questão; aguardando-me para a decisão que se annuncie, ou quando tenha de ser discutida.

Entretanto aproveito-me da presente oportunidade para reiterar a V. Ex. o testemunho da distincta consideração com que me assigno de V. Ex., mais attento serva.

Ao Ex.^{ma} Sr. secretario de relações exteriores da Confederação Granadina.

Pedro DE LOS CAJES.

Adiamento da demarcação e reconhecimento dos limites do Brasil com a República de Venezuela.

N. 36.

Nota do legação imperial ao governo de Venezuela.

Legação imperial do Brasil em Venezuela.—Caracas, 17 de Outubro de 1861.

O abaixo assignado, ministro residente de S. M. o Imperador do Brasil, receber ordem do seu governo para, por intermedio de S. Ex. o Sr. ministro e secretario de estado de relações exteriores, chamar a attenção do governo venezuelano para o teor do artigo 3.^o do tratado celebrado nesta cidade, aos 5 de Maio de 1839, em que se dispõe que, depois de ratificado o mesmo tratado, cada uma das altas partes contractantes nomearão um commissario para procederem de common accordo, no mais breve termo possível, á demarcação da fronteira, nos pontos em que fôr necessario.

O abaixo assignado, de accordo com as prescripções do seu governo, está bem longe de abrigar a pretensão de sollicitar a apresentação por parte do Venezuela do seu respectivo commissario, em um momento em que todas as attensões do seu governo se achão provavelmente concentradas sobre as presidenciaes a tomar para restabelecer a paz publica. Deseja, porém, consignar o facto de que o governo imperial não tem inconveniente de nomear o seu commissario desde já; mas que, se o governo da republica o preferir, não terá inconveniente algum de aprazar essa demarcação para uma época ulterior, e nessa conformidade authorisa o abaixo assignado para se entender com este governo.

Fazendo a S. Ex. o Sr. ministro e secretario de estado de relações exteriores esta communicação, o abaixo assignado estimaria ter uma occasião para poder combinar com S. Ex. o que se fôr por mais conveniente aos dois paizes.

O commendador F. Adelpho de Varnhagen aproveita esta occasião para reiterar a S. Ex. o Sr. Dr. Hilarión Nadal os protestos da mais alta consideração e perfeita estima.

A S. Ex. o Sr. Dr. Hilarión Nadal.

FRANCISCO ANTONIO DE VARNHAGEN.

N. 37.

Nota do governo venezuelano á legação imperial.

Ministerio de relações exteriores.—Caracas, 29 de Outubro de 1861.

O abaixo assignado, secretario de estado de relações exteriores do Venezuela, teve a honra de receber a nota que, com a data de 17 do corrente, dirige-lhe o Sr. ministro residente de S. M. o Imperador do Brasil.

Recordando nesta nota o Sr. Vazhagen o disposto no artigo 3º do tratado celebrado entre Venezuela e o Brasil, em 5 de Maio de 1839, pelo qual se estipulou que, depois de ratificado aquelle ajuste, cada uma das duas partes nomearia um commissario para procederem de common accordo, no mais breve tempo possível, á demarcação da linha nos pontos em que fosse necessario, de conformidade com as estipulações anteriores; manifesta que, com quanto, attento o estado de Venezuela, esteja longe o governo do S. M. Imperial de pretender que o da república venezolana desde já o seu commissario, por parte do Brasil não ha inconveniente em que se leve a effeito essa cláusula do tratado, e se propozha diffundir o seu cumprimento para uma época mais tarde.

O abaixo assignado recebeo ordem do Ex.^{ma} Sr. chefe supremo para declarar, em resposta á S. S., que o governo de Venezuela não perdeu (as poucas de vista a citada estipulação) mas que as circumstancias em que tem estado, e ainda está o país, não tão permittido que se possa em sua execução, mas logo que o país permitta ao governo conseguir sua attenção a este importante objecto, um de seus primeiros cuidados será desempenha-lo, pondo-se de accordo com o Brasil para effectuar a demarcação dos limites entre os dois países, de conformidade com as estipulações do tratado. Não é possível fixar-se essa época, que depende do restabelecimento da tranquillidade publicá, e que não está muito longe, se, como espera S. Ex., inegem feita bastante se esforço de toda especie de que tem lançado mão para restituir aos venezolanos um bem tão precioso.

E como o governo do S. M. o Imperador nissas concorda, o de Venezuela aproveitará a primeira occasião favoravel, que se lhe offereça, para concluir obra tão importante quasi concluida.

Entretanto reitera o abaixo assignado as seguranças de sua distincta consideração, e assina-se do S. S.

Sr. commendador Francisco Adolpho de Vazhagen, ministro residente do Brasil,

Mai attento e seguro servidor

H. NADA.

N. 38.

Nota da legação imperial ao governo Venezuelano.

Legação imperial do Brasil em Venezuela. — Caracas. 31 de Outubro de 1861.

O abaixo assignado, ministro residente do S. M. o Imperador do Brasil, com a honra de accusar a recepção da nota do ante heute de Sr. Dr. Hilarión Nadal, secretario de estado no despacho das relações exteriores, na qual S. S., em resposta á do abaixo assignado de 17 do corrente, e em virtude das instrucções que recebeu do Ex.^{ma} Sr. chefe supremo da república, declara que, logo que a paz permitta, o governo Venezuelano tratará de pôr-se de accordo com o do Brasil para se effectuar a demar-

quello dos limites entre ambos os paizes, conforme foi estipulado no tratado de 5 de Maio de 1839; não sendo possível ficar desde já para essa época, visto que está ella dependente do restabelecimento da tranquillidade publica.

O abaixo assignado vai levar á presença do governo imperial a dita resposta, e sempre-se em acroffilar que o mesmo governo, apressando devidamente as suas potencias que assistem ao de Venezuela para não declinar precisamente quando poderá occupar-se do mencionado assumpto, que depende tanto do restabelecimento da ordem, recetiva com satisfação a promessa, que lhe fez a dita mesma república, de que se voltará a primeira occasião favoravel para occupar-se de terminar a obra da dita democracia.

Concluo o abaixo assignado fazendo votos os mais sinceros para que não tarde o dia em que se veja de todo desenvolvida a paz á patria de Bolívar, tão prodigamente dotada pela Providencia, e de annos tão gloriosos, na historia da independencia americana.

O abaixo assignado reitera por esta occasião ao Sr. Dr. Nadal os protestos da mais distincta consideração.

Sr. Dr. Hilario Nadal, secretario de estado no despacho de relações exteriores.

FRANCISCO ANTONIO LA VIGORZA.

Medidas adoptadas pelo governo imperial para facilitar a navegação e commercio com Venezuela

39.

Nota da Legação imperial ao governo de Venezuela.

Legação imperial do Brasil em Venezuela. — Caracas, 16 de Outubro de 1861.

O abaixo assignado, ministro residente do S. M. o Imperador do Brasil, recebeu ordem do seu governo de communicar ao desta república que pelo decreto n. 2047 de 19 de Setembro de 1860 foram creadas no Imperio entrepostos publicos e particulares; e que pelo § 3º do art. 231, e em favor dos Estados limitrophes que têm como Venezuela, entranças fluvias com o Imperio, está determinado que possam nos ultimos ter lugar os depositos dos productos desses Estados, que em embarcações nacionaes, ou dos mesmos Estados, sejam transportados pelas rios e aguas interiores das provincias do Amazonas e Pará, destinados ao entreposto da capital do Pará, provida a sua origem por documento authenticado por agente consular do Imperio, ou por qualquer autoridade local.

O abaixo assignado tem igualmente a satisfação de participar a S. Ex. e Sr. Dr. Hilario Nadal, ministro e secretario de estado de relações exteriores que, apesur de não haver o tratado de 5 de Maio de 1839 incluído estipulação alguma acerca das directas de importação sobre os productos deste paiz introduzidos no Brasil para

consuam, pelo § 37 do art. 312 do mesmo decreto que reformou a tarifa do Império foi concedida a isenção de direitos de importação aos generos introduzidos pela interior da provincia brasileira da Amazona, de qualquer ponto do territorio venozolano que lida com a mesma provincia, quando os mesmos generos fôrão da produçáo do proprio territorio venozolano.

Por occasião de dar a S. Ex. o Sr. Dr. Hilarión Nadal conhecimento destas providencias, espontaneamente lantadas pelo governo imperial, o abaiso assignado ao lisonja com a esperanza de que o governo da republica as considerará como demonstrações bem poderôas dos sinceros desejos que outro o mesmo governo imperial de pôr tudo quanto está de sua parte para facilitar e augmentar as suas relações com Venezuela e as suas republicas, a que se acha ligado por tratados de muita amizade e de navegação fluvial. E uma tal facilidade e augmento de relações commerciaes não se poderá obter de um modo efficaç em povos aliçados e em geral de poucos meios, como os da fronteira do Império com Venezuela, se os dois governos não se produzam reciprocamente para contribuir a isso com providencias essencialmente liberas.

Só assim os recursos pobres, livres dos abusos e arbitrios dos agêntes, fazem substituirão ao facto de ter lugar em regiões pouco povoadas e de quasi nenhuma cultura, podendo desembarçada e livremente dedicar-se ás suas proprias especulações, resultando d'ahi um commercio que concorre a civilisá-las. como civilisa todos países desde a mais remota antiguidade e como está ainda contribuindo a civilisar todos pontos do litoral da America e da Africa onde elle se facilita; succedendo este pouco tempo que um commercio que se inaugura por actos de liberalidade e irrogação, e com meios civilisadores, vem dentro de poucos annos a contribuir para o paiz um novo ramo de rendas, com que se indemnizam amplamente de qualquer pequeno sacrificio que te da feita a principio.

O abaiso assignado fadon em que S. Ex. o Sr. Dr. Hilarión Nadal recebeu e secretario de estado de relações exteriores estárá, com sua reconhecida illustração, contando nestas idias, lisonja-se de couber a esperanza de que o esclarecido governo da republica, de que S. Ex. faz parte, não deixará só em seus propósitos o governo imperial, e que pelo contrario tomará tambem por sua parte providencias equivalentes.

O comendador F. Adelpho de Varahagen tem a honra de apresentar por esta occasião a S. Ex. o Sr. Dr. Hilarión Nadal os protestos da mais alta consideração e perfeita estima.

A S. Ex. e Sr. Dr. Hilarión Nadal.

FRANCISCO ADELPHO DE VARAHAGEN.

N. 40.

Nota do governo da republica á legação imperial.

Ministerio das relações exteriores.—Caracas, 19 de Outubro de 1861.

O abaiso assignado, secretario de estado das relações exteriores de Venezuela, teve a honra de receber e levar ao conhecimento da Ex.^{ma} Sr. chafe supreme a nota que em 16 do corrente lhe dirigio o Sr. ministro residente da Brazil.

Nella communica o Sr. Varahagen que o governo do Sua Magestade ércos partes da

deposito em favor dos estados vizinhos que, como Venezuela, têm colhendo vantagens illicitas com a Imperia, e archivando livre de direitos a importação de productos venezolanos na portinha brasileira do Amazonas, com o fim de levar a effectuação da commerce étranger por meio do commercio, e de facilitar e augmentar as relações entre aqueles os paises, insinuando que espera por parte de Venezuela providencias equivalentes.

Como é a secretaria da fazenda o orgão por onde deve-se tomar a opportuna resolução, o abaixo assignado transmittio-lhe copia da nota á que se refere; e dará a S. S. a definitiva resposta logo que lhe seja communicada por aquella repartição.

Entretanto é-lhe grato assegurar ao Sr. Varahagen, os sentimentos de sua distincta consideração.

Sr. commandador F. A. de Varahagen, ministro residente do Brasil.

H. NADAL.

Princípios que regulão a extradição de criminosos entre o Brasil e Venezuela.

N. 41.

Nota da legação imperial ao governo de Venezuela.

Imperial legação do Brasil em Venezuela.—Caracas, 28 de Julho de 1860.

Informado o governo de S. M. o Imperador do Brasil de que, nas immedições de S. Fernando de Atahapa e de S. Carlos, existem os soldados desertores mencionados na nota inclusa, e denunciados como autores do assassinato e massacre do commandante da fortaleza de Marabitanas, o capitão Verissimo José dos Santos Lima, expedia ordem ao abaixo assignado para dirigir-se a S. M. o Sr. ministro o secretario de estado de relações exteriores, e pagar-lhe que se diria alcançar do seu illustrado governo as ordens necessarias para que esses réos sejam capturados e entregues ao Sr. commandante da fortaleza e fronteira de Cusuy.

O governo imperial sabe que em falta de um tratado de extradição, nenhum direito lhe assiste para reclamar a captura e entrega de semelhantes delinquentes; mas a natureza do horrendo crime de que se trata, os principios de justiça universal, e a reciprocidade que o Brasil offerece, e o abaixo assignado tem ordem de assegurar ao governo venezolano, permittom ao mesmo governo imperial esperar que o territorio da república vizinha não servirá de segura asylo á impunidade de tão atrozes attentados, e que consequentemente serão esses réos capturados e entregues á pessoa e no lugar designados.

O alcaide assignado a essa officina recebeu para reter no S. M. o Sr. Pedro de Las Casas, as seguridades da sua alta consideração e perfeita estima.

A S. M. o Sr. Pedro de Las Casas, no título de secretario de estado de relações exteriores.

FELIPE JOSÉ PEREIRA LEAL.

N. 42.

Nota do governo de Venezuela á legação brasileira.

Ministério de relações exteriores. — Caracas, 2 de Agosto de 1868.

O alcaide assignado, secretario de estado das relações exteriores, teve a honra de receber a nota que, com data de 28 de Julho ultimo, lhe dirigio o Sr. encarregado de negocios de S. M. o Imperador do Brazil, solicitando do governo de Venezuela em nome do S. M. Imperial, a captura e entrega de tres soldados, cujos nomes e signacs constam da nota que a acompanhou, accusadas como autores de assassinato perpetrado na pessoa do capitão Verisaires José das Santos Lima, commandante da fortaleza de Marabitanas, e offerecendo em nome do Brazil a reciprocidade em casos semelhantes.

O alcaide assignado recebeu ordem de S. M. o Sr. presidente para transmittir, em contestação ao Sr. encarregado de negocios do Brazil, que o governo da republica não teria difficuldade em acceder á solicitação que em nome da governa imperial fez o embaixador Leal, sempre que se apresentarem provas sufficientes que justifiquem em Venezuela a prisão e punição, como réus de delictos crimes, de crimes, cuja extraditção se reclama, e quando se obtiver esta, não se lhes applique em nada um caso a pena capital, attendendo-se a sua intercessão em favor da humanidade.

Appreheita o alcaide assignado esta oportunidade para reter no embaixador Felippe José Pereira Leal, as seguranças do seu apreço e consideração.

Ao embaixador Felippe José Pereira Leal, encarregado das negocios de S. M. o Imperador do Brazil.

Pedro de Las Casas.

N. 43.

Nota do legação imperial ao governo de Venezuela.

Legação imperial do Brasil em Venezuela. — Caracas, 22 de Outubro de 1861.

O abaixo assignado, meu alto residente do Rio de Janeiro e Imperador do Brasil, tem a honra de remetter incluzos ao Sr. Dr. Hilarión Nadal os documentos que produzem os réus Manuel José Francisco, Manuel Galindo da Silva Arellano e Ponciano Guegualas, refugiados em S. Fernando de Atalpa desta república, sendo julgados autores do crime de assassinato alheio do espillo Veríssimo José das Neves Lima, que se achava victima de dois fies e de dextros haimeletas das referidas sicarias, dando-se as circumstancias aggravantes de premeditação e malicia.

Aplificando sufficientemente, por estes documentos, que em Venezuela as ditas criminosas não serão menos merecedoras do que no Brasil de prisão e castigo (segundo com toda a razão deseja o Sr. Pedro de las Cases, quando em sua nota de 2 de Agosto do anno pasado respondeu á do Sr. Luiz de 28 de Julho anterior) o abaixo assignado se compete de acceitar que o governo da república passou agora a dar as competentes ordens para se effectuar, quanto antes, a prometida captura e entrega dos ditas criminosos; e até de seu dever acrescentar que se acha autorizada, de parte do seu governo, para offerecer ao duto republica a reciprocidade na extradição dos criminosos não só de homicidio alheio (como os de que se trata) como tambem dos de roubo falso e dos de quebra fraudulenta; bem entendido que as reclamações de extradição deverão ser feitas do governo a governo pelo ministro ou representante do país á que pertencem os criminosos, mediante as provas que autorissem a sua prisão e castigo no Estado para onde elles tenham fugido.

O commendador F. A. de Varnhagen apresenta esta occasião para apresentar ao Sr. Dr. Hilarión Nadal os protestos de sua alta consideração e perfeita estima.

Ao Sr. Dr. Hilarión Nadal, secretario do estado ao despacho de relações exteriores.

Francisco Assumpção de Varnhagen.

N. 44.

Nota do governo de Venezuela á legação imperial.

Ministerio de relações exteriores. — Caracas, 2 de Novembro de 1861.

O abaixo assignado, secretario de estado de relações exteriores de Venezuela, tem a honra de receber a nota que lhe dirige o Sr. ministro residente do Brasil, em 22 do mez ultimo.

Referido-se nella á uma resposta dada por este ministerio em 2 de Agosto de 1860

à parte do Brasil, remette documentos que têm por fim provar que Manoel José Francisco, Manoel Galvão da Silva Amado e Porciano Gonçalves, sendo julgados autores do assassinato do capitão Veríssimo José dos Santos Lima, foram se refugio pelo governo da Venezuela para acceder ao pedido de extradição daquelles individuos.

S. E. a, o chefe supremo da república tanto conhecedor das côpias competentesmente authenticadas que S. E. remetteu. Uma delle é o parecer do conselho de investigação a que se procedeu na cidade de Maracaibo para reconhecer e legalisar a criminalidade do facto de ter sido morto aquelle capitão, em 13 de Dezembro de 1859, com dois tiros e dezesseis baionetadas, estando no commando da desfilamento de Marabitanas. Alli se reconhece a criminalidade dos indicados, assegurando-se que o seu delicto se acha comprehenso com as participações officiaes do major commandante interino das armas da provincia de Amazonas e do commandante de forte de S. Gabriel, encarregado dos crimes do Cucuy, e corroborado com as declarações de vinte e quatro testemunhas. As outras côpias são as daquellas participações.

Tambem de uma investigação a que procedeu o Sr. governador da provincia venezuelana de Amazonas, em principios de Fevereiro de 1860, por haver chegado ao seu conhecimento que o capitão Lima tinha sido morto pelas armas proprias soldados, confirma o facto e quasi os seus autores, pois ainda que Manoel Amado e Porciano Gonçalves manifestassem ignora-la, Manoel José Francisco o confessou ao governo, com algumas de suas circumstancias, attribuindo o crime aos dois outros, o explicando a parte que nelle tomava como effeito da cegueira em que o punha sua complicita.

Em vista de tais documentos, S. E., considerando solidos a condicão imposta, determinou que fossem entregues os individuos de que se trata. E para este fim se expedir as convenientes instrucções ao Sr. governador da provincia de Guayana, recomendando-se-lhe que mande capturar-os; e mediante requisicão das autoridades locais, os envie á fronteira com a escripta precisa, sendo as despezas feitas por conta do Imperio.

S. E. confia em que da parte do Brasil se procederá de mesmo modo em idênticas circumstancias para com Venezuela, acciando o affectamento da reciprocidade que ha o Sr. Varahagen, pelo que respeita aos criminosos de homicidio obscuro, mecha-falso e quebra fraudulenta, uma vez que a reclamação seja feita do governo a governo, e com provas que avariam a sua prisão e castigo no Estado para onde tenham fugido.

Neste do mesmo modo a esperança de que o governo de S. M., em allengio ao longo tempo que tem decorrido depois da perpetração do crime, e á que seus autores pouco não terem continuado na carreira da maldade, lhes dispensará a sua clemencia, não permitindo que se lhes imputa a pena de morte: para cujo fim Venezuela interpele os seus bons officios.

Sua Magestade verá neste procedimento uma prova do desejo que tem S. E. de cultivar as mais amigaveis relações entre as duas palcos, assim como com o seu digno representante em Caracas.

O abaixo assignado reitera ao Sr. commandador Varahagen os protestos da sua mais distincta consideração.

Sr. commandador F. A. de Varahagen, ministro residente do Brasil.

H. XARAI.

N. 45.

Nota da Legação Imperial no governo do Venezuela.

Legação Imperial do Brasil em Venezuela.—Caracas, 1 de Novembro de 1861.

O abaixo assignado, ministro residente do S. M. o Imperador do Brasil, teve a honra de receber a nota de 2 do corrente, em que o Sr. secretario d'estado no aspecto das relações exteriores, em resposta á que dirigio o mesmo abaixo assignado, em 22 de Outubro ultimo, se dignou communicar-lhe que S. Ex. o chefe supremo da república, em vista dos documentos remettidos por esta legação e do informe resultante das averiguações á que procedu a governança da provincia venezolana de Amazonas, annuia a mandar expedir as instrucções necessarias para a captura e entrega ás autoridades do Brasil, mediante a competente requisição, dos tres assassinos do capitão Veríssimo José dos Santos Lima, que se refugiado em S. Fernando do Atchape, a saber: Manoel José Francisco, Manoel Catão da Silva e Pochiano Gonçalves.

Attesenta o Sr. Dr. Nadal que S. Ex. o Sr. chefe supremo da república confia em que por parte do Brasil se procederá de igual modo para com o Venezuela, em casos analogos, admitindo entre os dois países a reciprocidade nas de humildade e respeito, annullando falsos e falsos com fraude; e que, para o caso actual, em attingido de razões que o Sr. Dr. Nadal expressa, S. Ex. o Sr. chefe supremo interpega por parte da república seus bons officios, espera que S. M. o Imperador dispensará que não a possível clemencia, committendo-lhes a pena de morte, em que houverem incorrido.

Em resposta, sempre ao abaixo assignado assegurar ao Sr. Dr. Nadal que não sem donem levar á presenca do seu governo copia de sua attenta nota: e que não hesita em assegurar que o governo imperial attentará na dita resolução do desta república uma decidida prova dos desejos de se cultivar com o do Brasil as mais amigaveis relações: sendo certo que entre os nações, como entre os individuos, as favores reciprocos são sempre proveitosos que contribuem a fomentar e a fortalecer as amizades.

Nestes mesmos principios se funda o abaixo assignado, para, dentro já, se atterva a assegurar ao Sr. Dr. Nadal que pelo seu augusto sobezano o Sr. D. Pedro II, cujo magnanimo coração está sempre propenso a actos de clemencia, terá benevolamente acollido a interposição dos bons officios que lhe é feita, da parte do Ex^{to} chefe supremo desta república em favor dos dils criminosos, em cuja extindicção cõcorra.

Pelo que, ao passar a dar conhecimento da actual resolução do governo desta república ao presidente da provincia brasileira do Amazonas, o abaixo assignado o precaverá de que, qualquer que seja o peccado em que, por sentença, hajda incorrido os dils criminosos, se não suspendera sua execução até receber novas ordens da corte, d'onde sobre tal assumpto deve haiver a sabedora resolução definitiva.

O abaixo assignado apresenta esta occasião para reitorar ao Sr. Dr. Nadal os protestos de sua mais distinta consideração.

Sr. Dr. Hilario Nadal, secretario do estado das relações exteriores.

FRANCISCO ADOLFO DE VASCONCELOS.

Intelligencia da Convenção de 2 de Junho de 1858, celebrada entre o Imperio e a Grã-Bretanha.

N. 46.

Nota do Legado Britânico ao governo imperial.

Rio de Janeiro, 12 de Agosto de 1861.

Sr. ministro. — Referindo-me a sua nota, dirigida pelo Sr. Paranhos ao Sr. Christie em 18 de Abril ultimo sobre a convenção mista, na qual S. Ex. sustenta que, tendo as sessões dos commissarios sido suspensas por causas imprevistas e inevitáveis, segundo dispõe o art. 3º da convenção de 1858, não pôde considerarse ter expirado a convenção no dia 10 de Março, recebi ordem do governo da Sua Magestade para communicar a V. Ex. que elle não concorda com a opinião do Sr. Paranhos, nesta questão.

O governo da Sua Magestade é de parecer que, sendo ciente verdadeiro que as sessões da commissão foram suspensas por causa de circumstancias inevitáveis e fortuitas, ainda assim os poderes dos commissarios não se entenderão além dos dois annos mencionados no mesmo artigo do tratado, salvo accordo mutuo dos dois governos para uma prorrogação de tempo. Como, porém, não houve esse accordo, os poderes dos commissarios devem ser considerados como não existentes até que elle tenha lugar.

O governo da Sua Magestade deseja saber constado que se estabeleceram uma nova commissão para a revisão de todas as reclamações, comprehendidas as concernentes com o trafico de escravos, sendo estas ultimas reclamações consideradas pelo governo da Sua Magestade como inadmissiveis, pelas razões que produzio o sobre que traslado o Sr. Christie em sua nota de 11 de Setembro ultima.

Tendo a honra, portanto, em conformidade das minhas instruções, de procurar saber da V. Ex. se o governo imperial consentiria em estabelecer uma nova commissão sobre proprio o governo da Sua Magestade Britanica. Em todo o caso espero que V. Ex. entenderá comigo que uma prompta resolução da questão de commissão seria a mais desejavel, servindo-se V. Ex. com a maior brevidade, communicar-me a decisão que tirar de tomar o governo imperial.

Aprovo-me desta commissão para renovar a V. Ex. as assurances da minha mais alta consideração.

A S. Ex. o Sr. B. A. de Magalhães Teques, ministro o secretario do estado das negociações estrangeiras.

EVAN H. BAILEY.

Nota de guerra ao Imperial A legação britânica.

Seção central. — Rio de Janeiro. — Ministério das negociações estrangeiras, em 21 de Janeiro de 1862.

No esperança de obter do governo do S. M. Britannica uma solução digna da sua justiça e do dever de ambos os governos, e ainda assignado, também o dos negócios estrangeiros do S. M. o Imperador do Brasil, vem chamar a attenção do Sr. Evan M. Baillie, encarregado de negócios do S. M. Britannica, para a questão pendente em relação á communhão religiosa, creada em virtude da convenção de 1 de Junho de 1858, cujos trabalhos estão parados em virtude de um acto do governo do S. M. Britannica.

Sobre tal objecto tem a legação do S. M. Britannica dirigida á esta secretaria do estado as notas dadas de 11 de Setembro de 1860, 19 de Março e 29 de Abril de 1861, assignadas pelo Sr. Christie, ministro plenipotenciário, (*) e de 12 de Agosto do ultimo anno, assignada pelo Sr. Evan M. Baillie, encarregado de negócios de Sua Alta Magestade.

Em nota de 13 de Abril de 1861, por desentendimento do abaixo assignado, o Sr. Passalunghi, deu as razões por que era demandado uma resposta precisa e directa á primeira nota do Sr. Christie. O Sr. Baillie, porém, tem razão para achar que o demandado e o estudo da matéria não tem consolo.

Em documentos, e em occasiões solennas, o abaixo assignado e seus antecessores não tido oportunidade de manifestar sua opinião firme a respeito em parcerias das conferencias regulares e parcerias tas do govt., e o ministro do S. M. Imperial em Londres tem igualmente tido conferencias com o sr. Russell, e até em data de 20 de Novembro, ultimo communicou a S. Ex. um esboço e elaborado memoria das sobre o topico commuical desta discussão.

O Sr. Christie, na nota de 11 de Setembro, procura sustentar o direito com que o governo do S. M. Britannica pretende impedir que a communhão seja conseq. das reclamações que o governo brasileiro considere não devidas, mas que o governo britannico, ao contrario, considere devidas. Mas a communhão entre não foi creada para dar solução ás reclamações em tal admissibilidade e justiça as duas governos usassem concordância; ao inv. ao contrario, devida ao direito de não admitirem, reconhecendo e julgando inadmissivel as decisões com que um dos governos declarasse não se ter conformado.

Em ta. duas modas de entender as palavras da convenção: *shall get ready assented, or are considered to be assented by either of the two governments*; assim a convenção não limita alguma ao direito de cada um dos dois governos de submeter qualquer reclamação ao juizo da communhão, uma vez que esta reclamação seja posterior á data da independência o subj. á da convenção.

Logo que por qualquer motivo um dos dois governos se não conforma com a decisão do outro, o propósito julga p. manifestar não devida, tem direito de lev-la á communhão. Em regra

(*) Esta nota não publicada no momento da sua primeira publicação.

todas as reclamações, que ingressar, por brevidade, são desta natureza, isto é, procedem da decisão dos governos ou dos tribunais: ou as quais o governo da parte interessada, por julgar-as contrarias aos seus interesses, entende não dever reconhecer-as.

Não de uma parte nem da outra foi apresentada as opposições da convenção a fim das reclamações que tinham de ser submettidas à comissão mista. As reclamações existiram e são conhecidas; a convenção foi redigida em termos precisos, por litteralmente incluídas com toda a clareza a natureza da disputa da comissão mista.

Não obstante as difficuldades e objeções por que foi revestida de uma política para a qual a população não estava disposta, obtegeu-se a fim de a prohibir o trafico de escravos. Apesar de tudo exigiu-se a compulsação da palavra e a concepção do tratado como um direito da outra parte contrahente. E que não se podem inferir direitos que assentem em contractos, em razão das consequências previstas ou não que de sua execução se derivam.

Para que uma reclamação possa ser recebida e decidida pela comissão mista, e que a convenção na sua preambula e em diversos artigos, seja e simplesmente, que um dos dois governos é a requesta como seu arbitro ou um opinião decidida. Deba em circumstancia, determine claramente a convenção que só a comissão mista compete decidir em cada caso submettido ao seu exame — *If either any claim has or has not been duly made, preferred, or laid before the commission, either wholly, or in any and what extent, according thereto their intent and meaning of this convention*. São palavras da convenção que por sua facilidade são cithas do texto íntegro, e que se achão no final do art. 3.^o

O governo imperial não pôde deixar de receber a sinceridade das commoções de S. M. Britannica expressas pelo sr. de Russell ao ministro brasileiro em Londres, e expressadas na nota do 11 de Setembro de 1860, sobre a justiça do pagamento a que fizesse o governo britannico obrigado pelas reclamações provenientes das praezas brasileiras. Por sua parte tem o governo brasileiro o direito de expor a devida retribuição ao modo de apreciar a sua convenção em contrario.

O que é certo porém, e a que já não depende da cortesia e equidade dos dois governos, é que ellas devotão de si o direito de decidir a questão, e para conservarem-se paz, a reputação de justiciaria e a dignidade reciproca, e ao mesmo tempo possam ter as por suas vezes e para sempre a toda a demanda occorrida um tribunal composto de modo proprio para se obter imparcialidade, e a esse tribunal delegado a decisão final e absoluta, sem se reservarem o direito de se interferir ou registar, o menos a de ditar suas decisões naquellas pontos que esse tribunal é chamado a decidir soberanamente.

Tudo quanto tem sido allegado da parte do governo de S. M. Britannica, para não darorem ser admitidas certas reclamações; tudo o que tem sido allegado por parte do governo brasileiro em sentido opposto, já não tem de ser apreciado pelos dois governos. Essas allegações têm por um unico fim na terra, e é o contrario misto. A ella deve tudo isso ser levado a exposta, e elle compete, na forma da final do art. 3.^o, a decisão.

Prescrepo pois que deão o tempo supplementar que o governo de S. M. Britannica que temer para reconsiderar o matter, manifestar as questões, colher dados, informações, e aporrear o voto do seu povo autorizador; o que resta a fazer, quando o processo prescripto é commisso, é apresentar-se-lhe cada uma de suas reclamações; nesta occasião os agentes, de que trata o paraffimo periodo do art. 3.^o, expõem por parte de seus governos o que pesou a favor ou contra sua admissibilidade, e aguardar-se a decisão da comissão mista,

e qual segundo se exprime o texto inglez do art. 3.^o da convenção — *The High contracting Parties engage to consider... as final, perfect and final settlement of every claim....*

Observada francamente esta disposição da convenção, seguir-se-ha a procedimento de decidimento das duas governos, que é varrer uma selva de desigualdades de tantas discussões que sem um remédio desta natureza seria interminável.

Quaesquer que sejam os meios das duas que possa servir os interesses dos duas países, os governos respectivos julgarão que uma decisão final caira nos interesses de ambos, e ambos se expõem a quaesquer erros ou más apropriedades, em que a fallibilidade dos humanos, possa fazer cair a commissão mista.

Desta exposição que o Sr. Baillie fez a bondade de ler ao conhecimento do seu governo, e do circumstanciado testemunho que lhe foi apresentado em Londres pelo ministro do Brasil, se vê que este tem longe o governo imperial do poder absoluto, e de poder considerar revestido da mais ligada das de justiça e pretensão que apresenta a nota do Sr. Baillie datada de 12 de Agosto, de declarar extintos os pedidos da commissão mista creada pela convenção de 1838, e entrarem as duas governos em novo ajuste para a criação de uma nova commissão que aponte e julgue as reclamações existentes, exceptuadas as que o governo do S. M. Britannico declara excluir.

Para chegar a este resultado allaga o Sr. Baillie o facto de terem decorrido os duas annos marcados pelo art. 3.^o á duração das funcções da commissão, salvo o direito das duas governos de concordarem na prolongação dessas prazos, o declara que o governo britannico não accorria a esta prolongação.

Da acção que o governo do S. M. Britannico por um acto se impossibilita a commissão de proseguir nos seus trabalhos intrahendo ao seu commissario que não atenda as reclamações brasileiras. Esta parte é evidentemente contraria á letra da convenção que não possa supôr em um dos governos o direito de ditar decisões que fariam da mesma a commissão. Depois, em consequencia desse mesmo acto, invoca-se um artigo da convenção para se declarar que estão encerrados os trabalhos da commissão. Por fim, em lugar de se applicar as reclamações de ambos as partes a disposição clara e peremptoria do art. 3.^o da convenção, pretende-se na nota do Sr. Baillie que dese-se proceder a um novo ajuste para repôr em questão o que fôr decidido em 1838 por uma convenção solemn, proposta pelo governo do S. M. Britannico, negociada com toda a liberdade, ratificada por ambos os governos, e consagrada a apresentar aos conhecimentos de ambos.

O art. 3.^o da convenção termina da modo seguinte: «... every such claim, whether or not the same may have been presented to the notice of, made, preferred or laid before said commission shall from and after the conclusion of the proceedings of the said commission, be considered and treated as finally settled, barred and henceforth inadmissible. »

Se a commissão expira, expira tambem a validade desta disposição o direito das reclamantes, que uma reclamação tinda sido apresentada o julgada pela commissão mista, que não.

Isto porém parecerá iniquo em vista do modo por que se interpretaria a embarração os trabalhos da commissão. O governo do Brasil não indaga, não deseja esta iniquidade. Está prompto a fazer aquillo que a convenção permite, e supõe que se faça. Segur-se ao accordo de prolongar os trabalhos, quando as reclamações não por decisão, sem que

não honrosa culpa, devida ao demora dos intermédios, é uma sagrada do jurado que o governo imparcial não podia prover das suas propostas.

O abaixo assignado entende até que neste caso não ha prolongação de prazos, porque realmente a comissão não trabalhou dois annos. Sua suspensão foi suspensa por victima de um acto do governo britânico; mas não hesita agora a fazer de que compense com o tempo que já trabalhou a comissão os dois annos de trabalho que lhe surtos a suspensão.

A responsabilidade dessa interrupção não pôde recahir no governo brasileiro, que não mais faz de que inventar ao seu commissario que suspensa o desejo, denunciado pelo governo britânico, de com mais tempo estudar um ponto que lhe pareceu decisivo.

Os commissarios, á vista da fustigação que os britânicos fez o seu governo, não podião entender com a convenção que lhes impoz a dever de attender de reconciliação de ambos os lados, nem o accordo que a equidade lhes dictou de suspender-se alternadamente das reivindicações de um e de outro lado. Illegitimamente suspensa dos trabalhos, e a comissão não trabalhou os dois annos que na convenção se supunha necessários para obter a fim de sua criação.

A suspensão dos trabalhos da comissão é uma irregularidade, que a convenção dá mais de sentir.

A recusa de adoptar esse meio, que é o accordo para a prolongação dos trabalhos, não parece ter o menor fundamento.

A pretensão de não reconhecer a applicação do art. 6.^o da convenção, seria o mais insustentavel esquecimento da palavra real que foi prometida a execução da convenção.

A imposição de uma nova convenção equivaleria a declarar que o mais forte pôde, todas as vezes que isso lhe convier, annullar todas as disposições de um tratado que parecerem contrarias ao seu interesse, conservando todas aquellas que lhe parecerem favoráveis.

O abaixo assignado faz mais justiça ao governo do S. M. Britannico e manifestar a esperança de o não abandonar pretensões que com tanta evidência se lhe prova serem contrarias aos sentimentos nobres, bonos e justos que assida em seu governo, que tanto mais se deve considerar quanto todos o reconhecerem padecidos e respeitado.

O abaixo assignado reitera ao Sr. Evan M. Baillie as expressões de sua distincta consideração.

Ao Sr. Evan M. Baillie, etc.

REVENIDO AUGUSTO DE MACHADO TAÇUEN.

Nota do governo imperial á legação britânica.

Secção central. — Rio de Janeiro, ministerio dos negocios estrangeiros, aos 21 de Janeiro de 1862.

Em sua nota datada de 11 de Setembro de 1860, o Sr. Christie, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da S. M. Britannica, entrou, a respeito da suspensão do trabalho da commissão mista creada pela convenção de 1858, em considerações sobre as questões elleas assignadas em outra nota lero agoras a honra de chamar-attenção do Sr. Baillie, amaregado da realçõe de S. M. Britannica.

Em outras notas relativas ao mesmo assumpto, datadas de 19 de Março e 29 de Abril de 1861, instou aquelle ministro para que o governo imperial declarasse se reputava a commissão como lida, além de resolver-se sobre os mandamentos dos respectivos empregados, observando que continhasse por mais tempo do que o absolutamente necessario uma suspensão que já sendo de mais de seis de um anno, havendo ordenado que pagar.

Negamos nada do que o governo do Brazil deseja ver a commissão reanunciar os seus trabalhos. A suspensão d'ella não tem origem na vontade do governo brasileiro, mas em um acto de S. M. Britannica.

Não pretendo porém que esta interrupção se prolongue tanto, e o governo brasileiro não julga necessario propor medida alguma para interromper tambem as despezas feitas de uma commissão ociosa.

Tendo porém o elleas assignado toda cabal resposta ás notas d'elles do Sr. Christie em relação ao assumpto principal, á que se refere tambem a nota do Sr. Baillie de 12 de Agosto do anno pasado, julga fazer presente ao Sr. Baillie, como meio de evitar as despezas inúteis que está fazendo a commissão, o seguinte:

1.^o Que de todos os papéis apresentados á commissão se faça um inventario em duplicata assignado e sellado pelos commissarios ou secretarios, para ser um dos exemplares guardado na legação britânica e outro nesta secretaria de estado;

2.^o Que todos os papéis, devidamente assignados, sellados e sellados pelos mesmos funcionarios, sejam entregues para serem guardados nesta ultima repartição, sob a responsabilidade do competente empregado, que dará recibos em duplicata para os devidos já apontados;

3.^o Que seja declarado aos commissarios, secretarios, escriptuario e porteiro que seus serviços são dispensados em quanto os dois governos não chegarem a um accordo que permita a continuação dos trabalhos interrompidos.

Apresentando esta expontente ao Sr. Baillie, espera o elleas assignado que, ao caso de estar satisfeita, e adaptada, e no caso contrario o transmittirá ao cande Russell, certo de que em ambos os hypotheseas será ouvido qualquer melhor arbitrio que apresentar o Sr. Baillie, e que o elleas assignado com prazer renova as seguranças de sua distincta consideração.

Do Sr. Evam M. Baillie,

H. A. DE MACIELLES TEIXEIRA.

49.

Nota da legação britânica ao governo imperial.

Petrópolis, 3 de Fevereiro de 1863.

Sr. ministro, — Tenho a honra de accusar a recepção das vossas de V. Ex. relativas à continuação desta, emenda do concordato de com a concessão de 2 de Junho de 1858.

Não dei de transmitir ao conde Russell aquelles dois documentos.

Não tendo recebido essas instruções depois que tive a honra de dirigir-me a V. Ex. em 12 de Agosto, parece-me conveniente fazer quaesquer observações sobre os motivos que impedem o governo imperial de concordar com a opinião da governo da S. M. Britânica quanto à duração da commissão de 1858, e a sua proposta para a celebração de uma nova concessão, como se vê da segunda nota de V. Ex.; tanto mais que Mr. Christie, que se espera brevemente, está inteiramente instruído dos verdadeiros do governo do Sua Magestade a respeito de todos os pontos relativos a este assunto.

Em resposta à primeira nota de V. Ex., que lembra a conveniência de serem sellados todos os papéis apresentados à commissão e entregues á sua secretaria de estado, tenho a honra de declarar que me não acho habilitado a succeder a esta proposta sem instruções do governo da S. M. Britânica.

Quanto ao serem sellados os empregados da commissão de que os seus serviços são no presente dispensados, peço permissão para observar que já nesse sentido se procedeu a respeito dos empregados britânicos, tendo estado os seus salarios desde o dia 10 do Maio de 1861, por considerar o governo da S. M. Britânica a commissão como tendo expirado aquella data.

Aproveito-me desta oportunidade para renovar a V. Ex. a expressão da minha mais alta consideração.

A S. Ex. o Sr. D. A. de Magalhães Taques, ministro dos negocios estrangeiros.

EDM. M. BARNES.

50.

Nota de legação britânica ao governo imperial.

Petropolis, em 11 de Abril de 1862.

Sr. ministro. — Quando V. Ex. me disse ha dias que estava em duvida sobre as intenções do governo de Sua Magestade, relativamente á commissão de reclamações, e ao que deveria fazer-se acerca da suspensão dos pagamentos aos funcionários brasileiros, apresentei-me a declarar muito positivamente, por um recorde de que o Sr. Bailie havia informado a V. Ex., ha alguns meses, que o governo de Sua Magestade considerava a commissão como tendo terminado, e depois que o governo de Sua Magestade havia suspendido os pagamentos de ordenado aos empregados da commissão desde 10 de Março de anno pasado. V. Ex., porém, mais positivamente negou a minha asserção. Acha porém que é elle perfeitamente correcta.

O Sr. Bailie, em uma nota datada de 12 de Agosto de 1861, escripta por ordem do conde Russell, informou a V. Ex. de que o governo de Sua Magestade considerava a commissão como tendo cessado de existir em 10 de Março de 1861, e propoz a nomeação de uma nova commissão.

Em 3 de Fevereiro, o Sr. Bailie informou a V. Ex. de que o governo de Sua Magestade tinha suspendido os pagamentos aos empregados da commissão desde 10 de Março de anno pasado.

Se, portanto, algumas dvidas ainda continue a existir na mente de V. Ex., quanto ás disposições do governo de Sua Magestade acerca da commissão, deve sustentar que o governo e a legação de Sua Magestade não são por nenhuma alguma responsavel por semelhantes dvidas.

Aproveito-me desta opportuidade para renovar a V. Ex. a segurança de minha mais alta consideração.

A S. Ex. o Sr. B. A. de M. Teques, etc.

W. D. CAMBIA.

51.

Nota do governo imperial á legação britânica.

Ministerio das negociações estrangeiras. — Rio de Janeiro, em 21 de Abril de 1862.

Depois da ultima conferencia que tive com o Sr. William Douglas Christie, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da S. M. Britannica, e ao qual, entre outros assumptos, tratei da despesa que fizes o governo imperial com a commissão mista brasileira e inglesa, verifiquei e declarei, contida em a nota do Sr. Bailie de 3 de Fevereiro do corrente

anno, que o Sr. Christie menciona na sua nota do 11 deste mez, cujo recolhimento era ténho a altura do octobre, do que desde 16 de Março do anno passado havião comido as vantagens das empregadas inglezas da commercial, visto que o governo britannico considerava essa data extincta a mesma commercial.

Agradeço ao Sr. Christie a sua attenção em confirmar pela nota, a que responde, a declaração que fizera o Sr. Baillie na ultima parte da de 3 de Fevereiro, deo observar ao Sr. ministro que a sua dita nota não removeu o embargo em que me achava, como verbalmente lhe communiquei, nem deu-me a solução que a dita nota de Sr. Baillie de 3 de Fevereiro deixou-me esperar em resposta á que lhe dirigi em 21 de Janeiro ultimo, e na qual propoz:

1.^a Que de todos os papéis apresentados á commercial se fizesse um inventario em duplicata assignado e sellado pelos commissarios ou secretarios, para ser um das exemplares guardado na legação britannica e outro nesta secretaria de estado;

2.^a Que todos os papéis, devidos tanto a mercaderias, factos das e sellados pelos mesmos funcionarios sejam entregues para serem guardados nesta ultima repartição sob a responsabilidade do competente empregado, que darí recibos em duplicata, para os destinos já apontados;

3.^a Que seja declarado aos commissarios, secretarios, auxiliaes e porteiros, que seus serviços são dispensados enquanto se dize governos não chegar a um accordo, que permita a continuação dos trabalhos interrompidos;

Se já a dita nota de 3 de Fevereiro declarou-me o Sr. Baillie que, sem instruções do seu governo, não se julgava autorizado a responder a esta proposta

Em tais circumstancias, interessando a ambos os governos os papéis a cargo da commercial, entendo o governo imperial que, sem o accordo do S. M. Britannico, não devia manda-las retirar de uso em que funcionava a commercial, para assim poupar a despesa que se faz com as empregadas sob cuja guarda se achão esses papéis, e com a dita casa.

E' precisamente isto o ponto sobre que o governo imperial desajava sobre os o Sr. ministro do S. M. Britannico concordasse no que propoz ao Sr. Baillie na ultima nota de 21 de Janeiro.

Não deixarei entretanto de declarar ainda expressamente ao Sr. Christie que o governo do S. M. o Imperador entende que, dado mesmo semelhante accordo, de nenhuma realde prejudicaria elle o direito incontestavel que existe no Brasil, em virtude da convenção de 2 de Junho de 1858, como sustentei, o tanto a correição de que decessaram no mesmo anno, também de 21 de Janeiro do corrente anno, só a. 1. em que discuti a questão.

Disposto a poupar uma despesa realmente inutil, como a que se fez com a commercial, o governo imperial reserva-se sem duvida todos os direitos, que lhe foram conferidos por um ajuste expresso e saluzo, que só deixa de ter effeito por razões intemas e absolutamente estranhas á sua vontade.

Entretanto, em vista das considerações expozidas pelo Sr. Christie na sua nota, á que respondo, devesse cessar a despesa que faz o governo imperial com a commercial mitta, porvia o Sr. ministro de que passe a expedir as ordens necessarias para que os papéis, subscritos á referida commercial, sejam todos relacionados, e recolhidos á secretaria de estado dos negocios estrangeiros; dando-se começo a este trabalho no dia 16 do corrente mez.

Se o Sr. Christie julgar conveniente que se trabalhe a que me posso concorrer expre-

gulas britannicas, e nesse sentido expozir os seus ardores, espere que tenha a bondade de attender-me, uma de que seja as empregadas britannicas provenientes de que se de certo entender com as do S. M. Britannica.

Aproveito com prazer o occaso para reitornar ao Sr. Christo os protestos de minha alta consideração.

Ao Sr. William Douglas Christie,

Superintendente das Negociações Tropicais.

N. 52.

Nota do Legação imperial ao Londres ao governo imperial.

Legação imperial do Brasil. — Londres, 20 de Novembro de 1861

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario do S. M. o Imperador do Brasil, tem a honra de transmitir ao muito honrado conde Russell, principal secretario de estado do S. M. a Rainha da Grã-Bretanha e Irlanda para os negocios estrangeiros, o memorando desta mesma data, a respeito do objecto da nota de 11 de Setembro de 1860, dirigida ao governo imperial ao Rio de Janeiro pelo Sr. W. D. Christie, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario do S. M. Britannico aquella corte.

Transmittindo este memorando, desampenho o abaixo assignado a promessa que fizera ao muito honrado conde Russell no conferencia que teve com S. Ex. no dia 18 de Outubro proximo passado.

O abaixo assignado aproveita a oportunidade para reitornar ao muito honrado conde Russell os protestos de sua mais alta consideração.

A S. Ex. o muito honrado conde Russell,

CARVALHO MACHADO.

Memorandum.

Legação imperial do Brasil. — Londres, 20 de Novembro de 1861.

A commissão mista creada em virtude da convenção celebrada em 2 de Junho de 1858 para o ajuste das reclamações pendentes entre o Brasil e a Grã-Bretanha foi installada no Rio de Janeiro em 10 de Março de 1859; e fôrto-lhe apresentadas pelos respectivos governos cinquenta e seis reclamações britannicas e cento e oito brasileiras.

Estas ultimas entre todas oriundas do trafico de escravos. Das reclamações apresentadas fôrto pelas comissões decididas asseu, a saber: duas britannicas, e quatro brasileiras.

Não por dissensão a comissão procedendo regularmente ao desempacho de uma fracção, quando tiveria os seus trabalhos de ser interrompidos em consequencia do um despacho do S. M. Britannica expedido ao seu commissario, ordenando-lhe que se abastivesse de tratar de reclamações provenientes de captura ou detenção de navios brasileiros empregados no trafico de escravos, até a recebimento de ultteriores instruções.

Explicando então Mr. Christie, ministro do S. M. Britannica ao objeto da Hia de Janeiro, os motivos dessa interrupção, informou ao governo imperial, em nota do 23 de Março de 1860 — a que o governo do S. M. a Bahia havia consultado os seus conselheiros do estylo e em materias de lei, sobre quantos connexos com reclamações brasileiras resultantes de a detenção e captura de navios raspectos do trafico illicito de escravos; e que mas ordens e os commissarios ingles não era uma absoluta prohibição de tratar de tais reclamações, e mas simplesmente uma recommendação para abster-se por pouco tempo de tratar dellas e até que chegassem certas instruções que se estava preparando. e

Aguardava o governo imperial a relação prometida desta incidencia, quando recebeu daquella ministro a nota do 11 de Setembro de anno pasado, na qual declarava por ordem do seu governo que as reclamações brasileiras, quer contra as sentenças das commissões mistas instituidas em virtude da convenção do 23 de Novembro de 1825 e anteriores tratados; quer contra as decisões proferidas pelas vice-almirantadas britannicas em execução do voto do parlamento, geralmente denominado a Bill Aberdeen e esta consideradas pelo governo do S. M. Britannica não como pendentes, mas como definitivamente decididas; pelo que não erantão comprehendidas no alcance da convenção do 2 de Junho de 1828, e não podia por conseguinte o governo do S. M. Britannica de modo algum consentir que tais reclamações fossem submettidas á decisão da commissão mista.

Não é necessario descrever a surpresa que elle gerou a inesperada interpretação do governo britannico devida ao seu governo imperial, nem o pesar com que teve elle de referir ao corpo legislativo da Imperia um successo tão importante nas relações internacionaes egito as duas partes. E' d'isso testemunho o discurso do S. Ex. o Sr. Taqum, ministro dos negocios estrangeiros, na sessão do 3 de Agosto ultimo, por occasio do debate provocado na camera dos deputados por Hia extraordinaria occorrença. Um estudo desta nota prolonga e cabaloso, como sempre por consideração para com o governo britannico, não tem podido reconciliar o governo imperial com o conteúdo desse documento; e é com pesar que se acha em antagonismo com o governo britannico na interpretação de uma convenção sob tão boas raspectos negociada. Não he resta porém outra alternativa se não a de contestar os argumentos, e discordar na execução da nota de 11 de Setembro de 1860.

Segundo a nota de 11 de Setembro de 1860, duas são as fontes donde tira o governo britannico argumentos para excluir as reclamações brasileiras da jurisdicção da commissão mista, e saber: 1.ª, a natureza ou caracter d'essas reclamações; e tanto de propria como egito para esse effeito interpretado.

Em referendo aos motivos adducidos nesta primeira serie de allegações, diz a nota de 11 de Setembro de 1860 o seguinte:

e A duas classes pertencem as reclamações em questão: 1.ª, reclamações provenientes e de detensões ou capturas julgadas pelas commissões mistas de Serra Leoa e de Hia e de Janeiro que fundam-se no 1815 em virtude dos tratados entre a Golia-Britannica e o Brasil para suppressão do trafico de escravos, especialmente o de 23 de Novembro e de 1828; 2.ª, reclamações provenientes das acas dos cruzeiros legacos e das decisões

« dos tribunaes dos vice-almirantados depois que passou o acto do parlamento 8º e 9º
 « Viet cap. 122, successivamente authorisado pelo H. B. Alcocken. »

« Quanto as reclamações da primeira destas duas classes largamente se tem discutido
 « por varias vezes entre o governo do Sua Magestade, o do Brasil a questão do caracter
 « definitivo das decisões das comissões mixtas; o o governo do Sua Magestade, appellando
 « especialmente para « confirmação da convenção de 18 de Julho de 1817, subseqüen-
 « temente adoptada pelo Brasil, responde ás observações do governo brasileiro susten-
 « tando consistentemente que as decisões dessas comissões devão considerarem-se firmes
 « e terminantes em todos os pontos que lhes fossem submettidas, visto que se havia
 « expressamente estipulado que tais decisões seriam sem appellação. »

« Quando nos annos de 1812 e 1813 o governo brasileiro insistiu para que fosse esse
 « principio admittido ao arbitrio de uma terceira potencia, o governo do Sua Magestade
 « replicou: — que como a questão que o governo brasileiro propunha submetter a uma
 « terceira potencia ora se elle devia ou não cumprir as condições estabelecidas com a Grão-
 « Bretanha pelas estipulações de um tratado, não pôde o governo do Sua Magestade
 « annuir a semelhante proposta. » (O visconde Palmerston ao Cavalheiro Martin em 13
 « de Maio de 1831.)

« Pelo que respecta ás reclamações da 2ª classe, as providencias das actas posteriores
 « á lei 8 e 9 Viet. cap. 122, posto que o governo brasileiro se tenha contentado a far-
 « cessamente quebrao das medidas adoptadas de conformidade com aquella lei pelo governo
 « do Sua Magestade, tem esta por sua parte sustentado sempre que essas medidas são
 « plenamente justificadas pelo notorio facto de continuar o trafico de escravos no Brasil,
 « e a pelo recuso do governo brasileiro, quando para elle se appella, de executar as obri-
 « gações do tratado de 1826.

« Classe especialmente a attenção do V. E. para a nota que o visconde Palmerston
 « dirigio ao Sr. Lisboa a 18 de Setembro de 1848; na qual dizia — que o governo do
 « Sua Magestade não pôde por nenhuma acto proprio ou por qualquer mudança na politica
 « da Grão-Bretanha dar remédio aos males, á que o Sr. Lisboa se referia, como resultantes
 « da execução dessa lei; e igualmente para a nota do mesmo visconde Palmerston de
 « 28 de Abril de 1858 ao Sr. Amiral na qual S. Ex. dizia: — O governo do Sua Ma-
 « gestade não pôde admitir que o governo do Brasil tenha motivo algum justo em que
 « funde quaisquer observações contra os actos do governo do S. M. Britannica praticados
 « de conformidade com aquella lei. »

« Portanto, na época em que celebrou-se a convenção de Junho de 1858 para o ajuste
 « das reclamações pendentes, sobia perfeitamente a governo brasileiro que todas as
 « reclamações das duas classes de que se trata são consideradas pelo governo do Sua Ma-
 « gestade não como pendentes mas como definitivamente decididas. »

As reclamações brasileiras que serão submettidas á commissão mixta em virtude da
 convenção de 1858, pertencem todas, na realidade, ás duas classes, em que se divide a
 nota de 11 de Setembro. Mas para aprouper devidamente os factos desta questão é neces-
 sario ainda subdividi-las em reclamações provenientes da captura ou detenção de navios
 brasileiros que não tendo julgados pelas comissões mixtas, nem pelos vice-almirantados
 ingleses, mas retidos em districtos ao bel-prazer dos cruzeiros britannicos, sem serem
 julghados antes navios sujeitos a processo algum daquelles tribunaes; e em reclamações pro-

verdades da capturas, cujo julgamento ou resultado nem mesmo consta qual tivesse sido.

O governo imperial usou do direito inherente a todos os governos de proteger os seus súbditos contra as decisões manifestamente injustas do tribunal da presa ou outros semelhantes, nunca abandonou os limites esse direito, por serem ou se chamarem nítidas as tribunaes de tal partido suas decisões. A qualificação ou denominação do tribunal não pôde constar ou destruir esse direito desde que a injustiça por elle commetida se illastre e se lance em demonstração.

Ninguém jamais contestou a governo algum este direito, e como consequência d'elle o do poder nos casos dados injustas decisões, a verificação ou não-exatto da questão entre governo e governo além do ser reparada a injustiça que soffreria os súbditos do governo reclamante.

Da scriptura do direito das guias sustentando todas esta doutrina referem em lições dadas a outros diversos governos, não exceptando o da Inglaterra, varios exemplos de tais veridões, e consequentes indemnizações, não faltou tambem exemplos de indemnizações della obtidas em consequencia da mesma sãto-julgados bons pelo seu proprio abastecido. Seria superfluo commençar aqui as decisões revogadas e as indemnizações concedidas em consequencia da amizade 1785 entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos.

Essa mesma convenção com Portugal de 23 de Julho de 1817, incorporada na convenção com o Brasil de 23 de Novembro de 1828, dão de ampla testemunho, no artigo 11, pela esculda indemnização de L. 300,000 que o governo britannico se obrigou a pagar em favor das navios portugueses illegalmente apreendidos por cruzadores ingleses.

Toda essas reclamações, a que allude a art. 11 de Setembro de 1890, tiha de ser fundamentada a injustiça das decisões ou a violação dos tratados, das instruções aos cruzadores, e das regulamentos das comissões mistas contractados nesses tratados.

Assim essas capturas, detegções e decisões de que se queixam o Brasil como violadas por toda a sorte de irregularidade e violencias; como lancha capturas feitas ao saiz do espedor onde não tinha sido tratado o direito de visita, a feita viada no tempo em que era lito o trafico, capturas e julgamentos de muitos navios a protesto de um chamado «equipamento» para o trafico; principio inteiramente desconhecido nas convenções incorporadas na de 23 de Novembro de 1828, e contra o qual nunca deixou de protestar o governo do Brasil. Em somma os cruzadores e as comissões rivalisáo em dar prova de sua sãto pelo numero do navios que capturaram e condemnaram, como o allude as voluminosas *Blue Books* sobre o *Slave Trade*.

A todas as reclamações e argumentos do governo do Brasil em apoio delias é certo que apparece o governo britannico que as decisões das comissões mistas contra que se reclamava não tem appellação, segundo a art. 8 da convenção de 23 de Julho de 1817, e portanto devio considerarse firmes e terminantes.

Mas é igualmente certo que o governo do Brasil nunca acquiesceu, nem intelligencia da convenção, antes indistincto sempre em que a appellação de que fallava aquelle artigo, e que elle vedava, era o recurso ordinario interposto pelo partes apreendidos ou reclamantes da decisão desse tribunal para elle mesma, ou para outro. Recurso de recurso ordinario, governo algum jamais empregou, e sobretudo appellando de um juiz constituido por elle proprio, como seria no caso das comissões mistas. Negando perita as duas grevistas esse recurso aos capturas e capturas não podio ter em vista reconhecer ao direito de exigir recti-

prontamente reparação de prejuizos illegalmente infligidos aos seus subditos. O contrario disto, além do não ter precedentes em sete internacional conhecida, não poderia ter validade por ser oposto á independencia e soberania dos dois governos.

O art. 8.^o da convenção diz que as commissões mistas julgarão com appellação, é verdade; mas acrescentava: e a conformo ao regulamento e instrucções annexas á presente a convenção e que serão consideradas como parte integrante della.»

A mesma convenção se autorizava a detenção de navio e cujo bordo se submissa a buscas, ou tirarem estada nessa viagem. E o art. 13 do regulamento para as commissões mistas annexo á subredito convenção dizia: «no caso que algum navio seja detido indevidamente com o pretexto das equipulações da convenção adicional da data da heja, e sem a que o captor se acha autorizado nem pelo teor da subrejoita convenção, nem pelas instrucções d ella annexas, o governo ao qual pertencer o navio detido terá a direito de pedir reparação, e em tal caso o governo a que pertencer o captor se obriga a mandar proeclamar officialemente a um estado de motivo de queisa, e a fazer com que o captor receda, e no caso de o ter recusado, um castigo proporcional á infracção em que houver caído.»

Nas poucas cases da capturas julgados illegaes nunca se observou a equipulação final da art. 13.^o do regulamento da commissão.

As instrucções aos trahalares annexas á convenção foram praticamente substituidas por outras fundadas nas vagas indicações de a equipamentos e que cada um dellea interpretava como bem lhe parecia; e dahi as multiplicas violencias constantemente feitas aos navios brasileiros.

Nesta prohibida heja, autoril e irritante, precedida dastas illegalidad e, sustentada os dois governos opinões differentes, o unico modo admitido pelo direito das gentes para pôr termo á differença em a arbitramento de uma terceira potencia; e foi com a proposta do governo imperial em nota de cavalleiro Mattos ao visconde Palmerston, de 3 de Maio de 1833 que com effeito teve a imperialem resposta transcripta em nota de 11 de Setembro de 1834.

Nas contra a decisão contida nessa nota do visconde Palmerston, assim como contra as suas consequencias não se a respeito dos navios reclamados, como daquelles que ainda não a haviam sido, protestou formalmente o cavalleiro Mattos, por ordem do governo imperial, em nota de 30 de Novembro de 1833; protesto cujo reconhecimento foi accusado em nota do visconde Palmerston de 13 de Dezembro da mesma anno.

Depois desse protesto formal nunca o governo imperial perdeu a oportunidade de manifestar a sua perseverança nesses reclamações. São dizeo prova os diversos relatorios do ministerio dos negocios estrangeiros apresentados annualmente ao corpo legislativo do Brasil, e a nota do governo imperial ao ministro britannico no Rio de Janeiro, em 14 de Outubro de 1843, na qual solicitando-se-lhe que intercessão para com o seu governo além do que se attendesse ás antigas reclamações dos subditos brasileiros contra as tentativas da commissão mista de Serra-Leão, se concluia assim: «a escripta do rigoroso dever do alto-rei exigido pagar pelos interesses dos subditos brasileiros, que vivem baseados em justiça, nunca abandonará elle esta negocio, até que obtenha a reparação e que indubitavelmente se prestará a illustreado governo da S. M. Britannica.»

Desta nota deu o ministro britannico conhecimento ao seu governo em officio de 23 de Dezembro de sua anno.

Seria mal longo enumerar aqui todos os actos da parte do governo imperial que probo a sua persistencia em nunca admitir a qualificação de a fines e terminantes a que o governo britannico dava as decisões das comissões mistas do Serra-Leão e Rio de Janeiro. Enumerarei apenas todos os actos da Foreign office.

Davia já começado a reger-se de colobra o *ltd Aberdeen* sob as regras das comissões mistas, e ainda em referencia a essas mesmas ou analogas anteriores decisões, qualificação de a fines e terminantes dada 1833, dizia o governo imperial, no relatório dos negócios estrangeiros apresentado á assembleia geral legislativa em 1846, o seguinte:

« E' doloroso dizer-vos que umas reclamações pendentes do governo britannico ainda e não tiveram a devida satisfação. Ditas reclamações foram procedentes do premo condemnando e sem terem os seus a bordo, nem se provar a sua existência durante a viagem em que e foram dadas, unicas hypothasas sobre que podem versar os julgamentos das comissões mistas, quando não de ser proferidas sobre a legalidade ou illegalidade da captura; outras das que foram julgadas por tribunales puramente britannicos, que pelas e massas contrapções são incompetentes para tomar dellea conhecimento; algumas das e consequências de medidas proferidas nas duas comissões mistas sobre a illegalidade e a impropriedade da detenção de certos barcos por cruzadores da S. M. Britannica; ou de a violação de prems illegalmente feitas em portos da jurisdicção do Imperio; ou de a violação de leis por indivíduos pertencentes á marinha inglesa; ou, finalmente, e de subtrações praticadas de sommas e generos do bordo de navios visitados, e depois e relaxados por não se acharem comprometidos ao commercio illicito de escravos. »

Se assim procedea o governo imperial reclamando sempre contra os actos das comissões mistas e cruzadores ingleses, actos praticados em manifesta violação dos tratados, nos e protesta dellea, vejamos qual foi o procedimento do mesmo governo imperial em referencia ao que os cruzadores ingleses e vice-almirantados de Santa Helena praticaram á sombra do *ltd Aberdeen* (8 e 9 Vict, cap. 133).

Ainda se discute no parlamento este *ltd* quando o ministro do Brasil em Londres, o cavalheiro Marquez Lisboa dirige ao conde de Aberdeen, um protesto contra a preparação desse acto, como se vê de sua carta de 25 de Julho de 1845.

Além, alludindo ainda ás comissões mistas, cujo satisfação fica preservada d'esse *ltd*, diz o ministro do Brasil:

« A' luz dos documentos officiaes que o governo britannico ha publicado annualmente e (*State Trade Papers*) é facil rectificar-se que em lugar da escrupulosa observancia das e instrucções convençionadas entre as duas cortas, o que se elles de commum accordo e podendo legalmente alterar, ampliar ou restringir, os funcionarios ingleses estabeleci-dos no Rio de Janeiro e no Serra-Leão procedido em conformidade de ordens particulaes expedidos pela repartição dos negocios estrangeiros, não obstante com violação das e regras das estipulações que sobre o thema assignado de recordar, mas tambem contra as e representações combinadas do governo imperial á legação da S. M. Britannica, e de a thema assignado a lord Aberdeen. »

E sobre o thema do *ltd* proposto procepia o cavalheiro Marquez Lisboa nos seguintes termos:

« Para manter e preservar os direitos do Imperador seu Augusto-soberano, e os interesses dos e subditos da S. M. L., cumpre o thema assignado o seu rigoroso dever, protestando pela e firmes mais solenne, contra a violação do tratado, contra a clausula de qualquer lei ou e transgressão que contradicçamente um brasileiro (quanto á sua vida e honra) a pensar que se

« competisse de leis de seu país infringir, atacando, mesmo violenta por esse facto, a peace e guisa da carta imperial do Brasil, assim como a sua independência e soberania. »

Deste protesto tomamos conhecimento o conde de Aberdeen em nota de 6 de Agosto de 1845.

Apenas foi recebido esse *bill* em 8 de Agosto desse anno, o ministro de estado dos negocios estrangeiros, o Sr. Visconde de Alencar, hoje visconde de Alencar, dirigiu ao ministro inglês no Rio de Janeiro (o Sr. Hamilton Hamilton) a nota de 23 de Outubro de 1845, que será sempre accusavel nos archivos diplomaticos, protestando contra esse acto do parlamento inglês nos seguintes termos seguintes:

« Portanto, o objecto assignado, em nome e por ordem de S. M. o Imperador, em nome e gesto soberano, protesta contra o referido acto como evidentemente abusivo, injuncto a e attentatorio dos direitos da soberania e independência da nação brasileira, não reconhecendo nenhuma das suas consequências sobre os officios da força e da violencia, e a reclamação desde já por todos os prejuizos, perdas e dannos que se seguiram ao commercio lícito de subditos brasileiros, a quem as leis protegem, e S. M. o Imperador deve a constante e efficaç proteçáo. »

A legação britânica no Rio de Janeiro em nota de 3 de Novembro de 1845 accusou a recobinação deste protesto. Por intermedio da legação brasileira em Londres foi o mesmo protesto igualmente reenviado ao conde de Aberdeen em nota de 27 de Dezembro de 1845; e foi accusada a sua recobinação pela mesma senda de Aberdeen em nota a legação do Brasil de 7 de Janeiro de 1846.

A série dos actos officiaes e documentos subsequentes, com que o governo do Brasil continuou sempre a negar a validade desse *bill* sobre as navios e propriedade brasileira, desde aquelle seu protesto formal até hoje, e inclusive. Achão-se a cada passo nos files do Brasil as lida das violencias commettidas pelos cruzadores ingleses, e dos estragos causados á propriedade brasileira que elles trataram como loas. pílulas, enquanto durou o protesto dessa guerra da navegação feita á uma regra antiga em nome de commoções, com parcialidade interpretada, e por ordem de um parlamento estrangeiro!

Assim, para não accusar elações, haverá lembrar o que, ainda depois dessa mesma convenção de 2 de Junho de 1858, teve a honra de dizer a este respeito ao governo inglês o actual ministro do Brasil em Londres.

« Em consequência disso as reclamações entre os dois governos, desde 1845 até hoje e não têm sido cessadas, e pelo contrario sempre têm sido desfavoráveis aos interesses dos dois países. Sob o regimen deste estano procedido as crueldades internacionais e capturas, e as tribunaes de vice-almirante, a condemnar navios brasileiros. Estes navios ou são levados para serem julgados pelo vice-almirante britânico de Santa Helena (principalmente) ou declarados invencíveis pelos captores, metidos a pique, servindo de coiza e de delicto no processo uma triba do navio capturado. Os proprietarios ou partes interessadas não findão meio de defesa ou de escapar a condemnções injustas. Dos processos e irregularidades e sentenças injustas da vice-almirante de Santa Helena, muitas provas se achão relatadas no senado do comitê judicial do conselho privado dado por Mr. Pemberton Leigh em 3 de Fevereiro de 1858, sobre a appellação do *Blackwood* contra a triba, o navio *Neapart*, e em numerosos casos de condemnção de navios brasileiros por aquelle o tribunal inferior, muito menos justificação havia para serem condemnados do que nas e pretendidas tribas com tanta indignação declaradas não procedentes naquella appellação

e pelo superior tribunal appella-la de «carta britânica para os vassallos do almirante». Uma e oiga da sentença do tribunal ao dito caso se encontra esta *Memoirandum*, com a illustração e da exposto do justiça a que fôrdo sujeitos os interesses brasileiros nos tribunaes ingleses e do vice-almirante sob as disposições do acto de 1845. »

E mais adiante o mesmo ministro do Brasil commença ao carta do Melbourne o seguinte :

« O tempo não tem reconciliado o Brasil com o acto de 1845; ainda continúa irritante e como um insulto, o bojo, de mais a mais, é tido como uma injustiça. É insulto, porque a fere a soberania e a independencia da Imperia; é injustiça porque, o governo brasileiro e affectado para com a Inglaterra e para com o Brasil, aquillo que nem as disposições dos tratados de 1815 e 1817, nem o acto de 1845, poderão ultimar; por que trata o Brasil como a nação tributaria de escravatura, agora que elle tornou-se pelo antagonismo de esse trafico, e e porque o governo inglez apresenta a outros governos a legislação do mesmo Brasil como a um modelo digno de ser por elles adoptada. » (*Memoirandum* do ministro do Brasil a Lord Melbourne em 3 de Junho de 1858).

Nem os effeitos desta persistencia por parte do Brasil em considerar pedestre as suas reclamações contra a Inglaterra fôrdo, ao ponto de ser já então, invalidados em virtude de duas respostas que o visconde Palmerston dirigi ao cavalleiro Marquês Lisco a 18 de Setembro de 1848, e ao commendador Anselm em 30 de Abril de 1850, citadas na nota de 11 de Setembro de 1860.

Essas declarações do visconde Palmerston não são apenas juridicas, e supremas, sem appellação, e fôrdo da critica: são apenas um exemplo das reconciliações nemas do effusar contra o offendido, e da indifferença da fôrdo em ouvir a palavra «reparação». Se outro é porém o objecto que se quer dar a essas declarações, sempre tambem aqui reproduzir as respostas que tiveo: pois essas respostas têm equivalente tal, tanto em direito como em seus effeitos.

Ao que disse o visconde de Palmerston nessa nota de 18 de Setembro de 1848, respondeu o ministro do Brasil:

« Eu, surprehendo das ordens do seu governo o abito assignado lere de pedir reparação e dos serios agraves que elle me fizeram: e abedecia as mesmas ordens protestando formalmente, como protesto pelo presente, contra a denegação de justiça que Lord Palmerston e acolta de notificar ao abito assignado na nota a que elle tem a honra de responder. » (*Nota* do cavalleiro Marquês Lisco ao visconde Palmerston, em 3 de Outubro de 1848.)

E quanto á declaração de 30 de Abril de 1850 igualmente citada na nota de 11 de Setembro de 1860 respondeu-se o seguinte:

« O abito assignado julga insulto contra de nora ao esmo das proclamações, e contra e que reclama. Está persuadido de haver sobre ellas dita hesitação, para proceer que não e ha consideração que se possa justificar, e unicamente não ré nos observações de Lord Palmerston uma si, que possa dar-lhe a certeza da lapididade, que lhera falta, sem attenção as circumstancias aggravantes que os acompanha. Não é esse effeito nas principios e sagradas da directa das grates, nem nos termos do tratado de 1815 que se achava e e deculpa; e em lugar de justificar-las, fu-se ainda mais nocivo e um injustiça, quando, e no ausencia de toda o fundamento legal, pretende-se-lhe dar por conta uma violação de e compromittos, cuja impiedade é mais uma offensa, que se ajunta áquella que se recusa e repeter. »

e o futuro assigna da feitura o seu dever a sua consciência, ou, guardando silencio á vista de um soldado no campo, pede-se dar lugar a supplex que tinha o seu nas fundo e mente; elle a deduz instantaneamente para lá, e contra elle protesta com toda a energia. O governo imperia, tem sido sempre o pólo para que os seus constitutos, e não se poderia sem prejuizo torná-lo responsável das distacilhas que se oppo de suas intencões e os seus esforços, o que, a talha assignado se vê na necessidade de a dizer, de-seu também a sua e obriga os seus os indirectos, que a industria inglesa lançou no tráfego do negro, e

a Declaração de d. João contra esse crime offensa impetição, não resta ao alargo ao rigido soulo protestar, como a faz pela presente, contra as violencias commettidas e contra os crimes brasileiros e suas propriedades, e contra a que se a dignidade da nacional e imperial «Nota do comendador Aguiar ao visconde Palmareira de 13 de Maio de 1839.»

Da leitura destes contestações entre ambos os governos se vê com toda a evidencia que não forão, contemporaneas havel-se na nota de 11 de Setembro de 1839, mais observações do governo brasileiro sobre o caracter que o governo ingles em 1832 e 1833 quis dar de decidaes da comissãoes reunidas do Serra Leoa e Rio de Janeiro.

Nem se limitou o governo brasileiro a a queirer-se constante e formalmente, e como ali se diz, das medidas adoptadas para execução do Tratado de Amizade. Foi mais do que isso: houve e protestos solennes e repetidos e o que o governo do Brasil oppo sempre e constantemente ao exterior e notorias decidaes e dadas actas, donde tirando as suas conclusões.

O protesto é um meio geral para auctidade nas questões internacionais para realisar os direitos daquella que por outro modo se não pôde fazer valer. O effeito natural e legitimo desse recurso é ameaçar e aggrar com alerto pela recusa de satisfacção; ficando portanto em suspense, e continuando em litigio a feita e todas as suas consequências.

O protesto é pois a negação do reconhecimento, e portanto a nega em que foi celebrada a convenção do Tráfico de 1838 para o ajuste das reclamações portuguezas sobre o governo ingles, e aqui lies em feita ignora, que o governo do Brasil não se considerava, nem se podia considerar, como a definitivamente decidida: que o governo do Brasil acciada á proposta de uma convenção, devia necessariamente ter em vista a decidaes final dessas reclamações: o nem podia em Brasil supple que outro fosse esse acciido e decisaes do governo ingles, qualquer que pudesse ter sido a sua anterior opposição.

Tudo isso é por si mesmo, tão evidente que parecia bem longe de dar lugar a duvida; mas pois que á falta de evidência, sempre recorri ao testemunho das factas e circumstancias que precederão, acompanhadas, e as seguintes á convenção agora contravinda.

As relações entre os dois governos referio-se a esse estado actual de resentimento por uma longa serie de aggraves, que se a minutos de S. M. Britanica no Rio de Janeiro e Sr. Scarlett, dirigio ao governo imperial no 1.º de Abril de 1838 uma nota que com claridade annuciava as negociações preliminares de convenção, que se lhes seguiu, e o fim a que elle se preparava. Nessa nota disse o Sr. Scarlett que a tendo informado o seu governo da disposição em que estava o governo imperial, de entrar em um accordo com o de S. M. Britanica para regularem todos os mutuas reclamações que, existindo desde o muito tempo presentes entre ambos os países, tem ficado sem applicação desde a independencia do Brasil até hoje, havia recebido do conde do Clarendon, secretario de estado e das negociações estrangeiras, pelo ultimo paquete de Março, os plenos poderes que a rainha e graciosamente heure por bem confidenciaes, nomeando-o plenipotenciario para nego-

« dar um tratado a um o governo imperial do Brasil, além de pôr para sempre em termo a
« todos as ditas reclamações de parte a parte que tenha sobrevivido em poder sobrevir
« até a data da ratificação dessa convenção, »

Nessa mesma noite offereceu o Sr. Scarlett um projecto de tratado cuidadosamente redigido, disse elle, conforme ao modelo que lhe enviara o conde de Clermont, e a conselho que por esse projecto memorado os dois governos uma commissão no Rio de Janeiro para, no tempo e modo especificado, examinar as sobreviventes reclamações, além de se regular de uma maneira equitativa dentro de um certo prazo.

Immediatamente depois, no relatório da repartição dos negocios estrangeiros apresentado em 12 de Maio de 1858, o ministro do estado, o Sr. Visconde de Maranguape, a quem o Sr. Scarlett havia dirigido aquella nota, e mesmo que conduziu esta negociação, e referendou a ratificação da convenção de 2 de Junho desse anno, informou a assembléa geral legislativa do Imperio o seguinte :

« No relatório do anno passado e neste intercessor vos disse que o governo do S. M. Brit.
« tentava se mostrar disposto a uma politica mais propria a estreitar as relações antigas
« de dois bons países », e mais adiante sobre a rubrica — *Relações entre o Brasil e a Grã-Bretanha* — disse o seguinte :

« Os outros assumptos que temos pendentes com o governo do S. M. Britannico provêm
« de reclamações de diversos naturaes que têm sido apellidos pelo seu legação nesta corte,
« O governo imperial procura entender-se com a mesma legação sobre o modo de resolver
« definitivamente e equitativamente, por meio de um ajuste geral, aquellas reclamações, e as
« que tenha de fazer providenciar por parte de subditos brasileiros e providencias de
« aprehensões illegaes e violentas de navios brasileiros pelos cruzadores britannicos
« e contrabandos de repressão de trafico. Um perfeito accordo sobre todos estes assumptos
« estabelecerá aquella cordialidade, que nem sempre tem sido possível manter nas relações
« politicas entre os dois países. »

O plenipotenciario nomeado para tratar com o Sr. Scarlett no sentido de um nota de 1.^a de Abril foi o conselheiro Macedo, ex-ministro do Brasil em Londres, a qual estava perfeitamente ao alcance do estado e natureza dessas pendencias entre os dois governos.

Concluido definitivamente esse ajuste, e ratificado pelas duas altas partes contractantes, se abriu-se a sessão da assembléa geral legislativa no anno seguinte (1859) declarou S. M. o Imperador, na falla do throno, a mais salutar dos documentos do Estado, o seguinte :

« Celebrarei em 2 de Junho de 1858 uma convenção com S. M. a rainha da Grã-Bretanha
« tendo por fim regular a decisão de reclamações ha muito pendentes entre os dois
« governos. »

Logo depois o ministro do estado dos negocios estrangeiros no seu relatório apresentado ao senado em 14 de Maio desse mesmo anno, tratando especialmente desse assumpto, ex.
primou-se assim :

« Presidio ha muitos annos de decisão varias e importantes reclamações de subditos bra-
« sileiros contra o governo do S. M. Britannica, e existia algumas reclamações de subditos
« ingleses que o respectivo governo julgava fundadas e especias. Nestas circumstancias en-
« tendêrão ambos os governos que convinha instituir um exame minucioso sobre todas as
« reclamações pendentes, e commetter a esse decido a um jury arbitral que offerecesse ge-
« rantias de imparcialidade e acerto nas reclamações de ambas as nações. Tal é o objecto
« da convenção celebrada nesta corte em 12 de Junho do anno proximo passato. As recla-

a. todos os brasileiros e a todos os governos do S. M. Britannica procedem quasi todos do mesmo modo de todos os brasileiros por se pretenderem no tratado de commercio.»

E' sabido que todos estes documentos officiaes relativos a assumptos internacionaes de transmittidos, no menos ao facto que illustres, pela legação estrangeira e aos respectivos governos; e nenhuma é mais subleada em dar de lha prescripta a nãção o reconhecimento ao seu governo de que a legação britannica no Rio de Janeiro, como attestão os *Blue Books*, onde apparecem cada anno as causas criminaes seguidas de tudo quanto se passa no Brasil; quanto ao governo; quanto ao povo, e se diz nas mesmas a respeito do negro. E' pois ineluctável supplet que desta vez faltasse ao seu deute a legação britannica em assumpto de tão especial interesse para o seu governo, e para os reclamantes de sua nação. Não obstante do formal desnegio das reclamações brasileiras, não obstante a expressa declaração do governo do Brasil de que as suas reclamações erão quasi exclusivamente provenientes do trafico do commercio, o governo britannico accorreu a esta commissaria na fórma da convenção, e permitto que a commissaria se instalasse e occupasse os seus trabalhos.

Não resta aqui os factos, e circumstancias demonstrativas do objecto da convenção de 1838.

No relatório das negociaes estrangeiras apresentado ao camera legislativa no seguinte anno de 1840 foi expostissima a menor reserva tudo quanto occorrido desde a installação da commissaria mista (19 de Março de 1838) até o primeiro incidente da suspensão applicada pela nota de Mr. Christie de 23 de Março de 1840. Com esse relatório foi publicado um « Anexo » e se pende todos os trabalhos da commissaria; e duas exemplares desse importante expozição, remette Mr. Christie do ministerio de estrangeiros para da legação britannica de 29 de Junho de 1840).

Em ambos estes documentos se dá conta circunstanciada da discussão preliminar havida entre os commissarios das duas nações sobre diversos pontos da convenção, e finalmente sobre aquella de que se trata na nota de 11 de Setembro de 1838, discussão que terminou pelo ajuste accorrido entre ambos os commissarios de admitirem e julgarem as reclamações hecetas no rejazito das sentenças proferidas pelos illustres commissarios nãos de Serra Leoa e Rio de Janeiro, entendendo ambos os commissarios nomeados pela presente convenção ser lha um preceito claro e expresso do art. 1.^o da referida convenção. E com mesmo foi então suscitada pelo commissario britannico dvida alguma sobre a admissibilidade de reclamações provenientes das estrgas do Bell American.

O ministro britannico, o Sr. Scarlett, negociador da convenção, a que não deixaria de se valer pela sua execução, continuou a residir no Rio de Janeiro nos primeiros mezes da installação da commissaria mista; e foi sempre inteirado pelo commissario britannico das suas discussões e trabalhos, bem como da natureza das reclamações que de parte a parte haviam sido submettidas a mesma commissaria.

Do pouco que intervinha em pontos controversas entre os commissarios, como por exemplo, sobre a intelligencia do art. 4.^o da convenção a respeito dos juroes para as indenizações commerciaes, não ha entretanto impugnação alguma ao caracter das reclamações que desde logo foram formalmente submettidas á commissaria pelo governo do Brasil.

Se as reclamações que era se pretendo cadale não fossem as mesmas contempladas por toda esta negociação que elle propria condania; se não se fossem as lha e ao espirito da convenção por elle celebrada, certo que o Sr. Scarlett se teria desde logo repellido; e com o commissario britannico deixara de obduco-lha reclamando-as.

Nada disso podia sustentar. Nem o ministro que regulou a concessão, nem o seu successor, nem o conselheiro letrado, durante quasi um anno que durou a totalidade da commissão, se opposerão ao julgamento das reclamações britânicas pelo imputado defeito de sua origem, e d'entre estas feitas pelo comissário ajudadas indemnizações a terra, sendo a quarta condemnada, a saber: a senhora *Grinda*, barão *Carpirina*, a galera *Miserva*, e a barão *Príncipe de Guad*, todas estas curras apreendidas pelos cruzadores ingleses por suspeitas de trafico de escravos.

Toda esta sequencia de factos e circumstancias extrinsecas, coincidentes, e posteriores à negociação da convenção de 2 de Junho de 1858, estabelece uma prova irresistivel que o governo de S. M. Britanica sabia tão perfeitamente, como o governo de S. M. o Imperador do Brazil, de que naturaes erão as reclamações dos nobres brasileiros, que, sob o regimen da convenção proposta, tinham de ser definitivamente decididas pela commissão por ella creada.

Ambos os governos tinham, cada um por sua parte, conhecimento anticipado e prohibido de que todas estas reclamações provinham do trafico de escravos, ou tinham com esse relaçào; — que todas estas reclamações erão aquellas mesmas, que tinham de ser decididas entre os dois governos pela possibilidade divergencia tanto vezes alludida, com detrimento das boas relações entre os dois paizes; — que erão finalmente as mesmas que o conde de Clarendon tinha dito em certa occasião definitivamente decididas, quando escreveu a Mr. Scarlett plenas poderes para negociar ao governo imperial um tratado a fim de pôr para sempre um termo a todas estas reclamações de parte a parte, que tiveram sobrevindo ao poderem sobrevir até a data da ratificação da convenção, »

E assim pedio ser estas, ou de diversa natureza, as reclamações contempladas na negociação que terminou com a convenção de 2 de Junho de 1858; e isto pela simples razão de que erão as unicas que contra o governo britanico existião por parte do Brazil; e assim estas jinaes existiram desde a declaração da sua independencia, época a que por uma convenção se fez reverter o estado das reclamações de parte a parte para o seu final ajuste.

Esta proposição não pôde ser contestada pelo governo britanico por melhor que para esse fim seije consultados os seus archivos; e é impossivel suppor que elles cuidadosamente e não tivessem sido antes de ser proposta ao governo do Brazil aquella convenção.

Que todo o qualquer governo tem privo conhecimento do objecto e fim para que propõe uma convenção, é pelo menos uma dessas presumpções, *juris et jure*, como se diz em direito, e que não é licito pôr em dúvida, por impliar a consciencia dos seus proprios actos. Negar ou pretensar o contrario, tratando-se de governos britannicos, fôr mais que um acto de logica juridica, fôr um grotesco absurdo.

E' pois ainda por este lado irresistivel pretender-se hoje anular a convenção de 2 de Junho as unicas reclamações que tem o Brazil contra a Grã-Bretanha, pelo motivo allegado na nota de 11 de Setembro de 1860 de que « na negociação que terminou com a convenção e para o ajuste das reclamações, não se mencionou nem se alludia a reclamações algumas e de trafico de escravos, »

Mencionar ou alludir aquillo que não era, não podia ser objecto de dúvida, fôr uma tarefa de manifestá inutilidade, e por consequente, se para alguma coisa serve esse pretendido oxido, é que hoje importantemente se recorre, é para suggerir a prova implicita desse mesmo privo a muitas conhecimento teorico da origem e natureza das reclamações do

Brasil contra a Grã-Bretanha, real-íamente procedentes de tratados de comércio, ou de leis relativas; pois, contra mais de uma vez se nega, não se julga assim.

« O governo brasileiro, continúa a nota de 11 de Setembro de 1833, foi leal, se que para com, nas palavras do art. 1.º da convenção de 1838, que deu a faculdade de sujeitar à consideração mútua — reclamações que forem consideradas por qualquer dos dois governos como ainda não decididas; — mas a expressão — não decididas — applica-se ao caso, não pôde ter um sentido differente do que lhe é commum, nem daquelle que a não só foi o que lhe foi, como também declarou elle-o governo do S. M. Britannica. A expressão — não decididas — deve ser entendida, entre as partes contractantes, com referência a negociações que determinando a existência da convenção, e se consideram o objecto da mesma convenção: e o governo do S. M. Magistado não poderia annuir a que, é o protesto do semelhante expressão, fossem admitidas reclamações excluidas de todo e o termo das communições anteriores entre os dois governos o cujo objecto alteraria e finalmente o caracter da convenção. »

Claramente fôrmosse o governo do Brasil nas palavras do art. 1.º da convenção de 1838, que deu a faculdade de sujeitar à consideração mútua e reclamações que forem consideradas por qualquer dos dois governos como ainda não decididas. » Mas não é só nas palavras terminativas do art. 1.º da convenção que se funda o incontestável direito do governo do Brasil; — é também no preambulo; — é no art. 3.º; — é em outras, na letra e no espirito da mesma convenção, como já lhe demonstrado; — é em tudo quanto precede à sua negociação, com elle coincido, e segue-se à sua ratificação; — é em tudo quanto se refere de elle se pratica até a interpretação respectiva das suas disposições.

E de multiplicidade dessas fontes que dimanam as provas irrefragáveis do direito que o Brasil sustenta; e todas essas fontes convergem para revelar dum e perfidamente ao pessoal (fontes derivadas) qual a razão; — qual o objecto; — qual o fim da parte celebrada; e qual a intenção das partes contractantes.

O preambulo da convenção é concebido nas seguintes palavras:

« Havendo em varias épocas desde a data da declaração da independência do Imperio do Brasil sido feitas diversas reclamações contra o governo do S. M. Britannica, da parte de corporações, companhias e indivíduos subditos do S. M. o Imperador do Brasil; e contra o governo do S. M. o Imperador do Brasil, da parte de corporações, companhias e indivíduos subditos do S. M. Britannica; estando algumas dessas reclamações pendentes, ou consideradas por um ou outro dos dois governos como não decididas; S. M. a rainha do Reino-Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, e S. M. o Imperador do Brasil, entendendo que o deslito de tais reclamações muito contribuirá para a manutenção dos sentimentos de amizade que subsistem entre os dois países, resolvendo assim em ajuntar para esse effeito por meio de uma convenção, a qual se fará para esse fim seus plenipotenciários, etc., etc. »

Art. 1.º da convenção nas mesmas:

« As duas partes contractantes concordão em que todas as reclamações da parte de corporações, companhias e indivíduos subditos do S. M. Britannica contra o governo do S. M. o Imperador do Brasil; e todas as reclamações da parte de corporações, companhias e indivíduos subditos do S. M. o Imperador do Brasil contra o governo do S. M. Britannica, que se tenha sido apresentadas a qualquer dos dois governos para interpor seus bons officios e para com o outro desde a data da declaração da independência do Imperio do Brasil, que ainda não estiverem decididas, ou forem consideradas como não decididas por qualquer

« das duas partes, assim como quaisquer outras reclamações que se podem apresentar
« dentro do tempo especificado no art. 2.^o desta convenção, serão submettidas a uma com-
« missão nomeada da maneira seguinte, a saber: um representante será nomeado por
« S. M. Britânica e outro por S. M. o Imperador do Brasil. »

E diz o art. 5.^o a seguinte :

« As duas partes contractantes promettem considerar o resultado das conferências desta
« comissão como pleno, perfeito e definitivo ajuste de todas as reclamações contra esta
« um das duas partes que tenha por origem qualquer transacção de data anterior à troca
« das ratificações da presente convenção; e prometterão não considerar e tratar, dando a
« conclusão dos resultados da comissão, como decisivas e definitivas, o de outro por direito
« inextinguível, todas e quaisquer dessas reclamações, quer tenha, quer não sido levadas
« ao conhecimento, feitas, apresentadas, ou expostas à mesma comissão. »

São disposições tão claras e determinantes, como as que se achão actualmente consignadas
na premissula, e artigos ditados desta convenção, podem admitir qualquer dúvida, ou ser
consideradas como obscuras, necessitando por isso de interpretação, não haverá então con-
venção alguma que se possa reputar válida; não haverá tratado, cujo effeito se não deve
prever que a parte mais forte possa recusar.

« A primeira maxima põe sobre a interpretação, da Favel, e, que não é permitida
« interpretar a que não tem necessidade da interpretação.

« Quando um acto, confidencia elle, é concluido em termos claros e precisos; quando o seu
« sentido é manifesto, e não conduz a dúbio, não ha ali razão para buscar o sentido que
« esse acto specifique naturalmente. Ir procurar alguns conjecturas para restringe-lo ou
« estende-lo, é querer lida-lo. Uma vez admitido tão perigoso methodo, não haverá um
« só acto que se não torne inútil. » (Direito das gentes. Tomo 2.^o § 353.)

Quando-se usa a formula compendiaria e clara indico a natureza e origem das re-
clamações, que se tratam em vista submeter a um ajuste final, não era possível a pre-
dencia humano fazi-lo de modo mais completo, do que a linguagem que dando os principa-
teses das 2 convenções de 2 de Junho de 1858 no art. 1.^o destinado a designar o objecto, o
fim da mesma e a convenção.

Ali estipula-se que serão submettidas à comissão mista « todas as reclamações que
« tenha sido apresentadas a qualquer dos dois governos para intergr. seus bens offi-
« cios para com o outro, dadas desde a declaração de independência do Brasil, o que ainda não
« estiverem decididas, ou fôrrem consideradas como ainda não decididas por qualquer dos
« dois governos.

A vista desta linguagem e origem as naturezas das reclamações é hoje materia estranha,
e do imparcialista divergencia. A intelligencia para serem as reclamações submettidas ao ju-
gamento da comissão mista é que a contenda seja apalada pelos seus respectivos governos,
que ainda não esteja decidida; ou que seja com elle levada e que ainda não decidida por
qualquer dos dois governos. »

Nesta intelligencia se achão precisamente as reclamações heas ditas, pois sabe perfeitamente
o governo ingles, e heo plenamente assumida, que toda reclamação fôrta consistente-
mente apalada pelo governo do Brasil; por elle sempre considerada como não decidida;
oppondo-se elle sempre obstinadamente, e protestando contra o caracter que o governo
ingles dare em 1852 e 1853 de ser sempre mista e insignif. das comissões mistas do Serra
Leão e do Rio de Janeiro, e igualmente protestando contra o « Sul Americano e todas as suas

concepções. Este facto destrói toda a ideia que o governo britânico poderia ter de dar ao argumento fundado na qualificação de « já decididas » clausa que não seja considerada « decidida » pelo governo da Brazil, segundo a expressão do art. 1.º e ao firmo « consideradas por qualquer dos dois governos como ainda não decididas ».

Eis ali o objecto, e o fim desta convenção; eis ali a única regra para guiar ou adjuvante ao julgamento da commissão mista as reclamações que lhe forem submettidas por qualquer dos dois governos.

A questão do origem, que tão fôr do tempo se quer hoje como far na noite de 11 de Setembro de 1860, é uma questão que não tem lousa das li na presença da convenção.

Se por um momento pudermos ainda dividir-nos de que origem a natureza terião as reclamações com lousa interesse à commissão mista, o se por ventura podessem não deixar o texto do doudo art. 1.º ali está o art. 3.º da mesma convenção para dissipar qualquer sombra de dúvida, quando diz e que as duas partes contractantes promettem considerar o resultado das conferências desta commissão como plena, perfeita e definitiva quanto de todas as reclamações contra cada um dos dois governos, que tenham por arguo qualquer transgressão da dita anterior é toda das difficuldades da presente convenção.

Levamos agora questão sobre a origem ou natureza das reclamações para o effeito de impedir-lhes o julgamento seria pois, como as matérias controvertidas da grande autoridade já citada, ir buscar lousa da convenção conjecturas para restringi-la.

Se toda isto fizesse ainda insufficiente para reconciliar-se com toda a solicitude e ardor e a intenção das duas partes contractantes quando assim se exprimiram nos arts. 1.º e 3.º da convenção, ali resta ainda a seu preambulo onde ellas manifestam e explicitam a lousa que serviu em vista celebrando-a.

E' obvio desse preambulo qual o motivo que determinou esta convenção. Foi, como declarar as mesmas duas partes contractantes, « fim de acalmar os sentimentos de animidade entre as duas partes, que ellas considerão nemem uma commissão mista para o ajuste final de todas as reclamações e que ainda se achavam pendentes », « e serão consideradas por qualquer dos dois governos como ainda não decididas », e que « por isso assumio de certo a relação originaria entre os mesmos governos ».

Não bastando por parte da Brazil outras reclamações scella as que fôrão objecto das repetidas protestos do governo da Brazil, as mesmas que este considerou sempre « não decididas », é claro que de entre as reclamações é que as duas partes contractantes quizerão pôr um termo por meio desta convenção para estabelecer as boas relações que deviam sempre existir, e que ellas considerão por esse motivo annuladas.

Foi ainda para levar a effeito este arduo desejo das duas partes contractantes de que fossem comprehendidos no ajuste geral as reclamações do governo da Brazil a saber : aquellas que fôrão objecto do seu protesto em 1833 e as provenientes dos attentos das cruzadas inglesas em virtude do *Act Abolition*, que depois das palavras e que não se não considerou decididas e as accrescentaria entre outras lousa natureza e significativas e que fôrão consideradas como não decididas por qual par dos dois governos. »

Propoz-lhe Mr. Scroft esta convenção ao governo da Brazil offereceu por modelo um projecto que lhe foi mandado, como elle diz, pelo conde de Clarendon. Esse projecto é quasi palavra por palavra a convenção assignada em 3 de Fevereiro de 1863 pelo conde Lord John Russell, e por Mr. Inglis para o ajuste das reclamações pendentes entre os Estados-Unidos e a Inglaterra desde o tratado de Gand em 1814.

Nessa convenção com os Estados Unidos limitáram-se as duas partes contratantes a dizer que seria satisfatório a governação sobre as reclamações e que ainda não estaria decidida (which yet remains unsettled).

Tendo sido essa convenção offerecida por modelo da que se devia celebrar com o Brasil, e tendo sido elle adoptada quasi verbatim, alguma razão devia haver para fazer as plenipotenciarias e não se limitarem aquella unica expressão e que ainda não se achão decididas e (which yet remains unsettled).

A razão de-seu uso não accrescentando a convenção com o Brasil das palavras e ou que fizesse consideráveis como ainda não decididas por qualquer dos dois governos e (or are considered to be still unsettled by either of the two governments) não podia ser outra senão a necessidade reavivada pelos plenipotenciarios de se apartarem de toda neutral da convenção com os Estados-Unidos, estabelecendo um principio especial de accordo com a situação fundada especial, em que se achavam as reclamações brasileiras. Se os seus plenipotenciarios se licenciam-lhe a limitação a mesma coisa da convenção com os Estados-Unidos de 1858, imprudente tanto não a sua obra na parte concernente ás reclamações do Brasil. Era pois indispensavel estabelecer outro principio para abrange as reclamações brasileiras nos circumstancias peculiares em que se achavam. Este novo principio consistia em reconhecer os respectivos governos como os únicos juizes daquella que entendessem ser as suas reclamações; e assim ficava sendo indubitavelmente o governo do Brasil o unico juiz das suas reclamações em virtude das importantes palavras addicionaes: e ou fizesse consideradas por qualquer dos duas governos como ainda não decididas, e

A comparação das duas convenções, ambas do mesmo genero, ambas celebradas para objecto precisamente semelhantes, ambas com o mesmo texto, differença unicamente neste principio peculiar ao Brasil, ambas exigidas pelo governo britannico por meio dos seus plenipotenciarios; esta comparação e portanto prova indubitavel do que o governo britannico sentiu e concordou na necessidade de aquella expressão addicional por causa da especialidade do caso, abandonando assim a sua anterior opposição ás reclamações, que aquella expressão abrangia.

Quem seria as reclamações, que com expressão, pela primeira vez e applicada na convenção actual, feita por fim abrange? Certamente algumas reclamações especiaes além das reclamações massas e arbitrarias, como aquellas a que se refere a convenção com os Estados-Unidos.

Quem seria essas reclamações especiaes? O governo do Brasil não tinha outras que não fossem provenientes do tráfico de escravos.

O governo britannico foi parte contractante em ambas estas convenções, e foi sobre de-seu addiplo peculiar a concordancia com o Brasil por effeito de alguma razão especial. Qual seria essa razão especial? e não ser a que assigna o governo do Brasil, outra é impossível descobrir.

Não se podendo resistir á logica dos factos que determináram uma estipulação tão previdente e clara, e que se acha em completa harmonia com a intenção das duas partes contractantes, causa verdadeira sorpresa a argumentação dilatoria a que se recorreu no acto de 11 de Setembro de 1870 além de escluir da jurisdicção da commissão mista as reclamações brasileiras.

Alli se diz que a expressão e não decididas, e applicada na convenção, e não pôde ter

« um sentido differente do que lhe o construiu, não daquella que não só lá e que a lhe deu, como igualmente officialmente declarou o governo do Sr. May a saber, a expressão não decidida d'no ser contestada, entre as partes contrahentes, e se refere a todas as negociações que determinam a conclusão da convenção, e ao resultado e objecto dessa convenção; e o governo do Sr. Yagotode não poderia afirmar que a o prototypo de semelhante expressão, locum adaliditum resoluções exaradas durante o curso o curso das communicações anteriores entre os dois governos, e comprehensivas a todas as interrelações o caracter da convenção, »

Assim, como se lembra, a pretensão de simples expressão e não decidida e (sensitiva) que as resoluções semelhantes devem ser julgadas pelo construido; e já se tem dito do subjecto para ser necessaria ainda mostrar a incongruencia do tal supposto observação.

Não a situação d'uma resolução alteraria da forma alguma o caracter de construido como se supõe. Pelo contrario, lá justamente por se acharem com mesmas resoluções antes estado já descripto de semelhante convenção, que malhas da tal convenção internacional, e que se aliado no presente de convenção, levada a final das duas governos a criar uma convenção para a o ajuste plano, perfeito o definitivo de todas as resoluções que tivessem por objecto qualquer transacção e dando a o-o ajuste um caracter de superior a todas as qualificações anteriormente sustentadas, no conflicto das discussões entre os dois governos, e da terminação irrevocavel, que depois de julgadas por esta convenção obrigatório os os mesmos governos a considerarem e trata-los como definitivamente decididos, eliminados, e de cahir por diante inadmissivel e como se expressa art. 1.^o de convenção.

Assim pois seguiu-se depois para o effecto deste supremo julgamento o facto de haverem sido as duas resoluções expugnadas ou excluidas durante todo o curso das communicações anteriores entre os dois governos, porque em ellas se deve por decididas, e em verdade directa viscoso, é resolver a questão pelo objecto da questão.

Não o governo do Brasil lá é expresso e não decidida e um sentido differente daquella que lhe a construiu. A expressão sensitiva, tomada no sentido proprio e natural, corresponde em todas as linguas e qualquer destas outras expressões e não ajustadas, não reguladas, não decididas e sensibilidade, em determinação, sensibilidade.

Éo justamente por se acharem em as circunstancias as resoluções brasileiras, que agora devem ser submetidas a construido para a o ajuste o plano, perfeito e definitivo a, as phrases de art. 3.^o

Qualquer que seja o sentido que o governo britannico a deu, ou officialmente declarou dar e a uma expressão sensitiva, como se diz na nota de 11 de Setembro de 1830, ali está a nota de Mr. Barillet, de 1.^o de Abril de 1838, para attente que a intenção do governo do S. M. Britannico, pugnando com a convenção, era pôr para sempre um termo a todas as anteriores resoluções que tinham ficado desde muito tempo pendentes entre os dois países, e aliado ao effecto a sua intenção até a data da referida nota.

Enfim o sentido que o governo britannico, duas vezes antes da assinatura da convenção de 3 de Junho de 1838, officialmente declarou dar é expresso e não decidida, e

É pois que respeito ao confundido objecto de duas convenções, ao qual pela nota de 11 de Setembro de 1830 se procura tentarem ligar o sentido da expressão sensitiva, ali está o prototypo da mesma convenção, onde se propõem outras partes contrastantes declara o objecto que teria a sua vista, reabrindo-a. Se isso não e o o confundido objecto e é que

se refere a nota de 11 de Setembro de 1880, é legítimo então dizer que se pretende fôr a explanação desta correção da-nota e não a destruição da-nota para este acto internacional.

Depois de esclarecida esta correção, o que importa saber é simplesmente — se não a ser regular as reclamações, qualquer que seja o seu origen, que o governo do Brasil considerar ainda essas e não devê-las e, devesse ser submittida para seu final ajuste a com-missão arbitral creada por esta correção? Esta é a verdadeira questão, se alguma pôde haver em face da mesma correção. A resposta não pôde ser dada pela affirmativa. Por-quanto, a não ter o governo britannico conhecimento de outras reclamações de subditos brasileiros fôr dequelle a que immediatamente elle se oppõe, como se diz na nota de 11 de Setembro de 1880, seguir-se-lhe-ia que a correção da 2 de Junho de 1858 fôr unicamente feita para ajuste final das reclamações dos subditos britannicos, ou que tem de dar-se por fôrda e consummada.

No primeiro caso um contracto por suas naturezas reciprocas, destinado a estabelecer as inte-resses de ambas as partes, e a manter as suas boas relações, ficaria sendo unilateral, e sem adequade razão, ou parte motivo para a sua execução por parte do Brasil.

E no segundo caso seria a correção nullificada por effeito immediato de interpretação que fôr da o governo britannico. A realidade das circumstancias e o caracter objectivo que em todas ellas virtualmente predominam, pois já não se suppõe que as partes procuram vencer as difficuldades inherentes a negociações importantes sem a fundada promissa da sua utilidade. Tratando-se de duas governos é inadmissivel suppor que facilmente tomarem compromissos de natureza fundada por um acto solitario e internacional sem attendença ao seu clamor, expandendo ainda a possibilidade de se restringirem. Uma tal supposição seria unicamente teorética, e o governo do Brasil a não pôde admitir.

Vêge-se finalmente na nota de 11 de Setembro de 1880 que se não commença por parte do ministro dos negocios estrangeiros do Brasil ao Sr. Scarlett uma lista que se promettera das reclamações brasileiras antes de se pedir-se a correção; e que na mesma natural da que as reclamações brasileiras seriam, como as dos subditos britannicos, reclamações variadas, comprehendendo questões ordinarias entre governos, proseguira o Sr. Scarlett na negociação, e assignou a correção.

A este respeito seria inutil repetir-se aqui o que largamente se tem já referido acerca dos factos e circumstancias concernentes com a negociação de Mr. Scarlett no Rio de Janeiro; o que intrinsicamente contradiz a supposta ignorancia de Mr. Scarlett sobre o caracter das reclamações brasileiras. A recordação desses factos e circumstancias basta para invalidar a plausibilidade; desses evange attribuida a Mr. Scarlett, e as suas garantas, sobre a qualidade das reclamações brasileiras, a parte de ser necessaria que se lhe fornecesse uma lista de tais reclamações, como o unico meio de saberem-se ellas porveria-lo facil, ou seria mesmo os dos subditos britannicos reclamações variadas comprehendendo questões ordinarias entre os governos.

Cumpro todavia notar que se na negociação havida não fôr comprehendidas as reclamações dos subditos brasileiros, igualmente o não fôr de as dos subditos britannicos.

A verdade foi então reciproca; e se antes procedêr as plenipotenciarios lido por diante na negociação, foi de certo porque não reconhecerão a necessidade dessa lista e dessa expatiação.

Trata-se em geral de ajustar todas as divergencias reciprocas reclamações contravêlitas

entre os dois governos. E se algum d'elles devia ter plena consciência da natureza das reclamações, é que a controvérsia teria do pôr termo, em sem duvida alguma que, por visto antes, quer o recibo de outro governo de suas reclamações apresentadas a Londres contra correspondencia, ainda reclamações a postular sob a fatal rubrica — *matéria de governo*. —

Essa lista para a qual hoje se ainda foi repellido, e com de facto sup elle para a conclusão da negociação, visto que devia elle terminar, como terminou, com a clearance de ser o julgamento, sem attenção a origem, todas as reclamações que qualquer dos dois governos considerasse como ainda não decididas.

Porque fôr de arbitrio de uma das partes sobre a interpretação de um tratado responder ao argumento tanto da consideração das — *matérias incidentes* — em que impartir-lhe as reclamações brasileiras, se fossem admittidas ao julgamento da commissão.

Talvez como na nota de 11 de Setembro de 1860 é sustentado com elle, é também necessario ponderar que, se esse artigo envolva o presentimento da justiça de suas mesmas reclamações quando equitativamente julgadas por uma commissão da que é membro um juiz britannico, podendo o arbitro ou laurado ser tambem britannico; ou que teria sido essa consideração motivo para elle propor o celebre *consulário* *convenção*.

E quanto a outra idéa expandida na mesma nota de que a além de suas immensas sommas, e irritas reclamações casar as mais graves questões sobre os tratados entre a Grã-Bretanha e o Brasil para a supressão do trafico de escravos, e convém sómente observar que não tendo hoje o Brasil nesta matéria outro compromisso para com a Grã-Bretanha, além da obrigação moral que lhe resulta do art. 1.^o do tratado de 23 de Novembro de 1828 não se pôde comprehender por que possa revellir a ser suscitadas as graves questões, a que se refere a nota de 11 de Setembro, sobre os tratados para a supressão do trafico. Pelo contrario, o ajuste equitativo e final de suas reclamações seria, bem que tardio, o mais de reparar as injustiças e abonos commettidos contra o Brasil a pretexto de suas mesmas tentativas hoje sem rigor, e sem objecto desde que o trafico foi completamente extinto no Brasil.

Essa repensão contribuiria para fazer esquecer as offensas que com elleos produziu; e foi esse o motivo pelo se de mais repellido (e dignamente apreciada pelos seus portos constituintes, que se determinou a celebrar a *convenção* hoje radicalmente questionada.

E não radicalmente é hoje posta em duvida toda esta *convenção*, e retomado o seu affeito pelo governo britannico, que dia Mr. Christie na nota de 11 de Setembro de 1860 — a Tercera ordem de declarar que, se o governo da Imparidade fôr por se do São Illegitimado e uma lista das reclamações, incluindo aquellas a que elle incontestavelmente se oppõe, de a ser contada e decidida e mesmo governo se convém celebrar uma nova *convenção* baseada em um accordo para o cessar das reclamações das sociedades britannicas e brasileiras. »

Com tão extraordinaria inflexão entre os governos imperial e os parlamentos do Brasil a impressão natural que elle se manifestou ao debate acima mencionado no principio de seus memorandos, e seus conselhos a Sr. Dantas, actual ministro dos negocios estrangeiros em referencia a este topico disse: e deste modo, mesmo para pagar suas reclamações que não se estendem, mas que o governo britannico supõe que podem existir, diz o seu ministro que o governo britannico não se convém celebrar uma nova *convenção*. Nestas termos o governo britannico sempre insistidamente a *convenção* celebrada com o Brasil. — E de mais, e contudo S. M., que o governo ingles se declarando, como é, eminando melhor a

a matéria, torna uma deliberação do senado com a justiça que deve inspirar os governos e das grandes nações.»

« Este momento particular do que deute respeito a governo da Inglaterra constituirá a sua reputação e dignidade, objectos muito preciosos para todas as nações. O governo imperial, concluiu elle, espera que o gabinete inglés resolve a questão de modo que é a justiça.»

Nesta rasante expectativa está ainda o governo do S. M. o Imperador; e na plena consciência dos direitos e obrigações que lhe resulte do acto solenne que celebrou, ordenou ao seu ministro em Londres que respondesse á referida nota de 11 de Setembro de 1860, no sentido desta memoranda.

Não menos que a seu governo aguarda o ministro do Brasil que o governo do S. M. a Rainha tomando este assumpto em plena consideração terá justiça ao Brasil reconhecerlo e dirigi-lo que lhe sempre a convenção de 2 de Junho de 1838.

CARVALHO MORAES.

N. 53.

Nota da legação britânica ao governo imperial.

Petropolis, 14 de Abril de 1862.

Sr. ministro. — O conde Russell recebeu de Sr. Carvalho Moraes um memorandum datado de 30 de Novembro ultimo, como resposta á nota que, quarenta e cinco annos antes, em 11 de Setembro de 1860, se dirigiu por instrução do conde Russell ao Sr. Salmé acerca das questões que se suscitára na commissão regida creada pela convenção de 2 Junho de 1838.

Tive orden para declarar a V. Ex. que pelo tempo decorrido da data da minha nota ao Sr. Salmé, até a resposta do Sr. Moraes, e pelo facto de lavar o governo da Sua Magestade nesse intervalo formalmente notificado ao do S. M. o Imperador que considerava ter a commissão, segundo os termos em que foi instalada, findada, pareces ao governo do Sua Magestade desoportunizar entrar em um longo exame das explicações e argumentos do memorandum do Sr. Moraes.

Nesta pergunta o governo do Sua Magestade não tem a intenção de desprezar a formal e bem elaborada communicação que, depois de tão longa deliberação, o governo do Brasil mandou fazer-lhe. Elle só deseja evitar desoportunas e continuadas discussões da questões que já não têm applicação.

Limita-se portanto a indicar ligeiramente alguns equívocos nas asserções do memorandum do Sr. Moraes.

A sua primeira asserção quanto ao numero das reclamações decididas pela commissão é

inerte. Da que falta deud das reaes commoções impasta e quatro-brasil tres. As outras meças decididas fôrta côm m, levas, e o to lescibivas.

O equívoco, posto que apparentemente insignificante, não é sem importância. Das quatro reclamações brasileiras que Sr. Moreira deixa de mencionar, duas não tinham relação ao tráfico de escravos. A primeira era uma assignação a Santo Antonio Viçosa em a, angaria brasileira condemnada pela commissão mista do Porto Lido, que os commoções decidida, conforme o principio sustentado pelo governo de Sua Magestade, que não pôde tratar de uma assignação que havia sido decidida pela commissão mista.

O Sr. Moreira diz que todas as reclamações brasileiras submettidas a commissão mista se referiam ao tráfico de escravos, a pertenciam de duas classes de reclamações impetradas pelo governo de Sua Magestade, como expoz na mesma nota de 11 de Setembro de 1840. As duas classes: reclamações impetradas pelo governo de Sua Magestade, por meio do tráfico de escravos, as quaes fôrta julgadas por commoções mistas, e das outras das quaes havia fôrta e decisões das tribunaes do reo-shirinto leova virtude de nota do parlamento 8 e 9, Victorin, cap. 122.

É mencionado que entre as reclamações brasileiras, decididas pela commissão mista, havia duas que não tinham relação com o tráfico de escravos, e algumas outras nas mesmas circumstancias, creio, decididas in lita.

A assignação portanto de que todas as reclamações brasileiras, tinham referencias ao tráfico de escravos não é historicamente exacto; e ainda menos exacto é a de que todas as reclamações sobre tráfico não incluídas pelo governo de Sua Magestade. Nem uma objecção tem-se quanto as reclamações preventivas de aprehensões durante o tempo das commoções mistas, não julgadas por meças fôrta; e ha algumas mais como entre as reclamações brasileiras.

É difficil replicar a illusão que preoccupa o Sr. Moreira de que a presença do governo de Sua Magestade se que—seio definitivas as assignações las commoções mistas.—de re-shirinto virto de fôrta e do título « Commoções Mistas ».

Este título não tem certamente uma ta fôrta.

O caracter de definitivas que tinham as assignações das commoções mistas a virto das palavras fôrta do art. 2º da convenção adicional de 1817, e as commoções julgadas, era appello, as causas que lhes fôrta apresentadas. »

Mas, diz o Sr. Moreira, a appello que se não admite, é a de recurso ordinario interposto pelas partes aprehendidas ou reclamantes do decisão deste tribunal para elle mais o ou para outro. »

É esta sem dúvida uma singular interpretação.

A appello de um tribunal a para o mesmo tribunal é certo um acto sem precedentes do que o ordinario; e o os tratados que crede as commoções mistas não crede nem recommenda com um outro tribunal, que, se não continuem aquellas palavras, podem servir de tribunal de appello.

A não haver uma appello para os governos respectivos, e que se prohibe, aquellas palavras não teriam significado.

Porém não só o recurso aos governos para a revirto dos julgamentos da commissão mista foi explicitamente prohibido: mas ainda o art. 12 da regulamentação das commoções, annexa á convenção de 1817, ha nota e define a appello dos governos. « Quando as partes interessadas e julgarem por meio de se queixe de qualquer injusticia existente do parte de commoções e mistas, poderão representá-las aos governos respectivos, os quaes se reservão a di-

a falta de se estabelecer instantaneamente para todos, quando o julgamento conveniente, se faz, a decisão de que se comparecerá entre camareiros, e isto o, não se revolta de julgamentos pelos jurados, mas o poder de não ter juizes injustos.

O Sr. Moreira está intimamente enganado, quando diz que na minha nota de 11 de Setembro de 1858 houve a intenção do conselho de as representações e protestos do governo brasileiro contra o voto do parlamento omissivamente denominado no Brasil *Bill Aberdeen* e duas outras declarações sobre o tratado que o governo inglês em 1833 e 1843 quiz dar ao julgamento dos conselhos milites do Serra Leoa e do Rio de Janeiro. »

A minha nota de 11 de Setembro de 1840, lida com attenção, conterá a V. Ex. de que este tratado é inteiramente sem fundamento.

O Sr. Moreira procura com grande trabalho demonstrar que o governo de Sua Magestade estava bem certo, desde principio, de que o governo brasileiro tinha a intenção de submeter á commissão norte as reclamações em litigio, que elle adquiriu a consideração de uma reclamação por algum tempo depois da substituição da convenção e de ter a commissão começado os seus trabalhos, e que por fim, repentinamente, arbitrariamente e caprichosamente, ordenou ao seu commissario que recusasse o estudo dessas reclamações. Apontarei unicamente alguns defeitos da longa argumentação pela qual o Sr. Moreira procura estabelecer esta serie de arguições e asserções.

A exposição no relatório do Sr. visconde de Maranguape, apresentada em 12 de Maio de 1858, de que o governo brasileiro propoz submeter a commissão que se processava athen (stando quasi concluida a negociação da convenção que foi assinada em 2 de Junho seguinte), as reclamações e protestos dos apremiantes illegaes e violentas de navios brasileiros pelas crueldades britannicas encorajadas da suppressão do trafico: e não devesse ter sido lida no Sr. Secret. ou no governo de Sua Magestade, pois que ha um sem numero de reclamações pro e contra de outras nas julgadas pela commissão milite, e que as palavras dadas podem referir-se, e que o governo de Sua Magestade não recusou admitir a mesma. Não tambem observou-se que o relatório apresentado em 12 de Maio, talvez não tivesse chegado de mãos do Sr. Secret. antes de 2 de Junho, dia em que se assigna a convenção.

O Sr. Moreira julga tambem importante notar que no relatório apresentado pelo ministro dos negocios estrangeiros em 14 de Maio do anno seguinte de 1859, foi commettendo que « as reclamações britannicas contra o governo do S. E. Britannica procedem a quasi todas as apremiantes de navios britannicos por suspeitos de se empregarem no trafico de escravos. » Mas estas palavras podem não se applicar propriamente aos casos nas julgadas: e o facto ver que o ministro dos negocios estrangeiros com o referido committendo se referirá ao brasileiro, para comar parte, porém não exclusivamente com os navios, com o trafico de escravos.

O Sr. Moreira faz uma valente exposição de uma das actas do Sr. Secret. depois de assignar a convenção, e para não ser injusta, reproduzirei suas proprias palavras. « O ministro britannico, o Sr. Scantlan, negou-lhe a convenção e que não accosa de relar pelo seu exemplo, continuou a residir no Rio de Janeiro nos primeiros mezes da instauração da commissão norte, e foi sempre intimado pela commissão britannica das suas discussões e trabalhos, como como da instauração das reclamações que de parte a parte lida e sido submettidas a mesma commissão. do facto que intervinha nos pontos controversas e entre os committidos, como por exemplo, sobre a intelligencia do art. 4.º da convenção

e a respeito das juras para as indemnizações e rendidas, não fez extensiva impugnação a algumas ou a todas as reclamações que desde logo foram formuladas e úteis e aproveitadas pelo governo do Rio-Il. Se as reclamações que em se pretendia acolher não se fossem muitas contempladas por tal a esta negociação que elle proprio conduziu; se a não collocavam na letra e no espirito da negociação por elle esboçada, certo que o Sr. e Scottell se teria desde logo repellido; e não o commissario britânico delatou de estado a ser-lhe recolhendo-as. Nela disse porém, ao mesmo, « O governo do San Magistral não fugiria de qualquer responsabilidade que lhe caberia sem duvida em consequencia das actas do Sr. Scottell. Não cogitou e não esboçara argumentos, porém, não se baseou em facts; propoz o Sr. Scottell que se ficasse no Rio da Janeiro, observando e guiando os trabalhos da commissão, por alguns meses depois da sua installação, depois o Rio da Janeiro, para não voltar mais, antes do termo da Jura da 1858, 15 dias depois de selgar a negociação, e 9 dias antes da 1.ª sessão da commissão.

O Sr. Marcella referiu-se ao relatório do Sr. Scottell de Maio de 1858, que, não elle, dá uma visão geral e completa sobre os trabalhos da commissão desde sua primeira sessão até a sua suspensão, da qual tem a liberdade de mencionar que uma cópia fôrta por elle recebida, e dá sobre o relatório de discussões das commissões que conduziu a paradição e tir o julgar as reclamações baseadas no respeito das contradições profusas pela que tinham commissão mista de Serra-Leão e da Rio da Janeiro. »

Porque o Sr. Marcella não declarou que as duas commissões concordaram em 7 de Junho de 1858 em seu julgamento no primeiro caso que lhe foi apresentado de uma reclamação contra a actuação de uma das commissões mistas; que a reclamação havia sido julgada offical, e a commissão não podia tomar conhecimento della? Que o julgamento das commissões por extenso.

e Quanto a este caso, Santo Antonio Victoriano, vê-se que foi condemnado pela commissão mista de Serra-Leão em 24 de Maio de 1858, e consequentemente a commissão e não pôde tomar conhecimento do caso, pelo que foi julgado offical. e

Esta decisão de 7 de Junho de 1858 está registada.

Porque decidiu o Sr. Marcella esta negociação de, ou a negociação de reclamações brasileiras julgadas? O governo do San Magistral, que estes annos pensa na possibilidade de se estabelecer a commissão, ou a aprovação do governo brasileiro, nenhuma impugnação os julgamentos das commissões mistas. Além com tanto do porquê decidiu de que as commissões concordaram em constituir como indistinctas nos resultados. Mas esta decisão das commissões no uso do Santo Antonio Victoriano, não agachou, como parece, ao governo brasileiro. Então foi de insubmissão ao seu commissario; aconselhou-se a que reconsiderasse a sua opinião que elle havia unanidade; e o commissario brasileiro infelizmente, não só mudou sua propria opinião, pela influencia de seu governo, mas tambem por effeito pessoal a commissão inglesa a qual a sua; e no dia 24 de Junho de 1858, as duas commissões concordaram no julgamento do caso do Príncipe de Guizot, rejeitando a reclamação, affirmando porém indirectamente o direito de rejeitar sempre das commissões mistas. O governo do San Magistral, longe de seu commissario, estava naturalmente em desvantagem, mas tinha a mesma liberdade para insubmitir, ou para discordar de qualquer de seus actos, como o governo brasileiro para insubmitir a insubmissão sua. Logo que o governo do San Magistral soube que o commissario brasileiro tinha restituido a questão que a decisão do Santo Antonio Victoriano tinha sido satisfactoriamente resolvida, immediatamente consultou os seus

conselheiros legaes do exterior, e dos outros os commissarios britannicos para que se abstenham de tomar das reclamações sobre tráfego, etc. que medievam alterações interregias. O julgamento sobre o *Principe de Galles* foi em Janeiro de 1860; e em 11 de Setembro de 1860 communicou ao governo do Império a *Chamberlain* transida pelo governo do Sua Magestade quanto ás reclamações que se apresentavam ao julgamento das commissões mistas, e da mesma natureza com os actos derivados da lei concernente auctada *Bill Aberdeen*.

Tanto dito bastante, então, para mostrar que o governo do Sua Magestade não mudou repentinamente, e explicitamente o seu procedimento como negação, e objectos até o ultimo momento, por motivos de conveniência, a consideração de reclamações, que se merito sobre que se não apresentadas, e que, por muito tempo, não tinha impugnação.

No curso de uma longa argumentação, na qual, pelas razões já mencionadas, não acompanharei ao Sr. Marquis, elle se esforça por justificar a opinião do governo britannico de que as reclamações de que se trata estão a por decidir a (justicia) mencionando alguns exemplos de casos expostos. A exposto (justicia), diz elle, temida no sentido proprio e natural, corresponde em outras as linguas a qualquer deves outras — não ajustadas, não reguladas, não decididas—. Não é fácil ver-se como estas *synonyms* brocam a argumentação; sendo a questão decidida entre os dois governos uma das que se devem decidir mais pelo bom senso de quoyelles diplomatas. O governo do Sua Magestade admitirá que a palavra *instituído* possa substituir-se por estas outras — não ajustada, não regulada, não decidida —; mas ainda assim, pergunta com confiança o que pode neste mundo ser considerado — *instituído*, — regulado, julgado ou decidido—, se não é o que foi decidido, regulado e julgado a *sentença* por um tribunal *comappellação*?

O governo do Sua Magestade adverte a opinião de que nenhuma reclamação apresentada pelo governo brasileiro relativa ao procedimento do caso julgado pelas commissões mistas, anteriormente a 1843, devia ser substituída a *commissão* que ultimamente fôzida. Em primeiro lugar, tais reclamações não paíde, com especial referencia á organização da commissão mista, e á *appellação* expressa de que se trata *decisão* serão com *appellação*, ser ainda menos consideradas a com qualquer das sentidas de *terme sentida*; e a em segundo lugar, todas as reclamações ainda julgadas havião pelo acto do julgamento, e pelas *termas* da *convenção* segundo as quaes a commissão mista foi instituída, passando de reclamações e por *reparação*, *comparação* e *adjudicação* particular, e, em cujo benefício o seu proprio governo podia intervir, para reclamação de um governo directo e immediatamente contra o outro, e por isso todas as *sentenças* da *convenção* de 1828.

O governo do Sua Magestade deseja agora que se declare que tem promissas reclamações de subditos britannicos contra o Brasil, com direito ao seu apoio, e que não pôde permitir que alguma seja *reparação*. Porém, desejando evitar medidas extremas, está prompto a concluir com o governo do Brasil uma *convenção* para o estabelecimento de uma commissão mista com o fim de examinar e decidir casos reclamações, e outras *adjudicação* da mesma natureza que o Brasil possa ser de apresentar contra o Gaba-Testado.

O governo do Sua Magestade, porém, ao mesmo tempo, peremptoriamente e por alínea declara que não pôde consentir em que se consinta a *commissão*, para admitir por *decisão* reclamação alguma brasileira concernente com o tráfego de africanos, decidida pelas commissões mistas, e subsequentemente pelos tribunais da *vice-realeza* britannica, ou provenientes de execução de um acto do parlamento britannico; e que a *correcção* deve ser feita por tal maneira que cubra todos estes casos.

Para isto será absolutamente necessário, antes de tudo, e antes da conclusão da qualquer convenção entre os dois governos, que listas completas de reclamações que devam ser submettidas à commissão sejam preparadas por cada governo, para serem submettidas ao outro; e que no caso de concluir-se uma convenção, as listas se fiquem aceitas, sejam incorporadas ao convenio, e fiquem parte d'elle.

O governo de Sua Magestade espera que o de S. M. o Imperador possa, deliberando sobre a proposta aqui apresentada, favoravelmente com uma resposta meua de accordo da que teve a minha nota de 11 de Setembro de 1860.

Aproveito-me desta oportunidade para renovar a V. Ex. a segurança de minha mais alta consideração.

A S. Ex. o Sr. B. V. de M. Taques,

W. D. CASPARY,

N. 54.

Nota do legação britannica ao governo imperial.

Petropolis, 14 de Abril de 1862.

Se. ministro. — Por esta data de hoje communicarei aos seus altoes as vistas do governo de Sua Magestade a respeito da extinta commissão mista, e propoz-rei a criação de outra.

Tive tambem ordem para dirigir-me a V. Ex. acerca das reclamações, em pequeno numero, que foram julgadas por aquella commissão arbitrada-so-lhe indemnisações.

Todos estes casos carecem ser continuados por um certificado que a suspensão da commissão tornou impossivel obter.

E' por esta causa para as partes, cujas reclamações serão examinadas e decididas, que seus interesses soffrão por causa de questões entre os dois governos, que cada um que nos sobre estes particulares.

O governo de Sua Magestade deseja entrar em um accordo com o governo imperial a respeito destas partes. Na nova convenção, que propoz-se minha nota desta data, pôde fazer-se especial menção d'elles. Entretanto, como se acordou entre os dois governos que, até que todos as reclamações de ambos os lados fossem decididas, cada governo pagaria as indemnisações arbitradas aos seus proprios reclamantes, e que a fim o governo que tivesse de pagar mais aos reclamantes do outro, satisfaria a este o saldo que houverem, tanto a hora de suggerir-se que cada governo pôde agora, de conformidade com este ajuste, pagar a importância das reclamações em favor de seus proprios reclamantes, capendo-se o resultado da nova negociação proposta e o ajuste final de suas contas.

Aproveito-me desta oportunidade para renovar a V. Ex. as seguranças de minha mais alta consideração.

A S. Ex. o Sr. B. A. de M. Taques, ministro das negociações estrangeiras.

W. D. CASPARY.

N. 55.

Nota de legação britânica ao governo imperial.

Petropolis, 28 de Abril de 1863.

Sr. ministro.— Tive a honra de receber a nota de V. Ex. de 21 do corrente, relativa á extincta comissão mista, em resposta á minha de dia 11.

A minha nota de dia 11 referia-se exclusivamente á extincta de comissão, e á entrega dos ordenados de seus empregados, e o meu unico fim era pregar a V. Ex. que a opinião do governo do S. M. Britannica de que a comissão estava extincta, e havia sido suspens o pagamento dos ordenados desde 10 de Março de anno pasado, por parte do Sae Magistado, tinha sido já communicado a V. Ex.

Quanto a proposta de V. Ex. ao Sr. Bailie, acerca dos papéis relativos á extincta comissão, o Sr. Bailie informou a V. Ex., por nota de 8 de Fevereiro, que solicitaria a esse respeito ao governo do Sae Magistado, o q se fez pelo pagamento daquelles men, e não preciso dizer a V. Ex. que aquelles ordenados não podião ainda ter sido recebidos.

Entretanto não preciso de mais ordem para declarar a V. Ex. que o governo do Sae Magistado não tahi a menor duvida em guardar temporaria d'aes papéis, ao ministerio á cargo de V. Ex.

Tenho sobre isso feito a V. Ex. a seguinte observação.

Fui informado pelo ex-comissario britannico de que documentos, pertencentes a algumas reclamações britannicas, ainda não decididas pela extincta comissão, tinham sido substituidos ao exame do commissario brasileiro.

Far-me-me conveniente que os documentos, relativos ás reclamações britannicas que se achão ainda por decidir, sejam restituídos ao commissario britannico.

Recomendarei ao Sr. Morgan que se attenda a semelhante respeito com o Sr. Tolentia, a quem espero V. Ex. teri a bondade de dar as suas ordens.

Cria-se que o Sr. Morgan não tem em seu poder documentos alguns pertencentes á reclamações brasileiras ainda não decididas. Se elle porém as tiver, deo-lhe-las ordens para restituí-las ao seu collega brasileiro.

Aproveito-me da opportuniidade para recomendar a V. Ex. as seguranças de minha mais alta consideração.

A S. Ex. o Sr. Desconato Augusto do Magalhães Teques.

W. D. CANNON.

N. 56.

Nota do governo imperial á legação britânica.

Rio de Janeiro, História dos negócios estrangeiros, em 2 de Maio de 1852.

Tenho presente a nota datada de 28 de mez findo, em que o Sr. William Dougal Christie, cónsul embaixador e ministro plenipotenciário de S. M. Britânica, respondendo á que dá a honra do Offício em 21 do mesmo mez sobre a entrega dos rendimentos dos empréghos da comissão mista brasileira e inglesa, e á correspondência no archivo deste ministério dos papéis que haviam sido submettidos ao exame da dita comissão, propõe que os documentos pertencentes ás reclamações britannicas, que não foram julgadas e que haviam sido confididas ao exame do consulario brasileiro, sejam devolvidos ao consulario britannico, a cujo cargo devem ficar.

Cabe-me em resposta dizer ao Sr. Christie que, atendendo á sua proposta, expõe nesta data ao Sr. Theodoro Marques, secretario brasileiro da comissão, que se acha encarregado do relacionamento e entrega dos papéis, os ordens convenientes para que proceda no sentido da mesma proposta.

Respondo ao Sr. Christie as seguranças de minha alta consideração.

Ao Sr. William D. Christie.

RECEBUE ANGLAIS DE MEXICO, 1852.

Reconhecimento do reino da Italia.

N. 57.

Nota da legação da Italia ao governo imperial.

Rio de Janeiro, em 5 de Agosto de 1861.

Sr. ministro. — Tenho a honra de annunciar officialmente a V. Ex. que no dia 17 do mez ultimo foi succedida e promulgada a lei pela qual S. M. o rei Victor Manuel II. meu augusto soberano, tomou para si e para os seus successores o titulo de rei da Italia.

A Italia, a quem as nações se mais solidadas em civilisação têm applaudido e apoiado no alto do seu reconhecimento politico, proclamando o facto da independencia e da unidade nacional, terá a honra das grandes potências da Europa mais um elemento de ordem, de equilibrio e de paz.

As relações de amizade que sem interrupção têm existido entre os dois paizes; as seguranças que tenho recebido dos desejos do governo imperial do Brasil de con-

correr para que se estabeleçam e se desenvolvão entre uns mais novas felizes relações, reciprocamente vantajosas; e respeito aos princípios institucionaes e constitucionaes, sobre os quaes se funda a independencia do Brasil, assim como a da Italia; a exemplo do grande numero de Estados, e dos mais poderosos, da Europa e da America; e accordo amigavel, que do dia em dia mais se consolida, dos poderes na Italia, nenhuma duvida me deita sobre o reconhecimento formal, por parte do governo de S. M. o Imperador do Brasil, á communicação de que tenho a honra de ser orgão junto de V. Ex.

Nesta communicação aproveito-me com prazer do tão memoravel occasião para reiterar a V. Ex. as seguranças do minha muito alta consideração.

A S. Ex. o Sr. conselheiro B. A. de Magalhães Taques.

Cavalleiro Gabriel Galatini dos Condos de Gensla e de Saniglia.

N. 58.

Nota do governo imperial á legação de Italia.

Sociedade Central. — Rio de Janeiro, ministerio dos negocios estrangeiros, em 9 de de Agosto de 1851.

Cabe-me a satisfação de attestar estabelecida a nota, datada de 3 do corrente, que dirigio-me o Sr. cavalleiro Gabriel Galatini dos condos de Gensla e de Saniglia, encarregado de negocios de S. M. o rei Victor Manuel II. para o fim de communicar officialmente ao governo imperial que em 17 de Março ultimo foi promulgada a lei, pela qual o mesmo augusto senhor toma para si e para os seus successores o titulo de rei da Italia.

Como resposta a esta communicação, apresso-me a declarar ao Sr. Galatini que o gabinete imperial, apreciando devidamente a importancia e alcance dos acontecimentos politicos por que acaba de passar a Italia, e respeitanto o resultado desses acontecimentos, une com o maior prazer os seus votos das outras potencias pela prosperidade do novo reino, e pela consolidação nelle da ordem publicá, e do governo constitucional.

Alargando ao Sr. encarregado de negocios que nenhuma duvida terá o governo imperial em reconhecer o novo titulo que S. M. o rei Victor Manuel II tomou para si e para os seus successores, logo que seja essa resolução notificada por carta do mesmo augusto senhor á S. M. o Imperador do Brasil, que a receberá com muito agrado, apresso a opportuniidade para reiterar ao S. Galatini as expressões do minha muy distinta consideração.

Ao Sr. cavalleiro Gabriel Galatini, dos condos de Gensla e de Saniglia.

B. A. de Magalhães Taques.

N. 59

Nota do legação da Itália ao governo imperial.

Rio de Janeiro, em 5 de Novembro de 1861.

Sr. ministro — Com o maior contentamento tenho a honra de transmitir inclusa a V. Ex. a carta original, acompanhada da cópia do esboço, pela qual S. M., meu augusto soberano, notifica directamente a S. M. o Imperador do Brasil ter assumido para si e seus successores o título de rei da Itália, por graça de Deus e vontade da nação.

Estou certo de que V. Ex., tão digno intérprete dos sentimentos de sympathia e amizade que unem S. M. o Imperador e o seu povo a meu augusto soberano e a nação italiana, se apresenará pelo seu parte a fazer chegar ao seu alto destino a carta régia acima mencionada.

Aproveito para praeir esta feliz occasião para renovar-vos, Sr. ministro, as seguranças de minha muito alta consideração.

A S. Ex. o Sr. conselheiro B. A. de Magalhães Taques.

CAVALLEIRO GABRIEL GALATERI DOS CONDES DE GENOVA E DE SONOGIA.

N. 60.

Nota do governo imperial al legação da Itália.

Secção Central. — Rio de Janeiro, ministerio das negociações estrangeiras, em 8 de Novembro de 1861.

Tenho a honra de accusar recebida a nota datada de 5 do corrente, que dirigiu-me o Sr. cavalleiro Gabriel Galateri dos condes de Genova e de Sonoglia, encarregado de negocios de S. M. o rei da Itália, acompanhando a carta do gabinete e respectiva cópia de esboço, pelo qual o mesmo augusto senhor annuncia a S. M. o Imperador haver tomado para si e para os seus successores aquelle título.

De accordo com o nota deste ministerio, de 9 de Agosto da corrente anno, reconhece o governo imperial este novo título, e apresenando-me a assim communicar-lo ao Sr. cavalleiro Gabriel Galateri, aproveito-me da oportunidade para renovar-lhe as seguranças de minha muito distincta consideração.

Ao Sr. cavalleiro Gabriel Galateri dos condes de Genova e de Sonoglia.

B. A. DE MAGALHÃES TAQUES.

N. 61.

Muito Alto e Muito Poderoso Príncipe, Meu Bom Irmão e Primo, Tiro a satisfação de receber a carta, que Vossa Magestade dirige-me em data de 24 de Setembro ultimo, participando-me que os acontecimentos realiaes na Península Italiana decidiram Vossa Magestade a subscrição a lei adoptada pelo Parlamento, em virtude da qual assumis para Si e Seus successores o título de Rei da Italia. Agradeço a Vossa Magestade esta importante communicação, e reconhecendo aquelle título, que Vossa Magestade tomou, confio que sob os auspícios de Vossa Magestade o Brasil e o Reino da Italia manterão as relações de amizade e boa harmonia que He felicemente existam entre os Povos de ambos os Paizes. Rego a Vossa Magestade queira aceitar a expressão dos votos que Faço pela prosperidade de Sua Augusta Casa e do Reino da Italia. Muito Alto e Muito Poderoso Príncipe, Meu Bom Irmão e Primo, Nosso Senhor Haja a Posse de Vossa Magestade em sua santa guarda.

Escrepita no Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Novembro de 1861.

De Vossa Magestade

Bom Irmão e Primo

PEDRO.

B. A. DE MARQUES TAHER.

Accordo para determinar a jurisdicção a que devem ficar sujeitos os crimes commettidos no Amapá, e levados a um dos paizes limitrophes.

N. 62.

Officio do consal do Brasil ao governo de Cayenna.

Cayenna, 9 de Maio de 1861.

Sr. Governador. — Domingo passado, 3 do mez corrente, chegou ao porto da cidade de Cayenna uma canoa vinda do Amapá, crepida pelo intitulado principal deste lugar, Hemigio Antonio de Miranda.

Esta canoa contendo para esta cidade, para serem postos á vossa disposição, segundo as informações que me foram dadas, os chamados João Sales e Floriano Antonio, o primeiro, por haver assassinado, no lago Amapá, em suas circumstancias, um peruano de nome José da Cruz, e o segundo, por não ter obedecido ao principal.

Logo que estes presos chegaram, foram mandados recolher na cadeia desta cidade.

Ainda hoje se sabe que a mulher de Floriano Antonio, a chamada Anna Rita, foi presa e também se acha em cadeia. Esta mulher é brasileira, assim como os dois réus que o Instituto principal de Anapóoli mandou prender e conduzir para aqui, para serem postos á nossa disposição.

Tenho portanto a honra de rogá-vos, Sr. governador, trahis a amizade de me communiar quizes as medidas adoptadas com referencia aos dois réus, João Sales e Floriano Antonio, e o motivo da prisão da brasileira Anna Rita.

Atteini, etc.

do Sr. governador da Guyana Francesa.

O consal do Brasil,

João WILKES DE MATOS.

N. 63.

Officio do governador de Cayenna ao consal do Brasil.

Cayenna, 10 de Março de 1861.

Sr. consal.—Tenho a honra de accusar a recepção do officio que me dirigeis em 9 do corrente, com o fim de scelles informado das medidas adoptadas acerca dos designados João Sales e Floriano Antonio, o primeiro accusado do assassinato de José da Cruz no territorio do Anapóoli, e o segundo por não ter obedecido ás ordens da principal daquella lugar.

O Sr. procurador imperial, á quem remetti o negocio concernente a estes dois homens, postos á minha disposição, deverá ter-vos já communicado os autos do sumario a que se procedeu a este respeito, e de qual resulta que ha contra o chamado Sales sufficientes provas para que seja encarcerado e julgado por quem de direito.

Por outro lado, a autoridade superior ou judicial da colonia não tendo de modo algum a ingtir-se na missão de tomar parte da jurisdicção exercida pela principal do Anapóoli sobre a população desta parte do territorio contestado, o chamado Floriano Antonio foi posto em liberdade.

Finalmente, Sr. consal, no que diz respeito á Anna Rita, o procurador imperial havia de vos ter informado que esta mulher, accusada de cumplicidade no assassinato do chamado Cruz, fica igualmente posta em prisão preventiva, sendo detida na cadeia. Na convicção de que esta mulher será absolvida desta accusação, a pedido do senhor procurador imperial, ha retornado a liberdade da cadeia tapeja, a lei do da qual veio para Cayenna.

A questão suscitada por este incidente me parece bastante delicada para rogá-vos a honra de uma conferencia comigo amanhã pela manhã.

Atteini, senhor consal, as seguranças da minha mais distincta consideração.

M^{te} Sr. consal do Brasil em Cayenna.

O governador da Guyana Francesa,

L. TERNAN MONTAIGNE.

N. 64.

Offício do conselheiro do Brasil ao governador da Guayana,

Comandado do Brasil.—Guayana, 16 de Março de 1864

Sr. Governador.—Depois que tive a honra de receber o vossa officio sob n. 63, de 10 deste mez, o Sr. procurador imperial communicou-me o processo summario feito em Juiz, para verificar de uma maneira legal as differentes circumstancias do drama que teve lugar em Amapá, e que deu origem a serem postos á vossa disposição pelo principal desta parte do territorio contestado, os denunciados João Sales e Floriano Antonio; o primeiro accusado de ter assassinado em 20 de Novembro de anno findo, com um tiro de espingarda, junto ao lago Itubal, um peruano por nome José da Cruz, e o segundo, cujo ferimento deu lugar a esta desgraçada occorrença, por não ter obedecido ao dito principal.

Não tendo sido precedido por testemunhas que Floriano tivesse tomado parte naquella assassinato, o Sr. procurador imperial, conforme declarou no seu officio de 11 do corrente, o mandou pôr em liberdade.

Anna Rita, mulher de Floriano, tendo sido accusada de complicitade no assassinato de José da Cruz, e estando rubio em Cayenna, o Sr. procurador imperial interrogou-a, depois mandou-a prender e deter provisoriamente na cadeia. Porém quarenta e oito horas depois foi posta em liberdade, por isso que o assassino João Sales foi o unico que declarou, na occasião do seu interrogatorio, que resolveu assassinar José da Cruz, em consequencia das offensas feitas á mulher de Floriano, que se levantou contra o autor dos ferimentos de que tinha sido victima seu marido, e se queixou de não haver no lugar quem a vingasse.

Este facto não constituinte de modo algum, prom legal, a detenção prolongada de Anna Rita não podia ser justificada: ser ella posta em liberdade era uma consequencia logica, ainda quando a sua prisão não fizesse da competencia das autoridades da colonia.

O assassino João Sales continuou preso para ser julgado por qtuas de direito.

Esta medida é, segundo a minha opinião, em acto necessario á moral publica, á segurança e tranquillidade dos habitantes do territorio contestado, e particularmente á daquelles que tomára parte na sua captura.

Agora trata-se de saber qual é a autoridade a quem compete proseguir neste negocio.

Fizestes-me a honra de expôr na conferencia que tivemos a este respeito na manhã do dia 11 deste mez:

1.º Que o facto de terem sido postos á vossa disposição os dous indicados de crimes commettidos no Amapá, suscitara um incidente semel delenda.

2.º Que, sem attenção á maior ou menor parte de autoridade que o principal do Amapá exercia sobre os habitantes desta parte do territorio contestado, acritadas os presos, assemelhando-os a *piratas*.

3.º Que a moral publica exigia que fossem postos em lugar seguro, até que os tribunaes de França e do Brasil, resolvesses á qual d'esses dous países pertencia processar e julgar crimes commettidos no dito territorio.

4.º Que os dous países limitrophes devião ágar um grande interesse á solução desta questão de jurisdicção, por isso que o territorio contestado não devia continuar a ser o

Havendo de crimes contra a dição castitudo, e o asyle ou refugio involuntario de todas as malfeitores, que alli commetterem crimes, ou procurando escapar á acção das leis dos seus países.

do território contestado, e impedirão, no interesse dos dois países limitrophes, que os crimes que alli se commettam não se reproduzirem em maior escala.

Aceitai, Sr. governador, etc., etc., etc.

Do Sr. L. Tardy de Montravel, governador da Guyanna Francesa.

O senhor João Wazios de Moraes.

N. 65.

Officio do governador da Guyanna ao conselheiro do Brasil.

Guayana. 29 de Março de 1861.

Sr. conselheiro. — Pela mea officio datado de 20 do corrente meza, tive a honra de annunciar-vos uma proxima resposta ao que me dirigistes em 16 d'esta meza, e pelo qual me expozestes a vossa opinão acerca das populações do territorio contestado entre o Amazonas e o Guyapok.

Na primeira conferencia crenti, dois pareceres por occasião da assassinato de um habitante do Atupá, por um outro da mesma localidade : o primeiro era, que estando embarcado este ultimo em uma canoa ou navio sem nacionalidade, podia ser julgado como pirata ; mas não hessei nisto na nossa conferencia, preferi resolver a questão propondo á vossa governa respectiva um tribunal misto, na Paró e em Guayana, para julgar os individuos habitantes do territorio contestado, que se tivessem tornado culpados de crimes, admitindo que, qualquer que fosse a nacionalidade do criminoso, seria competente para julga-los aquelle dos dois tribunals que primeiro se tivesse d'elles apoderado.

Persistiria nesta ultima solução se a jurisprudencia da França e do Brasil fossem semelhantes ; mas as differenças que apresentão a respeito se não impossivel se tornou difficil.

Por outro lado, Sr. conselheiro, com quanto reconheço que o facto que propozesmos de fazer julgar os accusados pelos tribunals da região á que pertencem, fosse o mais racional, se esta população fosse composta de francezes e brasileiros somente, não posso constado deixar de vos fazer ver as difficuldades que ao principio não appareo sobre o meu espirito.

Perguntai-me com effeito á qual das duas competencias seria attribuida : 1.^a os habitantes indigenas, sem nacionalidade ; 2.^a os estrangeiros que, como as victimas do ultimo crime, se estabelecerão neste territorio ; 3.^a aquellos que, accusados de um crime anterior, se trouxeram exilados do Brasil ou da Guyana Francesa, e nã fossem comprehendidos nas categorias de criminosos, cuja extradição é autorizada pelos tratados.

Essas questões delicadas pertencem ás difficuldades praticas parecer-me pela sua natureza carecer de uma solução mais racional, abrangendo todas as casae ; é me lexão a propor que se resolve por um accordo que, enquanto não for decidido o litigio terri-

terial levantada entre a França e o Brasil. todo o habitante do territorio contestado, qualquer que seja a sua nacionalidade, que accusado de um crime cometido a um dos países limitrophes, seja processado e julgado conforme as leis desse país.

Finalmente, Sr. consel, eu tambem submetto, conforme combináramos, a questão que nos occupa. É devida do governo do S. M. o Imperador, e solicito instrucções para o caso especial que suscitou a questão de competência.

Assim, Sr. consel, as seguintes são minha distincta consideração.

Ao Sr. João Willera de Mattos.

O governador da Guyana Francesa,

L. F. de MARMONTEL.

N. 66.

Officio do governador da Guyana ao consel do Brasil.

Guyana, 1.^o de Abril de 1861.

Sr. Governador. — Tenho a honra de accusar a recepção do vosso officio de 20 de Março ultimo, sob n. 79, em resposta ao que vos dirigi em 16 do mesmo mez.

Vou igualmente submeter á alta apreciação do governo do S. M. o Imperador, meu sagrado soberano, a vossa correspondencia sobre a questão de jurisdicção acerca das populações do territorio contestado entre a França e o Brasil.

Aprehei deplacamente as difficuldades que livestock a bondade do me assignar no vosso officio: e posto que as duas principaes hypothese que apresentastes sejam *prima facie* graves, e de natureza tal que affectado de vosses requirito o principio, que eu lance a liberdade de indicar-vos: e de fazer julgar os crimes commettidos « no territorio contestado pelos tribunaes da nação a que pertencem os seus accusados », não obstante, que uma excepção a esta regra geral, faria cessar estas duas difficuldades.

Esta excepção seria: « que os crimes perpetrados no dito territorio por indivíduos sem nacionalidade, ou por subditos de outros países, que não sejam o Brasil ou a França, fossem julgados pelo tribunal que delles prioritariamente se apoderasse. »

Quanto á terceira hypothese, julgo, Sr. Governador, que, como não se trata senão de regular o julgamento dos crimes commettidos no territorio contestado; de Franceses e Brasileiros, accusados de um crime anterior, que nelle se tivessem refugiado, não deveria ficar sem a regra geral, para os não collocar em condições mais favoraveis do que aquelles, os que se acharem os individuos que, pela primeira vez, alli fossem accusados de um crime, sem o terem commettido em outra parte.

As disposições que fossem adoptadas, não podendo ter effecto retroactivo, não comprehendendo senão os crimes posteriores á promulgação destas disposições.

Passado sincera vista para que os meus respectivos governos se pontho de accordo o mais breve possivel sobre esta questão de competência, não perderei esta occasião, Sr. Governador, para ter a honra de tributar-lhes as homenagem da minha muito respeitosa consideração.

Do Sr. Governador da Guyana Francesa,

O natural do Brasil João Botelho de Moraes.

Abolição do direito de Stade em Brunschauen.

N. 67.

Nota do governo Hannoveriano ao ministro do Brasil.

Hannover, 7 de Fevereiro de 1861.

O abaixo-assinado, ministro de estado e dos negocios estrangeiros de S. M. o rei de Hannover tem a honra de dirigir ao Sr. conselheiro de Assesjo, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. V. o Imperador do Brasil, a seguinte communicação.

O direito secular de Stade em Brunschauen, como foi novamente estabelecido pela convenção celebrada em Deczto a 13 de Abril de 1811 entre os Estados illeirinhos do Elba, de conformidade com os arts. 108-116 do acto de congresso de Viena, e que fica objecto de estipulações em uma serie de tratados que o Hannover concluiu com varios estados, é percebido sobre os carregamentos dos navios que, subindo o Elba, têm de passar a subscadua do rio Schwinge.

As reduções feitas na tarifa e as grandes facilidades concedidas quanto ao modo de percepção do dito, segundo se pensava em 1811, pôz ao abigo de qualquer reclamação o direito supramencionado.

Este pensamento, que a experiencia dos primeiros annos parecia confirmar, não pôde ser mantido hoje.

Nestes ultimos tempos tem-se visto a espirito publico pronunciar-se contra o direito estabelecido nas portos de Hamburgo, metropole commercial do norte da Alemanha.

Como conseqüencia natural das idéas e tendencias da época actual, a agitação contra os direitos de Stade veio receber novos elementos de força no exemplo da arte internacional da pegada do Sinala, celebrada em 1857, e que não se deixou de qualificar como precedente, sem se attender as differenças essenciais que podião dar-se entre as respectivas directas.

Foi neste estado de coisas que, durante a de-embarque em: papel propoente pela importancia de seu commercio nas aguas do Elba inferior, o governo da Grã-Bretanha interveio na questão, denunciando em data de 11 de Junho

de 1828, o tratado de commercio e de navegação que havia sido concluido entre o Hannover e a Grã-Bretanha a 22 de Julho de 1814.

O fim, se não expresso, pelo menos subentendido desta medida que aliás os debates parlamentares haviam feito prover, era o de um novo regulamento dos direitos de *Stade*, regulamento para o qual, segundo as vistas e intenções do gabinete britânico, a convenção de Bresla não devia mais servir de base nem de ponto de partida.

As negociações que seguirão-se de parte a demarcação do tratado anglo-hannoveriano, derão em resultado entre o Hannover e a Grã-Bretanha, uma intelligencia poética, a que já des seu assentimento o estado que com a Inglaterra está principalmente interessado na questão, a saber, a cidade livre e hanseatica de Hamburgo.

Convenção de que a opinião publica na Inglaterra e em outros países repelliria como insufficiente qualquer meio palliativo, e não ficaria satisfeita com uma solução que não fosse absoluta e radical, o gabinete britânico acaba de propor-lhes a supressão completa dos direitos de *Stade*, mediante um resgate cujas condições as mesmas competere a cidade de formular.

O gabinete de Londres avalia em 300,000 thalers (alleniães), termo médio, a renda bruta do direito, e julga poder fixar o capital, com precisão, multiplicando-a presumtiva importancia da renda annual pelo algarismo de 15 1/2. Resulta deste calculo, segundo a proposta inglesa que deve pagar-se ao Hannover a somma de 3,400,000 thalers (alleniães), a qual tem de ser distribuida entre todos os Estados que, como tributarios da renda de *Stade*, são interessados na sua abolição.

Para fazer-se esta distribuição sobre a Inglaterra como um todo de conciliar os interesses gerais e particulares, divide a somma total em 3 partes iguaes, cada uma de 1,600,000 thalers (alleniães), dando uma ao paiz pelo Gado-Bretanha, a outra pela cidade livre de Hamburgo, e a terceira pelos outros estados interessados, comprehendido o Hannover.

As propostas supranhadas considerando-se a importancia e distribuição das sommas de resgate, ficam acompanhadas certas reservas e cláusulas, de que se tratare depois.

O governo de rei confessa francamente, não deitou de hesitar, antes de aceitar a situação em que o collocava o projecto ingles.

Em virtude dos princípios geralmente reconhecidos, o Hannover tem sua dívida fundamente para reclamar, em compensação do imposto que se pretendia abolir, um capital cujo juro, segundo a taxa commum de 5%, fosse equivalente á somma média da renda annual da pagem.

Ors, segundo o extracto dos registros annexo (quadro 1) a renda bruta, nos exercicios de 1845 a 1860, foi na realidade de 320,000 thalers pelo menos, e a renda líquida pelo menos de 180,000 thalers, termo médio.

A capitalização desta renda por 15 annos daria uma somma de mais de 5 milhões e meio.

Ha além disto um facto constante, e a que não seria justo deixar de attender, que a receita do direito de *Stade*, em vez de ficar estacionaria, tendo sem cessar a augmentar-se, e promettendo ao fisco publico maiores beneficios do anno á anno.

Se, como se fez em uma occissão recente, foram supprimidos daquella somma os annos de guerra, ou restringida ella á renda dos ultimos annos, se capitalissemos por 15 annos a renda, calculada por este modo, diminuiria depois desta mesma renda 38%, ter-se-hia sempre uma somma de pouco mais ou menos 4 milhões como de-reito representar o capital a pagar.

A somma total que a Inglaterra propoz-lhes, a título de indemnização, está muito longe da que fica acima mencionada, e de nenhum modo pôde ser considerada como uma verdadeira e completa compensação. Se o ajuste fór realizado sobre esta base,

o governo hesitará se não será sempre retidamente com um deficit que não pôde deixar de alterar miseravelmente o equilibrio do orçamento.

As nossas hesitações não portanto são legítimas, e são mais naturais do que as nossas hesitações.

Não obstante todos estes arcos de uma importância incontestável, viemos a aquiescer em tudo á proposta da Inglaterra.

Cedendo aos conselhos escurrecidos e bem intencionados desta potencia, nos decidimos a fazer a lei da utilidade publica um sacrificio imediatamente consideravel, que não tem vantagem alguma especial para o Hanover, mas do qual o commercio e navegação de quasi todos os Estados do mundo colherão os frutos.

O accordo prèvio celebrado entre o Hanover e a Grã-Bretanha, e é que a cidade de Hamburgo seña de associar-se, refere-se aos seguintes pontos.

O Hanover consente em supprimir completamente e para sempre o direito do Estado, reservando somente a deliberação das camaras que é exigida pela constituição do reino.

A título de compensação, e como castigo deste sacrificio, assegura-se ao Hanover um capital de 3,100,000 talhers (offertens).

A Grã-Bretanha e a cidade livre e hanseatica de Hamburgo compromettêrão-se constantemente a pagar os 2 terços desta somma, submettendo a validade e execução deste compromisso ás formalidades e regras estabelecidas em suas constituições.

O Hanover obriga-se formalmente a não substituir o direito do Estado por direito algum sobre a navegação do Elba, sob qualquer denominação que seja, depois que for este direito abolido por tratado realtante a indemnização estipulada nos mesmos tratados.

O Hanover obriga-se além disso a ceder como até agora, e confirmar suas obrigações actuaes, da conservação das obras que são necessarias para a livre navegação do rio, e a não estabelecer por este motivo nenhuma nova lei em substituição do direito abolido pelos tratados que se senão de concluir.

Tal é em substancia o ajuste eventual e preliminar que firmas com os dois Estados, cujo accordo entre si e com o Hanover devia, pela força das circumstancias, constituir a primeira condição para chegar-se, com probabilidade de bom êxito, a tarefa que nos é commettida.

A questão agora apresenta-se regularmente, e, segundo esperarmos, será resolvida satisfactoriamente para todos.

O abaixo assignado tem a honradez pelo presente de submeter á consideração esclarecida do Sr. cavalheiro de Vaujo, no mesmo tempo que aos outros governos que compõe o terrico grupo dos Estados intermedios, a proposta acima indicado.

Depois da redugão muito consideravel que o gabinete britannico fez no capital de sangue: depois das minuciosas e escriptas investigações á que procedêrão o governo e o parlamento da Grã-Bretanha nesta questão, que lhes era familiar ha muitas annos; depois enfim do assentimento côrdo da cidade livre de Hamburgo, habilitada como nenhum outro Estado com elementos de informação, os governos do terceiro grupo não terão difficuldade em convencer-se de que um projecto devido á iniciativa da Inglaterra não pôde lesar seus interesses, qualquer que seja o resultado que possa ter depois a questão secundaria.

Com esta commissão o abaixo assignado finit-se-lhe a apresentar o modo de distribuição que propõe a esses governos.

E a base do pavilhão, que o governo do rei adoptou depois de um estudo e profundo exame.

Esta base, segundo nosso parecer, concilia justamente todos os interesses nesta questão.

E é mais seguro, se isto o unico meio de chegar á solução, para a qual faz votos a todos commerciantes.

Os dois lugares que a Gêta-Bretanha e a cidade de Hamburgo obrigou-se a pagar, cobram e mesmo excedem a somma das quotas destes dois Estados, tornando o payable por loss do credito. Os outros Estados tem pois a certeza de que a compensação contrahida entre a Hanseer e os Estados mencionados é tudo em vantagem propria.

A applicação deste principio não tem — com poucas excepções — solidigres no respeito, sendo as listas das quotas podesse esperar um recurso activo, prompto e efficaç. Os poucos estados que terião de ser classificados em outra categoria, ainda mesmo recusando a seu reconhecimento ou pagamento não poderião comprometter sem retardar o desenlace final.

E sem duvida por esta razão que a Gêta-Bretanha assim como a cidade livre de Hamburgo derão sua approvaçã e applicaçã do principio indicado.

Comunicando ao Sr. cavalleiro o quadro II annexo a esta, que mostra detalhadamente a parte contributiva de todos os Estados, a carga das quotas deve ficar ultima parte da somma total, e o abatto assignado tem plena confiança no bom exito de uma applicaçã, para a qual, sem duvida alguma, todos os interessados terã as mesmas boas disposições, e o mesmo espirito conciliador de que tem dado prova a Hanseer.

Quando se trata de um assumpto de interesse commum como o de que nos occupamos neste momento seria superfluo provar que se se podesse admitir um resqdo total, excluindo os resqdos parciaes.

Independentemente de outras considerações, a impossibilidade das transacções separadas resulta claramente do art. 17 do tratado de 13 de Abril de 1841 sobre direito de Hamburgoen Gêta. Por quanto, este artigo obriga a Hanseer a fazer participar os Estados ribeirinhos da lista de loss e qualquer vantagem que p verthem podesse ou a ser concedida a alguma terceira potencia, quer a concessã seja gratuita ou condicional, quer, neste ultimo caso, o Estado ribeirinho tenha dado, ou não, uma compensação equivalente.

Aprezã disto, o abatto assignado não hesita em declarar, desde já, que o direito de Estado cessar de ser cobrado e qualquer medida relativa a este direito cessar de ser exercida, desde que, além das quotas da Gêta-Bretanha e da cidade livre de Hamburgo, se sey repartidas da terceira parte do capital nos fizesse garantidas por tratado.

A quantia, que consentimos em não esperar o pagamento, deixa uma grande margem para poder-se esperar que não sobeirão deixando algum á prompta abolição do direito, constante que as outras partes interessadas acciltem a modo de repartição que nós lhes indicamos, e que toda a operação seja admitida em principio.

E uma declaração do Brasil sobre estes principios e sobre as quotas acima indicadas que desejaria o abatto assignado antes de tudo receber pelo chancery intermedio do Sr. cavalleiro.

Lago que as respostas dos altos governos, aos quaes o abatto assignado se dirige, fizessem assignando a intermediaçã que não deixa de estar sobre o resultado de seus passos, tem a certeza de apresentar proposta para a marcha ulterior da negociação.

O abatto assignado julga desnecessario acrescentar quefieri como um rigoroso dever pôr á disposiçã do Sr. cavalleiro os esclarecimentos que seu governo deusjar obter para mais ampla informaçães.

O abatto assignado apresenta esta occasião para renovar ao Sr. cavalleiro as seguranças de sua alta consideração.

Ao Sr. cavalleiro de Araxá.

Partes-Hamburgo.

N. 68.

Nota da legação imperial ao governo de Hannover.

Berlim, 8 de Fevereiro de 1861.

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario do S. M. o Imperador do Brasil, teve a honra de receber a memoria que S. Ex. o Sr. conde de Platen Hallermund, ministro do estado e dos negocios estrangeiros do S. M. o Rei de Hannover, dirigiu-lhe em data de 2 de Fevereiro, concernente ao direito de Estado, e tem o prazer de poder desde já fazer-lhe a declaração pedida.

O governo imperial, informado officiosamente da maior parte dos incidentes que a questão de Estado tem feito surgir ha mais de um anno, e não desejando recusar sua cooperação para o ajuste de um negocio que interessa em tão alto grau o commercio do mundo, ainda que não seje de uma das partes que mais interesse tenha na solução desta questão, pelo pouco desenvolvimento de sua marinha mercante de longo curso, authorisa com anticipação o abaixo assignado a declarar que o Brasil adheir á capitalização dos direitos de Estado em Brunswick sobre a base da privillégio.

O abaixo assignado, portanto, achando-se sufficientemente autorizado para este fim pelas communicações anteriormente recebidas do Rio de Janeiro, declara que o seu governo accie a base de decisão da longa parte recorrida para os interessados que não seje a Grão-Bretanha e a cidade livre e hanseatica de Hamburgo.

O governo imperial entregará, pois, ao thesouro hannoveriano a somma de 1,043 thalers, que toca ao Brasil como se vê do quadro de distribuição feita sobre o principio do privillégio.

A presente obrigação confirmada pela firma por que as duas partes julgarem mais conveniente, fica, contudo, na que sejeita a sua execução, dependente da approvação do poder legislativo.

O abaixo assignado roga a S. Ex. o Sr. conde de Platen Hallermund tenha em vista o impeto, recomenda a S. Ex. as seguranças de sua mais alta consideração.

A S. Ex. o conde de Platen Hallermund, ministro de estado e dos negocios estrangeiros do S. M. o Rei de Hannover.

Marcos Antonio de Araújo.

N. 69.

Nota do governo de Hannover á legação imperial.

Hannover, 10 de Fevereiro de 1861.

Foi com verdadeira satisfação que o alcaide assignado teve a honra de receber a nota do Sr. do corrente, pela qual o Sr. cavalleiro de Araújo, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de S. M. o Imperador do Brasil, achando-se autorisado por parte do seu governo, o informou de que o Brasil consente, sobre a approvação do corpo legislativo, na capitalisação dos direitos de Estado sobre a base do parágrafo e está prompto a pagar a somma de 1013 thalers, que representa a parte que lhe pertence ao resgate.

Limitando-se por enquanto a conseguir esta adição, que foi a primeira que tiverão as propostas de Hannover, o alcaide assignado não deixou, logo que o projecto de resgate tiver reunido o numero necessario do suffragio, de prevenir ao Sr. cavalleiro, e de lhe dar conhecimento, por essa occasião, das vistas do governo hannoveriano sobre o processo que deve seguir-se para serem levadas a effeito as abrigações contrahidas.

O alcaide assignado roga ao Sr. cavalleiro que aceite as seguranças reiteradas de sua alta consideração.

Ao Sr. cavalleiro de Araújo, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de S. M. o Imperador do Brasil.

PLATON HANNOVER.

N. 70.

Nota do governo de Hannover á legação imperial.

Hannover, 24 de Maio de 1861.

O alcaide assignado, ministro do estado e dos negocios estrangeiros de S. M. o Rei de Hannover, tem a honra de fazer ao Sr. cavalleiro de Araújo, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de S. M. o Imperador do Brasil, a seguinte communicação, polmeo-lhe que se digne considerá-la como supplemento á sua nota de 2 de Fevereiro relativamente ao resgate do direito de Estado ou de Brunsquigue.

O governo de Hannover teve a satisfação de ter acolhido com benevolencia, muito pronunciada, e quasi geral, as suas propostas de 2 de Fevereiro. Ao conside que facetas

grande número de governos respondendo por uma allieção sem reserva. As declarações de outros, reconhecendo essencialmente preparatorias, dão a perceber a vontade de se associarem ao mesmo projecto. Alguns governos, com os quaes não temos a vantagem de nos achar em contacto immediato por meio de um organo diplomatico, não deixam de assegurar-nos indirectamente as suas boas disposições.

A justiça da causa e o espirito de caridade que o Hanover applicou á sua solução estão d'ora em diante bem estabelecidos. Se, pois, exceptuando os países longinquos d'além-mar, cuja resolução não pôde ser logo conhecida, houver-se um governo qualquer que entenda-se dever ficar fôr do accordo geral, força nos seria attribuir o seu papel paizão a circumstancias intrinsecamente excepçionaes, e de modo alguns julgariam que quizesse estabelecer-se em um systema de indifferença, inerte, é verdade, de sacrificios, em quanto os que seus interesses se achão envolvidos.

Pelo acollhimento desinteressado com que fôrdo benignamente acollidas as nossas propostas, nos julgamos obrigados a abrir desde já a negociação para que esta negocio seja definitivamente resolvido, fundados, como estamos, na esperança de que allieções subsequentes virão completar o capital do resgate na proporção que o abate assignado indicou no final da sua nota de 2 de Fevereiro.

Tenta-se de reunir em um tratado geral e solenne as rotas affirmativas que o Hanover obteve ou que obtiver durante este intervallo.

Para preparar este acto internacional, foi o abate assignado encarregado da parte da rei, seu augusto sobrinho, de convidar os governos adherentes ao prompto se allieirar, a uma conferencia plene nota capital, no dia 17 de Junho do corrente anno, a manifestar, para esse fim, os seus representantes na corte de Hanover dos plenos poderes e instrucções necessarias, ou offerecer commissarios *ad hoc* ao Hanover.

O abate assignado acredita que o resultado satisfactorio depende de uma marcha prompta e sem interrupção da conferencia.

Colocar os governos em posiglio de instruir convenientemente seus mandatarios deão a abertura da conferencia, é facilitar e accelera os trabalhos.

Para se conseguir este fim tão desejado o abate assignado toma a liberdade de juntar á presente um projecto de tratado, assim como um projecto de protocollo, acompanhados de observações explicativas, entre as quaes pretende occupar a conferencia.

Esses projectos são a expressão de todas as nossas idéas.

Descrevem claramente a situação e as questões que ha a resolver.

Portanto, não podendo a deliberação encounter nem difficuldade, nem obstaculo, é lícito esperar que as negociações chegarão promptamente a esse resultado que está nos votos de mundo commercial, bem como dos governos, isto é, á assignatura, na presente primavera, de um tratado que conseguirá a supressão completa e para sempre do direito secular do Estado.

Os suffragios do Brasil terão já definitivamente obtidos para a obra do resgate, graças á diligencia benevola que o governo imperial empregou neste negocio, segundo o Sr. cavalleiro dignou-se annunciar ao abate assignado por sua nota de 8 de Fevereiro.

E, pois, na certeza de um pleno successo que o abate assignado vem rogar ao Sr. cavalleiro, a quem julga desde já munido das plenos poderes e das instrucções necessarias, que se digno prestar com a sua presença e cooperação a conferencia projectada.

Ao mesmo tempo o abate assignado tem a honra de offerêr ao Sr. cavalleiro a expressão reiterada de sua muito alta consideração.

PLATEAU HANNOVER.

Ao Sr. cavalleiro de Araújo, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. o Imperador do Brasil.

N. 71.

DECRETO N. 2941 DE 7 DE MAIO DE 1862.

Provisória e tratado celebrado pelo Brasil e nas suas potências da Europa com o reino de Hannover para a abolição definitiva, por meio da renúncia, do direito de Sida as Brunswicken.

Harmonizando-se com a decisão no dia vinte e dois de Junho do anno proximo passando um tratado entre o Brasil e varias potencias da Europa por uma parte, e o Hannover pela outra, para a abolição, por meio de renúncia, do direito que pagaria as alliança de Sida os carregamentos das navios que sahem o Elba; o tratado pelo qual acto mutuamente ratificado e trocadas as ratificações no dia 18 de Novembro do mesmo anno, hei por bem mandar que o dito tratado seja observado e cumprido inteiramente como nelle se contém.

Beatissimo Augusto de Magalhães Taques, do meu conselho, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, o tenha assim entendido e execute os despatches que forem necessarios.

Palacio do Rio de Janeiro, nos 7 dias do mes de Maio de 1862, quadragésimo primeiro da Independencia e do Imperio. Com a rubrica do S. M. o Imperador.

ESTACADO ANTERO DE MAGALHÃES TAGES.

Nós D. Pedro II. Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo da Brasil etc. Fazemos saber a todos os que a presente carta de confirmação, approvação e ratificação rimar que, nos vinte e dois dias do mes de Junho do corrente anno de mil oitocentos e sessenta e um, na cidade de Hannover, concluiu-se e assignou-se entre Nós, Suas Magestades o Imperador da Austria, o rei dos Belgas, o da Dinamarca, o rei da Hespanha, o Imperador das Francas, o rei da Grã-Bretanha e Irlanda, Sua Alteza Real o Grão-Duque de Mecklenburgo-Schwerin, Suas Magestades o rei dos Paizes Baixos, o de Portugal e Algarves, o da Prussia, o rei da Suecia e Noruega, e os senhores das cidades Livras e Hanseaticas de Lubec, Bremen e Hamburgo, de uma parte, e Sua Magestade o rei de Hannover de outra parte, pelos respectivos plenipotenciarios munidos dos competentes plenos poderes, um tratado relativo a abolição dos direitos de Sida, cujo teor é o seguinte:

S. M. o Imperador do Brasil, S. M. o Imperador d'Austria, Rei de Hungria e de Bohemia, S. M. o Rei dos Belgas, S. M. o Rei de Dinamarca, S. M. o Rei da Hespanha, S. M. o Imperador das Francas, S. M. o Rei da Grã-Bretanha e Irlanda, S. A. Real o Grão Duque de Mecklenburgo-Schwerin, S. M. o Rei dos Paizes Baixos, S. M. o Rei das Reinas de Portugal e das Algarves, S. M. o Rei da Prus-

de, S. M. o Imperador de Todas as Russias, Rei de Polónia, Grão-Duque da Finlândia, S. M. o Rei da Dinamarca e Noruega, e as senhores das cidades livres e hanseáticas de Lübeck, Bremen e Hamburgo, de uma parte;

E S. M. o Rei de Hanover, da outra parte:

Igualmente animados do desejo de facilitar e promover as relações do commercio e de navegação entre seus respectivos Estados, resolveu-se concluir um tratado com o fim de facilitar a navegação do Elba do direito conferido sob a descontinuação do peago do Estado de Brunswick, e nomear para esse fim seus plenipotenciarios, a saber:

S. M. o Imperador do Brasil, o Sr. cavalleiro Marcos Antonio de Araújo, commendador da ordem de Christo do Brasil, grão-cruz das ordens da Agua Vermelha e do Danabrog, cavalleiro da ordem da Coroa de Portugal, do seu conselho, e seu enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, junto a S. M. o Rei de Hanover;

S. M. o Imperador d'Austria, Rei da Hungria e de Bohemia, o Sr. Frederico Hagena, conde de Ingelheim, fchier de Wesselbaum, cavalleiro honorario de Malta, grão-cruz das ordens dos Guelphos, de Guilherme de Hessa e da casa grão-ducal de Oldemburgo, commendador da ordem grão-ducal de Luis de Hessa, e da ordem do S. Salvador da Grecia, seu conselheiro privy actual e camareiro, seu enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto de S. M. o Rei de Hanover;

S. M. o Rei das Belgas, o Sr. João Baptista, barão Nollens, condecomde com a cruz de ferro, grão-cruz de sua ordem de Leopoldo e das ordens do Ramo Ernestino, do Albião e Valeroso, da Legião de Honra, da Agua Vermelha, do Carlos III, de Christo do Portugal, de S. Miguel de Baviera, de Santo Olavo, do Leão Neerlandez, do Leão de Zaebringen, do Norão da Hessa Grão-Ducal, da casa de Anhalt, etc., etc., seu ministro d'estado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto de S. M. o Rei de Hanover;

S. M. o Rei da Dinamarca, o Sr. Carlos Ernesto João de Bölen, commendador de sua ordem de Danabrog e condecomde com a cruz de honra da mesma ordem, seu alieiro da ordem de Santo Estanislão de 2.ª classe, commendador da de Santo Olavo da Noruega, cavalleiro das ordens da Espada de Suecia e de Guilherme de Hessa, seu major general e camareiro, seu enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto de S. M. o Rei de Hanover;

S. M. a Rainha de Hespanha, o Sr. Vicente Gutierrez, cavalleiro de Tocha, commendador da sua ordem de Isabel a Catholica, e cavalleiro da de Carlos III, commendador das ordens de Leopoldo da Belgica e do Danabrog, cavalleiro da ordem de S. João, seu secretario de gabinete, seu ministro residente junto de S. M. o Rei da Dinamarca;

S. M. o Imperador dos Franceses, o Sr. José Affonso Paula, barão de Molard, official da sua imperial ordem da Legião de Honra, commendador de honra extraordinario da ordem de Carlos III de Hespanha, cavalleiro da ordem de Pio IX, seu ministro plenipotenciario junto de S. M. o Rei de Hanover;

S. M. a Rainha do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, o Sr. Henrique Francis Howard, seu enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto de S. M. o Rei de Hanover;

S. M. o Rei de Hanover, o Sr. Adolpho Carlos Luis, conde de Platen—Hallermund, commendador de 1.ª classe da sua ordem dos Guelphos, grão-cruz das ordens de Leopoldo d'Austria, da Agua Vermelha, da Prussia, da Agua Branca da Bavaria, do Leão Neerlandez, da casa de Oldemburgo, de Pio IX, de S. Mauricio e S. Lazaro, etc., seu ministro d'estado das negociações estrangeiras;

Seu Altesa Real o Grão-Duque de Mecklenburgo Schwerin, o Sr. Otto Henrique Jaeger de Wickede, seu conselheiro no ministerio da guerra;

S. M. o Rei dos Paizes Baixos, o Sr. Antonio João Lucas, barão Stralencz, commendador da sua ordem real do Leão Neerlandez, seu camareiro, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto de S. M. o Rei de Hanover;

S. M. o Rei dos Reinos de Portugal e dos Algarves, D. Francisco de Almeida Portugal, conde de Laxouffe, grão-cruz da antiga e muito nobre ordem da Torre e Espada e da ordem militar de Christo, commendador da real ordem de Nossa Senhora da Conceição da Villa Viciosa de Portugal, grão-cruz das ordens da Agua, Vermelha da Prussia, do Leopoldo da Belgica, do Dourado e do Ramo Farnesiano de Saxonia, cavalleiro do 1.º classe em diamantes da ordem do principado de Hohenzollern, etc., etc., presidente da camara dos pares, seu conselheiro d'estado effectivo e ministro d'estado haucorario, seu embaixador extraordinario e ministro plenipotenciario junto de S. M. Britannica;

S. M. o Rei da Prussia, o principe Gustavo de Vassenburg e Biedlgen, cavalleiro de sua ordem da Agua Vermelha de 3.º classe, cavalleiro de direito da ordem de S. João da Prussia, o condecorado com a cruz da merito militar, grão-cruz da ordem da casa de Oldemburgo, commendador do 1.º classe das ordens das Guelphos de Hanover e de Henrique e do Leão de Brunswick, seu tenente-coronel aggregado ao 1.º regimento das dragões da guarda, seu enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto de S. M. o Rei de Hanover;

S. M. o Imperador de Todas as Russias, Rei de Polonia, grão-duque de Finlandia, o Sr. João Persinay, cavalleiro de sua ordem do Sant'Anna do 1.º classe e de Santo Estandão do 1.º classe e de S. Vladimir do 3.º classe, grão-cruz da ordem do Salvador da Georgia, cavalleiro do Leão de Zachlagen do 3.º classe, o condecorado com a ordem de Nicholas—Wilher da Turquia, seu conselheiro privado, seu enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto de S. M. o Rei de Hanover;

S. M. o Rei da Suecia e Noruega, o Sr. Carlos Adolpho Skerky, cavalleiro de sua ordem da Estrella Polar, da ordem de Sant'Anna da Russia de 3.º classe e do Dourado, seu ministro residente em missão especial junto de S. M. o Rei de Hanover; seu ministro residente e conselheiro geral junto das cidades livres e hanseaticas de Lübeck, Bremen e Hamburgo;

O senado da cidade livre e hanseatica de Lübeck, o Sr. Theodoro Curtius, doutor em direito, senador desta cidade;

O senado da cidade livre e hanseatica de Bremen, o Sr. Otto Gildemeister, senador dessa cidade;

O senado da cidade livre e hanseatica de Hamburgo, o Sr. Carlos Hermann Morek, doutor em direito, synlico da dita cidade;

Os quaes depois de terem tocado seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, contracto nos artigos seguintes:

Art. 1.º

S. M. o Rei de Hanover contracto para com S. M. o Imperador do Brasil, S. M. o Imperador d' Austria, Rei da Hungria e Boheemia, S. M. o Rei das Belgas, S. M. o Rei da Dinamarca, S. M. a Rainha de Hespanha, S. M. o Imperador dos Franceses, S. M. a Rainha do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, S. A. Real o Grão-Duque de Mecklenburgo-Schwerin, S. M. o Rei dos Paizes Baixos, S. M. o Rei dos Reinos de Portugal e dos Algarves, S. M. o Rei da Prussia, S. M. o Imperador de Todas as Russias, Rei de Polonia, Grão-Duque de Finlandia, S. M. o Rei da Suecia e Noruega, e os senados das cidades livres e hanseaticas de Lübeck, Bremen e Hamburgo, que accito, a obrigação;

1.º, de abolir completamente e para sempre o direito até hoje cobrado sobre os carregamentos dos navios que subindo o Elba, tendo de passar o embocadero do rio chamado Schwinge, direito geralmente designado pelo nome de *pregon* de *Stade* ou de *Bunshausen*;

2.º, de não substituir o direito cujo suppressão se estipula no paragraho precedente, por nenhuma nova taxa de qualquer natureza que seja, sobre o curso ou carregamentos dos navios que subirem ou descerem o Elba;

2.º, de não se pôr a effecto em diante, sob qualquer pretexto que seja, á moeda alguma de fiscalisação relativa ao direito que reza, os navios que saírem ou descerem a Elza.

Fica todavia bem entendido que as disposições acima não serão obrigatórias senão para com as potências que tomarem parte ou adherirem ao presente tratado, reconhecendo-as expressamente S. M. o Rei de Hanover o direito de regular, por meio de ajustes especiais, que não importem risco nem detenção, o tratamento fiscal e financeiro dos navios pertencentes ás potências não comprehendidas ou que não estejam neste tratado.

Art. 2.º

S. M. o Rei de Hanover obriga-se outrossim para com as sobreditas altas partes contractantes:

1.º a velar, como até aqui e de conformidade com suas actuaes obrigações, pela conservação das obras que formam a navegação a Elza;

2.º a não introduzir, a título de compensação pelas despezas resultantes da execução deste compromisso, outro imposto qualquer que seja em substituição do direito do Estado ou do Bismarshausen.

Art. 3.º

As obrigações contidas nos dois artigos precedentes produzirão o seu effecto a contar de 1.º de Julho de 1861.

Art. 4.º

Como indemnisação e compensação dos sacrificios que impõem a S. M. o Rei de Hanover as sobreditas estipulações, S. M. o Imperador do Brazil, S. M. o Imperador da Austria, Rei de Hungria e Bohemia, S. M. o Rei das Belgas, S. M. o Rei da Dinamarca, S. M. a Rainha de Hespanha, S. M. o Imperador dos Franceses, S. M. a Rainha da Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda, S. A. Real o Grão Duque de Mecklenburgo-Schwerin, S. M. o Rei dos Países-Baixos, S. M. o Rei dos Reinos de Portugal e dos Algarves, S. M. o Rei da Prussia, S. M. o Imperador de todas as Russias, Rei de Polonia, Grão Duque de Finlandia, S. M. o Rei da Suecia e Noruega, e as Serenissimas Cidades Livres e Hanseaticas de Lubec, Bremen e Hamburgo compromettem-se, pela sua parte, a pagar a S. M. o Rei de Hanover, que a acceita, uma somma total de 2,457,338 23 thallars allemães, distribuida pela maneira seguinte :

		thallars allemães
Pelo Brazil	1,013	
Austria	1,273	" "
Belgica	19,413	" "
Bremen	40,334	" "
Dinamarca	309,343	" "
Hespanha	37,789	" "
Francia	71,166	" "
Grã-Bretanha	1,033,333 1/3	" "
Hamburgo	1,033,333 1/3	" "
Lubec	8,885	" "
Mecklenburgo	13,885	" "
Noruega	65,258	" "
Países-Baixos	169,963	" "

Portugal	14,313	thalers	almoêdes
Prússia	31,189	"	"
Rússia	7,983	"	"
Suécia	92,493	"	"

Fica bem entendido que as atas pelas partes contractantes não serão mutuamente responsáveis senão pela parte a cargo de cada uma.

Art. 5.º

Quanto ao modo, lugar e época de pagamento das diferentes quotas, convém-se em que o pagamento fôrse effectuado em thalers (dallers) em Hannover ou Hamburgo, a escolha do governo contribuinte, e ao prazo do tres meses a contar de 1.º de Julho de 1861.

Poderão todavia intervir ajustes especiaes para a fim de prorrogar-se o prazo supra indicado, ou estipular-se o pagamento por meio de annuidades.

O pagamento de juros á razão de 4%, ao capital tornar-se-ha obrigatorio a dalar de 1.º de Outubro de 1861 para os pagamentos em comms integral, e a dalar de 1.º de Julho de 1861 para os pagamentos a prazo.

Art. 6.º

A execução das obrigações reciprocas contidas no presente tratado fica expressamente subordinada ao cumprimento o das formalidades e regens estabelecidas pelas leis constitucionaes das duas partes contractantes que são obrigadas a promover a sua applicação ao mais curto prazo possível.

Art. 7.º

O presente tratado será ratificado e as ratificações serão trocadas em Hannover antes de 1.º de Julho de 1861 ou antes breveqz fôr possível, depois de expirado esse prazo.

Em fé do que, os plenipotenciarios respectivos a asseguiram e appuzão o selo de suas armas.

Fecho em Hannover aos 22 dias do mez de Junho de 1861.

(L. S.) <i>A. vajo.</i>	(L. S.) <i>Platen — Bollenhaud.</i>
(L. S.) <i>Legatário.</i>	
(L. S.) <i>Althaus.</i>	
(L. S.) <i>J. van Buitag.</i>	
(L. S.) <i>V. G. de Fovda.</i>	
(L. S.) <i>Barto de Malaret.</i>	
(L. S.) <i>Henry Francis Howard.</i>	
(L. S.) <i>Otton de Winkler.</i>	
(L. S.) <i>Strassman.</i>	
(L. S.) <i>C. de Lappadie.</i>	
(L. S.) <i>O Principe Gustavo de Vasauburg.</i>	
(L. S.) <i>Persing.</i>	
(L. S.) <i>C. A. Starck.</i>	
(L. S.) <i>Th. Curtius, Dr.</i>	
(L. S.) <i>Gildewasser.</i>	
(L. S.) <i>C. H. Merck, Dr.</i>	

E sendo-me presente o mesmo tratado, cujo text. das acções inserido e bem visto, considerado e examinado por Nós tudo o que nelle se contém, e apparemos, os Officiaes e confidentes esboç no todo, porém em cada um dos seus artigos e estipulações, e pelo presente damos por firmes e validos para produzir o seu devido effecto, promettendo em Sua Magestade Imperial cumprir-lo (muito elemento a faz-lo cumprir e observar por qualquer modo que possa ser.

Em testemunho e fennça do que ficamos fazer a presente carta por Nós assignada, passada com o selo grande das armas do Imperio, e referendada pelo nosso ministro e secretario de estado aliaes assignado. Dada no palacio da Rio de Janeiro nos tres dias do mez de Setembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus-Christo de mil oitocentos e sessenta e um.

(L. S.)

PEDRO IMPERADOR (com grande.)

DECRETO DE SEUS RE ALIADOS TUAOS.

N. 72.

Preamble.

No caso de que a execução das obrigações contractuaes nos arts. 6 e 7 de tratado desta data não possa ter lugar antes do 1.º de Julho de 1861. fica entendido que o governo hanoveriano conservará o direito de manter, depois desta época, provisoriamente e como excepção, o direito que se obriga a abolir na d propôrção que uma das potencias contractantes tiver cumprido as sobreditas obrigações, o governo hanoveriano fará cessar, por sua parte, as medidas provisórias de excepção, o entendendo que ellas se não applicam as mercaderias transportadas nas ditas duas potencias. Poderá entretanto, até o cumprimento da ditas, por todas as potencias contractantes, das obrigações contractuaes nos arts. 6 e 7, exigir das nas les livres de pagamento de direitos, a justificação de sua nacionalidade, sem que dahi possa resultar a estes navios demora ou detenção.

Feito em Hanover aos 22 de Junho de 1861.—*Platen-Hallensmann*.—*Araxja*.—*Jugeltown*.—*Nathank*.—*J. V. Bidan*.—*V. G. de Terza*.—*Malaret*.—*Hurg*.—*Franco Harnel*.—*Ottav de Wipshide*.—*Stratmann*.—*Caude de Lavallois*.—*Le Prince Gontier d'Ysembourg*.—*Pernauy*.—*C. A. Storch*.—*Drau*.—*Curtius*.—*De*.—*Gilde*.—*meister*.—*C. H. Nernik*.—*De*.

N. 73

Nota do ministro brasileiro ao ministro de estrangeiros do Hannover,

Hannover, 22 de Junho de 1861.

Sr. Conde. — Tendo sido hoje assignado o tratado que shello o direito de Estado a começar do 1.º de Julho proximo, apressa-me a ter a honra de transmitir a V. Ex. aqui junta a parte pelo qual se compromettimo Brasil, isto é, a somma de 1,613 thallers allemães; e rogo-vos, senhor conde, termais a bondade de expedir as convenientes ordens para que os titulos brasileiros sejam bentos de dito direito.

Aproveito-me ao mesmo tempo desta nota a occasião para ter a honra de offerecer a V. Ex. a expressão da minha mais alta consideração.

A S. Ex. o Sr. conde de Platen-Hallermund, ministro de estado das negociações estrangeiras do S. M. o rei do Hannover.

O CAVALHEIRO DE ARAUJO.

N. 74.

Nota do ministro de estrangeiros do Hannover ao ministro brasileiro.

Hannover, 22 de Junho de 1861.

Sr. Cavalheiro. — E' com o sentimento de um sincero reconhecimento que tenho a honra de accusar a recepção de vossa nota de hoje e da somma que a acompanhava de 1,613 thallers allemães, somma que constitue a parte do Brasil no resgate dos direitos do Estado.

Em nome, pois, do governo do S. M. o rei do Hannover declaro o governo brasileiro desligado das obrigações que os arts. 4 e 5 do tratado desta data lhe impoem, e apresento-vos-hol por minha parte, tambem, a liberar os navios brasileiros tanto da poagem como da caução.

Accolai, Sr. cavalheiro, as reiteradas seguranças de minha alta consideração.

Ao Sr. cavalheiro de Araujo, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario do S. M. o Imperador do Brasil.

PLATEN-HALLERMUND.

N. 75.

Troca das ratificações.

Os abaixo assignados tendo-se reunido para proceder á troca das ratificações, por parte de Seus Augustos Serenissimos, do tratado relativo á abolição do direito de Escala em de Brunswicken, concluido em Hanover em 22 de Junho de 1861, e os instrumentos destas ratificações tendo sido julgados exactos e correctos, effectuou-se a troca.

Em fé do que, os abaixo assignados lavraram a presente acta, que assignaram em duplicata e revestiram de suas sellas.

Feita em Berlim, em 18 de Novembro de 1861.

(L. S.) *Muhammad Aschraf* de Assia.

Plenipotenciario de S. M. o Imperador do Brasil.

(L. S.) *Wilhelm*.

Plenipotenciario de S. M. o Rei do Hanover.

Abolição dos direitos de Escala.

N. 76.

Nota do governo belga á Legação Imperial.

Bruxellas, 10 de Setembro de 1861.

Sr. Ministro. — Os tratados de 1839, garantidos pelas cinco grandes potencias, estabelecerão um direito sobre o Escala em proveito dos Paizes-Baixos. A Belgica, como os demais Estados, não era obrigada a pagar esse direito de passagem sobre os seus proprios navios.

Foi voluntariamente que elle até hoje o restituia aos navios estrangeiros.

Esta situação não pôde durar por mais tempo.

Em 1839, avaliava-se em quinhentos mil francos por anno o annuo que assim se impunha o thesouro belga. Actualmente a navegação do Escala é de mais de um milhão de toneladas, e a renda com que contribue o thesouro Belga alcanza quasi dois milhões de francos.

A Belgica julga que a meio mais justo seria capitalisar a peçom do Escala; e nutre a esperança de que seia elle accito.

A liberdade da navegação inaugurada no Rio da Prata em 1853, a decisa tomada

a respeito da Escala pelo congresso de Paris em 1856, as regalias dos direitos da Saida, em 1857, e da Eiba em 1861, constituem outras tantas humilhações ao principio que se tem de applicar ao direito da Escala, que é o unico d'esto genero conhecido, que ainda existe.

Além disso, sem contar o pagamento da sua quota ao capital do respecto, a Belgica tem de fazer debida satisfação: dando o montante em que o direito da Escala fôr supprimido, remunerando-a no de tonelagem sobre os navios que frequentam as portos belgas.

Toda essa perda para o Hesouro Belg. uma renda annual de cerca de sete centos mil francos. A somma paga com este titulo pelo pavilhão brasileiro eleva-se a 451 francos (1856).

Reduziremos ao mesmo tempo, estendendo-se precizamente com a Hollanda, os direitos de pilotagem sobre a Escala, comparando estes ao principio de uma protecção de servico. Esta medida affructuaria ainda a navegação geral de um ouz de cento e sessenta e um mil francos por annos mais ou menos, e trará especialmente ao pavilhão brasileiro um beneficio do que não posso indicar, maso estimaria, precizamente o quantum.

O direito da Escala representa para os navios brasileiros'annualmente, termo médio, dizeito-e-deseito francos. Se se tomarer por base esse termo médio de francos 217, e fôrse elle capitalizando por 25 annos, a parte que tocava ao Brasil, no capital do respecto, calculado em francos 43,134,032, seria de cinco mil quatrocentos e cincoenta e cinco francos.

O juro da somma que teria de pagar o Brasil pelo resgate do direito da Escala, não chegaria nem ao á importancia das sommas que deviam de ser cobradas dos navios em consequencia da suppressão do direito de tonelagem e da reducção do de pilotagem.

Em resumo, os precedentes estão de accordo com os principios, e o Brasil mostrou sympathisar com estes principios adherindo ao resgate do direito da Saida.

De pouco monta é o interesse pecuniario nesta questão, entretanto que a sua adhesão teria um valor moral cujo alcance é incalculavel.

Esperamos que o governo do Imperador não nos recusará este testemunho de boa vontade, e muito estimaria que vos achasseis autorizado a tomar parte em um ajuste que tem por fim a capitalisação da direita da Escala.

Aproveito esta occasião para retribuir-vos, Sr. ministro, as seguranças de minha mais distincta consideração.

Ao Sr. Joaquim Thomaz do Amaral,

Estado de Viena.

N. 77.

Nota da Legação Imperial ao governo belga.

Legação Imperial do Brasil. — Bruxellas, em 12 de Setembro de 1861.

Sr. Deput. — Recolhi a nota com que V. Ex. servio-se honrar-me em data do 10 do corrente mez.

Lendo-la-hei com dôraza ao conhecimento do governo imperial, e não davi-do que elle promptamente annua as conselhos que lhe é dirigido em nome do governo

belga, tomando parte no accordo necessario para conseguir-se a capitalisação da penção do Escudo.

Aproeito esta occasião para renovar a V. Ex. as seguranças da minha mais alta consideração.

A S. Ex. o Sr. barão de Viller, ministro dos negocios estrangeiros de S. M. o rei das Belgas, etc.

JOAQUIM THOMAS DE ALMEIDA.

N. 78.

Nota do legação imperial ao governo belga.

Legação imperial do Brasil — Bruxellas, 12 de Dezembro de 1861.

Sr. Ministro. — O governo imperial tendo tomado em consideração o conteúdo da nota, que V. Ex. me fez a honra de dirigir em data de 10 de Setembro, apressou-se em expedir-me as necessarias ordens habilitando-me a responder á referida nota de conformidade com os desejos que lhe foram manifestados.

Vendo, pois, declarar a V. Ex. que o governo do Imperador, adherindo á idéa da capitalisação da penção do Escudo, tomou parte com prazer no accordo respectivo, e que me achará para esse fim munido dos necessarios poderes.

Acredi. Sr. ministro, as reiteradas seguranças de minha mais alta consideração.

A S. Ex. o Sr. Charles Rogier.

JOAQUIM THOMAS DE ALMEIDA.

N. 79.

Nota do governo belga á legação imperial.

Ministerio dos negocios estrangeiros. — Bruxellas, 14 de Dezembro de 1861.

Sr. Ministro. — Não deojo tardar em expor-lhes a satisfação com que recebi a segurança official de que o Brasil tentará parte na capitalisação da penção do Escudo.

Não espanta-meos, Sr. ministro, do júbilo occorrido do governo imperial.

e, bem reconheço na resolução que acabei de pôz-lhe, um testemunho inequívoco das cordaes relações que existem entre os dois países.

Apresento em apêndice esta resolução para remanescer. Se, ministro, as regências de minha mais distinta consideração.

Ao Sr. conselheiro Joaquim Thomaz de Azevedo.

CHALCIS, BAHIA.

Intelligencia de art. 8.^o da convenção consular de 10 de Dezembro de 1860, celebrado entre o Brasil e a França.

N. 80.

Asses do ministério de marinha e de estrangeiros.

1.^o Secção. Ministerio das negociações da marinha. — Rio de Janeiro, em 19 de Junho de 1862.

M^{te} e Ex.^{ma} Sr. — Tendo-se dado um conflito a bordo do clipper francez *Corisco*, fundado neste porto, e havendo o capitão do mesmo clipper requisitado auxilio ao commandante do vapor de guerra nacional *Assaetav*, este commandante não se pôz a semelhante requisição por entender que isso lhe era prohibido pela convenção consular de 26 de Abril ultimo.

Em vista do art. 8.^o da dita convenção parece que o commandante do *Assaetav* obrou com razão; porém, por outra lado, penso que a humanidade pede que não se deixe de prestar socorro, quando reclamado, e, principalmente, se com elle se poder prevenir accedens e até mortes.

Nestas circumstancias, pois, acho conveniente que se firme a verdadeira intelligencia da citada convenção a este respeito, e por isso tenho a honra de passar de mãos de V. Ex. os inclusos papeis que se referem ao mencionado conflicto, afim de que V. Ex. me declare o que se deve respectivamente observar em casos semelhantes para que eu possa dar as instrucções convenientes pelo ministério a meu cargo.

Com a resposta de V. Ex. logo que se vejo devidas as referidas papeis.

Renovo as seguranças de perfeita e distinta consideração, que tributo a V. Ex., a quem — Deos guarde.

Sr. conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

Joaquim José Lacerda.

N. 81.

Atas do ministério da estrangeiros ao da marinha.

2.^a secção. — Rio de Janeiro, ministério dos negócios estrangeiros, em 9 de Julho de 1861.

M^{tes} e Ex.^{tas} Sr. — Tenho a honra de accusar a recepção do aviso que V. Ex. servio-se dirigir-me em 19 do mez proximo pasado.

Communico-me V. Ex. que no soir do dia 22 do mez de Maio ultimo deu-se a bordo do clipper francez *Corbora*, furdando neste porto, um conflicto entre pessoas da tripolheção anastizada, e que, havendo o capitão do mesmo clipper, para restabelecimento da ordem, requisitado auxilio do torço ao commandante do vapor da guerra nacional *Amazonas*, não se prestou este commandante a semelhante requisição por se julgar incompetente, em virtude do art. 8.^o da convenção consular de 10 de Dezembro do anno proximo pasado, celebrada entre o Brasil e a França, e mandada executar pela decreto n. 2787 de 26 de Abril ultimo.

E de passar a quartel general da marinha, ao officio que a V. Ex. dirigio em 8 do corrente, que aquelle artigo da convenção consular não deve ser tão literalmente entendido, que excluda a intervenção da autoridade local quando requisitada pelas capitães de navios mercantes em casos flagrantos, como este de que se trata.

E podendo-se repetir factos dessa ordem, e ainda mais graves, solicita os precizos esclarecimentos e instruções que ponhão a coberto os commandantes dos navios da armada da responsabilidade das consequencias de tais conflictos.

Em ordem a poder espelhir aquellas instruções, pendêra V. Ex. a conveniencia de se fixar a verdadeira intelligencia daquello artigo, pois que se por um lado julga que o commandante do *Amazonas* procedeu em regra, por outro lhe parece que a humanidade pede que se não deixo de prestar socorro, quando reclamado, nas circumstancias referidas, se com elle se puder proveir daignos e mortas.

Considerando decididamente quanto fica exposto, sobre-se dizer a V. Ex. que os navios de commercio gozão, a respeito de certos factos, mas não de todos, do beneficio da extraterritorialidade.

Convém distinguir os actos de mera disciplina ao ordem interior, e mesmo os crimes em delictos communs commettidos por um individuo da equipagem contra outro da mesma equipagem, quando a tranquillidade do porto não fica comprometida, daquelles que se dão entre pessoas estranhas a mesma equipagem, e ainda que feitas parte desta, se a tranquillidade publica é affectada.

Quanto aos ultimos não se pôde pôr em duvida a competencia da jurisdicção territorial, mas quanto aos da primeira ordem é indubit a intervenção da autoridade local, e não sei a auxilio reclamado.

Esta doutrina se deduz conscienciosamente do art. 13 do regulamento de 8 de Novembro de 1844, que assim dispõe.

« Quando os navios mercantile estrangeiros se acharem dentro de qualquer das « portos do Brasil, a jurisdicção criminal e policial dos respectivos agentes consu- « lares não se estenderá aos delictos graves, ou que por qualquer modo ponhão

« perturbar a tranquillidade publico ou affectar particularmente a qualquer habitação da paz. »

A mesma doutrina, que aliás entrega a legislação franceza, foi assignada no art. 8º da convenção consular de 10 de Brumario.

« Os consules geraes, consules e vice-consules, diz este artigo, não poderão intervir encampanados da ordem interior a bordo das naves de commercio de sua nação, e os elles tomarão conhecimento de todas as desordens que sobrevierem a bordo a equipagem, os officiaes e os individuos que estiverem comprehendidos por qualquer título que seja no tal da equipagem. »

As autoridades locais não poderão intervir acção no caso em que as desordens que dali resultarem forem de natureza a perturbar a tranquillidade publico, ou quando uma ou mais pessoas do paiz, ou estranhos á equipagem, nella se acharem implicados.

Em todos os demais casos, accrescenta o mesmo artigo, as ditas autoridades se limitarão a dar auxilio aos consules geraes, consules e vice-consules, quando estes o requisitarem, para manter prender e conduzir á bordo os individuos da equipagem que elles julgarem convenientes así receber, em consequencia do luez desordens.

Talvez nesta ultima parte, não do procedimento do officio da autoridade local, mas de seus bens officios chora a humanidade, em consequencia de não poderem luez agentes dispor de forza material.

Basta ver porém se, não sendo a requisição feita pelo agente consular, devia aquelle auxilio ser recusado.

Cumpre, para resolver esta questio, attender: á que a motiva occorreu do moito; á ausencia, por qualquer motivo, daquelle agente; e á urgencia com que foi sollicitado o auxilio pelo capitão do clipper.

Deve-se presuntir que, não recorrendo este ao seu consul, ou tendo impossibilidade de o fazer, ou as circumstancias não permitirem esperar pela sua assistência.

Dadas as circumstancias acima referidas, pedindo o soccorro, não é lícito ao governo do paiz algum nega-lo.

A lei da necessidade modifica, por uma natural excepção, a regra geral.

As prerogativas dos agentes consulares são para a efficaz protecção de suas nações, como seus procuradores natos: mas em paiz algum civilisado, em falta dellhes, devem ser desamparados os estrangeiros que se encontrem, para o mesmo officio, da accção das proprias autoridades locais.

Assim procedem as autoridades quando alguma nave naufraga; na ausencia e até a chegada do agente consular deont elles tomar todas as medidas necessarias para a protecção dos individuos, e conservação dos officios naufragados.

O mesmo se deve praticar nos quaes de successão se, por qualquer circumstancia, não puder de prompto intervir o agente consular nos casos em que lhe deve competer a administração e liquidação das heranças de seus nacionaes.

E assim em todos os casos de prerogativas consulares, em que a protecção social seja exigida como subsidiaria, e sem prejuizo da competencia de luez agentes.

Segundo estes principios, que são conformes com os deveres prescritos pelo direito publico universal, não podia ser recusado o auxilio sollicitado pelo capitão do clipper Francez, e consel que nesse sentido expõe V. Ex. as suas instruções para assim se proceder em casos analogos ao que faz objecto dento artigo.

Reitera a V. Ex. as expressões de minha particular estima e mais distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Joaquim José Ignacio.

ANTONIO GOMES DE SA E ALMEIDA.

Reclamações brasileiras.

Abusos e violências commettidos contra brasileiros por autoridades do departamento de Taquarembó.

N. 82.

Circular do governo uruguay ao chefe político do departamento.

Ministerio do governo. — Montevideo, 9 de Janeiro de 1862.

Com frequencia recebe o governo queixas contra actos abusivos de alguns commissarios, sargentos e cabos de policia, e se cada pôde justifica-los, e portanto devem ser reprimidos indistinctamente; quando rocamos sobre estrangeiros dão motivos a reclamações por parte dos ministros das potencias amigas a que pertencem esses estrangeiros, o que reduz a credito da civilização do país.

Alim, pois, de prevenir tales inconvenientes, determina o governo que se recomende a V. S. a maior cuidado na escolha daquellas funcções, e que tanto elles como seus subordinados estem, no desempenho de seus deveres, firmeza e moderação, sem sempre da maior moderação, e sem excepção, agitem antes os meios de persuasão, e recorro de armas unicamente nos casos mal extremos de achar-se em perigo a existencia desses funcções e a falta de outros meios de protegê-la, devendo os commissarios desempenhar por si aquellas commissões em que se possa offender algum direito, sem os confiar aos subalternos, que podem abusar da autoridade de que estão revestidos, e V. S. repare qualquer infracção das ordens dadas nesta circular, organizando os summarios respectivos de que dará conta.

Ditos guarde a V. S. muitos annos.

HENRIQUE DE ABRAHAM.

Sc. chefe político do departamento de...

N. 83.

Nota da legação imperial ao governo oriental.

Legação imperial do Brasil. — Montevideo, 29 de Março de 1862.

Os subditos brasileiros estabelecidos no departamento de Tacuarembó achão-se em uma situação sumamente grave.

Esse estado provém de vexames, perseguições e violências de todo o genero contra elles praticadas pelas autoridades do mesmo departamento.

Por vezes tem o abalo assignado demandado a S. Ex. o Sr. ministro de relações exteriores da república oriental do Uruguay, sobre altamente attestatorios dos direitos e segurança dos subditos do Imperador, que, confiados nas garantias que lhes são offerecidas pelas leis orientaes, estabelecerão domicilio naquella parte da república. Infelizmente, porém, a maior parte das reclamações por tais factos opportunamente apresentadas por esta legação ao ministerio de relações exteriores, ainda não finda satisfactoriamente resolvida.

Permanecem impunes varios crimes commettidos pela propria policia departmental, apesar de serem conhecidos e denunciados os seus autores.

A essa imparidade é sem duvida devido em grande parte a perpetração de novos attentados que fazem o objecto da presente nota, e que por sua gravidade e pelo numero de victimas reclamão a mais séria attenção do governo da república.

O abalo assignado não desconhece, por certo, que tais factos praticados por autoridades subalternas do governo da república são inteiramente contrarios ás intenções do mesmo governo e ás ordens por ella expedidas ao seu delegado em Tacuarembó. Porém, é lamentavel que essas ordens não têm sido cumpridas e que os subditos do Imperador alli estabelecidos estão soffrendo vexames e violências que, se não fôrão prompta e severamente reprimidos, despertarão prevenções passadas, produzirão reacções perigosas e contribuirão para resultados funestos ás boas relações entre o Imperio e a república.

Em officio de hontem dirigido pelo cónsul geral de San Magistade ao abalo assignado, expõe aquelle funcionario o seguinte:

« Durante a minha permanencia em Tacuarembó cheguei ao meu conhecimento diversos factos de assassinatos, prisões injurias, esaparentamentos, extorções e violências de todo o genero praticadas pelas autoridades desse departamento. Especialmente cuja existencia não está hoje em mãos de seus autores pôr, sequer, em duvida.

« Ha cerca de duas mezas foi assassinado o brasileiro Manoel Padilha pelo alfama Francisco Aguilar e seus soldados, agentes do commissario de policia, Martins Dominguez, junto ao Passo do Sorro, costa do Tacuarembó Grande, o pretexto de ter resistido á policia. Foi enterrado junto ao mesmo Passo do Sorro, á direita do rio, na estância de João do Mallo. Esse facto é publico e notorio naquellas immedições.

« Em dia do mez de Janeiro do corrente anno o brasileiro vulgarmente conhecido pelo appellido de — papulo — foi assassinado pelo sargento de policia L. Prieto, calio Cerisola e o soldado Pedro Silva. Consummado o attentado em caminho, depois de o haver grevado, esaparentado-o atado sobre um cavallo. Este facto e suas circumstancias me fôrão narradas pelo proprio irmão da victima (Manoel) que mora nas immedições do lugar do successo.

« Mais depois deste horrível assassinato, teve lugar um outro cometido pelos mesmos sargentos 1.º Prieto e cabos Gervasio, na pessoa do indio brasileiro vulgarmente conhecido por—Joca Tatú,—no lugar denominado Tres Cruces. O assassinato foi perpetrado depois de haverem preso e posto a caminho.

« Mais antes de minha chegada á villa de S. Francisco, tinha sido preso a porta Maria Cyriana, mulher do brasileiro Theodoro Rodrigues, por ordem do commissario 1.º Madrid, por queixas que contra elle deu a comadre deito. Ao entrar na cadeia, foi por ordem do tenente Hilario esgoçoado e virado pelos soldados. Este facto é ainda narrado com horror pela população da villa de S. Francisco, e conhecido pelo nome de: casa da respectiva igreja matriz, á quem consta-me a victima foi sequestrar.

« A estancia e casa de Serafin das Falles (hoje fallecido), foi atacada, saqueada pelo agente de policia Reis (Corticeiras), a pretexto de prender um tal Gaspar que ali se achava, que apesar de não ser o mesmo que procuravam, mas porque tinha igual nome, foi preso, espartado e levado ao commissario. Por esta occasião a familia de Serafin soffreu as maiores injurias do sargento e soldados de policia.

« Guilherme Ribeiro esteve preso ha cerca de um anno por se dizer que atacou a casa de Amancio Vaz, e durante sete meses esteve do grilhões nos pés trabalhando nas ruas, sem se lhe ter formado processo e provado a culpa; foi, a empenha de um terceiro, posto em liberdade, tendo porém o departamento per homenagem; entretanto que Amancio Vaz só se queixara dos proprios agentes de policia.

« O brasileiro Antonio Rita, aggregado do general Nova, apresentou-se em cambisa pedindo protecção contra as violencias e perseguições contra elle exercidas pelo commissario Zacharias, que o tinha preso e maltratado, e forçado a servir como soldado, sendo-se hoje obrigado a refugiar-se pelos montes, temendo a prometida e infidel-el esgoçoamento. Mandei apresenta-lo ao chefe interior La Madrid, que depois de ouvi-lo e ver a sua papelleta, teve a humilhação de apelar es-a com um delato aliás de poder ser respeitada; assim porém não aconteceu. Rita, de volta para seu casa, fôra encontrado pelo alferes Arcega, que, desprezando tanto a papelleta como o delato, fê-lo esgocear logo, esgoçoamento que durava até 11 do corrente, dia em que me retirei da villa de S. Francisco.

« No segundo dia de minha estada em S. Francisco chegou o commissario Luiz Costa trazendo gente para ir prender os desobedecidos na fronteira, e entre os homens que trazido se achavam os brasileiros Ronaldo Aguiar e Lourenço Tachira, violentamente alistados na guarda nacional. Mandei reclamar a soltura e a liberdade destes brasileiros, o que se me promettera, porém é de suppor que a respeito delles acontecea o mesmo que aconteceu a Antonio Rita.

« Luiz Figue, natural do Rio-Grande do Sul, munido de papelleta, foi arrebatado da casa do seu paião o brasileiro Joaquim Silveira dos Santos pelo commissario Luiz Costa, e forçado ao serviço militar na 2.ª companhia da guarda nacional, sendo obrigado a marchar fazendo parte da força que sob o commando do chefe politico Assumpção seguiu ultimamente para o Uruguay. Apesar de trazer consigo a papelleta, e das reclamações do vice-consul, continuou alistado na referida companhia e forçado ao serviço.

« Apolinario Gonçalves, munido de papelleta, que combatia qua fazer valer, foi preso, trazido á villa e alistado na guarda nacional. Sabendo que me achava presente veio pedir-me protecção. Mandei apresenta-lo ao commandante Lascalle, que lhe deu um delato para que fosse respeitada sua papelleta: é de suppor, se não certo, que soffea o mesmo castigo que soffea Rita, por ter procurado a protecção do seu consul.

« Estando o brasileiro José Ribeiro Preto fazendo rodio em sua estancia para apasturar boiadas, alli appareceu o sargento e soldados do commissario Garcia, e sem attenção alguma foram levados por diante todos os peões brasileiros que se occupavam na-

quella terra, para o sarrage das urvas, de que resultam extrahir-se o gado, e ficar assim privado aquelle estancieiro de vender este anno o producto da sua estancia.

« Ignacio, brasileiro, capataz da estancia de Domingos Gomes Martins, foi preso e conduzido na mesma estancia, por ter negado cavallo ao respectivo commissario de policia e á sua gente. Depois do que, estes levárão os melhores cavallo que havia na estancia.

« O brasileiro João de Mello, ancheo respeitavel, chefe de numerosa familia, e abastado estancieiro na costa do Taparembé Grande, foi por um motivo subtil preso e estancado pelo commissario Julião Bonfide.

« Os brasileiros (muitos de papeteis), Emanuel Rodriguez, Raphael dos Santos Pacheco, Agostinho Evandro, Francisco da Luz e outros, ha cerca de dois mezes foram presos e remetidos para a fronteira a render o destacamento que ali se achava. As reclamações e relações do vice-consul ao commandante Lascalle em favor desses brasileiros não sido desprezadas, se não illudidas, a pretexto do que em seu corpo não existem penas algumas com esses nomes, o que assim parece; porque quando prendem os brasileiros, allegão-lhe logo os nomes, baptizando-os a capricho.

« No dia 20 de Janeiro do corrente anno foi atacado o varejo da policia pelo commissario da policia Luiz Costa e seus soldados, a estancia do respeitavel Sr. capitão Vicente Alves de Simas, estancieiro abastado e legítimo desmuniado Barão, e ali prendido e levado o brasileiro Emanuel José Fagundes, chefe de familia e estancieiro, depois do que o dito commissario reprehendeu aqueramente a Simas, increpando-o de occultar as solidões da república em sua estancia, ao que respondeu-lhe Simas, que em seu estabelecimento só vivida e servido brasileiros. No dia seguinte se desto desmonta, o Sr. capitão Simas enigma para o Rio-Grande, levando toda a sua familia, e deixando em abandono sua rica estancia e gados que a povoam.

« Querino Bueno, ha cerca de um anno foi preso sob pretexto de ter assassinado duas crianças, e lançado ao carcere da villa de S. Francisco, em cujas ruas trabalhava com grilhetas aos pés: seu processo nunca teve andamento, deixando de se ouvir as testemunhas com cujo depoimento seria comprovada a sua innocencia. Dias antes da minha chegada áquella villa, urtando-lhe os ferros e mandou-se-lhe aconselhar que fugisse, o que fez; ficando assim justificado em parte o arbitrio da autoridade, e illudida a reclamação da legação imperial em favor do Bueno.

« Existem no carcere da villa de S. Francisco, presos em diferentes épocas, e forçados a trabalhos publicos, sem terem sido até agora julgados e sentenciados, os brasileiros Paulo Domingos dos Santos, Luiz Domingues, Manoel Lourenço Gonçalves, Clemente José da Hora, Filomeno Antonio Rodriguez, João Mauricio Ferreira, José Luiz Garcia e José Pogoira de Andrade.

« Como mencionar aqui que, no acto de serem tomadas as notas daquelles designados por uma chanceller, por mim mandada áquella para aquelle fim, declarou o tenente Hilario a cuja guarda está o referido carcere, que os proenhos de alguns dos indicados proem União sido autorizados pelo alcade ordinário, que, para julgá-los, não tinha limitação de tempo, principiamente não podendo partir contra.

« É porém certo que, inúmeros os crimes, antes de uma sentença condemnatoria, estão soffrendo o castigo de trancarem grilhetas aos pés pelas ruas, mas que se são empregados em trabalhos publicos.

« Até aqui tenho expozto a V. Ex. os ataques e violencias praticadas contra a vida, segurança e liberdade de alguns das nossas concidadãos.

« Agora passarei a mencionar outra ordem de attentados exercidos pelas autoridades departamentais contra a propriedade e liberdade de outros compatriotas.

« Por occasião de se estabelecerem no departamento o pretexto de uma invasão, ha cerca de dois mezes, os commissarios de policia paeardido as estancias dos brasileiros, enjigido soccorres de cavallo e gado para o sarrage da vacca. A alguns bra-

alivias feitas em troca dos animais recolhidos em vale, que, ao que parece, nada vale, pagando os cavallos e cinco patentes, e os bois e duas patas e 480 réis. Os vales a que me refere isto da natureza do que por cópia junto sob n. 1. Três vezes foi esse documento apresentado á chelatura, e tres vezes foi respondido que voltasse mais tarde.

• O brasileiro Apolinario Martelliro da Silveira está residindo na villa por ordem da policia, por não querer pagar direitos sobre campos, que não lhe pertencem: este é o pretexto da detenção, porém a razão desta violação é porque Apolinario não quer ceder a seu irmão Seraffico Marcellino da Silveira um campo que lhe crede por parte de seu pai: no fim que invirta tem havido duas sentenças em favor do primeiro: pelo que tem incorrido no desagrado do chefe Azambuja e seu commissario Costa, aspirantes á compra do campo. Tem chegado a innocência a tal ponto a respeito deste negocio que o proprio Sr. Azambuja apresentou-se no cartorio do notario Puentes exigido que este lhe lavasse uma procuração que devia ser assignada por Seraffico, instituindo-o procurador nesta causa. Observa-se porém o notario a inconveniencia de tal passo, sendo o Sr. Azambuja o chefe politico do departamento. Ordenou então ao notario que passasse a procuração ao commissario Luiz Costa, cuja jurisdicção policial e fiscal se estende sobre a estancia e campos de Apolinario. A procuração se passou. O que fica dito é narrado pelo referido notario Puentes em presença do general Neto, Dr. Salazar e outros.

• Tendo fugido á vista D. Cândido Dias um preto, cuja liberdade lhe foi por elle dada com a condição de servir-lhe por certo espaço de tempo, recorreu ao commissario Martins Domingues para obriga-lo ao cumprimento do contracto, exigio este que para o fazer se lhe desse uma orga, que de facto recebeu.

• Em 17 de julho de 1861 compareceu na estancia do sr. D. Guilherme Alberto Teixeira o revisor do fisco Serisain, o tendo-lhe ordenado que mandasse fazer rodeio de toda a sua gado, o que se fez, o multou em 618 pesos, 440 réis, a pretexto de ter aquelle negligenciado gado por occasião do pagamento dos direitos (cópia n. 2). Cumpre notar que Guilherme já tinha pago a contribuição no tempo assignado (Dezembro do anno anterior), e sendo a revisão feita em julho de 1861, não podia o revisor deixar de encontrar maior numero de gado, visto que a producção do gado tem sempre lugar no tempo intermedio, producção sobre a qual teria de pagar a contribuição do anno seguinte. Representou elle e outros contra esta extorsão, e se moveu afflição que o governo da república ordenou immediatamente a restituição de tais multas sem quebrosa. Ha porém cerca de um anno que Guilherme procura reaver essa quantia já da policia, já do revisor Serisain. E' por isso tizado de miseravel e importunado.

• Segundo a lei fiscal, a contribuição deve ser cobrada em pesos de 800 réis-litros. Entretanto o commissario Miguel Childe cobra os esses direitos em patentes e passa recibo de ter cobrado em igual numero de pesos. Entre victimas desta extorsão, entre outros, os brasileiros Joaquim de Oliveira, Candido Cardoso, Manoel Bangel, Maximiano Ignacio, Hieronimo del. Ana, Jose Santa Anna, Candido Fernandes dos Santos, Policiano Lopes Lencino, Felisberto Lima, Virgilio Ribeiro e Manoel Sangain. Junto arch. V. Ex. a cópia (y h n. 3) da declaração do respectivo tenente-alcalde, e do recibo que o mesmo commissario passou ao primeiro das supranotados.

• Outro abuso não menos cruel e mais pratico no departamento. Diz a lei fiscal que cada individuo deve pagar a contribuição sobre os proprios hectares de 200 pesos para cima. Entretanto os cobradores do fisco, em desprezo da lei disposicão legal, reúnem os hectares em gallos, de uns poucos de individuos aggregados das estancias, de modo a formar a importunidade de 200 pesos para cima, e sobre essa importunidade

deixarem os direitos. Assim o pretiro a supranunciado commissario Childs com os brasileiros Joaquim Loureiro, Manoel Ringel e outros. A inclusa copia, sob n. 4, da revista ou conhecimento passado pelo dito agente do facto, convencerá a V. Ex. da veridade desta叙述.

«Tudo isto os factos que, em tres dias que estive em S. Tructus-o, chegaram a meu conhecimento, o que podem ser provados com toda a evidencia, uma vez desvossombrando o departamento da comarca que sobre elle exercem as autoridades á que me refiro. De muitos outros actos de violencia e arbitrio tiro eu conhecimento, e de proposito deixo de commemorar-lhes aqui, por não poder preencher os lugares em que se derão e suas diversas circumstancias, o que farei tão depressa me chegarem as informações que pedi a respeito.

«No departamento de Taquarém, é preciso que V. Ex. o saiba, a maioria das empregados da policia, na guarda nacional e na arrecadação do fisco, são estrangeiros. E por seus actos bem pôde-se colligir que não têm elles a despejal interesse em que, em sua patria adoptiva, a ordem, a moralidade da administração, a execução da lei, e as relações internacionaes sejam rigorosamente mantidas e respeitadas. Obtém constantemente segundo seu interesse proprio, e segundo o gráo de affeição ou desaffeição que lhes merecem seus governaes.

«O commissario Luiz Costa, por diferentes vezes nomeado nesta expozição, e que merece a inteira confiança de Sr. Azambuja, é nosso compatriota, e soldado do 5.^o corpo da guarda nacional, em 1.^o era organiado e comendado pelo barão de Laçaly na vizinha provincia de Rio-Grande do Sul. Para aqui desertou esse soldado por ter commettido um assassinio na mesma provincia. Foi por isso reclamado pelas autoridades da fronteira ao então chefe politico Valdez, que o tendo preso e remetido ás ditas autoridades, foi na liberdade arrebatado da esculha, e posto em liberdade pelo Sr. Azambuja, que então comendava o respectivo posto.

«Como Luiz Costa, sou informado que existam outros brasileiros reprobos por terem commettido crimes no Imperio, empregados na policia d'aquelle departamento, e que a tudo se presta para evitar achem estragados as autoridades do Imperio.»

Nenhum dos factos relatados pelo referido canal pôde deixar de merecer toda a attenção de S. Ex. e Sr. ministro de relações exteriores: e o alhoço asseguro, em cumprimento de seu dever, submittendo-os á alta consideração de S. Ex., reclama com a maior urgencia, em nome do governo imperial, a quem nesta occasião dá conta de tão lamentaveis circumstancias, as separações correspondentes a cada um dos casos acima mencionados.

O encarregado de negocios interior do Brasil tem a honra de reiterar a S. Ex. o Sr. D. Arceaseta os protestos de sua mais distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. D. Henrique de Arceaseta.

LEANDRO DE JAVELAN BARROSO DA SILVA.

Assassinato dos subditos brasileiros Roberto Corrêa e Valentim Moreira nos departamentos do Cerro-Largo e Maldonado: o primeiro em Fevereiro, e o segundo em Março de 1861.

N. 84.

Nota do governo oriental á legação imperial.

Ministério de relações exteriores. — Montevideo, 2 de Maio de 1861.

Por nota do 1.º de Abril ultimo fui V. S. informado da resolução tomada pelo governo, em consequência da nota desta legação datada em 28 de Março anterior, que denunciava dois homicídios ultimamente perpetrados nos departamentos do Cerro-Largo e Maldonado.

Des esclarecimentos a que procedêrto os respectivos chefes políticos, em virtude da resolução supramencionada, ha alguma exactidão nas informações transmitidas a esta legação.

O individuo Roberto Corrêa, morto em Cardona, era um antigo soldado de policia da sexta secção do departamento do Cerro-Largo, a quem se perseguia como desertor, e não cresta que elle tenha feito valer a sua qualidade de bém-meia, quando voluntariamente entrou para o serviço daquella secção.

Não obstante o exposto, a autoridade cumpre com o seu dever, investigando os factos, e, em meados do mez passado, dirigio-se á repartição do policia de Durazno, reclamando a captura do sargento Raphael Morenos, indigado como autor do homicidio.

Quanto á morte de Valentim Moreira, as informações do chefe politico, colhidas no lugar do successo, apresentão-a como um effeito natural do modo de vida que levava o finado, e do seu caracter provocador e desordeiro.

O facto teve lugar em uma casa de negocio na India-Morta, em presença de varias pessoas, com as quaes Moreira jogava ás cartas. Havendo perdido quanto tinha consigo, cogio de um dos que o acompanhão, que lhe emprestasse dinheiro afin de continuar a jogar, e não o conseguindo, depois de ter recebido os insultos e as ameaças, accusativas-o, delatando-o por terra e disparando duas vezes uma pistola que não deu fogo.

A vista do occorrido veio logo em defesa do aggreddido um seu irmão que, travando luta com Moreira, causou-lhe a morte.

Elle e que resulto das investigações feitas pela policia com a minuciosidade que o caso requeria, e o que fica plenamente justificado no summary que, sobre o facto, está a circular-se.

Transmittida a V. S. estas informações, aproveito esta oportunidade para reiterar-lhe as seguranças da minha distincta consideração.

Ao Sr. Ignacio de Aschil Barbosa da Silva.

Estimado Amigo.

N. 85.

Nota do governo oriental á legação imperial.

Ministerio das relações exteriores. — Montevideo, 13 de Setembro de 1861.

O chefe politico do Cerro-Largo, em nota datada de 4 do corrente, communicou-me que o individuo Raphael Mendonça, indigitado como assassino do subdito brasileiro Roberto Corrêa, por cujo morte reclamam V. S. em nota de 28 de Março ultimo, fôr capturado, depois de uma activa perseguição, e posto á disposição da justiça ordinaria.

Transmittido a V. S. esta noticia, aproveito a oportunidade para retribuir-lhe as seguranças da minha distincta consideração.

Ao Sr. Ignacio de Avellar Barbosa da Silva.

HECTOR DE ARRASCAETA.

N. 86.

Despacho do governo imperial á legação imperial em Montevideo.

1.^a secção. — Rio de Janeiro, ministerio das negocies estrangeiras, em 7 de Outubro de 1861.

Recebi, com o officio n. 71, que Vm. dirigio-me em 27 do mez ultimo, copia da nota que lhe passou o ministro das relações exteriores da republica, communicando que Raphael Mendonça, accusado de haver assassinado o subdito brasileiro Roberto Corrêa, fôr preso e posto á disposição da justiça ordinaria.

Recomendando a Vm. que continue a reclamar do governo oriental as necessarias providencias para que o autor do referido attentado não escape á vindicta da lei, retribua-lhe as seguranças de minha estima e consideração.

BENVENUTO AUGUSTO DE MACANILLES TAGES.

Ao Sr. Ignacio de Avellar Barbosa da Silva.

Assassinato do pardo Eduardo no departamento de Cerro-Largo, em Julho de 1861.

87.

Nota da legação imperial ao governo oriental.

Legação Imperial do Brasil.—Montevideo, 20 de Novembro de 1861.

Esta legação acaba de ser informada pelo consulado geral de Sua Magestade de que no lugar denominado Corralles, no departamento de Cerro-Largo, foi assassinado, em fins de Julho ultimo, o pardo brasileiro Eduardo.

O vice-consul do Imperio aquelle departamento representou ao mesmo consulado no officio aqui incluzo por còpia, os depoimentos do Aparicio Telles e Venancio Campos por elle inquer dos factos das circumstantias daquello successo.

Desses depoimentos resultam indícios muy vehementes de que o principal autor daquella crime é o cabo ou sargento de policia daquella secção Pedro Dias, o qual foi visto com diversos objectos pertencentes ao infeliz Eduardo.

No entretanto não consta que esse indiciado tenha sido até agora preso, nem processado.

O abaixo assignado, encarregado de negocios interior do S. M. o Imperador do Brasil, em cumprimento de seu dever, reclama nos termos os mais urgentes do S. Ex. o Sr. ministro de relações exteriores da Republica Oriental do Uruguay, a expedição das necessarias ordens afim de que aquelle agente da policia departamental seja preso, e submetido sem demora a julga competente.

O abaixo assignado abriga ainda a esperança de que este novo abuso da autoridade e da força, cuja impunidade seria inconciliavel com a conservação das relações amigaveis que felizmente existem entre o Imperio e a republica, será prompta e severamente castigado.

O encarregado de negocios do Brasil prevalece-se desta oportunidade para ter a honra de reiterar a S. Ex. o Sr. Dr. D. Henrique de Arrascaeta, ministro e secretario de estado das relações exteriores da Republica Oriental do Uruguay, os protestos de sua mais distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. D. Henrique de Arrascaeta.

IGNACIO DE ATELLAS BARBOSA DA SILVA.

Nota do governo oriental á legação imperial.

Ministério das relações exteriores. — Montevideo, 7 de Janeiro de 1891.

O abaixo assignado, ministro das relações exteriores, recebeu a nota que o Sr. encarregado de negocios do Imperio do Brasil lhe fez a honra de dirigir com data de 20 de Novembro ultimo, communicando ter sido informado de que, no lugar denominado Corrales, no departamento do Cerro-Largo, foi assassinado em fim de Julho ultimo, o pardo brasileiro Eduardo, e, incluindo por cópia um officio do vice-consul do Imperio naquella departmento, de cujo conteúdo affirma S. S. resultar indícios muito vehementes de que o principal autor d'aquelle crime é o cabo ou sargento de policia daquella secção, Pedro Dias, o qual foi visto com diversos objectos pertencentes ao infeliz Eduardo, reclama a expedição de ordens afim de que seja aquelle agente de policia preso e submettido ao juizo competente.

Posto que, pelo officio do mesmo vice-consul, se comprehende que o facto á que allude a reclamação de S. S., está actualmente em que se investigação do juizo ordinario, a quem presentemente compete exclusivamente promover a apprehensão dos individuos, que á vista do summario lícito indicados nesse rdo, comtudo o abaixo assignado, com o intuito de cooperar, enquanto depende do governo, para a averiguação dos actos criminosos e descoberta dos seus perpetradores, afim de argir pelo condigno castigo destes, agitou-se em solicitar as informações convenientes do chefe politico do departamento do Cerro-Largo.

Resulta dessas informações que o juiz, depois de ter interrogado ao sargento e ao commensario, não encontrou prova legal no summario para solicitar a prisão do sargento Pedro Parola, e ao Pedro Dias, não havendo sendo o unico dito do indiciado Tolles, affirmando que o individuo que appareceu no campo e levou a Eduardo pareceu-lhe ser o sargento de policia, declarando Venancio Campos que não conhece nem sabe quem era o homem que levou a Eduardo, que não fallára com elle, nem ouviu seu modo de voz, confirmando de algum modo a declaração d'este ultimo a que faz Tolles, segundo o officio do Sr. vice-consul, quando refere que se adiantára só para perguntar ao desconhecido para que levava a Eduardo.

Estretante está provado que Aparicio Tolles e Venancio Campos no dia 24 de Julho sahido da casa do Sr. Charles em companhia de Eduardo, occultando o facto occorrido, sem darem o menor aviso á autoridade.

O abaixo assignado não duvida que os tribunaes, que conhecerem da causa, pedirão a apprehensão do sargento Parola, logo que haja para isso motivo legal.

O abaixo assignado ao concluir esta nota não pôde deixar de lamentar a frequencia com que S. S., sempre que se trata de actos das autoridades da república, empregam os termos de abusos e de attentados, antes de terem estas actos passado pelo crivo de uma minuciosa verificação, procedimento este que se não concilia com a conservação das relações amigaveis que solidamente existem entre a república e o Imperio.

Deixando assim cumprida a ordem de S. Ex. o Sr. presidente da república, a cujo

esbocimento foi lido a mencionada nota do S. Ex., o abaixo assignado aproveita esta oportunidade para reanuar ao Sr. Barbosa da Silva as seguranças da sua mais distincta consideração.

Ao Sr. Ignacio de Avellar Barbosa da Silva.

HENRIQUE DE ARRASCATA.

Assassinato de Militão Machado dos Santos no departamento de Paysandú em Março de 1861.

89.

Nota da legação imperial ao governo oriental.

Legação imperial do Brasil. — Montevideo, em 11 de Novembro de 1861.

O vice-consul do Imperio no departamento de Paysandú communica ao consular de Sua Magestade que, no lugar denominado Foz do Palmar do Rio-Negro, foi assassinado, em principios de Março do corrente anno, o subdito brasileiro Militão Machado dos Santos pelos orientaes Lelio de Naldonado e José Valenzuela.

Communica mais aquelle agente que o 1.^o desses assassinos já se acha preso, e que o 2.^o tem conseguido até agora escapar á acção das autoridades do mesmo departamento.

Lendo esta lamentavel occorrença ao collocamento de S. Ex. o Sr. Dr. D. Henrique de Arrascata, ministro e secretario de estado das relações exteriores da Republica Oriental do Uruguay, o abaixo assignado roga a S. Ex. tenha a bondade de expedir as ordens convenientes além do que o delinquente, já capturado, seja sem demora submettido ao juizo competente, e se acivrem as diligencias precisas para a apprehensão do segundo.

O abaixo assignado tem a honra de reiterar ao Sr. Dr. D. Henrique de Arrascata os protestos da sua mais distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. D. Henrique de Arrascata.

IGNACIO DE AVELLAR BARBOSA DA SILVA.

Nota da legação imperial ao governo oriental.

Legação Imperial do Brasil. — Montevideo, 11 de Dezembro de 1861.

Por nota de 11 do mez proximo passado denunciou a abaixo assignado, encarregado de negocios interino do Brasil, a S. Ex. o Sr. ministro e secretario de estado de relações exteriores da Republica Oriental do Uruguay, o assassinato do subdito brasileiro Milhões Machado dos Santos, perpetrado em princípios do Maio ultimo, no lugar denominado Pazo de Palmar do Rio Negro, no departamento de Paysandú.

Em officio da 1.ª do corrente, dirigido ao consulado geral pelo vice-consulado do Imperio no mesmo departamento, dá este funcionario o seguinte ácerca daquelle crime:

« Maldonado declara que, encontrando Machado a Carrvajal montado em um cavallo de sua propriedade, exigio a sua entrega; que Carrvajal não se oppôza entregar o cavallo a Milhões, porém não lhe observou que não podia ficar no campo a pé, o que assim fossem justos á sua cara (de Carrvajal), que alli entregaria o cavallo; que tendo partido todos para o Rincón do Palmar, observou Milhões a Carrvajal que aquelle caminho não lhe parecia o mais proprio a seguir-se, mostrando Milhões visíveis desconfianças de Carrvajal; e que tendo-se voltado Carrvajal o matou, dando-lhe um tiro por detrás, lançando-o depois ao Rio Negro com uma corda ao pescoço. »

O mesmo vice-consul acrescenta que Carrvajal fugira depois da attentado para o departamento de Salto, onde ainda se acha refugiado.

O chefe politico de Paysandú já reclamou do do Salto a prisão daquelle criminoso, porém até hoje nada tem conseguido.

Levando estas informações ao conhecimento de S. Ex. o Sr. Dr. Arrascaeta, o abaixo assignado lhe roga que tenha a bondade de tomar as providencias necessarias afim de que se effectue sem demora a apprehensão de Carrvajal e seja elle punido com todo o rigor da lei.

O encarregado de negocios do Brasil prevalece-se da oportunidade para ter a honra de reitorar ao Sr. Dr. Henrique de Arrascaeta os protestos de sua mais distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. D. Henrique de Arrascaeta.

IGNACIO DE AYLLAN BARROSA DA SILVA.

N. 91.

Nota do governo oriental al legação imperial.

Ministério de relações exteriores. — Montevideo, 18 de Dezembro de 1861.

O abaixo assignado, ministro de relações exteriores, recebeu a nota que com data de 14 do corrente se sobre dirige-lhe o Sr. Ignacio de Avellar Barbosa da Silva, encarregado de negocios interino do Brasil, transcrevendo um paragrapho do officio que lhe passou o vice-consul imperial em Paysandú, relativo á reclamação pendente sobre o assassinato perpetrado na pessoa do subdito brasileiro Milton Machado dos Santos.

Das informações recebidas do Sr. chefe politico d'aquelle departamento apparece como effectivamente comprometido naquella attizada um individuo de nome José Carrizal, cuja apprehensão foi solicitada das autoridades do Salto e Mercedes, e desde o dia 14 de Novembro ultimo pendu do alcade ordinario respectivo o processo que por esse motivo se instaura.

Tomando em consideração estes antecedentes, que coincidem com as informações subministradas pelo vice-consul mencionada, o governo deu as convenientes ordens, afim de que com a possível brevidade seja capturado o supposto réo e seus complices, para serem submettidos a acção dos tribunaes.

Fazendo ao Sr. Barbosa da Silva esta communicação, e abaixo assignado aproveita a oportunidade para reiterar-lhe as seguranças da sua distincta consideração.

Ao Sr. Ignacio de Avellar Barbosa da Silva.

HENRIQUE DE ABRANCOSA.

Assassinato de Bibiano Mendes Carréa, no departamento do Salto, em Julho de 1861.

92.

Nota da legação imperial ao governo oriental.

Legação imperial do Brasil. — Montevideo, 3 de Setembro de 1861.

O abaixo assignado, encarregado de negocios interino de S. M. e Imperador do Brasil, acaba de ser informado pela presidencia da provincia do Rio-Grande do Sul de que no departamento do Salto se deu o facto gravissimo, que passa a expôr, e sobre o qual pede licença para chamar toda a attenção de S. Ex. e Sr. Dr. D. Henrique de

Arrascaeta, ministro e secretario de estado de relações exteriores da República Oriental do Uruguay.

No dia 10 de Julho ultimo, achando-se o subdito brasileiro Bibiano Mendes Corrêa no lugar denominado Guamé, nquelle departamento, foi barbaramente assassinado, por ordem do commissario de policia desse lugar.

O crime foi perpetrado em frente á propria casa dessa autoridade!

Corrêa tinha ido a Guamé com o objecto de solicitar a soltura de um seu irmão que alli se acha preso em trancas de laço até pagar a quantia de 1,000 pesos, por lhe attribuirem haver cometido uma maoes alheia.

Evitando o desgosto de comentar este facto, o abaixo assignado limitou-se a reclamar do governo oriental, com a maior urgencia, a devida e exemplar castigo daquelle commissaria.

As consequencias funestas que teria a impunidade deste novo crime, perpetrado com circumstancias tão aggravantes, são bem obvias, e S. Ex. o Sr. ministro de relações exteriores se compenetrará de certa, da imperiosa necessidade de um exemplo salutar que refoce os attentados desta natureza, de que são victimas, com tanta frequencia, os subditos do Imperador residentes nesta república, os que por ella transitão.

O abaixo assignado aproveitou-se desta oportunidade para ter a honra de reiterar a S. Ex. o Sr. Dr. D. Henrique de Arrascaeta os protestos de sua distinta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. D. Henrique de Arrascaeta,

IGNACIO DE AVELLAR BARBOSA DA SILVA.

N. 93.

Nota do governo oriental á legação imperial.

Ministerio de relações exteriores. — Montevideo, 4 de Setembro de 1861.

O abaixo assignado, ministro das relações exteriores, tem a satisfação de participar ao Sr. Ignacio de Avellar Barbosa da Silva, encarregado de negocios de S. M. o Imperador do Brazil, que o governo da república já ordenou que se tomassem as medidas convenientes a respeito do lamentavel successo de que foi victima no departamento de Salto o subdito brasileiro Bibiano Mendes Corrêa, e que o chefe politico levava ao seu conhecimento antes de receber a nota de S. S. datada de hontem.

Entretanto o abaixo assignado achou-se habilitado para communicar a S. S. que, immediatamente depois do occorrido o facto a que se allude, procedeu o chefe politico dequelle departamento a effectuar a prisão do commissario do Guamé, a quem se supoz a parte principal na sua perpetração, fazendo-se o respectivo sumario a 3 de Agosto ultimo no competente juizo do crime.

O abaixo assignado tem motivos de lisongear-se com a segurança de que a actividade

e zelo empregados pelas autoridades que intervierem neste negocio serão bastante efficazes para conseguir-se o julgamento e castigo dos delinquentes.

Nesta peticção, e deixando assim respondida a nota de S. S., aprova-se o abito assignado a opportuniidade para reitarse-lhe as seguras de uma distincta consideração.

Ao Sr. Ignacio de Avellar Barbosa da Silva.

HENRIQUE DE ANDARAETTA.

N. 94

Officio da legação imperial ao governo imperial.

Legação imperial do Brasil. — Nitervidão, 28 de Outubro de 1851.

M^{te} e Ex^{ma} Sr. — Recbi o despacho desta serie, marcado com o n. 80. que V. Ex. se dignou dirigir-me em data de 8 do corrente, respondendo ao officio em que participei a V. Ex. a respeito e processo do commissario de policia do departamento do Salto, mandante ao assassinato do subdito brasileiro Dibilano Mendes Carroa.

Nesse despacho observa V. Ex. que a prisão deste funcionario, posto que seja satisfactoria, como preliminar do processo, será insufficiente enquanto não for acompanhada da demissão do cargo que exerce, pelo que me ordena V. Ex. que neste caso o governo oriental para que ella lhe seja dada.

Em resposta cabe-me dizer a V. Ex. que fallando eu a esse respeito com o Sr. ministro de relações exteriores, assegurei este senhor que o dito commissario lha, contô se costuma praticar em casos semelhantes, immediatamente de missão pelo chefe politico do departamento, que é o competente para a nomeação e exoneração de tales empregados.

Tenho a honra de reiterar a V. Ex. os protestos do meu profundo respeito.

A S. Ex. o Sr. Benvenuto Augusto de Magalhães Teques.

IGNACIO DE AVELLAR BARBOSA DA SILVA.

**Assassinato do peão de nome João no departamento de Canelones,
em 23 de Dezembro de 1861.**

N. 95.

Nota da legação imperial ao governo oriental.

Legação Imperial do Brasil.—Montevideo, 3 de Janeiro de 1862.

Sr. ministro. — O diário *El Povo* publica em seu numero de hoje uma correspondencia do departamento de Canelones em que se lê o seguinte:

« Neste departamento, que se acha governado pelo commissario de ordens D. Juan J. Barbosa, que, segundo se diz, parece estar investido de faculdades extraordinarias, acaba de commetter-se o laudão facto que passo a denunciar-lhe.

« Na segunda-folia desta semana presenciou este poro uma scena semelhante á do S. Bartholomaeu, sem que, porém, nella entrassem fugascentes. A policia armou-se, e com o Sr. Barbosa na frente, dirigio-se á casa do Sr. Vinalea, duas quadras distante da policia. Apenas chegado, rompeu o fogo (cerca 3 horas da tarde) sobre um individuo brasileiro, peto do Sr. Vinalea, que permanecia encerrado em um quarto. Depois de tres horas de torção, o resultado foi ficar o individuo encerrado, com dezoa ou mais balazos no corpo. Arrastado o ferido da casa, por este estranho modo entrou o commissario Lema e disparou com o seu revolver tres tiros sobre o cadaver. »

Cris de necessario, Sr. ministro, acrescentar aqui quaesquer commentarios sobre o barbaresco attentado denunciado naquella folha. A sua gravidade resulta da simples exposiçã que acabo de transcrever.

Limito-me pois a chamar muy seriamente a attenção do governo oriental para este novo crime perpetrado pelas proprias autoridades encarregadas de proteger a vida e a propriedade dos habitaos deaquella parte da república, e a redamar instantaneamente o castigo exemplar dos commissarios Barbosa e Lema, que, cobardo e atroamente, derão a morte aquillo subdito do Imperador.

Tenho a honra de rebozar a V. Ex. os protestos da minha mais subida consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. D. Henrique do Amaral, ministro e secretario do estado de relações esterioreas, etc., etc.

RODOLFO DE AVELLAN BARBOSA DA SILVA.

N. 96.

Nota do governo oriental á legação imperial.

Ministerio de relações exteriores. — Montevideo, 8 de Janeiro de 1892.

Em consequencia de uma correspondencia do departamento de Caselleones publicada no diario *El Pueblo*, em que se relata o facto que teve lugar no dia 23 de Dezembro ultimo entre a policia e um peço da casa do Sr. Vinholes, donde resultou a morte do dito peço, V. S. julga dever chamar a attenção do governo para este facto, e pedir um castigo exemplar para os commissarios Barbosa e Lema, accrescentando, fundado nesta correspondencia, que os ditos commissarios «derão cobardo e atrocamente a morte áquelle subdito do Imperador.»

Achando-se já neste ministerio o sumario levantado em consequencia deste desagradavel successo, e sem embargo de ter-se ha dias ordenado que fosse remetido ao juiz competente, julgo conveniente transmittir a V. S. o que resulta das declarações prestadas por D. Luiz Amaro do Vinholes, dono da casa onde se deu o mencionado peço, e pelos vizinhos D. José Garcia, Faustino Gonzalez, Pedro L. Goldaraz, Norberto Rios, Damaso Castro, Manuel Fernandes e Napoleão Ferrer.

Destas declarações, que são correctas em todas as suas partes, vê-se que o citado peço desde a manhã do dia em que teve lugar o successo, não só desobedeceu a quanto lhe mandara a senhora do Vinholes, mas ainda, como insultava e ameaçava por um modo furioso. Estão aquella vio-se na precisão de prevenir á policia, e esta com o commissario Lema veio em soccorro da familia Vinholes, exposta a ser victima da furia daquelle desgaçado.

As d'acem-lhe os zeladores a voz de preso, e peço escommettia-se com um machado, conseguindo derribar a um, cortando um dedo de uma mão a outro, e atirando uma pedrada ao proprio commissario, que ainda lhe fez soffrer fortissimas dores. Assim conseguiu escapar, e dirigindo-se ás habitações da Sra. Vinholes pretendeu entrar nella com o machado na mão, ameaçando a quantos se approximava. Felizmente estavam dentro os vizinhos D. José Garcia e D. Faustino Gonzalez, os quaes pedrante fechar a porta e impedir a sua entrada. Perseguido pela policia encontrou-se na cozinha e ali defendia a entrada com o machado, lançando d'acima pedras e tijolos do fogo a todos os que se approximava.

Tal era o estado das coisas quando d'entre a grande confusão que se havia reunido, disparou-se alguns tiros que derão a morte áquelle temerario que provocava á uma luta de morte a autoridade, sem doer-se este as graves consequencias da sua aggressão e da sua tenaz resistencia.

E' quanto consta do sumario a que me hei referido, e qual já passou á justiça ordinaria, para melhor esclarecimento da verdade.

Renovo por esta occasião a S. S. as seguranças do minha distincta consideração.

Ao Sr. Ignacio de Avellar Barbosa da Silva, encarregado do negocios do Brasil.

HELENA DE ARRABANDA.

N. 97.

Nota da legação imperial ao governo oriental.

Legação Imperial do Brasil.—Montevideo, 12 de Janeiro de 1862.

Está em poder do abaixo assignado, encarregado de negocios interino do S. M. e Imperador do Brasil, a nota que S. Ex. o Sr. Dr. D. Henrique de Arrascaeta, ministro e secretario de estado de relações exteriores da república oriental do Uruguay, lhe fez a honra de dirigir a 8 do corrente em resposta á que a legação imperial lhe passou no dia 3, acerca de um assassinio de somma gravidade occorrido ultimamente na villa de Camalones e noticiado ao n. 428 do diario *El Pueblo*.

Por meio della servio-se S. Ex. communicar ao abaixo assignado o resultado de um summario a que se procedeu naquella villa por motivo da mesma occurrencia.

Para poder apreciar devidamente a importancia desse documento, e achar o justo fundamento da denuncia contra elle diário, envio esta legação a Camalones o Sr. Melchior Canzaro de Mondaça Franco, cónsul-geral do S. M., recomendo-lhe que proceda ás necessárias e urgentes investigações acerca das circumstancias do facto.

O abaixo assignado acaba de adquirir, por esse meio, informações que desgraçadamente confirmão quanto referido á S. Ex. na sua nota do dia 3.

O subdito brasileiro João, geralmente conhecido por *Assalto el Bobino*, foi barbaramente assassinado no dia 23 do mez proximo pasado pelas autoridades policiaes da referida villa, sendo o principal autor do crime o commissario de policia Angel Loma.

Como S. Ex. o Sr. ministro de relações exteriores verá do documento que vai coberto por esta nota e que o abaixo assignado submetto á sua illustrada consideração, a policia, para levar a effeito a prisão daquella desgraçado, que aliás títima delicto larvi commettido, lançou logo mão, sem a menor necessidade, de meios extremos, dando-lhe a morte depois de um remedio que durou cerca de dez horas, em que se praticarão as mais revoltantes atrocidades.

Toda as circumstancias desse attento, que pelas principaes orgãos da imprensa diário da república tem sido así justamente dignificada, como uma afronta á moral publicá, e ao verdadeiro espirito da lei do país, se achão minuciosamente referidos no relatório junto.

O crime foi perpetrado ha mais de 20 dias entretanto, os individuos que nelle tománte parte mais ou menos activa, estão ainda em perfeita liberdade.

As informações e o summario remetidos ao governo oriental pela mesma autoridade que, com sua presença ao logar do successo, autorizou a perpetração do crime, não podem negar o ff. Como era natural, esse delegado do governo, para afastar de si e dos seus subalternos toda a responsabilidade do acto, tratou de empôr os factos a seu modo, alterando-os e occultando-os convenientemente. Não se poderia esperar que os proprios criminosos confessassem seus delictos.

Uns são testemunas que depararão naquella processo irregularmente instaurado, tres, e temão ainda Norberto Rios, Manuel Fernandez e Napoleão Ferrer, livreto parte ao homicidio; Faustino Gonzalez e Pedro Gonzalez não presenciando o successo; a Sra. Atilde e José Garcia, particular amigo do Sr. Barbosa, achá-lo-se

ocorrendo no interior da casa, na cereção principal do conflito, e, portanto, não pôde observar-lhe o que se passava no theatro da luta.

O summary, pois, não reúne as condições indispensaveis para ter valor juridico.

Em tais circumstancias, é dever incontestavel do abade assignado reclamar com a maior urgencia:

1.º Que sem mais perda de tempo, se mande proceder por pessoa competente e imparcial, e com a mais rigorosa formalidade, no lugar em que foi commettido o crime, á um minucioso inquérito do qual resulte completamente apurada a verdade.

2.º Que, afim de evitar que o chefe politico interior barbaço, o commissario Lema e seus complices possam escapar á acção da justiça, sejam elles detidos e conservados em segura custodia, á disposição das tribunaes.

O abade assignado abriga a esperanza de que o illustrado governo da republica não perderá a occasião que se lhe offerece de, por meio de um primeiro exemplo de justiça prompta e completa reprimir a torrente de taes abusos, cuja frequente reproducção e constante impunidad não podem deixar de ter as mais sérias e deploraveis consequencias.

É absolutamente indispensavel que o mesmo governo abraçe toda a sua solidão e desejo em tornar effectivas as garantias á que têm direito os súbditos do Imperador estabelecidas no territorio oriental.

O abade assignado, confiado em que os esclarecimentos que agora subministra ao Sr. ministro das relações exteriores concorrerão effizantemente para aquelle fim, preza-lhe-se da opportunidade para ter a honra de reiterar a S. Ex. os protestos de sua mais distincta consideração.

A S. Ex. Sr. Dr. D. Henrique do Arrascaeta, ministro e secretario de estado das relações exteriores da Republica Oriental do Uruguay.

IGNACIO DE ATILIAN BARROSA DA SILVA.

Documento a que se refere a nota da legação imperial

Montevideo.—Conselho geral do Brazil, em 12 de Janeiro de 1862.

Elm e Exm Sr.—Em obediencia ás ordens que recebi de vossa legação imperial, dirigi-me no dia 3 do corrente á villa de Lencóaes, e ali passando immediatamente a proceder com a devida celeridade e prudencia ás indagações necessarias, afim de verificar a verdade relativa ao facto denunciado pelo diario *El Pueblo* de 3 do corrente mezo, e pela *Opinión* de 5 do mesmo mezo, de ter sido alli assassinado pela policia um súbdito de Sua Magestade; dessas indagações resultou ter eu adquirido a certeza de que a morte do que se trata foi de feita perpetrada pelos agentes da policia, com o conlho do circumstancias que pastarei a mencionar.

Antes, porém, de entrar na exposição do facto e suas circumstancias, atendo dever dar á V. Ex. uma succinta idea do caracter da victima, de seus habitos, da sua occupação, e finalmente do conceito em que era tido pelos habitantes de Camalotea, e principalmente por aquellas pessoas com quem residia por longo tempo.

João (tal era o nome do brasileiro de que se trata, cujo sobrenome se ignora), vulgarmente conhecido no departamento pelo de *Juanito el Bólvoro*, era homem laborioso, sóbrio, honesto, pacifico, abstinente em seus prazeres, cujo ordeno esculia sempre com laudavel preceito; era em extremo taciturno, respondia quasi sempre por monosyllabos ás questões que lhe fossem feitas por outras pessoas que

este as de sua infirmitade; habitualmente procurava a solidão na qual labrava era a si próprio, era nos minarees confidando nos seus cuidados, era mesmo a objectos inanimados, a que fazia mais frequentemente de certo tempo a esta parte, dando assim occazão a que se apparecesse que em suas localidades nesses conceitos a dar-se tal ou qual desmancho; mas era sempre insufficiente, e até de certo modo effricoso. Tais são as informações que decorei da sua pessoa nas luctas fornecidas pela própria boca do Sr. Vilelos (de quem elle era petto e em cuja casa morava desde muitas annas), por sua respeitavel senhora, por seu filho, e por muitas outras pessoas da dependencia, de quem me dirigi, e que o conheciam muito bem e de longa data. Vilelos é um cidadão oriental, estancieiro abastado, de costumes simples, e que neste lugar goza dos fôros de homem honesto e verdadeiro.

Passo á narraçã.

No dia 23 do presente passando mez e meio, João, mais do que nunca, manifestava indícios de demencia, e como Vilelos se achasse ausente, sua mulher receiosa, como era natural, de qualquer desquite de João, pagou-lhe pontualmente os salarios que lhe erão devidos, e despeillo-o de sua casa, aconselhando-lhe que fosse pensar para se distribuir. A principio, disse-me a Sra. de Vilelos, João pareceu disposto a seguir-lhe o conselho, mas, vendo elle que elle se demorava na cozinha para onde entrava; retirou-lhe por intermedio de uma sua tia, o de um seu filho, a ordem que lhe havia dado de retirar-se. Contrariado por esta intimação, João respondeu grosseiramente ao segundo empregado que não retirou-se-lia, atterrecendo (pobre andré!) que elle era o proprio Vilelos, e que, portanto, o que alli se via era seu. Minutos depois dirige-se á sala, onde estava a senhora, e não tendo podido para ali penetrar, abriu a porta que se achava fechada, por uma abertura que havia sobre esta alçova para dentro o diaboio que recolhera, dizendo que o não queria, depois do que regressou á cozinha, onde se pôz a fazer o doalvor pilhas de tijolos.

Aterrado a senhora por aquelle acto, fez chamar a policia. Neste interim dirige-se João ao cistão, ou poço, de qual começa a extrahir agua. Chega enfim a policia, elle á horas da tarde, pouco mais ou menos, representado por dois zeladores e um cabo ou sargento, o qual ordenou-lhe que o acompanhar a presença do commissario, o que João declarou que não faria: a força se emprega, espada-se de dondeinhão, com as quaes é acometido João que, lançando mão de um machado que por acaso jazia no pátio, defendendo-se como pôde, deita a um por terra, fere a outro, e certo a encerrar-se na cozinha.

Estado as coisas neste ponto quando chegou o commissario acompanhado de mais alguns zeladores; tambem reunia-se ali grande numero de pessoas do povo atraídas pelo alarido.

Vendo-se João cercado, e cediando-se nas promessas que de fôrça se lhe fazia de não o matarem, e que era objecto de tudo o seu recio, resolveu entregar-se á priso, e que fez sabendo até o meio ao preso. E' então cruelmente agredido, esparcado, multado pelos egualas da policia, o que o obriga a retroceder á cozinha, de onde sahira resolvido a defender ali sua vida, contra a qual só parece se tentava.

Assiméhoras que chegava a policia para abrir a porta e penetrar onde estava João, oppozta-se tenaz resistencia, para o que servia-se de tijolos, tijões e agua quente que lançava por uma abertura da porta. Entre tanto cahia a noite, chegava o chefe politico e mais pessoas da povo. Um dahi que o matassem, outros que não matassem o pobre louco, outros finalmente que era preciso acabar-se aquillo ou de um modo ou de outro.

Um individuo bom (o Sr. José Bandeira, pharmacenco do lugar) que tendo assistido até então a maneira cruel por que a policia e alguns energumenes tratando a João, vendo chegar o chefe politico, a elle se dirigió, pedindo que intervissem a fim

de que a prisão da desgraçada se effectuasse de modo mais humano; um tanto construido S. S. respondeu — não! já preside-a.

A chegada do chefe politico, por alguns da porta tão almejada para reprimir a acção do commissario e seus auxiliares, produz o effecto contrario. De facto, se até então a violencia era grande, se mesmo tiro se havia dado para dentro da cozinha, agora essa violencia ao rebelar, esse tiro se multiplicou; entretanto que João continua a lançar a esse os projectos acima referidos, tijolos, etc. Deste conflicto resultou ficaram estensas o commissario e outros e João ferido em diversas partes, entre outras, na articulação que une a mão ao antebraço, e porque esse ferimento o deixou sem a cambata declarou que retirar-se-hia, crendo que o não matassem. Aceita essa sua declaração, Marbório Rios, tenente alcaide, que entre outros se achava á porta ordenou-lhe que se chegasse para o meio da casa, ao que foi por João obedecido instantaneamente.

A porta abre-se então um pouco mais, e dentro os assaltantes que nella se apossavam, entre os quaes se achavão o commissario Angel Lima e o tenente alcaide acima citado, porem certos tiros que deitou por terra a infeliz victima. Então o referido commissario, penetrando na cozinha e aproximando-se de João assim prostrado, dá-lhe tres tiros de revolver que acabou de mata-lo.

Ficou esta obra de destruição e dispensa da concorrência, possida da maior consternação, uns por castigarem o caracter da victima, outros pela barbaridade com que se acabava de assassinar um homem, foi o cadaver de João amarrado pelos sealdores até a porta da rua, dahi conduzido sobre uma carreta a ser depositado na casa de policia, d'onde no dia seguinte 24 de mezente na oito e nove horas da manhã foi levado ao cemiterio, e ali enterrado sem que a isso precedesse se quer um acto de corpo de delicto ou de exame medico legal, como me declarou o proprio Sr. chefe politico, a quem igualmente perguntei, como era meu dore, pelo espolio da infeliz João, repelle-me de que me parecia mal regular que S. S. houvesse feito a competente arrecadação. A isso respondeu-me que nada havia arrecadado porque o morto nada tinha, e que isto me parecia muito excoço como faz sentir ao Sr. chefe politico, pois me consta que João possuia um terno ou mais em que guardava as roupas e talvez mais alguma coisa, e que tudo varriquei ter-se desentranhado depois.

E' grande o numero de pessoas que, como hea dito, presenciaram o acontecimento e me fornecerão as informações que acabo de expôr a V. Ex : dentro ellas indicarei os Srs. Basilio Veloso commandante, José Houband cidadão francez pharmaceutico, Feliciano Vidal proprietario, os quaes se fazem crederes de toda confiança pela independencia e probidade que os distinguem, e pela reputação e bom nome de que justamente gozam.

Indicarei tambem, como testemunhas dignas de serem ouvidas, e não menos merecedoras de confiança, já por suas qualidades pessoais, como por sua posição social, os Srs. major J. Piquiman cidadão notavel, capitão Luiz Leal, Gil Tapia, e Majm Ferrer.

Sorpreheendem-me sobromaneia, como significou ao Sr. chefe politico, que certa ordem de testemunhas inaspeitas não tivesse deposite no sumario é que se procedeu por ordem do governo da republica, ao que S. S. respondeu-me que ao receber a ordem do governo encarregara a um dos seus commissarios de levantar o sumario, chamando para depôr nelle algumas pessoas conhecidas.

Quem foram porém as pessoas chamadas para depôr nesse sumario? V. Ex. o sabe. Foram o Sr. de Villos, os Srs. José Garcia, Faustino Garmas, Pedro Galdames, Norberto Rios, Damao Castro, Manoel Ferasandres e Napoleão.

A Sra. de Villoses com razão aterrada pelo successo e mesmo desmizada, é claro que nada podia observar, e por nenhuma informação valiosa podia prestar relativa ao facto principal.

José Garcia que, além de serpreito por sua íntima ligação e estreita relação de amizade com o chefe político da qual me consta é mesmo um dos protectores, contra quem postar-se não iria depois achata-se na occasião principal do conflicto no interior da casa prodigalizando milícias á Sr. de Vilelas, que como dissemos, havia sido accometida de uma syncope, e animando a familia alienada, pelo que nada do que se passava no patio e na cozinha podia elle bem observar. Accreço que foi elle proprio que se chegar dize, como acima referimos, quando necessario acubar-se com aquillo de um modo ou de outro para socorro da familia, accrescendo assim a perpetração do crime que ora lamentamos.

Faustino Gonzales e Pedro Goldaria, que não estiveram presentes, nada virto e pois nada pôde informar.

Norberto Rios, o mesmo temente alcaide, que, como acima vimos, foi quem mandou o infeliz Judo, na occasião em que queria entregar-se á prisão, chegar-se para o meio da cozinha onde pôde mais certamente ser fallado, quando menos, Roberto Rios é cúmplice do assassinato d'este.

Manoel Fernandes (?), um dos auxiliares da policia e que, tendo feito fogo para dentro da cozinha com um trabuco é talvez um dos assassinos de Jodo.

Napoleão que tentou na familiar parte tão distincta como o precedente; que chegou mesmo a esgotar sua maniglla, em consequencia do que dirigio-se ao Sr. Bonifacio Vellazco, rogando-lhe que o supprisse de balas, ao que se negou este, dando-lhe ao contrario conselhos para que desistisse de sua empreza; Napoleão, digo, é certamente o mais apto para figurar no sumario como testemunha. Um sumario, em que figure testemunhas d'esta ordem, me parece ter por fim menos candidar-se ao conhecimento da verdade do que convell-lo em expensas trevas; e tanto mais disse no convegno, quanto é certo que, em vez de ser feito publicamente, de portas abertas, á luz do dia, foi esse sumario levantado ás escondidas: a elle parece ter presidido o mais rigoroso segredo. De feito com surpresa soubo-se de tal maneira villa que elle se havia feito, o que até então ignoravão todas, menos aquelles que nelle tomámo parte.

Tenho inteirado a V. Ex. não só da morte e seus paranares do subdito da San. Magestade mas tambem do modo estranho por que se procedeu ao respectivo sumario, ordenado pelo governo da republica, sumario esse cujo valor juridico colige á sobra apreciação de V. Ex. Quanto a mim, creio, nada mais.

Se o governo da republiea expulsa-se, como me agrada suppr, em conhecer a verdade tal qual é, não tal qual se finge, pôde enviar para alli algum de syndicar regularmente sobre o facto, qualquer pessoa, que não tenha tomado parte nella, e sendo alheio aos interesses das partes locais, possa desempenhar desassombrosamente essa commissão.

Compreido deste modo as ordens da legação imperial, aprez-me reiterar a V. Ex. os protestos de meu respeito e consideração.

Hum. e Fam. Sr. Dr. Ignacio de Avellar Barbosa da Silva, encarregado de negocios interiores do Brasil em Montevideo.

MELCHIOR CASASSA DE MESSOSA FRANCES, consel geral.

N. 98.

Nota do governo oriental á legação imperial.

Ministerio das relações exteriores.—Montevideo, 17 de Janeiro de 1862.

Apresentando o recebimento da nota que o Sr. encarregado de negocios interior do Brasil, Sr. Ignacio de Avelar Barbosa da Silva, dirigio em data de 13 do corrente a este ministerio, acerca da morte em Canelones do subdito brasileiro conhecido por Juanillo el Bahiano, o abaixo assignado ministro das relações exteriores, tem a honra de annunciar a S. S. que, nesta data, S. Ex. o Sr. presidente da república ordenou que se transmittisse ao respectivo juiz da crime uma traducção legalizada da informação junta á mencionada nota.

Aproveita a oportunidade para renovar a S. S. as seguranças da sua distincta consideração.

Ao Sr. Ignacio de Avelar Barbosa da Silva, encarregado de negocios interior do Brasil.

HENRIQUE DE ARMAZACASTA.

N. 99.

Nota da legação imperial ao governo oriental.

Legação imperial do Brasil.—Montevideo, 14 de Fevereiro de 1862.

Sr. ministro. — Por notas de 2 e 13 do mez proximo passado, denunciei a V. Ex. o barbaro attentado perpetrado em Canelones no pessoa do subdito brasileiro João, alli conhecido por Juanillo el Bahiano.

Denunciei tambem a parte que esse crime tiverio os agenos policiaes daquelle villa.

Sabendo que a attenção de V. Ex. tenha sido desviada deste grave assumpto pela importancia e multiplicidade de suas occupações, peço licença para recordar-lhe o por meio da presente nota, rogando-lhe, ao mesmo tempo, que se digne communicar-me o estado em que elle se acha.

Tenho a honra de reiterar a V. Ex. os protestos da minha mais subida consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. Henrique de Armazaستا.

IGNACIO DE AVELAR BARBOSA DA SILVA.

N. 100.

Nota do governo oriental á legação imperial.

Ministerio das relações exteriores.—Montevideo, 13 de Fevereiro de 1862.

Recebi a nota de S. S., datada de hontem sobre o desagradavel assumpto do subdito brasileiro Juanillo el Bahiano, na qual, recebido S. S. que a minha attenção hevrá sido dirigida deste assumpto, recorda-me'a, e rogo-lhe communique a estado em que se acha.

Em resposta devo dizer a S. S. que, interessado o governo no prompto esclarecimento e julgamento daquelles que se mostrarem criminosos no facto á que allude S. S., depois do que tive a honra de informar reservadamente acerca do novo procedimento seguido pelo Sr. fiscal do civil e do crime, que pediu a instrução do um novo sumario pelas justicas do departamento, por não considerar sufficiente o levantado pela policia, tendo hoje a satisfação de poder communicar a S. S. que, no dia 13 do corrente, em virtude de requisição do juiz da causa, conforme com o parecer fiscal, o governo ordenou ao 1.º official de policia o Sr. Barbosa, que fizesse as suas declarações perante a justiça ordinaria, recommendando-lhe toda a abstenção nas actos judiciais, que posso assegurar a S. S. tanto toda a imparcialidade desejada, havendo sido ordenada a suspensão de commissario Lema do cargo que occupava, o qual, não obstante, continúa sujeito á responsabilidade pelo que resultar do processo criminal que se prosegue.

Aproveito a opportuniidade para reiterar a S. S. as seguranças da minha mais distincta consideração,

Ao Sr. Ignacio de Avelar Barbosa da Silva.

HENRIQUE DE ARRASCATA.

N. 101.

Officio da legação ao governo imperial.

Legação imperial do Brasil. — Montevideo, 13 de Março de 1862.

Illm. e Exm. Sr. — Tenho presente o despacho que V. Ex. me fez a honra de dirigir em 24 de Fevereiro proximo finda, sob o n.º 17 desta serie, e é relativo ao assassinio do subdito brasileiro João, perpetrado pela policia da villa de Canelones.

Sobre esse assumpto, devo nesta occasião dizer a V. Ex. que hoje me communica o Sr. Dr. Arrascata que, á requisição do juiz do crime a quem está affecto o res-

partido processar, fôr preso em prisão o commissario Lerma, principal autor daquella attentado, e se havia expellido ordem ao chefe politico do Carabones afim de retenti-lo para esta capital.

Protegeo-me desta oportunidade para reiterar a V. Ex. as protestas de meu profundo respeito.

A S. Ex. o Sr. Don Vicente Auguste de Vagahiles Torres.

LEONAR DE AVELLER BARROSA DA SILVA.

Assassinato do guardião da armada nacional Domingos de Moraes, no porto de Montevideo, em Agosto de 1861.

N. 102.

Nota da legação imperial ao governo oriental.

Legação imperial do Brasil. — Montevideo, 31 de Agosto de 1861.

O abaixo assignado, encarregado de negocios do S. M. o Imperador do Brasil, reclama de S. Ex. o Sr. ministro e secretario de estado de relações exteriores da república oriental do Uruguay toda a attenção que deve merecer-lhe o facto que passo a expôr.

No dia 20 do corrente, Domingos de Moraes, natural da provincia do Rio-Grande do Sul, guardião da armada de Sua Magestade, embarcado na canhoneira *Leahy*, que faz parte da esquadra naval do Imperio no porto de Montevideo, veio á terra com licença de seus superiores, em rigorosa uniforme, mas sem armas.

Um official do 1.^o batalhão de caçadores, suppondo-o desertor seu, o prendeu e levou a um corpo de guarda.

Ali Moraes, até então resignado, indignando-se do desrespeito irrogado ao uniforme que traxa, protestou contra os aggressores bradando que elle era brasileiro e preferia morrer com a farda brasileira.

Esta simples exclamação foi ouvida com tal atrocidade que o exclamante, prostrado por golpes mortiferos, foi transferido da guarda para o hospital da caridade, onde falleceu.

Pelo documento annexo á esta nota, verá S. Ex. o Sr. ministro de relações exteriores que todas as condições da vida a que se encontra Moraes, e notavelmente a situação anatomica em que está situada, denunciam a premeditação criminal com que foi dirigido o instrumento que a causou.

E' incoextinguivel e inteiramente improrrogavel que um corpo de guarda não podesse conter um só homem inerte, sendo por razao da morte.

S. Ex. o Sr. ministro do relações exteriores comprehenderá, de certo, a urgente necessidade de entrar todas as possíveis e previstas consequências da impossibilidade de um acto que á cortez susceptibilidades não legítimas se apresenta como um crime e como uma proscricção.

Obaldo assignado, pois, contando com a rigorosa posição dos criminosos, tem a honra de reitamar a S. M. o Sr. Dr. Henrique de Almeida os protestos da sua mais distinta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. D. Henrique de Almeida

LEONAR DE AVELLAN BARROSA DA SILVA.

DOCUMENTOS ANEXOS À NOTA SUPRA.

Officio do commandante da canhoeira baby ao commandante da imperial força naval em Montevideo.

Bordo da *fovela*. — Montevideo, 30 de Agosto de 1861.

Ilm. o Exm. Sr. — Tendo de participar a V. Ex. o mais lastimoso successo, pelo qual acabo de ver as portas da morte no hospital da caridade desta capital o guardião Domingos de Moraes, procurarei collocar-me na altura do meu dever, narando simplesmente o facto, pois esta divisão tem a V. Ex. por chefe.

Domingos de Moraes, natural do Rio-Grande do Sul, casado na capitania do Espírito-Santo, conforme se declarou em seus últimos momentos, guardião da arreada, embarcado nesta canhoeira, levado á terra com licença hectica, em rigorosa uniform, foi preso por um official do 1.º batalhão do capitães da república Oriental, em consequencia de o supponer desertor. Levado para resistir ao corpo da guarda, alli deita-se a reclamar por seu caracter e ao grito de — sou brasileiro, prefiro morrer com a farda brasileira — provoca uma luta, na qual é logo ferido mortalmente. O moribundo declara mais que violentado em esse tempo a servir ao exercito da república fôr posto em liberdade, fazendo justiça aos bons officios do commandante da divisaõ e da legacão imperial.

O chefe do batalhão o Sr. coronel Dr. João Eugenio Lengua dignou-se dar algumas notas sobre o assentamento de preço do infeliz ao 2.º tenente Frederico Guilhermo de Lorenz, por mim mandado a pedir informações. Aquellas notas de Dezembro de 1859 não podem combinar-se com a cópia do assentamento que tenho a honra de reenviar.

Comprou-se declarar finalmente que os officiaes desta canhoeira empregados em recolher estes dados, tem recolhido as melhores provas de sympathia e deferencia das autoridades, tanto ao quartal de cidadãos como no hospital.

Deo guarido a V. Ex. — Ilm. o Exm. Sr. João Custodio de Houaldin, chefe do divisaõ e commandante da força naval.

GUARDIAO, JOSE PARRERA DOS SANTOS, 1.º tenente e commandante.

Corpo de delictos feito no cadaver do guardião Domingos de Moraes.

Bordo de *Seguridade*. — Montevideo, 31 de Agosto de 1861:

Mm. e Exm. Sr. — Em consequencia do ordem de V. Ex. dirigi-me hoje ás 8 horas da manhã com o Sr. Dr. Manoel da Silva Romez, 2º cirurgião do corpo de saúde da armada, ao hospital da caridade, e ali sendo-me apresentado um cadaver, que reconheci ser do guardião Domingos de Moraes, pertencente ao vapor *Teahy*, dizendo-nos tambem que havia fallecido ás 2 horas da manhã; e passando a examinar, notamos o seguinte:

Habito exterior. Rígido cadaverico, abundante espuma sanguinea pela boca, grande elevação abdominal. Uma ferida penetrante, feita com instrumento perfurante na região antero-posterior do lado esquerdo do thorax, entre a 3ª e 4ª costella, tendo transversalmente uma pollegada de extensão, interessando profundamente o pulmão e arterias correspondentes.

Deus guarde a V. Ex. — Mm. e Exm. Sr. conselheiro João Custodio de Boudain, chefe de divisão, commandante da força naval no Rio da Prata.

CARLOS JOSÉ PEREIRA DA SILVA,
Cirurgião de direito, chefe do corpo de saúde.

N. 103.

Nota do governo oriental á legação imperial.

Ministerio de relações exteriores. — Montevideo, 23 de Setembro de 1861.

O abaixo assignado, ministro de relações exteriores, tem a honra de transmitir a S. S., por cópias autenticas, a nota que o commandante do batalhão de caçadores dirige ao ministerio da guerra, e o parecer do auditor especial, referindo-se ambos aos documentos ao facto acontecido no quartel do dito batalhão no dia 22 de Agosto ultimo, contra o qual reclamou essa legação por nota de 31 do mesmo mez.

O abaixo assignado aproveita a oportunidade para reiterar a S. S. as saudades de sua distincta consideração.

Ao Sr. Ignacio de Avellar Barbosa da Silva.

HENRIQUE DE AMARALTA.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A NOTA ANTER.

Quartel do 1.^o batalhão de caçadores, em 30 de Agosto de 1861.

Ex.^o Sr. — Foi avisado pelo primeiro-sargento da companhia de caçadores João Torillo, que, em uma tenda próxima do quartel, estava o desertor deste corpo Domingos Morales, fardado com uniforme cabangoiro.

Ordenei ao dito sargento que o prendesse e o conduzisse ao quartel: o referido Morales estava com uniforme da marinha brasileira, e muito embriagado. Apesar de ter sido confessado espontaneamente que havia pertencido ao batalhão a que desertara, foi procurar os seus assentamentos no arquivo do corpo, porque a sua praça e desajuste tiveram lugar antes que eu tomasse conta do commando, resultando daquelles documentos, que assentei praça por ordem superior em 7 de Setembro de 1859, que em 14 de Dezembro do mesmo anno desertou, e que é natural da república. O dito Morales disse-me que pertencia actualmente á marinha brasileira, e que era contramestre de um vapor. Ordenei que fosse detido no quartel da companhia de caçadores a que havia pertencido, até ulterior resolução de V. Ex. Pouco depois da chegada, o dito individuo tomou repentinamente uma arma de cabide, e accommetteu e alfinetou D. Elzeuário Perez, que se occupava daquelles serviços; ataque tão violento e brusco, que pôz em grande risco a vida desso official, se elle com destreza não houvera apurado os golpes de lançoetta, e feito elles tão vigorosos que o arremanheio contra a parede, obrigando-o a furtar daquelle homem a dar-lhe uma estocada, com a qual o deitou por terra, podendo só assim defender-se e salvar a vida.

Ordenei que se procedesse a uma informação summaria, que opportunamente levarei ao conhecimento de V. Ex.

Deus guarde a V. Ex.

III.^o e Ex.^o Sr. ministro da guerra e marinha.

João F. LOPES.

Montevideo, em 7 de Setembro de 1861.

Ex.^o Sr. — O auditor especial, accellando o encargo e instruido do presente summario disse: que com effeito vê-se por differentes testamunhas posições e confissões, que a aggressão do soldado desertor Domingos Morales contra o alfinetado portabandeira D. Elzeuário Perez está plenamente provada: e se aquella desgraçada não houver succumbido em seu corpo ataque, teria incorrido na pena de morte estabelecida pelo art. 21, tit. 14, art. 8.^o das Ordens Militares do Exercito. Segundo este artigo, basta só o depoimento do official aggreddo, ainda que haja um testamunha contraria, para justificar a aggressão; mas no caso presente a quebra o depoimento do official Perez vê-se corroborado e confirmada pelos que se acham presentes. Nos attestaria a aggressão de Morales, o facto de haver-lhe o official dado um golpe com sua espada para reprimir os seus desmandos e insultos, porque o proprio artigo 31 faculta em tais casos aos officiaes, para conter os culpados, *justo-las prender ou castigar-se se o julgarem conveniente*. Essas disposições mostram quão grande é a necessidade de manter a subordinação e disciplina militar;

mas se em alguma cases não houver abusos da parte dos superiores dos meios de repressão, agravando o mal, no presente caso, por lamentável que seja o successo, o official Pires não merece censura, attenta às circumstancias do facto relatado por elle e pelas testemunhas. Não ha pois materia para accusação como indica o Sr. fiscal do processo, e por consequente não ha tambem para reduzir o presente assumido a processo, nem submettê-lo ao conselho de guerra.

Por tal motivo critico que deve subsistir-se mandando pôr em liberdade o allargado Pires, ficando-se-lhe comtudo a recommendação do final do art. 32 do titulo e tratado citados, que coarctam ter-se sempre presente. Tal é a minha opinião; V. Ex. poderá resolver o que entender ser mais justo.

JOAQUIM ROCHA.

N. 104.

Nota da legação imperial em Montevideo ao governo oriental.

Legação imperial do Brasil. — Montevideo, 1.^o de Outubro de 1841.

O abaixo assignado, encarregado de negocios do S. M. o Imperador do Brasil, recebe do S. Ex. o Sr. ministro e secretario de estado das relações exteriores da república oriental do Uruguay, uma muy sucinta nota, com data de 23 do mez proximo passada, communicando-lhe tão somente dois documentos nella incluzos.

Estes são um officio dirigido ao Sr. ministro da guerra pelo coronel de batalhão de caçadores da república e um parecer do auditor especial relativo á prisão e homicidio de Domingos Moraes, guardião da cashoeira *Acoby*, da armada de San Nagestado; factos que motivarão a nota passada em 31 de Agosto ultimo pela legação imperial ao ministerio das relações exteriores.

O primeiro documento tem por fim certificar que Moraes era cidadão oriental e desertor da república, e que, sendo preso como tal, provocou o golpe de que morreu tentando contra a vida do segundo-tenente Eleuterio Pires.

O segundo documento contém a demonstração da incapacidade de Eleuterio Pires, que, em época propria, causou a morte de Moraes.

O abaixo assignado, não tendo outros dados senão os que lhe subministrão os citados documentos para ajuizar do homicidio praticado no quartel de caçadores, prescinde de todas as considerações que poderia fazer novamente a esse respeito; mas não pôde deixar de insistir nos pontos do que para a tratar.

Domingos de Moraes era natural da provincia do Rio-Grande do Sul, e casado na do Espírito-Santo, onde reside sua familia.

Desde 1838 teve elle praga na armada imperial, sendo sem interrupção até o dia em que expulso.

Estes dois factos são certificados pelo livro de assentamentos relativos aos officios e praga embarcadas na cashoeira *Acoby*.

A legação tem, portanto, como incontestáveis os dois seguintes pontos que servem de fundamento á sua reclamação.

Moracs era cidadão de S. M. o Imperador do Brasil.

Moracs não podia ter entrado em serviço militar da república no mês de Setembro e desertado no de Dezembro de 1859, como se pretende.

Estas duas circumstancias constituem toda a gravidade do facto que se passa a mencionar.

O coronel do batalhão de caradores confessa, ao seu officio dirigido ao Sr. ministro da guerra, que Moracs estava vestido de uniforme da armada imperial, na occasião em que foi preso.

Este uniforme foi, pois, desalado, e o dezer que soffreu alguma reparação.

Nesta commissão principalmente a questão suscitada pelo successo a que se referem as notas já mencionadas.

Na que dá assumpto a esta. S. Ex. o Sr. ministro de relações exteriores não contesta nenhuma das asserções da que em 31 de Agosto lhe dirige o abaixo assignado.

O silencio de S. Ex. e a sua illustração authorisa a crer que o tanto com que a legação imperial reclama a reparação foi comprehendido, e será atendida.

O abaixo assignado julga, por consequencia, desnecessario, ou ao menos inopportuno, desenvolver a materia desta nota, e limita-se a revelliar a reclamação já feita e a reiterar a S. Ex. o Sr. Dr. D. Henrique de Arrascaeta os protestos do seu mais saluda consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. D. Henrique de Arrascaeta.

LOUICO DE AVELAR BARROSA DA SILVA.

N. 105.

Nota da legação imperial ao governo oriental.

Legação imperial do Brasil. — Montevideo, 31 de Outubro de 1861.

O abaixo assignado, encarregado de negocios interiores de S. M. o Imperador do Brasil, levou á presença do seu governo as notas trocadas em 31 de Agosto, 23 de Setembro e 1.^o de corrente entre a legação imperial e o ministerio de relações exteriores relativamente a prisão e homicidio do Domingos de Moraes, guardião da cambocira *Anahy*, da armada de Sua Magestade.

Tão lamentavel successo causou, como era natural, a mais profunda impressão no animo do governo imperial.

Causou da incontestavel justiça que assiste á reclamação que fez objecto daquellas notas e da urgente necessidade de ser ella atendida do modo o mais completo, ordenou o mesmo governo ao abaixo assignado que, com o maior empenho, elle se

induzido pela exemplar punição do autor daquella barbaro crime perpetrado nestas circumstancias aggravantes já indicadas pelo abito assignado, porém colliguo em favor da familia do infeliz Moraes, uma razoavel indemnisação pecuniaria que a possta a coberto da indigencia a que ficou reduzida.

O abito assignado cumpre esta officina por meio da presente nota, revellando a reclamação já formulada naquellas communicações e exigido do governo da república a reparação pecuniaria á que acella se refere-se.

O governo imperial, como o abito assignado, espera e confia que esta redamação será plenamente atendida pelo governo da república, dando este, assim, mais uma prova do seu amor á justiça e sincero desejo de manter e conservar as boas relações existentes com o Imperio.

O encarregado de negocios do Brasil prevalece-se desta occasião para ter a honra de reiterar a S. Ex. o Sr. Dr. D. Henrique de Arreseasta, ministro e secretario do estado das relações exteriores da república oriental do Uruguay, os protestos da sua mais distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. D. Henrique de Arreseasta.

IGNACIO DE AVELLAR BARBOSA DA SILVA.

N. 106.

Nota do governo oriental á legação imperial.

Ministerio das relações exteriores. — Montevideo, 20 de Novembro de 1861.

O abito assignado, ministro das relações exteriores, recebeu as notas que, com datas de 1 e 31 de Outubro passado, fez-lhe a honra de dirigir o Sr. Ignacio de Avellar Barbosa da Silva, encarregado de negocios do governo do Brasil, respondendo a primeira á dezo ministerio de 23 de Setembro; e a segunda communicando, que havendo S. S. levado ao conhecimento de seu governo as notas trocadas relativamente á captura e morte de Domingo Morales, recebeu ordem S. S. não só de insistir com maior empenho pelo castigo exemplar do autor do homicidio, como tambem de exigir em favor da familia de Morales uma indemnisação pecuniaria razoavel, revellando a reclamação formulada nas communicações anteriores.

Como S. S. insistisse por sua nota de 1.º de Outubro em sustentar, contra as informações do coronel da batalhão de caçadores, dadas depois de consultados os archivos do seu corpo, e transmitidas a S. S. pelo abito assignado, que Domingo Morales não era oriental mas sim brasileiro, natural da provincia do Rio-Grande e que assistiu praça na armada imperial desde 1838, e servio sem interrupção até o dia em que capto, accusando-o que não podia ter entrado em serviço militar da república no mez de Setembro e desembarcado no de Dezembro de 1858, o abito assignado para maior esclarecimento dos factos, que se punha em duvida, antes de responder á precizada nota, teve de exigir novas informações do ministerio da guerra.

Da filiação e classificação desse indivíduo, tomadas dos assentamentos do corpo em que servia, e que o albaixo assignado tem a honra de juntar por cópia, vê-se que o soldado de que se trata, Domingos Morales, filho de Vicente Morales e Maria Casimira, natural da república, entrou em serviço no batalhão de caçadores em 7 de Setembro de 1859, — d'onde desertou em 14 de Dezembro do mesmo anno.

Resultando pela do estado documentar que não estão provados os fundamentos da reclamação de S. S., o albaixo assignado absten-se, por ora, de entrar em discussão sobre os outros pontos á que elle se refere, visto que os factos que lhe servem de base, e de que os outros não são senão consequências, achão-se em contradição com o documento official que o albaixo assignado tem presente.

Deitando assim a conquista a ordem de S. Ex. a Sr. presidente da república, á cuja consideração foi levada opportunamente este assumpto, o albaixo assignado aproveita esta oportunidade para retribuir ao Sr. Barboza da Silva as saudades de sua mais distincta consideração.

Ao Sr. Ignacio de Avellar Barboza da Silva.

HEMAYET DE AMBASCEIXA.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A CITA ACIMA

Assentamento.

Exercício da república. — Batalhão de caçadores da União. 31 de Agosto de 1861. — Filiação do soldado Domingos Morales, filho de Vicente Morales e de Maria Casimira. Natural da Republica Oriental. Sem religião, C. A. R. Seu officio: jornaleiro. Seus signaes: cor morena, rosto redondo, cabello corrido, olhos negros, nariz regular, boca regular, pouca barba. Signaes particulares: uma cicatriz debruço da pestana do olho esquerdo, uma cicatriz de ferida de arma cortante na parte superior do dedo index da mão esquerda. Estatura: 5 pés, 8 pollegadas e 4 linhas. Percebe-lhe lidas as leis penaes, passou pela revista do commissario, e do Gear inteirodo, fez o signal da cruz com as testemunhas 1.^o sargentos Bernardo Dangau e Vicente Saz. Aguada, 7 de Setembro de 1859. — Patron no serviço deste batalhão por ordem superior na mesma data. — Ha uma cruz. — *Bernardo Dangau.* — *Vicente Saz.* — *Nota.* Desertou em 14 de Dezembro de 1859. — Batalhão de caçadores da União. Aguada, 7 Setembro de 1859. — Classificação de Domingos Morales: trinta annos de idade, estado solteiro, sua residência no departamento da capital: este individuo disse que prestou serviços no corpo municipal deste departamento, que depois de haver cessado este serviço occupava-se em trabalhar como peão e jornaleiro, e que por andar sem papeleta que provasse pertencer a algum das corpos de guardas nacionaes deste departamento, e por não ter occupação laboriosa, a policia o prendeu e o remetteu ao referido batalhão, onde se lhe assignou praça como soldado, por ordem superior, na data acima indicada. — *Adolpho Fitzgibbon.* — Quartel de caçadores, 31 de Agosto de 1861. — *B. Villar-Baz.* — *Visto.* — *E. Languan.*

N. 107.

Nota da legação imperial ao governo oriental.

Legação imperial do Brasil. — Montevideo, 6 de Dezembro de 1853.

O abaixo assignado, encarregado de negocios interino de S. M. o Imperador do Brasil, recebe, em devido tempo, a nota que S. Ex. o Sr. Dr. Henrique de Arsenauitz, ministro e secretario de estado de relações exteriores da Republica Oriental do Uruguay, lhe fez a honra de dirigir a 20 do mez proximo passado, em resposta ás da legação imperial do 1.º e de 31 de Outubro ultimo, relativamente á prisão e homicídio de Domingos de Moraes guardião da armada de Sua Magestade.

Nella dia S. Ex. que em presenca da insi-cumia do abaixo assignado em sustentar, contra as informações do coronel de batalha de caçadores, que Domingos de Moraes era cidadão brasileiro e sentiria praga na armada imperial em 1853, servindo sem interrupção até o dia em que espirou, teve S. Ex., para maior esclarecimento dos factos que se puzido em duvida, de colher essas informações por intermedio do ministro da guerra.

Acerca de S. Ex. que dessas informações, contidas em um documento anexo á mesma nota, resulta que Moraes era cidadão oriental e fez parte do exercito da republica desde 7 de Setembro de 1853 até 14 de Dezembro do mesmo anno; e termina declarando imprudente, em vista disso, a reclamação de que se trata.

O abaixo assignado consignou em sua nota de 1.º de Outubro os seguintes factos:

Domingos de Moraes, guardião da armada do Imperio, era filho da provincia do Rio-Grande do Sul e casado no do Espirito-Santo.

Domingos de Moraes entrou para o serviço do Imperio em 1853, e servio sem interrupção até o dia 30 de Agosto ultimo, em que espirou.

Esses factos se achão comprovados nos dois documentos cobertos por esta nota, que o abaixo assignado submette á consideração de S. Ex. o S. ministro de relações exteriores.

O primeiro é o assentamento daquelle official marinha, extrahido do registro competente que se acha a bordo da canhoneira *Araty* e que o abaixo assignado puz desde já a disposição de S. Ex.

O segundo é a cópia de um termo de declaração feita pelo infeliz Moraes, poucas horas antes de fallecer, perante o escriptor do mesmo navio.

Desses documentos verá S. Ex. que Moraes teve praga do 1.º marinha na armada no dia 16 de Outubro de 1853, foi promovido em 1.º de Novembro do 1853, depois de fazer o competente exame, a marinha de classe superior, e posteriormente, em 10 de Maio de 1853, foi nomeado guardião da corte de officios marinhaes, tendo-se mostrado digno de ta nova distincção.

No mencionado assentamento não consta que Moraes desertasse jamais o seu posto.

Não podia, portanto, estar elle passando com a bordo da canhoneira *Aragnary* em 1.º de Novembro de 1853, e achou-se ao mesmo tempo em serviço no exercito da republica, como se pretende.

Momoz, homem incansável, zeloso, intelligente e laborioso, não pôde, pois, ser confundido, assim por um deplorável equívoco, promiscuo labor de semelhante das nozes, com o saguão de Morcos a que se refere a nota do S. Ex., o qual, segundo o documento a ella annexo, foi obrigado a servir militar da república, em que apenas se convertera irre-movido, por não ter occupado alguma laboriosa.

Este era o velho e aquelle casado na provincia do Espírito-Santo com Bernardina Maria do Rosario.

A declaração feita pelo primeiro pouco antes de morrer deve ser lida como a expressão da verdade.

Outra, conhecendo que apenas lhe restavam algumas horas de vida e recordando-se da familia que deixava desamparada, implorou em favor della a protecção do governo imperial.

O alibio assignado, portanto, em vista de tais circumstancias e das que se achão expostas em suas anteriores notas, não pôde, nem deve admitir a excepção que se prettende dar a esta reclamação.

Infim, pois, nella originado, nos termos mais urgentes, do governo oriental as reparações devidas pelo attentado inaudito de que foi victima aquelle subdito do Imperador.

O alibio assignado não tachou esta nota sem declarar expressamente, como declara, ao governo da república que o de Sua Magestade, no caso, que espera, de lhe ser prestada a satisfação devida, terá do providenciar de modo que salve a sua dignidade, mostrando que não se deplora o acontecimento de que se trata o importancia que merece.

O alibio assignado prevalece-se desta occasião para ter a honra de reiterar a S. Ex. o Sr. Dr. D. Henrique de Arrascaeta os protestos da sua mais distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. D. Henrique de Arrascaeta, ministro e secretario de estado de relações exteriores.

LEONARDO DE AVELLAN BARBOSA DA SILVA.

DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE A NOTTA ANTERIOR.

Assentamento de praeço de Domingos de Moraes.

Certifico que revendo o livro 2.º que serve de secretaria nos officios embarcações na esquadra a helica *Leoty*, achou-se a fl. 56 o assentamento do teor seguinte :

Guardião Domingos de Moraes voce de 10 de Outubro de 1878, dia em que se apresentou a bordo desta esquadra o livro praeço de 1.º marinhaio.

Por haver antefeito o competente com se passou a marinhaio de classe superior em 1.º de Novembro de 1880. Em a dia 10 do Maio de 1880 foi nomeado pela secretaria de estado dos negocios da marinha, guardião do corpo de officiaes marinhaios da armada, e nesta data foi tambem nomeado pelo Sr. Inspector do arsenal de marinha do corte para servir nesta esquadra. Por despacho de 18 de Agosto de 1880, deixa-se este nomeado a quantia de vinte mil réis annuaes de seus vencimentos, tendo principio de Agosto dito em diante. Extrahio-se copia de seus assentamentos em 1.º de Janeiro de 1881. (Assignado) *Francis de Paula de Vasconcellos*, capitão tenente comandante. José Carrão de Sáez, escrivão. Passou da esquadra *Arguaty* para esta esquadra em Santa Catharina em 21 de Fevereiro de 1881.

Chegou a Nakhonathai em 25 de Fevereiro d'lt. Por despacho do Sr. contador, datado de 26 de Março de 1861, principia a receber por bordo os vinte mil réis monetas que deitava ao seu procurador. Em 1.º de Abril de 1861 remetteu-se ao quartel general a cópia escripta no orden geral n. 4 de 1854. (Assignado) *Pereira dos Santos*, 1.º tenente commandante. *Pires Domingues*, escrivão. — Bordo da canhoneira d'helico *Italy*, surta em Montevideo, em 30 de Agosto de 1861. Conforme *Frederico Guillerme de Larrea*, 1.º tenente. *João de Pires Domingues*, escrivão.

Declaração de Domingos de Moraes

Certifico que revendo-se o livro que serve de termos a bordo da canhoneira d'helico *Italy* achou-se a fl. 1 o termo da seguinte sorte :

As vinte e nove dias do mez de Agosto do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1861, a uma e meia hora da tarde, achando-me, por ordem do 1.º tenente commandante desta canhoneira, o Sr. Guillerme José Pereira dos Santos, no hospital da caridade, para receber o authenticum, ultimas vontades e declarações do infeliz guardião Domingos de Moraes, que ali se achava gravemente ferido, fui-me pelo mesmo guardião exposto o seguinte : que passando elle guardião ferido no dia 28 d'esto mez em l'itão ao quartel do 1.º batalhão de caralhões, e elle se dirigio um soldado do referido batalhão, e lhe perguntára o seu nome, e sendo respondido este peidiu a dito soldado lhe segurasse pelo peito da fardeta, para conduzi-lo ao quartel, o que elle guardião dissera que iria, porém que lhe não tocassem na farda que era da marinha brasileira; e que, seguindo ao soldado, achou-se no quartel e a fazer resistencia alguma, e elle guardião protestou com vehemencia contra este insulto; que tendo, por ordem de um official, despi-do a fardeta depois de lhe terem arrastado o gallo do boque, foi então bruscamente ferido pelo official que ali se achava. Disse mais ter nascido no Rio-Grande do Sul, e ser casado com S. Mathem, capitania do Espírito-Santo, com Bernardina Francisca de Moraes, para cuja orphanidade supplicou a misericordia do governo imperial, e mais não disse. E por ser verdade e que transcripto fica, o juro a fé do meu emprego. — *João de Pires Domingues*, escrivão; confere — *Frederico Guillerme de Larrea*, 1.º tenente official instructor.

N. 108.

Nota de legação imperial ao que se no oriental.

Legação imperial do Brazil. — Montevideo, 29 de Abril de 1862.

Por nota de 6 de Dezembro do anno proximo passado, o abaixo assignado, encarregado de negocios interino do S. M. o Imperador do Brazil, respondendo a que S. Ex. o Sr. ministro de relações exteriores lhe fez a honra de dirigir em 30 de maio anterior acerca da prisão e homicidio do guardião da armada imperial, Domingos de Moraes, insiste na reclamação iniciada pelo mesmo abaixo assignado, em nota de 1.º de Outubro do dito anno.

Não tendo esta legação recebido posteriormente communicationes alguma do governo da república sobre esse grave assumpto, e não podendo ficar elle ao pé em qua o de-
nuncia aquellas notas, o alibio assignado tem a honra de dirigir-se novamente a S. Ex.
em nome e por ordem do governo imperial, reclamando instantemente as repara-
ções devidas por aquelle scandallitozante.

O alibio assignado espera que o governo da república, prestando a este negocio a
attenção que merece, se servirá dar-lhe, com a possível brevidade, uma resposta
definitiva.

Com este motivo o alibio assignado reitera a S. Ex. o Sr. Dr. Amascosta os pro-
testos de sua mais distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. D. Henrique da Amascosta.

JOSÉ DE AVELAR BARRON DA SILVA.

Assassinato de Estrugilde Silva, perpetrado em 11 de Fevereiro de 1862, no departamento de Taquarembó.

N. 109.

Nota da legação imperial ao governo uruguayo.

Legação Imperial do Brazil. — Montevideo. 12 de Fevereiro de 1862.

Sr. ministro. — No *Commercio del Plata*, diário que se publica nesta capital, se lê,
em seu numero de hoje, o seguinte :

« Ao meio-dia do presente segunda-feira, o individuo de nacionalidade brasilei-
ra, Estrugilde Silva, que estava fugido no monte, por causa de perseguições das
autoridades, que o procuravam para o serviço das armas, foi preso pela policia do
escriptorio Silbón, em uma casa proxima ao *Pazo dos Tourras* no Rio-Negro.

« Depois de ter-se-lhe informado que se entregasse a do honor Silva allegado que era
brasileiro e que portanto estava isento do serviço das armas, no calor da disputa
disparou-lhe o sargento da policia um tiro de balaesarte ferindo-o na cabeça. Silva
que tinha subido da casa armado de um balaesarte, uma pistola e um punhal, dispa-
rou então tambem um tiro de balaesarte no sargento no momento em que este
disparou o tiro que o ferio.

« Fôr da casa recebeu Silva mais uma bala que o ferio no hombro, e duas pu-
naladas que acabôrto com a sua vida, tendo tambem recebido uma ferida no punho
esquerdo.

« O desgraçado Silva ficou cadaver na cova da catastrophe, tendo sido recolhido
pelos ribeiros do districto que se encarregado de recolhê-lo, levá-lo e dar-lhe se-
pultura. »

Chamando a attenção de V. Ex. sobre esta noticia, é do meu dever reclamar, com a maior urgencia, do governo da republica a expedição das ordens necessarias além do que, sem demora, se proceda da necessarias investigações a respeito de todas as circumstancias desse grave successo, a, verificando o crime, se sequestra o culpado a immediato julgamento.

Tenho a honra de reiterar a V. Ex. os protestos da minha mais distincta consideração.

A S. Ex. e Sr. Dr. D. Henrique de Amaral, ministro e secretario de estado das relações exteriores da Republica Oriental do Uruguay.

IGNACIO DE AYLLAR BARBOSA DA SILVA.

N. 110.

Nota do governo oriental á legação imperial.

Ministerio de relações exteriores. — Montevideo 20 de Fevereiro de 1862.

Atendendo a recepção da nota de S. S. datada de 12 do corrente, pela qual chamava a attenção deste ministerio para uma denuncia feita no *Comercio del Plata*, em que se diz ter sido morto no Passo das Torras o subdito brasileiro Estrugilão Silva por agentes da policia, devo annunciar a V. S. que nesta data pedi informações sobre esse assumpto aos chefes politicos dos departamentos do Barrozo e de Taquarémbo.

Agroveito a occasião para reiterar a S. S. as seguranças de minha mais distincta consideração.

A S. S. e Sr. Ignacio de Ayllar Barbosa da Silva, encarregado de negocios interino do Brasil.

HENRIQUE DE AMARAL.

N. 111.

Nota do governo oriental á legação imperial.

Ministerio de relações exteriores. — Montevideo 21 de Março de 1862.

Em additamento á nota deste ministerio, datada de 20 do passado, e relativa á morte do subdito brasileiro Estrugilão Silva, devo informar a S. S. que, tendo sido recebidas as informações que se sollicitarão do chefe politico de Taquarémbo sobre

esse facto, ordenar a governo as dito funcionario que proceda á prisão de todos os individuos implicados nesse successo, activando o sumario que commença haver começado a formar.

Aproveito esta oportunidade para renovar a S. V. as seguranças da minha mais distinta consideração.

AO Sr. Ignacio de Arellan Barbosa da Silva.

HENRIQUE DE ABRASCAÇA.

N. 112.

Nota da legação imperial ao governo oriental.

Legação imperial do Brasil.—Montevideo: 24 de Março de 1861.

Sr. ministro.—Acho-me da posse da nota que V. Ex. me fez a honra de dirigir em 22 do corrente, communicando-me que o governo oriental, havendo recebido já informações da chefia politica de Tacuarembó, relativas ao assassinato do baidito brasileiro Estrogilto Silva, ordenára áquelle funcionario que procedesse á prisão de todos os individuos comprometidos no successo, e activasse o sumario que se começara a formar.

Agradecendo a V. Ex. essa communicação, presalego-me da oportunidade para passar ás suas notas a inclusa cópia de uma informação sumaria, á qual, sobre o mesmo successo e no mesmo lugar, procedeu o tenente alcaide do 7.º districto da 3.ª secção do departamento de Tacuarembó, D. Alejandro Prieto, de qual resulta, não só verificada a existencia do crime, como também reconhecidas as suas autquez, que são o sargento de policia do districto N. Castillo e mais tres soldados, sendo co-alivante o commissario da mesma segunda secção, Desiderio Sorilas.

Cumpro-me ainda dizer a V. Ex. que estou informado de que, até 17 do corrente, os indigitados criminosos ainda se achavão livres e exercendo tranquillamente as respectivas funções policicas.

Confando em que as informações que agora ministro a V. Ex. contribuirão efficazmente para que não fique impune o barbaro attentado que faz objecto desta nota, renovo a V. Ex. as proteções da minha estima e consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. D. Henrique de Abrascaça.

IGNACIO DE ARELLAN BARBOSA DA SILVA.

N. 113.

Nota do governo oriental á legação imperial.

Ministério de relações exteriores.—Montevideo 7 de Abril de 1862.

Em aditamento á nota deste ministério de 2 de mez próximo passada, tenho a honra de recomunicar ao Sr. encarregado de negocios interior do Brazil, que o chefe politico do Tapacumbó participou-me em data de 24 do mesmo mez ter já dado cumprimento ás ordens do governo, procedendo á prisão dos individuos que se achão envolvidos no morte do sabido brasileiro Estrugilão Silva, acontecendo que logo que se concluir o sumário será remettido a este ministério.

Aproveito esta oportunidade para renovar a S. S. as seguranças de minha mais distinta consideração.

Ao Sr. Ignacio do Aveillar Barbosa da Silva,

HENRIQUE DE ARAUJO.

Depredações no departamento de Maldonado.

N. 114.

Nota da legação imperial ao governo oriental.

Legação imperial do Brazil.—Montevideo, 23 de Julho de 1862.

O presidente da provincia do S. Padoado Rio-Grande do Sul participa a esta legação que pelas immedições da India Morta, anda um grupo de salteadores que ultimamente amalhárto o saqueirão as casas dos subditos brasileiros José Pereira Nunes, superior cerca da fortaleza de Santa Theresa, Delphino de tal, e a estancia de José Bertolido, situada deste lado do Serro de S. Miguel.

O mesmo presidente já tomou providencias para que esses malheitores sejam apprehendidos, caso tentem passar para o outro lado da fronteira.

A obalse assignado, encarregado de negocios interior do Brazil, fazendo esta communicação a S. Ex. o Sr. ministro de relações exteriores da Republica Oriental do Uruguay, lhe roga ao sr. expolir os ordens que o caso exige.

O encarregado do negocios do Brazil aproveita-se da opporunidade para reiterar a S. Ex. os protestos da sua mais subilida consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. Henrique de Araujo.

IGNACIO DE AVELLAR BARBOSA DA SILVA.

N. 115.

Nota do governo oriental á legação imperial.

Ministerio de relações exteriores.—Montevideo, 5 de Setembro de 1861.

Informando a este ministerio acerca do conteúdo da nota que com data de 23 de Julho ultimo dirigio ao abaixo assignado o Sr. Ignacio de Avellar Barbosa da Silva, encarregado de negocios do Brasil, o chefe politico do departamento de Maldonado communica que tendo sido perseguido e dispersado o grupo de tres brasileiros que assistiram as estancias de D. José P. Nunes e D. Delphin Hacha, no districto de Santa Theresa, foi apprehendido e encarcerado um individuo que se suspeita ter tido complicitade naquelles successos.

Assim que estiver concluido o respectivo sumario, será submettido, juntamente com o preso, á justiça ordinaria para seguir as suas ultteriores lousas.

Fazendo esta communicação ao Sr. Barbosa da Silva, em resposta á sua nota acima citada, o abaixo assignado aproveita a oportunidade para reiterar-lhe as seguranças da sua mais distincta consideração.

Ao Sr. Ignacio de Avellar Barbosa da Silva.

HENRIQUE DE AMBRASSETA.

N. 116.

Nota da legação imperial ao governo oriental.

Legação imperial do Brasil. — Montevideo, 26 de Novembro de 1861.

Os estabelecimentos brasileiros estabelecidos no departamento de Maldonado, achão-se actualmente em uma muy grave conjunctura.

Diversos grupos de mallictores percorrem aquella parte da republica praticando, com a mais completa impunidade, attentados de todo o genero.

As extorsões, depredações e violencias commettidas em suas carreiras, têm obrigado muitas familias brasileiras ali estabelecidas a emigrar para o Imperio pela brevidade do Chay com grave prejuizo de seus interesses.

As folhas diarias, tanto desta capital como da provincia do Rio-Grande do Sul, têm denunciado ultimamente muitos factos altamente escandalosos que mostram a deploração do sitio em que se achão os habitantes do Maldonado.

Em notas de 7 de Fevereiro e 13 de Julho ultimas, levou o abaixo assignado ao conhecimento de S. Ex. o Sr. ministro de relações exteriores, o assalto e saque das casas dos subditos brasileiros Condéas, José Pereira Nunes, Delphino de tal e José Bernardo.

Em nota de 23 do Muez desenhada o mesmo abaixo assignada o assassinio do Valentin Moreira, perpetrado no districto de S. Carlos.

Agora conta que no lugar desenhado *la Antreva Grande*, forte roubada, em 25 do mez proximo passado, as casas dos súditos brasileiros Manoel da Silva, conhecido por Manduca Valentin, o Manoel Joaquim Rodrigues Correa, as de Julio Rocha e de seu filho, moradores na Angostura, e, dias antes, a de Joaquim Pereira Nunes Sobrinho.

O abaixo assignado tem chamado por vezes, verbalmente, a attenção de S. Ex. o Sr. Dr. Arrascaeta sobre este estado de cousas, solicitando providencias que garantão aos súditos do Imperador estabelecidos no referido departamento a segurança de suas vidas e propriedades.

Não cessando, porém, as abaixo assignado que se tenha tomado taes providencias, vê-se elle na indeclinavel obrigação de dirigir-se a S. Ex. por meio da presente nota, reclamando com a maior urgencia a expedição das ordens necessarias afim de que cesses para os súditos brasileiros estabelecidos em Maldonado o mal que actualmente soffrem.

Licenciando-se com a persuasão de que o Sr. ministro de relações exteriores presenteará a este importante assumpto toda a attenção que mereça, prevalece-se o abaixo assignado da oportunidade para reiterar a S. Ex. os protestos de sua mais distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. D. Henrique de Arrascaeta.

JOAQUIM DE ANDRADE BARROSA DA SILVA.

Arrebatamento do esquadro das armas imperiaes da frente da casa do vice-consul em Taquarém.

N. 117.

Nota da legação imperial ao governo oriental.

Legação imperial do Brasil. — Montevideo, 5 de Dezembro de 1861.

Em officio de 27 do mez proximo passado, communico o vice-consul do Imperio ao departamento de Taquarém um attentado altamente escandaloso perpetrado no dia 26 d'esse Muez, que exige prompta e completa reparação.

Achando-se aquella autoridade ausente da villa capital do referido departamento, dirigio-se á sua casa um tal José Couto, conhecido do chefe galego, D. Teodoro Asanhujo, e, a pretexto de observar algumas gotteiras no telhado da mesma casa, arrastou, com o auxilio de uma escada que levava, o esquadro das armas imperiaes da vice-consulado e com elle desapareceu.

O vice-consul, logo que regressou e teve conhecimento do successo, denunciou-o

ao chefe político acima referido e reclamou providencias. Porém, se ainda refere essa autoridade o autor do attentado ainda não foi apprehendido.

O alvato assignado, levando este facto ao conhecimento de S. Ex. e Sr. ministro e secretario de estado de relações exteriores, reclama de S. Ex. a expedição das ordens necessarias afim de que aquelle delinquente recorra a castigo que merece.

O alvato assignado prevalece-se da oportunidade para ter a honra de criticar ao Sr. Amascaso os protestos do seu realis subida consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. D. Henrique de Amascaso.

IGNACIO DE AVELLAR BARBOSA DA SILVA.

N. 118.

Nota do governo oriental á legação imperial.

Ministerio de relações exteriores.— Montevideo, 7 de Janeiro de 1862.

Havendo o governo recebido as informações que pediu ao chefe político de Tagua-rambá, afim de poder responder á nota de S. S. datada de 5 de Dezembro ultimo, relativo ao desecato commettido pelo individuo brasileiro José Couto contra o vice-consul do Brasil no dito departamento, arrebatando de cima do porta da casa que occupa o vice-consulado as armas do Imperio, e levando-as para uma ferreria, facto este que é corroborado pelo testemunho dos vizinhos Francisco Persico e Pedro Rüdgen, devo annunciar a V. S. que recebi ordem do officiar ao citado chefe político, para que reprehenda severamente ao perpetrador desse desecato, e lhe imponha uma pena correctivaal de pris ou oito dias consecutivos.

Debanda assim subscrita a reclamação dirigida por S. S. a este ministerio, aproveito a oportunidade para reiterar-lhe as seguranças da minha mais distincta consideração.

Ao Sr. Ignacio de Avelar Barbosa da Silva, encarregado de negocios do Brasil.

HENRIQUE DE AMASCASO.

N. 119.

Nota da Legação imperial ao governo oriental.

Legação imperial do Brasil.—Montevideo, 21 de Janeiro de 1862.

Por nota de 5 do mez proximo passado denunciei o abuso assignado, e corregeado de negocios interiores do S. M. o Imperador do Brasil, a S. Ex. o Sr. ministro e secretario de estado de relações exteriores da república oriental do Uruguay um attentado perpetrado no departamento de Tacuarembé por um tal José Couto, conhecido de chefe politico D. Tristan Azambuja, e recluso o condigno castigo do delinquente.

Em officio de 12 do corrente dirigido ao consulado geral pelo vice-consul do Imperio no mesmo departamento, communica esta autoridade que aquelle facto foi ultrapassado por outro de maior gravidade praticado pelo mesmo Couto.

« No dia 6 do corrente, diz aquelle agente, quando eu esperava que o Sr. chefe politico contestasse oficialmente a minha nota do dia 4, confiro-me havia assumido verbalmente por D. João José Valdez, escriptor da chefatura, foi quando se me apresentou na porta deste vice-consulado o criminoso José Couto a cavallo, trazendo a ruela atado na ponta de um mantel e escondeo das armas imperiaes que elle impudicamente tinha arrolhado da porta deste vice-consulado; e apressando-se logo que eu sahi fóra da porta de minha casa, insultou-me com as mais grosseiras palavras, e lançou mão de uma farsa para com ella sermoe-me.

« Nesse momento passáto os Srs. D. Rosendo Otaz, D. João Salvague, D. Carlos Trapani, D. Santiago Martin e D. Zolirio Palomeque, os quem presenciáto este insultante acto, sendo o Sr. D. Carlos Trapani quem sustendo o braço do referido Couto, deu lugar a que meu filho Umbelino Cesar Rosado lhe arrancasse a farsa da mão e a depositasse neste vice-consulado.

« Dei logo parte deste successo ao Sr. chefe politico, e a contestação deste é a que a V. Ex. cario por cópia n. 1. que veio com data de 5 do corrente, quando este facto foi praticado no dia 6 pelas 4 horas da tarde. »

Pela correspondencia lida entre os Srs. Azambuja e Rosado, que por cópia vai coberta por esta nota, se vê evidentemente que aquelle tem procedido neste negocio com a mais indesculpavel negligencia, sendo com excessiva benevolencia para com o autor do tão inqualificavel attentado: pois por nota do dia 3 communicaou elle ao vice-consulado que Couto se achava preso, e no dia 6 praticava este o facto agora noticiado pelo mesmo Sr. Rosado.

Em presença do exposto, o abuso assignado não pôde considerar como sufficiente as providencias adoptadas pelo governo oriental e communicadas á legação imperial em nota do 7 do corrente.

Em consequencia, o abuso assignado, apesar de ter já chamado verbalmente a attenção do Sr. ministro de relações exteriores sobre esta nota occorrença, julga de seu dever dirigir-se ainda a S. Ex. por meio da presente nota, reclamando instantemente em nome do governo imperial prompto e completa reparação da afronta irrogada pelo dito Couto ás armas imperiaes e ao agente official do Imperio em Tacuarembé.

O encaregado de negocios interiores do Brasil, prevaleceu-se do caso para retirar a S. Ex. o Sr. Dr. D. Henrique de Arrascaeta os protestos de sua mais distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. D. Henrique de Arrascaeta, ministro e secretario de estado de relações exteriores da república oriental do Uruguay.

IGNACIO DE AYLLAS BARBOSA DA SELVA.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SELVA SUPRA.

Officio do chefe politico ao vice-consul brasileiro em Taquarémbo. — 3 de Janeiro, de 1862.

Neste momento apprehendem-se o individuo José Couto reclamado por esse vice-consulado á esta repartição.

O que se communica a V. para os effeitos necessarios.

Deus guarde a V. muitas annos.

Ao Sr. D. João Antonio Rosado.

THEOTÓ ALAMBULA.

Officio do vice-consul ao chefe politico.

Vice-consulado do Imperio do Brasil.—Taquarémbo, 7 de Janeiro de 1862.

Ill^{ma} Sr. — Esperando a resposta do officio que dirigi a V. S. com data de 4 do corrente mez, e que verbalmente me foi communicado pelo escrevente da chancelaria D. João Valdez, recebi hontem o officio de V. S. com data de 5 do corrente em que me annuncia ter-se apprehendido José Couto a reclamo desta vice-consulada.

O abaixo assignado ven a fazer presente a V. S. que esse individuo, homem 6 de corrente pelas quatro horas da tarde, se apresentou em frente de minha casa trazendo a canga pela rua atado com um machado, e a sincha do cavallo, o escudo das armas imperiaes deste vice-consulado que elle impudentemente tinha arrebatado, e aq^{ue} veio trazer cercado publicamente pelas ruas, e injuriando-me com grossas improperios, nas attizações com uma fera que aqui se acha nesta vice-consulada.

Este acto que V. S. está no rigoroso dever de castigar severamente por ser um insulto feito á nação brasileira, arrebatado publicamente as suas armas e despediar e apagar á um agente consular. Este acto foi presenciado pelos Srs. Dr. D. Romão Otero, D. João Pedro Salvañas, D. Carlos Traipari, D. Santiago Martinez e D. Severino Palomares.

Em tal circumstancia a injusta desagraça de lhe escandaloso como injustificavel procedimento, requiro a V. S. a immediata prisão do dito Couto e sua remissão á autoridade que corresponde para ser imposto o castigo que merecer.

Deus guarde a V. S. Ill^{ma} Sr. chefe politico do departamento.

João Antonio Rosado.

Officio do vice-consul ao chefe politico.

Vice-consulado do Imperio do Brazil. — Taquarembó 10 de Janeiro de 1892.

Interessado como deve estar este vice-consulado de fazer constar de um modo evidente, os factos relatados em meu officio de 7 do corrente, relativos aos de ter sido não só grosseiramente insultado ao não amesquado do ferimento, e ameaçado a respeito das apólicas imperiaes, e por outra parte desconfiança de que V. S., se persona de que não é uma animosidade infundada contra a pessoa de V. S., nem contra o illustrado governo que representa, que me obriga a dirigir as notas que (com pesar) me vi obrigado a dirigir a V. S. Tento a rogar a V. S. se deves interrogar as pessoas dos Sr. Dr. D. Rozendo Otero, D. João Pedro Salvajao, D. Carlos Trapani e D. Santiago Martires, mencionados como testemunhas dos factos relativos em meu citado officio, que para o fim que sollicito se achão dispostos a dar suas declarações.

O subscripto espera que V. S. assim ordenará, convencido de que desta maneira se aclarará as dvidas que possam suscitarse, e que V. S. poderá dar as providencias que julgar opportunas, esperando igualmente que se digno remetter a este vice-consulado cópia autentica das ditas declarações.

Deus guarde a V. S. muitas annos. Ill^{ma} Sr. chefe politico do departamento.

João Antonio Rosado.

Officio do chefe politico ao vice-consul.

Taquarembó, 11 de Janeiro de 1892.

É-me supremamente satisfactorio accusar recabida a nota com data de hontem, pela qual V. S. mostra-se achar-se animado dos melhores desejos para com esta autoridade.

Os meus votos asseguram a V. S. os mais sinceros que me animam.

Esperando, no modo por que se deve proceder com o indivíduo Costa, devo dizer a V. S. que pelo principio a sua accusação ante o juiz ordinario pedindo se pensa que entender sobre de lei.

Aproveitando esta nova oportunidade saúdo a V. S. a quem Deus guarde muitas annos.

Ao Sr. vice-consul do S. M. o Imperador, D. João Antonio Rosado,

THEOTÓ ALAMINHA.

Offício do vice-consul ao chefe político.

Vice-consulado do império do Brasil.—Taquarussô, 12 de Janeiro de 1862.

III^m Sr. — Em resposta á nota de V. S. com data de 11 do corrente, tenho a fazer saber a V. S. que a qualidade do attentado commettido pelo indivíduo José Couto detaria ter merecido da autoridade que V. S. representa o levantamento immediato de uma informação summaria, especialmente sendo os factos tão publicos e de uma natureza capaz de poder alterar a boa harmonia que felizmente tem reinado entre esta república e o governo imperial.

Em tal circumstancia creio de meu dever relatar a V. S. os pedidos escriptos em minhas notas anteriores, por ser V. S. a autoridade unica com quem devo entender-me para reclamações que são das attribuições policiaes que V. S. exerce.

Deus guarde a V. S. muitos annos.

III^m Sr. chefe politico do departamento.

João Patrício Bezerra.

N. 120.

Nota do governo oriental á legação imperial.

Ministerio de relações exteriores. — Montevideo, 22 de Janeiro de 1862.

O abaixo-assinado, ministro de relações exteriores tem a honra de communicar ao Sr. Ignacio de Avelar Barbosa da Silva, encarregado de negocios interino do Brasil, em contestação á sua nota datada do hontem, relativa ao individuo José Couto, que nessa data se officia ao chefe politico de Taquarussô, para que proceda de novo á apuramento do dito Couto, e ao summario que o caso exige.

O abaixo-assinado aproveita a oportunidade para relatar a S. S. as seguranças de sua muito distincta consideração.

Ao Sr. Ignacio de Avelar Barbosa da Silva, encarregado de negocios do Brasil.

HENRIQUE DE ARAÚCAZ.

N. 121.

Sentença absolvendo a José Couto.

Officio do chefe politico ao vice-consul.

Taquarém, 23 de Janeiro de 1862.

Tendo terminado no juizo ordinario o processo instaurado a José Couto, aqui transcrevo a sentença proferida pelo Sr. alcade ordinario. « Vistos estes autos; Não resultando da declaração das testemunhas que depozem no presente processo que a queixa, dada pelo Sr. vice-consul do Brasil contra o individuo José Couto, tenha o caracter que aquelle attribue, nem estando justificado que houvessem injurias e ameaças graves que importassem um verdadeiro e premeditado insulto á nação brasileira; sendo um facto isolado e de haver tirado o devolvido o escudo com suas armas da moedra por que o les o dito Couto, o que é devido á sua torpeza e embriaguez habitual; não se podendo considerar estas injurias e ameaças senão como praticadas por um insensato, segundo se vê do sumario, penha-se em liberdade o mencionado Couto, dando-se por castigada a sua falta com os quinze dias de prisão que soffreu, entregando-se para esse fim ao Sr. chefe politico o officio respectivo com a declaração deste auto. — Castellanos. » O que communico a V. S. para seu conhecimento.

Deos guarde a V. S. muitos annos.

Ao Sr. vice-consul do Brasil, D. João Antonio Rosado.

THEO. AMARAL.

N. 122.

Nota do governo oriental á legação imperial.

Ministerio de relações exteriores.—Montevideo, 15 de Fevereiro de 1862.

Oubaino assignado, ministro de relações exteriores da Republica Oriental do Uruguay, tem a honra de communicar ao Sr. Ignacio de Avellar Barbosa da Silva, encarregado de negocios interino do Imperio do Brasil, com referencia ao decanato comettido pelo subdito brasileiro Couto contra o vice-consul da mesma nação, no departamento de Taquarém, que o governo, apesar de haver sido instruido do sumario feito ao dito Couto pela justiça ordinaria do dito departamento, e da sentença que lhe fora dada, julgando que o crime do Couto é de um caracter mais grave do que o que apparece no referido sumario, ordenou ao chefe politico de Taquarém que procedesse a uma nova averiguação do facto, reoffendendo-lhe ao mesmo tempo os ordens anteriormente dadas sobre o ponto do delicto.

O abaixo assignado aproveita a oportunidade para renovar ao Sr. Barbosa as seguranças de sua mais distincta consideração.

Ao Sr. Ignacio de Avellar Barbosa da Silva.

HENRIQUE DE AMARAL.

Assalto da casa da brasileira Anna da Silva, em Cunha-Perú.

N. 123.

Nota da legação imperial ao governo da república.

Legação Imperial do Brasil. — Montevideo, 12 de Março de 1893.

O abaixo assignado, encarregado de negocios interino do S. M. o Imperador do Brasil, achando-se informado pela presidencia da provincia do Rio-Grande do Sul de que em departamento de Taquarémbo, passou-se em 12 de Dezembro ultimo o seguinte facto:

Nesse dia, pelas 10 horas da manhã, uma partida policial, sob o mando de um tal José Barreto, dirigio-se por ordem verbal do commissario de policia da 4ª secção daquelle departamento, Úrsulo Rodriguez, á casa da brasileira Anna da Silva, viúva de Serafin Nunes Garcia, estabelecida nas pontas de Cunha-Perú, em terras pertencentes ao fidejuntario D. Casavarró, e a pequena distancia da linha divisoria entre o Imperio e a república, com o fim de prender a um tal Gaspar Oñiza, accusado do crime de rapto de tres menores de côr.

Logo que a força chegou ao seu destino, foi por ella assaltada a casa da dita viúva; esta grosseiramente insultada e ameaçada, sendo em seguida preso um seu genro do nome Gaspar da Silva, o qual foi levado amarrado á presença do commissario acima citado, e depois solto por desconhecer-se que não era o individuo buscado.

No assalto dado pela mesma força dappareu ella sobre a casa, sem a menor necessidade, varias frouças fellemente não ferido a ninguém. Em uma das janelas da mesma casa existe ainda o signal bem visivel de uma bala proveniente dessas frouças.

O abaixo assignado, levando este novo attentado ao conhecimento do S. Ex. o Sr. ministro de relaçoes exteriores, reclama de S. Ex. a punição dos culpados e a adopção das necessarias providencias a fim de que se não repita factos de semelhante natureza.

Com este motivo o encarregado de negocios interino do Brasil tem a honra de reiterar ao Sr. Dr. Henrique de Arrascaeta os protestos de uma mais distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. Henrique de Arrascaeta.

LEONCIO DE AVELAR BARROSA DA SILVA.

N. 124.

Nota do governo oriental á legação imperial.

Ministério de relações exteriores.—Montevideo, 22 de Março de 1863.

O abaixo assignado, ministro de relações exteriores, recebeu a nota do Sr. encarregado de negocios interino do Brasil, datada de 12 do corrente, relativa ao assalto da casa de D. Anna da Silva, nas proximidades da departamento de — Taquarombó,— e, em resposta, communica o abaixo assignado a S. S. que pelo ultimo correio terão requisitadas do chefe politico do referido departamento as informações que exige o facto de que trata.

Entretanto, o abaixo assignado aproveita a oportunidade para reiterar a S. S. as seguranças de sua mais distincta consideração.

Ao Sr. Ignacio de Avelar Barbosa da Silva.

HENRIQUE DE ARRASCAETA.

Solução da reclamação de Lucio e Germano da Costa.

N. 125.

O senado e a camara dos representantes da república oriental do Uruguay, reunidos em assembléa geral

DECRETÃO:

Art. 1.º Fica autorizando o poder executivo a concluir os ajustes iniciados para a conversão da dívida, declarada hypothecaria pela comissão classificadora, creada pela lei de 21 de Julho de 1860, em titulos que se denominarão de dívida interna, sob as seguintes bases:

1.º Pelo capital, reduzido a 50 %, dos creditos que a dita comissão tem considerado garantidos pela lei de 17 de Julho de 1855, o poder executivo dará titulos da dívida interna pelo seu valor nominal.

2.º Esta dívida vencerá o premio de 6 %, annual, e o de 1 %, de amortisação.

3.º O pagamento dos juros se effectuará nos meses de Janeiro e Julho de cada anno; e a amortisação no mez de Janeiro.

4.º A operação começará, quando menos, com 500,000 pesos da dita dívida garantida.

Art. 2º. Os títulos da dívida interna serão do valor de 500 pesos fortes, e passados ao portador, sendo necessário para sua transferência que estejam registrados na repartição encarregada do serviço desta dívida: e serão firmados pelo ministro da Fazenda e conselheiro geral.

Art. 3º. Os possesores da dívida, declarada hypothecaria pela commissão, poderão concorrer á conversão até 31 de Dezembro do corrente anno.

Art. 4º. Sem prejuizo da estabelecida no artigo anterior, gozarão tambem das beneficios que outorga essa lei os que concorrerão á conversão dentro do 1º anno, contados de sua promulgação, começando a gozar dos juros e da amortisação do anno de 1863 em diante.

Os que deixarem de concorrer á conversão dentro desse prazo não poderão ser atendidos sendo depois da completa extincção desta dívida.

Art. 5º. Para o pagamento e amortisação da dívida interna, o poder executivo fará de parte com preferenda das rendas gerais, desde o 1º de Janeiro de 1862, 5,000 pesos mensalmente até á completa colação da dívida.

Art. 6º. No caso de serem considerados hypothecarios os credits que peidam por appellação do tribunal de justiça, e que seus possesores quizerem convertê-las em dívida interna, augmentar-se-ha, na proporção do seu total, o fundo á que se refere o artigo antecedente.

Art. 7º. A amortisação se fará por meio de propostas na forma que determinar o poder executivo, e, presente o fiscal do estado á abertura das propostas, serão preferidas essas até as mais vantajosas.

Art. 8º. Quando os títulos da dívida interna estiverem ao par, a amortisação terá lugar por meio do sorteo.

Art. 9º. Fica autorizado o poder executivo para contractar, com qualquer dos bancos da capital, a administração da dívida interna, sob as mesmas bases estabelecidas para a dívida fundada.

Art. 10. Communique-se, etc.

Sala das sessões do senado em Montevideo, 15 de Julho de 1861.

FLORENTINO CASTELLANOS, presidente.

JUAN A. DE LA BARRERA, secretario.

Ministerio da Fazenda.

Montevideo, 30 de Julho de 1861.

Accuse-se o recebimento e publique-se.

(Rubrica de S. Ex.)

PRIMEIRO

N. 126.

Ministerio da Fazenda.

DECRETO.

Montevideo, 26 de Novembro de 1861.

Tendo adherido varios possedores de titulos da divida declarada hypothecaria á lei de 20 Julho de 1861, que representa muito somma que a determinada em seu art. 1.^o § 4.^o, o presidente da república accorda e decreta:

Art. 1.^o Os portadores de titulos da divida declarada hypothecaria, e garantidos pela lei de 17 de Julho de 1861, pela commissão classificadora creada em virtude da lei de 21 de Julho de 1860, que adherirto á de 20 de Julho de 1861, dirijam-se á contadoria geral para alli deposita-los.

Art. 2.^o A contadoria geral entregará aos portadores dos titulos á que se refere o artigo antecedente, titulos provisionarios da *divida interna*, nos quaes designará o nome do credor, numero e quantidade de titulos, sua importancia liquidada pela commissão classificadora, e o commento em *divida interna* pelo valor de 50 % . Estes titulos provisionarios serão registrados no banco Masé & C.^{ia}, e substituidos opportunamente por titulos permanentes, do valor de 500 pesos fortes cada um, assignados pelo Sr. ministro da fazenda e contador geral, em conformidade do art. 3.^o da referida lei de 20 de Julho de 1861.

Art. 3.^o A contadoria geral inutilizará pelo fogo, os titulos da divida hypothecaria que fôrta depositados em virtude do art. 1.^o. Tambem queimará, procedendo assim, os titulos provisionarios e permanentes da *divida interna*; aquelles, quando fôrta substituidos pelos segundos; e estes, quando fôrta autorizados. O fiscal da fazenda, o contador geral e o chefe do governo estarão presentes ao acto, levando-se uma copia qtuina; uma copia do qual será archivada no ministerio da fazenda.

Art. 4.^o A contadoria geral fará um livro em forma de contas correntes para os titulos da *divida interna* que receber o banco Masé & C.^{ia} para pô-los em circulação em substituição dos titulos provisionarios expedidos por esta república.

Art. 5.^o Terá tambem um outro livro em que se registrem os ditos titulos por ordem de numeragão e data de emissão, dando por cancelados os que fôrta annualmente amortizados.

Art. 6.^o Do mesmo modo inscreverá no livro-mestre a conta casa o Banco Masé & C.^{ia} do movimento do fando destinado para a amortigação da *divida interna*.

Art. 7.^o Nos meses de Junho e Dezembro de cada anno, a contadoria geral e o banco Masé & C.^{ia} fecharão reciprocamente suas contas correntes do movimento do fando para a amortigação da *divida interna*.

Art. 8.^o A contadoria geral fará saber, por avisos publicados nos diarios, aos portadores de titulos da divida declarada hypothecaria, que não tenham adherido á lei de 20 de Julho de 1861, á que se refere o art. 1.^o, que podem fazê-lo até o dia 31 de Dezembro da corrente anno, para gozarem da respectiva jero no anno proximo futuro.

Desde Outubro até ao fim de Dezembro de 1861, repetir-se-hão os avisos, com a declaragão de que, findo o anno, encerrar-se-ha a conversão.

Art. 9.^o A thesauraria geral entregará ao banco Masé & C.^{ia} no fim de cada mez, a contar de 31 de Janeiro de 1862, cinco mil pesos para attender ao pagamento das

juros e amortização da *divida interna*; e, no caso previsto no art. 10 da lei, essa quantia será augmentada na proporção do augmento que tiver a divida.

Art. 10. O pagamento dos juros de 6%, ao anno da *divida interna* far-se-ha no Banco Mauá & C., conforme a lei, nos meses de Janeiro e Julho de cada anno, e que se verificará a lista dos titulos permanentes e dos provisórios, enquanto não se distribuirem aquelles.

Art. 11. As propostas para a amortização annual da divida interna, na proporção de 1%, serão apresentadas ao Banco Mauá & C. nos primeiros oito dias do mez de Janeiro de cada anno, a contar de 1863, na forma que se annexar, e, abertas em presença do fiscal do governo e fazenda, serão preferidas as mais vantajosas. Só se poderão fazer propostas com titulos permanentes; e com os provisórios até a distribuição daquelles.

Art. 12. O Banco Mauá & C. terá um livro para o lançamento dos nomes dos possesores de titulos, outro para a transferencia dos mesmos, e um terceiro para o pagamento dos juros.

Art. 13. Communique-se, publique-se e dê-se ao registro nacional.

Brasão.

ANTONIO MARIA PEREIRA.

N. 127.

Officio do Lente da Costa Guimaraes á legação imperial em Montevideo.

Montevideo, em 16 de Novembro de 1861.

H^{ma} e Ex^{ma} Sr.—Tenho a honra de participar a V. Ex. que em virtude da cédula 6^a do officio diplomatico de 17 de Fevereiro do anno passado, relativo ao credito mos, e do meu irmão Germano da Costa Guimaraes, contra a república oriental do Uruguay, adherei hoje á lei de 20 de Julho ultimo, que autorizou ao governo oriental a converter em divida interna a que tinha a descominação de hypothecaria.

Prevaleço-me desta occasião para refferir a V. Ex. os protocos da minha mais alta consideração.

H^{ma} e Ex^{ma} Sr. Dr. Ignacio de Avellar Barbosa da Silva, encarregado de negocios da S. M. o imperador do Brasil.

Lente da Costa Guimaraes.

PORTUGAL.

Commissão mixta brasileira e portugueza.

N. 128.

Nota da legação imperial ao governo de S. M. Fidelíssima.

Legação imperial do Brasil.—Lisboa 7 de Outubro de 1861.

II^{ma} e Ex^{ma} Senhor. — As divergencias suscitadas entre os vogues da commissão mixta brasileira e portugueza, installada no Rio de Janeiro em virtude da convenção addicional ao tratado de 29 de Agosto de 1825, reclamam do governo Fidelissimo uma solução definitiva, e peremptoria.

A necessidade indolciavel de um accordo entre os dois governos tendente a salutar as póas que tolfem o andamento e conclusão das liquidações á cargo da respecta commissão, tem sido repetidas vezes demonstrada ao gabinete portuguez em épocas varias, sem que todavia a resolução das questões pendentes haja pôdo termo aos inconvenientes gravissimos, que reciprocamente resultam de tão funesto estado de cousas.

A nota desta legação de 19 de Maio de 1857 revela a solicitude applicada pelo governo imperial á pendencia de que se trata, e o alvitre suggerido no mesmo documento demonstra a seria cogitação do mesmo governo no empenho de promover e firmar o alludido accordo.

O memorandum de 14 de Julho do mesmo anno, no qual se achão claramente definidos e rectamente apreciados os pontos questionados, é mais uma das iniciativas instructivas por meio das quaes o governo imperial ha procurado facilitar a solução reclamada.

A um dilatado periodo de conferencias inuteis, e de instancias baldadas da parte desta legação succedeu a ida para o Rio de Janeiro do Sr. conde de Thomar, em qualidade do enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, o qual, regredido ao allenda, se achava munido das necessarias instrucções para negociar e concluir o desejado accordo. Os termos, em que fecho a negociação alludida depois do regresso á esta capital do mencionado conde, são ainda os mesmos que preoccupão á sua inventura; sendo todavia certo que o estacionamento da tal pendencia por modo algum pôde ser attribuido ao governo imperial, cujos desejos e efforts no supradito empenho são mais que muito conhecidos e manifestos.

Nestas circumstancias, o abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario do S. M. o Imperador do Brasil nesta côrte, teve ordem do seu governo para chamar a seria attenção do Sr. Antonio José de Avila, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, sobre a materia exposta, affirm. de que S. Ex., pensando devidamente as observações criticas nos documentos emanados desta legação, e acerca citados, se sirva com a sua costumada rectidão resolver a pendencia em questão, de modo a ficar-se invariavelmente a genuina intelligencia do pazo firmado

entre as duas potencias: intelligencia que os commissarios portuguezes pueram des-
cobrir em presença das suas exorbitantes exigencias.

Foi conferencia com o Sr. Antonio José de Avila, na secretaria de estado á seu cargo, o alvise assignado tem tido algumas vezes occasião de submetter á esclare-
cida apreciação de S. Ex. as razões de conveniencia reciproca, que aconselham e
mesmo prescrevem a conclusão final do assumpto em questão; conclusão que só pôde
ter lugar por meio de um accordo ajustado entre as duas governos, em ordem a
aproximar e confundir em uma intelligencia unica e concinnar as opiniões divergentes
dos commissarios brasileiros e portuguezes.

Os bons desejos muito manifestados por S. Ex. e a sua costumada actividade na
resolução das questões submettas ao seu exame e deliberação são seguras penhoras
da prompta solução da presente reclamação, a qual por isso mesmo que se estriba
em solidos principios de jurisprudencia, e nas mais incontestaveis razões de conven-
iencia mutua, não pôde deixar de merecer a acquiescencia de S. Ex., uma vez que
se diria apreci-la com o rescaldo e lealdade que lhe são habituaes.

Os dannos que resultão do tão diuturno e porfiado litigio são palpaveis, e se achão
amplamente ponderados no citado memorandum desta legação de 14 de Julho de
1857.

Referindo-se pois a este documento e ás notas desta legação, que lhe são correla-
tivas, o alvise assignado nutre a fundada esperanza de ver brevemente terminada
uma pendencia, que por falta de opportuna solução da parte do governo Fidelissimo
permanece indecisa desde o anno de 1852.

Por esta occasião o alvise assignado tem a honra de renovar ao Sr. Antonio José de
Avila os protestos da sua mais distinta estima e elevada consideração.

Ilmo e Exmo Sr. Antonio José de Avila,

Brazil de Itamaracá.

Moeda falsa.

B. 129.

Nota da legação imperial ao governo portuguez.

Legação Imperial do Brasil. — Lisboa, 31 de Março de 1862.

A solicitude e energia com que o governo de S. M. Fidelissima tem procurado
reprimir o crime de contrafacção da moeda brasileira neste reino são seguras fi-
doras da continuacão deste satisfactorio estado de cousas.

A recente captura do ineigo falsario Manoel Moraes da Silva Ramos, effectuada
na Corilhan com tanta devida e habilidade pelas respectivas autoridades portugue-
zas, é ainda um novo testemunho dos sentimentos de alta moralidade, que caracte-
riza o governo portuguez, e do seu empenho em extinguir totalmente essa criminosa
e infernal industria, concebida e praticada durante largos annos pelo referido auctor.

Huje que este rio limoso ach-se em processo na cidade do Porto, e que ao conhecimento e decido da relação do mesmo districto foram submettidos seus agraços, o abaixo assignado, official extraordinario e ministro plenipotenciario do S. M. o Imperador do Brazil nesta corte, julga de seu rigoroso dever reclamar a valiosa e efficaz cooperação do governo Filodélmico, afim de que os alliados e protectores do referido rio, por meio dos innumeros recursos de que dispõem, não consigão subtrahir a applicação da lei, ou a justa condemnacção que os seus antigos e vintados crimes altamente reclamarão.

Da attitudo que por ventura houvesse de tomar o governo do S. M. Filodélmico no litigio alludido, sem todavia transpor os limites das suas facultades administrativas, depende essencialmente a vida ou a morte de tão hediondo crime nas terras do Portugal.

Nesta convicção, o abaixo assignado tem a honra de dirigir-se ao Sr. Marquez de Loulé, presidente do conselho de ministros, ministro e secretario de estado das negociações estrangeiras, afim de chamar a mais séria attenção de S. Ex. sobre o qual fica ponderado, e tudo quanto offerecer verbalmente á sua consideração em a conferencia de 18 do mez corrente.

Se S. Ex. attentar reflectidamente, como é de esperar da sua reconhecida prudencia e sagacidade, para os factos, que vão occorrendo e para os incidentes que vão surgindo em relação a tão importante processo, sem duvida julgará chegada a occasião de se dever applicar por parte do governo Filodélmico todas as medidas tendentes a prevenir e frustrar o triumpho da impunidade, e a assegurar por todos os meios possiveis a punição de tão notorio e perigoso rio.

A adopção de tais medidas, e a expedição das ordens que forem necessarias para sua effectiva execução, constituem o objecto da presente reclamação, a qual não podera deixar de merecer o mais favoravel acolhimento da parte do Sr. Marquez de Loulé, cujos principios e desejos, no presente assumpto, são em tudo conformes aos do abaixo assignado.

Aguardando qualquer communicação de S. Ex. a este respeito, afim de transmittir ao seu governo, o abaixo assignado tem a honra de repetir ao Sr. Marquez de Loulé as seguranças da sua mais distincta estima e elevada consideração.

Hum. e Bam. Sr. Marquez de Loulé.

Barão de ITAMBACÁ.

N. 130.

Nota do governo portuguez á legação imperial.

Secretaria de estado das negociações estrangeiras, em 1.^o de Abril de 1861.

Hum. e Exm. Sr. — Tive a honra de receber a nota que V. Ha. se serviu dirigir-me com data de 31 de Março finda, na qual pede que por parte do governo de San Xagostado sejam applicadas todas as medidas tendentes a fazer parar o rio Manoel Heróes da Silva Ramos, ultimamente capturado pelo crime de falsificador de moeda;

e nesta data me dirijo ao Sr. ministro da justiça afim de que S. Ex. haja de tomar em consideração a que V. Ex. expoz a este respeito.

Prezeleja-me desta occasião para renovar a V. Ex. os protestos da minha alta consideração.

Sr. barão de Kamearadé.

MANOEL DE LORÉ.

INGLATERRA.

Pedido de extradição.

N. 131.

Nota do governo imperial á legação britannica.

Ministerio dos negocios estrangeiros.—Rio de Janeiro, 26 de Junho de 1861.

Passo as mãos do Sr. W. Dougal Christie, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, as inclusas cópias do officio e dos documentos á elle justas, que o capitão desse porto, dirigiu ao chefe de policia sobre os actos de injustificavel violencia que, na noite de 24 do corrente, entre 9 e 10 horas, foram praticados dentro da bahia desta cidade por marinheiros inglezes, que tripolarão um escaler da fragata *Emerald*, da marinha de guerra britannica, contra remadores, dois soldados e um maricheiro da barca do registro de alfândega, que n'um bote seguiu para a fortaleza de Villegaignon.

Deste lamentavel successo resultou a morte de um dos soldados, e as respectivas autoridades procedem á intervenção da competente processo.

Estando a fragata *Emerald* a sair deste porto, rogo ao Sr. Christie, que presidecia em urgencia no sentido de serem postos á disposição das autoridades de paiz todos aquellos subditos de S. M. Britannica, que tomárão parte nos actos á que acima alludo, para o fim de serem punidos os delinquentes.

Reitero ao Sr. W. Dougal Christie as seguranças da minha estima e consideração.

Ao Sr. W. Dougal Christie.

ASIMIL COMANDO DE SA' E ALMOGADORES.

N. 132.

Nota da legação britânica ao governo imperial.

Rio de Janeiro, 27 de Junho de 1861.

Sr. ministro — Referindo-me á nota que V. Ex. dirigio-me com a data de hontem, acerca de uma desagradavel occorrença que teve lugar com a tripolação de um bote do navio *Emerald* de Sua Magestade, do que parece ter resultado afogar-se um soldado brasileiro, e á conversação que tambem tive esta manhã com V. Ex., tenho a honra de informar que o consel de Sua Magestade, communicou-me que o chefe de policia fez uma investigação hoje, e disse-lhe que além do official que estava commandando o bote do *Emerald*, e um dos marinheiros, não seria necessario outras pessoas. O navio *Emerald* de Sua Magestade partirá esta tarde, e o official e marinheiro exigidos para ultteriores investigações, serão transferidos para o navio *Fort*, de Sua Magestade.

Aproveito-me da opportunidade para reiterar a V. Ex., asseguranças da minha consideração.

A S. Ex. e Sr. conselheiro Respondeu Augusto de Magalhães Teques.

WILLIAM DOLLAU CRISTIE.

N. 133.

Officio do governo imperial ao consel britânico.

Ministerio das negociações estrangeiras.—Rio de Janeiro, 6 de Julho de 1861.

O Sr. chefe de policia desta corte communicou-me em data de hontem, que das averiguações á que procedeu sobre o aggravo commettido no noite de 24 de Junho proximo tendo pela lancha da fragata inglesa *Emerald* contra o bote do fregate do porto, que seguiu de dois Placeros para a fortaleza de Villegaignon, levando a seu bordo, além de outros passageiros, o soldado do batalhão naval Vicente Ramos Ferreira, que, ferido no conflicto, foi ao depois lançado ao mar, e desapareceu, resulta materia de criminalidade contra os subditos inglezes Francis May e William Langford que se achão a bordo da fragata inglesa *Fort*, para onde serão remettidos, quando partir a fragata *Emerald*.

Tendo-se pois de instaurar o competente sumario, começando-se pela entrega da nota da culpa, reço ao Sr. J. J. Collings Woodwood, consel de S. M. Britannica, que de as providencias para que os referidos subditos inglezes sejam removidos para a fre-

para brasileira *Constituição*, afim de ficarem á disposição do Sr. chefe de policia até que se ultime o processo.

Aproveito esta oportunidade para renovar ao Sr. Collings Westwood as seguranças da minha estima e consideração.

Ao Sr. J. J. Collings Westwood.

ANTONIO COELHO DE SA' E ALBUQUERQUE.

N. 134.

Nota do governo imperial á legação britannica.

Rio de Janeiro, ministerio dos negocios estrangeiros, em 16 de julho de 1861.

Em data de 6 da corrente o meu antecessor, informando pelo chefe de policia da corte de que resultava das averiguações heitas sobre a aggressão commetida no noite de 24 de Junho ultimo, por uma lancha da fragata inglesa *Emerald* contra um bote do trafego de porta, materia de criminalidade contra os subditos ingleses Francis May e William Langford, que fôrdo remetidos para bordo da fragata *Fort* quando daquipartio a fragata *Emerald*, requisitos do Sr. J. J. Collings Westwood, consul de S. M. Britannica, providencias para a remoção dos sobreditos individuos para a fragata brasileira *Constituição*, afim de ficarem á disposição do Sr. chefe de policia até ultimate-se o processo que tem de lhes ser intentado.

Não se julgando, porém, o Sr. Westwood autorizado para tratar deste assumpto, por estar então ausente o Sr. Evan M. Baillie, encarregado de negocios de S. M. Britannica, á quem tenho a honra de dirigir-me presentemente, elle foi aquella requisição satisfeita: por esse motivo venho agora-la, pedindo ao Sr. Baillie que dê as providencias necessarias afim de que se effectue a remoção dos individuos acima nomeados para a fragata brasileira *Constituição*.

Ratiro ao Sr. Evan M. Baillie as seguranças da minha estima e consideração.

Ao Sr. Evan M. Baillie.

BENEDITO AUGUSTO DE MAGALHÃES TAQUES.

N. 135.

Nota da legação britânica ao governo imperial.

Rio de Janeiro, 14 de Julho de 1861.

Sr. ministro.— Em resposta á nota de V. Ex. de 14 do corrente, declarando que das averiguações feitas perante o chefe de policia sobre o attentado commetido, em 24 de Junho, por uma lancha pertencente ao navio de Sua Magestade *Emerald* contra um bote do trafego brasileiro, resultou materia de criminalidade contra os dois subditos britannicos Francis May e William Langford, os quaes tinham sido transferidos para o navio *Ferr*, de Sua Magestade quando partiu o primeiro navio, e pedindo-me a remocção dos mesmos para a fragata brasileira *Constituição* onde devillo aguardar o seu julgamento, tenho a honra de informar a V. Ex. que o almirante Warren, commandante em chefe desta estação, já deixou o Rio de Janeiro levando consigo os dois subditos britannicos de que se trata.

V. Ex. reconhecerá, portanto, que me não é possível na actualidade dar andamento a este negocio.

Aproveito-me da opportunidade para reiterar a V. Ex. as seguranças de minha consideração.

A' S. Ex. o Sr. conselheiro Benvenuto Augusto de Magalhães Taques.

DEAN M. BAILEY.

N. 136.

Nota do governo imperial á legação britânica.

Rio de Janeiro, ministerio das negociaes estrangeiras, em 19 de Novembro de 1861.

Em 15 de Julho do corrente anno, dirigi-me ao Sr. Evan M. Bailey, encarregado de negocios do S. M. Britannico, solicitando da sua parte a adopção das providencias necessarias para que fosse satisfeita a requisição, que o meu antecessor fizera ao Sr. consal britannico, e á que este não annuo por não julgar-se para tanto autorizado, sobre a remocção para bordo da fragata brasileira *Constituição* dos subditos inglezes Francis May e William Langford, implicados no crime praticado na noite de 24 de Junho, por uma lancha da fragata inglesa *Emerald* contra um bote do trafego do porto, e que havido sido remettidos para bordo da fragata *Ferr* quando daqui partiu a *Emerald* de cuja guarnição haão parte.

Dependendo-me em data de 15 do supracitada mez, o Sr. Baillie teve a bondade de informar-me que não se achando então presente o Sr. almirante Warren, commandante em chefe da esquadra britannica, não podia naquella occasião o Sr. Baillie dar andamento ao assumpto do que se trata.

Fazendo-se agora necessaria, segundo me communicou o Sr. ministro da justiça em data do 21 do corrente, a entrega dos referidos subditos inglezes ao chefe de policia da corte, visto acharem-se compromettidos no processo mandado instaurar por occasião do facto alludido, e estando actualmente no porto o almirante de S. M. Britannica: dirijo-me de novo ao Sr. Baillie para que haja de entender-se com o mesmo Sr. almirante em ordem a que seja satisfeita a requisição da minha nota de 13 de Julho, como autorizei-me a esperar a do Sr. Baillie de 16.

E tanto mais fundada é essa esperança quanto, como o Sr. Baillie sem duvida comprehende, não pôde o assumpto em questão deixar de merecer a mais acríta attenção do governo de S. M. o Imperador, como estes convencido de que merecerá tambem do de S. M. Britannica, considerada a gravidade do facto, que é averiguado pela autoridade competente, e visto quanto importa que justiça seja administrada aos culpados, da cuja interesse é a defesa, assim como de de ambos os países que acontecimentos tão estranhos e notáveis por sua deshumanidade não fiquem olvidados, sem que se dê satisfação á moral e a consciencia publica.

Aproveito a oportunidade para reiterar ao Sr. Evan M. Baillie as seguranças de minha consideração.

Ao Sr. Evan M. Baillie.

EXCELENTE ACCUSAO DE MARGARITA TAYLOR.

N. 137.

Nota da legação britannica ao governo imperial.

Legação britannica. — Rio de Janeiro, 4 de Dezembro de 1861.

Sr. ministro. — Tive a honra de receber a nota de V. Ex. do 19 do mez proximo findo, pedindo-me que me dirija ao almirante commandante em chefe das forças navaes de Sua Magestade nesta esquadra, para que seja entregue ao chefe de policia do Rio de Janeiro o official britannico, Sr. Francis May, e o marinheiro William Langford, que estavam implicados no assalto praticado na noite do 24 de Junho ultimo por uma bancha da fragata inglesa *Emerald* contra um bote de trafico do porto.

E' meu dever informar a V. Ex., em resposta, que o governo de Sua Magestade não pôde consentir que se entregue o official britannico e o marinheiro de que se trata, e que em consequencia desta decisão o almirante Warren já seza partir para a Inglaterra estes dois individuos. Não está portanto em meu poder satisfazer o pedido feito na nota de V. Ex.

Contudo, o almirante, como já tive a honra de informar a V. Ex., está prompto a conceder uma indemnisação á familia do soldado brasileiro fallecido, se as circum-

stancias, depois de bem averiguado o facto, assim o exigirem, se o governo imperial quizer estar por esta offerecimento.

Aproveito esta occasião para reitornar a V. Ex. as seguranças de minha muito distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. conselheiro Deservente Augusto de Magalhães Taques.

EVAN M. BAILLIÉ.

N. 138.

Nota do governo imperial á legação britannica.

1.ª secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio das negocias estrangeiras, em 11 de Dezembro de 1854.

Pela sua nota de 4 do corrente, que acuso recebida, o Sr. Evan M. Baillie, encarregado de negocios interiores do S. M. Britannico, respondendo á que lhe dirigi com data de 29 do mez findo, para que fossem entregues ao chefe de policia da corte os subditos ingleses Francis Hay e William Langford, implicados no crime praticado na noite de 24 de Junho ultimo, por uma lançada fragata inglesa *Exeter*, communico-lhe que o governo do S. M. Britannico não pôde accidir á entrega dos referidos subditos ingleses, os quaes foram por elle mandados para Inglaterra pelo Sr. almirante Warren.

Inferido desta communicação, cabe-me observar ao Sr. Baillie que bastante de sentir é que não possa a justiça ser satisfeita com a presenca dos indigitados por autores do attentado de que se trata, e que o governo imperial, logo que se concluir o processo, se for julgado procedente contra os indigitados individuos pertencentes á armada britannica, dará conhecimento do resultado á legação imperial em Londres, assim de pedir sobre elle a attenção do governo do S. M. Britannico, á quem ainda o negocio já foi submettido, como continua o Sr. Baillie pela nota á que esta responde.

Devo entretanto declarar ao Sr. Baillie que o governo imperial não pôde accidir á favor da familia do marinheiro que desapareceu no assalto, a indemnisação pecuniaria que lhe é offerecida, sem que a justiça seja desagravada pelos meios legais.

Reitorno ao Sr. Evan M. Baillie as seguranças de minha consideração.

As Sr. Evan M. Baillie.

DESERVENTE AUGUSTO DE MAGALHÃES TAQUES.

Reclamações estrangeiras.

Passaportes.

N. 139.

Circular do governo imperial ao corpo diplomático e consular estrangeiro.

Ministério dos negócios estrangeiros.—Rio de Janeiro, em 14 de Novembro de 1861.

Querendo facilitar a concessão de passaportes para fôres do Imperio, acaba o governo imperial de expedir, com a data de 4 de corrente mez, pela secretaria de estado dos negócios da justiça, as seguintes ordens ao chefe de policia da corte, dispensando a exhibição da folha corrida, isto é, do documento pelo qual se mostravam tantas do crime de que requerião passaporte, ficando de ora em diante a cargo da repartição da policia verificar se são ou não culpadas as individuos que tiverem de retirar-se do Imperio, e continuando a exigir-se, estas prescreve o art. 72 do regulamento de 31 de Janeiro de 1842, a bem dos credores que posto ter, a publicação da saída do impetrante por tres dias nos jornais, ou flsca illas, em casos urgentes, para poder ser dispensada essa publicação.

Com a referida providencia não só tornar-se-ha facil a expediente dos passaportes e legitimações, mas tambem cessará as despesas que acarretára a exigencia da folha corrida, e a necessidade que dahi provinha da intervenção de um agente que não-hesou dirigir-se aos cartorios para obter aquelle documento, o que dava motivo a queixas repetidas, e por ventura occasionava aborrec que não podião evitar-se.

Comentizando ao Sr. . . esta resolução que tanto interessa aos seus nacionaes, reserve-lhe os protestos da minha consideração.

Ao Sr. . .

DESVOTO AGENTE DE MAGALHÃES TAQUEL.

N. 140.

Circular.

Rio de Janeiro, ministério dos negócios estrangeiros, em 22 de Novembro de 1861.

Tenho a honra de levar ao conhecimento do Sr. . . que o governo imperial expedio pela secretaria de estado dos negócios da fazenda, segundo me acaba de communicar o respectivo ministro, as convenientes ordens de eslações arrecadações

da fazenda publico para que o sello dos passaportes dados pelas legações e consules estrangeiros aos seus nacionaes para viajarem dentro da Imperia, nos termos do art. 9 do decreto n. 1331 de 19 de Janeiro de 1855, seja pago antes do visto das autoridades designadas no decreto n. 2406 de 21 de Setembro de 1859. Quaesim que os passaportes vindos de pela estrangeiro só facha sujeitos ao sello, se se juntarem a requerimentos em jates, ou quando dependerem do visto das referidas autoridades, e estes dote, para que os estrangeiros se transportem de uma para outra provincia; ficando entendido que não se exigirá mais de uma vez aquelle imposto, ainda que o mesmo título sirva para diferentes viagens.

Renovo ao Sr. . . . as seguranças de minha consideração.

Ao Sr. . . .

... BENTENUTO AUGUSTO DE MAGALHÃES TAQUES.

ESTADO ORIENTAL.

Administração dos sacramentos de matrimonio e baptismo na provincia do Rio-Grande do Sul a individuos residentes no Estado Oriental.

N. 141.

Nota do governo oriental á legação imperial.

Ministerio de relações exteriores. — Montevideo, 3 de Dezembro de 1860.

O governo da republica tem recebido reiteradas communicações dos chefes politicos dos departamentos limitrophes com o Imperio do Brazil, instruido-o de representações dirigidas por varias parochias contra os abusos que com frequencia commettem os subditos brasileiros que residem em suas respectivas jurisdicções, passando á provincia limitrophe do Rio-Grande, donde contrahem matrimonio e fazem baptisar seus filhos nascidos em territorio da republica.

Para o governo imperial é de evidente notoriedade o que succede, e é digna de menção a declaração que a tal respeito fez o Sr. ministro dos negocios estrangeiros no senado do senado da dia 1.^a de Agosto ultimo. Naquelle occazão expressou-se S. Ex. nos seguintes termos:

« Compre que attendamos a que no Estado Oriental existe uma grande massa de filhos de brasileiros que não podera vir estabelecer domicilio entre nós, o que tem obrigado muitos brasileiros a virem baptisar seus filhos nas parochias da nossa fronteira, afim de que possam ganhar uma nacionalidade; será uma vantagem para nós o podermos melhorar a sorte desses nossos concidadãos. »

A vista, pois, da gravidade dos factos á que se referem as mencionadas communicações officiaes, e aliaes assignado, ministro das relações exteriores, recebeu ordem

de S. Ex. o Sr. presidente da república para chamar sobre este negocio a séria attenção do governo imperial, sem prejuizo das medidas que ulteriormente houverem de se accôrder.

Comprimido com este dever por meio da presente nota, o abaixo assignado aproveita a oportunidade para refferir ao Sr. Barbosa da Silva, encarregado de negocios interino do Brasil, as separanças da sua distincta consideração.

Ao Sr. Ignacio de Avellar Barbosa da Silva.

EDUARDO DE ARAÚJO,

N. 142.

Nota do legação imperial ao governo oriental.

Legação imperial do Brasil. — Montevideo, 6 de Março de 1862.

Em 3 de Dezembro de 1860 o Sr. Dr. Eduardo Azevedo, antecessor de S. Ex. o Sr. Dr. Henrique de Aracacista na direcção do ministerio das relações exteriores, dirigio uma nota ao abaixo assignado, encarregado de negocios interino do S. M. o Imperador do Brasil, reclamando contra a pratica seguida por muitos brasileiros estabelecidos no territorio da república de irem á provincia do Rio-Grande do Sul para contrahirem casamentos e fazer baptisar as suas filhas nascidas no dito territorio.

Esse assumpto foi opportunamente levado pelo abaixo assignado á consideração do governo imperial, o qual para poder providenciar convenientemente, recommendou á presidencia do Rio-Grande que procedesse ás mais severas averiguações sobre os factos denunciados.

O abaixo assignado acaba de receber ordem do mesmo governo para communicar á S. Ex. o Sr. Dr. Aracacista, em resposta á referida nota, que das informações ministradas por aquella presidencia e que constam de officios dos vigarios das parochias de S. Borja, Jaguarao e Sant'Anna de Livramento dirigidos ao governador da bispado da mesma provincia, resulta que, se não é de toda infundada a reclamação iniciada pelo Sr. Dr. Azevedo, pelo menos diminua sensivelmente de importancia; visto que, segundo declaram os referidos vigarios, nas duas primeiras parochias, nunca se derão tales factos, e na ultima, se por ventura occorreu, foi por não ter ainda o parcho bastante conhecimento dos seus frequentes, ou por haver sido illudido por alguns delles.

Não obstante, o governo imperial, sempre desejoso de manter illas as relações de boa intelligencia que existem entre os dois paizes, evitando, quanto for possível, queixas ou reclamações de semelhante natureza, recommendou ao Sr. bispo diocesano da provincia do Rio-Grande do Sul a adopção das medidas necessarias para que os parochos sob a jurisdicção de S. Ex. reverendissimo, na administração dos sacramentos, não excedam os limites da sua competencia e observem escrupulosamente as disposições canonicas concernentes ao assumpto de que se trata.

Comprimido assim a ordem do governo imperial e abrigando a esperanza de que a

resolução adoptada pelo mesmo governo satisfará as da república, o abito assignado prevalece-se da oportunidade para retirar a S. Ex. o Sr. Dr. Henrique de Arrascaeta os protestos da sua mais sublimada consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. Henrique de Arrascaeta.

LEONARDO DE AVELAR BARROSA DA SILVA.

N. 143.

Officio do governo imperial ao bispo do Rio Grande do Sul.

Ministerio das negociações estrangeiras.—Rio de Janeiro, 21 de Fevereiro de 1862.

R. Ex. e Revm. Sr. —O governo da república oriental do Uruguay, referindo-se á comunicação dos chefes dos departamentos daquella Estado lictrophes com essa provincia, dirige-se á legação imperial em Montevideo, reclamando contra o abuso commettido por subditos brasileiros estabelecidos no territorio da república, de transporem a linha divisória, não só para contrahirem casamentos, como para fazerem baptisar seus filhos, aliás nascidos no dito territorio.

Transida a reclamação á presença do governo imperial pelo nosso encarregado de negocios em Montevideo, deu este ministerio conhecimento della ao Sr. presidente dessa provincia, além do que, attinguendo da exactidão dos factos denunciados, habilitasse o governo a providenciar como fosse de justiça.

Das informações colhidas por S. Ex. e que consistio dos officios dos vigarios das parochias de S. Berja, Jaguarão, San Antonio do Livramento, dirigidas ao governador desse bispado, resultou que, se não é absolutamente infundada essa reclamação do governo oriental, pelo menos diminue sensivelmente de importancia, por quanto, segundo officialmente declarou os referidos vigarios, nas duas primeiras parochias nunca se dão tais factos; e na ultima, se por ventura occorrido, foi por não ter ainda o parochio bastante conhecimento dos seus freguezes, ou por haver sido illudido por alguns delles.

Não obsta isto, entretanto, a que o governo imperial, desejoso de manter illesas as relações da boa intelligencia com o Estado vizinho, e de evitar quanto for possível justos motivos de queixa ou reclamação, adopte as providencias ao seu alcance em ordem a prevenir a reprodução de quaisquer abusos da natureza dos de que se trata.

Ministrando os sacramentos de matrimonio e de baptismo a individuos residentes em territorio estrangeiro, e que não sômente para houverem qualquer desses sacramentos deito temporariamente o seu domicilio, os parochos offendem os preceitos do direito canonico, em virtude das quaes são elle estes os competentes para administrar tais sacramentos; e, além disso, especialmente pelo que toca aos baptizados, antecede a fraude na observancia das principles do direito civil concernentes ao domicilio, e dito aos de graves questões relativas á nacionalidade.

Desconhecendo a illustração de V. Ex. Revm., se julgasse ser necessario dar desenvolvimento a estas proposições. Assim pois, limitar-me-hei a rogar a V. Ex. Revm. se deira recomendar aos parochos, sob sua jurisdicção, que na administração dos sacramentos não excedão os limites de sua competencia, e observem escrupulosamente as disposições canonicas concernentes a este assumpto.

Aproveito a oportunidade para offerecer a V. Ex. Revm. as seguranças de meu profundo respeito, e mais distincta consideração.

A S. Ex. Revm. o Sr. bispo diocesano do Rio-Grande do Sul.

B. A. DE MACIELAS TAVES.

N. 144.

Officio do bispo do Rio-Grande do Sul ao governo imperial.

Palacio episcopal em Porto-Alegre, 28 de Março de 1862.

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. — Satisfazendo ao artigo imperial de 21 do mes proximo findo, expedido pela secretaria de estado dos negocios estrangeiros á cargo de V. Ex., acabo de officiar aos parochos de S. Borja, Jaguaret, São Anna do Livramento, Uruguayana, Bogé e Itaquy, desta diocese, recomtendando-lhes todo o zelo e escrupulo na administração dos sacramentos de baptismo e matrimonio, além de que seja egualmente admittida á recepção desses sacramentos pessoas do Estado Oriental, com que consto aquellas frequencias, a menos que não apresentem licença por scripta de seus legittimos pastores, perante os quaes previamente deverá ter feito todas as diligencias na forma canonica, para que desta maneira se evite qualquer conflicto os quaes, que possão alterar os bons relactos deste Imperio com aquelle Estado.

Convenido, porém, de que, se alguma vez se tem dado factos desta ordem, que motivem reclamações por parte do governo daquella republica perante o governo imperial, estes não têm sido adeos o do proposito para forar a jurisdicção estranha, mas sim, por serem illudidos os parochos, que nem sempre podem equipar pessoalmente todas as suas parochianos, dando-se infelizmente o caso, não repito mais entre nós, de se apresentarem como frequentes de uma parochia, parochianos de outra, para com mais facilidade obtem o que pretendem.

Compre-me tambem rogar a V. Ex. que intervenha perante o governo do Estado riado além de que seja reciproca a providencia, que acabo de dar, pois não poucas vezes tem acontecido aquellas mesmas frequencias, quando achão qualquer difficuldade na administração dos sacramentos, por falta das devidas habilitações, arruam os parochos de se passarem a recebê-los no Estado Oriental, ancoisa esta que algumas vezes se tem tornado effectiva, como aconteceu com Manuel Soares de Souza

e a repeta monar Maria José Vieira, da freguesia de Alegrete, que, sem licença do respectivo parochio e da competente autoridade secular, e dispondo do impedimento do consanguinidade em segunda grão attigente ao primeiro, se forte casar com o padre Luiz Degrossi, cura de Santa Iphigenia no mesmo Estado Oriental, como em 29 de Maio de 1855 o presidente desta provincia o communica ao Reverendo episcopal pedindo informações, á requisição do juizo municipal de Alegrete, não me constando terem ainda revolidado este casamento duplamente nullo pelo impedimento da consanguinidade acima indicado e pelo do clandestinidade.

Posso entretanto asseverar a V. Ex. que tem sido um dos maiores cuidados de meu ministerio velar para que a disciplina ecclesiastica seja respeitada e fielmente cumprida neste bispado, não só nas relações entre as suas diversas freguesias, como especialmente com as dioceses limitrophas. Mantenho observado com maxima, e sem sei quando poderei destruir a falsa idéa, quasi geralmente estabelecida, de que qualquer póde dirigir-se a receber sacramentos de um sacerdote pelo simples facto do caracter de que se acha revestido, sem se importarem que este tenha ou não jurisdicção para administrá-los, tendo-se dado mesmo o caso de occultarem impedimentos, afim de se subtraírem á demora da dispensa, e sempre do má vontade se rejizão as habilitações exigidas, de que infelizmente resultou numerosos matrimonios nullo nesta diocese, ordinariamente sem culpa das parochias.

Prezalego-me desta opportuidade para assegurar á V. Ex. os meus sentimentos de alta estima e distincta consideração.

Deo guarde a V. Ex.

W^{to} e Ex.^{to} Sr. conselheiro Benvenuto Augusto de Magalhães Taques, ministro e secretario do estado das negociações estrangeiras.

† Saracuta, bispo do Rio-Grande.

N. 145.

Nota da Legação Imperial ao governo oriental.

Legação Imperial do Brasil. — Montevideo, 22 de Abril de 1862.

O Sr. bispo diocesano da provincia do Rio-Grande do Sul participou ao governo Imperial haver offendido aos parochos de S. Borja, Aguarito, San'Anna do Livramento, Uruguayana, Bagé e Itapua, de sua diocese, recomendo-lhes toda a zella e acurrido na administração dos Sacramentos do baptismo e matrimonio, afim de que não sejam admitidos á recepção daquelles Sacramentos pessoas residentes na Cidade Oriental que não apresentarem licença por scripto de seus legítimos pastores, perante os quaes devessem ter previamente cumprido todas as diligencias na forma canonica.

E de esperar que essas providencias evitem a reprodução dos factos que motivão as notas emanadas do ministerio de relações exteriores e desta legação em 3 de Dezembro de 1860 e 4 de mez proximo pasado, e são devidas á fraude com que os

freguezas de uma parochia declarando parochias de outra, occultando aos ministros do culto a que póde servir de obstatulo aos seus intentos.

Aquelle prelado communicou tambem ao governo imperial que não poucas vezes tem acontecido, que os parochianos das parochias da referida provincia, quando, por falta das devidas habilitações, encontram difficuldades na administração dos Sacramentos, applicão os parochos de se jurem-se a recibellos no Estado Oriental, e esta applicação alguns vezes tem-se tornado effectiva, como aconteceu com Imaaci Soares de Souza e a menor Maria José Vieira, da freguezia de Alegrete, que sem licença do respectivo parochio e da competente autoridade secular, e sem dispensa do impedimento de consanguinidade em 2.º grau attingente ao P., facto reccidível perante o padre Luiz Degredal, cura da Santa Epiphania nessa república, e assim contrahiram um matrimonio duplamente nullo pelo impedimento de consanguinidade e pelo de clandestinidade.

Pelo mesmo assignado, transmittida por ordem do governo imperial estas informações a S. Ex. o Sr. Dr. D. Henrique de Arrascaeta, ministro e secretario de estado de relações exteriores, pelo licença para chamar a attenção de S. Ex. para a necessidade da adopção, por parte do Estado Oriental, de medidas que fação cessar semelhantes abusos.

O encarregado de negocios interino do Brasil saúda a S. Ex. o Sr. Dr. Arrascaeta, reiterando-lhe os protestos de sua mais distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. D. Henrique de Arrascaeta.

IGNACIO DE AVELLAN BARBOSA DA SILVA.

N. 146.

Nota do governo oriental á legação imperial.

Ministerio de relações exteriores. — Montevideo, em 23 de Abril de 1862.

Em resposta á nota de S. S., datada de 22 do corrente, relativa ás medidas tomadas pelo Sr. bispo diocesano da provincia de Rio-Grande do Sul, tendentes a evitar a reproducção dos factos que motivarão as notas deste ministerio e dessa legação, de 5 de Dezembro de 1860 e 6 do mez proximo pasado, e relatando o facto de um matrimonio illegal contrahido ante o cura do Santa Epiphania, deve o abaixo assignado manifestar ao Sr. encarregado de negocios do Brasil, que o governo soube com satisfacção das medidas adoptadas por aquelle prelado, e que, reconhecendo a gravidade do abuso que se importu ao parochio de Santa Epiphania, requisitou da autoridade respectiva as informações que exige um facto do semelhante natureza.

O abaixo assignado reitera nesta occasião a S. S. a sua segurança de sua mais distincta consideração.

Ao Sr. Ignacio de Avellan Barbosa da Silva.

HENRIQUE DE ARRASCAETA.

Conflicto occorrido entre brasileiros e orientaes, na villa de Santo Eugenio de Quarahim, no departamento do Salto.

N. 147.

Nota do governo oriental á legação imperial.

Ministerio das relações exteriores. Montevideo 30 de Novembro de 1861.

O abaixo assignado, ministro das relações exteriores, tem a honra de dirigir-se ao Sr. Ignacio de Avellar Barbosa da Silva, encarregado de negocios interior do Brasil, chamando sua attenção sobre a seguinte communicação:

Em a noite de 13 de Outubro ultimo uma partida de dez ou doze brasileiros armados invadiram o territorio da república pela linha fronteira, que limita o departamento do Salto, e atacou em seguida a cadeia da povoação de Quarahim, donde foi arrebatado sem resistencia um indio lido alli detido por coveação.

Depois da verificada este acto duplicadamente attentatorio ás incanuidades do territorio oriental, os aggressores retirárão-se em direcção ao passo do Baptista, em cujo districto está postado o destacamento imperial de que elles fazem parte.

Debalde perseguidos no seu transito por quatro soldados de policia, aos quos elles dispararão alguns tiros, deixárão, ao atravessar o rio, varias armas e cavalgadas.

Immediatamente informado da occorrida, o commandante do destacamento á que me tenho referido, affiançou que não deixaria impunes os autores daquello attentado, entre os quos são conhecidos os chamados Francisco Flores, José Maria da Silva, Honorio Silveira, José A. Machado, Manuel Gervasio, Francisco da Silva e Jacintho da Rocha.

O abaixo assignado pretende de entrar em consideração alguma para qualificar estes factos com a gravidade que sobranha desta simples expozição; porém sempre em se ordem que receba do seu governo reclamando, pela presente nota, de Sua Magestade Imperial o condigno castigo dos delinquentes, assim como a devolução do mencionado preso á autoridade competente.

Dirigido-se por tal motivo ao Sr. encarregado de negocios interior do Brasil, o abaixo assignado prevalece-se da opportuniidade para reiterar-lhe as seguranças de sua distincta consideração.

Ao Sr. Ignacio de Avellar Barbosa da Silva.

HENRIQUE DE ARAUJO-COSTA.

N. 148.

Nota da legação imperial ao governo oriental.

Legação imperial do Brasil. Montevideo 3 de Dezembro de 1861.

O abaixo assignado, encarregado de negocios interino de S. M. o Imperador do Brasil, está de posse da nota que S. Ex. o Sr. D. Henrique de Arascaeta, ministro e secretario de estado das relações exteriores da republica oriental do Uruguay, lhe fez a honra de dirigir em 20 do mez proximo passado, acerca de um successo occorrido em 15 de Outubro ultimo, na villa de Quatárim, no departamento do Salto.

O abaixo assignado, em uma entrevista que teve ha dias com o Sr. D. Arascaeta, referindo-se á esse successo que appareceu relatado no diario *La Discusion* de 7 daquelle mez, communicou á S. Ex. que havia chamado sobre elle a attenção do governo imperial.

Apezar de haver tomado essa providencia, o abaixo assignado certifica ao Sr. Arascaeta, ministro das relações exteriores, que pelo primeiro vapor que daqui sair para o Rio de Janeiro levará ao conhecimento do mesmo governo a nota á que agora responde, podendo desde já assegurar tambem á S. Ex. que o governo do Imperador prestará á este assumpto toda a attenção que merece.

Por esta occasião o abaixo assignado reitera á S. Ex. o Sr. D. Arascaeta os protestos de sua mais distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. D. Henrique de Arascaeta, ministro e secretario de estado das relações exteriores da republica oriental do Uruguay.

LOPEZ DE AVELLAN BARRODÁ SA SILVA.

N. 149.

Nota da legação imperial ao governo oriental.

Legação imperial do Brasil. Montevideo, 13 de Março de 1862.

Por acta de 10 de Novembro do anno pasado communicou S. Ex. o Sr. ministro de relações exteriores da republica oriental do Uruguay ao abaixo assignado, reclamando as convenientes providencias, um conflicto occorrido no dia 17 de Outubro do mesmo anno, entre Brasileiros e Orientaes, na villa de Santo Eugenio de Quatárim.

O abaixo assignado, tendo opportunamente levado essa reclamação á presença do governo de S. M., acaba de receber do mesmo governo ordem para communicar á S. Ex. o Sr. Dr. Henrique de Arascaeta as seguintes informações subministradas pela presidencia do Rio-Grande do Sul acerca daquella lamentavel occurrencia.

Tendo duas soldados pertencentes á força que guarda o *Pau do Baptista* ido esse dia para da casa superiores á referida prisão em companhia do guarda-nacional Innocencio Thomaz, todos desarmados, alli chegados, juntar-se com prisa da policia da villa em uma taverna, onde bebendo e folgando, resolveu travar-se uma altercação sobre um prezo que alli tinham se achado, conhecida pelo nome de Manduca, e o dito guarda-nacional Innocencio.

Tendo sido arreastado aquillo com um rebuque que traxa, foi, por esse simples facto, acerretado por alguns policiaes, e, depois de ferido gravemente, conduzido á cadeia da villa.

Indignados os soldades brasileiros por tal procedimento, regressar-se ao acampamento, e, considerando mais quatro companheiros seus, seguir-se occultamente a resgatar o preso, e que apparece com a menor opposição da guarda; porém em seu trajeto para o acampamento, foram perseguidos debaixo de fogo pela policia.

Logo que o commandante do destacamento teve conhecimento de successos, enterdeceu-se com o commandante da policia, e acordar-se em que fossem castigados os mesmos soldades, terminando-se por este modo o conflicto, por ser considerado como o resultado de exuberancia em que se achavam as praças brasileiras e as da mesma policia.

Aquellas luctas, com effeito, correctionalmente castigadas pela excessiva perfidia, e que teve, sem duvida, por principal origem as violencias exercidas contra o guarda nacional Innocencio pelos policiaes, tornando-se estes assim, não menos mercedeiros do castigo do que os soldades do destacamento.

A vista de tais circumstancias, parece que não deve proseguir, e de esperar é que não prosiga a reclamação iniciada pelo governo da republica na cidade nota, tomando-se, entretanto, de parte a parte, as convenientes providencias, afim de que se não reproduzam factos semelhantes, como é de justiça e de interesse das boas relações das duas paizes.

O abaixo assignado prevalece-se desta oportunidade para ter a honra de reiterar a S. Ex. o Sr. Dr. Arrascaeta os protestos de sua mais distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. Henrique de Arrascaeta.

LEONCIO DE AVELLAR BARROSA DA SILVA.

Supposta invasão de territorio oriental pela fronteira do Aca-guá, por um grupo de brasileiros armados.

N. 150.

Nota do governo oriental á legação imperial.

Ministerio do collaço exterior.—Montevideo, 23 de Abril de 1861.

No dia 27 de Março ultimo foi violado o territorio da republica por um grupo de brasileiros armados, commandados por um official pertencente á guarda imperial estabelecida em Aca-guá. Segue-se as informações que a semelhante respeito tenho communicado.

cedas a este ministerio pelo chefe da policia do Cerro-Largo, o attentado foi praticado por ordem do commandante da ala esquerda da fronteira o Sr. Antonio de Souza Severino.

Dirigindo-se em seguida á subrecchordia daquelle ponto, a partida brasileira embarcou alli doze ou trezete carretas carregadas de fardamento, pertencentes ao subdito brasileiro Antonio Carlos Soares, ao qual estava despatchando naquella repartição, e sem allegar razão alguma para tal procedimento, regressou com as ditas carretas em direcção á falia divisoria.

Vão repetindo-se com demasiada frequencia os escandalos desta natureza, perpetrados á mão armada pelas forças militares do Brasil. Sem recorrer a outros exemplos, a recente expedição caedlica que internou-se no departamento da Salta, incutindo a repartição fiscal da república estabelecida em *Pag. Para*, deve-se aqui mencionar para mostrar quão injustificavel se está tornando a tolerancia com que, pelo menos, autorisa estes factos os chefes imperiaes da fronteira; por mais que em tais casos se queira cobonestar e attenuar e justificar os seus autores, allegando alguma supposta arbitrariedade committida por agentes subalternos da policia da república.

O governo oriental que deseja sinceramente evitar os conflitos e consequencias desagraças de que se vultantes occorrencias podem originar, em prejuizo das relações entre a república e o imperio, chama de novo attenção a súa attenção do governo imperial, reclamando o castigo exemplar dos delinquentes e a restituição dos objectos arrebatados a seus legítimos proprietarios.

Sobre este assumpto dirige o abaixo assignado, ministro de relações exteriores, a presente nota ao Sr. Barbosa da Silva, encarregado de negocios do Brasil, afim de que se sirva communicar o conteúdo da mesma ao governo do Sua Magestade o Imperador; e aproveita ao mesmo tempo a oportunidade para reiterar a S. S. as seguranças de sua distincta consideração.

Ao Sr. Ignacia de Avellar Barbosa da Silva.

Estimado Amigo.

N. 151.

Nota da legação imperial ao governo oriental.

Legação imperial do Brasil.—Montevideo, 26 de Abril de 1861.

O abaixo assignado, encarregado de negocios interior do Sua Magestade o Imperador do Brasil, tem a honra de accusar a recepção da nota que, em 23 do corrente, lhe dirigio o Sr. Dr. Eduardo Azevedo, ministro e secretario de estado de relações exteriores, communicando-lhe que, no dia 17 do Março ultimo, um grupo de brasileiros armados, ao mando de um official pertencente á guarda imperial estabelecida em Aguai, e obtendo, segundo informações ministradas á S. Ex. pela chefatura de policia do Cerro-Largo, por ordem do commandante da ala esquerda da fronteira, Antonio de Souza Severino, violando o territorio da república se dirigia á subrecchordia daquelle

penso, e della arrolatura de cento e setenta com herba-matto, de propriedade do brasileiro Antonio Cardoso Soares, que alli estão ao despacho daquelle repartição.

No fim do desejo de S. Ex. o Sr. ministro do reino exterior, expressando ao final dessa nota, o abalo assignado apressa-se em declarar a S. Ex., que vai immediatamente levar ao conhecimento do seu governo aquella occorrença, da qual, por sua parte, não possui informação alguma.

No entanto, não pôde o abalo assignado deixar de manifestar ao Sr. Dr. Azevedo a estranheza que lhe causou o seguinte trecho dessa mesma nota.

« Vão-se repetindo com demasiada frequência os escândalos desta natureza, por-
« petrados á mão armada pelas forças militares do Brasil. Sem recorrer a outros exem-
« plos, a recente vandálica expedição que se intentou no departamento de Salto, in-
« cendiando a officina fiscal da república estabelecida em Pay Pano, dove mencionam-
« se muita oportunidade, etc. »

O abalo assignado desejaria que o Sr. Dr. Azevedo proclamae mais os factos que autorizam aquella proposição de S. Ex., para sobre elles abrir uma animada discussão, da qual se pudesse verificar a procedencia da grande accusação lançada sobre as forças militares do imperio. Privado, porém, das provas que corroboram tal asserção, se vê o abalo assignado limitado a considerar o unico facto apresentado por S. Ex., o do incendio da casa de reguarda de Pay Pano, facto que foi objecto da correspondencia trocada entre o ministerio de relações exteriores e esta legação em 26 de Março ultimo e 6 do corrente mez.

O abalo assignado se lixejava de ter em sua nota do dia 4, reduzido esse facto ás suas reais proporções, demonstrando a inexactidão com que fica a sua perpetração attribuida á commenda das forças imperiaes. O abalo assignado se lixejava ainda de ter feito calar essa permissão no abalo do Sr. Dr. Azevedo. No entanto a citação que delle acaba de fazer S. Ex. vem-lhe provar, que ou não conseguiu aquelle fim, ou tanto que essa nota não mereceu a alta consideração do S. E.

Lamentando a confirmação de qualquer dessas hypotheseas, o abalo assignado, comtudo pelo permisso a S. Ex. para chamar a sua attenção sobre o correio da mesma nota.

Limitando-se por ora á estas ligeiras observações, o abalo assignado não fechará esta nota sem reproduzir aqui o que já teve a honra de communisar ao Sr. Dr. Eduardo Azevedo em uma das entrevisas que, ha dias, teve com S. Ex., isto é, que o governo imperial, nutrido os mais sinceros desejos de manter boas relações com seus vizinhos, acaba de recomendar instantemente ás autoridades da provincia limitrophe, que procurem por todos os meios ao seu alcance, evitar que os subditos brasileiros violem o territorio e as leis dos Estados vizinhos, attenção contra a sua propriedade e segurança individual, e por qualquer outro modo perturbem as boas relações dos dois paizes, expondo o nome brasileiro á justa censura.

O abalo assignado aproveitou-se da oportunidade para reiterar a S. Ex. o Sr. Dr. Eduardo Azevedo as garantias de sua mais atvida consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. D. Eduardo Azevedo, etc.

LEIADO DE ANTONIO BARBOSA DA SILVA.

N. 152.

Nota do governo oriental á legação imperial.

Ministério de relações exteriores. — Montevideo, 29 de Abril de 1864.

Recebimos dia 27 do corrente (publicada) depois das cinco horas da tarde, a nota que o Sr. Ignacio de A. B. da Silva, encarregado de negocios interino do Imperio do Brasil, achou-se dirigida-nos em data de 26, relativamente á nota de 23 em que denunciava um novo attentado commettido nas fronteiras da republica pelas forças militares do Imperio.

S. S. manifesta surprehender-se de que 11-mes tu dito em minha referida nota de 23 que repetiu-se com demasiada frequencia os escandalos praticados á mão armada pelas forças militares do Brasil, etc.

Se S. S. virer em vista as notas deste ministério de 13 de Julho, de 17 e 21 de Novembro do anno proximo pasado, relativas ao ataque feito ao offiz de Sema. nos meios troas infligidos ao aprisionar Paes. e ao grupo armado que invadia o nosso territorio com o ridiculo pretexto de buscar votantes para as eleições, achará que essas tres são ações do territorio, unidas ás ultimamente praticadas nos departamentos de Salto e do Cerro-Largo, fornecem fundamento de sobra para querias como se que fôrto apresentados.

Cinco escandalosas violações do territorio, em menos de um anno, sem que o governo imperial tenha dado um só passo em desagravo dellas, notariam outro procedimento, se não fosse tão grande a moderação que o governo da republica se propoz guardar.

S. S., em virtude de umas informações vagas do vice-consul do Brasil no Salto, julga que podia decommittir informantes ficticios sobre o successo do Pay Pass; porém se não se lhe negou já essa fidedignidade, é porque o governo espera que se venha a mostrar a que se achamos proceder: logo que seja recebido, o governo tomará a attenção que lhe compete.

Não sendo, entretanto, esquecido para tratar da questão pendente sobre o escandalo que se deu em Pay-Pass, limito-me a enviar a S. S. com a minha mais distincta consideração.

Ao Sr. Ignacio de Avelar Barbosa da Silva.

Estados Unidos

N. 153.

Nota da legação imperial ao governo oriental.

Legação imperial do Brasil. — Montevideo, 7 de Maio de 1864.

O abaixo assignado, encarregado de negocios interino de S. M. o Imperador do Brasil, teve a honra de receber tres notas de S. Ex. o Sr. Dr. Hilario Azevedo, ministro e secretario de estado de relações exteriores da Republica Oriental do Uruguay, datadas de 29 de abril proximo pasado.

Duas dellez que foram immediatamente transmittidas ao governo de Sua Magestade contém a resposta de S. Ex. á duas notas que a legação imperial lhe dirigio, a 26 daquelle mez, protestando contra certas disposições da lei que crea a commissão especial classificadora de creditos contra o Estado; e pedindo explicação da parte em que a mensagem do Ex.^{mo} Sr. presidente da república ao corpo legislativo se refere aos negocios pendentes entre ella e o Imperio. Agradou-se as ordens de Sua Magestade.

A terceira nota impugna a que S. Ex. recebeu desta legação, em resposta á sua de 23 do escripto mez, relativa a um incidente occorrido nas fronteiras da república e impellido a militares do Imperio. O abuso assignado não pôde deoar de replicar-lhe desde já.

A nota de S. Ex. está substantiada nas seguintes pontas:

O governo imperial deixou impunes cinco violações do territorio oriental commettidas, crumenas de um anno, por forças militares do Imperio.

Esta impunidade autorisaria o governo da república á certos procedimentos de que se distan por espirito de moderação.

O encarregado de negocios do Brasil prefere as informações que recebeu do vice-consul brasileiro no departamento de Salto, ao relatório official que á S. Ex. apresentou a respectiva autoridade oriental, a respeito do incidente de Foy-Paso.

A facilidade de dar tal preferencia não lhe foi ainda negada, porque não está crehido o sumario que se mandou formar.

Concluido esta, o governo da república *favorece a utilidade que lhe compete.*

O abuso assignado pode licença para contrariar a estas asserções as seguintes considerações.

O Sr. ministro de relações exteriores considera como cinco violações do territorio da república, o facto em que figurou o alferes Serra: uma altercação em que tomou parte o agricultor Puez: a presença de alguns individuos no sítio denominado Três-Cruces no departamento de Taquarémbo; o acastecimento que teve lugar em Foy-Paso, e o que deu assumpto á ultima nota de S. Ex.

Convém notar antes de tudo, que a occorrença relativa ao agricultor foi uma simples circumstancia da scena em que apparece o alferes já nomeado; mas não um acto distincto della em essencia, tempo e lugar. São pois na realidade somente quatro os casos a que allude S. Ex.

No primeiro destes a força oriental commandada pelo alferes penetrou no territorio brasileiro cuja violação, acompanhada de circumstancias aggravantes, originou a reclamação feita pelo abito assignado em nota de 30 de Junho e sustentada e desavaliada pelas de 19 de Julho e 16 de Novembro do anno proximo passado, que, até hoje, não foram impugnadas pelo Sr. ministro de relações exteriores.

No segunda, a legação imperial contestou-lhe, por notas de 9 de Novembro de 1890 e 18 de Março de 1891, todas as allegações fundamentadas da reclamação feita por S. Ex., que, tambem desta vez, não replica ás contestações produzidas.

Quanto ao terceiro e quarto caso, ainda não estão completas as averiguações indispensaveis á occupação apuração da verdade. Ainda assim, aquelle já está reduzido á condição de simples reputação provocada por aggreção da policia departamental; e que foi verificado por pesquisas feitas pelo respectivo vice-consul do Brasil.

As informações deste agente são tão officiaes quanto a legação imperial como perante o Sr. ministro de relações exteriores e são as das autoridades locais á que se refere a sua nota.

Além disso, sempre não perder de vista que o governo oriental intervem na nomeação dos vice-consules estrangeiros por meio de apresentar-lhe, por certo ponto, outorga aos nomeados a 15 do outorgante. Esta officialidade official não existe entre as

legações estrangeiras e as autoridades locais do país, que lhe são inteiramente estranhas.

Não é portanto lícito, sem calar em um incoerente e exagerado, pretender que o representante do Brasil descreva absolutamente o testemunho de agentes officiaes do serviço imperial, para estabelecer a infallibilidade de de funcionarios estranhos e sujeitar-se a ella sem réplica.

A legação imperial, pelas condições de sua existencia, tem em si, e crece por si só a faculdade de examinar e discutir livremente todas as circumstancias das questões em que toma parte. Dessa faculdade usa elle com legitima e opportunamente no caso que o Sr. ministro pareceu querer sujeitar exclusivamente ao criterio do secretario, á que allude com tanta vivacidade.

Não subsiste, á vista destas apreensões, facto algum de cuja transcendente gravidade se possa deprehender a consequencia e natureza dos procedimentos á que llo vagamente se refere S. Ex., talvez com indulgente advertencia ao Imperio; mas concebe-se a preferencia que o seu espirito llo superior e experiente dá á moderação, regra salutar dos governos sãos que sabem prever e avaliar todas as consequências das posições, no trato internacional.

O encaregado de negocios interno do Brasil, informado de que o governo da república temia opportunamente a attitudão que lhe compete, tem a satisfação de provocar a S. Ex. o Sr. ministro e secretario de estado de relações exteriores prompta e completa reciprocidade por parte do governo de S. M. o Imperador do Brasil.

No entretanto o abaixo assignado tem a honra de reiterar a S. Ex. os protestos de sua mais distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. D. Eduardo Artredo.

JERONIMO DE AVELLAN BARBOSA DA SILVA.

N. 154.

Nota da legação imperial ao governo oriental.

Legação imperial do Brasil — Montevideo, 9 de Julho de 1861.

S. Ex. e Sr. ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros de S. M. o Imperador do Brasil ordenou ao abaixo assignado, encarregado de negocios interno de nome Augusto Senker, que transmittisse a S. Ex. e Sr. ministro e secretario de estado de relações exteriores da república oriental do Uruguay as seguintes explicações relativas ao facto que motivou as notas emendas do antecessor de S. Ex. e do abaixo assignado, em 23 e 26 de Maio ultimo.

Antonio Carlos Soares, tenente-coronel da guarda-nacional da provincia de Rio-Grande do Sul, dirigia-se do municipio da Cruz-Alta para o estado oriental com doze mil cavallos de carga-matão. Estes, depois de despochados pela mata de rodos da cidade de Bagé, transgrediram a linha divisoria da fronteira, mas tiveram que voltar novamente por territorio brasileiro, seguindo o rumo que leva a estrada de rodagem em certos sitios.

Nesse trânsito tornou-se indispensável auxiliar ao comandante da guarda de Arcegi e despacho de guerra transportado o sujeito-lo á fiscalção da esylo.

Para este fim, o commandante desarmou o seguido por um unico soldado, foi em pessoa conferir a mercadoria com o despacho, e tendo verificado que esta mencionava *estercos de arados quando aquellas apresentava café e non, crevas*, embargou as carretas.

O embargo foi tão justo que o embargo se sujeitou a pagar á repartição competente os direitos e multas em que incorreu. Precedida esta condção, continuou o seu caminho para o estado oriental.

Entretanto, o chefe politico do departamento de Cerro Largo, persuadido de que aquelle official praticara arroudo no territorio da república para apprehender as carretas e denuncia á respectiva autoridade militar da fronteira do Imperio.

Em virtude desta denuncia, o denunciado foi rendido por outro official no destacamento que commandava, e o seu procedimento será apurado por um conselho de investigação, sendo a verdade ficará rigorosamente apurada.

Cumprida assim a ordem do seu governo, o abaixo assignado prestou-se da opportunidade para ter a honra de reiterar a S. Ex. o Sr. Dr. Henrique de Arrascaeta as protestos de sua mais distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. Henrique de Arrascaeta.

LEONAR DE ALMEIDA BARBOSA DA SILVA.

N. 155.

Nota da legação imperial ao governo oriental.

Legação imperial do Brasil. — Montevideo, 20 de Agosto de 1861.

O abaixo assignado, encarregado de negocios interino de S. M. o Imperador do Brasil, tem a honra de remetter a S. Ex. o Sr. Dr. D. Henrique de Arrascaeta, ministro e secretario de estado de relações exteriores da república oriental do Uruguay, os documentos cobertos por esta nota.

Belles verá S. Ex. a rigorosa formalidade com que foi procedida, perante um conselho de investigação, o tenente Barcelmano Alexandrino de Mello denunciado pelo chefe politico do departamento de Cerro-Largo como perpetrador de actos offensivos ás immunidades territoriaes da república.

O processo é que nesse conselho se proceda demonstrando evidentemente que o tenente Mello não estava com força armada pelo territorio oriental sem crença ali acto algum de autoridade.

Completas asden as informações recentemente transmitidas pela legação imperial ao ministerio de relações exteriores, em nota de 9 do mez proximo pasado, fica agora de todo apurada a verdade a respeito do incidente que motivou esta nota e todas as que nella foram citadas.

O abaixo assignado tem a honra de volver a S. Ex. o Sr. Dr. D. Henrique de Armasaeta os protestos de sua mais distinta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. D. Henrique de Armasaeta, ministro e secretario do estado de relações exteriores da república oriental do Uruguay.

LEÃO DE AVELAR BARBOSA DA SILVA.

N. 156.

Nota do governo oriental d'legação imperial.

Ministerio das relações exteriores.—Montevideo, 29 do Novembro de 1864.

O abaixo assignado, ministro das relações exteriores, recebe as notas que com data de 9 de Julho e 29 de Agosto do corrente anno lhe fez a honra de dirigir o Sr. Ignacio de Avelar Barbosa da Silva, encarregado de negocios do Imperio do Brazil, tendo a primeira por objecto transmitir de ordem de seu governo ao da Republica, explicações relativas ao facto que motivou as notas passadas entre o governo e S. S. em 23 e 24 de Abril ultimo, acompanhando a de copia do processo e parecer do conselho de investigação formado por ordem do commandante da fronteira de Bagé, em virtude da reclamação do chefe politico do departamento de Cerro Largo contra o tenente Hieronimo Alexandrino de Mello, commandante da guarda de Aceguá, por invasão do territorio do Estado Oriental com força armada afim de conduzir desde para o territorio brasileiro 17 carretas carregadas com herba-matto, pertencentes ao subdito brasileiro Antonio Cardoso Soares.

O abaixo assignado levou opportunamente ao conhecimento de S. Ex. o presidente da república as mencionadas notas e antecios, e recebeu ordem de apresentar a S. S. em resposta, que se por uma parte tem visto com satisfação o interesse com que as autoridades do Imperio têm procedido na averiguação do facto, objecto da reclamação deste governo, da copia do processo não se fodes, como o manifesta S. S. em sua nota de 20 de Agosto, que o tenente Mello não apparece com força armada pelo territorio oriental, nem exerceu acto algum de autoridade, nem mesmo é conforme com os resultados do processo e resolução do conselho quando declara infundada a reclamação do chefe politico do departamento do Cerro Largo, por basear-se a mesma em informações falsas.

Resulta do processo que se juntou por copia, e dos depoimentos contidos nas testemunhas presenciaes, que as 17 carretas alludidas se achavam já no Estado Oriental, proximas á linha, cerca de seis ou oito quadras, e que o tenente Hieronimo, acompanhado do sargento do destacamento, fizeram voltar as carretas para o Brazil, estando ambas desarmadas.

Se o facto privado de virer desarmadas no Estado Oriental é uma circumstancia que attende a sua gravidade, está fora de toda a duvida a declaração dessas mesmas testemunhas, que um official e um sargento desarmados, por ordem do capitão do destacamento, vieram ao Estado Oriental, seis ou oito quadras distantes da linha, e exercêrão um acto de autoridade na república fazendo voltar as carretas para o Brazil, ficando

sem demonstrar a verdade e a justiça da reclamação da autoridade do departamento, em que essa violação de território teve lugar.

Se, como se diz, nas explicações transmittidas na nota de S. S. do 9 de Julho, essas correias deviam transitar pelo território brasileiro, segundo a direcção da estrada do rodagem, o respeito ás immunições do um território estrangeiro aconselhava esperar que a volta se realisasse para occorrer-se em territorio proprio o acto de autoridade que se exerceu na república.

Uma declaração de conselho mais ajustada ás provas desse processo, e uma reprehensão ao mesmo ao official que passou o territorio da república, como um acto de justiça, e ao mesmo tempo como um meio de impossibilitar para o futuro actos desagradáveis dessa natureza, teriam poupado ao governo da república o prejuizo de ter que considerar por sua parte, á vista desses mesmos documentos, subsistente a reclamação iniciada em sua nota datada de 23 de Abril ultimo.

Deixando respondidas as communicações de S. S. acima mencionadas, o abaixo assignado aproveitou a oportunidade para reiterar as seguranças de sua distincta consideração.

Ao Sr. Ignacio de Avelar Barbosa da Silva, encarregado de negocios interno do Imperio do Brazil.

HENRIQUE DE ARMACASTA.

N. 157.

Nota da Legação Imperial ao governo oriental.

Legação Imperial do Brazil.— Montevideo 17 de Janeiro de 1864.

O abaixo assignado, encarregado de negocios interno de S. M. o Imperador do Brazil, levou opportunamente ao conhecimento do governo Imperial a nota que S. Ex. o Sr. Dr. D. Henrique de Armacasta, ministro e secretario de estado de relações exteriores da Republica Oriental do Uruguay dirigio á legação Imperial do mesmo agosto sobre, em 20 de Novembro proximo pasado, insistindo na reclamação iniciada pelo governo da república, em 23 de Abril do anno findo, contra a apprehensão feita pelo official Herendano Alexandrino de Mello, comandante da guarnição de Arroyu, de dezete correias carregadas de herma-matta portenhos: ao subdito brasileiro Antonio Cardoso Soares.

O abaixo assignado acaba de receber ordens para communicar a S. Ex. em resposta áquelle nota, que o governo de Sua Magestade, considerando que, entre os documentos e informações a respeito colhidos pela presidencia da provincia do Rio-Grande do Sul não existe que o referido official praticasse acto algum offensivo ás immunições territoriaes da república, nem, arribado foi custado o seu proceder, dirigindo-se ao lugar fora da linha, onde se achava as correias para o fim constante de seu interrogatorio no processo que por elle se comprou a nota do abaixo assignado de dia 20 de Agosto ultimo, e expediu as convenientes ordens para que, pela mesma

presidência, fosse o tenente Nello advertido da inconveniência e irregularidade do seu procedimento antes de que se não repitassem factos semelhantes.

Levando ao conhecimento de S. Ex. o Sr. ministro de relações exteriores esta deliberação do governo imperial, que é mais uma prova que esse é o das sinceras desejos que tem de que se mantenha todo o respeito ao territorio da república, e da consideração que presta ás reclamações do governo oriental, o abaixo assignado prevalece-se da oportunidade para ter a honra de reiterar a S. Ex. os protestos de sua mais distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. D. Henrique de Azevedo, ministro e secretario de estado de relações exteriores da República Oriental do Uruguay.

LEONARDO DE AVELLAN BARBOSA DA SILVA.

Incendio do resguardo do Pay Paso, no departamento do Salto, por cinco subditos brasileiros.

N. 158.

Nota do governo oriental á legação imperial.

Ministerio de relações exteriores.— Montevideo, 30 de Março de 1861.

Tenho o prazer de levar ao conhecimento do V. S. um attentado occidioso que acaba de ter lugar no departamento do Salto.

Na madrugada do dia 13 do corrente um grupo de homens armados, pertencentes ás forças do Imperio do Brasil, invadiu o territorio da república pela fronteira daquelle departamento e assaltou á mão armada, sem encontrar resistência, o resguardo do Pay Paso, intimando ao empregado que alli se achava do serviço que abrisse as portas daquelle repartição. Resistindo o dito empregado á intimação que se lhe fazia, foi perseguido pelos invasores que descarregaram algumas tiros; e não tendo tirado proveito do seu intento, incendiaram o caso do resguardo, que ficou abandonado pelo fogo do quartel empregado. Os aggressores demoraram-se ali até verem desabar o edificio, inutilizando o archivo official e todos os objectos nelle existentes. Consummado um attentado semelhante, retirando-se para o Poiriro do Passo com direcção ao Brasil.

Os factos que se acabão de referir tornão-se, entretanto, mais graves se se considera que esse grupo de homens armados passou pela frente de uma das guardas brasileiras, tanto quando se dirigio para violar o territorio da república, como quando voltou de sua vandálica empresa.

Seado tal a gravidade dos factos, senhor encarregado de negocios, o governo da república não duvida que apreciando-os o da Brasil no seu verdadeiro valor e nas consequências que naturalmente causaria a impunidade, se apossará a castigar devidamente aos vilões que se tornão criminosos dessa politica sem exemplo entre nós.

Aproveito a occasião para reitorar a V. S. as seguranças de minha distincta consideração.

Ao Sr. Ignacio de Avelar Barbosa da Silva, encarregado do negocios interiores do Imperio do Brazil.

EDUARDO ACEREDO.

N. 159.

Nota da Legação imperial ao governo oriental.

Legação imperial do Brazil.—Montevideo, 30 de Março de 1861.

O abaixo assignado, encarregado do negocios interiores do S. M. o Imperador do Brazil, acaba de receber a nota que S. Ex. o Sr. Dr. Eduardo Azevedo, ministro e secretario de estado de relações exteriores, lhe fez a honra de dirigir hoje, denunciando um successo occorrido na madrugada do dia 13 do corrente, no lugar denominado Pay-Pano, no departamento de Salto, e reclamando do governo imperial a punição dos culares da attentada commetido nesse lugar e attribuido a um grupo de Brasileiros armados, pertencentes ás forças do imperio.

O abaixo assignado apressa-se, em resposta, a communicar ao Sr. Dr. Eduardo Azevedo que, deplorando, não menos que S. Ex., tão lamentavel occorrença, vai ler sem demora aquella nota ao conhecimento do governo do S. M., para os fins convenientes, e pôde ainda já certificar á S. Ex. que as autoridades do imperio não pouparão esforço algum para conseguir que, verificado o delicto denunciado, sejam os seus autores punidos com todo o rigor da lei.

O encarregado do negocios interiores do Brazil prevalece-se desta oportunidade para ter a honra de reitorar á S. Ex. o Sr. ministro de relações exteriores os protestos da sua mais distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. Eduardo Azevedo, ministro e secretario de estado de relações exteriores da república oriental do Uruguay.

IGNACIO DE AVELAR BARBOSA DA SILVA.

N. 160.

Nota da Legação imperial ao governo oriental.

Legação imperial do Brazil.—Montevideo, 4 de Abril de 1861.

O abaixo assignado, encarregado do negocios interiores do S. M. o Imperador do Brazil, tem a honra de passar ás vistas de S. Ex. o Sr. Dr. Eduardo Azevedo, ministro e secretario de estado do relações exteriores, a cópia inclusa de um officio diri-

gião ao consuleiro geral pelo vice-consul do imperio no departamento do Salto, acerca do successo occorrido na madrugada do dia 14 de mez phivoz de Maio, que faz objecto da nota que S. Ex. se serviu dirigir ao abalo assignado em 30 desso mez.

Por esse documento vê-se o Sr. Dr. Azevedo que o attentado denunciado naquella nota foi originado por um abuso praticado pela policia do dito departamento, prendendo e maltratando a um subdito brasileiro, que nenhuma delicta havia commetido.

Da mesma officio se deprehende que entre simples particulares, ligados entre si por laços de parentesco e amizade, se cinco individuos que, morados por espirito de viangaça, incendiaram o *Algarvio de Pay-Pay*, retirando-se depois para outro lado da fronteira, não pelo passe geral do rio Quarahim, porém, por uma picada falsa que alli existe, alim, provavelmente de furtarem-se á vigilancia da guarda brasileira postada no outro estremo daquelle passe.

Essas informações já attesto a gravidade absoluta do facto, que primitivamente foi apresentado com as condições aggravantes de uma aggressão occasional, reduzindo-o agora á simples culpabilidade relativa de uma represalia que, se é em todo e caso reprehensivel, pelo menos não é odiosa como a provocação sobre a qual pesa, segundo a boa justiça, a responsabilidade rigorosa das consequencias que sempre traz consigo uma iniciativa hostil.

Esta observação é feita com o unico fim de lembrar a S. Ex. que, fazendo, á vista disto, em ambos os lados da fronteira passas compromettidas no incidente denunciado pela sua nota do 10 do mez passado, também evitar recriminações instantaneas e aguardar a ultima evidencia da verdade em cuja apuração os dois governos devem auxiliar-se com a boa fé e accordo necessarios para attingir-se o fim que ella tem vista, que é manterem os seus direitos sem desnecessario prejuizo de suas boas relações.

E' por isso que o abalo assignado, limitando-se por hoje a esta explicação, de certo conducente ao fim ja dito, repora as ordens que o governo imperial se dignar dar-lhe em consequencia das informações subministradas pelos seus agentes sobre este negocio.

O abalo assignado tem a honra de reiterar a S. Ex. o Sr. ministro de relações exteriores os protestos de sua mais distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. Eduardo Azevedo.

JOSEPH DE ATILIAN BARROSA DA SILVA.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A NOTA SUPRA.

Vice-consulado do Imperio do Brazil.—Salto, 3 de Abril de 1861.

Mai. Sr. Melchior Carneiro de Azevedo Franco, consul geral do Imperio do Brazil em Montevideo.

Participo-lhe que, segundo o periodico «Salto» diz, ha entrado neste departamento pela fronteira do Quarahim uma partida de vinte brasileiros armados, que incendiaram o rancho do *Bosqueiro*. Averiguando eu para saber a verdade deste acontecimento (onde que as autoridades locais nada me disseram) soube com certeza, que o motivo foi o seguinte: que havendo um pezo brasileiro, que estava trabalhando neste departamento em uma estancia na costa do Quarahim, ferido a um estabulheiro, a policia o foi prender, e como não o encontrassem, quiz fazer preso o ca-

patas da muleta, que também era brasileiro; como este realismo é pristo, porque não tinha defeito, o maltratórta e trancou-o preso, segundo dizem, por insinuação da guarda que existia no Resguardo «m Pay-Paso, por nome Monso, depois que alli chegou atada, foi insultado por este, porém, como não lhe podião provar coisa alguma, o althôrto dizendo-lhe que havia sido preso por aquiescência. Este homem, indignado por tal procedimento, em vez de quizar-se de autoridades, tornou a justiça por seus meios, e correidou a quatro parentes seus para chegar-se da tropella prometterida pelo guarda; porém este, sabendo, tinha desaparecido nessa mesma noite; assim é que, quando chegarão ao Resguardo, perguntárho pelo guarda Monso, e, como este não appareceia, o althôrto se persuadira que estivesse dentro do rancho, lhe presencioo fogo; e não apparecendo quem elles buscárho, se retirárho por uma picada falsa que ha em Quarabim, e não pelo Passo Geral, como diz o «Salvador». Como por este acontecimento tem havido muita exageração participe a V. S. para os fins que possa convir.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. S. a minha estima e consideração.

Joaquim Monteiro de Barros, Vice-coronel.

Pedido de extradição.

N. 161.

Nota do governo oriental á legação Imperial.

Montevideo, 31 de Maio de 1861.

Na noite de hontem fugio da prisão publica o individuo João Sichez pronunciado criminalmente por falsificação de apellidos da divida publica e condemnado hoje por sentença do juiz competente, como é notorio pelas publicações officiaes que ultimamente se tem feito pela imprensa da capital.

Das informações transmittidas a este ministerio resulta estar averiguado que o mencionado Sichez se achou refugiado a bordo de um dos navios de guerra da esquadra Imperial neste porto.

Apressando-me a dirigir a V. S. esta communicação, cumpre com o dever de reclamar, que sem perda de tempo, se expedeja por essa legação as convenientes ordens ao chefe da esquadra naval, para que, verificado o facto á que se refereem aquellas informações, seja capturado o delinquente e conservado em segura custodia até que tenha lugar a sua extradição de conformidade com o estipulado no tratado respectivo do 12 de Outubro de 1851.

Na confiança de que V. S. tomará este assumpto na sua immediata consideração, aproveito a oportunidade para reiterar-lhe a segurança da minha distincta consideração.

Ao Sr. Ignacio de Avellar Barbosa da Silva, encarregado de negocios do Brasil

Encasso V. V. V.

N. 162.

Nota da Legação Imperial ao governo oriental.

Legação Imperial do Brasil.—Montevideo, 3 de Junho de 1861.

O abaixo assignado, encarregado de negocios interino de S. M. o Imperador do Brasil, transmitti ao Sr. ministro e secretario do estado de relações exteriores o documento incluso nesta nota.

Nesta adreça S. Ex. a resposta á sua nota de 21 de Maio finda, relativa a José Sichez.

Este individuo não está nem esteve a bordo de nenhum dos navios que compoem a divisão naval de Sua Magestade nesta porta.

Não era verosimil que Sichez evadindo-se da prisão em que se achava sentenciado como falsificador de apólices da dívida publica, se julgasse seguro em um territorio onde, em virtude de um tratado de extradição, cuja existencia é tão notoria, continuaria elle a estar com certeza, por assim dizer, em poder da justiça da república.

Além disto, não era de modo algum possível que a bandeira Imperial, a despeito desse tratado, cobrisse um criminoso aliás tão pouco digno de ser protegido.

Note-se bem que essa protecção aggravaria de um modo mal especial, com relação ás exigencias nacionaes, a transgressão daquelles ajustes internacionaes, re-cabindo sobre o perpetrador de um crime que lesou a muitos subditos do Imperador.

Esta ultima consideração bastaria para invalidar completamente as informações que o Sr. ministro de relações exteriores considerou como fundamento seguro e sufficiente da sua reclamação.

O abaixo assignado adreça a S. Ex. reiterando-lhe os protestos da mais distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. D. Eduardo de Azevedo, etc.

ISAAC DE AVELLAR BARREIRA DA SILVA.

Roubo de pessoas de cor.

N. 163.

OFFICIO DO DESDE DA REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAY AO GOVERNO IMPERIAL.

Consulado Geral da Republica Oriental do Uruguay.—Rio de Janeiro, 3 de Maio de 1891.

M.^{as} e Ex.^{as} Sr.—O abaixo assignado consul geral da Republica Oriental do Uruguay, tem a honra de dirigir-se a V. Ex. o Sr. conselheiro, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros deste Imperio, para communicar-lhe que segundo o officio do vice-consul da republica em Bagé, datado de 7 de Abril do corrente anno, que inclui na folha 15 copia authenticca da reclamação que se recebeu naquelle Consulado em Dezembro de 1890, da parte do Chefe do Policia do Departamento de Tzaparembó na mesma república, foi captada allí por dois brasileiros, de nome Propício Pinto e Nazareno Costa, uma menor de cor, filha do Concepción Martinez, e sotresia um filho cavallo.

Destes factos escandalosos passou-se copia de sumaria á presidencia da provincia de Rio Grande do Sul, em 17 de Dezembro de 1890.

O Presidente da dita provincia accusou a recepção do sumario assim como da certidão de baptismo da mencionada menor e a 18 de Dezembro daquella anno; porém, apesse do tempo decorrido, e de fazer o facto provado pelo que caza o processo, ainda não se obtiver até esta data resultado algum, permanecendo a infeliz menor na escuridão, e sua mãe privada de sua filha.

É digno de notar-se no meio de tudo, que um dos raptos se achava, só poremto de fazer-se a reclamação, deturdo na guarnição da Fortação do Herval, o que pareceo devia ter accelerado os tramites da justiça imperial—fazendo-a a quem de direito.

Por este motivo Sr. Ministro, o abaixo assignado tem a honra de dirigir-se a V. Ex. para que se deira dar-lhe esclarecimentos a respeito do referido caso, cuja illegalidade é tão notoria quanto horrorosa.

O abaixo assignado tem a esta data ao conhecimento do seu governo a reclamação que acaba de fazer ao governo imperial, e espera da reconhecida justiça de V. Ex. que poderá responder ao governo superior da republica que a reclamação obteve o resultado que ora de esperar da sã e recta justiça do Governo Imperial.

O abaixo assignado consul geral da Republica Oriental do Uruguay tem a honra de apresentar a S. Ex. o Sr. conselheiro e ministro dos negocios estrangeiros as expressões do seu profundo respeito e alta consideração.

As M.^{as} e Ex.^{as} Sr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, ministro e secretario de estado dos relaptes exteriores do Imperio.

Gaspari Pinto,
consul geral da republica.

N. 164.

Nota ao governo imperial ao consul geral da república do Uruguay.

1.ª Secção. Ministerio dos negocios estrangeiros.—Rio de Janeiro, 29 de Julho de 1861.

Foi recebido em tempo o officio que o Sr. D. Gabriel Perez, conselheiro geral da Republica Oriental do Uruguay, dirige em 3 de Maio ultimo, ao mes antecedente sobre a reclamação iniciada por D. Andrés Larrea contra o rapto da menor, filha da oriental de côr Concepción Martinez.

Naquella data, esta esperada de momento a momento as informações que éveria de referido attentado, havião sido, por vezes e nos termos mais preciosos e instantes, requisitadas da presidencia da provincia do Rio-Grande do Sul, independentemente do seras sollicitões da legação ou do consulado da republica Oriental.

Por esse motivo, e porque as communicações, até então e mesmo depois recebidas da sobredita presidencia indicam que as autoridades da provincia proseguirão com actividade na recommendado empenho de descobrir a menor raptada e de prender os autores de seu rapto, foi demandada a resposta devida ao Sr. Perez, até que se podesse, com um resultado que parecia proximo, testemunhar que o governo imperial não se não perdéra de vista a reclamação que lhe fôr apresentada, como invitava os seus esforços para dar-lhe uma justa solução.

As novas informações ministradas em 10 do corrente pelo presidente da mencionada provincia permittira não adiar por mais tempo a resposta ao officio do Sr. Perez, posto que não annunciam a consecução do fim para o qual tendião os esforços das autoridades brasileiras, isto é, o descobrimento da menor e a punição dos raptadores.

Diversas circumstancias mallogrando esses esforços. Um dos raptadores, Nazareno Costa, vivamente perseguido, foi occorrido na costa do Jaguarão e morto em acto de resistencia á ordem de prisão que lhe era intimada. O outro, Abel Costa, chegou a ser preso na costa do Caballoty por uma esquadra de policia do departamento do Serro Largo, em consequencia da demora e requisição feita ao respectivo chefe politico pelo delegado da policia de Jaguarão; mas, conseguindo comprar os soldados que o custodião, evadido-se, ferindo o sargento da esquadra.

Esta fuga deve tanto mais ser lastimada que esse individuo, depois da morte de seu irmão Nazareno, é o unico que actualmte póde ministrar informações sobre o destino da filha de Concepción Martinez, que não descobriam as diligencias policieas.

A respeito da menor consta apenas que esteve dias em casa de Gabriel José de Siqueira. Este individuo, no interrogatorio que lhe faz o chefe de policia do Rio-Grande do Sul, declara que a recebeu de seu sobrinho e casado Nazareno, á quem a entregou novamente para ser levada a Policia, segundo suppunha, mas que não sabia o destino que alli tivera por não se ter-v mais assistido com o seu dolo sobrinho.

É portanto de muita importancia a prisão de Abel Costa, e as autoridades brasileiras tem ordem terminante de continuar a persegui-lo, logo que apparecer em territorio do Imperio. Unido novamente as autoridades orientaes os seus esforços aos das brasileiras, é de esperar que em breve se realize a captura daquello criminoso, ou no Brasil ou na república.

Transmitto ao Sr. Perez as incluzas cópias, que lhe dando mais ampla noticia do que

arabes de referir, além do que, interessando-as pessoalmente ao governo oriental, sollicite o concurso activo e energico das autoridades da república, na perseguição do dito Abel Costa.

Reitero ao Sr. Gabriel Pereira asseguranças da minha distincta consideração.

Ao Sr. Gabriel Pereira.

BERNARDO AUGUSTO DE MACHADO TAQUES.

N. 165.

Officio do conselheiro geral da Republica Oriental do Uruguay ao governo imperial.

Consulado geral da Republica Oriental do Uruguay no Brazil.—Rio de Janeiro, 4 de Agosto de 1861.

M^{te} e Ex^{ma} Sr.—O abaixo assignado, conselheiro geral da Republica Oriental do Uruguay, tem a honra de accusar a recepção da nota datada em 29 de Julho proximo passado, que S. Ex. o Sr. conselheiro ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros lhe dirigio em resposta á de 3 de Maio deste anno, sobre a reclamação, conhecida por D. Andrés Larrea, contra o rapto da menor filha da oriental de cón. Concepción Martínez.

O abaixo assignado tem uma particular prazer em ler tanto a nota mencionada como os documentos á ella annexos por cópia legalizadas; pois da sua resposta deduz-se a actividade com que procedea o governo imperial para a captura dos delinquentes, e a referida menor, Nazareno Costa e Abel Costa, dos quaes, o primeiro, vivamente perseguido e acconstrado nas margens do Jaguarão, foi morto no acto de resistencia á prisão de pristo que se lhe intentára.

Quanto ao criminoso Abel Costa, que, depois de ter sido preso nas margens do Cebolloty, conseguiu evadir-se subornando os soldados que o conduzião, e ferindo ao sargento da escolta, como se vê da relação junta por cópia, com todas as suas circumstancias, o abaixo assignado tem por dever imperioso communicar ao seu governo, quanto o de S. M. e Imperador lhe participa, para que elle sobre o delinquente, em terra oriental, o pree da justiça, unindo os seus esforços aos das autoridades imperiaes para captural-o, sendo, como é, segundo se deprehende das declarações de Gabriel José de Sigüenza, o unico que pôde dar esclarecimentos acerca da menor em questão.

O abaixo assignado não pôde deixar de dar os agradecimentos mais expressivos a S. Ex. o Sr. ministro das relações exteriores pelas informações recebidas, e assegurando de novo que levará ao conhecimento do seu governo quanto lhe tem conhecido, e ao imperial, reitera a S. Ex. o Sr. ministro as manifestações do seu profundo respeito e alta consideração.

M^{te} e Ex^{ma} Sr. Ur. Bernaruto Augusto de Machados Taques, ministro e secretario de estado das relações exteriores do Imperio do Brazil, etc.

GABRIEL PEREIRA,
Conselheiro-geral.

Imunidades diplomaticas.

N. 166.

Nota do governo do Perú á legação imperial.

Lima, 23 de Julho de 1864.

Desajando continuar com o respeitavel corpo diplomatico residente em Lima relações que motivem cada vez mais a disposição amigavel do governo peruano para com as nações representadas pelos membros dessa corporação, e sendo conforme com este desejo combinar com elles os meios de obter os esclarecimentos que possam solicitar os juizes e tribunaes territoriaes, e elles não tenham por inconveniente prestar, pessoal em ter uma conferencia com o respeitavel corpo diplomatico, afim de estabelecer-se ou admitir uma regra que devirá ser seguida em muitos casos que occorrem de importancia.

Alguns actores do direito das gentes reconhecem a necessidade de que os ministros publicos se prestem a fazer declarações nas causas de que tenham conhecimento, e conquanto tenha sido informado de que dois actos foram-se no Perú conformes com esta opinião, os quaes poderiam servir de precedente, não creio elles por escripto neste ministerio.

Nestas circumstancias, tendo com o honrado Sr. embaixador de negocios de S. M. Britannica uma questão desta natureza, dirigi-me a elle em 3 de Abril ultimo, considerando-a e que comparecesse neste ministerio com o fim de fazer, na forma judicial da pala, uma declaração que se requeria em um processo criminal pendente perante um juiz do territorio.

S. S. o honrado Sr. Jerningham, primeiro verbalmente e depois por escripto, recusou fazer a declaração na forma indicada, propondo que eu lhe dirigisse um officio que continhasse as perguntas do juiz territorial e disse que por essa forma poderia elle responder.

O fundamento da negativa do honrado Sr. Jerningham assentava nas prerogativas dos agentes diplomaticos, as quaes tributo o respeito de que gozam em todos os paizes civilisados, e nestes termos tocou immediatamente á indicação do honrado Sr. Jerningham, se não fosse impedido pela especie de precedente que mencionei e pela opinião tambem alludida e que faz suppor que possa ter havido alguma pratica applicavel a estes casos.

Estas razões, unidas á circumspecção que deve haver em tais assumptos, para estabelecer-se ou admitir uma regra applicavel a muitos casos de importancia, fizeram-me suspender qualquer procedimento e resolver levar a effeito a conferencia indicada.

Tive, portanto, a honra de solicita-la e de realiza-la, no dia 18 de corrente, na sala de recepção do palacio. Espoz brevemente os factos, o objecto da reunião e as razões porque o assumpto, conquanto simples, me parecia digno de ser tomado em consideração pelo corpo diplomatico reunido. Conclui dizendo que, não obstante ser o meu fim obter a declaração do honrado Sr. Jerningham na forma em que a tinha solicitado, pelos motivos que a isso me induziram, e a que tenho referida, e por

certas conveniências e outras exigências da ordem judicial do país, achava-me na melhor disposição para admitir a pratica que se reconhecesse como universal e que melhor combinasse o *decreto* e prerogativas dos ministros públicos com as eventualidades judiciaes que possam ocorrer no país.

Todos e cada um dos respeitáveis membros do corpo diplomatico opinando para que se adoptasse o procedimento proposto pelo honrado Sr. Jerningham, sendo os fundamentos desta opinião, que prevaleceu, a intenção de que todos os agentes publicos de toda e qualquer autoridade e jurisdicção do país em que residirem e a regra incoercível de que não se communico senão com o ministro de relações exteriores desse país.

Admittida por mim esta opinião, declarei entretanto que motivos de prudencia me obrigavam a indicar que a decisão que havia sido tomada fosse considerada provisoria até que os membros da respeitavel reunião consultassem a seus respectivos governos e revolvessem as respostas com as quaes ficaria a materia definitivamente decidida.

Assim esta indicação, porque com ella, ao passo que se poderia decidir algumas questões pendentes da especie da que foi submettida à conferencia, não se affectavam entretanto as prerogativas dos agentes diplomaticos, se terminou a discussão; porém o honrado Sr. Jerningham se proleugou com uma modificação que julgo dever repetir. Disse S. S. que, quando o Sr. ministro de relações exteriores se dirigisse a um ministro estrangeiro submettendo que vallessem as perguntas de um juiz, deveria não indicar a origem dessas perguntas, mas sim dirigi-las como suas unicamente, porque sómente assim poderia o ministro estrangeiro responder a ellas.

Foi esta proposta objecto de muitas reflexões de todos os respeitáveis senhores do corpo diplomatico para que decidisse della o honrado Sr. Jerningham.

Este respeitavel senhor, expressando seu sentimento por não achar-se de accordo com seus collegas sobre esta materia, e declarando que esperava brevemente uma resposta do seu governo à consulta que lhe havia dirigido a este respeito, prometteu a sua opinião, até que sendo por mim indicado que a materia era de opinião que as perguntas de um juiz territorial podiam ser transmitidas no caso de que se tratava com a indicação de sua origem, ficou terminada a conferencia.

E como por fim se apresentou em que os passou a cada um dos respeitáveis senhores um extracto do assumpto do d-cusato e do resultado desta, para que, á vista delle, consultasse o seu g-verno, fui-me gente cumprir com este compromisso por meio da presente communicação.

Aproveitando a occasião tenho a honra de assignar-me de V. Ex. attento e seguro criado.

Ao Exm. Sr. enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. o Imperador do Brazil.

João Figueiredo.

N. 167.

Nota da legação imperial ao governo do Pará.

Legação imperial do Brasil no Pará. — Lima, 25 de Julho de 1884.

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. o Imperador do Brasil, teve a honra de receber a nota que o Ex.^{ma} Sr. ministro de relações exteriores se serviu dirigir-lhe, em data de 23 do corrente, relativa á conferencia que teve lugar a 18 com S. Ex. e os outros membros do corpo diplomatico, para estabelecer o modo como devem ser solicitados os esclarecimentos judiciaes que necessitem os tribunaes do país, e á que os agentes tentão por conveniente responder, como foi na mesma conferencia mais positivamente declarada.

O abaixo assignado se apressa em assegurar a S. Ex. que elle terá como um dever de transmittir por cópia a seu governo, pela proxima vapor, a mencionada nota, e logo que haja recebido resposta, terá a satisfação de leva-la ao conhecimento de S. Ex., á quem reitera as expressões de real subida consideração e distincta estima.

A S. Ex. o Sr. ministro de relações exteriores da república do Pará.

Antonio José Lavina.

N. 168.

Deposito do governo argentino á legação em Lima.

Ministerio das relações estrangeiras. — Rio de Janeiro, em 23 de Outubro de 1884.

Recebi o officio n. 9 por V. S. dirigido á esta secretaria de estado em data de 28 de Julho ultimo, com as cópias e ellectricos da nota que lhe passou o ministro das relações exteriores dessa república, e da resposta de V. S.

O assumpto desta correspondencia é o seguinte :

Desejando o governo peruano obter em um processo criminoso o depoimento do agente diplomatico da Grã-Bretanha, evidente-o a presta-lo ao secretario dos negocios estrangeiros perante o respectivo juiz territorial.

Prevalecendo-se das honras inherentes á seu cargo, declinou aquelle diplomata o convite; declarando porém que não teria devida em responder ás perguntas do juiz, se lhe fossem elleccionadas por uma nota do ministro.

Neste estado da questão o Sr. José Pablo Melgar, fundando-se em duas precedentes e com o fim de v'z estabelecida practicamente uma doutrina que conciliasse os interesses da justiça com as differenças e jurasdiçoes devidas aos agentes do corpo

diplomaticos, dirigio-se aos membros dessa corporação residentes em Lima, convidando-os para uma conferencia.

Depois do Sr. Rix, nessa conferencia os factos, e propoz a adopção do expediente que suggeria ao Sr. Jerringham, não foi este acceito por parecer mais decoroso para ministros publicos, cujas prerogativas poderião ser affectadas por eventualidades judiciais.

O expediente que prevaleceu foi conforme com a indicação proposta por aquelle agente diplomatico.

Ficou entantanto assentado que essa decisão seria preliminar, até serem consultados os respectivos governos sobre a sua procedencia.

O governo imperial está inteiramente de accordo com a deliberação tomada.

Segundo o direito universal, convencional e consuetivo, os agentes diplomaticos estão isentos de toda e qualquer sujeição ás justicas do pais em que são devidamente acreditados, e não se communicão com o ministro das relações exteriores.

Outra sorte, a attribuir-se á pretenção do S. Ex. o Sr. Melgar, poderia o agente diplomatico, que fosse chamado á presença de um juiz para ser interrogado, ser accusado de inciderencia e incidente a ver comprometido o seu caracter publico.

Tales agentes não devem absolutamente segurar-se a auxilio as justicas do pais nas diligencias que lhes compete exercer para o descobrimento da verdade nas materias de sua jurisdicção.

O meio proposto pelo agente britannico, e unanimemente acceito na alludida conferencia, está em uso em toda a parte: cases esclarecimentos são sempre pedidos por nota, officio ou carta do respectivo ministro das relações exteriores.

Não haveria tambem inconveniente, e é tambem pratica admitida, em prometter o magistrado por si, na per alga-« emprega de caracter elevado, officiosamente, o diplomata em sua causa, e sem apparear de redigir a escripto suas declarações.

A preferencia do agente diplomatico, por qualquer dos modos interrogado, pertence decididamente ao seu governo e os esclarecimentos pedidos: ha crimes para a punição dos quaes as justicas de um pais não podem esperar sem dever pedir o auxilio de governos estrangeiros per intermedio de seus agentes; ha processos em que qualquer intervenção do diplomata pôde vir a comprometter interesses de sua soberania, a sua propria dignidade e posição.

Feita esta reserva fica prejudicada a modificação que, tomada a deliberação, ainda propoz o Sr. Jerringham de não indicar o ministro na sua communicação ao agente diplomatico para tirar-lhe a origem das perguntas que desejasse fazerem por elle respondidas.

O governo interrogante, sabendo que dependem os esclarecimentos de que se precisa do prudente arbitrio do diplomata interrogado, terá de resolver-se com mais facilidade obedi-lhe declarando o fim para que são sollicitadas, ou occultando a circumstancia de que tem de servir para a absolvição ou condemnacção de algum réo.

As declarações do diplomata feitas por certo sujeitas ao raciocinamento de apreciações da accusação, da defesa e da sentença, mas não podem ter outras consequências que não sejam aquellas á que voluntariamente se queira elle sujeitar, cabendo-lhe formular as suas respostas com a circumspecção que lhe é propria.

Tales são as considerações que ao governo imperial suggerio a proposta do S. Ex. o Sr. ministro das relações exteriores, relativamente á questão de direito internacional que é submettida á sua consulta. Deveria V. S. guiar-se pelas principles que deixo expostas, quando se offereça alguma occasião de pô-las em pratica, em suas relações com esse governo.

V. S. fará deste despacho o uso que convier.

Reitero a V. S. as seguranças de minha perfeita estima e distincta consideração.

Ao Sr. Antonio José Liébén.

BRASILEIRO AGUADO DE MAGALHÃES TAQUER.

Imposto de 1807 lançado pela lei n. 727 de 17 de Dezembro de 1854, á assembléa provincial da Bahia sobre os escriptorios das casas estrangeiras estabelecidas na mesma provincia, não favorecidas por tratados.

N. 169.

Nota da Legação britânica ao governo imperial.

Petropolis 19 de Março de 1864.

Sr. ministro.— Permitta-me V. Ex. que me reporte á correspondencia que troquei com o seu predecessor, relativamente ao imposto triplicado, lançado e cobrado das casas de negocio inglesas e de outras nações estrangeiras estabelecidas na Bahia, e mais especialmente á nota que o Sr. Sisnello dirigio-me em 13 de Outubro ultimo, na qual declaro-me por o governo Imperial ora de opiniao que a assembléa provincial da Bahia excedia das suas attribuições, e que o mesmo governo na proxima sessão pedia ao parlamento brasileiro a revogação dessa lei, e á minha nota ao Sr. Sisnello de 17 de Outubro, em que lhe dei para que o presidente da revogação do imposto lançado em 1849 sobre os escriptorios estrangeiros fosse seguido no presente caso, sendo annullada essa medida illegal e restituidas as verbas cobradas demais.

Espero que V. Ex. se servirá renovar-me as seguranças do seu predecessor, e que o actual gabinete na proxima reunião das camaras legislativas se achará preparado para propor a revogação do imposto de que se trata.

Aproveito-me desta oportunidade para renovar a V. Ex. as seguranças de minha mais alta consideração.

A S. Ex. o Sr. conselheiro José Maria da Silva Paranhos.

W. DOUGAL CAMPBELL.

N. 170.

Nota do governo imperial á legação britânica.

Rio de Janeiro. Ministerio dos negocios estrangeiros em 15 de Abril de 1864.

Chamo-me a honra de agradecer recbida a nota que, com data de 19 do mez findo, me passou o Sr. William Dougal Campbell, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica nesta cidade.

Referindo-se á correspondencia trocada com o meu illustrado antecessor, relativamente ao imposto de 1807 lançado pela lei provincial da Bahia de 17 de Dezembro de 1854, sobre os escriptorios das casas inglesas, e especialmente alludindo á nota

do dito meu antecessor de 13 de Outubro, e á sua de 17 do mesmo mes, o Sr. Christie, pelo acto á que esta responde, offeito do actual gabinete a reconhecção das obrigações que lhe foram dadas pelo anterior á respeito do assumpto de que se trata.

Quanto á questão principal, o lançamento do imposto, nada me resta dizer ao Sr. Christie, cujos desejos foram sem duvida completamente satisfeitos, quer porque, reconhecendo a illegalidade de semelhante medida, o governo imperial derbea que propria a sua revogação á assembleia geral, em sua próxima reunião, quer porque, antes mesmo de haver sido o negocio offeito áquelle poder, a assembleia provincial da Bahia, conforme por nota de 20 de Outubro communicou o meu antecessor ao Sr. Christie, eliminou do respectivo organismo o imposto mencionado.

Limitando-me, pois, a reituar quanto nessa parte foi alcançado ao digno representante do S. M. Britannica pelo gabinete anterior, na que toca á restituição que o Sr. Christie julga como consequencia do reconhecimento da illegalidade praticada, e sobre que ainda nenhuma segurança deu o meu illustrado antecessor, devo ponderar que, sem entrar na apreciação do direito que os contribuintes inglezes possuão ter á restituição, não parece ao governo imperial estar no caso de ser attendido a reclamação do Sr. Christie.

A lei provincial da Bahia de 17 de Dezembro de 1858 não foi ainda declarada inconstitucional pelo poder competente, a assembleia geral do Imperio; mas suppondo mesmo que o poder legislativo da mesma haurea já enunciado a esta parte a esse respeito, reconhecendo a arguida inconstitucionalidade, não ao governo geral, mas sim á assembleia provincial cumpria que os interessados dirigissem suas representações; visto que a lei questionada era provincial, o imposto, cobrado em virtude della, entrou para os cofres da provincia, e foi applicado com os outros de idêntica procedencia ás diversas parcellas.

Confiança em que, na presença de exposto, o Sr. Christie cessare-se-ha das justas razões que adduzem ao governo imperial para não poder attender á sua reclamação, aproveito a oportunidade para repetir ao digno ministro do S. M. Britannica as seguranças da minha pessoal estima e distinta consideração.

Ao Sr. William Douglas Christie.

Jos. Maria de SILVA PEREIRA.

N. 171.

Nota da legação britannica ao governo imperial.

Petropolis, 18 de Abril de 1861.

Sr. ministro. — Tive a honra de receber a nota de V. Ex. de 13 do corrente relativa ao triplicado imposto de 150,000 lançado sobre os negociantes inglezes da Bahia, pela lei provincial de 17 de Dezembro de 1858. Esta nota causou-me grande sorpresa e pesar, que talvez sido maior se não acreditasse ter ella sido redigida em consequencia de haver sido mal comprehendida o objecto da nota que dirigi á V. Ex. em 19 do mes ultimo, e á qual V. Ex. responde.

Nessa nota eu não podia a V. Ex. que licoas com que as quantias, que forão pagas demais pelos negociantes inglezes, em virtude da injusta lei provincial da Bahia, fossem restituídas immediatamente pelo governo imperial. Simplemente recordei á V. Ex. a promessa que fizera o seu antecessor de propôr á camera legislativa a revogação daquella injusta lei, e renovei a idéa que havia suggerido ao Sr. Simões para que fosse a lei revogada do mesmo modo porque fôra a de 1810 que impoz sobre os commercos estrangeiros; isto é, que fosse ella declarada nulla desde sua origem na parte relativa ao injusto imposto do que se trata, de acôrto que importasse a sua revogação a restituição das quantias indevidamente cobradas.

Aproveito V. Ex. a occasião para dizer-lhe que o Sr. Simões não me assegurára que seria a minha idéa adoptada, isto é certo, e nem avancei que o Sr. Simões me houvesse dado essa segurança.

Mas Sr. Simões prometteu-me, em nome do governo imperial, que daria á minha idéa a devida consideração; e assim o fez em sua nota de 30 de Outubro a qual V. Ex. se refere, servindo-se communicar-me que aquelle indevido imposto dehiára de ser contemplado no orçamento da Bahia do anno passado.

Confinos quando sei como poderia o governo imperial cumprir satisfactoriamente a promessa do Sr. Simões, se não propozesse a revogação do illegal imposto, pela maneira que suggeri, adiantando o procedimento adoptado pela assembléa geral de 1847, á pedido do governo imperial de então, em consequencia das reclamações do governo do S. M. Britannica.

Vê-se claramente da nota que o Sr. Simões dirigio-me em 30 de Outubro, que elle não considerava, como a V. Ex. parece, que a sua promessa de propôr a revogação da lei ficasse sem effeito com a supressão da taxa no orçamento do anno passado; e isto torna-se ainda mais evidente em a nota que depois dirigio-me o Sr. Simões em 21 de Novembro, na qual novamente diz-me que a questão tem de ser decidida pela assembléa geral.

E, na verdade, como poderia o Sr. Simões considerar por qualquer forma annullada a sua promessa com a supressão da taxa no orçamento do anno passado?

Em a nota que S. Ex. passou-me a 13 de Outubro, participando-me que o governo imperial resolvesse, depois de bem informado e considerado o negocio, pedir ao poder legislativo a revogação da lei, presenço-me tambem de que se acatenderia com o presidente da Bahia para induzi-lo a empregar toda a sua influencia, enquanto a assembléa geral não resolvesse definitivamente sobre o assumpto, afim de que nos futuros orçamentos da assembléa provincial não figure mais o imposto do que se trata.

Julgo desnecessario acrescentar que, se o Sr. Simões se julgasse desligado de sua promessa, torn'o-hia feito saber em órtes explicitas.

Observo ainda V. Ex. que, mesmo quando a assembléa legislativa, que é a autoridade competente, declara inconstitucional a lei da Bahia, é a assembléa provincial o não ao governo geral que cabe combater as partes lesadas.

Devo dizer a V. Ex. em resposta, que o governo do S. M. Britannica só se pôde dirigir ao governo geral. Como representante daquella governo, dirijo-me a V. Ex. ainda uma vez, insistindo para que o governo imperial submetta á assembléa geral legislativa, que em breve tem de dar começo aos seus trabalhos deste anno, e que V. Ex. declare ser a autoridade competente, uma medida qualquer que tenha por fim a annullação da leida Bahia de 17 de Dezembro de 1853, que V. Ex. considera inconstitucional, na parte relativa ao triplicado imposto lançado sobre os negociantes inglezes e de outras nacionalidades.

O governo de Sua Magestade não pôde acreditar que uma medida, proposta e apoiada

pelo governo imperial com toda a sua autoridade, seja discutida pela assembleia geral legislativa.

Aprestou-me de occasio para renovar a V. Ex. as seguranças da minha mais alta consideração.

A S. Ex. o Sr. conselheiro José Maria da Silva Paranhos.

WILLIAM DOUGAL CHRISTIE.

N. 172

Nota do governo imperial á legação britânica.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos negocios estrangeiros, em 7 de Maio de 1861.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario do estado dos negocios estrangeiros, tem presente a nota que, com data de 18 do mez findo, passou ao seu illustrado antecessor o Sr. William Dougal Christie, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica nesta corte.

Atendendo o recebimento da nota deste ministerio datada de 15 do mesmo mez, relativa ao imposto de 150\$ lançado pela lei provincial da Bahia de 17 de Dezembro de 1858 sobre os escriptorios das casas iglieiras estabelecidas naquella provincia, dá o Sr. Christie que em sua nota de 19 de Março, á que a supracitada de 18 do mez findo servio de resposta, não solicitou do governo imperial a immediata restituição das quantias pagas, em virtude da mencionada lei provincial, mas recordára apenas a promessa, feita por um dos antecessores de abaixo assignado, de propôr o governo imperial á assembleia geral a revogação da lei questionada; e entoesm renovou a idéa, que havia suggerido ao mencionado antecessor do abaixo assignado, de que fosse a revogação feita do mesmo modo por que toro lugar a da lei de 1846, que impõe sobre cultivos estrangeiros, isto é, que fosse a lei provincial de que se trata declarada nula, desde a sua origem, e consequentemente que se conferisse aos interessados o direito de restituição das quantias indevidamente pagas.

Diz mais o Sr. Christie que com effeito o Sr. Sinibaldi não lhe deu segurança alguma de que seria a sua idéa adoptada, mas affegou-lhe que o governo imperial a teria na devida consideração; e sobre este ponto acrescenta que não sabe como o governo imperial prometter satisfactoriamente a promessa do Sr. Sinibaldi, a não ser propondo á revogação da lei do modo lembrado pela legação á cargo do Sr. Christie, que foi a adoptada pela legislatura de 1847, a instancia do governo de então, depois de solicitações de de S. M. Britannica.

Finalmente diz o Sr. Christie, como resposta á observação do antecessor do abaixo assignado de que os interessados devem recorrer á assembleia provincial para a restituição, que o governo de S. M. Britannica só pôde dirigir-se ao governo imperial, e que, representando o Sr. Christie aquella governo, dirigiu-se ao antecessor do abaixo assignado uma vez mais para instar pelo submittimento ao corpo legislativo de uma medida que annulla a lei provincial da Bahia.

Restou ainda assim a nota do Sr. Christie, e o abalo assignado corregerá a resposta que lhe deve por declarar que, co'quella irritabilidade a opinião dos seus antecessores sobre o assunto em questão.

Nestes termos, pelo que toca á revogação da lei, cabe ao abalo assignado reiterar a promessa que foi feita ao Sr. Christie pelos seus antecessores de que seria essa revogação solicitada da assembleia geral na presente sessão, achando-se já cumprida a promessa quanto a ser o imposto alludido eliminado do orçamento provincial da Bahia.

Se pôde, porém, a assembleia geral não só revogar a lei, como também decretar uma indemnização pelos cofres provinciales, permitirá o Sr. Christie ao abalo assignado observar-lhe que é essa uma questão do direito constitucional brasileiro, sobre a qual não deve o governo imperial pronunciar-se, enquanto não for chamado o conselho a sua opinião ao seio da representação nacional.

Não desconhece o abalo assignado que os representantes das nações estrangeiras encontram-se com o governo do Estado junto ao qual estão acreditados; e nem o contrario disse ao Sr. Christie o antecessor do abalo assignado em a nota á que se refere aquella a que esta responde.

O que disse, sim, o illustrado antecessor do abalo assignado foi que, se a assembleia geral, assente de seus incontestaveis attribuições, revoga a lei provincial por inconstitucional, poderão os reclamantes elle requerer á assembleia provincial respectiva a indemnização a que se julgaão com direito, o que importa dizer que os reclamantes ingleses deverão proceder assim como procederia, em igualdade de circumstancias, um arbitro brasileiro.

Como o Sr. Christie sem duvida perfeitamente sabe, a intervenção diplomatica tem seu tempo e seus limites, não podendo equivaler á supressão de todo o direito patrio.

Os estrangeiros elle, assim como os nacionaes, sujeitos ás leis do paiz onde residem, e, portanto, não podem com razão pretender que, nas mesmas condições destes, sejam tratados do modo diverso, com prejuizo da equanidade e das leis.

Offerecendo estas breves considerações ao Sr. Christie para testemunhar-lhe a consideração que as suas proposições merecem ao governo imperial, o abalo assignado julga todavia conveniente ponderar ao Sr. ministro que inopportuno lhe parece a questão da restituição das quantias pagas, enquanto a assembleia geral não preferir a sua decisão sobre a questão principal — a illegalidade do imposto.

O abalo assignado reitera ao Sr. William Douglas Christie as seguranças de sua perfeita estima e distincto apreço.

Ao Sr. William Douglas Christie.

ANTONIO CARLOS DE SA E ALBUQUERQUE.

N. 173

Nota da legação britânica ao governo imperial.

Petropolis, 10 de Maio de 1861.

Sr. ministro.—Tive a honra de receber a nota de V. Ex. de 7 do corrente, relativa ao injusto imposto lançado sobre as casas estrangeiras de negocio estabelecidas na Bahia, e soubo com prazer que o governo do S. M. o Imperador tencionava propor á assembleia geral a revogação da lei provincial de que se trata.

Devo ainda uma vez declarar que, em nenhuma das notas que dirigi aos antecessores de V. Ex., procurei antecipar a decisão da assembleia geral, e apenas limitei-me a manifestar o como desejava o governo do S. M. Britannica que este negocio fosse submettido á assembleia geral.

Ao governo do S. M. não póde satisfazer qualquer resolução que venha este assumpto, quando por ella se não determina a restituição das quantias indevidamente pagas pelos subditos britannicos.

De bom grado aguardarei a decisão da assembleia geral á medida que V. Ex. e seus collegas estão em termos de propôr-lha, antes de encetar qualquer discussão acerca do modo por que deve-se verificar a restituição; e assim debravo de responder no presente occaſão a algumas observações que V. Ex. faz em sua nota, com as quaes não posso de todo concordar.

Na esperanza de que a resolução da assembleia geral, removerá todas as difficuldades, tornando desnecessario qualquer discussão a respeito, aproveito-me da oppor-tunidade para renovar a V. Ex. as seguranças de minha mais alta consideração.

A S. Ex. o Sr. conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

W. D. CARRUTHER.

N. 174

Nota da legação britânica ao governo imperial.

Petropolis, 30 de Maio de 1861.

Sr. ministro.—No relatório que V. Ex. acaba de apresentar á assembleia geral legislativa, faz um historico da minha correspondencia trocada com V. Ex. e seus antecessores, acerca do imposto lançado sobre as casas-estrangeiras estabelecidas na Bahia—com cuja exactidão á certo repeto não posso concordar.

Ahi se diz que, quando chamel a attenção do gabinete actual para este objecto, recordai as promessas do gabinete transacto, declarando que entendia achar-se incluída nessas promessas, por indução, a restituição das sommas cobradas.

Recebo a correspondência, V. Ex. verá, como já tive occasito de observar-lhe, que não há semelhante declaração, e que apenas reitero a insinuação que havia feito ao Sr. Siminhi, para que fizesse proposta ao corpo legislativo a revogação do imposto, de accordo com um precedente já estabelecido no Brazil, de sorte que nella se incluisse, como consequencia, a restituição.

Parceira-me que a incerteza que se nota no relatório, pôde prejudicar a posição do governo de S. M. nesta questão, e por isso rogo a V. Ex. se sirva adoptar as providencias mais adequadas para que publicamente seja corrigido o engano.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex. as seguranças do minha mais alta consideração.

A S. Ex. o Sr. conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

W. D. CAIXOTA.

Accordo para o transporte em malas especiaes da correspondência entre a provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul e a Grã-Bretanha.

N. 175

Nota da legação inglesa ao governo imperial.

Petropolis, 9 de Abril de 1861.

Sr. ministro. — Representou-se ao governo de Sua Magestade que seria conveniente que se fizessem malas separadas em Londres para o Rio-Grande do Sul, e vice-versa, e lize ordem para dizer que o governo de Sua Magestade está prompto a concorrer para essa providencia, se nisso cooiver o governo brasileiro.

As malas feitas em Londres para o Rio Grande do Sul serão entregues ao correio do Rio de Janeiro, o qual sem ter o trabalho de portear as cartas, transmittiria as malas fechadas pelos vapores brasileiros ao director do correio do Rio Grande do Sul, que abria as malas e distribuiria as cartas; e vice-versa, as malas feitas para Londres no correio do Rio Grande do Sul, não sendo abertas antes de chegar áquelle destino: o porte seria recebido no Rio Grande do Sul, como até aqui.

Desta maneira serão evitadas demoras incoovenientes, no caso em que os vapores brasileiros do Rio Grande do Sul cheguem tarde ao Rio de Janeiro. Evitar-se-hia sempre muitos embarços no correio do Rio de Janeiro.

Estimaria saber de V. Ex. que nenhuma impugnação fardes as autoridades brasileiras a este ajuste, e aproveitasse da oportunidade para reiterar a V. Ex. as seguranças do minha muito distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. conselheiro José Maria da Silva Paranhos.

W. D. CAIXOTA.

N. 176.

Nota do governo imperial á legação inglesa.

Ministério dos negócios estrangeiros.—Rio de Janeiro, em 25 de Abril de 1891.

Per nota de 9 do corrente, cuja recepção já tive a honra de receber, servio-se communicar-me o Sr. W. D. Christie, cónsul extraordinário e ministro plenipotenciário de S. M. Britannica, que tendo-se representado ao governo do Sua Dita Magestade sobre a conveniencia de ser transportada em malas especiaes a correspondencia de Londres para a provincia do Rio-Grande do Sul, e vice-versa, está o mesmo governo prompto a dar para esse fim as providencias que dependerem d'elle, se o governo de S. M. o Imperador pela sua parte lhe prestar o necessario concurso.

Fazendo esta communicação declara o Sr. Christie achar-se autorizado a propor que as malas, fechadas em Londres para a provincia do Rio-Grande do Sul, sejam entregues ao correio do Rio de Janeiro para transporta-las sem abrir pelos vapores brasileiros ao correio do Rio-Grande, o qual as abrirá e distribuirá as cartas; o bem assim, que as malas para Londres, fechadas no correio do Rio-Grande, não sejam abertas antes de chegarem a Londres, cobrando-se como até o presente no Rio-Grande do Sul o porte da correspondencia.

Acrescento a Sr. Christie que por essa forma evitar-se-ha a demora que algumas vezes dá-se na expedição da correspondencia por chegar aqui tarde o vapor do Rio-Grande, e preparar-se-ha sempre muito trabalho ao correio desta capital.

Em resposta á referida nota, tenho a honra de communicar ao Sr. Christie que o governo imperial não tem duvida alguma em annexar á proposta do governo de S. M. Britannica, entendendo, porém, que a correspondencia da Inglaterra para a provincia de S. Pedro do Rio-Grande do Sul, ou pôde vir dentro das malas destinadas ao correio da dita, em pacotes amarrados separadamente, de modo que possam ser facilmente apartados da outra correspondencia, ou em malas especiaes como propõe o Sr. Christie.

No primeiro caso, o pagamento da quota, que pertence ao correio britannico pelo transporte daquella correspondencia, continuará a ser feito como até agora; no segundo caso de malas especiaes, o pagamento terá de effectuar-se no Rio-Grande, em Porto-Alagre ou nesta dita, como parecer mais conveniente á administração dos correios britannicos.

Se o dito pagamento tiver de realisar-se naquella provincia, está de mais que por parte da administração dos correios britannicos se designe a pessoa encarregada de recebê-lo, e como se deseja que seja elle feito.

Satisfazendo assim ao quesellito o Sr. Christie, resta-me acrescentar que agorão a sua resposta é esta nota, para que se possa expedir á administração dos correios brasileiros as ordens que exige o presente accordo.

Apprevo-me da occasião etc. etc.

Ao Sr. W. D. Christie.

JOSE MARIA DA SILVA PARANHOS.

N. 177.

Nota da legação inglesa ao governo imperial.

Petropolis, 9 de Maio de 1861.

Sr. ministro. — Tenho a honra de responder, como me foi pedido, á nota de Sr. Paranhos de 25 ultimo, sobre o assumpto das malas entre a Inglaterra e o Rio-Grande do Sul.

O objecto de que se trata seria, penso, effectivamente preenchido estabelecendo-se malas distinctas para a correspondencia com o Rio-Grande do Sul.

O consel de Sua Magestade, ou qualquer outra pessoa nomeada pelo governo britannico, iria em posito ao correio do Rio-Grande do Sul, quando chegarem as malas, para ver abri-las e verificar o peso, como o fazem os agentes do correio britannico em outras portos brasileiros, e o correio do Rio-Grande pagaria depois ao consul, ou outro agente britannico, a contribuição brasileira de 200 rs. por caixa. Creio que não é necessario tomar outras medidas.

Dizendo-me V. Ex. que satisfazem essas providencias, informarei immediatamente ao governo de Sua Magestade.

Aproveito-me da oportunidade para reiterar a V. Ex. as seguranças de minha muito distincta consideração.

A. S. Ex. e Sr. conselheiro A. C. de Sá e Albuquerque.

W. D. Cassin.

N. 178.

Nota do governo imperial á legação britannica.

Ministerio dos negocios estrangeiros. — Rio de Janeiro, em 4 de Junho de 1861.

Recebi a nota que com a data de 9 de Maio proximo passado dirige-me o Sr. W. D. Christie, enviado extraordinario e ministro de S. M. Britannica, em resposta a que lhe passo meu illustre antecessor em 25 de Abril deessa do accordo que o Sr. Christie, em virtude de ordem do seu governo, propoz ao de S. M. o Imperador para o transporte da correspondencia entre a Grã-Bretanha e a provincia de S. Pedro do Rio-Grande do Sul.

Como o Sr. Christie acredita que se conseguirá o fim que se teve em vista com aquella proposta, adoptando-se malas espediadas para o transporte da correspondencia de que se trata, e não havendo duvida em acceitar as suggestões que faz na nota a que responde, cabe-me a honra de communicar-lhe que o governo imperial espedito

na conveniência ordena ao carcere da obra afim de que remetta para a cidade do Rio-Grande, na provincia de S. Pedro de Sul, sem abel-las, as malas que traxerem os peritos inglezes com aquelle destino, e á administração do carcere da mesma provincia para que na respectiva agencia se siga a respeito dessas malas o mesmo processo que com as que vêm directamente para o Rio de Janeiro.

As cartas que conduzirem essas malas serão alli pagadas, pagando o porto estipulado no accordo de 12 de Janeiro de 1833. O canal de S. M. Britannica, ou qualquer outra pessoa que for designada pelo seu governo, poderá assistir ao peso das malas e receber a retribuição que competir á administração do carcere britannico pelo seu transporte.

A mesma agencia no Rio-Grande preparará malas fechadas para a Inglaterra, as quaes serão encaminhadas pelo carcere da obra sem serem abertas.

Dando ao Sr. Christie conhecimento da expedição dessas malas, apresento-me da occasião para reiterar-lhe os protestos de minha alta consideração.

AO SR. W. D. CHRISTIE.

ANTONIO COMAS DE SA E ALBUQUERQUE.



ANNEXO N. 2.

N. 1.

Quadro da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros.

Ministro e Secretario de Estado.

O Ex^{ma} Sr. Conselheiro Deserrado Augusto de Magalhães Teques.

Gabinete do Ministro.

1.^o Official, João Carneiro do Amaral.

Director Geral.

Conselheiro Joaquim Maria Nascentes de Anambujá.

Consultor Interino,

Conselheiro Sergio Teixeira de Macedo.

Secção central, sob a immediata direcção do Director Geral.

1.^o Official, Manoel Pereira Lagoa. } Em commisso.
Antonio Gonçalves Dias. }
Joaquim Teixeira de Macedo.
Constance Neri de Carvalho.
Henaria Hernando Carneiro Leão.

2.^o Official, João Luiz Rosting.

Principia secção, dos negocios politicos e de convenções.

Secreter.

João Pedro do Azevedo Pequena.

1.^o Official, João Pedro Carvalho de Moraes.
João Belizaria Soares de Sousa (com licença).
2.^o Official, João Pinheiro Guimarães.
Praticante, Ernesto Cesar de Oliveira (com licença).

Segunda secção, dos negócios commerciaes e consulares.

Director.

Alexandro Affonso de Carvalho.

- 1.^o Official, Manoel Antonio Morrin.
 2.^o Official, Luiz Plinio de Oliveira.
 Adolpho Paulo da Oliveira Lisboa.
 Ausente, vago.

Tercera secção, da chancellaria e archiva.

Director.

- Antônio José Cupertino de Azevedo.
 1.^o Official, Pedro Pinheiro Guimarães.
 Thomas Angelo de Azevedo.
 Ausente, Manoel Pacheco da Silva Junior (com licença).

Quarta secção, da contabilidade.

Director.

- Vicente Antonio da Costa.
 1.^o Official, Manoel Constantino da Cruz.
 Ausente, Frederico de Souza Leão Carvalho.
 Feliciano José da Costa.

Traductor e compilador.

Antonio Diodaro de Pascoal.

Porteiro.

Francisco Servulo de Moura.

Constitutos.

João Fernandes Pereira.
 Felisberto Dealindo Barbosa.

Correllos.

Luiz Pacheco da Cunha.
 Carlos Mauricio da Silva.
 José Antonio de Oliveira Leão.
 Candido José Cardoso.
 João Augusto de Paula Pereira.

Secretaria do estado dos negocios estrangeiros, em 15 de Abril de 1862.

João de Maria Nascimentos de Azevedo.

N. 2.

Quadro do corpo diplomático brasileiro.

América.

Bolivia.

Dr. Srs.

João da Costa Rêgo Monteiro, ministro residente.

Chile.

Felippe José Pereira Leal, encarregado de negócios (nomeado).

Estados-Unidos.

Conselheiro Miguel Maria Lisboa, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário.
Leonel Martiniano de Alencar, secretário de legação.
Benjamin Franklin Torralba de Barros, adido de 1.ª classe.

Paraguay.

Antonio Pedro de Carvalho Borges, encarregado de negócios.
Júlio Maria Sacreto, adido de 1.ª classe (servindo em Montevideo).

Perú.

Conselheiro José Maria de Amaral, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário (nomeado).
Júlio Duarte da Costa Ribeiro, secretário de legação.

República Oriental do Uruguay.

Conselheiro Antonio José Lisboa, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário (nomeado).
Ignacio de Avellar Barbosa da Silva, secretário de legação, servindo de encarregado de negócios.
Julio Henrique de Mello e Alvim, adido de 1.ª classe.

Venezuela, Nova-Greúdo e Equador.

Francisco Adolpho de Vasconcelos, ministro residente.
Raimundo de Toledo Marcondes de Moutoniana, secretário de legação.

Europa.*Áustria.*

Domingos José Gonçalves do Magalhães, ministro residente.
 Cezário Maria de Paiva Lopes Gama, secretario de legação.
 José Pedro Werneck Ribeiro de Aguiar, adido de 1.^a classe.

Bélgica.

Joaquim Thomas do Amaral, ministro residente.
 José Marques de Sousa Lisboa, secretario de legação.
 João Pereira da Costa Netto, adido de 1.^a classe.

Baviera, Württemberg, Grão-Ducado de Baden, Hohenzollern, Reino Grão-Ducal e Confederação-Suíça.

João Alves Loureiro, encarregado de negocios.
 Manoel Joaquim de Azeredo Avelar, adido de 1.^a classe.

Dinamarca, Suécia e Noruega.

Thomas Fortunato de Brito, encarregado de negocios.

Estados Pontificios e Toscana.

José Bernardo de Figueiredo, encarregado de negocios.
 Antonio Guilherme de Figueiredo, adido de 1.^a classe.

França.

Conselheiro José Marques Lisboa, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário.
 Henrique Luiz Batten, secretario de legação.
 Julio Constantino Villeneuve, adido de 1.^a classe.
 Luis Cesar de Lima e Silva, adido de 1.^a classe.

Espanha.

Antonio José Duarte de Araújo Gordon, encarregado de negocios.

Hollanda.

Visconde de Santo Amaro, encarregado de negocios.
 Luiz Antonio de Sô Barbosa da Silva, adido de 1.^a classe.

Inglheterra.

Conselheiro Francisco Ignacio de Carvalho Moreira, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário.

Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrade, *as. actário da legação.*
 João Pereira de Andrade Junior, *adido de 1.ª classe.*
 Visconde de Carvalho, *adido de 1.ª classe.*
 Eduardo Collado, *adido de 1.ª classe.*—
 João Arthur de Souza Costa, *adido de 1.ª classe.*

Itália.

Cesar Saturno Viana de Lima, *coacregado de negocios.*

Portugal.

Conselheiro Bento de Namuracá, *enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.*
 João José Ferreira dos Santos, *secretario da legação.*
 João de Magalhães Collaço Sacramento Villasquea, *adido de 1.ª classe.*
 João Bernardo Viana Dias Berquá, *adido de 1.ª classe.*

*Prussia, Cidades Hanseatias, Hannover, Grão-Ducado de Mecklenburgo Schwerin,
 Mecklenburgo Strélitz e Oldemburgo.*

Conselheiro Marcos Antonio de Araújo, *enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.*
 Americo de Castro, *secretario da legação.*
 Rodrigo Delfim Pereira, *adido de 1.ª classe.*
 Antonio Rodrigues Fernandes Braga Filho, *adido de 1.ª classe.*

Russia.

João Ribeiro da Silva, *ministro residente.*
 Henrique Cavalcanti de Albuquerque, *secretario da legação.*
 Antonio Maria Dias Viana Berquá, *adido de 1.ª classe.*

Secretaria do estado das negocies estrangeiras, em 13 de Abril de 1862.

JOAQUIM MARIA NASCIMENTOS DE ARAUJO.

N. 3.

Quadro do corpo diplomatico estrangeira.

*América.**Estados-Unidos.*

Os Srs.

James Watson Webb, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.
 Thomas Biddle, secretario de legação.
 Charles L. Lumsden, côdido.

República do Perú.

D. Boaventura Secano, ministro residente (ausente).
 D. José Benavente, secretario de legação.

*Europa.**Austria.*

Hippolyte von Sarsseithner, ministro residente.

Estado Pontificio.

Monsenhor Mariano Palmicelli Antonincci, interuento apostolico e enviado extraordinario pontificio.
 D. Abade Luis Bruscheri, auditor.
 Conego D. Mario Mocenigi, canonico, secretario.
 D. Abade Antonio Palmicelli Antonincci, côdido.
 Desiderio Martins Vianeo, chanceller.

França.

Cavalleiro L. de Saint-Georges, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.
 Alphons Dano, 1.^o secretario de legação.
 Arthur de Brouvery, 2.^o secretario.
 Theodoro Tausay, chanceller da legação.

Grã-Bretanha.

William Douglas Christie, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário.
William Gordon Cornwallis Elliot, secretário de legação.
Edward Baldwin Malet, 1.^o Adido.
Frederic Henry North, 2.^o Adido (com honras).
John Morgan Senior, Chanceller.

Hespanha.

D. José Blanco del Valle, ministro residente.

Itália.

Gabriel Galatari, dos condes de Genoa e Sonigia, encarregado de negocios.

Portugal.

Joaquim Antonio Gonçalves Macieira, secretario de legação, servindo de encarregado de negocios.
Dr. Antonio José Coelho Louzada, conselheiro de legação honorario (ausente).
Eduardo Teixeira de Saampalo, secretario de legação graduado (ausente).
Jorge Ferno Loureiro, 2.^o addido honorario (ausente).
João Henrique Ulrich, 2.^o addido honorario.

Prussia.

Eichmann, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario (nomeado).
Gultherme Linds, chanceller, encarregado interinamente das negocios da legação.

Republica Oriental do Uruguay.

D. Octavio Lapido, encarregado de negocios (nomeado).

Russia.

Dimitry de Gliska, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.
Michel de Gamella, 1.^o secretario de legação.

Suecia e Noruega.

G. O. Hylten Cavallius, encarregado de negocios (ausente).
Secretaria de estado dos negocios estrangeiros, em 15 de Abril de 1861.

JOAQUIM MARIA NASCIMENTOS DE ALBUQUERQUE.

N. 4.

Quadro das empregadas diplomaticas em effectividade de serviço, disponibilidade e aposentadas, e das agencias consulares brasileiras, comprehendendo todas as commissões de que têm sido incumbidas desde a sua primeira nomeação até ao presente.

Embaixadas extraordinarias e ministros plenipotenciarios.

ANOS DE 1880-1908		CATEGORIA	PAISES EM QUE FOI ENVIADA	DATA DO DEPARTAMENTO
Conselheiro José Marques Lisboa.....	Nomado	Official de secretaria da embaixada de Paris, embaixador. Serviu na mesma secretaria no intervalo de varias commissões diplomaticas, regendo-a como official-geral interino por tres differentes vezes.		20 Maio 1884
"	"	Secretario da embaixada do Marquez de Palmella.		17 Junho 1888
Francisco Xavier de	Excedente	Enc. de seg. e ass. geral	Pariz-Berlim	30 Janeiro 1888
Nomado	"	"	"	11 Julho 1890
Removido	"	"	Bélgica	27 Febr. 1894
Removido	"	"	Estados-Unidos	18 Julho 1897
"	"	"	Grã-Bretanha	23 Outubro 1898
Francisco	Ministro residente,	"	Pariz-Berlim	16 Set. 1900
"	Excedente este e min. plenip.	"	Grã-Bretanha	1 Junho 1901
Removido	"	"	Pariz	27 Set. 1901
Conselheiro Miguel Maria Lisboa.....	Nomado	Adjuncto 1.ª classe.....	Grã-Bretanha	15 Dec. 1888
Francisco	Secretaria.....	"	"	28 Nov. 1891
Removido	"	"	"	6 Abril 1898
Nomado	Encarregado de negocios.	"	Chile	21 " 1898
Removido	"	"	Venezuela	19 " 1898
Excedente	"	"	"	23 Agosto 1897
Porto de	Commissão na secretaria de estado das negociações estrangeiras por 4 dias de 23 de Agosto de 1897 a 30 de Fevereiro de 1898.	"	"	"
Nomado	Ministro residente.....	"	Espanha	18 Nov. 1899
"	"	"	"	"
"	especial em.....	"	Venezuela, Espanha e Nova-Greina	30 Março 1902
Excedente	Posto em disponibilidade activa na secretaria de estado das negociações estrangeiras.....	"	"	25 Agosto 1894
Francisco	Excedente este e ministro plenipotenciario.....	"	Porto	7 Dec. 1895
Removido	"	"	Estados Unidos	7 Maio 1898

Continuação dos estudos extraordinários e ministeriaes pluri-partimentares.

estudo em andamento		capitulos	paizes em que foram estudados.	data dos estudos
Conselheiro Marcos Antonio da Alencar.....	Novembro	Encargado de negocios interinos e consel. geral....	Estados Unidos	9 Mar. 1894
	Acreditado tambem	Encargado de negocios...	Hannover, Oldemburgo, Mecklenburgo-Schwerin e Mecklenburg-Strelitz	25 Nov. 1897
	Primeiro	Ministro residente.....	Nos mesmos paizes e na Prussia	14 Nov. 1899
	"	Exército extraordinario e ministerio pluri-partimentar...	Nos paises acima e na Dinamarca, Suedia e Noruega	21 Jan. 1897
Cons. J. Maria da Anunciação.....	Novembro	Atalado de 2° classe.....	Grã-Bretanha	14 Julho 1895
	Dezembro	" de 1° classe, servindo de secretario do secretario.	Estados Unidos	29 Abril 1897
		" de 1° classe.....	Portugalia, Hespanha	23 Agosto 1899
	Novembro	Secretario interino.....	"	13 Jan. 1891
	Novembro	" officio.....	Russia	6 Outubro 1892
	Primeiro	Encargado de negocios.	Belgias	7 Mar. 1895
	"	"	Francia	21 Nov. 1895
	Novembro	"	"	25 Fev. 1891
	Novembro	"	"	"
	Novembro	Exército ext. e min. pluri.	Rep. O. do Uruguay	4 Jan. 1894
	Acreditado tambem	"	Chile, Argentina	26 Set. 1898
	Novembro	"	"	"
Cons. Francisco Agostinho do Carmo Monteiro.....	Novembro	"	Paraguay	5 Jan. 1897
	Novembro	"	"	9 Dec. 1898
	Novembro	"	Peru	21 Maio 1891
	Novembro	"	"	"
Cons. Francisco Agostinho do Carmo Monteiro.....	Novembro	"	Estados Unidos	28 Nov. 1891
	Novembro	"	Grã-Bretanha	4 Maio 1895
Conselheiro Bento da Silveira.....	Novembro	"	Portugal	8 Set. 1893
	"	"	"	"
Antonio José Lopes.....	Novembro	Encargado de consel. geral....	Francia	26 Abril 1896
	Novembro	"	"	13 Jan. 1897
	Novembro	"	Chile, Argentina	23 Fev. 1899
	"	" e encargados de negocios interinos.....	"	18 Jan. 1891
	Primeiro	Encargado de negocios.....	Paraguay	14 Março 1892
	"	O qual não tendo officio substitui como secretario	Chile, Argentina	21 Jan. 1893
	Exercido	Secretario.....	Portugal	1 Maio 1898
	Exercido	"	"	11 Outubro 1894
	Novembro	Encargado de negocios.....	Italia	"
	Exercido	"	"	11 Março 1891
	Exercido	"	Austria	18 Nov. 1895
	Primeiro	Ministro residente.....	"	7 Abril 1895
	Novembro	Exército ext. e min. pluri.	Peru	9 Maio 1893
	"	"	Rep. O. do Uruguay	" 1891

Ministros residentes.

NOME DO MINISTRO		CLASSIFICAÇÃO	PAÍS EM QUE PRESTA ADMINISTRAÇÃO	DATAS DOS DECRETOS
Domingos José Gonçalves de Magalhães.....	Nomado	Adido de 1. ^a classe.....	França	9 Jan. 1838
	Exonerado	" " " ".....	"	20 Abril 1838
	Nomado	Consul geral e encarregado de negócios interino.....	Nápoles	27 Edo. 1847
	Exonerado	Relatório do consul geral.....	"	6 Julho 1850
	Promovido	Encarregado de neg. effec.	"	14 Nov. 1851
	Exonerado	" " " ".....	Sardénia	12 Junho 1854
	"	" " " ".....	Rússia	6 Fev. 1857
	"	" " " ".....	Hungaria	9 Dez. 1858
	Promovido	Ministro residente.....	Austria	7 Maio 1859
João de Costa Lago Mac- cêdo.....	Nomado	Adido de 1. ^a classe.....	Porto e Itália	23 Março 1840
	Promovido	Encarregado de negócios.....	Itália	12 Abril 1842
	Exonerado	" " " ".....	Itália (passado para est. 30 de Nov. de 1845).....	17 Nov. 1845
	Nomado	Consul geral e encarregado de negócios interino.....	Chile (passado para est. 5 de Julho 1851).....	5 Julho 1848
	Exonerado	Encarregado de negócios.....	Itália	1 Março 1851
	"	" " " ".....	Chile	18 Nov. 1851
	Promovido	Ministro residente.....	Itália	7 Maio 1859
Joaquim Thomaz de Aze- vedo.....	Nomado	Comissário árbitro de com- mércio entre brasileiros e ingleses.....	Serra-Leão	14 Outubro 1840
	Exonerado	Da mesma commissão.....	"	14 Junho 1842
	Mandado	Empregar uma nova greih- ceira na legação.....	Geta-Rotterdam	4 Outubro 1842
	Nomado	Adido de 1. ^a classe (pós- teriormente de 14 de Março de 1850 a 1. ^a Junho 1851)	"	17 Julho 1845
	Promovido	Secretário.....	"	11 Nov. 1851
	Exonerado	" " " ".....	França	14 Agosto 1854
	Promovido	Encarregado de negócios.....	Confed. Arg. e Ital. de Buenos-Ayres	26 Fev. 1855
	Exonerado	" " " ".....	Rep. O. do Uruguay	22 Edo. 1855
	Promovido	Ministro residente.....	" " " ".....	8 Dez. 1858
	Act. trans.	" " " ".....	Paraguay	" " "
	Finis.	Ministro especial.....	"	14 Fev. 1859
José Ribeiro de Sá.....	Exonerado	Ministro residente.....	Brasília	8 Fev. 1861
	Nomado	Adido de 1. ^a classe e ministro especial do Barão de Cyrené		8 Dez. 1840
	"	Offiz. de secretaria da com- missão negociadora anglo-brasileira		22 Julho 1842
	Exonerado	Da mesma especial do Barão de Cyrené.....		6 Fev. 1843
	Nomado	Secretaria para o des. de negócios de 7 de Novembro de 1848 a 30 de Junho de 1849, e de 30 de Março de 1849 a Junho de 1850.	Brasília	7 Maio 1849

Continuação dos ministros residentes.

NOME DOS EMPLEADOS.		CATEGORIA	PAISES EM QUE FORAM ATRIBUÍDOS	DATAS DOS DECRETOS
	Nomado	Pelo serviço consular de soc.	Prussia	10 Dez. 1847
	Removido	Secretario	Roma	6 Julho 1850
	Promovido	Encarregado de negocios ..	Russia	1 Set. 1851
	Nomado	Ass. ass. e min. ptes. ad. das	"	12 Maio 1852
	Removido	Encarregado de negocios ..	Reino-Unido	21 Jan. 1857
	Promovido	Ministro residente	Russia	9 Dez. 1858
Francisco Adolpho de Vaz- tagem	Nomado	Adido de 1. ^a classe	Portugal	18 Maio 1849
	Removido	" " " "	Espanha	4 Jan. 1847
	Promovido	Secretario	"	8 Junho 1847
	"	Encarregado de negocios ..	"	24 Nov. 1851
	"	Ministro residente	Paraguay	2 Dez. 1851
	Removido	" " " "	Venezuela, Nor- Ocidental e Equador	19 Jan. 1858

Encarregados de negocios.

NOME DOS EMPLEADOS.		CATEGORIA	PAISES EM QUE FORAM ATRIBUÍDOS	DATAS DOS DECRETOS
Vicente de Santo Amaro	Nomado	Adido de 1. ^a classe	Geta-Bretanha	21 Agosto 1832
	Removido	" " " "	Austria	15 Abril 1835
	Promovido	Secretario	Francia	28 Out. 1839
	Nomado	Secretario da embaixada do Marquês de Santo Amaro (saída para o Rio de Ja- neiro em 1841)	"	20 Abril 1839
	Promovido	Encarregado de negocios ..	Belgica	17 Nov. 1838
	Removido	" " " "	"	1 Junho 1844
	Nomado	" " " "	Sardenha	14 Nov. 1851
	Removido	" " " "	Naples	12 Junho 1854
	Encarregado	Em posto em dispon. activa.	"	30 Jan. 1857
	Promovido	Encarregado de negocios ..	Prussia, Russia e Noruega	9 Maio 1839
	Removido	" " " "	Naples	3 Nov. 1839
	"	" " " "	Prussia-Russia	3 Maio 1851
José Bernardo de Figuei- ra	Nomado	Adido de 1. ^a classe	Francia	17 Março 1838
	Removido	" " " "	"	23 Abril 1838
	Nomado	" " " "	"	4 Jan. 1837
	Removido	" " " "	"	"
	"	da secretaria	Roma e Sardenha.	8 Abril 1839
	Promovido	Secretario effectivo	Roma	22 Julho 1849
	Removido	" " " "	Naples	6 Julho 1850
	Promovido	Encarregado de negocios ..	Roma e Florença	2 Nov. 1851
	"	(De 1848 até 1849 estava interimamente a exercer as funções de encarregado de nego- cios durante alguns meses em cada uma)	"	"

Condicionção das Representações de Negocios.

nomes dos representantes		cardeais	paizes em que foram acceitadas	data dos successos
Ant. + J. Duarte de Araújo Ordem	Nomado	Adido de 2ª classe	Portugal	15 Jan. 1839
	Promovido	" de 1ª "	"	25 Agosto 1842
	"	Secretario (serviço de encarregado de negocios de 1 de Junho a 19 de Novembro de 1881)	Estados-Unidos	24 Nov. 1849
	Removido	Secretario (serviço de encarregado de negocios de 4 de Maio a 23 de Outubro de 1857 e de 12 de Maio a 16 de Outubro de 1858)	Prussia, Gled. Hanseatica, Hannover, Oldemburgo, Mecklenburgo-Schwerin e Meckl. Strel. Gled.	1 Set. 1851 7 Maio 1859
	Promovido Removido	Encarregado de negocios	Haquenha	26 Nov. 1859
Filippe José Pereira Loul	Nomado	Adido de 2ª classe, servindo de secretario	Rep. G. do Uruguay	31 Maio 1843
	Promovido	"	Estados-Unidos	1 Fev. 1845
	Removido	"	"	24 Nov. 1848
	Promovido	Encarregado de negocios	Paraguay	20 Março 1852
	Removido	" " " "	Venezuela, Nova-Gr. e Ecuador	25 Out. 1854
Cesar Soares Viana de Lima	"	" " " "	Haquenha	7 Maio 1856
	"	" " " "	Gled	20 Nov. 1859
	"	" " " "	"	"
	"	" " " "	"	"
	"	" " " "	"	"
Cesar Soares Viana de Lima	Nomado	Adido de 2ª classe	Austria	20 Junho 1845
	Promovido	" de 1ª "	"	22 Set. 1845
	Nomado	" " " "	Prussia	12 Dez. 1851
	Promovido	Secretario	Confeder. Argentina	24 Agosto 1853
	Removido	"	Gled-Suecia	2 Março 1855
Thomas Fortunato de Gled	Promovido	Encarregado de negocios	Suecia	6 Fev. 1857
	"	" " " "	"	"
	"	" " " "	"	"
	"	" " " "	"	"
	"	" " " "	"	"
Thomas Fortunato de Gled	Nomado	Adido de 1ª classe. (Por despacho de 24 de Março de 1851 foi transferido para a legação em Torino, e pelo de 13 de Março de 1852 para servindo alternadamente em Roma e Torino)	Roma, Torino, Sardinia e Parma	25 Jan. 1847
	Removido	"	"	"
	Nomado	Encarregado	Roma	16 Abril 1852
	Promovido	Secretario	Confed. Argentina e E. do Buenos Ayres	2 Março 1855
	Removido	"	Rep. M. Oriental do Uruguay	31 Jan. 1857
Thomas Fortunato de Gled	Promovido	Encarregado de negocios	Suecia-Sardinia	9 Dez. 1858
	Removido	" " " "	Dinamarca	8 Nov. 1859

Continuação dos secretários.

NOME DOS REPRESENTANTES		CATEGORIA	PAISES PARA OS QUAIS FORAM NOMINADOS	DATAS DOS NOMINACÕES
H. de Toledo Marcondes de Macedo.....	Nomando	Adido de 2ª classe.....	Grã-Bretanha	21 Junho 1888
	Procurador	" de 1ª	Estados Unidos	21 Maio 1884
	Exercendo	" "	Irlanda, Viena, G. D. de Berl., Hamb. Moit., Hamb., E. e Calif., Suíça	11 Julho 1887
	Procurador	Secretaria.....	Estados Unidos	18 Maio 1888
	Exercendo	"	Ven. N. G. e Equador	3 Abril 1881
Americo de Castro.....	Nomando	Assistentes da secretaria do Imperio.....		17 Nov. 1882
	"	"		11 Out. 1888
	"	Adido de 1ª classe (serviço interinamente de secretaria de 24 Maio a 13 de Junho de 1888).....	Prussia	18 Agosto 1887
	Procurador	Secretaria (segundo a leição em sessão de 28 de Junho de 12 de Junho a 8 de Outubro do mesmo anno, de 28 de Maio a 8 de Outubro de 1888, e de 1 de Jan. a 25 de Oct. 1889).....	"	7 Maio 1889
Aguedo Avelar Barbosa da Silva.....	Nomando	Adido de 1ª classe (serviço interinamente de seg. de 28 de Dezembro de 1888 a 27 de Fev. de 1889).....	Alap. G. do Congo	31 Março 1886
	Procurador	Secretaria.....	"	7 Maio 1888

Adidos de 1ª classe.

NOME DOS REPRESENTANTES		CATEGORIA	PAISES PARA OS QUAIS FORAM NOMINADOS	DATAS DOS NOMINACÕES
Rodrigo Delphim Pereira.....	Nomando	Adido de 2ª cl. serv. ext.	Franga	24 Fev. 1840
	Procurador	" 1ª	Estados Unidos	4 Dez. 1840
	Exercendo	" "	Grã-Bretanha	10 Fev. 1842
	"	" "	Franga	10 Agosto 1848
	"	" "	Francia	3 " 1853
J. B. Dias Vazas Barboza.....	Nomando	" 2ª	Portugal	21 Junho 1845
	Procurador	" 1ª	"	4 Jan. 1847
	Exercendo	" "	"	8 Nov. 1851
	Nomando	" "	Estados Pontificios	7 Dez. 1858
	Exercendo	" "	Portugal	26 Maio 1858
João Pereira de Andrade Junior.....	Nomando	Procurador desta secretaria.....		28 Dez. 1849
	Procurador	Assistente da mesma.....		22 Junho 1849
	Exercendo	Assistente.....	Grã-Bretanha	12 Março 1852
	Nomando	Adido de 1ª classe.....	"	19 Out. 1857

Continuação das actôes de 1.ª classe.

NOME DO INVESTIDOR		CAPITAIS	PAISE PARA OBTEN- ÇÃO DO TITULO	DATA DO TITULO
Ant.ª Maria Dias Vianna Bergal.....	Nomeado	Actôes de 1.ª classe.....	Portugal	4 Março 1847
	Promovido	" 1.ª "	Russia	31 Jan. 1847
L. A. de St Barbara de Silva.....	Nomeado	" " "	"	26 Março 1852
	Promovido	" " "	Dona-Gracia	8 Fev. 1857
	"	" " "	Pariza-Bolice	3 Abril 1861
Vicente de Carvalho....	Nomeado	" 2.ª "	Lisboa	4 Nov. 1852
	Promovido	" 1.ª "	Grã-Bretanha	2 Set. 1854
Julia Constante Villa- moura.....	Nomeado	" 3.ª "	Franga	15 Abril 1858
	Promovido	" 2.ª "	Estados-Unidos	7 Dec. 1858
	Promovido	" " "	Grã-Bretanha	31 Jan. 1857
	"	" " "	Franga	8 Março 1853
João Pereira da Costa Mello.....	Nomeado	Condição geral.....	Belgica	8 Fev. 1854
	"	Actôes de 1.ª classe.....	"	12 Julho 1851
Edmundo Collado.....	"	" " "	Van. N.G. e Equad.	31 Dec. 1853
	Promovido	" " "	Grã-Bretanha	12 Agosto 1857
	"	" " "	Franga	18 Junho 1855
	"	" " "	Grã-Bretanha	8 Março 1852
Antonio Guilherme de A- guirre.....	Nomeado	" 1.ª "	Roma	7 Fev. 1857
	Promovido	" 1.ª "	"	28 Maio 1858
R. F. Tenente de Barros.	Nomeado	" " "	Estados-Unidos	14 Fev. 1857
J. P. Wierock R. d'Almeida	"	" " "	Austria	18 Agosto 1857
Antonio Rodrigues Per- nandes Braga Junior..	"	" " "	Van. N.G. e Equad.	12 Abril 1853
	Promovido	" " "	Russia	7 Maio 1859
Miguel de Castro Mascu- rinas.....	Nomeado	" " "	Van. N.G. e Equad.	" " "
Leão Oscar de Lima e Silva.	"	" 3.ª "	Russia	29 Março 1857
	Promovido	" " "	Austria	23 Junho 1858
	Promovido	" 1.ª "	Par. e Cond. Salina	7 Maio 1853
	Promovido	" " "	Franga	23 Set. 1851
João Henrique de Mello e Alvim.....	Nomeado	" " "	Rep. O. do Uruguay	7 Maio 1859
João de Magalhães Callego Francisco Vallaque.....	"	" 2.ª "	Lisboa	26 Maio 1858
	Promovido	" " "	Londres	3 Julho 1858
	Promovido	" 1.ª "	Lisboa	9 Março 1861
João Arthur de Souza Car- valho.....	Nomeado	" " "	Grã-Bretanha	18 Junho 1859
Manoel Joaquim d'Almeida Avellar.....	"	" " "	Paris	23 Abril 1858
	Promovido	" " "	Belgica, Dan. e outros estados da Allem.	23 Set. 1853
João Maria Barreto....	Nomeado	" " "	Franga	17 Out. 1851

Consules gerais.

Nome dos Consules	Categoria	Paiz para onde se dirigiram	Data da nomeação
José de Sousa e Silva	Nomado	Gilbraltar	28 Jan. 1888
de Lima	Exonerado	"	10 Fev. 1888
Nomado	Consul-geral	Havana	30 Abr. 1888
Exonerado	"	"	28 Julho 1888
Nomado	"	Trieste e Viena	8 Março 1888
José de Sousa e Silva	Adido de 2.ª classe	Paraguay	16 Abril 1888
Exonerado	" 1.ª	Estados Unidos	20 Junho 1888
Nomado	Deo. de, vice-consul-geral	Paraguay	15 Março 1889
António de Sousa e Silva	Consul-geral	Porto	10 Julho 1888
Exonerado	Deo. de, vice-consul-geral	"	4 Out. 1888
Exonerado	"	"	7 Junho 1889
Leão Henriques Pereira de Aguiar	Nomado	Estados Unidos	28 Nov. 1887
Exonerado	De consulato geral	"	18 Abr. 1888
Nomado	Consul-geral	"	12 Abr. 1888
Exonerado	"	"	10 Março 1889
Exonerado	De disponibilidade activa	"	5 Abril 1889
Exonerado	Consul-geral	Rep. S. do Uruguay	2 Fev. 1884
Exonerado	"	Estados Unidos	7 Nov. 1884
Vicente Pereira de Sá	Nomado	Portugal	10 Maio 1889
Francisco Antonio de Sousa Leão	"	Havana	2 Março 1884
Exonerado	"	"	10 Junho 1884
Nomado	"	Grana	22 Jan. 1887
Exonerado	"	Barcelona e Toulon	31 Dec. 1887
Exonerado	"	Paraguay	18 Junho 1888
Exonerado	"	Paraguay	30 Maio 1884
Exonerado	"	Paraguay e Porto	28 Fev. 1887
Exonerado	"	Grana	2 Maio 1887
Exonerado	"	Paraguay e Diamantina	8 Jan. 1887
José de Sousa e Silva	Nomado	Grã-Bretanha	1 Julho 1888
Francisco Magalhães d'Almeida	"	Cayena	5 Dec. 1888
Exonerado	"	Grana	10 Agosto 1888
Exonerado	"	Cayena	12 Jan. 1889
José de Sousa e Silva	Nomado	Corfu, Argentina	21 Junho 1889
Amário José dos Santos Barbosa	"	Paraguay	17 Jan. 1889
Felipe F. de Sá e Mello	"	Havana	24 Out. 1889

Continuação dos consules gerais.

NOME DO EMPREENHADOR		CATEGORIA	PAÍS PARA OQUE SE- RÁ ENVIADO	DATA DO ENVIAMENTO
Ernesto Sallier.....	Nomendo	Consul.....	Cabo de Boa-Esp.	6 Out. 1890
João de Almeida.....	"	"	Singapore	9 Out. 1890
Antonio Alves Machado de Andrade Carneiro,...	"	Consul-geral.....	Di. consules, Santa e	
	Removido	"	Naranga	11. Fev. 1897
	"	"	Parque	7 Mar. 1899
	"	"	Hollanda	8 Ago. 1891
Francisco Maria Barreto de Araújo.....	Nomendo	"	Conf. Suiza, Bra., Bailia, Wurttemb., Hesse, Electoral e Hesse-Gr.-Duché	12 Out. 1897
João Willem de Natter...	"	"	Ceylon	28 Nov. 1898
	Removido	"	Nova	23 Jan. 1891
Manoel de Assis Porto- Algre.....	Nomendo	"	Prussia	18 Maio 1899
Dr. Cesar Peruzzi.....	"	"	Saracena	5 Maio 1899
Melchior Camargo de Men- doça Vianna.....	"	"	Rep. G. do Uruguay	6 Junho 1899
Joaquim Pereira Vianna de Lima Junior.....	"	"	Ch. de Esco. Bra., G. D. de Old. Mo- chendo, Schwesin e Meckl. Stoditz.	4 Fev. 1892

Agentes diplomáticos e consulares que se achão em disponibilidade.

NOME DO EMPREGADO		CATEGORIA	PAISES EM QUE POSSO ACREDITAR-SE	DATAS DOS EMPREGOS
Conde de Arco da Moura V. de Almeida	Nomado	Encarregado de negócios ordinário e consular	Prussia, Sax., Gô. Hannov., Hauss. Méd., Saxe-Weim. Méd., Götting.	2 Set. 1888 8 Maio 1894
	Promovido	Encarregado de negócios.	Berlim	8 Maio 1894
	Promovido	"	Roma, Florença, Parma e Nápoles	8 Fev. 1895
	Promovido	Ministro residente.	Roma e Florença	8 Maio 1895
	Promovido	"	Torino	11 Maio 1895
	Promovido	Encarregado de negócios consulares plenipotenciário	Portugal	24 Maio 1897
Conde de Serra Tal hada de Almeida	Encarregado	Em posto em disponibilidade ativa		6 Agosto 1893
	Nomado	Secretário.	Francia	26 Junho 1893
	Promovido	Encarregado de negócios.	Portugal	18 Agosto 1894
	Promovido	"	Berlim e Roma	24 Maio 1897
	Promovido	"	"	"
	Promovido	"	Francia e Parma	11 Agosto 1897
	Promovido	"	Francia	28 Julho 1897
	Promovido	"	Berlim	24 Maio 1898
	Promovido	Ministro residente	"	"
	Promovido	Encarregado de negócios ordinário e ministro de Arago	Francia	27 Abril 1898
	Promovido	Milão, em Londres.	Austria	7 Março 1898
	Promovido	Ministro residente.	"	12 Fev. 1897
	Promovido	Env. extrac. e min. plenip.	Estados Unidos	23 Julho 1898
	Promovido	"	Grã-Bretanha	27 Set. 1891
	Promovido	"	Estados Unidos	4 Maio 1895
Leão Pereira Sobal	Encarregado	Em posto em disponibilidade ativa		7 Dez. 1895
	Nomado	Adido de 2.ª classe.	Francia	3 Julho 1899
	Promovido	"	"	"
	Promovido	Mão de consuleiro genl.	"	15 Junho 1899
	Promovido	Adido de 1.ª classe e chefe de secretaria.	Francia	11 Março 1894
	Promovido	"	"	5 Junho 1898
	Promovido	Secretário.	Austria	28 Julho 1897
	Promovido	"	"	17 Março 1899
	Promovido	Adido e encarregado de negócios intern.	Russia	5 Fev. 1895
	Promovido	Adido e encarregado de negócios intern.	Estados Unidos	1 Set. 1891
	Promovido	Encarregado de negócios intern.	"	7 Jan. 1892
	Promovido	Em posto em disponibilidade ativa		22 Março 1899
João de Castro de Almeida	Nomado	Encarregado de negócios.	Palau-Boiss.	9 1/2 Nov. 1891
	Promovido	Também consular genl.	"	8 Fev. 1894
	Encarregado	Em posto em disponibilidade		3 Maio 1895

Contabilidade das agências diplomáticas e consules que se achão em disponibilidade.

LISTA DOS EMPREGADOS		CATEGORIA	PAISES EM QUE FORAM ATRIBUÍDOS	DATAS DOS DECRETOS
Jote Alves da Silva	Nomado	Consul-geral e encarregado de negócios interinos....	Austria	29 Nov. 1831
	Procurado	Secretario.....	"	10 Dec. 1833
	Nomado	Consul-geral e encarregado de negócios interinos....	Hollanda e Belgica	28 Julho 1837
	Exonerado	" " " "	"	8 Set. 1837
	Nomado	Secretario.....	Russia	10 Out. 1838
	Exonerado	" " " "	"	30 Dec. 1841
	Nomado	" " " "	Austria	2 Dec. 1844
	Exonerado	" " " "	"	7 Julho 1854
	Exonerado	Em posto em dispon. inactive. Posto " " activa.	"	25 Abril 1858

Agentes diplomaticos que se achão aposentados.

LISTA DOS EMPREGADOS		CATEGORIA	PAISES EM QUE FORAM ATRIBUÍDOS	DATAS DOS DECRETOS
Cous. Leão Machado de Alves Moraes e Silva ..	Nomado	Official da secretaria de estado dos negocios estrangeiros.....	"	7 Maio 1833
	"	Official-mor da secretaria de estado dos negocios estrangeiros.....	"	28 Fev. 1834
	"	Encarregado de negocios... Rev. extracod. e min. pleo.	Roma Prussia	8 Maio 1839 28 Fev. 1839
	Procurado	" " " "	"	27 Nov. 1837
	Exonerado	" " " "	Colômbia, Argentina	27 Maio 1843
	Nomado	" " " "	Roma	12 Abril 1843
	Exonerado	" " " "	Toscana	31 Agosto 1843
	Act. tamb.	" " " "	Serénha e Parma.	19 Abril 1845
	"	" " " "	"	16 Dec. 1847
	Exonerado	" " " "	"	2 Nov. 1851
	"	Em posto em disponibilidade.	"	
	Aposentado	Com 3-2000\$ por 30 annos de serviço.....	"	23 Abril 1852
Cous. Duarte da Costa Silveira	Nomado	Consul-geral.....	Espanha	29 Maio 1836
	"	Idem, e encarregado de negocios interinos.....	Porto e Chile	19 Fev. 1839
	Exonerado	Encar. de negocios interinos.	"	29 Nov. 1831
	Nomado	" " " "	Estados Mexicanos	12 Julho 1853

Continuação das agências diplomáticas que se achão apresentadas.

ESPECIE DO EMPLEADO		CATEGORIA	PAISES EM QUE POSSA ACTUAR	INDICAR POR EXTENSÃO
Excepcional	Nomeado	Excm. de negócios inteiros.	Estados Mexicanos	6 Nov. 1888
	Findo a	" " " " " "	Peru e Bolívia	6 Julho 1888
	Nomeado	Misto: para ser incumbido de qzta.		17 Agosto 1887
		Official da secretaria do m- nistro dos negócios estrange- iros, a classe de 2.ª categoria		28 Nov. 1891
	Excepcional	Misto: real leito.	Confeder. Argentina	28 Abril 1892
	Nomeado	" " " " " "	"	30 Jan. 1894
		Excm. extraordin. e ministro plen. em missão especial.	Nos Rep. de Chile, Bolívia, Peru, Arg. Venez. e Colômbia	28 Fev. 1891
	Findo a	Com offício em missão	Quanto ao Chile	10 Março 1892
	Excepcional	Misto:		28 Julho 1892
		De official da secretaria de negócios, a conside- ração em disponibilidade activa		3 Jan. 1893
	Apresentado	Excm. extraordinário e mi- nistro plenipotenciário em 2.ª categoria		28 Junho 1892
Consulados-Justiça de Arcoje Elvira.	Nomeado	Secretaria	Napoles	24 Julho 1890
	Nomeado	" " " " " "	Prague	18 Jan. 1893
	Procurador	Encarregado de negócios.	Estados Unidos	29 Dez. 1888
	"	Excm. extraordin. e min. plen.	Grã-Bretanha	3 Dez. 1888
	Excepcional	" " " " " "	"	30 Jan. 1892
	Nomeado	" " " " " "	Portugal, além de comprisa a Basileia	28 Agosto 1894
	"	" " " " " "	France	1 Dez. 1892
	"	" " " " " "	Grã-Bretanha, em missão especial	27 Abril 1893
	Nomeado	Misto especial	Grã-Bretanha, vol- tando para a mis- são de França.	24 Nov. 1894
	Apresentado	Com 2.ª categoria		28 Jan. 1894

Directoria geral, em 15 de Abril de 1892.

Joaquim Maria Nogueira de Azevedo.

N. 5.

DECRETO N. 2911 DE 23 DE ABRIL DE 1862.

Deferencia de habilitações e o numero das addições de segunda classe em cada legação.

Foi por bem determinar o seguinte:

Art. 1.º Se poderão ser nomeados addidos de segunda classe os individuos que se mostrarem habilitados no livro de art. 3.º do decreto n. 940 de 30 de Março de 1862, nas seguintes materias:

§ 1.º Língua italiana e franceza; deverão o candidato trazer a primeira, e traduzir, escrever e falar a segunda.

§ 2.º Historia e geographia, especialmente da Brazil; e noticia dos tratados celebrados entre a Brazil e as potencias estrangeiras.

§ 3.º Principios gerais do direito publico e das gentes.

Art. 2.º São exceptuados da prova de habilitação do artigo antecedente:

§ 1.º Os bacharéis formados nas faculdades de direito do Imperio.

§ 2.º Os graduados em direito nas academias ou universidades estrangeiras, quando tiverem effectivamente frequentado as respectivas aulas.

Art. 3.º Em cadauma legação haverá mais de tres addidos de 2.ª classe: as legações de 2.ª classe terão duas e as de 1.ª uma.

Art. 4.º As nomeações de addidos de 2.ª classe durarão duas annos, contados da sua entrada, e findo este tempo ficarão sem effecto.

Art. 5.º Os addidos de 2.ª classe não gozarão dos direitos e regalias annexas ao cargo enquanto não se apresentarem com os seus títulos ao chefe da respectiva legação.

Art. 6.º Os addidos de 2.ª classe deverão, dentro do prazo de seis meses, mostrar-se habilitados no livro nos artigos precedentes: findo este prazo cederão a seus superiores anteriores a esta data, e proceder-se-ha a reabertura da lista dos referidos addidos e á sua redistribuição de conformidade do art. 1.º

Porveniente Augusto do Magalhães Taguez, do meu conselho, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, o tenha assim entendido e fizesse executar, expedindo os despachos necessarios.

Palacio do Rio de Janeiro, em 23 de Abril de 1862, 41.º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Porveniente Augusto do Magalhães Taguez.

N. 6.

Quadro do corpo consular brasileiro.

PAISES	EMPREGOS	PREZES	LOCALS COM- MUNICAÇÃO	POSIÇÃO DAS CARTAS PATENTES DO GOVERNAMENTO
Austria . . .	Consul-geral Vice-consul Mens. Mens.	Joaquim Pereira Távora de Lima. Carlos Expósito Luiz Camal Wacrisio Schnapper	Trieste Vienna Viena Viena	13 Setembro, 1814 18 Janeiro 1811 1 Setembro, 1809 7 Setembro, 1809
Bahia	Consul-geral Vice-consul	Francisco Manoel Barreto de Aragão. Frederico Stahl	Caracas "	21 Setembro, 1807 26 Setembro, 1809
Batavia	Consul-geral	Francisco Manoel Barreto de Aragão.	"	21 Setembro, 1807
Bélgica	C. Secre. g. Vice-consul Mens. Consul-Int.	Ant. Pereira da Costa Mello Edmundo S. Winkler Constante Verhaeghe Ant. S. P.	Bruxelles " Gand Lige	17 Fevereiro, 1826 8 Setembro, 1824 9 Setembro, 1824 8 Julho, 1823
Bremen	Consul-geral Vice-consul	Joaquim Pereira Távora de Lima Jr. Francisco Frederico Dente	" Bremen	" 27 Abril, 1800
Chile	Mens.	Ant. Henrique Pereira	Valparaiso	8 Janeiro, 1843
Confed. Argent.	Consul-geral Vice-consul Mens. Mens. Mens. Mens.	João Carlos Pereira Porto Antonio Marzona de Mendonça A. Patricio Tejo Luiz Tatal Domínguez Duarte Mosquera. Pedro José da Rocha	Buenos-Ayres " Paraná Cordoba Concepción Rosario	22 Janeiro, 1832 12 Janeiro, 1837 11 Agosto, 1828 12 Maio, 1828 18 Agosto, 1829 11 Julho, 1827
Guaymas . . .	Consul-geral Vice-consul Mens. Mens. Mens. Consul	Ernesto Antonio de Santa Leonor. Willya Wolf Carlos Theodoro Ammann Frederico Frederico Petersen . . . João Schröder Jacob Henrique Morin	Copacabana " Alfama Hannover Gladstadt Villa de S. Thome	19 Janeiro, 1801 12 Setembro, 1839 25 Junho, 1808 12 Junho, 1815 27 Junho, 1828 18 Janeiro, 1842
Estados Unidos.	Consul-geral Vice-consul Consul-Int. Vice-consul Mens. Mens. Mens. Mens. Mens. Mens. Mens. Mens.	Luiz Henrique Ferreira de Aguiar. Luiz Frederico Pignatelli Archibald Foster Estevão S. Saper C. Mier O. Dandl John T. Kaulbach Myer Myers Herman B. Baldwin Eugênio Galois Antônio P. Vello William Henry Smith Oscar G. Parley Edwin E. Bort	New-York " Boston Philadelphia Baltimore Washington New-York Richmond Charleston New-Orleans Pensacola Wilmington Savannah	11 Setembro, 1821 8 Janeiro, 1820 28 Agosto, 1829 16 Fevereiro, 1812 24 Agosto, 1813 7 Setembro, 1827 27 Outubro, 1822 20 Março, 1824 21 Janeiro, 1820 23 Fevereiro, 1826 9 Agosto, 1828 27 Outubro, 1820 12 Janeiro, 1820

Continuação da Quadro do Corpo Consular Brasileiro.

PAIS	CLASSIF.	NOME	CLASSIF. - PAIS	DADOS DAS CORTES PARTEIS e ACRÉDITOS
Grã-Bretanha e Irlanda	Vice-consul	Guilherme de Almeida	Leopoldo	10 Setembro 1862
		Henr. Charles Barham	Leopoldo	5 Junho 1863
		Leão José Pires	Leopoldo	23 Janeiro 1864
		Richard Pitha	Itália	21 Novembro 1864
		William Macleay	Inglaterra	18 Agosto 1869
		John Logan Macleay	Santa Helena	6 Dezembro 1867
		George Macleay	Santa Helena	20 Março 1868
		Michael Robert Ryan	Leopoldo	20 Outubro 1868
		George Corbitt Bagshaw	Inglaterra	6 Junho 1869
		Edmund Augustus Cox	Canadá	6 Novembro 1869
		Jonathan James Moore	Albânia	10 Outubro 1868
		Alfred Leslie Hodgson	Inglaterra	2 Junho 1865
		Georgius Tovey	Itália	20 Março 1861
		Alfred de Menezes	Inglaterra	14 Maio 1863
		Isidoro Kendall	Leopoldo	8 Maio 1868
		Ernst Ferdinand	Prússia	3 Junho 1864
		Julian Blackman Hartley	Inglaterra	14 Abril 1869
Argentina	Consul	Frederico Nogueira de Almeida	Argentina	19 Janeiro 1861
Bélgica	Idem	Julio Maximilien Senguer		21 Janeiro 1861
Bélgica	Consul geral	Joaquim Pereira Martins de Lima Junior		
	Vice-consul	Edmundo F. G. de Lencastre	Portugal	11 Maio 1861
Brasil	Consul geral	Joaquim Pereira Martins de Lima Junior		
	Vice-consul	Carlos Ribeiro	Brasil	8 Agosto 1861
Bélgica	Consul geral	Edmundo F. G. de Lencastre	Canadá	21 Outubro 1863
	Vice-consul	R. Gregório de Castro-Alva	"	3 Junho 1864
	Consul. hon.	Thomas de Almeida	Inglaterra	25 Agosto 1868
	Vice-consul	Jose Guillelmo de Lima	Prússia	2 Abril 1866
	Idem	Alfred Caffin	Inglaterra	5 Dezembro 1861
	Idem	Wernandt Apfel	Inglaterra	20 Setembro 1860
	Idem	Alfred Perle	Canadá	21 Agosto 1867
	Idem	Thomas José Lima A.	Inglaterra	20 Setembro 1860
	Idem	Mateo Serrero Oliver	Inglaterra	23 Março 1865
	Idem	Augusto Augusto Espiguel	Prússia	15 Fevereiro 1869
	Consul hon.	José Miguel Fernandes	Prússia	16 Setembro 1860
	Vice-consul	R. Maximiano Barbo	Inglaterra	12 Agosto 1864
	Idem	R. José Luiz de Almeida	Prússia	25 Setembro 1865
Brasil	Idem	Jayme Lima	Santa Helena	28 Abril 1862
	Idem	R. Henrique Viana	Inglaterra	8 Junho 1861
	Idem	Jose Guillelmo de Almeida	Prússia	11 Junho 1863
	Idem	Francisco Espiguel	Inglaterra	6 Maio 1869
	Idem	Augusto de Almeida	Inglaterra	10 Fevereiro 1860
	Idem	Augusto de Almeida	Inglaterra	21 Dezembro 1867

Em 20 de Setembro de 1860, o Consulado de Lisboa foi transferido para o Brasil.

Continuação de quadros do Corpo Consular Brasileiro.

PAIS	ESTADO	NOME	APRESENTE NOME	DATA DAS CRIAS POSTERIO- RES NOMINAÇÕES
Bélgica-Gô-Daval	Consul-geral	Francisco Manoel Barreto de Araújo		21 Dezemb. 1893
Itália	Memo	Dr. César Perceval	Genova	7 Maio 1896
	Vice-consul	Francisco Augusto de Carvalho	"	6 Novembro 1898
	Memo	Guastavo Contini	Spina	9 Agosto 1898
	Memo	Costas Urbano	Capitani	12 Fevereiro 1901
	Memo	Luiz Josepho Savaglio	Torino	19 Abril 1902
	Memo	Rosa Nello	Novara	10 Julho 1901
	Consul-Lo- cutoria	Antonio Rastrelli	Napoles	18 Janeiro 1899
	Vice-consul	Guastavo Daniel Nocchi	Palermo	28 Junho 1899
	Memo	Antonio Ligari	Trapani	14 Setembro 1893
	Memo	Emmanuel Scavilli	Bari	16 Agosto 1899
	Memo	Giulio Morelli	Catania	5 Junho 1899
	Memo	Antonio Lequiere	Milano	16 Outubro 1897
	Memo	Edo. do Mariani	Calabria	20 Setembro 1900
	Memo	Luigi Ceppi	Pescara	16 Agosto 1919
	Memo	Vittorio de Ercolano	Taranto	19 Dezembro 1901
	Memo	Giulio Lelli	Romalia	11 Julho 1902
	Memo	Luiz Antonio Agostinho Carbone	Quindici	10 Agosto 1902
	Consul-Res.	Henrico Montari	Livorno	10 Setembro 1900
Líbica	Consul-geral	Joaquim Pereira Vianna de Lima Junior		
	Vice-consul	Guilherme Guberek		29 Julho 1901
Bélgica-Schwerin	Consul-geral	Joaquim Pereira Vianna de Lima Junior		
Bélgica-Singha	Memo	Joaquim Pereira Vianna de Lima Junior		
Nova-Grecoia	Vice-consul	José Marcelino Baradei	Pireus	14 Dezembro 1903
	Memo	Pedro Mattos	Corinthos	12 Junho 1904
Oldemburgo	Consul-geral	Joaquim Pereira Vianna de Lima Junior		
Países-Baixos	Memo	Antonio Silva de Almeida Machado	Rotterdam	14 Abril 1893
	Vice-consul	G. Van Westerbeek	Amsterdam	20 Dezembro 1898
	Memo	Jaques H. C. Van der Eem	Rotterdam	22 Fevereiro 1919
	Memo	Yves Roelendaers-Poetermans	Hillegom	4 Fevereiro 1902
Paraguay	Consul-geral	Amaro José dos Santos Bachion	Assumpção	16 Fevereiro 1902
Peru	Memo	Antonio de Souza Ferreira	Lima	21 Maio 1897
	Consul	João Wilfredo de Xilhou	Pres. Int. de Lauro	24 Setembro 1901
Portugal e Ilhas dominicas	Consul-geral	Nicolas Pereira de Silva	Lisboa	14 Maio 1909
	Vice-consul	Marciliana José Tavares	"	22 Julho 1908

Continuação do Quadro do Corpo Consular Brasileiro.

PAISES	EMPACOS	VIÇEES	LEGACIÃO, CONSULADO RESIDÊNCIA	DIAS DAS CARTAS PATENTES OU NOMINAÇÕES
Portugal e seus domínios. . .	Vice-consul	José Bellande	Paris	22 Junho 1887
	Idem	Augusto José Travençol	Paris	22 Fevry. 1888
	Idem	Pedro de Barros e Silva	Estreita	28 Janeiro 1890
	Idem	Ignacio Miguel Hirsch	Belém	15 Outubro 1890
	Idem	Antônio Carlos de Almeida	Lagoa	14 Outubro 1890
	Idem	Antônio José Pereira Bastos	Ilha de São	12 Março 1892
	Idem	Luiz Theodoro de Almeida	Ilha de São	5 Agosto 1907
	Idem	J. A. de Mendonça e Almeida	Ilha Terceira (Angra)	20 Março 1902
	Idem	Luiz Antônio Carlos de Melo	Ilha de São	8 Setembro 1881
	Idem	Manoel José Ribeiro	Ilha de S. Miguel (Ponta Delgada)	7 Novembro 1888
	Idem	João Valente Cortez	Ilha do Sol	18 Junho 1895
	Idem	Francisco da Cruz da Silva Almeida	Ilha do Fayal (Horta)	26 Abril 1891
	Idem	Theodoro de Sousa Medeiros	Ilha Grande	21 Setembro 1898
	Idem	Luiz Antônio Ribeiro	Ilha de S. Vicente	22 Junho 1895
	Idem	João Pinto Soares	Vila do Conde Terceira	12 Janeiro 1897
	Idem	Manoel Theodoro da Costa Junior	Vila do Conde	2 Julho 1894
	Idem	Antônio Luiz Gonçalves Viana J.	Vila do Conde	22 Setembro 1899
	Idem	Hugo José Guimarães	Vila Nova de Fátima	20 Setembro 1898
	Idem	João de Sousa e Oliveira Sotomaior	Figueira	7 Novembro 1899
	Idem	João Maria Duarte	São João	22 Janeiro 1907
	Idem	Manoel Salomão Pinto	Lagoa (Ilha de S. Jorge)	22 Novembro 1894
	Idem	Alcides de Almeida de Melo (Barão de Corral)	Marão	11 Abril 1898
	Vice-consul	Antônio Alexandrino de Melo	"	1 Fevry. 1900
	Idem	Francisco Baptista	S. Bartolomeu, Ponta delgada e Angra	5 Março 1898
França.	Consul-geral	Raoul de Arago Porto-Alegre	Berlim	21 Maio 1899
	Vice-consul	Joseph Bedere	Stettin	12 Março 1901
Itália.	Consul-geral	Augusto Evaristo Scherello	S. Petrosburgo	3 Agosto 1898
	Vice-consul	Luigi Schirillo	"	"
	Idem	Alessandro ILLI	Riga	3 Setembro 1891
	Idem	Carlo C. Emmerico Borgniet	Bari	19 Dezembro 1898
	Idem	Frederico Kraft	Vienna	18 Abril 1899
	Idem	Stefano Kappeler	Odessa	22 Outubro 1899
	Consul. hon.	Stefano Kappeler	"	9 Junho 1908
	Vice-consul	Carlo Cacciari	Constantinopla	10 Julho 1906
	Idem	Reinhold Fritschel	Holsten	11 Julho 1900
	Consul. genl.	Manoel de Araújo Porto-Alegre	"	15 Junho 1881
Suécia e Noruega	Idem	Ernesto Almeida de Sousa e Acosta	Stockholm	10 Junho 1893
	Vice-consul	Gabriel de la Grange	"	"
	Consul. hon.	Alfonso Frederico L. Brønner	Copenhague	23 Maio 1894
	Vice-consul	Stellan H. Kanton	Christiansund	19 Julho 1899

Continuação da quadra do Corps Consular Brasileiro.

FAMÍLIA	EMPREGO	NOME	EMPREGO, CARGO E RESIDÊNCIA	DATA DO EMPREGO FAMILIAR E RESIDÊNCIA
Saxão e Noruega.	Vice-consul	Edvard Holger Moberg	Bergen	16 Março. 1893
	1.º leg.	Carne Frederico Carstensen	Cabo	18 Fev. 1893
	2.º leg.	Conrado Stiel	Kristiansberg	5 Maio 1891
	3.º leg.	Luis Waldemar von Lütten	Sandnessing	4 Maio 1898
	Consul hon.	António Mathias Jensen	Trondheim	27 Dezembro. 1891
Solano	Consul-geral	Francisco Maria Barreto de Araújo	Buenos	21 Dezembro. 1897
Thayer	Vice-consul	José Duarte Colby	—	3 Junho 1861
Uruguay (Agua, Oriental etc.).	Consul-geral	Melchior Carrera, Natividade Franco	Buenos-Aires	25 Junho 1890
	Vice-consul	Manoel José de Almeida	—	13 Outubro 1890
	1.º leg.	Albino da Costa Pereira	Montevideo	11 Fev. 1897
	2.º leg.	Manoel Joaquim Carneiro Campos	Trayambi	12 Novembro. 1893
	3.º leg.	Exerceu interinamente este cargo o vice-consul de Portugal, Dr. José Rigual Soares	Cad. de Soares	—
	4.º leg.	Augusto Manoel Bruma	Salto	21 Maio 1890
	5.º leg.	José Jacinto de Almeida Mota	Santa Lúcia	10 Janeiro 1891
	6.º leg.	José Riquelme Pereira	Mercaderes	3 Agosto 1898
Venezuela	Consul hon.	João Rabel	Caracas	18 Janeiro 1892
	Vice-consul	Theodoro Rabel	Guayra	18 Janeiro 1892
	Hon.	Cláudio Botelho	Salto	—
Wittenberg . . .	Consul-geral	Francisco M. Barreto de Araújo	—	21 Dezembro. 1897

Secretário de estado dos negócios estrangeiros, 15 de Abril de 1898.

JOSEPH MARIA STRUMER de ALMEIDA.

II. 7.

Quadro dos consules honorarios do Brazil que não estão em exercicio.

PAISES	EMBAIXADAS	NOMES	LEGACIOES HONORARIAS	DATAS DAS CARTAS PATENTES
Portugal	Consul Hon.	Antonio Joaquim Pereira do Porto.	Porto	11 Setembro 1899
Bohemia . . .	Idem	Engel Maria de Castilhonis. . . .	Cadix	10 Julho 1899
Hamburgo . . .	Idem	Joachim Ben di Hirsch	Hamburgo	10 Julho 1899
	Idem	Lucas Guerinier.	"	11 Maio 1901

Secretaria do Estado das Negocias Estrangeiras, 13 de Abril de 1902.

Jozepe Maria Macpherson de ALMEIDA.

N. 8.

Decreto n. 1554 de 8 de Fevereiro de 1888.

Determina que os consules partilhem a quarta parte do producto dos mandamentos arrecadados nos vices-consulados do seu districto, de accordo com a parte revogada a disposiçã do art. 22 do regulamento n. 558 de 11 de Junho de 1887. Deo certo Augusto de Magalhães Tavares, do meu conselho, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, assim o tenho entendido e faço executar.

El rei tem determinado que os consules partilhem a quarta parte do producto dos mandamentos arrecadados nos vices-consulados do seu districto, de accordo com a parte revogada a disposiçã do art. 22 do regulamento n. 558 de 11 de Junho de 1887. Deo certo Augusto de Magalhães Tavares, do meu conselho, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, assim o tenho entendido e faço executar.

Palacio de São de Jacinto, em São de Fevereiro de mil e oitocentas e oitenta e oito, quadragésimo primeiro da independência e do Imperio.

Com a realza de Sua Magestade o Imperador.

Bomfim Augusto de Magalhães Tavares

QUADRO DOS EMOLUMENTOS PERCEBIDOS PELOS CONSULES GERAES DO IMPERIO

Calculados segundo o termo-médio do rendimento produzido nos triennios de que existem as respectivas tabellas organigadas nos mesmos consulados geraes, e dos vencimentos que os consules geraes actualmente percebem do thesouro publico nacional.

PAISES	TRIENNIO	Termo-médio dos emolumentos percebidos.			PELOS VICE-CONSULADOS	Despezas.		Vencimentos pagos pelo thesouro publico.				TOTAL DOS EMOLUMENTOS E VENCIMENTOS DO CONSUL GERAL.
		VÍ REMUNERAÇÃO DO CONSUL GERAL	DOS VICE-CONSULADOS	TOTAL RENDIMENTOS PELOS CONSULS GERAES		DOS CONSULADOS GERAL	DOS VICE-CONSULADOS	ORDENADOR	GRATIFICAÇÕES	COMMISSÃO PORA A 100/1000	TOTAL	
Portugal		7.987.8320	7.500.0000	15.487.8320	7.500.0000	2.787.8320	62.8500	\$	\$	200.000	200.000	13.694.5320
Belgica (a)	De 1853 a 55	168.0000	51.3000	219.3000	51.3000	183.000	\$	\$	2.000.000	200.000	2.200.000	3.189.5560
Guyana Francesa		138.0000	\$	138.0000	\$	263.3220	\$	\$	2.500.000	300.000	200.000	3.673.8000
Paisa Baises	De 1856 a 58	\$	528.220	528.220	528.220	\$	\$	\$	1.000.000	\$	200.000	4.717.8820
Cidade de Buenos Aires	De 1857 a 57	2.031.8320	100.0000	3.031.8320	100.0000	1.121.3220	14.000	\$	\$	200.000	200.000	8.488.888
Inglaterra		9.189.0000	6.408.0000	15.597.0000	6.408.0000	3.783.0000	362.8160	\$	\$	200.000	200.000	15.798.220
Francia		3.207.8160	3.312.0000	6.519.8160	3.312.0000	826.5000	\$	1.500.000	300.000	200.000	2.000.000	10.331.6660
Estados Unidos		3.489.0000	3.834.0000	7.323.0000	3.834.0000	974.8340	331.8040	1.500.000	500.000	200.000	2.200.000	8.811.8800
Confederação Argentina		3.678.0000	304.8320	3.982.8320	304.8320	1.011.8000	018.0000	1.500.000	1.000.000	200.000	2.700.000	9.783.8320
Montevideo	De 1858 a 60	8.011.8710	1.009.8320	9.021.7030	1.009.8320	650.5000	26.0000	1.500.000	\$	200.000	200.000	11.107.8400
Hespanha		918.0000	81.2880	999.2880	81.2880	\$	\$	3.000.000	\$	200.000	200.000	3.228.480
Saricabo		745.0000	508.100	1.253.100	508.100	1.011.8000	\$	3.500.000	\$	200.000	200.000	4.042.8820
Trieste		682.0000	105.8320	787.8320	105.8320	718.0000	\$	3.000.000	\$	200.000	200.000	3.788.100
Paraguay		250.0000	\$	250.0000	\$	318.000	\$	3.000.000	\$	200.000	200.000	3.788.100
Prussia		\$	\$	\$	\$	\$	\$	4.000.000	1.000.000	1.000.000	6.000.000	6.000.000
Russia (b)		\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$
Duas Sicilias (b)		\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$
Confederação Suissa		\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$
Servia e Dinamarca (c)		\$	\$	\$	\$	\$	\$	1.500.000	1.500.000	4.000.000	6.000.000	6.000.000
Peru		\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$
Natta		\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$
Grecia		\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$
Angola (d)		\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$

OBSERVAÇÕES.

Os emolumentos de cada triennio, em respectiva ordem no presente quadro, são de 1853 a 1855, 1856 a 1858, 1859 a 1861, 1862 a 1864, 1865 a 1867, 1868 a 1870, 1871 a 1873, 1874 a 1876, 1877 a 1879, 1880 a 1882, 1883 a 1885, 1886 a 1888, 1889 a 1891, 1892 a 1894, 1895 a 1897, 1898 a 1900, 1901 a 1903, 1904 a 1906, 1907 a 1909, 1910 a 1912, 1913 a 1915, 1916 a 1918, 1919 a 1921, 1922 a 1924, 1925 a 1927, 1928 a 1930, 1931 a 1933, 1934 a 1936, 1937 a 1939, 1940 a 1942, 1943 a 1945, 1946 a 1948, 1949 a 1951, 1952 a 1954, 1955 a 1957, 1958 a 1960, 1961 a 1963, 1964 a 1966, 1967 a 1969, 1970 a 1972, 1973 a 1975, 1976 a 1978, 1979 a 1981, 1982 a 1984, 1985 a 1987, 1988 a 1990, 1991 a 1993, 1994 a 1996, 1997 a 1999, 2000 a 2002, 2003 a 2005, 2006 a 2008, 2009 a 2011, 2012 a 2014, 2015 a 2017, 2018 a 2020, 2021 a 2023, 2024 a 2026, 2027 a 2029, 2030 a 2032, 2033 a 2035, 2036 a 2038, 2039 a 2041, 2042 a 2044, 2045 a 2047, 2048 a 2050, 2051 a 2053, 2054 a 2056, 2057 a 2059, 2060 a 2062, 2063 a 2065, 2066 a 2068, 2069 a 2071, 2072 a 2074, 2075 a 2077, 2078 a 2080, 2081 a 2083, 2084 a 2086, 2087 a 2089, 2090 a 2092, 2093 a 2095, 2096 a 2098, 2099 a 2101, 2102 a 2104, 2105 a 2107, 2108 a 2110, 2111 a 2113, 2114 a 2116, 2117 a 2119, 2120 a 2122, 2123 a 2125, 2126 a 2128, 2129 a 2131, 2132 a 2134, 2135 a 2137, 2138 a 2140, 2141 a 2143, 2144 a 2146, 2147 a 2149, 2150 a 2152, 2153 a 2155, 2156 a 2158, 2159 a 2161, 2162 a 2164, 2165 a 2167, 2168 a 2170, 2171 a 2173, 2174 a 2176, 2177 a 2179, 2180 a 2182, 2183 a 2185, 2186 a 2188, 2189 a 2191, 2192 a 2194, 2195 a 2197, 2198 a 2199, 2200 a 2202, 2203 a 2205, 2206 a 2208, 2209 a 2211, 2212 a 2214, 2215 a 2217, 2218 a 2220, 2221 a 2223, 2224 a 2226, 2227 a 2229, 2230 a 2232, 2233 a 2235, 2236 a 2238, 2239 a 2241, 2242 a 2244, 2245 a 2247, 2248 a 2250, 2251 a 2253, 2254 a 2256, 2257 a 2259, 2260 a 2262, 2263 a 2265, 2266 a 2268, 2269 a 2271, 2272 a 2274, 2275 a 2277, 2278 a 2280, 2281 a 2283, 2284 a 2286, 2287 a 2289, 2290 a 2292, 2293 a 2295, 2296 a 2298, 2299 a 2301, 2302 a 2304, 2305 a 2307, 2308 a 2310, 2311 a 2313, 2314 a 2316, 2317 a 2319, 2320 a 2322, 2323 a 2325, 2326 a 2328, 2329 a 2331, 2332 a 2334, 2335 a 2337, 2338 a 2340, 2341 a 2343, 2344 a 2346, 2347 a 2349, 2350 a 2352, 2353 a 2355, 2356 a 2358, 2359 a 2361, 2362 a 2364, 2365 a 2367, 2368 a 2370, 2371 a 2373, 2374 a 2376, 2377 a 2379, 2380 a 2382, 2383 a 2385, 2386 a 2388, 2389 a 2391, 2392 a 2394, 2395 a 2397, 2398 a 2399, 2400 a 2402, 2403 a 2405, 2406 a 2408, 2409 a 2411, 2412 a 2414, 2415 a 2417, 2418 a 2420, 2421 a 2423, 2424 a 2426, 2427 a 2429, 2430 a 2432, 2433 a 2435, 2436 a 2438, 2439 a 2441, 2442 a 2444, 2445 a 2447, 2448 a 2450, 2451 a 2453, 2454 a 2456, 2457 a 2459, 2460 a 2462, 2463 a 2465, 2466 a 2468, 2469 a 2471, 2472 a 2474, 2475 a 2477, 2478 a 2480, 2481 a 2483, 2484 a 2486, 2487 a 2489, 2490 a 2492, 2493 a 2495, 2496 a 2498, 2499 a 2501, 2502 a 2504, 2505 a 2507, 2508 a 2510, 2511 a 2513, 2514 a 2516, 2517 a 2519, 2520 a 2522, 2523 a 2525, 2526 a 2528, 2529 a 2531, 2532 a 2534, 2535 a 2537, 2538 a 2540, 2541 a 2543, 2544 a 2546, 2547 a 2549, 2550 a 2552, 2553 a 2555, 2556 a 2558, 2559 a 2561, 2562 a 2564, 2565 a 2567, 2568 a 2570, 2571 a 2573, 2574 a 2576, 2577 a 2579, 2580 a 2582, 2583 a 2585, 2586 a 2588, 2589 a 2591, 2592 a 2594, 2595 a 2597, 2598 a 2599, 2600 a 2602, 2603 a 2605, 2606 a 2608, 2609 a 2611, 2612 a 2614, 2615 a 2617, 2618 a 2620, 2621 a 2623, 2624 a 2626, 2627 a 2629, 2630 a 2632, 2633 a 2635, 2636 a 2638, 2639 a 2641, 2642 a 2644, 2645 a 2647, 2648 a 2650, 2651 a 2653, 2654 a 2656, 2657 a 2659, 2660 a 2662, 2663 a 2665, 2666 a 2668, 2669 a 2671, 2672 a 2674, 2675 a 2677, 2678 a 2680, 2681 a 2683, 2684 a 2686, 2687 a 2689, 2690 a 2692, 2693 a 2695, 2696 a 2698, 2699 a 2701, 2702 a 2704, 2705 a 2707, 2708 a 2710, 2711 a 2713, 2714 a 2716, 2717 a 2719, 2720 a 2722, 2723 a 2725, 2726 a 2728, 2729 a 2731, 2732 a 2734, 2735 a 2737, 2738 a 2740, 2741 a 2743, 2744 a 2746, 2747 a 2749, 2750 a 2752, 2753 a 2755, 2756 a 2758, 2759 a 2761, 2762 a 2764, 2765 a 2767, 2768 a 2770, 2771 a 2773, 2774 a 2776, 2775 a 2777, 2778 a 2780, 2781 a 2783, 2784 a 2786, 2787 a 2789, 2790 a 2792, 2793 a 2795, 2796 a 2798, 2799 a 2801, 2802 a 2804, 2805 a 2807, 2808 a 2810, 2811 a 2813, 2814 a 2816, 2815 a 2818, 2819 a 2821, 2822 a 2824, 2825 a 2827, 2828 a 2830, 2831 a 2833, 2834 a 2836, 2835 a 2838, 2839 a 2841, 2842 a 2844, 2843 a 2846, 2847 a 2849, 2850 a 2852, 2853 a 2855, 2854 a 2857, 2855 a 2859, 2856 a 2861, 2857 a 2863, 2858 a 2865, 2859 a 2867, 2860 a 2869, 2861 a 2871, 2862 a 2873, 2863 a 2875, 2864 a 2877, 2865 a 2879, 2866 a 2881, 2867 a 2883, 2868 a 2885, 2869 a 2887, 2870 a 2889, 2871 a 2891, 2872 a 2893, 2873 a 2895, 2874 a 2897, 2875 a 2899, 2876 a 2901, 2877 a 2903, 2878 a 2905, 2879 a 2907, 2880 a 2909, 2881 a 2911, 2882 a 2913, 2883 a 2915, 2884 a 2917, 2885 a 2919, 2886 a 2921, 2887 a 2923, 2888 a 2925, 2889 a 2927, 2890 a 2929, 2891 a 2931, 2892 a 2933, 2893 a 2935, 2894 a 2937, 2895 a 2939, 2896 a 2941, 2897 a 2943, 2898 a 2945, 2899 a 2947, 2900 a 2949, 2901 a 2951, 2902 a 2953, 2903 a 2955, 2904 a 2957, 2905 a 2959, 2906 a 2961, 2907 a 2963, 2908 a 2965, 2909 a 2967, 2910 a 2969, 2911 a 2971, 2912 a 2973, 2913 a 2975, 2914 a 2977, 2915 a 2979, 2916 a 2981, 2917 a 2983, 2918 a 2985, 2919 a 2987, 2920 a 2989, 2921 a 2991, 2922 a 2993, 2923 a 2995, 2924 a 2997, 2925 a 2999, 2926 a 3001, 2927 a 3003, 2928 a 3005, 2929 a 3007, 2930 a 3009, 2931 a 3011, 2932 a 3013, 2933 a 3015, 2934 a 3017, 2935 a 3019, 2936 a 3021, 2937 a 3023, 2938 a 3025, 2939 a 3027, 2940 a 3029, 2941 a 3031, 2942 a 3033, 2943 a 3035, 2944 a 3037, 2945 a 3039, 2946 a 3041, 2947 a 3043, 2948 a 3045, 2949 a 3047, 2950 a 3049, 2951 a 3051, 2952 a 3053, 2953 a 3055, 2954 a 3057, 2955 a 3059, 2956 a 3061, 2957 a 3063, 2958 a 3065, 2959 a 3067, 2960 a 3069, 2961 a 3071, 2962 a 3073, 2963 a 3075, 2964 a 3077, 2965 a 3079, 2966 a 3081, 2967 a 3083, 2968 a 3085, 2969 a 3087, 2970 a 3089, 2971 a 3091, 2972 a 3093, 2973 a 3095, 2974 a 3097, 2975 a 3099, 2976 a 3101, 2977 a 3103, 2978 a 3105, 2979 a 3107, 2980 a 3109, 2981 a 3111, 2982 a 3113, 2983 a 3115, 2984 a 3117, 2985 a 3119, 2986 a 3121, 2987 a 3123, 2988 a 3125, 2989 a 3127, 2990 a 3129, 2991 a 3131, 2992 a 3133, 2993 a 3135, 2994 a 3137, 2995 a 3139, 2996 a 3141, 2997 a 3143, 2998 a 3145, 2999 a 3147, 3000 a 3149, 3001 a 3151, 3002 a 3153, 3003 a 3155, 3004 a 3157, 3005 a 3159, 3006 a 3161, 3007 a 3163, 3008 a 3165, 3009 a 3167, 3010 a 3169, 3011 a 3171, 3012 a 3173, 3013 a 3175, 3014 a 3177, 3015 a 3179, 3016 a 3181, 3017 a 3183, 3018 a 3185, 3019 a 3187, 3020 a 3189, 3021 a 3191, 3022 a 3193, 3023 a 3195, 3024 a 3197, 3025 a 3199, 3026 a 3201, 3027 a 3203, 3028 a 3205, 3029 a 3207, 3030 a 3209, 3031 a 3211, 3032 a 3213, 3033 a 3215, 3034 a 3217, 3035 a 3219, 3036 a 3221, 3037 a 3223, 3038 a 3225, 3039 a 3227, 3040 a 3229, 3041 a 3231, 3042 a 3233, 3043 a 3235, 3044 a 3237, 3045 a 3239, 3046 a 3241, 3047 a 3243, 3048 a 3245, 3049 a 3247, 3050 a 3249, 3051 a 3251, 3052 a 3253, 3053 a 3255, 3054 a 3257, 3055 a 3259, 3056 a 3261, 3057 a 3263, 3058 a 3265, 3059 a 3267, 3060 a 3269, 3061 a 3271, 3062 a 3273, 3063 a 3275, 3064 a 3277, 3065 a 3279, 3066 a 3281, 3067 a 3283, 3068 a 3285, 3069 a 3287, 3070 a 3289, 3071 a 3291, 3072 a 3293, 3073 a 3295, 3074 a 3297, 3075 a 3299, 3076 a 3301, 3077 a 3303, 3078 a 3305, 3079 a 3307, 3080 a 3309, 3081 a 3311, 3082 a 3313, 3083 a 3315, 3084 a 3317, 3085 a 3319, 3086 a 3321, 3087 a 3323, 3088 a 3325, 3089 a 3327, 3090 a 3329, 3091 a 3331, 3092 a 3333, 3093 a 3335, 3094 a 3337, 3095 a 3339, 3096 a 3341, 3097 a 3343, 3098 a 3345, 3099 a 3347, 3100 a 3349, 3101 a 3351, 3102 a 3353, 3103 a 3355, 3104 a 3357, 3105 a 3359, 3106 a 3361, 3107 a 3363, 3108 a 3365, 3109 a 3367, 3110 a 3369, 3111 a 3371, 3112 a 3373, 3113 a 3375, 3114 a 3377, 3115 a 3379, 3116 a 3381, 3117 a 3383, 3118 a 3385, 3119 a 3387, 3120 a 3389, 3121 a 3391, 3122 a 3393, 3123 a 3395, 3124 a 3397, 3125 a 3399, 3126 a 3401, 3127 a 3403, 3128 a 3405, 3129 a 3407, 3130 a 3409, 3131 a 3411, 3132 a 3413, 3133 a 3415, 3134 a 3417, 3135 a 3419, 3136 a 3421, 3137 a 3423, 3138 a 3425, 3139 a 3427, 3140 a 3429, 3141 a 3431, 3142 a 3433, 3143 a 3435, 3144 a 3437, 3145 a 3439, 3146 a 3441, 3147 a 3443, 3148 a 3445, 3149 a 3447, 3150 a 3449, 3151 a 3451, 3152 a 3453, 3153 a 3455, 3154 a 3457, 3155 a 3459, 3156 a 3461, 3157 a 3463, 3158 a 3465, 3159 a 3467, 3160 a 3469, 3161 a 3471, 3162 a 3473, 3163 a 3475, 3164 a 3477, 3165 a 3479, 3166 a 3481, 3167 a 3483, 3168 a 3485, 3169 a 3487, 3170 a 3489, 3171 a 3491, 3172 a 3493, 3173 a 3495, 3174 a 3497, 3175 a 3499, 3176 a 3501, 3177 a 3503, 3178 a 3505, 3179 a 3507, 3180 a 3509, 3181 a 3511, 3182 a 3513, 3183 a 3515, 3184 a 3517, 3185 a 3519, 3186 a 3521, 3187 a 3523, 3188 a 3525, 3189 a 3527, 3190 a 3529, 3191 a 3531, 3192 a 3533, 3193 a 3535, 3194 a 3537, 3195 a 3539, 3196 a 3541, 3197 a 3543, 3198 a 3545, 3199 a 3547, 3200 a 3549, 3201 a 3551, 3202 a 3553, 3203 a 3555, 3204 a 3557, 3205 a 3559, 3206 a 3561, 3207 a 3563, 3208 a 3565, 3209 a 3567, 3210 a 3569, 3211 a 3571, 3212 a 3573, 3213 a 3575, 3214 a 3577, 3215 a 3579, 3216 a 3581, 3217 a 3583, 3218 a 3585, 3219 a 3587, 3220 a 3589, 3221 a 3591

N. 10.

Adição ao quadro dos emolumentos consules, organizado em 24 de Janeiro de 1862, comparando os vencimentos das consules geras e consules, demonstrados no dito quadro, com os que pertencer-lhes-hia, feita a divisão dos emolumentos segundo o decreto n. 2886 de 8 de Fevereiro de 1862.

CONSULADOS	EMOLUMENTOS		Ordensados	Gratificações	Consignação para o expediente	VENCIMENTOS	
	Dirigido, segundo o regulamento consular de 11 de Jan. 1857.	Dirigido, segundo o decreto n. 2886 de 8 de Fevereiro 1862				Devidos ao paiz de 24 de Janeiro de 1862.	Que resultam da divisão ordenada pelo Dec. n. 2886.
Portugal	13:40p390	9:741p820	?	?	500p000	13:00p390	9:941p820
Belgica	680p500	432p710	?	2:000p000	500p000	9:180p500	2:632p760
Guyana Francesa.	138p000	138p000	2:500p000	500p000	500p000	3:038p000	2:038p000
Paizes Baixos	42p820	21p410	4:000p000	?	500p000	4:542p820	4:521p410
Cidades Haesaeliens	3:001p980	3:011p650	4:000p000	888p888	500p000	8:480p888	8:400p638
Inglaterra	15:588p130	12:303p980	?	?	500p000	18:798p130	12:503p980
Francia	0:730p600	5:058p410	2:500p000	300p000	500p000	10:230p600	8:508p410
Estados-Unidos	0:317p800	4:298p380	1:500p000	500p000	500p000	8:815p800	6:898p380
Confederação Argentina.	3:783p320	3:630p060	1:500p000	4:000p000	500p000	9:783p320	9:030p060
Montevideo.	0:107p400	8:379p670	1:500p000	?	500p000	11:107p400	10:559p670
Hispanha	1:728p480	1:333p070	3:000p000	?	500p000	5:228p480	4:833p070
Sardenha	793p820	770p740	3:750p000	?	400p000	4:943p820	4:920p740
Trieste	788p320	735p660	2:500p000	?	500p000	3:788p320	3:735p660
Paraguay	200p000	200p000	3:000p000	?	500p000	3:700p000	3:700p000

Os outros consulados não são aqui contemplados, porque, não tendo emolumentos, ou tendo-os insignificantes, os vencimentos das respectivas consules derivam de ser affectados pelo decreto de 8 de Fevereiro.

4.ª Secção da secretaria de estado dos negocios estrangeiros, em 1 de Março de 1862.

N. 11.

Quadro do corpo consular estrangeiro residente no Imperio.

PAIS	EMPREGO	PERSONA	LOCALS CONSULARES	DATA DO EXERCÍCIO
Austria	Consul geral	Fernando Schmidt	Rio de Janeiro	18 Fev. 1853
	Consul	A. G. Lohmann (ausente).	Bahia	26 Fev. 1853
	Consul inter.	C. A. Gellner	Idem	1 Julho 1854
	Consul	F. Frenschold (ausente).	Pernambuco	14 Agosto 1851
	Idem inter.	C. L. P. Rossi	Idem	10 Março 1852
	Vice-consul	Ado Winter	Sergipe	25 Fev. 1855
	Idem	Cláudio José da Silva Soares (ausente).	Maranhão	23 Fev. 1853
	Idem inter.	Mascul Antonio dos Santos.	Idem	14 Maio 1854
	Vice-consul	José Barbosa Corrêa	Coarã	28 Fev. 1853
	Idem	João Francisco Fernandes.	Para	28 Fev. 1853
	Idem	Castro Padellón	Santa	28 Fev. 1853
	Idem	Ynglino José da Vivekananda.	Rio-Grande do Sul	28 Fev. 1853
Bado	Consul	Edmundo von Lachner.	Rio de Janeiro	13 Setembro 1858
	Vice-consul	H. Lachner.	Idem	15 Outubro 1858
Bélgica	Consul	Carlos Verbe	Rio de Janeiro	11 Maio 1850
	Vice-consul	João Thomaz de Faria.	Congo	13 Setembro 1853
	Idem	João de Jesus Moreira.	Bahia	21 Outubro 1848
	Idem	Mauro João de Amorim.	Pernambuco	20 Março 1848
	Idem	Antônio Pereira Cardoso.	Rio-Grande do Sul	9 Novembro 1858
	Idem	José Luis Cardoso de Sales.	Porto-Algre	21 Outubro 1853
Bélgica	Consul geral	Edmundo Pöcher	Rio de Janeiro	18 Janeiro 1853
	Vice-consul	Vitor Pöcher	Idem	2 Abril 1851
	Consul	E. Champen	Bahia	5 Fev. 1852
	Idem	Fau Antonio de Siqueira.	Pernambuco	28 Fev. 1852
	Vice-consul	Charles Calvat	Idem	18 Outubro 1854
	Consul	Henrique Soares.	Maranhão	18 Janeiro 1849
	Vice-consul	Manuel Antonio dos Santos.	Idem	2 Maio 1849
	Consul	Manuel Antonio da Rocha Junior.	Coarã	2 Outubro 1847
	Idem	João de Antonio Alves	Para	18 Julho 1849
	Idem	Castro Padellón.	Santa	26 Março 1852
	Idem	Henrique Schmidt.	Santa Catharina	25 Janeiro 1851
	Idem	Barão Pereira Nunes.	Rio-Grande do Sul	13 Abril 1850
Bélgica	Consul	Cons. do Castilho Gomes Alcaide.	Pernambuco	7 Março 1851
	Vice-consul	George Nabil (ausente).	Idem	10 Setembro 1852
	Idem inter.	Ado Anglada Filho.	Idem	" " "
Brasil	Consul geral	Christiano Blockmeyer	Rio de Janeiro	23 Fev. 1850
	Consul	Edo Bensch	Bahia	13 Março 1853
	Idem	Henrique Bruns (ausente).	Pernambuco	17 Fev. 1853
	Consul inter.	Arvidius Müller	Idem	3 Maio 1853
	Consul	Wilhelm Tappenberg (ausente).	Para	21 Dezembro 1853
	Idem inter.	Wilhelm Bruns.	Idem	5 Abril 1854

Continuação do quadro do corpo consular estrangeiro.

PAISES	EMPREGOS	NOMES	LOCAIS ONDE RESIDEM	DATAS DO EXERCÍCIO
Estados Pontific.	Cónsul	Antonio de Carlos Sobrinho	Paris	24 Dezembro 1840
	Idem	Francisco Fernandes de Albuquerque	Rio-Grande do Sul	15 Maio 1847
	Idem	Carlos Henrique da Rocha	Recanito	1 Maio 1860
Estados-Unidos.	Cónsul	Richard C. Parsons	Rio de Janeiro	12 Julho 1881
	Idem	John S. Gilmer	Bahia	26 Março 1851
	Idem	Thomas Adkinson Junior	Pernambuco	23 Janeiro 1852
	Idem	James C. Pynterian	Maranhão	23 Janeiro 1858
	Idem	Edwin A. Bailey	Paris	7 Julho 1857
	Idem	Carlos F. de Thakdi	Santos	21 Janeiro 1863
	Idem	Benjamin Lindsey	Santa Catharina	18 Dezembro 1864
	Idem	George J. Upton	Rio-Grande do Sul	16 Junho 1867
	Vice-cónsul	Tristão José Narciso	Porto-Alegre	6 Dezembro 1861
França	Cónsul	Marie Joseph Edmond Breuil (actual)	Rio de Janeiro	1 Dezembro 1823
	Chancel. de leg. e consular			
	Intendente	Theodore Tineay	Idem	8 Junho 1833
	Vice-cónsul	John Lambert	Campos	14 Agosto 1851
	Cónsul	Cónsul Henri Alexandre Girardot	Bahia	3 Novembro 1860
	Idem	Emmanuel de Livoni (retirado)	Pernambuco	22 Janeiro 1875
	Vice-cónsul	Dr. Friedberg	Maranhão	28 Julho 1884
	Idem	Charles Schaffner	Olinda	28 Outubro 1815
	Idem	Alfred Bertrall (actual)	Santos e S. Paulo	23 Setembro 1824
	Idem inter.	Charles Harpold	Idem	28 Novembro 1828
	Vice-cónsul	Laurence Arlé	Santa Catharina	1 Junho 1814
	Idem	Fiscal Liron	Rio-Grande do Sul	17 Setembro 1839
	Idem	Paul Paulo Baptista de Gressat	Porto-Alegre	5 Janeiro 1853
	Agente T. C.	Forrester Alf.	Bahia	23 Setembro 1864
	Idem	Marcos Soares de Mello	Portaleon	23 Setembro 1868
França (cidade livre de)	Cónsul	Felipe Hermann Andreus	Rio de Janeiro	21 Fev. 1844
	Idem	Felipe Fiedel	Pernambuco	27 Agosto 1851
Grã-Bretanha	Idem	John Julius Collings Westwood	Rio de Janeiro	16 Abril 1822
	Vice-cónsul	Thomas Holcombs	Idem	27 Fev. 1820
	Cónsul	John Morgan Junior (actual)	Bahia	26 Abril 1852
	Cónsul inter.	J. C. Goodhair	Idem	4 Abril 1858
	Vice-cónsul	Stukbert Jackson	Paralyka	28 Agosto 1838
	Idem inter.	Dr. Henrique Krauss	Idem	6 Dezembro 1861
	Cónsul	George Samuel Lomas Hunt	Pernambuco	24 Julho 1851
	Idem	Samuel Robinson	Rio-G. do Norte	12 Fev. 1828
	Vice-cónsul	John W. Stokhart	Campos	27 Março 1834
	Cónsul	John David Hay Hill	Maranhão	24 Dezembro 1823
	Vice-cónsul	William Bligham Wilson	Idem	22 Outubro 1832
	Cónsul	Wm. Tredenberg	Paris	21 Janeiro 1828
	Vice-cónsul	Harvey	Idem	12 Agosto 1837
	Idem	João Torquato	Santos	19 Abril 1838
	Idem	Manoel Leopoldo de Oliveira	Pernambuco	14 Outubro 1854
	Cónsul	Maxwell Kallander	Santa Catharina	16 Abril 1852

Quadro do quadro do corpo auxiliar estrangeiro.

PAIS	EMPREGOS	NOME	LUGAR DE ORIGEM	DATA DO EMPREGO
Grã-Bretanha . . .	Consul	Henrique P. Parker	Rio-Grande do Sul	16 Abril 1892
	Vice-consul	Bonjamin Ayllon	Porto Alegre	17 Setemb. 1896
	Idem	Guillermo William Wuchner	Maria	11 Fev. 1891
Grecia	Consul	Henrique Killy	Rio de Janeiro	12 Abril 1888
	Vice-consul	Casiano Soares de Mello	Idem	26 Maio 1917
	Idem	João Augusto do Figueiredo	Bahia	19 Dezemb. 1890
	Idem	Antonio da Costa Soares Sales	Pernambuco	16 Setemb. 1915
	Idem	Francisco José da Silva Araújo	Rio-Grande do Sul	17 Julho 1891
Hamburgo . . .	Consul geral	Julio Jorge Schellinck	Rio de Janeiro	12 Outubro 1898
	Vice-consul	Antonio José Francisco da Cruz	Compos	2 Julho 1818
	Consul	Carlos Augusto Gultman	Bahia	15 Novemb. 1894
	Vice-consul	F. D. Frenschel (jornalista)	Pernambuco	18 Junho 1890
	Idem inter.	C. L. P. Roach	Idem	29 Fev. 1895
	Vice-consul	João Smith de Vasconcelos	Coari	16 Maio 1890
	Idem	Ignacio Frazão da Costa	Maranhão	18 Novemb. 1898
	Idem	Alfonso George Imazio (jornalista)	Alagoas	26 Agosto 1893
	Idem inter.	Manoel de Vasconcelos Junior	Idem	1 Dezemb. 1890
	Vice-consul	Joaquim Francisco Fernandes	Pará	29 Setemb. 1817
	Idem	Gustavo Wiedling	Santos	22 Janeiro 1912
	Consul	Ulrich Dierckel	Col. de D. Franc.	18 Fev. 1890
	Vice-consul	Antonio Martins de Freitas Junior	Rio-Grande do Sul	20 Setembro 1890
Itálie	Idem	C. S. Frick (jornalista)	Porto Alegre	11 Julho 1893
	Idem inter.	Jose Walsman	Idem	11 Fev. 1891
Itálie	Consul	Augusto Bico	Rio de Janeiro	8 Agosto 1810
	Vice-consul	Joaquim da Costa Pinheiro	Compos	20 Setembro 1817
	Idem	E. A. Faerber	Col. Leopoldina	21 Setemb. 1899
	Idem	C. A. Giltrow	Bahia	21 Maio 1890
	Consul	B. P. Wild	Pernambuco	29 Setemb. 1890
	Vice-consul	C. U. Chauson	Rio-Grande do Sul	27 Agosto 1812
Espanha . . .	Idem	Felix Joaquin Bornemann	Porto Alegre	27 Novemb. 1894
	Idem	Antonio de Amaga	Rio de Janeiro	13 Janeiro 1898
	Idem	Cypriano Lopes de Oliveira	S. João do Rio	22 Março 1898
	Idem	Raymundo Franco de Moraes	Compos	3 Agosto 1898
	Idem	Manoel Rodriguez Campos	Esprito-Santo	7 Janeiro 1898
	Idem	Francisco Xavier Machado	Bahia	9 Setembro 1891
	Idem	D. João Bacon	Parahyba	23 Outubro 1891
	Idem	João Augusto Filho	Pernambuco	1 Fev. 1898
	Idem	Antonio de Oliveira	Coari	22 Junho 1891
	Idem	Francisco José Magalhães Santos	Alagoas	7 Janeiro 1891
	Consul	Joaquim José Alves	Maranhão	5 Novemb. 1891
	Vice-consul	Joaquim José Alves Junior	Idem	3 Agosto 1894
	Idem	Manoel Queiroz	Pará	31 Agosto 1891
	Idem	João Manoel Affonso	Santos	1 Junho 1891
	Idem	Manoel Silveira	Pernambuco	20 Maio 1894
Espanha . . .	Idem	Carlos Duarte Silva	Santa Catharina	22 Março 1890
	Idem	Sebastião A. de Almeida	Rio-Grande do Sul	20 Maio 1891
	Idem	Bento Manoel	Pelotas	10 Junho 1891
	Idem	Eduardo Fellows Wilson	Rio de Janeiro	8 Fev. 1898
	Idem	Jose Francisco dos Santos	Porto Alegre	24 Maio 1891

Continuação da quadro do corpo consular estrangeiro.

PAIS	EMPREGOS	NOMES	LOCALS DE RESIDENCIA	DIAS DO EXERCICIO
Espanha . . .	Vice-consul Idem	Ramon Gálizora Francisco B. Lopes de Aguiar . .	Bagé Ouro-Preto	28 Fev. 1884 28 Fev. 1881
Hava (Vila-Do- cabo de) . . .	Consul geral Vice-consul Idem Consul	Augusto Hays João José Pereira Bastos Karludo Lopes de Araújo Antonio Rosenberger	Rio de Janeiro Campos Rio-Grande do Sul Bahia	18 Novemb. 1888 28 Outubro 1887 21 Janeiro 1848 12 Junho 1881
Hollanda . . .	Consul geral Vice-consul Idem Consul Idem Vice-consul Idem Idem Idem Idem Idem Idem	Julia Pantoja John Philippe Botter Constantino Carlos Gollmanian . . Richard Dappermann P. C. van Schoten Augusto Mendonça Cruz Guimarães . Weyden Mendonça Augusto Eduardo da Costa Gustavo Westphal A. E. de Buitencourt Eduardo Frech Ed. Wynne	Rio de Janeiro Idem Campos Bahia Pernambuco Coari Maranhão Foz de Iguaçu Santos Rio-Grande do Sul Porto-Alegre Recife	9 Julho 1888 5 Agosto 1887 23 Maio 1848 18 Outubro 1881 24 Dezembro 1884 24 Fev. 1884 19 Novembro 1858 23 Março 1880 15 Outubro 1883 2 Setembro 1887 20 Julho 1881 20 Maio 1880
Italia	Consul geral Vice-consul Idem Vice-consul Idem Idem Idem Idem Idem Idem	G. Galzeri Jerónimo Vitalba L. Gomes Pereira João Baptista Corrêa (suares o mes- mo emprego nas provincias de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Rio-Grande do Norte, Ceará, Para- ibá, Maranhão e Pará) José Teófilo Bastos Franc. Casimiro da Costa Junior . José Torquato Manuel Leocadio do Oliveira Henrique Schmidt Antonio da Silva Ferreira Tigue . . Antonio F. Ruyter (Gomes) Luiz Joaquim Rodrigues Lopes . .	Rio de Janeiro Idem Idem Bahia Pernambuco Pará Santos Pernambuco Santa Catharina Rio-Grande do Sul Porto-Alegre Maranhão	14 Julho 1880 18 Setembro 1881 31 Maio 1880 20 Novembro 1881 22 Maio 1888 6 Dezembro 1883 11 Setembro 1887 18 Março 1882 3 Novembro 1891 18 Abril 1888 3 Julho 1891 19 Dezembro 1880
Letonia	Consul geral Vice-consul Idem Consul Vice-consul Idem Idem Idem	Alexandre Aré Lalliermont O. Bremer Boye Julio de Oliveira Guimarães João Frederico Lantjes Antonio Thierpau de Amorim Miguel Tito de Sá Manuel Frederico da Silva Lima . . João Carneiro Pereira Francisco . .	Rio de Janeiro Idem Campos Bahia Pernambuco Rio-Grande do Sul Porto-Alegre Maranhão	17 Junho 1883 17 Setembro 1887 11 Agosto 1887 23 Setembro 1888 10 Março 1882 28 Janeiro 1888 1 Setembro 1888 17 Novembro 1888
Lippe Detmold .	Consul	Bernardo Stockmeyer	Rio de Janeiro	8 Julho 1887
Mack-Schwarz .	Idem Idem	L. von Boringhausen Theodora Telesma Gomes	Rio de Janeiro Bahia	14 Março 1883 20 Julho 1889

Continuação do quadro do corpo consular estrangeiro.

PAISES	EXERCÍCIO	NOME	LOCAL DO CÔN- SULADO	DATA DO EMP- GAMENTO
Reich. Suíça.	Consul	Le João de Moraes Gomes Ferreira . . .	Pernambuco	17 Janeiro 1813
Reich. Suiça .	Idem	Justino José de Araújo	Bahia	20 Setembro 1818
	Idem	João Antonio de Araújo	Pernambuco	2 Abril 1822
Oldemburgo . .	Idem	João Liberalli	Rio de Janeiro	20 Julho 1822
	Idem	Theodoro Teixeira Gomes	Bahia	20 Agosto 1824
	Vice-consul	Leão Manoel Gonçalves Lemos	Idem	4 Setembro 1824
	Idem	G. H. Praeger	Pernambuco	4 Julho 1825
	Idem	P. F. A. Rathgen	Porto-Alegre	18 Julho 1825
Paraguay . . .	Idem	Agostão Gomes Rosencro	Bahia	14 Setembro 1825
Perú	Vice-consul	D. Juan Castó	Perú	4 Janeiro 1828
	Vice-c. inter.	D. Manuel Caló	Rio de Janeiro	6 Abril 1828
	Vice-consul	Pedro Pereira de Almeida	Mazón	6 Abril 1828
	Idem	José Jacome-Tasso	Pernambuco	6 Abril 1828
	Idem	Guadalupe Moreira de Souza	Bahia	6 Abril 1828
	Idem	Joazeiro José Alves Filho	Mazón	6 Abril 1828
	Idem	Theodoro de Freitas Pereira	Salvador	6 Abril 1828
	Idem	Manoel Leopoldo de Oliveira	Panamayá	6 Abril 1828
	Idem	João Antonio Nicolini	Santa Catharina	6 Abril 1828
	Idem	João Ignacio Gomes Carlini	Rio-Grande-do-Sul	6 Abril 1828
Portugal	Consul para T. e. int. de cons. per.	Barão de Nogueira (ausente)	Rio de Janeiro	21 Julho 1829
	Vice-consul	Jeronymo José Duarte Silva	Idem	2 Outubro 1828
	Idem	João Maria de Souza Loureiro	Ingueby	10 Abril 1829
	Idem	Jozequim Pinto de Magalhães	Mangaratiba	28 Fevereiro 1822
	Idem	João Joaquim dos Santos	Paraty	22 Janeiro 1829
	Idem	João Maria Trivilin	Angra dos Reis	12 Maio 1811
	Idem	Manoel Antonio Vidal	Cabo-Frio	11 agosto 1820
	Idem	Jeronymo Pinheiro Pereira	Recife	28 Fevereiro 1822
	Idem	João Thomaz Pinto da Magalhães	Barragem de S. João	10 Setembro 1823
	Idem	Manoel Pinto da Costa	S. João da Barra	20 Outubro 1822
	Idem	João Custódio Ozorio	Campos	11 Agosto 1813
	Idem	Vicente José Gonçalves de Souza	Victoria	6 Abril 1824
	Idem	Jozequim Fernandes Coelho	Bahia	3 Setembro 1821
	Idem	Vicente Alvaro da Costa Botto	Rio das Contas	20 Maio 1823
	Idem	Jozequim Ignacio Pereira Junior	Rio-G. de Santa	21 Julho 1818
	Idem	João de Almeida Monteiro	Nápoles	3 Fevereiro 1815
	Idem	Francisco Pereira Soares	Pontevedra	9 Abril 1827
	Idem	Marcelo Drey	Scripps	22 Março 1828
	Idem	Pedro José Coelho Bastos	Pratry	17 Abril 1815
	Consul	João Benigno Pereira	Pernambuco	4 Fevereiro 1827
	Idem	Alcides Castello de Souza	Coari	4 Março 1828
	Idem	Cláudio de Araújo Guimarães	Mazón	22 Fevereiro 1820
	Idem	Jozequim Nepomuceno Moreira	Perú	22 Maio 1827
	Vice-consul	Brasão Alvaro Lobo	Idem	22 Setembro 1821
	Idem	Alexandre Paulo de Brito Amorim (ausente)	Amoyano	25 Abril 1824

Continuação de quadro de corpo consular estrangeiro.

PAISES	DESIGNAÇÃO	SCONS	LOCAL DO CON- SULADO	DATAS DO INE- QUADRO
Portugal . . .	V.-c. inter. Vice-consul Idem Idem Idem Idem Idem	Antonio Paulino de Brito Amaral. J. J. Joag. ^o de Santa Ayda Martins. Joãoquin Victorino da Cunha. Manoel Anto Vieira de Macedo. Antonio da Rocha Fernandes. Jão Barbosa Coelho. Francisco José Bello. Daniel Joaquim Ribeiro.	Amazonas Santos Goiânia S. Sebastião Santa Catharina Rio-Grande do Sul Porto-Alegre Paratyba	8 Junho 1909 28 Outubro 1909 29 Março 1912 8 Novembro 1912 23 Dezembro 1912 21 Janeiro 1913 10 Novembro 1913 10 Janeiro 1912
Prússia	Enc. de cons. Consul Idem Idem Idem inter. Vice-consul Idem inter. Consul Idem Idem inter.	C. Sackmeyer. C. A. Elshingmann. Guilherme A. Prager. G. Tappertsch. Augustin Francisco Fernandes. Theodoro Wille (ausente). L. Bendtsen. L. von Loos. Fernando Fozler (ausente). Gottfried von Neuggen.	Rio de Janeiro Bahia Pernambuco Pari Idem Santos Idem Rio-Grande do Sul Porto-Alegre Idem	14 Setembro 1883 20 Outubro 1912 22 Março 1912 2 Abril 1901 4 Abril 1901 9 Dezembro 1911 22 Agosto 1912 25 Junho 1912 19 Abril 1912 22 Fev. 1901
Rússia	Consul Vice-consul Idem inter. Vice-consul Idem Idem inter. Idem	Otto Kothke. Eduardo Kumpster Fry (ausente). Eduardo Kumpster. José Cândido de Barros. Augusto Eduardo de Costa (ausente). Francisco Gaudêncio da Costa. Jão Francisco Gonçalves.	Rio de Janeiro Bahia Idem Pernambuco Pari Idem Rio-Grande do Sul	11 Janeiro 1912 20 Agosto 1901 11 Abril 1901 29 Maio 1912 2 Dezembro 1912 11 Junho 1912
Sérvia	Consul Vice-consul Idem Idem Idem	Djordj Homan. Jose Antonio Rodriguez Passos. Antony José Albuquerque Homan. Antonio José Lasi Lou Boit. José Luis Lopes da Silva.	Rio de Janeiro Campos Bahia Pernambuco Rio-Grande do Sul	10 Fev. 1912 6 Janeiro 1912 4 Abril 1909 4 Abril 1909 21 Novembro 1912
Suecia e Noruega.	Vice-consul Idem Consul Vice-c. inter. Vice-consul Idem Idem Consul inter. Vice-consul Idem Idem Idem Idem	Eugen Jungstrom. Leif de Sigism. Tuxen. Boris Lindgren. B. Nordenskiöld. José Luis Pereira da Lima. Manoel Theophilo Alves Ribeiro. E. D. Wyan. G. R. Prager. José Simão de Vasconcellos. Egberto Pinheiro da Costa. Augusto Eduardo da Costa. Guilherme Wolskiel. Luis Loos. Wenceslao Joaquim Alves Leite.	Rio de Janeiro Campos Bahia Idem Paratyba Rio-G. do Norte Seropé Pernambuco Goiá Maranhão Pari Santos Rio-Grande do Sul Porto-Alegre	2 Outubro 1901 29 Setembro 1912 29 Novembro 1912 29 Agosto 1912 4 Janeiro 1912 1 Junho 1912 21 Novembro 1912 22 Fev. 1912 1 Junho 1912 4 Janeiro 1912 4 Junho 1912 4 Dezembro 1912 6 Agosto 1912 12 Dezembro 1912
Suíça	Consul geral Vice-consul	E. E. Dafigel. Theophilus Keller.	Rio de Janeiro Idem	22 Fev. 1912 28 Setembro 1901

Continuação do quadro do corpo auxiliar estrangeiro.

NOME	EMPREGO	SEXO	LOCALS ONDE SERVE	DATA DE EXISTÊNCIA
Solano	Contad.	Rodolfo Strölin : (tem a mesma empresa nas praças de Ser- pe e Alajuela)	Bahia	24 Setembro 1881
	Idem	F. Lavelle : (tem a mesma em- presa nas praças de Ca- ra, Parícuta e Rio-Grande do Norte).		
	Idem	Luis Freije	Pernambuco	21 Setembro 1881
	Idem	A. Rodolphe Luckinger	Paris	5 Dezembro 1882
	Vice-contad.	Heinrich Dietrich	Rio-Grande do Sul	27 Outubro 1882
	Idem	George Krug	Caracas	20 Outubro 1882
	Contad.	Fernando Hederaff.	S. Paulo, com re- sidência em Campinas	17 Julho 1883
			Santa Catharina e Paraná	6 Setembro 1883
Dragão (Reg. de Crim. ad. cap.)	Contad. geral	Salvador Pires	Rio de Janeiro	18 Abril 1884
	Vice-contad.	Bernardino José Campos Porto	Idem	12 Dezembro 1884
	Idem	Edmundo Francisco de Almeida	Campes	11 Janeiro 1885
	Idem	João Antonio de Freitas	Bahia	18 Maio 1885
	Idem	Paulo Antonio Talles Junior	Singap.	8 Outubro 1885
	Idem	João Barbosa	Sergipe	4 Dezembro 1885
	Idem	Antonio V. de Silva Faria	Pernambuco	3 Maio 1886
	Idem	João Dias Marcondes	Goia	20 Junho 1886
	Idem	Carlos Henrique da Rocha	Maranhão	25 Novembro 1887
	Idem	El. Manoel Oney	Para	23 Agosto 1890
	Idem	Leopoldo José Gomes Camillo	Santa	11 Novembro 1898
	Contad.	Alexandre Gaherres (ausente)	Paraguay	21 Janeiro 1893
	Vice-contad.	L. A. de Sá Lima	Idem	3 Setembro 1897
	Idem	João Maria de Luz	Santa Catharina	18 Agosto 1898
	Ex. do vice- contad.	F. Lima	Rio-Grande do Sul	28 Julho 1899
	Vice-contad.	F. José Bel. p.	Porto Alegre	24 Julho 1900
	Idem	Manoel Noronha	Pelotas	31 Outubro 1902
	Idem	Luis Aguiar	Rio	20 Julho 1905
	Idem	El. Camarero	Amoy	13 Agosto 1906
Vancouver	Contad.	Paulo Rodriguez Fernandes Chaves	Rio de Janeiro	5 Fevereiro 1882
Wienberg	Idem	Francisco Bernardino (ausente)	Idem	12 Fevereiro 1883
	Idem	Hernando Hupf	Idem	21 Dezembro 1886
	Vice-contad.	J. H. H. H. H.	Bahia	28 Janeiro 1891

Secretaria do estado das legações estrangeiras, 15 de Abril de 1892.

JOSE DE MOURA BARRETO DE ALMEIDA

N. 12.

Quadro dos agentes consulares estrangeiros residentes no Imperio.

PAISES	SERVICOS DOS AGENTES	ESTADOS PARA RESIDIR	DATAS DO LANÇAMENTO
Estados-Unidos	James Munster	Washig	Provincia do Rio de Janeiro
Francia	José Simão de Vasconcellos	Porto Alegre	15 Set. 1859
	Lucas Xavier	Campanha	Provincia do Rio de Janeiro
	Marcos Soares de Villa	Paraná	18 Junho 1855
	Ant. Carlos Augusto e Silva	Paraná	22 Set. 1861
	Barros e Silva	Paraná	28 Fev. 1859
	Julio Luis de La Roque	Paraná	21 Junho 1859
Portugal	José José Bapt. de Oliveira	Paraná	20 Jul. 1859
	José Martins Gomes	Paraná	20 Julho 1858
	J.º Carlos de Figueira	Paraná	20 Julho 1858
	Antonio da Costa Mendes	Paraná	22 Set. 1859
	Adolpho Baptista de Figueira	Paraná	11 Junho 1858
	José J.º da S.º Figueira	Paraná	11 Jul. 1859
	Antonio Xavier d'Almeida	Paraná	22 Set. 1859
	Honorato J.º Pereira Gomes	Paraná	18 Jul. 1859
	Francisco José de Magalhães	Paraná	20 Junho 1859
	Antonio Joaquim de Costa	Paraná	25 Dec. 1859
	Bomfim José Fernandes de	Paraná	25 Dec. 1859
	Oliveira Guimarães	Paraná	25 Dec. 1859
	João Baptista de Villa Gomes	Paraná	25 Dec. 1859
	Julio Ant.º Carlos Mendes	Paraná	25 Dec. 1859
	Lucas Mendes Villa	Paraná	25 Dec. 1859
	Antonio Xavier de Silva	Paraná	25 Dec. 1859
	Dr. José Brás Lima	Paraná	25 Dec. 1859
	Felix Luis de Barros	Paraná	25 Dec. 1859
	Victorio Rodrigues Ribeiro	Paraná	25 Dec. 1859
	José Luis de Campos	Paraná	25 Dec. 1859
	Francisco Bernardes Lopes	Paraná	25 Dec. 1859
	de Aguiar	Paraná	25 Dec. 1859
	Benjamin Carlos de S.º Barros	Paraná	25 Dec. 1859
	Marcos Francisco dos Reis	Paraná	25 Dec. 1859
	Thomaz José de Carvalho	Paraná	25 Dec. 1859
	João Gonçalves da Costa	Paraná	25 Dec. 1859
	Antonio Borges Sampaio	Paraná	25 Dec. 1859
	Novillo Gonçalves Pereira	Paraná	25 Dec. 1859
	da Silva Vianna	Paraná	25 Dec. 1859
	Antonio Pacheco Pereira	Paraná	25 Dec. 1859
	Antonio Pinto Soares	Paraná	25 Dec. 1859
	João Antonio de Silva	Paraná	25 Dec. 1859
	Miguel José Soares	Paraná	25 Dec. 1859
	Victorio da Silva Villa	Paraná	25 Dec. 1859
	Thomaz da Silva Villa	Paraná	25 Dec. 1859
	Antonio Ramos Mendes	Paraná	25 Dec. 1859
	Pedro José Soares	Paraná	25 Dec. 1859
	João Victor de Almeida	Paraná	25 Dec. 1859
	Francisco Portinho Soares	Paraná	25 Dec. 1859
	João Guilherme da Costa	Paraná	25 Dec. 1859
Prussia	Roberto Scholten	Paraná	25 Dec. 1859
Suecia	Pedro José Soares	Paraná	25 Dec. 1859
Suecia	Pedro José Soares	Paraná	25 Dec. 1859

Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, 15 de Abril de 1861. — J. M. Soares de Sousa.

N. 13.

Balanço geral resumido dos créditos e das despesas do ministério dos negócios estrangeiros no exercício financeiro de 1860—1861.

VÉRBAS	CREDITOS			DESPEZA								SALDO A FAVOR DOS CREDITOS
	de 1.º de Jan. de 1860 a 31.º de Dec. de 1860.	de 1.º de Jan. de 1861 a 31.º de Dec. de 1861.	TOTAL	COMPROMISSOS	REEMBOLSO	REEMBOLSO	REEMBOLSO	REEMBOLSO	REEMBOLSO	REEMBOLSO	TOTAL	
1.º Salário do estado	154.000\$000	\$	154.000\$000	81.500\$000	\$	81.500\$000	10.000\$000	\$	10.000\$000	\$	142.100\$000	11.900\$000
2.º Legações e consules	530.430\$000	\$	530.430\$000	130.154\$000	255.412\$000	109.150\$000	20.000\$000	\$	20.000\$000	\$	539.716\$000	8.714\$000
3.º Empregados em disponibilidade	7.500\$000	\$	7.500\$000	6.000\$000	\$	6.000\$000	\$	\$	\$	\$	6.000\$000	1.500\$000
4.º Extravios em estado	135.000\$000	\$	135.000\$000	\$	\$	12.500\$000	\$	57.150\$000	20.000\$000	24.775\$000	133.625\$000	1.375\$000
5.º Sítios no interior	40.000\$000	\$	40.000\$000	10.000\$000	\$	7.000\$000	1.000\$000	\$	11.000\$000	3.415\$000	34.785\$000	5.215\$000
6.º Extravios de guerra	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$
7.º Diferença de cambio	\$	40.000\$000	40.000\$000	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	10.000\$000	30.000\$000
	876.030\$000	40.000\$000	916.030\$000	225.425\$000	255.412\$000	126.150\$000	21.000\$000	57.150\$000	40.000\$000	28.185\$000	880.630\$000	35.400\$000

Secretaria de estado dos negócios estrangeiros. Seção de contabilidade, em 1.º de Março de 1862.

N. 14.

Orçamento da despesa do ministerio dos negocios estrangeiros para o anno financeiro de 1863—1864.

§ 1. ^o Despesa do ministerio.	1. ^o Secretaria de Estado, moeda do país	148,000,000	671,000,000
	2. ^o Legações e consules, no exterior de 77 d. sta. por lg . .	329,041,000	
	3. ^o Encomendas em disponibilidade, moeda do país	7,400,000	
	4. ^o Ajudas de custo ao exterior de 77	60,000,000	
	5. ^o Extracurricular no exterior, dta	63,000,000	
	6. ^o Dtas no exterior, moeda do país	25,000,000	
	7. ^o Diferenças de cambios e comarcas	40,000,000	
§ 2. ^o Despesa geral			8
			8

Tabelas explicativas do orçamento da despesa do ministerio dos negocios estrangeiros para o anno financeiro de 1863—1864.

PARTICULAR DA DESPESA.	LEGISLAÇÃO.	EXISTENTES.	NOVAS.	TOTAL PARA 1861 — 1862.
§ 1. ^o SECRETARIA DO MINISTRO.				
Ministro e assessor de estado	Lei de 7 de Agosto 1862	12,000,000		
Director geral.	Dec. de 19 Fev. 1862	5,000,000		
	Dec.	4,000,000		
1 conselheiro	Dec.	4,000,000		
	Dec.	2,000,000		
4 Juizes de seg.	Dec.	14,000,000		
	Dec.	8,000,000		
Aumento de 20 % ao Director de 4. ^o seg. . . .	Dec.	1,000,000		
10 primeiros officiaes . . .	Dec.	30,000,000		
	Dec.	10,000,000		
6 segundos officiaes . . .	Dec.	12,000,000		
	Dec.	4,000,000		
4 auxiliaes	Dec.	8,000,000		
	Dec.	2,000,000		
1 traductor escriptural . .	Dec.	3,000,000		
	Dec.	1,000,000		
A transportes		121,000,000		

Contababilidade das rubricas de argumentação do despesa.

ANOTAÇÃO DA RUBRICA.	LEGISLAÇÃO.	RECEBIMENTOS.	DEBITOS.	VOTO DO PARL. 1882 — 1883.
Transporte		120.000,000		
1 procurator	Ord. Dec. de 10 Fev. 1882	400,000		
	Ord. Idem	400,000		
1 empregado no gabinete do ministro	Ord. Idem	1.800,000		
1 porteiro	Ord. Idem	1.800,000		
	Ord. Idem	800,000		
2 cozinheiros	Ord. Idem	1.800,000		
	Ord. Idem	800,000		
5 serventes	Ord. Idem	3.800,000		
	Ord. Idem	2.000,000		
Qualificação de duas secretarias quando entra no serviço .	Idem	1.000,000	180.800,000	
<i>Despesas.</i>				
Objetos necessários para o expediente e registros		4.000,000		
Reembolso de correspondência oficial		800,000		
Impresso de relatórios e actas da gerencia		8.000,000		
Overdrags para os correios		750,000		
Aluguel e decore da casa		3.100,000	10.850,000	
			100.850,000	
Debitando a quantia que deixará de ser despendida com o pessoal, por effecto da vaga, licença e faltas, calculada em			2.580,000	
			1-01-000,000	103-800,000

Como se vê pela-se mesma do que foi votado para 1881 — 1882 1.800,000.

Atta dos 5.580,000, que fôrto debitados, contra a differença dos recibos 301,000, de aumento das seguintes quantias: 2.200,000, gratificação do 2 empregado do gabinete do ministro, que fôrto dispensado, e 1.800,000, aumento do despesa, sendo 800,000 de um decimo mais de suas remunerações concedidas ao director da 4.ª secção, e 1.200,000 difference entre o artigo e o actual aluguel de casa da secretaria.

Continuação das tabelas do orçamento da despesa.

DISTRITO DE DESPESA.	LEGISLAÇÃO.	VINCULADOS.	MÓDULO.	TOTAL PARA 1888 — 1889.
§ 2º				
LEGATIMOS E CONSULARES.				
<i>Estados Unidos da America.</i>				
1 enviado extraordinário e ministro plenipotenciário. Ord. Lei de 22 Agosto 1881.		2.200\$000		
Rep. Dec. de 4 Agosto 1882		10.800\$000		
1 secretario de legação. Ord. Lei de 22 Agosto 1881.		1.200\$000		
Grat. Dec. de 6 Abril 1882 e Ar. de 18 Abril 1881		3.800\$000		
1 adido de 1ª classe. Ord. Lei de 22 Agosto 1881.		800\$000		
Grat. Dec. de 6 Abril de 1882		2.200\$000		
1 assal geral. Ord. Dec. de 7 Maio de 1884		1.800\$000		
Grat. Ar. de 16 Abril de 1885		800\$000		
Expêditos de legação.		800\$000		
do consulado.		500\$000	31.000\$000	
<i>Confederação Argentina.</i>				
1 enviado extraordinário e ministro plenipotenciário. Ord. Lei de 22 Agosto 1881.		2.200\$000		
Rep. Dec. de 6 Abril de 1882		11.400\$000		
1 secretario de legação. Ord. Lei de 22 Agosto 1881.		1.200\$000		
Grat. Dec. de 6 Abril de 1882		2.200\$000		
1 adido de 1ª classe. Ord. Lei de 22 Agosto 1881.		800\$000		
Grat. Dec. de 6 Abril de 1882		2.200\$000		
1 assal geral. Ord. Dec. de 21 Junho 1884		1.800\$000		
Grat. Ar. de 18 Set. 1887, 13 de Fev. 1888 e 20 de Decem. de 1901		4.000\$000		
Expêditos de legação.		500\$000		
do consulado.		500\$000	28.000\$000	
<i>Republica Oriental do Uruguay.</i>				
1 enviado extraordinário e ministro plenipotenciário. Ord. Lei de 22 Agosto 1881.		2.200\$000		
Rep. Dec. de 21 Maio 1882		10.800\$000		
1 secretario de legação. Ord. Lei de 22 Agosto 1881.		1.200\$000		
Grat. Dec. de 7 Maio de 1882		2.800\$000		
1 adido de 1ª classe. Ord. Lei de 22 Agosto 1881.		800\$000		
Grat. Dec. de 6 Abril de 1882		2.200\$000		
1 assal geral. Ord. Dec. de 6 Junho 1885		1.800\$000		
Expêditos de legação.		500\$000		
do consulado.		500\$000	29.500\$000	
A transportar.		29.500\$000	88.500\$000	

Continuação das tabelas de orçamento da despesa.

AUTOREDADE DA DESPESA.	LEGISLAÇÃO.	VALOR PRETÉRITO.	ATUALIZADA.	TOTAL PARA 1881 — 1882.
Transporte		29.200,000	88.200,000	
<i>Pará.</i>				
1 comissão extraordinária e sub-comitê parlamentar. Ord. Lei de 29 Agosto 1881		7.500,000		
Rep. Dec. de 21 Maio 1881		10.000,000		
1 secretário de legação. Ord. Lei de 29 Agosto 1881		1.500,000		
Ord. Dec. de 14 Maio 1881		2.000,000		
1 adido de 1.ª classe. Ord. Lei de 29 Agosto 1881		800,000		
Ord. Dec. de 8 Abril de 1881		2.000,000		
1 cons. geral em Lima. Ord. Dec. de 28 Fev. 1882		2.000,000		
1 dito em Nanta. Ord. Dec. de 28 Jan. 1882		2.000,000		
Ord. At. de 13 de agosto, ex		1.000,000		
Despachos de legação.		500,000		
" de comitê em Lima.		200,000		
" de dito em Nanta.		300,000		
<i>Bolivia.</i>				
1 a subse. residente. Ord. Lei de 29 Agosto 1881		2.000,000		
Rep. Dec. de 7 Maio 1881		75.000,000		
1 adido de 1.ª classe. Ord. Lei de 29 Agosto 1881		800,000		
Ord. Dec. de 8 Maio de 1882		2.000,000		
Despachos de legação.		800,000		
<i>Paraguay.</i>				
1 ministro residente. Ord. Lei de 29 Agosto 1881		2.000,000		
Rep. Dec. de 28 Jan. 1882		12.000,000		
Ord. Dec. de 14 de 28				
Maio 1882, art. 35		1.000,000		
1 secretário de legação. Ord. Lei de 29 Agosto 1881		1.500,000		
Ord. Dec. de 28 Jan. 1882				
At. de 13 de agosto, ex		2.000,000		
Ord. Art. 35 de rep. n. 248		1.000,000		
1 adido de 1.ª classe. Ord. Lei de 29 Agosto 1881		800,000		
Ord. Dec. de 8 Abril de 1882		2.000,000		
Despachos de legação.		200,000		
<i>Paraguay.</i>				
1 assessor de legação. Ord. Lei de 29 Agosto 1881		1.000,000		
Ord. Dec. de 8 Abril 1882		2.000,000		
1 adido servindo de secre-tário. Ord. Lei de 29 Agosto 1881		800,000		
Ord. Dec. de 8 Abril 1882		2.000,000		
1 cons. geral. Ord. Dec. de 28 Fev. 1882		4.000,000		
A transportes.		10.000,000	190.000,000	

Continuação dos tabelões de pagamento de despesa.

DESCRIÇÃO DA DESPESA.	LEGISLAÇÃO.	ANEXO.	QUANTIA.	TOTAL DO PERÍODO 1861 — 1862.
Transporte		18-000,000	184,700,000	
Expendente da legação		200,000		
" de conselheiro		100,000	17-000,000	
<i>Grã.</i>				
1 mantença do negro. Ord. Lei de 22 Agosto 1851. 2-000,000				
Rep. Dec. de 6 Abril 1852. 9-000,000				
1 soldo anexo do secretario. Ord. Lei de 22 Agosto 1851. 800,000				
Grat. Dec. de 6 Abril 1852. 1-200,000				
Expendente da legação		100,000	13-000,000	
<i>Inglaterra</i>				
1 serviço extraordinário e extraordinário p. conselheiro. Ord. Lei de 22 Agosto 1851. 3-000,000				
Rep. Dec. de 6 Abril 1852. 21-000,000				
Grat. Dec. de 8 de Fev. 1853. 2-000,000				
1 mantença da legação. Ord. Lei de 22 Agosto 1851. 1-000,000				
Grat. Dec. de 6 Abril 1852. 4-000,000				
4 soldos de 1.ª classe. Ord. Dec. de 18 Abril 1853. 3-000,000				
Grat. Lei de 22 Agosto 1851. 6-000,000				
Expendente da legação		4-000,000		
" de conselheiro		200,000	49-000,000	
<i>Francia</i>				
1 serviço extraordinário e extraordinário p. conselheiro. Ord. Lei de 22 Agosto 1851. 3-000,000				
Rep. Dec. de 6 Abril 1852. 10-000,000				
Grat. Dec. de 11 Outubro 1852. 7-000,000				
" de 18 de Abril 1853. 1-000,000				
1 mantença da legação. Ord. Lei de 22 Agosto 1851. 1-000,000				
Grat. Dec. de 6 Abril 1852. 3-800,000				
" de 2 Maio 1853. 1-000,000				
2 soldos de 1.ª classe. Ord. Lei de 22 Agosto 1851. 4-000,000				
Grat. Dec. de 6 Abril 1852. 2-200,000				
1 conselheiro em Paris. Ord. Dec. de 18 Março 1853. 200,000				
Grat. Dec. de 10 Maio 1853. 2-200,000				
1 conselheiro em Cayman. Ord. Dec. de 12 Jan. 1853. 200,000				
Grat. Dec. de 12 de Maio 1853. 1-000,000				
Expendente da legação		1-000,000		
" de conselheiro em Paris		200,000		
" " Cayman		200,000	49-000,000	
A transportar			313,000,000	

Continuação das tabelas de pagamento da despesa.

DEPESÇA DA MONEDA	LEGISLAÇÃO	PERÍODOS	VALORES	ESTIM. PAR. 1881 — 1882.
Transporte			300-000,000	
<i>Portugal.</i>				
1 modelo extraordinário e ministerial plenipotenciário. Ord. Lei de 22 Agosto 1851 3-000,000				
Rep. Dec. de 17 Abril 1858 18-000,000				
Gov. Ar. de 18 Abril 1858 2-000,000				
1 secretario da legação. Ord. Lei de 22 Agosto 1851 1-200,000				
Gov. Dec. de 5 Abril 1858 2-000,000				
2 cônsules de 1ª classe. Ord. Lei de 22 Agosto 1851 1-800,000				
Gov. Dec. de 8 Abril 1858 4-400,000				
1 cônsul em Angola. Ord. Dec. de 30 Nov. 1853 2-000,000				
Expediente da legação.			1-000,000	
" de cônsulados.			200,000	
" em Angola			500,000	38-700,000
<i>Prussia.</i>				
1 modelo extraordinário e ministerial plenipotenciário. Ord. Lei de 28 Agosto 1851 11-000,000				
Rep. Dec. de 8 Abril 1858 12-000,000				
1 secretario da legação. Ord. Lei de 28 Agosto 1851 1-200,000				
Gov. Dec. de 6 Abril 1858 2-000,000				
Ar. de 21 Junho 1858 3-000,000				
2 cônsules de 1ª classe. Ord. Lei de 28 Agosto 1851 1-600,000				
Gov. Dec. de 8 Abril 1858 4-400,000				
1 cônsul geral em Prussia. Ord. Dec. de 18 Maio 1858 4-000,000				
Gov. Ar. de 5 Abril 1851 1-000,000				
1 dito nas cônsules Hamburgo. Ord. Dec. de 4 Fev. 1852 2-000,000				
Expediente da legação.			500,000	
Expediente do cônsul de Prussia.			1-000,000	
" de dito nas cônsules Hamburgo.			200,000	27-800,000
<i>Austria.</i>				
2 ministros residentes. Ord. Lei de 22 Agosto 1851 2-400,000				
Rep. Dec. de 7 Maio 1858 12-000,000				
1 secretario da legação. Ord. Lei de 22 Agosto 1851 1-200,000				
Gov. Dec. de 27 Março 1857 2-000,000				
Ar. de 16 Abril 1858 1-800,000				
1 cônsul de 1ª classe. Ord. Lei de 22 Agosto 1851 800,000				
Gov. Dec. de 6 Abril 1858 2-200,000				
1 cônsul geral em Trieste. Ord. Dec. de 5 Março 1858 2-000,000				
Expediente da legação.			500,000	
" de cônsulados.			500,000	36-400,000
A transportar.				614-000,000

Continuação das tabelas de orçamento da despesa.

RAZÃO DA DESPESA.	LEGISLAÇÃO.	REQUERIMENTOS.	FORMAS.	VALOR PARA 1998 - 1999.
Transporte			403.066,9000	
<i>Brasil.</i>				
1 ministro residente	Ord. Lei de 22 Agosto 1851 Rep. Dec. 9 Dezem. 1859	2.000,0000 10.100,0000		
1 secretario de legação	Ord. Lei de 22 Agosto 1851 Grat. Dec. de 9 Dezem. 1859	1.000,0000 2.000,0000		
1 addido de 1ª classe	Ord. Lei de 22 Agosto 1851 Grat. Dec. de 9 Dezem. 1859	800,0000 2.000,0000		
Expediente da legação		1.000,0000		
do consulado		200,0000	21.800,0000	
<i>Belgica.</i>				
1 ministro residente	Ord. Lei de 22 Agosto 1851 Rep. Dec. de 5 Fev. 1861	2.000,0000 15.000,0000		
1 secretario de legação	Ord. Lei de 22 Agosto 1851 Grat. Dec. de 5 Fev. 1861	1.000,0000 2.000,0000		
1 addido de 1ª classe correspondente da parte do consulado geral	Ord. Lei de 22 Agosto 1851 Grat. Dec. de 5 Abril 1859 e Dec. de 18 Out. 1859 e 8 de Outubro 1860	800,0000 4.000,0000		
Expediente da legação		200,0000		
do consulado		200,0000	26.000,0000	
<i>Roma.</i>				
1 encarreg. de negocios	Ord. Lei de 22 Agosto 1851 Rep. Dec. de 4 Abril 1859	2.000,0000 8.000,0000		
	Grat. Dec. de 10 Abril 1859	1.000,0000		
1 addido de 1ª classe	Ord. Lei de 22 Agosto 1851 Grat. Dec. de 4 Abril 1859	800,0000 2.000,0000		
Expediente da legação		1.000,0000		
Despesa de estipendio		200,0000	16.000,0000	
<i>Italia.</i>				
1 encarreg. de negocios	Ord. Lei de 22 Agosto 1851 Rep. Dec. de 4 Abril 1859	2.000,0000 8.000,0000		
1 consal geral	Ord. Dec. de 4 Maio 1860	2.000,0000		
Expediente da legação		200,0000		
do consulado		200,0000	14.000,0000	
A transportar			491.446,9000	

Classificação das tabelas de orçamento da despesa.

RECURSA DA DESPESA.	LEGISLAÇÃO.	VERGEMENTO.	ROMBA.	TOTAL PARA 1891 — 1892.
Transporte.			481.541,666	
Repartição.				
1 encarg. de negociaç. Ord. Lei de 22 Agosto 1881		2.000,000		
Rep. Dec. de 6 Abril 1882		8.000,000		
1 consel. geral. . . . Ord. Dec. de 14 Out. 1882		2.000,000		
Expediente da legação.		500,000		
" de consuleado.		500,000		
			14.000,000	
Paião Peixe.				
1 encarg. de negociaç. Ord. Lei de 22 Agosto 1881		2.000,000		
Rep. Dec. de 6 Abril 1882		8.000,000		
1 addido de 1ª classe. . . Ord. Lei de 22 Agosto 1881		800,000		
Grat. Dec. de 6 Abril 1882		3.200,000		
1 consel. geral. . . . Ord. Dec. de 6 Abril 1881		4.500,000		
Expediente da legação.		500,000		
" de consuleado.		500,000		
			18.000,000	
Chapdelayne Suiza.				
1 encarg. de negociaç. Ord. Lei de 22 Agosto 1881		2.000,000		
Rep. Dec. de 28 Janeiro 1887		8.000,000		
Ord. Ar. de 7 Junho 1891		1.000,000		
1 addido de 1ª classe. . . Ord. Lei de 22 Agosto 1881		800,000		
Grat. Dec. de 23 Set. 1881		3.200,000		
1 consel. geral. . . . Ord. Dec. de 10 Out. 1887		3.200,000		
Grat. Ar. de 29 Junho 1888		1.600,000		
Expediente da legação.		500,000		
" de consuleado.		500,000		
			18.000,000	
Revisão e Dissertação.				
1 encargado de neg. Ord. Lei de 22 Agosto 1881		2.000,000		
Rep. Dec. de 7 Maio 1882		8.000,000		
Grat. Ar. de 1 Outubro 1881		1.500,000		
1 consel. geral. . . . Ord. Dec. de 8 Jun. 1881		4.000,000		
Expediente da legação.		500,000		
" de consuleado.		500,000		
			16.000,000	
Diferença o que se não des- pendeu por efeito de vagas, letras e outras eventual- dades, cobríveis em.			541.541,666	
			10.000,000	
			531.541,666	531.790,000

A diferença entre as duas sommas é de 798,333, que se paga de moeda. — Resulta elle (abstrahendo feita das duas partes debilitadas) de expensas de 320,116,12, com 320,000,000. — A primeira das duas quantias representa parte de despesa não contemplada no orçamento de 1891 — 1892, e que occorreu posteriormente à sua publicação. — A segunda é a importância das que contempladas aquelle orçamento, não o são só pelo seu projecto, por se considerar despendidas algumas e não despendidas outras.

Continuação das folhas de orçamento da despesa.

NATUREZA DA DESPESA.	LEGISLAÇÃO.	VENCIMENTOS.	SOMAS.	VALORES PARA 1891 — 1892.
§ 3. ^o DESPEZAS DE DESPACHO- DADA.				
1. servido extraordinário a mi- nistro plenipotenciário. Cel.	Dec. n. 945 20 Março de 1892	2-1222000		
1. dito Cel.	idem.	1-900000		
1. auxiliação de sup. Cel.	idem.	1-333000		
1. secretário de legação. Cel.	idem.	800000	6-666000	6-1222000

A diferença para menos de 2-333000, resulta de achar-se actualmente roturado o nome de em-
pregado desta classe.

NATUREZA DA DESPESA.	LEGISLAÇÃO.	VENCIMENTOS.	SOMAS.	VALORES PARA 1891 — 1892.
§ 4. ^o LÍBRAS DE CORPO.				
De encomendas, impressões, coti- zadas e de expressões con- tudo de 27.			66-000000	40-000000

NATUREZA DA DESPESA.	LEGISLAÇÃO.	VENCIMENTOS.	SOMAS.	VALORES PARA 1891 — 1892.
§ 5. ^o ENTRACORRENTES NO EXTERIOR.				
Para despesas de explorações, estudos topographicos; ser- viços e localizações de trabalhos e cartografados em países es- trangeiros, e eventuais re- servadas no crédito de 27.			66-000000	50-000000

Continuação das tabelas de orçamento da despesa.

NATUREZA DA DESPESA.	LEGISLAÇÃO.	TERCEIROS.	SOMAS.	VOTOS PARA 1881 — 1882.
§ 4.º				
INTERVENÇÕES DO INTERIO.				
Para serviços extraordinários no interior, exploração, es- tudos e plantas do território do Império e que se tem de prestar em virtude de ques- tos internacionais e despesas especiais			25:200\$000	25:200\$000

Montante em 184:680\$000, as rubricas dos §§ 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 9.º, votadas para 1881 — 1882. —
Essas rubricas foram no presente proposta, reduzidas nas bases precedentes, para as quantias pelas-se
184:200\$000; ha portanto uma redução na despesa de 16:480\$000.

NATUREZA DA DESPESA.	LEGISLAÇÃO.	TERCEIROS.	SOMAS.	VOTOS PARA 1881 — 1882.
§ 7.º				
INTERVENÇÕES DE GUERRA E COM- munição.				
Para differença entre o cambio por de 27 e o de 28 por 1%, em que se calcula o co- mmissa para a Europa, ha- vendo para comissão.			48:000\$000	48:000\$000

Secretaria do estudo dos negocios estrangeiros, secção de exactidão em 1.º Março de 1881.

Vicente Augusto da Costa, director da secção.

Credito supplementar.

N. 15.

Senhor. — Em virtude do que foi estipulado no art. 17 da convenção de 22 de Outubro de 1888 entre o Imperio e a Republica do Peru, Sua Magestade Imperial por bem nomear, por Decreto de 16 de Agosto ultimo, o commissario brasileiro que, conjuntamente com o peruano, tem de reconhecer e demarcar a fronteira entre os dois Estados.

Para cooperarem nos trabalhos scientificos da comissao, serão aggregados ao commissario brasileiro dois officiaes do corpo de engenheiros, e dois da armada.

Atendendo ás necessIDADES de serviço auxiliar da comissao, e de trinta praças de linha que têm de acompanhá-la de Paris á fronteira do Peru, aggregou-se-lhe tambem um official do corpo de saude do exercito.

As despesas provenientes d'este serviço, exceptuando a da comida, devem correr pelo ministerio dos negocios estrangeiros.

Segundo a demonstração junta organizada na secção de contabilidade, clerico-se com despesa no corrente exercicio de 1891 a 1892 a 34:450p380

Sendo o credito assignado na respectiva lei do orçamento, para despesa de semelhante natureza de 18:900p000

Torna-se, pois, antes de findar o exercicio, haverá um deficit de Rs. 15:550p380

E não podendo deduzir o serviço de que se trata, por ser o desempenho de um compromisso internacional, preciso o governo da Vossa Magestade Imperial que lhe seja aberto, pelo ministerio dos negocios estrangeiros, um credito supplementar da mencionada quantia de Rs. 15:550p380.

Tenho, portanto, o honor de Vossa Magestade Imperial se dignar approvar o decreto que tenho a honra de submeter á Sua Alta Consideração, concedendo a este ministerio o referido credito.

Sou, Senhor, de Vossa Magestade Imperial a mais fiel e reverente subdito.

O ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros.

B. A. DE MACCABEN TIGER.

Demonstração das despesas

provenientes do reconhecimento e demarcação da fronteira entre o Brasil e o Perú, a que vai proceder a respectiva comissão mista em virtude do art. 17 da convenção celebrada entre os dois Estados, em 22 de Outubro de 1878, a saber:

Despesas já realizadas.

Ajudas de custo de vida de commissarios fronteireiros e officios auxiliares.

Ao commissario capto-tenente, José da Costa Azevedo.	2:400\$000	
Ao 1. ^o tenente d'armado, João Soares Pinto	1:000\$000	
Ao 1. ^o tenente de engenheiros, VICENTE PEREIRA DIAS	1:000\$000	
Ao 2. ^o tenente d'armado Augusto José de Sousa Soares de Andréa	1:000\$000	
Ao 2. ^o tenente de engenheiros, Miguel Vieira Ferreira	1:000\$000	
Ao director do corpo de made do exercito, Dr. VICENTE IGNAÇÃO Dias	1:000\$000	
		7:400\$000

Despesas que se hão de realizar no corrente exercicio.

Gratificações.

Ao capitão-tenente Costa Azevedo de 1 de Novembro de 1881 a 30 de Junho de 1882, a razão de 2:000\$ por anno.	6:362\$043	
Ao 1. ^o tenente Soares Pinto, idem dito 1:000\$	2:530\$434	
Ao 1. ^o tenente Pereira Dias, idem dito 1:000\$. . . .	2:530\$284	
Ao 2. ^o tenente Soares de Andréa, idem dito 2:000\$. . .	2:387\$291	
Ao Dr. Ignacio Pereira, idem dito 2:000\$.	2:387\$284	
Ao 2. ^o tenente Vieira Ferreira, a contar de 15 de Novembro de 1881 a 30 de Junho de 1882	2:341\$739	
		18:287\$345

Transporte.

(R:3876000 7:466000)

Despesas diversas.

Despesa d'Estado com empregados na commissão, acima declarados.	1:3120000		
Uma barquinha e condutores.	120000		
Fortifícios de papel para plantas, mapas e varios in- strumentos.	600000		
Uma lancha ambulante.	500000		
Despesas da commissão.	6:000000	8:300000	25:730000
			31:130000

A lei n. 1114 de 27 de Setembro de 1890 assignou ao
§ 6º do art. 4º para as despesas de exploração e
estudos topographicos e geographicos sobre limites
e situação fluvial.

15:800000

15:300000

Sessão da comtabilidade do ministerio dos negocios estrangeiros, em 15 de Novembro de 1891.—
O director da sessão, Placido Antonio da Costa.

DECRETO N. 2848 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1891.

Anterior e presente o secretario de estado dos negocios estrangeiros, a disposição da assembleia de
1891 a 1892, sobre do credito total a ser votado § 6º do art. 4º da lei n. 1114 de 27 de Setembro
de 1890, mais a quantia de 15:300000.

Não sendo sufficiente a quantia assignada na verba do § 6º do art. 4º da lei n. 1114 de 27 de Se-
ptembro de 1890 para satisfazer, até ao fim do corrente anno financeiro, as despesas relativas ao reco-
nhecimento e demarcação da fronteira entre este Imperio e a Republica do Port. : Tão por bem, tendo
ouvido e ouvido de ministros, e em conformidade do § 3º do art. 1º da lei n. 589 de 3 de Setembro
de 1890, autorizar a abertura de um credito supplementar de 15:300000, para occorrer as despesas
referidas, devendo este credito incluir-se opportunamente na proposta que houver de ser offerecida ao
corpo legislativo, para definitiva approvação.

Euvenio Augusto de Magalhães Taques, do meu conselho, ministro e secretario de estado dos
negocios estrangeiros, e tendo assim autorizado e fago executar expedido os despachos necessarios.

Palacio da Boa Vista, em 16 de Novembro de 1891, 41º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador

EUVENIO AUGUSTO DE MAGALHÃES TAQUES.

INDICE

DAS MATERIAS CONTIDAS NESTE RELATORIO.

EXPOSIÇÃO.

Secretaria de estado	2
Corpo diplomatico brasileiro	3
Corpo consular brasileiro	4
Corpo diplomatico estrangeiro	6
Corpo consular estrangeiro	7
Relações Politicas	8
Neutralidade do Brasil na luta entre os Estados-Unidos e os que se declarára republicos do Vello Norte-Americano	11
Estado das relações commerciaes entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay depois da cessação do artigo 4 do tratado de 13 de Outubro de 1801.	14
Estado das reclamações brasileiras por prejuizos de guerra.	16
Soluções das reclamações dos subditos da França e Inglaterra provenientes de prejuizos de guerra.	20
Despesas do governo da Republica para com o Imperio, e que estão especialmente impoitas na renda do Estado	22
Limites entre o Imperio e a Republica Oriental do Uruguay	23
Ocupação do Rio do Aricaes	24
Reapropriação da fronteira do Brasil com a Republica da Fort	25
Intelligencia da convenção de 3 de Junho de 1888 celebrada entre o Imperio e a Re- publica	26
Convenção pendente sobre limites entre o Brasil e a Guyana Francesa	27
Accordo proposto ao governo da França para desenvolver a jurisdicção e que devem ficar expletas as crimes commettidos no territ. e levados a um dos países Unidosophos. . . .	28
Extradicção de assassinos	29
Extradicção do criminoso já condemnado	30
Abolição dos Criminos do Norte e do Sul	30
Abolição do direito de Slave no Brazil	30

Anulação dos direitos que se cobrão pelo tratado de Escalvão	26
Convenções consuetas	26
Intelligencia do artigo 8 da convenção consular de 10 de Dezembro de 1890, celebrada entre o Brasil e a França	34
Intelligencia da lei de 10 de Setembro de 1899.	33
Emigração	35

Reclamações Brasileiras :

AFRICA ORIENTAL.

Atos e violências cometidas contra brasileiros por autoridades do departamento de Tugueacombé	36
Assassinatos de cidadãos brasileiros	36
Depredações no departamento de Naldondo	42
Atribuição do escudo das armas imperiaes da fronte da casa do vice-consul brasileiro em Tugueacombé	62
Assalto da casa da brasileira Anna da Silva, em Omba-Pori	63
Solução da reclamação de Lucio e Germano da Costa	66



PORTUGAL.

Comissão mista brasileira e Portuguesa	44
Morda-mão	45
Captura dos navios brasileiros na costa d'África	46

ESPAHHA.

Pedido de extradição	67
--------------------------------	----

Reclamações Estrangeiras :

Transportes	68
Administração dos Sacramentos de matrimonio e sepelimo, na provincia do Rio-Grande do Sul a pedido do Estado Oriental	69
Conflicto occorrido entre brasileiros e orientaes, na villa de Santa Eugénia do Quacabá, no departamento de Salto	70
Incendio do quartel de Paz-Paz no departamento do Salto por causa de latros brasileiros	81
Supposta lavagem do territorio oriental pela fronteira do Acagá, por um grupo de brasileiros armados	82
Pedido de extradição	83
Roubo de pessoas do rio	84

PORT.

Imenidades diplomaticas	36
-----------------------------------	----

INGLATERRA.

Imposto de 130s lançado pela lei n. 727 de 17 de Dezembro de 1861 da assembleia provincial de Bala sobre os exportadores das cascas estrangeiras estabelecidas na mesma provincia, não favorecidas por tratado	50
Neutragie da barca inglesa « Prince of Wales »	55
Accordo para o transporte em malas espostas da correspondencia entre a provincia de S. Pedro do Rio-Grande do Sul e a Grã-Bretanha	58

ESPANHA.

Amenda sobre o governo imperial e o do S. M. Catholico para o ajuste definitivo das redempções pendentes do subdito dos respectivos paizes	70
Despesas do ministerio dos negocios estrangeiros	72

DOCUMENTOS OFFICIAES

ANNEXO N. I

Relações politicas

Relações entre o Brasil e os Estados-Unidos.

Neutralidade do Brasil em rela. entre os Estados-Unidos, e os que se declarára separados da União Norte-Americana.

N. 1.	Circular aos presidentes de provincias	1
N. 2.	Arroo dirigido aos ministros da Justiça, Guerra e Marinha.	2
N. 3.	Nota da legação dos Estados-Unidos ao governo Imperial.	3
N. 4.	Nota do governo Imperial á legação dos Estados-Unidos.	10
N. 5.	Nota da legação dos Estados-Unidos ao governo Imperial.	15
N. 6.	Nota do governo Imperial á legação dos Estados-Unidos.	22
N. 7.	Nota da legação dos Estados-Unidos ao governo Imperial.	23
N. 8.	Nota da legação dos Estados-Unidos ao governo Imperial.	23
N. 9.	Nota do governo Imperial á legação dos Estados-Unidos.	26
N. 10.	Nota da legação dos Estados-Unidos ao governo Imperial.	28

Relações entre o Brasil e o Estado Oriental do Uruguay.

Estado das relações commerciaes entre o Brasil e o Republica Oriental do Uruguay, depois da cessação do art. 4 do tratado de 18 de Outubro de 1821.

N. 11.	Resolução tomada pelo governo Oriental	41
N. 12.	Nota do governo oriental á legação Imperial	41
N. 13.	Nota da legação Imperial ao governo oriental.	42
N. 14.	Portos habilitados para a exportação de gado em pé e de mais productos do Estado Oriental do Uruguay pela fronteira terrestre do mesmo Estado.	43

Estado das reclamações lusitimas por prejuizos da guerra.

N. 15.	Nota da legação Imperial ao governo da republica	43
N. 16.	Nota do governo oriental á legação Imperial	47

N. 17. Nota da legação imperial ao governo oriental.	47
N. 18. Nota do governo oriental à legação imperial.	49
N. 19. Nota da legação imperial ao governo oriental.	50

Solução das reclamações dos cidadãos da França e Inglaterra provenientes da pregação de guerra

N. 20. Nota das agências da França e Inglaterra ao governo oriental.	55
N. 21. Lei da República Oriental.	59
N. 22. Quadro dos empréstimos feitos pelo governo imperial à República Oriental do Uruguay em virtude da convenção de 12 de Outubro de 1831, da lei n. 715 de 30 de Novembro de 1833, e do protocolo celebrado em Montevideo a 29 de Janeiro de 1838; bem como dos juncos decorridos das datas das entregas feitas pela thesouro nacional nesta obra e pela legação deste Imperio em Montevideo até 31 de Dezembro de 1844.	60

Relações entre o Imperio e a República Oriental do Uruguay.

N. 23. Officio da presidencia do Rio-Grande do Sul ao governo imperial.	61
N. 24. Officio do commissario brasileiro ao governo imperial.	61
N. 25. Nota do governo oriental à legação imperial.	62
N. 26. Nota da legação imperial ao governo oriental.	62

Ocupação de Elendo de Artigas.

N. 27. Nota do governo oriental à legação imperial.	63
N. 28. Nota da legação imperial ao governo oriental.	64

Estado politico da Confederação Argentina.

N. 29. Nota do governo de Buenos-Ayres ao consel. geral do Brasil.	65
Decreto a que se refere a nota supra.	66
N. 30. Nota do conselheiro geral do Brasil ao governo de Buenos-Ayres.	67

Demarcação da fronteira entre o Brasil e a República do Perú.

N. 31. Nota do governo peruano à legação imperial.	67
N. 32. Nota da legação imperial ao governo peruano.	68
N. 33. Nota da legação imperial ao governo peruano.	69

Protesto dirigido pelo governo da Nova-Granada ao do Venezuela contra os limites, como feitos descriptos no tratado celebrado entre esta ultima república e o Brasil em 3 de Maio de 1830.

N. 34. Nota do governo da Nova-Granada ao do Venezuela.	70
N. 35. Nota do governo da república do Venezuela ao do Nova-Granada.	71

Affirmação da democracia e reconhecimento das Partes do Brasil com a república do Venezuela.

N. 36.	Nota da legação imperial ao governo do Venezuela.	73
N. 37.	Nota do governo do Venezuela à legação imperial.	74
N. 38.	Nota da legação imperial ao governo do Venezuela.	75

Medidas adoptadas pelo governo imperial para facilitar a navegação e commercio com Venezuela.

N. 39.	Nota da legação imperial ao governo do Venezuela.	76
N. 40.	Nota do governo do Venezuela à legação imperial.	76

Princípios que regem a amizade de commercio entre o Brasil e Venezuela.

N. 41.	Nota da legação imperial ao governo do Venezuela.	76
N. 42.	Nota do governo do Venezuela à legação imperial.	77
N. 43.	Nota da legação imperial ao governo do Venezuela.	78
N. 44.	Nota do governo do Venezuela à legação imperial.	78
N. 45.	Nota da legação imperial ao governo do Venezuela.	80

Intelligencia da convenção de 3 de Junho de 1838, celebrada entre o Imperio e a Grã-Bretanha.

N. 46.	Nota da legação britânica ao governo imperial.	81
N. 47.	Nota do governo imperial à legação britânica.	82
N. 48.	Nota do governo imperial à legação britânica.	84
N. 49.	Nota da legação britânica ao governo imperial.	87
N. 50.	Nota da legação britânica ao governo imperial.	88
N. 51.	Nota do governo imperial à legação britânica.	88
N. 52.	Nota da legação imperial em Londres ao governo inglés.	90
	Momentanea da mesma legação em Londres.	90
N. 53.	Nota da legação britânica ao governo imperial.	100
N. 54.	Nota da legação britânica ao governo imperial.	111
N. 55.	Nota da legação britânica ao governo imperial.	115
N. 56.	Nota do governo imperial à legação britânica.	116

Reconhecimento do reino da Italia.

N. 57.	Nota da legação da Italia ao governo imperial.	118
N. 58.	Nota do governo imperial à legação da Italia.	117
N. 59.	Nota da legação da Italia ao governo imperial.	118

N. 60. Nota do governo imperial á legação da Itália	108
N. 61. Carta da Gabinete	110

Franga.

Acordo para determinar a jurisdição a que devem ficar sujeitas as origens comestíveis no Amapá, a fronte e os dos países vizinhos.

N. 62. Officio do consul do Brasil ao governador da Guyana	112
N. 63. Officio do governador da Guyana ao consul do Brasil	110
N. 64. Officio do consul do Brasil ao governador da Guyana	121
N. 65. Officio do governador da Guyana ao consul do Brasil	123
N. 66. Officio do governador da Guyana ao consul do Brasil	124

Abolição do direito do Estado ou Brunswick.

N. 67. Nota do governo hannoveriano ao ministro do Brasil	125
N. 68. Nota da legação imperial ao governo de Hannover	126
N. 69. Nota do governo de Hannover á legação imperial	130
N. 70. Nota do governo de Hannover á legação imperial	130
N. 71. Decreto n. 3251, de 7 de Maio de 1893	132
N. 72. Protocolo	137
N. 73. Nota do ministro brasileiro ao ministro de estrangeiros de Hannover	138
N. 74. Nota do ministro de estrangeiros de Hannover ao ministro brasileiro	138
N. 75. Trecho das ratificações	139

Abolição dos direitos de Escudo.

N. 76. Nota do governo belga á legação imperial	139
N. 77. Nota da legação imperial ao governo belga	140
N. 78. Nota da legação imperial ao governo belga	141
N. 79. Nota do governo belga á legação imperial	141

Intelligencia da art. 8.ª da convenção consular de 10 de Dezembro de 1860, celebrada entre o Brasil e a França.

N. 80. Aviso do ministerio da marinha ao de estrangeiros	142
N. 81. Aviso do ministerio de estrangeiros ao de marinha	143

Reclamações brasileiras.

República Oriental.

Ataques e violências cometidas contra brasileiros por autoridades do departamento de Tacuarembó.

N. 88. Circular do governo oriental aos chefes políticos dos departamentos	118
N. 89. Nota da legação imperial ao governo oriental	119

Assassinato dos subditos brasileiros Roberto Correa e Valentin Moreira nos departamentos de Cerro Largo e Maldonado; o primeiro em Francisco, e o segundo em Haro de 1891.

N. 84. Nota do governo oriental à legação imperial	121
N. 85. Nota do governo oriental à legação imperial	122
N. 86. Despacho do governo imperial à legação imperial em Montevideo	123

Assassinato da padre Eduardo no departamento de Cerro Largo, em Julho de 1891.

N. 87. Nota da legação imperial ao governo oriental	123
N. 88. Nota do governo oriental à legação imperial	124

Assassinato de Filinto Machado das Santos no departamento de Paysandú, em Março de 1891.

N. 89. Nota da legação imperial ao governo oriental	126
N. 90. Nota da legação imperial ao governo oriental	126
N. 91. Nota do governo oriental à legação imperial	127

Assassinato de Roberto Xavier Correa no departamento de Zúlia, em Julho de 1891.

N. 92. Nota da legação imperial ao governo oriental	127
N. 93. Nota do governo oriental à legação imperial	128
N. 94. Offício da legação imperial ao governo imperial	129

Assassinato do padre de nome João, no departamento de Canelas, em 23 de Dezembro de 1891.

N. 95. Nota da legação imperial ao governo oriental	130
N. 96. Nota do governo oriental à legação imperial	131
N. 97. Nota da legação imperial ao governo oriental	132
N. 98. Nota do governo oriental à legação imperial	133
N. 99. Nota da legação imperial ao governo oriental	133
N. 100. Nota do governo oriental à legação imperial	133
N. 101. Offício da legação ao governo imperial	133

*Acumulação de guardião da armada nacional Domingos de Sousa, no porto de
Nassau, em Agosto de 1844.*

N. 101. Nota da legação imperial ao governo oriental	169
Documentos annexos à nota supra.	170
N. 102. Nota do governo oriental à legação imperial.	171
Documentos a que se refere a dita nota.	172
N. 103. Nota da legação imperial ao governo oriental.	173
N. 104. Nota da legação imperial ao governo oriental	174
N. 105. Nota do governo oriental à legação imperial	175
Documentos a que se refere a nota supra.	176
N. 107. Nota da legação imperial ao governo oriental	177
Documentos a que se refere a nota supra.	178
N. 108. Nota da legação imperial ao governo oriental	179

*Acumulação de Extrajitos Silva, perpetrado em 11 de Fevereiro de 1853, no depor-
tamento de Taparembé.*

N. 109. Nota da legação imperial ao governo oriental	180
N. 110. Nota do governo oriental à legação imperial	181
N. 111. Nota do governo oriental à legação imperial	181
N. 112. Nota da legação imperial ao governo oriental	182
N. 113. Nota do governo oriental à legação imperial	183

Expedientes no departamento de Maldonado.

N. 114. Nota da legação imperial ao governo oriental.	183
N. 115. Nota do governo oriental à legação imperial	184
N. 116. Nota da legação imperial ao governo oriental	184

Arrolamento de estado das armas imperiaes da frente do caso do vice-geral em Taparembé.

N. 117. Nota da legação imperial ao governo oriental	185
N. 118. Nota do governo oriental à legação imperial.	186
N. 119. Nota da legação imperial ao governo oriental	187
Documentos a que se refere a nota supra.	188
N. 120. Nota do governo oriental à legação imperial	189
N. 121. Sentença absolvente à José Greto.	191
N. 122. Nota do governo oriental à legação imperial	191

Alçada de juiz do brasileiro Anna de Silva, em Santa-Pé.

N. 123. Nota da legação imperial ao governo da república.	192
N. 124. Nota do governo oriental à legação imperial	193

Solapão da reclamação de Lascio e Gomes da Costa.

N. 123. Decreto do senado e da câmara dos representantes da República Oriental.	193
N. 126. Decisão do presidente da República Oriental.	198
N. 127. Officio de Lascio da Costa Guimarães à legação imperial em Montevideo.	199

Portugal.*Comissão mista brasileira e portugueza.*

N. 128. Nota da legação imperial ao governo de S. M. Fidelíssima.	197
---	-----

Modo fidei.

N. 129. Nota da legação imperial ao governo portuguez.	198
N. 130. Nota do governo portuguez à legação imperial.	199

Inglaterra.*Pedido de extradição.*

N. 131. Nota do governo imperial à legação britannica.	200
N. 132. Nota da legação britannica ao governo imperial.	201
N. 133. Officio do governo imperial ao consel britannico.	201
N. 134. Nota do governo imperial à legação britannica.	202
N. 135. Nota da legação britannica ao governo imperial.	203
N. 136. Nota do governo imperial à legação britannica.	203
N. 137. Nota da legação britannica ao governo imperial.	204
N. 138. Nota do governo imperial à legação britannica.	205

Reclamações estrangeiras.*Passeiros.*

N. 139. Circular do governo imperial ao corpo diplomático e consular estrangeiro.	206
N. 140. Circular.	206

Estado Oriental.*Administração dos sacramentos de matrimonio e baptismo na provincia do Rio-Grande do Sul e indivíduos residentes no Estado Oriental.*

N. 141. Nota do governo imperial à legação oriental.	207
N. 142. Nota da legação oriental ao governo imperial.	208
N. 143. Officio do governo imperial ao Bispo do Rio-Grande do Sul.	209

N. 141. Officio do Visconde do Rio-Grande do Sul ao governo imperial.	210
N. 142. Nota da legação imperial ao governo oriental	211
N. 143. Nota do governo oriental à legação imperial.	212

Conflicto occorrido entre brasileiros e orientaes, na villa de Santo Augusto de Queraltón, no departamento do Salto.

N. 147. Nota do governo oriental à legação imperial	213
N. 148. Nota da legação imperial ao governo oriental	214
N. 149. Nota da legação imperial ao governo oriental	214

Sugestão enviada do territorio oriental pela fronteira do Jaguar, por um grupo de brasileiros armados.

N. 150. Nota do governo oriental à legação imperial.	215
N. 151. Nota da legação imperial ao governo oriental	216
N. 152. Nota do governo oriental à legação imperial	218
N. 153. Nota da legação imperial ao governo oriental.	218
N. 154. Nota da legação imperial ao governo oriental.	220
N. 155. Nota da legação imperial ao governo oriental	221
N. 156. Nota do governo oriental à legação imperial	222
N. 157. Nota da legação imperial ao governo oriental	223

Incursão do exército do Pay-Pay, no departamento do Salto, por circunvalações brasileiras.

N. 158. Nota do governo oriental à legação imperial	224
N. 159. Nota da legação imperial ao governo oriental.	225
N. 160. Nota da legação imperial ao governo oriental.	225
Documento a que se refere a nota supra	226

Polido de extradição.

N. 161. Nota do governo oriental à legação imperial	227
N. 162. Nota da legação imperial ao governo oriental	228

Recibo da passagem do rio.

N. 163. Officio do consel da república oriental ao governo imperial	229
N. 164. Nota do governo imperial ao consel-geral da república do Uruguay.	230
N. 165. Officio do consel-geral da república oriental do Uruguay ao governo imperial.	231

Pará.

Inveniências diplomáticas.

N. 166. Nota do governo do Pará à legação imperial	232
N. 167. Nota da legação imperial ao governo do Pará.	233
N. 168. Resposta do governo imperial à legação em Lima	234

Inglaterra.

Deposito de 1863 depositado pela lei n. 787 de 17 de Dezembro de 1864, da assembleia provincial de Bahia sobre oscriptorias das cartas estrangeiras estabelecidas na mesma provincia, não favorecidas por tratados.

N. 168. Nota da legação britannica ao governo imperial	236
N. 170. Nota do governo imperial à legação britannica	236
N. 171. Nota da legação britannica ao governo imperial.	237
N. 172. Nota do governo imperial à legação britannica	239
N. 173. Nota da legação britannica ao governo imperial.	241
N. 174. Nota da legação britannica ao governo imperial.	241

Acordo para o transporte em certos species de correspondencia entre a provincia de S. Paulo do Rio-Grande do Sul e a Grã-Bretanha.

N. 175. Nota da legação inglesa ao governo imperial	242
N. 176. Nota do governo imperial à legação inglesa.	243
N. 177. Nota da legação inglesa ao governo imperial	244
N. 178. Nota do governo imperial à legação britannica	244

ANNEXO N. 2

N. 1. Quadro da secretaria de estado dos negocios estrangeiros.	3
N. 2. Quadro do corpo diplomatico brasileiro	5
N. 3. Quadro do corpo diplomatico estrangeiro.	8
N. 4. Quadro dos empregados diplomaticos em effecção de serviço, disponibilidade e aposentados, e dos agentes consulares brasileiros, comprehendendo todas as commissões de que têm sido incumbidos desde a sua primeira nomeação até ao presente.	10
N. 5. Decreto n. 2244 de 23 de Abril de 1868.	26
N. 6. Quadro do corpo consular brasileiro.	27
N. 7. Quadro dos consules honorarios do Brazil que não estão em exercicio	31
N. 8. Decreto n. 2886 de 8 de Fevereiro de 1863.	32
N. 9. Quadro dos embaixadores nomeados pelos consules gerais do Imperio.	
N. 10. Admittentes ao quadro dos embaixadores consulares.	33
N. 11. Quadro do corpo consular estrangeiro residente no Imperio	34
N. 12. Quadro dos agentes consulares estrangeiros residentes no Imperio.	42
N. 13. Balhço geral resumido das receitas e das despezas do ministerio dos negocios estrangeiros no exercicio de 1862—1863.	
N. 14. Organismo da despesa do ministerio dos negocios estrangeiros para o anno financeiro de 1863—1864	43
N. 15. Credito suppletivo.	53